

★ *Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., à rua Conde de Sarzedas, 38 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em julho de 1946.*

Série 5.^a ★ B R A S I L I A N A ★ Vol. 250
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

EMILIO WILLEMS, Ph. D.

Professor de Antropologia na Universidade de São Paulo e Escola Livre de Sociologia e Política.

A Aculturação *dos* *Alemães no Brasil*

*ESTUDO ANTROPOLÓGICO DOS IMIGRANTES
ALEMÃES E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL*

EDIÇÃO ILUSTRADA



1946

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Bahia — Pará — Pôrto Alegre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BIBLIOTECA
Nº 1 - DATA



IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
PRINTED IN THE UNITED STATES OF BRAZIL

ÍNDICE

PARTE GERAL.

CAPS.

- 1 — *Aculturação e assimilação.* — Socialização — Assimilação — acomodação — aculturação. 11
- 2 — *O êxodo dos alemães e os caracteres gerais da sua colonização no Brasil.* — A cultura originária dos imigrantes — Contribuição das cidades — Causas da emigração — Origem regional dos imigrantes de língua alemã — O número dos imigrantes de língua alemã — A colonização — Móveis e empecilhos da colonização — A dispersão dos povoadores. ... 47
- 3 — *O peneiramento.* — Aspectos gerais — Desajustamentos entre os imigrantes alemães e a formação de resíduos — A redistribuição dos resíduos e o repatriamento. 79
- 4 — *Alguns aspectos ecológicos da colonização germânica.* — A competição ecológica dos imigrantes alemães e seus descendentes com (a) luso-brasileiros; (b) indígenas; (c) com imigrantes de outras origens étnicas — A competição ecológica interna dos tentos. 107
- 5 — *A seleção.* — O papel do equipamento adaptativo — Os padrões higiênicos dos imigrantes alemães — Mudanças nos padrões de alimentação e seus efeitos sobre a mortalidade dos imigrantes — Aspectos da seleção reprodutiva dos imigrantes e seus descendentes — O crescimento vegetativo das populações de origem germânica. 136
- 6 — *Isolamento e contato.* — Aspectos gerais — A quebra do insulamento — Desorganização social e cultural — Marginalidade cultural. 155

CAPS.

- 7 — *Aculturação e status.* — A luta dos imigrantes pelo status social — Mudança nas condições gerais de aculturação desde 1850 — Mudança de atitudes e a assimilação. 197
- 8 — *A aculturação ergológica e tecnológica.* — Alimentação — Habitação — Vestuário — Lavoura e criação — Meios de transporte — Outras mudanças tecnológicas. 228
- 9 — *Caracteres gerais da sociedade e cultura teuto-brasileira.* — A nova estrutura social — A formação de novos padrões de comportamento — A cultura teuto-brasileira como cultura marginal. 245

PARTE ESPECIAL.

- 10 — *A língua.* — O background linguístico — A formação de um linguajar teuto-brasileiro — A contribuição do português para a formação do linguajar teuto-brasileiro — Lista de palavras portuguesas incorporadas no linguajar teuto-brasileiro — O significado social dos termos portugueses no linguajar teuto-brasileiro. 274
- 11 — *A organização econômica.* — A estrutura econômica da Alemanha e as condições de sua mudança — O sistema agrícola alemão e o desnivelamento econômico dos imigrantes — O regime de trabalho — Ofícios, indústria e comércio — Formas de cooperação econômica — Religião e acumulação de riqueza — Acumulação de riqueza e assimilação. 323
- 12 — *A escola.* — Função da escola e suas relações com a cultura em geral — A educação na sociedade rural alemã e no Brasil, no século 19 — A atitude dos imigrantes diante da escola pública — Condições de desenvolvimento da escola comunal dos imigrantes — Ambivalência da sociedade brasileira quanto à transmissão da língua alemã — Criação de um sistema escolar teuto-brasileiro e sua diferenciação interna

A Aculturação dos Alemães no Brasil 7

CAPS.

A competição entre a escola pública e a escola teuto-brasileira — Função das escolas teuto-brasileiras.	376
13 — <i>Sexo e família.</i> — Observações gerais — A organização da família germânica — A família teuto-brasileira — A miscegenação.	420
14 — <i>A religião.</i> — O background religioso dos imigrantes alemães — O status do heterodoxo no Brasil — A desorganização religiosa — Religião e consciência étnica.	463
15 — <i>A organização jurídica e política.</i> — Transferência e perda de padrões jurídico-políticos — Concepções jurídicas em choque — Participação política — <i>Ius soli</i> e <i>ius sanguinis</i>	503
16 — <i>Literatura e imprensa.</i> — A literatura teuto-brasileira — A imprensa.	
17 — <i>A cultura recreativa.</i> — A vida recreativa na Alemanha rural e no Brasil — Transferência e perda de elementos recreativos — Formas novas de recreação.	558
18 — <i>Conclusões.</i>	574
Anexo — <i>A assimilação dos alemães em outras partes do mundo.</i> — Na Europa: Espanha, Polônia, Escandinávia, Finlândia, Hungria, Checoslováquia, Sérvia, Rússia, Na África meridional — Na América: Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Venezuela, Costa Rica, Canadá, Estados Unidos.	579

PREFÁCIO

Passaram-se cinco anos desde a publicação de meu estudo sobre Assimilação e populações marginais no Brasil (coleção Brasileira, vol. 186). Estava decidido, em 1940, a estender as minhas pesquisas à aculturação dos imigrantes japoneses e seus descendentes. Depois de um ano de preparação iniciei esses trabalhos no vale do Ribeira e lancei, logo depois, um inquérito em algumas centenas de escolas públicas do Estado de São Paulo, com a intenção de colher um número suficiente de informações precisas que me pudessem proporcionar uma visão panorâmica do problema. Já estava com as malas prontas para prosseguir nas minhas pesquisas de campo na zona de Lussarvira quando rompeu a guerra entre o Japão e os Estados Unidos. Em vez de estimular estudos aculturativos, como nos Estados Unidos, as condições criadas pelo estado de guerra tiveram, entre nós, efeitos opostos, tornando praticamente impossível qualquer trabalho de campo. Todo material que consegui reunir consiste em alguns artigos publicados em revistas científicas e num pequeno volume que atualmente se encontra no prelo. (Contribuição para o estudo da aculturação dos japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo, Editora Brasiliense, São Paulo).

Impossibilitado de prosseguir as pesquisas em campo, resolvi retornar ao estudo dos alemães no Brasil, aprofundando sobretudo os aspectos históricos da aculturação, valendo-me de certa parte da documentação apresentada no primeiro livro.

A imigração alemã é antiga e a reconstrução dos fatos atinentes à aculturação dos imigrantes germânicos abrange mais de um século. Parece-me que a situação presente somente poderá ser compreendida adequadamente à luz de certos fatos históricos. Não pretendo ter esgotado as possibilidades de pesquisa histórica. Tal pretensão seria ridícula ante as deficiências e a escassez das fontes de informações disponíveis, mas parece-me que consegui esclarecer, pelo menos em parte, alguns dos aspectos mais controvertidos do problema de aculturação dos alemães e seus descendentes. Sobre os últimos dez anos poucas observações tenho a apresentar. Dificuldades materiais continuaram embaraçando, seriamente, qualquer projeto de pesquisa de certa envergadura, e, além disso, o clima político dos últimos anos não foi nada propício à realização de pesquisas dessa natureza.

O livro não teria sido possível na sua presente forma sem o auxílio financeiro da Escola Livre de Sociologia e Política. Deixo aquí, os meus agradecimentos a essa instituição e, particularmente, ao Dr. Frederico Heller que me auxiliou, com rara eficiência, na consulta de uma vasta literatura. Da mesma forma, agradeço à sociedade Hans Staden que pôs a minha disposição as preciosas coleções de sua biblioteca.

Santo Amaro, em fevereiro de 1946.

EMÍLIO WILLEMS.

PARTE GERAL

CAPÍTULO I

ASSIMILAÇÃO E ACULTURAÇÃO

A socialização — A vida social transforma indivíduos biologicamente condicionados em personalidades. As idéias, os costumes, as crenças, os modos de sentir representam, por assim dizer, a atmosfera em que o indivíduo aprende a ser pessoa humana. Embora a natureza humana seja uma só e as necessidades que dela derivam apresentem semelhanças fundamentais, não há negar que as maneiras de satisfazê-las possam variar consideravelmente no tempo e no espaço.

O desenvolvimento da personalidade depende da aquisição de certos elementos ou valores culturais (idéias, crenças, opiniões, conhecimentos, técnicas etc.), considerados necessários para realizar ajustamentos às condições de uma determinada vida social.

O ajustamento social do indivíduo, a sua socialização, dependeria, portanto, da incorporação de certos valores culturais na personalidade. Ou, em outras palavras, a própria personalidade seria uma “estrutura” de valores culturais, adquiridos e articulados entre si em forma de hábitos:

“O indivíduo incorpora, invariavelmente, na sua própria personalidade, os desígnios e escopos que acham expressão nas instituições pelas quais a conduta individual está sendo controlada.” (1) Valores incorporados significam experiências feitas. À medida que as experiências (ou seus resíduos) se acumulam, o homem adquire modos cada vez mais consistentes, de agir e

reagir. Estes modos são os *hábitos* cuja totalidade constitui o que se pode chamar *estrutura da personalidade*. (2)

O termo “incorporação” já indica que o papel do indivíduo, no processo de socialização, não é meramente passivo. Cada experiência representa uma contribuição ativa: o indivíduo desenvolve atitudes em torno do valor e este vai adquirindo uma significação toda pessoal carregada de emoções. Foi provavelmente essa associação emocional a que William James se referiu escrevendo as seguintes palavras:

“No sentido mais amplo possível. . . . o eu de um homem é a soma total de tudo quanto ele pode considerar seu, não somente seu corpo e suas forças físicas, mas suas vestes e sua casa, sua esposa e seu filhos, seus antepassados e amigos, sua reputação e suas obras, suas terras e seus valores, seu hiato e sua conta no Banco. Todas essas coisas proporcionam-lhe as mesmas emoções. Se elas crescem e prosperam, ele se sente triunfante, se elas diminuem e definham ele se sente abatido, não forçosamente no mesmo grau por cada coisa, mas da mesma maneira por todas elas. (3)

Evidentemente, o significado emocional que os valores culturais possuem para os componentes de qualquer sociedade, não só aumenta a probabilidade de um sistema social funcionar com um mínimo de atritos internos, mas também representa uma defesa externa relativamente eficiente na hipótese de ocorrerem contatos com sociedades culturalmente diferentes. Pois as relações emocionais que prendem o homem à sua cultura não permitem que ele julgue valores estranhos com critérios diversos dos de seu grupo. Surge assim o que se convencionou chamar *etnocentrismo*, quer dizer, uma “visão dos fatos que leva a considerar o próprio grupo como

centro de tudo, e a comparar e avaliar todos os demais com referência a êle.” (4) O *etnocentrismo* como atitude emocional classifica valores estranhos de acôrdo com o grau de diferença que os separa dos valores próprios atribuindo o último lugar aos mais diferentes. (5) Proporcionalmente a essa classificação aumenta ou diminui o preconceito com relação aos representantes humanos de costumes e tradições estranhos.

Assimilação — Se o etnocentrismo levanta barreiras a influências estranhas cingindo o grupo de uma couraça destinada a neutralizar o embate de valores provenientes de outras culturas, essas barreiras, no entanto, não são intransponíveis e, não raro, a couraça esta longe de ter a eficiência desejada. Mesmo um exame superficial da realidade mostra a multiplicidade de casos em que sociedades diferentes em contato transformam-se, perdendo certo número de seus elementos culturais e adquirindo novos. Todavia, transformações culturais permanecem inexplicáveis, enquanto não se examina o comportamento dos homens que lhes representam, necessariamente, o substrato. O problema que se nos depára seria, portanto, êste: quais são os motivos que induzem o homem a abandonar, em determinadas condições, sua atitude etnocêntrica diante de valores culturais estranhos? Partimos de uma observação já feita por Thomas e Znaniecki (6) que “a causa de um valor ou de uma atitude nunca é uma atitude ou valor só, mas sempre uma combinação de uma atitude e de um valor.” O aparecimento de um valor novo dependeria, portanto, da formação de uma atitude nova; favorável à integração do valor. Sob a influência do valor, a atitude pre-existente modificar-se-ia assumido uma feição mais ou menos diferente. (7) Parece que atitudes fa-

voráveis à aceitação de valores culturais diferentes existem sobretudo em países de emigração, pois o êxodo coletivo é índice de que a estrutura social (8) está em desequilíbrio. Os encargos que pesam sobre certas camadas da população já não correspondem às compensações que a cultura lhes pode oferecer. A sensação de mal-estar coletivo pode abalar o sistema de controle da sociedade em desequilíbrio. As situações de conflito e, com elas, o número de desajustamentos multiplicam-se e facilmente despertam o desejo de novas experiências. As combinações de atitudes e valores existentes já são inadequadas diante de uma situação que requer novos ajustamentos baseados nas experiências “desagradáveis” que se venham fazendo. É neste ambiente que nascem atitudes potencialmente favoráveis à aceitação de valores culturais novos: modas bizarras, credos religiosos de feição messiânica, ideologias políticas subversivas, formas exóticas de recreação, e, mormente quando há precedentes estabelecidos por pessoas bem sucedidas, o desejo de emigrar como reflexo de uma série de ideias mais ou menos definidas: liberdade mais ampla, prosperidade econômica, vida aventureira associadas talvez ao sonho de um futuro repatriamento seguido de honrarias e prestígio atualmente inacessível etc. Salientam Thomas e Znaniecki que as novas atitudes podem parecer “criminosas” à pessoa que as assume. Prêso ainda às expectativas tradicionais de seu grupo, o homem, às vezes, não permite que a mudança de atitude lhe chegue à luz da consciência ou se manifeste em ações, recalcan-do os seus desejos para o subconsciente.

Posta em contato com o novo meio, a atitude prévia, favorável à mudança cultural, define-se pouco a pouco, estabelecendo relações emocionais com valores novos à medida que estes vão sendo incorporados na personalidade.

Todavia, a realidade é complexa e impõe algumas observações. Se o imigrante estiver isoladamente exposto ao impacto das expectativas de um grupo totalmente estranho, o ajustamento tornar-se-á uma questão de sobrevivência. Da proporção em que o imigrante incorporar os valores novos, dependerá o papel que lhe será atribuído na sociedade adotiva. É inútil dizer que tais reajustamentos nunca dependem exclusivamente do imigrante, mas em grande parte da intensidade das atitudes etnocêntricas que venha a encontrar no novo meio.

O imigrante isolado vê-se logo nas malhas de um novo sistema de controle, estando, ao mesmo tempo, totalmente a salvo das sanções da comunidade originária. Embora encerre a possibilidade de conflitos violentos de personalidade, essa situação é sobremaneira favorável para abreviar o conflito de lealdades que a fazem oscilar, durante um tempo variável, entre os polos representados por valores culturais mutuamente exclusivos.

Contudo, é muito mais comum, constituírem-se comunidades relativamente homogêneas de imigrantes. Nesse caso as condições em que se estabelecem contatos com a cultura do novo meio são bem diferentes. A disposição de “mudar de vida” acha a sua expressão numa escolha de elementos culturais que mais correspondam aos desejos previamente existentes. A pressão econômica ou política a que os imigrantes alemães estavam expostos no século passado, fez surgir, por exemplo, os ideais de *ubi libertas ibi patria* e do “homem livre em gleba livre”. Daí o padrão de liberdade individual encontrado nos países do Novo Mundo foi imediatamente aceito e incorporado no patrimônio cultural das comunidades estabelecidas em solo brasileiro. Essa integração foi acompanhada da aceitação do que se con-

siderava, tradicionalmente, símbolo material da liberdade do cavalo de montaria e a arma.

A atitudes-valores novas envolvem, não raro, aceitação compulsória de outros valores, imprevistos e indesejáveis, pelo menos a princípio. O ideal de "homem livre em gleba livre", por exemplo, o emigrante rústico associava, ainda no país de origem, a certos padrões econômicos, religiosos, recreativos etc. da aldeia européia. Nas colônias do Brasil meridional, no entanto, "homem livre em gleba livre" significa o isolamento espacial em lugar da vida aldeã, processos agrícolas extensivos a substituírem os intensivos do país de origem, a ausência da antiga organização paroquial altamente integrada etc. Essas "privações" representam, de certa maneira, o preço que o migrante paga pela realização de seu ideal. Muitos o consideram demasiadamente caro e não se ajustam à nova situação. Outros levam longos anos, oscilando entre a nostalgia e o desânimo de um lado e a esperança num futuro melhor por outro lado. Mas à medida que os imigrantes ou seus filhos se "habitua" às condições diferentes, vão surgindo novas atitudes-valores, fazendo com que pareça "natural" o que a princípio constituía motivo de desespero. Em outras palavras: a natureza coativa das primeiras experiências em que as novas atitudes-valores se baseiam, não impede que se tornem etapas no caminho da assimilação.

O problema, porém, apresenta outro aspecto ainda. Mesmo a formação de comunidades etnicamente homogêneas no país adotivo não impede, por vêzes, a incorporação compulsória de valores culturais estranhos. Diferenças do meio físico não admitem a utilização, pelos imigrantes, de uma boa parte das experiências acumuladas no país de origem. Padrões de habitação, de vestuário, de alimentação, de trabalho, de locomoção, de

recreação etc. têm de ser abandonados diante das diferenças do meio físico. Essas mudanças relacionam-se, intimamente, com o nosso problema no que elas implicam a aceitação de elementos culturais encontrados na sociedade nativa. Embora geralmente não correspondam a atitudes prévias, tais mudanças afetam profundamente os hábitos individuais e os costumes da comunidade. Insistimos sobre esse aspecto porque nele identificamos processos de assimilação incipiente, pelo menos entre imigrantes alemães no Brasil. A importância de que se revestem as alterações da chamada "cultura material" para a assimilação dos imigrantes, parece não ter sido compreendida, pois a cada elemento material ligam-se hábitos individuais e costumes sociais. O desaparecimento do objeto envolve fatalmente a mudança desses hábitos e costumes, contribuindo portanto para a desorganização social e pessoal dos imigrantes.

O processo de assimilação consiste no aparecimento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos. O estudo científico da assimilação abrange, portanto, o estudo da formação dessas atitudes. Em outras palavras: estudaremos os reajustamentos da personalidade que ocorrem em virtude de expectativas de comportamento diferentes. Atitudes novas em combinação com valores novos são índices de reajustamentos consumados e fases do processo de assimilação. A dificuldade básica que se opõe à assimilação reside no sentimento de lealdade que prende o imigrante à cultura do seu grupo. A intensidade desse sentimento varia grandemente no tempo e no espaço, apresentando gradações muito acentuadas até na mesma sociedade quando examinada em épocas diversas. Quanto às sociedades modernas, pode-se dizer que a intensidade do

sentimento de lealdade está em razão direta ao grau de coesão nacional. Os conflitos resultantes da lealdade do imigrante para com a cultura de sua sociedade originária, podem agravar-se com a existência de padrões de comportamento antagônicos nas duas culturas. É inevitável que o imigrante se sinta exposto às influências de dois sistemas de normas diferentes representados pela sociedade originária e, ao menos em parte, pela comunidade de imigrantes de um lado e pela sociedade nativa, de outro lado. Uma possível ambivalência de atitudes, tanto na sociedade nativa como na comunidade dos imigrantes, tende a agravar a desorganização individual. O grau de instabilidade social é determinado pela inconsistência das atitudes, isto é, o grau de oscilação entre padrões de comportamento mutuamente exclusivos. Nestas condições, a personalidade dificilmente adquire ou mantém estabilidade. (9) Todavia, a julgarmos por fatos já inúmeras vezes registrados, todo processo de assimilação é caracterizado por uma fase de desorganização pessoal cuja duração e intensidade variam em função de fatores diversos. A razão é óbvia: não é possível substituir sumariamente um esquema de conduta por outro, pois isso implicaria uma desintegração completa da personalidade. De mais a mais, contatos suficientemente estreitos para originar mudança de atitudes, não se estabelecem simultaneamente em tôdas esferas de uma cultura. Contatos no campo ergológico ocorrem com maior facilidade do que, por exemplo, no setor dos padrões de conduta sexual. A diferença explica-se, de um lado, pela maior reserva, prevenção ou hostilidade recíproca com que ambos os grupos acolhem as tentativas de aproximação à esfera mais íntima, às vezes secreta, das suas culturas respectivas; de outro lado, em cada cultura há elementos menos compreensíveis ao estranho. A maioria dos

imigrantes europeus era muito mais difícil compreender o sistema político brasileiro (anterior a 1937) do que, por exemplo, as formas de culto religioso. Sendo assim, "as séries de atitudes novas que vão surgindo, não podem deixar de ser interrompidas por espaços maiores ou menores. É inevitável portanto que, pelo menos durante algum tempo, os dois esquemas de comportamento, o velho e o novo, existam lado a lado na personalidade do imigrante, orientando-lhe a conduta em sentidos diferentes. Evidentemente não é a mera coexistência de normas provenientes de duas culturas, que provocam a desorganização pessoal, mas sim os reclamos insistentes de padrões que não se coadunam ou até se excluem reciprocamente. Mas uma vez as divergências de sistemas políticos podem servir de exemplo. O sistema partidário alemão anterior a 1933 repousava na lealdade dos cidadãos a *princípios ideológicos*, (socialistas, católicos, liberais, nacionalistas, conservadores, marxistas, democráticos etc.). O sistema brasileiro, anterior a 1937, baseava-se essencialmente sobre a lealdade dos cidadãos a *homens políticos*. Seguindo os padrões usuais o imigrante alemão procurava princípios diversos atrás de denominações diferentes. Com a descoberta de que os princípios de quase todos os partidos eram idênticos, que a denominação não simbolizava uma *Weltanschauung*, a política partidária permanecia incompreensível até que se realizassem ajustamentos em outras esferas sociais.

A coexistência, na personalidade, de normas de comportamento incompatíveis produz o estado de *marginalidade cultural*. (10) Thomas e Znaniecki já observaram a situação marginal de muitos imigrantes poloneses nos Estados Unidos, embora não lhes aplicassem a designação de homens marginais. Verificaram êsses dois autores a formação de uma sociedade polaco-americana

constante de fragmentos que se desprenderam da sociedade polonesa. A nova sociedade não era nem polonesa nem americana e “sua matéria prima provinha parte de tradições polonesas, parte das condições novas nas quais os imigrantes viviam, e de valores sociais americanos assim como os imigrantes os viam e interpretavam.” (11) A razão da marginalidade cultural está, portanto, num desprendimento parcial da sociedade originária e numa integração também parcial na sociedade adotiva. No que o imigrante continua prêso às expectativas do grupo de origem, êle continua leal à cultura dêste grupo, no que ajusta as suas atitudes às expectativas da sociedade nativa, o imigrante pertence à cultura desta sociedade. A personalidade marginal, friza Stonequist (12) está parcialmente assimilada. A marginalidade cultural afigura-se, portanto, como fase de transição de um cultura para outra. Duração e intensidade dessa situação de conflito estão em razão direta à heterogeneidade das duas culturas em cujas margens o imigrante está colocado. Verdade é o que o isolamento espacial de comunidades compactas de imigrantes pode agir no sentido de conservar uma homogeneidade cultural suficiente para reservar os conflitos de marginalidade, em suas formas mais agudas, às gerações vindouras. Êste é o caso de muitas comunidades teuto-brasileiras como veremos mais adiante.

Os conflitos de lealdade que o homem marginal experimenta em virtude de seu dualismo cultural, levam, em regra, a determinados sintomas de desorganização pessoal. Os mais comuns são: ambivalência de atitudes, sentimentos de inferioridade e tentativas de supercompensação dêsses sentimentos, (13) delinquência, vícios (principalmente alcoolismo e prostituição), doenças mentais e suicídio.

A ambivalência consiste, como já foi apontado, na oscilação entre atitudes mutuamente exclusivas: “Se podem ser adotadas maneiras diversas de agir que se afiguram talvez como inconsistentes por serem o resultado de desorganização social ou falta de integração, a pessoa pode oscilar entre as duas sem fazer um ajustamento. Há muitos exemplos de tal situação na época atual em que uma cultura em mudança e re-definição não oferece padrões estereotipados de comportamento, obrigando o indivíduo a fazer sua escolha sob o risco de conflitos abertos ou mentais.” (14)

A iniciação na cultura originária, feita pela comunidade local ou apenas pela família, tende a implantar no homem as atitudes etnocêntricas usualmente exigidas pelo grupo. A cultura dos pais afigura-se “naturalmente” como sendo superior a tôdas as demais e o homem que lhe está sendo ajustado, sente o prazer e as emoções indispensáveis para o desenvolvimento da sua personalidade.

A situação muda à medida que pessoas estranhas a êsse meio e dispendo de prestígio ou autoridade superiores ao prestígio ou à autoridade dos pais ou da comunidade local procuram diminuir os valores transmitidos. Se os companheiros de folguedo ridicularizam as marcas raciais, a língua, o nome “arvezado” da criança, se os professores e outros superiores lhe proibem o uso da língua aprendida com a mãe, se os jornais cobrem de injúrias e acusações certas personalidades históricas cuja memória aprendeu a cultuar, se, enfim, o homem percebe que está infringindo as regras etnocêntricas do meio mais amplo em que é destinado a viver, êle procura fazer reajustamentos necessários. De acôrdo com a intensidade das sanções que lhe estão sendo aplicadas, êle procura esquecer os valores proibidos. Estes, como

fontes de satisfação, são muitas vêzes recalçados, mas raramente suprimidos. Assim explicam-se as atitudes ambivalentes de muitos grupos marginais que procuram desfazer-se dos valores antigos e aproximar-se de uma cultura que lhes parece superior. Frustrados nestas tentativas, êles retornam à cultura originária, processo êste acompanhado, em regra, de convulsões emocionais violentas.

Os primeiros choques culturais que caracterizam os contatos dos imigrantes ou seus descendentes com o novo meio, já podem provocar sentimentos de inferioridade e as tendências de reajustar-se a expectativas sociais diferentes afiguram-se como tentativas de compensação indispensável à reorganização pessoal. Na proporção em que essas tentativas excedem o que é usualmente exigido do indivíduo em tais situações, pode-se falar em supercompensações. Parece óbvio que as supercompensações são mais freqüentes em casos de reajustamentos frustrados. A compensação que excede as proporções que a acomodação de conflitos exige, pode ser considerada como sintoma de neurose. (15)

Entre teuto-brasileiros nota-se a existência de sentimentos de inferioridade em dois sentidos. As dificuldades de se ajustarem aos padrões característicos das classes médias e superiores luso-brasileiras, dificuldades essas provenientes de um relativo insulamento cultural, produzem sentimentos de inferioridade, intensificados pelas atitudes etnocêntricas dos "lusos" que não deixam de considerá-los "alemães", embora tivessem nascido no Brasil. A insistência com que os teuto-brasileiro eram identificados como "populações estrangeiras", equivalia a uma frustração do reajustamento. Mas como as barreiras levantadas não eram intransponíveis, as compensações se faziam em duas direções opostas:

(1) pelo abandono ostentativo de elementos culturais germânicos, por atitudes acentuadamente hostis a tudo quanto era considerado alemão, pela participação fervorosa de campanhas de nacionalização etc. (2) pela exaltação de valores da cultura local teuto-brasileira e, em não poucos casos, pela tentativa de apegar-se a valores tidos como genuinamente germânicos.

Sentimentos de inferioridade surgiram também diante de imigrantes recém-chegados, pois neles muitos teutos admiravam certos traços que já não lhes haviam sido transmitidos pelos pais. Principalmente conhecimentos técnicos e uma certa agilidade mental, produto de contatos variegados e outros estímulos que caracterizam um horizonte cultural mais amplo. Neste caso, as reações compensatórias consistiam em hostilidades de tôda espécie. Quando não havia razão para temer o imigrante como concorrente, êle era acceto enquanto não elogiasse demasiadamente a Alemanha. Elogios ao país de origem eram, em regra, recebidos com silêncio glacial. Esperava-se que o ádvem transferisse seus sentimentos à cultura local e se casasse com uma moça da sociedade local. Veremos que na população rural do Rio Grande do Sul se desenvolveram padrões evitativos quanto a possível contatos com "alemães novos".

A acomodação do conflito de lealdade depende do desenvolvimento de atitudes novas diante de todos os valores culturais com que o imigrante esteja em contato e que lhe cxijam reajustamentos da sua conduta. Em sociedades de pequeno volume e culturalmente homogêneas — comunidades primitivas ou rurais isoladas — o forasteiro está exposto ao impacto de todo o patrimônio cultural existente; pois em sociedades primárias todos compartilham da cultura tôda. Basta entrar em contato com qualquer um de seus membros para se familiarizar com todos os elementos culturais de importância vital.

Pela homogeneidade dos padrões de comportamento, a assimilação do indivíduo estranho, desde que tenha sido aceito, torna-se um processo relativamente simples. Acresce que todos os contatos realizados em sociedades primárias se caracterizam por um alto grau de intimidade e contrôle direto.

Muito mais complexa é a assimilação em sociedades secundárias que se distinguem pela diferenciação interna e pela distância que separa os membros de seus inúmeros grupos justapostos ou hierarquicamente sobrepostos.

“Na complexidade de uma sociedade moderna em que a divisão do trabalho foi levada tão longe e as tarefas da vida se tornaram tão completamente individualizadas poder-se-ia perguntar se uma cultura, no sentido dado pelos antropólogos, ainda existe. Cada ofício, cada profissão, cada seita religiosa tem uma língua e um corpo de idéias e práticas nem sempre inteiramente inteligíveis ao resto da sociedade. À medida que os interesses da vida o exigem, êsses vários grupos convivem numa espécie de simbiose, em que de cada um se pode afirmar que possui seu complexo cultural próprio. Em tais circunstâncias, a assimilação vem a ser restrita, nas suas aplicações, àquelas idéias, práticas e aspirações que são nacionais e que formam, presumivelmente, a base da solidariedade nacional. A assimilação torna-se assim um conceito mais genérico e abstrato de que os verbos americanizar, anglizar e germanizar são termos mais específicos. Com tôdas essas palavras tenciona-se descrever o processo pelo qual os costumes sociais, idéias políticas geralmente aceitas, assim como os sentimentos da lealdade a uma comunidade ou a um país são transmitidos a um cidadão adotivo.” (16)

Concebida nesses termos, a assimilação vem a ser sinônimo de nacionalização adquirindo assim um signi-

ficado histórico, pois a noção implícita refere-se à combinação de atitudes e valores que simbolizem a solidariedade política de grupos maiores. O emprêgo do termo “nacionalização” é impróprio quando usado para designar processos de assimilação em sociedades que não desenvolveram uma “consciência nacional”, distinta de outras formas de solidariedade grupal. Os valores culturais tidos como símbolos da solidariedade nacional variam no tempo e no espaço. Por exemplo, o significado atribuído à homogeneidade linguística, em países onde à existência de idiomas diversos se associam tendências de desagregação política, é diferente do significado que recebeu em países onde a idéia da unidade linguística não chegou a constituir um valor suficientemente relevante para ser considerado imprescindível à conservação da unidade nacional. A diversidade de idiomas possui, nesta hipótese, apenas um sentido regional comparável à diversidade de dialetos em nações linguisticamente homogêneas. Concebida no sentido de nacionalização, a assimilação abrangeria, portanto, somente a mudança daquelas atitudes que se reportam a valores considerados de importância *funcional* para a integração política de um povo. O exemplo das nações americanas prova que entre êsses valores pode não estar a língua. As nações americanas não interromperam a tradição linguística que as liga culturalmente às antigas metrópoles européias. E a homogeneidade linguística das colônias hispano-americanas não impediu a sua diferenciação política.

Geralmente atribui-se um papel particularmente nacionalizante às reminiscências históricas. Em grupos étnicamente homogêneos, os membros podem realmente associar os feitos históricos à vida de seus próprios antepassados. Mas à medida que um povo recebe etnias com tradições históricas diversas, a situação é outra.

Sem dúvida, é possível fazê-las esquecer essas tradições, uma vez que não mais lhes são transmitidas. Mas seria preciso fazê-las esquecer a sua própria ascendência para que os feitos dos "Pilgrim-Fathers" ou dos bandeirantes possam adquirir, para êles, o significado que possuem para os nativos de antiga estirpe. Realmente, concebida assim, a nacionalização levaria muitas gerações para se tornar completa. Acresce que freqüentemente a consciência de uma origem diferente não pode ser extinta enquanto existem marcas raciais como aquelas que, entre nós, identificam o "japonês" ou "alemão" lembrando-lhe sua tradição histórica diversa. Embora tivesse perdido totalmente a cultura de seus antepassados, o descendente de imigrantes racialmente diferentes continuaria prêso à consciência da sua origem diferente associando-lhe um sentido histórico diverso.

Todavia, aquí como em muitos outros casos, é preciso distinguir, cuidadosamente, entre fatôres de que se deseja que tenham efeitos assimiladores e aquêles que realmente exercem tais efeitos. Se as tradições históricas comuns tivessem de fato uma influência decisiva sobre o processo de assimilação, êste dependeria não só do desaparecimento de certos valores culturais trazidos pelos imigrantes, mas também de uma completa absorção biológica dêsses elementos. Dessa maneira desapareceriam caracteres somáticos diferenciais num lapso de tempo biologicamente determinado para fundir, num tipo relativamente homogêneo, os membros de um povo o qual deveria, além do mais, retornar a padrões rigorosamente endógamos. Passariam muitas gerações e os descendentes dos imigrantes associar-se-iam à histórica comum compartilhando das tradições que determinam, de acôrdo com a premissa, a unidade nacional do povo. Não é difícil verificar-se que, de fato, a consciência da história comum não adquiriu para a integração das na-

ções americanas, o significado que, por exemplo, Robert E. Park parece atribuir-lhe. (17) A função integrante das reminiscências do passado depende naturalmente da atitude que os nativos assumem diante da tradição histórica. Ao passo que tais atitudes podem realmente contribuir para integrar povos antigos, elas parecem exercer, em nações novas formadas por imigrantes recentes, uma função integradora só com relação a certas partes da população, como os descendentes de bandeirantes, os "paulistas de quatrocentos anos" etc.. Relacionada no entanto à totalidade do povo, a função dessas tradições grupais se afigura como sendo segregadora e estratificante, pois tende a dividir a população em elementos tradicionais ("superiores") e elementos "sem história", estrangeiros e filhos de estrangeiros de origem ignorada ou duvidosa ("inferiores"). Aquêles parecem "naturalmente" indicados para assumir o poder político, e estes se atribuem, com a mesma "naturalidade", funções subordinadas:

"No número de junho, há um curioso tópico sobre o movimento dos estudantes brasileiros para as escolas de Direito, e o desinterêsse da juventude, de *descendência nacional*, pelas carreiras técnicas. E a nota se alarma com o crescimento do nosso exército de doutores e burocratas. Bem justa a observação e bem alarmante este fenômeno social. Mas é também interessante procurar a razão econômica desse fenômeno, pois deve haver uma causa e bem forte. Ora, os pais brasileiros conhecem bem o seu meio. Bem melhor do que os pais estrangeiros. E, já de muitas gerações, o país assiste à proliferação de bachareis e burocratas. A razão me parece clara. Nós, brasileiros, sabemos, que entre nós, as grandes companhias, os grandes empreendimentos, as indústrias de importância e as empreitadas vultosas, ou são de estrangeiros, ou caem nas mãos de estrangeiros. A

êstes pertence, portanto, o mercado técnico, isto é, tanto dos materiais, como da mão de obra.

Difícilmente pode uma firma nacional competir com tal concorrência. As poucas que existem faltam-lhes, sobretudo, a simpatia e a boa vontade seja por parte do público, seja por parte dos órgãos do governo, para incentivar o espírito de iniciativa e de organização.

Sem emprêsas nacionais, é perfeitamente razoável que o brasileiro não procure uma carreira técnica *que o levará a trabalhar sob padrões alemães, dinamarqueses, ingleses, americanos ou japoneses. Sim, até japoneses!* Vamos vê-los agora, construindo barragens no Estado do Rio e eletrificando Campos.

Ora, os pais brasileiros pensam com bastante tato, quando encaminham seus filhos para as escolas de Direito. E, mesmo quando pretendem que os meninos estudem engenharia, é com a *ambição de lhes obter uma sinecura qualquer numa repartição que fiscalize, investigue ou inspecione alguma coisa.* Assim, os rapazes se classificam para, mais tarde, exercerem os *cargos, fáceis e bem remunerados, de "diretores cartolas" "testas de ferro", "consultores"* e toda uma longa escala de intermediários de negócios. Não podemos deixar de concordar que tal situação é *mais confortável que exercer a tarefa apagada de um técnico, em uma indústria química alemã ou um consórcio japonês*" (18)

Mesmo em sociedades secundárias, a assimilação ocorre nos grupos primários que lhes constituem as células. O ádvena se põe em contato com os valores considerados símbolos da solidariedade nacional, *à proporção que esses valores se transmitem sobretudo através de contatos primários.*

Praticamente, a nacionalização do imigrante se realiza no meio e através do meio local em que vive. O

imigrante alemão ou seu descendente associado com caboclos e o japonês metido no meio de caiçaras, podem adquirir a nacionalidade brasileira à proporção que caboclos e caiçaras possuem essa qualidade. A intensidade da consciência nacional que caboclos e caiçaras adquiriram, depende, por sua vez, da quantidade e qualidade de contatos que puderam estabelecer com as instituições destinadas a transmitir os valores representativos da nacionalidade. Se eles são mais caboclos e caiçaras do que brasileiros, isto é, se representam valores antes locais do que nacionais, o imigrante associado a êles, lhes seguirá no mesmo caminho.

Raramente, uma sociedade nativa rejeita todos os valores que um grupo adventício apresenta. Inúmeras observações, feitas nas sociedades mais diversas, ensinam que uma parcela maior ou menor de elementos culturais estranhos é aceita após um processo de peneiramento mais ou menos severo. As condições de aceitação variam grandemente no tempo e no espaço, mas seja como fôra: longe de se desprender de todos os elementos da sua cultura originária, o imigrante vê, muito ao contrário, que alguns desses elementos passam à sociedade nativa que os incorpora em seu patrimônio. Isso ocorre facilmente com elementos da cultura ergológica e tecnológica, sendo menos freqüente, no entanto, em outras esferas culturais.

Resumindo os resultados mais importantes desta sucinta análise, estabelecemos os seguintes princípios teóricos;

(1) A assimilação é, como a socialização, um processo de ajustamento de personalidades a expectativas sociais de comportamento.

(2) A assimilação difere da socialização por ser um processo de *reajustamento* a expectativas de uma

sociedade culturalmente diferente, processo êsse a que se submetem indivíduos anteriormente socializados.

(3) A assimilação pode ser definida como mudança da personalidade realizada pela substituição de combinações de atitudes e valores, por novas combinações de atitudes e valores que vêm a integrar o indivíduo em uma sociedade culturalmente diferente. (19)

(4) As novas combinações de atitudes e valores surgem em séries cuja seqüência é determinada, não só pelas expectativas da sociedade adotiva, mas principalmente por atitudes preestabelecidas, favoráveis à mudança de certos valores da cultura originária.

(5) A incorporação espontânea de certos valores novos envolve a incorporação de outros que escapam, geralmente, à previsão e à vontade do imigrante.

(6) A circunstância de serem os novos valores incorporados em séries e não simultaneamente, faz com que o comportamento dos imigrantes seja dirigida em parte por padrões antigos, e em parte por padrões novos.

(7) À medida que os novos valores se afiguram ao imigrante ou a seu descendente como incompatíveis com os antigos, a personalidade passa por uma série de conflitos tanto mais intensos quanto maiores forem as divergências culturais das sociedades envolvidas.

(8) A nacionalização, como aspecto particular da assimilação, consiste na adoção de um novo esquema de atitudes-valores que simboliza a integração na sociedade política adotiva.

(9) A falta de uma história comum em nações novas faz com que o significado atribuído a tradições históricas não possa ter a mesma função integrante que possui em nações velhas.

(10) Contatos primários revelam-se como sendo fatores de assimilação mais eficientes do que contatos secundários.

(11) Quanto mais diferenciada fôr a sociedade, tanto mais geral a natureza e tanto menor o número de atributos que as instituições nacionais poderão transmitir aos cidadãos nativos e adotivos.

(12) Geralmente nem todos os valores e atitudes antigos são substituídos pela assimilação, alguns se conservam e se incorporam no patrimônio cultural comum.

Se é que se pode tirar alguma conclusão das observações anteriores, pelo menos esta nos parece aceitável: a assimilação se afigura como processo sócio-psíquico que transforma a personalidade. A feição social do processo reside no fato de não ser o homem isolado que se reajusta, mas o homem vivendo em grupos e entre grupos com suas expectativas de comportamento e seus sistemas de controle peculiares. Diante dos fatos, a maioria das definições até agora feitas do processo de assimilação, ressentem-se de certas falhas. Vejamos, por exemplo, uma das conceituações mais citadas: "A assimilação é um processo de interpenetração e fusão no qual pessoas e grupos adquirem as memórias, os sentimentos e as atitudes de outros grupos ou pessoas e, compartilhando de suas experiências e de sua história, se lhes associam numa vida cultural." (20) Também em outras definições é comum a idéia de quem se assimila, "compartilha" de "sentimentos", "tradições", "lealdades", "memórias", "atitudes", "experiências", "histórias", "idéias", "hábitos", "padrões", "lembranças culturais" etc. (21) Ainda outras definições referem-se à "fusão de unidades sociais diferentes numa cultura uniforme" (22) ou à realização de uma "solidariedade cultural suficiente, pelo menos, para susten-

tar uma existência nacional” (23) ou à “identificação de atitudes e sentimentos” e de “lembranças culturais” (24) ou, ainda, ao “processo pelo qual se obtém uma síntese de cultura, qualquer que seja o grau de contato ou a quantidade de traços transmitidos.” (25)

Duas críticas podem ser feitas a tôdas essas conceituações:

(1) Nenhum dos autores citados diz *como* se estabelece a fusão cultural ou solidariedade nacional. Em outras palavras, as definições não revelam nada sobre os característicos constitutivos da assimilação como processo *sócio-psíquico*. Se as *differentiae specificae* da assimilação consistem, realmente, em certos processos sócio-psíquicos relacionados com a mudança da personalidade, a definição do termo tem de abranger êsses aspectos essenciais sob pena de ser falha.

(2) As definições pouco se recomendam pela exuberância e pelo uso pouco criterioso de termos como sentimentos, idéias, lealdades, memórias, experiências etc. Se valores são “quaisquer objetos, condições ou princípios em tórno dos quais se desenvolveram significados resultantes de experiências da interação social”, (26 é óbvio que abrangem, implicitamente, todos os mencionados conceitos tornando assim desnecessária uma variedade de termos que parece indicar diferenças conceituais realmente inexistentes.

Acomodação — Resta elucidar outro aspecto do problema. Alguns sociólogos aplicam o termo *acomodação* a certos fenômenos que caracterizam não poucos contatos inter-grupais. Park e Burgess afirmam que a acomodação cria um tipo de “ordem social”, a “organização social”, pois “organização social é a soma total de acomodações a situações passadas e presentes. Todas

as heranças sociais, tradição, sentimentos, cultura, tecnica são acomodações; êles são ajustamentos adquiridos que se transmitem socialmente e não biològicamente". (27) Evidentemente, êste conceito de acomodação é muito *amplo*, a ponto de abranger todos os possíveis ajustamentos sociais e, portanto, a *própria assimilação*. Parece plenamente justificavel a conclusão de que a assimilação é apenas uma *modalidade* ou uma das formas da acomodação. Todavia, esta conclusão é imediatamente desmentida pelo mesmo autor que, mais adiante, afirma que "a acomodação ou o processo de fazer ajustamentos sociais a situações de conflito, mediante a manutenção de distâncias sociais entre grupos e pessoas que, de outra maneira, poderiam entrar em conflito, deve ser diferenciada de assimilação que é o processo pelo qual culturas e personalidades se interpenetram e fundem. Uma ilustração representa a acomodação do imigrante, pela adoção de indumentária, alimentos, hábitos e língua, mas sem participação plena das heranças culturais e desígnios comuns de seu pais adotivo pelo qual seus filhos são assimilados. Segue-se daí que a assimilação ocorre em situações de contatos primários, pessoais e íntimos, ao passo que as acomodações se realizam mediante arranjos formais e externos." (28) Ora, esta passagem nos ensina que o conceito de acomodação não abrange o de assimilação, e que se trata, portanto, de conceitos *coordenados e não subordinados*. Acresce que o tópico não diz com a necessária clareza se processos acomodativos se destinam a *prevenir conflitos* potenciais ou *fazer cessar conflitos* realmente existentes. Contudo, objeções mais sérias podem ser levantadas contra os últimos dois períodos. São estas:

1 — O imigrante que adota "hábitos e língua" do pais adotivo, não compartilha porventura das "heran-

ças culturais” desse país? Que misteriosa herança será esta que não abrange hábitos e língua?

2 — Nada, mas absolutamente nada justifica a conclusão do autor de que a adoção de “indumentária, alimentos, hábitos e língua” se faça por meio de “arranjos formais e externos” (contatos secundários, ao que parece). Muito ao contrário, a aquisição da língua e de muitos hábitos requer contatos primários. Naturalmente, está afirmação não implica que com a aquisição da língua e de certos hábitos o imigrante esteja completamente assimilado.

3 — Enfim, que significa a expressão “arranjos formais e externos”? A adoção de um vestuário ou alimento diferente e, mais ainda, de uma língua estranha, envolve, automaticamente, a *quebra de outros tantos hábitos*. Se a estrutura da personalidade consiste em hábitos, é evidente que a quebra dêstes lhe significa *modificações estruturais*. Com a substituição de certos hábitos por outros, surgem as atitudes-valores correspondentes, afigurando-se todos êsses processos como simples etapas da assimilação. Embora a “profundidade” dêsses processos possa constituir objeto de discussão, a expressão “arranjos formais e externos” não caracteriza, de modo algum, a natureza dos processos em jôgo. De mais a mais, línguas, vestuários e dietas não representam apenas valores instrumentais. Além de ser um meio de comunicação, uma língua simboliza o prestígio de um povo ou de uma camada social. Neste sentido, a aprendizagem do suaheli envolve outras associações do que a aquisição do inglês. Usar uma língua estranha pode significar *ascender ou descer na escala social*. Afirmações semelhantes podem ser feitas com relação a certos vestuários e alimentos. Há imigrantes que não comem feijão e banana porque associam-lhes a idéia de grupos ou camadas sociais

“inferiores”. Refeições que imigrantes tomam em restaurantes portugueses, italianos, alemães, japoneses etc. têm geralmente um cunho acentuadamente sentimental; e a presteza com que muitos imigrantes pagam exageradamente caro certos gêneros importados do país de origem, constitui outra prova pelo valor simbólico que alimentos podem adquirir.

Em qualquer hipótese, a qualificação infundada de algumas fases da assimilação como sendo “arranjos formais e externos” e a sua rotulação como “acomodação” será sempre e sob todos os aspectos um procedimento pouco recomendável. Seja qual fôr a “importância” dos hábitos e atitudes que surgem em conseqüência de contatos culturais, todos êles, sem exceção nenhuma, *contribuem para alterar a estrutura das personalidades envolvidas*. Todos êsses processos são, portanto, *essencialmente idênticos* e arbitraria qualquer tentativa no sentido de isolar alguns entre êles. A identidade essencial dos fenômenos requer, por conseguinte, a denominação por um *único* conceito, que neste caso seria o de *assimilação*. (29)

Aculturação — O entrelaçamento de personalidades e cultura é tão estreito que parece tratar-se de dois aspectos do mesmo fenômeno. São realidades complementares; nenhuma poderia existir sem a outra. A personalidade se forma à proporção que integra as experiências culturais de seu meio. A cultura existe somente à medida que portadores a exprimem pelas suas ações conjugadas. O homem sem cultura e a cultura sem homem são abstrações que não deixam de ter seus perigos para o pensamento científico. Thomas e Znaniecki reconheceram que, na combinação de atitudes e valores (pela integração dêstes na personalidade), as atitudes representam o “elemento subjetivo” e os valo-

res a “contraparte objetiva” (30) da cultura. Na definição com que caracterizamos o processo de assimilação, o conceito de mudança cultural já está implicitamente contido, pois a substituição de atitudes-valores denota que certos elementos da cultura originária perdem o significado específico deixando de ser valores. (31) A perda do significado envolve, pouco a pouco, o esquecimento do elemento que desaparece do horizonte cultural da pessoa que o substituiu. Desta maneira, línguas, idéias, conhecimentos e costumes são esquecidos e deixam de fazer parte do patrimônio cultural de um dado grupo social. Quem se assimila, perde e adquire cultura, mas o processo de perda e aquisição é sócio-psíquico como acabamos de ver. É possível, no entanto, analisar esta forma de mudança social e cultural, adotando um ângulo de vista diferente. Concebendo uma cultura como sistema de valores, isto é, como sistema de padrões de comportamento, idéias e conhecimentos que adquiriram significados específicos para um grupo humano, as mudanças que esse sistema sofrer, poderão ser observadas e descritas sem que se recorra, necessariamente, à análise dos processos sócio-psíquicos chamados assimilação. O contato entre duas línguas (através de seus portadores humanos) pode ser estudado em certas transformações lexicais e gramaticais. Dogmas, ritos e cerimônias religiosas que sofrem alterações em consequência de contatos dos seres humanos que lhes representam os portadores, podem igualmente tornar-se objetos de estudos científicos. O mesmo pode-se dizer de sistemas econômicos ou regimes matrimoniais. Embora se saiba que transformações desta categoria são condicionadas a processos sócio-psíquicos, é possível abstrair-se destes por razões metodológicas e estudar, isoladamente, os aspectos meramente culturais. Chegamos assim ao conceito de *aculturação* que compre-

deria “os fenômenos resultantes do contato direto e contínuo entre grupos de indivíduos representantes de culturas diversas, e as subseqüentes mudanças nas configurações culturais de um ou de ambos os grupos.” (32) Com relação a esta conceituação bastante ampla, a assimilação parece ser um conceito *subordinativo*, pois os mesmos autores a consideram “uma fase da aculturação”. (33) Uma vez que *tôda* transmissão de dados culturais através de contatos sociais diretos e contínuos afeta as *atitudes das personalidades* atingidas, está claro que aculturação e assimilação são conceitos coordenativos, correlativos e completivos. Ambas são aspectos do mesmo processo: a assimilação é o seu aspecto “subjetivo” porque envolve a personalidade; a aculturação lhe representa o aspecto “objetivo” porque afeta os valores culturais. Ambas são comparáveis a anverso e reverso da mesma medalha. (34) À vista disso parece necessário restringir o conceito de aculturação às *mudanças nas configurações culturais de dois ou mais grupos que estabelecerem contatos diretos e contínuos*.

Estúdios meramente aculturativos justificam-se, às vêzes, pela impossibilidade ou dificuldade de obter-se um número suficiente de informações seguras sôbre as mudanças ocorridas nas personalidades envolvidas. Êste é o caso, por exêmplo, de certos contatos que povos preletrados estabeleceram em tempos remotos. Se as pessoas que entraram em contato desapareceram e o seu testemunho não se objetivou em forma de uma tradição oral, o pesquisador tem de limitar-se ao estudo dos elementos culturais (35) materiais ou institucionais. Em via de regra, um trabalho cientificamente completo (36) abrangerá aspectos de assimilação e aculturação. Estudos aculturativos, no sentido em que empregamos êste têrmo, podem ser, a rigor, sômente *descritivos* mas dificilmente *causais* ou *funcionais*. Isso é particular-

mente verdadeiro no terreno ergológico. Enquanto o pesquisador se restringe ao ponto de vista aculturativo, somente por analogia (suspeito de etnocentrismo) poderá determinar as causas que levaram à transmissão de elementos materiais de um grupo para outro. O mesmo se dá com as funções que os elementos transplantados desempenham no grupo que os adotou. Todavia, muitas vezes, o emprêgo da analogia não passa de mera conjectura. Motivos utilitários que determinaram a aceitação de um traço no grupo A, podem não ser decisivos no grupo B. A função (37) desempenhada por um instrumento qualquer pode estar relacionada com o sistema econômico da sociedade X e com o prestígio social de certa camada social, na sociedade Y. Os colonos teuto-brasileiros do vale do Itajaí aceitaram grande número de elementos culturais dos brasileiros do planalto ("lageano") e relativamente poucos do "caipira" litorâneo. A transmissão desses elementos pode ser *descrita* à medida que se obtêm informações relativas à época em que se estabeleceram os contatos, ao grau de difusão dos elementos, às modificações por que passaram etc. Mas sem análise das *atitudes* que determinaram a aceitação inicial, a difusão e modificação posterior, não será possível conhecer nem as *causas* da adoção nem tão pouco as funções que tais elementos vieram a desempenhar entre os teuto-brasileiros. Em regra, êstes admiram o "lageano" e desprezam o "caboclo". Portanto: as condições em que se estabelecem contatos entre "lageanos" e teuto-brasileiros são favoráveis à transmissão cultural devido ao *prestígio* relativamente elevado do "lageano." Não poucos traços do planalto catarinense têm um valor simbólico e parecem comunicar, às pessoas que os adotam, uma parcela do prestígio de que tropeiros e boiadeiros gozam freqüentemente entre agricultores sedentários.

Evidentemente, a maioria dos elementos transmitidos provou a sua utilidade sem perder, no entanto, o valor simbólico. Ambos os fatores continuam lado a lado desempenhando, como veremos adiante, funções importantes quanto à perpetuação da estrutura social existente. Óbvio é, portanto, que a análise das *causas* da aculturação e das *funções* de elementos transmitidos, implica, na verdade, uma análise *das atitudes* que determinaram a aceitação. Não há dúvida de que uma análise dessa categoria representaria um estudo de *assimilação*.

De outro lado, a análise das atitudes positivas ou negativas que imigrantes podem assumir, por exemplo, diante da língua do país adotivo, não é suficiente para compreender as mudanças realmente ocorridas. Se, em certas condições, o conhecimento do português se tornou uma fonte de prestígio para o teuto-brasileiro rústico, as condições sócio-psíquicas para uma mudança de atitudes (concernentes ao uso das línguas alemã e portuguesa) são favoráveis. Todavia, a inexistência de um sistema de transmissão organizada pode frustrar o desejo dos colonos de substituir valores linguísticos antigos por novos. É nestas condições que ocorrem modificações lexicais e sintáticas no linguajar teuto que precisam ser estudadas *descritivamente*. É necessário verificar o grau de transformação linguística para se ajuizar do grau de assimilação. Não basta o *desejo* de assimilação decorrente de condições favoráveis. É indispensável que haja contatos suficientemente íntimos e freqüentes para que o desejo possa realizar-se. Em outras palavras, as pessoas propensas a substituírem atitudes-valores, não poderão realizar o reajustamento desejado, enquanto não puderem integrar às suas personalidades os novos valores. O índice de integração será sempre a *língua realmente falada*. Desta maneira,

o estudo da aculturação linguística afigura-se como aspecto completivo do estudo da assimilação.

Contatos podem levar à “interpenetração”, “síntese” ou fusão de culturas diferentes. Mas a análise do desaparecimento de certos elementos culturais, a modificação de outros e, talvez, o reagrupamento de todos, ainda representa um estudo de aculturação e *não* de assimilação, como pensam alguns autores. (38) Na hipótese de uma fusão cultural, as personalidades atingidas conseguiram um reajustamento completo ou, em outros termos: a adoção de novas combinações de atitudes e valores foi de molde a corresponder plenamente às expectativas da sociedade receptora. Como se vê mais uma vez: somente a análise destes reajustamentos constituiria um estudo de assimilação.

Na conceituação do processo de fusão, Ralph Linton vai muito longe: “A fusão genuína envolve sempre, não somente o desaparecimento das duas culturas originárias, mas também a amalgamação das duas sociedades originárias, através do processo biológico de intercruzamento.” (39)

Em primeiro lugar: associar ao processo de fusão o “desaparecimento das duas culturas” significa uma restrição conceitual que a realidade não justifica. Muito povos americanos que, desde o descobrimento, receberam, intermitentemente, correntes imigratórias das mais diversas origens étnicas, *conservaram a sua identidade cultural*, porque as contribuições culturais das várias etnias foram desiguais, em quantidade e qualidade.

Segundo: A conceituação de Linton estabelece uma relação de dependência entre a fusão cultural e a amalgamação biológica que não deixa de apresentar certos perigos. O exemplo dos negros americanos (40)

mostra que assimilação e aculturação podem ser completas sem que haja amalgamação.

Alguns exemplos da colonização germânica no Brasil evidenciam também que a assimilação *completa* não depende, necessariamente, da amalgamação embora esta, pela intimidade dos contatos do grupo familiar, possa naturalmente apressar o ritmo da assimilação. Se é verdade que a assimilação mais rápida se afigura, frequentemente, como efeito de intercasamentos, não são poucos os casos, no entanto, em que o intercasamento se apresenta como *efeito da assimilação*. A julgar por observações nossas, a assimilação *parcial* deve até ser considerada *conditio sine qua non* de intercasamentos. Parece que somente a falta absoluta de mulheres leva imigrantes culturalmente diferentes e não assimilados a se casarem com mulheres nativas.

NOTAS

(1) Robert E. Park, "Personality and Cultural Conflict" *Publication of the American Sociological Society*, Vol. XXV, (Maio de 1931), pp. 96, 97.

(2) Ross Stagner, *Psychology of Personality*, (New York, 1937), pp. 48, 49.

(3) William James, *The Principles of Psychology*, Vol. I, (New York, 1931), pp. 291 seg.

(4) William G. Sumner, *Folkways*, (Boston, 1905), p. 12.

(5) Ellsworth Faris, *The Nature of Human Nature*, (New York, 1937), p. 14.

(6) William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*, Vol. I, (Boston, 1918), p. 44. Na mesma obra, a atitude é definida como "elemento subjetivo em um complexo cultural, a contraparte individual de um valor social. É a tendência individual de reagir, positiva ou negativamente, a um dado valor social", (Vol. I, p. 24). A "tendência" explica-se por uma série de experiências feitas pela interação com

um determinado meio cultural. Tais experiências envolvem reações a situações específicas em número suficiente para determinar uma reação estereotipada. O preconceito racial representa o exemplo de uma reação estereotipada ou atitude, como predisposição de agir de uma certa maneira em relação ao negro, japonês etc. Robert Park lembra que ações são "comportamento dirigido" sendo as *atitudes* que indicam e determinam a direção para onde as ações tendem. (Robert E. Park, "Human Nature, Attitudes and the Mores" in Kimball Young ed. *Social Attitudes* (New York, 1931). Concepções semelhantes ou idênticas de atitudes encontram-se, por exemplo, em R. L. Sutherland e J. L. Woodward, *Introductory Sociology*, 2.^a Edição. (New York, 1940.), p. 211; E. B. Reuter, *Handbook of Sociology*, (New York, 1941), p. 81; Ellsworth Faris, "The Concept of Social Attitudes" in Kimball Young ed. *Social Attitudes*, (New York, 1931). Evidentemente, se é que existe uma diferença entre hábito e atitude, ela pode ser caracterizada pelo fato de que a atitude tende a exteriorizar hábitos.

(7) *Ibidem*, Vol. IV, pp. 41-43.

(8) A confusão que se prende ao uso dos conceitos de estrutura e organização social, impõe uma definição mais satisfatória que julgamos haver encontrado num trabalho recente de G. Gordon Brown e James H. Barnett. Organização social consiste, de acôrdo com os dois autores em um sistema intragrupal e intergruppal de deveres e direitos recíprocos, enquanto que o uso do termo *estrutura social* se refere à posição que pessoas e grupos ocupam em virtude desse sistema de deveres e direitos recíprocos. "Social Organization and Social Structure" *American Anthropologist*, Vol. 44., Janeiro-Março de 1942, p. 32.

(9) Vide Robert E. Park, op. cit., p. 108.

(10) Robert E. Park, "Human Migration and the Marginal Man" *American Journal of Sociology*, Vol. XXXIII, (Maio de 1928), pp. 881-893.

(11) W. I. Thomas e F. Znaniecki, op. cit., Vol. V, p. 11

(12) Everett V. Stonequist, *The Marginal Man* (New York, 1935), p. 43.

(13) Everett V. Stonequist, loc. cit.

(14) Stuart A. Queen, Walter B. Bodenhafer, Ernest B. Harper, *Social Organization and Disorganization*, (New York, 1935), p. 570.

(15) Vide Karen Horney, op. cit., pp. 28, 29.

(16) Robert E. Park, "Assimilation" *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Vol. I.

(17) Robert E. Park e E. W. Burgess. *Introduction to the Science of Sociology*, (Chicago, 1921), p: 735. Numa definição mais recente, Robert E. Park não mais menciona o fator histórico. Vide R. E. Park, "Assimilation" *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Vol. I.

(18) Carta de um leitor à redação do *Observador Econômico*. Ano IV, N.º 43, agosto de 1939, p. 146. Os grifos são nossos. Aparentemente, o autor da carta considera as inúmeras empresas fundadas por imigrantes e atualmente dirigidas por seus filhos ou descendentes brasileiros, como "indústrias estrangeiras", pois de outro modo não se explicaria o segundo parágrafo da carta. Parece que aqui se manifestou o representante de uma determinada camada social apenas, pois brasileiros de descendência brasileira das classes médias disputam, com intensidade crescente, cargos técnicos em empresas "estrangeiras".

(19) Uma das conceituações que E. R. Reuter formulou, aproxima-se bastante do nosso conceito de assimilação. "Assimilação significa a mudança gradual de sentimentos e atitudes que resulta da residência (em um país estrangeiro) e da participação de uma cultura estranha. Gradativamente os indivíduos transplantados perdem o corpo de memórias, tradições e relações pessoais, que definiram sua integração no grupo originário, e adquirem os padrões, crenças, ideais e apreciações que os identificam com a nova cultura. A mudança gradativa e na maior parte, inconsciente das tradições e da lealdade é a essência da assimilação pessoal. É um processo lento de transformação pessoal que, em última análise, efetua a incorporação do indivíduo no grupo, assegura sua lealdade à ordem política e o capacita de compartilhar da experiência social pela participação na vida cultural", Edward B. Reuter, *The American Race Problem, Study of the Negro*, 2.ª Edição, (New York, 1937), p. 122.

Em um trabalho recente, notável sob certos aspectos, Nathan L. Whetten e Arnold W. Green chegam à conclusão de que "o conceito de assimilação é um instrumento de análise impreciso e pesado. Possui a qualidade arbitrária de tudo ou nada que o divorcia da realidade." Esta crítica, no entanto, dirige-se *exclusivamente* contra a definição de Park e Burgess por ser esta a mais aceita. Não há motivo, portanto, para criticarmos uma afirmação que, embora generalizante, repousa em bases tão frágeis. Vide Nathan L. Whetten e Arnold W. Green, "Field Research and the Concept of Assimilation". *Rural Sociology*, Vol. 7, N.º 3, setembro de 1942, pp. 252 seg.

- (20) Robert E. Park e E. W. Burgess, op. cit., p. 735.
- (21) Vide R. E. Reuter, op. cit., p. 84, C. A. Dawson e W. E. Gettys, *An Introduction to Sociology*, (New York, 1917), p. 143.
- (22) Verne Wright e Manuel C. Elmer, *General Sociology*, (New York, 1939), p. 627.
- (23) Robert E. Park, "Assimilation" *Encyclop. of the Social Sciences*, Vol. I.
- (24) Donald Pierson, na crítica feita a meu livro *Assimilação e populações marginais no Brasil*, na *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. LXXVII (São Paulo, 1941), p. 166.
- (25) Melville J. Herskovits, *Acculturation*, (New York, 1938), pp. 14, 15.
- (26) E. B. Reuter, op. cit., p. 163.
- (27) E. M. Burgess, "Accommodation" *Encyclop. of the Social Sciences*, Vol. I.
- (28) E. M. Burgess, op. cit., p. Vide também Donald Pierson. "Um sistema de referências para o estudo dos contactos raciais e culturais", *Sociologia*, Vol. III, N.º 1, (São Paulo, 1941), pp. 14, 15.
- (29) Parece recomendável restringir o uso do termo acomodação aos processos que caracterizam a cessação de um conflito social.
- (30) Op. cit., Vol. I; p. 24 e Vol. II, pp. 21-22.
- (31) Vide o conceito de valor em E. B. Reuter, op. cit., p. 163.
- (32) Robert Redfield, Ralph Linton e Melville J. Herskovits, "Memorandum for the Study of Acculturation" *American Journal of Sociology*, Vol. XLI, N.º 3, (Novembro de 1935), p. 366-370.
- (33) *Ibidem*, p. 366.
- (34) Depois de criticar a imprecisão com que alguns antropólogos usaram o termo aculturação, Herskovits friza a necessidade de distinguir, claramente, *difusão cultural* (conceito mais amplo) de *aculturação* (conceito mais estreito), dizendo: "Em geral, a difusão pode ser concebida como aquêlê aspecto da mudança cultural que inclui a transmissão de técnicas, atitudes, conceitos e pontos de vista de um povo para outro; quer por intermédio de um único indivíduo ou de um grupo, quer mediante contatos breves ou prolongados. Evidentemente, agora é útil afim de classificar tipos diferentes de dados, distinguir, neste campo geral, aquêles contatos que são breves e não envolvem nenhuma associação prolongada entre um indivíduo e

o povo de cultura diferente — por intermédio dos quais, por exemplo, um traço da cultura polinésia é aceito por um grupo visitado uma vez por alguns viajantes de uma ilha muito distante daqueles outros tipos de difusão que ocorrem quando um povo está exposto, durante muito tempo, a uma cultura diferente da sua própria.” Melville J. Herskovits, *Acculturation*, (New York, 1938), pp. 14, 15.

(35) Um caso extremo é representado por certas pesquisas arqueológicas que procuram interpretar sociedades desaparecidas através dos restos ergológicos encontrados.

(36) “Três importantes manifestações de aculturação aparecem, usualmente em tôdas as situações: (1) mudanças no equipamento cultural ou “cultura material”; (2) mudanças na organização social, nos padrões e na incidência da participação de indivíduos da vida grupal; e (3) mudanças na estrutura e organização da personalidade.” John Gillin e Victor Raimy, “Acculturation and Personality”, *American Sociological Review*, Vol. 5, N.º 3, junho de 1940, p. 372. O estudo desses aspectos baseia-se no fato de que “a cultura não existe à parte dos seres humanos e que nem a estrutura da personalidade individual, nem a configuração cultural podem ser significativamente compreendidas a não ser por referências recíprocas” (Ibidem) Gillin e Raimy não usam o termo “assimilação” mas é evidente que as “mudanças na estrutura e organização da personalidade” constituem realmente o objeto de estudo da assimilação.

(37) No presente trabalho usamos o termo função em um sentido bastante preciso. A função de um elemento cultural é “a soma total de suas contribuições no sentido de perpetuar a configuração sócio-cultural”. Ralph Linton, *The Study of Man*, (New York, 1937), p. 404. Vide também A. R. Radcliffe-Brown, “Sobre Estrutura Social” *Sociologia*, Vol IV, N.º 3, (São Paulo, 1942), p. 226.

(38) Vide, por exemplo, além de Park e Burgess, op cit., Melville J. Herskovits, *Acculturation*, (New York, 1938), p. 15 e Ralph Linton, *Acculturation in Seven American Tribes*, (New York, 1940), p. 502.

(39) Ralph Linton, *loc. cit.*

(40) Verdade é que os negros não participam da cultura americana no mesmo grau que outros estratos da sociedade estadunidense. Todavia, a exclusão parcial do negro não implica, como Robert E. Park e E. B. Reuter pensam, em falta de assimilação. “Em qualquer sentido real e fundamental, a América

deixou de assimilar os negros;¹ eles ainda constituem um grupo mais ou menos à parte e, por lei e costume, negam-se-lhe muitos dos direitos de cidadania, sendo eles excluídos, também de outra maneira, da participação plena na cultura. Eles estão dentro da ordem política, mas não lhe representam uma parte integrada; eles são culturalmente excluídos e tendem a tornar-se uma casta proletária permanente.” Edward B. Reuter, *The American Race Problem. A Study of the Negro*, 2.^a Edição, (New York, 1937), p. 112. Se é verdade o que a maioria dos antropólogos americanos afirma, que não há sobrevivências africanas entre os negros estadunidenses e que eles são culturalmente americanos e nada mais, o problema da participação cultural não é de assimilação, mas talvez de socialização. Esta situação o negro estadunidense compartilha com inúmeras outras classes ou castas proletárias em sociedades estratificadas onde a participação cultural varia em função da camada social e onde existe, às vezes, um patrimônio cultural próprio e distinto em cada estrato. E’ uma incoerência desnorteante o falar-se em uma “assimilação incompleta” desses estratos.

CAPÍTULO II

O ÊXODO DOS ALEMÃES E OS CARACTERES GERAIS DA SUA COLONIZAÇÃO NO BRASIL

A cultura originária dos imigrantes — O povoamento sistemático do Brasil meridional com imigrantes germânicos iniciou-se em 1824. Desde então decorreram cento e vinte anos, lapso de tempo êsse que abrange talvez as mudanças sociais mais incisivas da História do Ocidente. As aldeias prussianas da primeira metade do século 19 compartilham das feições semi-primitivas de inúmeras *folk-cultures*: são comunidades muito coesas, relativamente auto-suficientes e dificilmente permeáveis a influências estranhas. A organização social é familiar e estritamente local, a mentalidade é tradicionalista e mágica. Os aldeões “agem como um corpo” (1) obedecendo às normas da tradição, porque temem o “castigo e a vingança de poderes ocultos.” (2) A família é unidade produtora o consumidora a um tempo. As relações entre cônjuges e entre pais e filhos são patriarcais. A escolha da espôsa é usualmente determinada por motivos econômicos. A comunidade local funciona à base de uma *reciprocidade* muito acentuada. “O camponês e a camponesa dão presentes, emprestam, ajudam aos vizinhos e à comunidade oferecendo ferramentas, trabalho e alimentos por ocasião da colheita, acodem a parturientes e moribundos, cooperam na construção de uma casa ou na alimentação dos pobres da aldeia etc., mas cooperam e

auxiliam na expectativa tácita e natural de que tudo será compensado. E quem recebeu um favor ou benefício, sente-se na obrigação de retribuí-lo na medida do possível, não dando mais do que recebeu, porém fazendo o que lhe foi feito." (3) O princípio de reciprocidade (4) que talvez mereça ser chamada de *base consensual* de sociedades primitivas e campesinas, se manifesta também nas situações de conflito. A retribuição de danos e ofensas, freqüentemente após muitos anos e com uma brutalidade às vêzes inesperada, representa apenas o aspecto correlato dessa reciprocidade, afigurando-se como sobrevivência de épocas em que não havia autoridade capaz de se impor aos diversos grupos da comunidade tribal. A natureza das relações que ligam o camponês à gleba, é mais do que mera sedentariade. A terra, a paisagem, sua vegetação e suas criaturas estão plenamente integrados na vida do camponês. Não vai nisso nenhuma afirmação mística. O camponês tradicional convive realmente com seus campos e seu gado, abrigando êste, sua família e seus agregados, não raro, sob o mesmo teto. Virtualmente, a terra lhe é inalienável, mesmo onde não há leis que imponham a inalienabilidade. Gerações sucedem-se na mesma gleba; seu abandono ou sua fragmentação estão, absolutamente, fora de toda cogitação. A estabilidade não se revela apenas na inalienabilidade do sítio, mas também no tipo de colonização. Esta, que tem, freqüentemente, sua origem na primitiva ordem tribal, se transmitiu ao nosso tempo. A colonização primitiva em forma de sítios isolados ou aldeamentos de vários tipos conservou-se, em linhas gerais, mesma nas imediações de muitas cidades.

O camponês comunga de tal maneira com os fatores mesológicos que toda a sua vida é regional, senão puramente local. Nenhuma das manifestações culturais tí-

picas dos grupos rurais seria concebível fora de um determinado meio, a começar pelo próprio linguajar, o qual, de povoado a povoado, acusa diferenças sutis, até no âmbito do mesmo dialeto. Tudo, desde os trajes, o tipo de habitação, costumes, crenças até a organização do trabalho, o direito de sucessão e as relações entre pais e filhos, afigura-se, de qualquer maneira, como inseparável do meio físico, ao qual o grupo está associado desde tempos imemoriais. Nada mais estranho do que um campônio fora de seu meio nativo, mesmo que esteja num ambiente rural entre homens que são camponeses como êle. Se é de uma região distante, o entendimento é difícil devido à diferença dos dialetos; a indumentária, certos costumes, a crença religiosa contrastam singularmente com o novo meio. Êle, o campônês, é um estranho entre estranhos, também camponeses.

O contrôle sôbre a natureza é largamente exercido por meios religiosos e mágicos. Procissões são consideradas recursos adequados para obter uma boa colheita ou chuva em épocas de sêca. Médicos e veterinários ainda hoje têm que lutar contra curandeiros e benzedoras. Terras, há, como a Westfália, que se celebrizam pelo número e o poder excepcional de seus videntes. Sômente em 1793 a última bruxa foi condenada à fogueira. A crença em poderes sobrenaturais de certos indivíduos continua na população rural. Em casos de assombração, de possessão, pede-se freqüentemente a intervenção do sacerdote, que aplica a bênção ou cerimônias de exorcismo. No Cristianismo rural há, como se sabe, sedimentos vários de origem pagã, católica ou luterana, segundo a região e as influências que sofreu. O contrôle social exercido pela comunidade rural, as sanções diretas que dela emanam, se dirigem a todos os indi-

vídúos, abrangem tôdas as manifestações pessoais e ameaçam, em caso de deslises que se afastam muito da norma comum, a existência tôda, material e moral, do indivíduo. Um símbolo da estabilidade rural é o traje. Embora seja, por vêzes, resíduo ou sobrevivência de uma moda antiga, freqüentemente de origem aristocrática, não está sujeita à volubilidade e ao ritmo da moda urbana: ao ser transplantada do castelo ou da côrte de um senhor feudal, para o meio rústico dos vilões, ela sofreu um processo de cristalização, transformando-se em trajes que se conservaram, com poucas alterações, até os nossos dias.

O rigor das tradições, a inflexibilidade dos costumes, conseqüências do isolamento determinaram a relativa estreiteza do horizonte cultural.

Naturalmente, como tôdas as sociedades humanas, também as comunidades campesinas têm sua cultura, mas nela encontramos uma quantidade muito menor de elementos. Isso (1) “porque experiências não podem ser feitas devido à estreiteza do mundo circundante; (2) porque não há nenhuma organização ou classe de pessoas que se dedique exclusiva ou preponderantemente à coleção de experiências, e (3) porque o camponesato permaneceu, essencialmente, sem escrita até a introdução recente da escola; anteriormente, no entanto, o acúmulo de conhecimentos não podia ser fixado exatamente. A conservação de muitas crenças religiosas antigas, a despeito da presença periférica de centros de conhecimentos superiores, de um saber melhor e uma compreensão mais perfeita é a melhor prova pela tenacidade do gênero humano de se apegar a “erros” e preconceitos, deste que estejam sancionados. Sòmente nos últimos tempos a cultura escolar, introduzida nas aldeias, consegue, a par de renovação das gerações, solapar as crenças antigas.” (5) Que a escola

é uma realidade muito recente em muitas aldeias germânicas, foi verificado, por exemplo, em Santa Catarina, pois entre os colonos chegados em 1860 e 1861, havia, segundo atestaram depoimentos reiterados de pessoas diversas, muitos analfabetos.

Assim, o horizonte cultural do alemão rústico permaneceu acanhadíssimo, contando apenas com as poucas experiências que se lhe deparavam no seu meio limitado. E este quasi sempre coincidia com o meio ou local nativo. “Na época anterior a 1848, o camponês não se interessa absolutamente pela vida estatal e nem compreende a luta pela formação do Estado. Verdade é que respeita incondicionalmente o rei e as autoridades. . . . mas o *patriotismo* ainda é um instinto prêso à gleba e restrito ao torrão natal. O patriotismo do camponês é a luta pela propriedade. A sua representação do Estado prende-se ao rei e às autoridades concretas que interpreta em categorias patriarcais.” (6) Mesmo em tempos mais recentes, o camponês é essencialmente apolítico, não compreendendo mesmo, por ultrapassarem completamente seu horizonte, as manifestações da nacionalidade. A “política” do campônio, se é que merece êsse nome, é conservação e defesa de valores locais, contra quem quer que seja. Escapam à sua compreensão acontecimentos de âmbito nacional. Por mais ousada que esta afirmação pareça à primeira vista: o camponês germânico, como o de qualquer outra nação européia, vivia e vive ainda, em grande parte pelo menos, alheio à comunidade nacional. Êle é, como já dissemos alhures (7) “prehistórico e superhistórico, êle ultrapassa a existência das nações, não precisa da civilização, pois não nasce nem morre com ela; o camponês é, por assim dizer, o “homem eterno”. A nacionalidade do camponês, isto é, a formação de uma cons-

ciência nacional e participação dos acontecimentos da política nacional e internacional, somente se opera em função da urbanização do campo ou da politização consciente e propositada das massas rurais observada nos países denominados "totalitários". (Rússia, Itália, Alemanha). É precisamente a preocupação desses países, "despertar" a população rústica, de integrá-la, mediante uma organização política e o exercício de um controle intenso, em um determinado regime político.

Se esse quadro se ajusta mais à sociedade rural germânica da primeira metade do século 19 do que à da segunda metade e mais a esta do que à do primeiro quartel do século 20, um dos aspectos mais importantes do nosso problema reside precisamente nesse fato. Os imigrantes germânicos abandonam uma cultura em plena mudança e, em grande parte, *por causa* dessa mudança. Cada leva representa não somente um tipo de cultura local, mas também uma certa fase de transformação cujo ritmo acusa variações impressionantes de acordo com as condições regionais ou locais. É uma sociedade rural que se está secularizando, cujas comunidades se vêm articulando cada vez mais com os mercados urbanos, cujas manufaturas domésticas se desagregam ou se transformam com a industrialização crescente, cujos jovens estão sendo atraídos, em número cada vez maior, pelos centros industriais. É o próprio campo que se urbaniza, cujo estilo de vida sofre modificações profundas com a mobilidade crescente das populações. É o capitalismo, enfim, que penetra, baseado em técnicas científicas, os processos de produção agrícola. Assim, as diferenças entre os imigrantes rústicos repousam, de um lado, na feição estritamente local ou regional de sua cultura e, de outro lado, em

fenômenos que derivam da própria desorganização das antigas comunidades campestres. (8)

Contribuição das cidades — Boa parte da imigração germânica é composta de cidadãos. Às diferenças já apontadas devem ser acrescidas outras que separam o homem da cidade do campônio. Sem dúvida, estas diferenças sempre existiram; mas, pôsto que sempre tenham sido profundas, tendem a aumentar sensivelmente com a mudança de estrutura das sociedades citadinas, no decurso do século 19. A formação de uma sociedade integrada de classes sociais (ao invés de estamentos) a industrialização e proletarização de grandes partes da população e, sobretudo, a rapidez com que se operam essas mudanças, afastam tanto a cidade do campo que para este, à medida que procura articular-se com os mercados urbanos, se enceta um ciclo de crise econômica que até hoje não achou uma solução adequada. Não se nos depara, portanto, o homem urbano emigrado de uma sociedade estruturalmente definida, mas um homem que deixa atrás de si uma sociedade em plena transformação e provavelmente, *em virtude dessa transformação*, representando-lhe estágios diversos de acôrdo com a região e a época de imigração. A diferença de desorganização no campo e nas cidades é de grau e, por isso mesmo, as tendências de desenvolvimento são divergentes. O emigrante cidadão de 1880, por exemplo, é mais desorganizado do que o imigrante rústico dessa época e, ao mesmo tempo, a distância que separa os dois, é bem maior do que era no começo do mesmo século.

Todavia, o emigrante cidadão representa classes sociais bem diversas. Não são apenas proletários, mas também pequenos e médios burgueses que fogem à proletarização iminente, representantes da burguesia inte-

lectualizada e liberal que se envolveram em lutas políticas; enfim quase tôdas as classes sociais, ainda que em proporções desiguais, fornecem seus contingentes de emigrantes, contribuindo assim para a heterogeneidade cultural daqueles que tencionam radicar-se no Brasil. Não raro, êsses emigrantes representam mentalidades tão diversas que o seu choque no país adotivo vem a ser um fator decisiyo no sentido de apressar ou retardar a assimilação.

Resumindo essas breves observações, podemos dizer que a cultura originária dos imigrantes germânicos pode ser concebida em têrmos que caracterizam o camponio em confronto com o cidadão, o proletário em contraste com representantes das classes médias e a todos êles como representantes de certas fases de uma mudança cultural que se estende aos centô e vinte anos de êxodo, dando-lhes um cunho acentuadamente cinético.

Causas da imigração — Entre as múltiplas técnicas de controlar as fôrças naturais e sociais, a migração afigura-se como uma das mais relevantes. Como as demais, também esta técnica existe em certas culturas e épocas e *não existe* em outras. É óbvio que estamos aludindo, não ao êxodo forçado por motivos políticos ou religiosos, mas à migração espontânea como meio de resolver dificuldades sobretudo econômicas. É neste sentido que a migração pode ser considerada como padrão integrante de uma cultura. Relativamente rara em séculos anteriores, a migração se torna, no século 19, nos países europeus um meio cada vez mais comum de prevenir ou modificar situações econômicas indesejáveis.

Em 1859 emigraram, da Saxônia para o Brasil, algumas centenas de famílias de artífices e operários. Entre êles havia meeiros, carpinteiros, serralheiros,

costureiras etc. A situação econômica desses emigrantes, que residiam na cidade de Chemnitz, não era precária, mas eles não queriam trabalhar em fábricas. (9) O desejo de evitar a proletarização deve ter induzido também muitos camponeses à emigração. Entre aqueles que podiam escolher entre a vida de um trabalhador rural ou industrial e a emigração para um país onde as terras eram baratas e férteis, muitos se decidiram pela emigração.

Em regiões onde a densidade demográfica já havia atingido a um ponto que naquela época se afigurava como máximo, uma situação realmente angustiada agia no sentido de criar uma verdadeira tradição emigratória. Nas regiões do sul e sudoeste da Alemanha “depois de cada colheita má, principalmente na Badênia e no Palatinado, a fome forçava milhares de sitiantes alemães a emigrarem, tornando-os uma prêsas fácil de agentes estrangeiros.” (10) Independentemente desses fatos intermitentes, os sítios eram de tal maneira retalhados que mesmo em épocas boas não comportavam mais o número de pessoas que neles procuravam manter-se. Para se fazer uma idéia do grau de divisão da propriedade, basta dizer que, por vêzes, o dote concedido à filha casadeira era constituído por uma única árvore frutífera. Se, nessas regiões, o direito de sucessão obrigava os pais a repartirem os seus haveres entre os filhos a ponto de os entregar, freqüentemente, à miséria, princípios diversos do mesmo direito que dava ao filho mais velho (ou ao mais novo, segundo a região e a religião) (12) a propriedade inteira, produzia efeitos semelhantes em outras regiões germânicas. Pois, nesse caso, os demais filhos que não quisessem permanecer em uma situação de dependência permanente com relação ao primogênito eram obrigados ao êxodo, quer

para as cidades quer para a América. (13) Se é incontestável que o apêgo ao solo não pode ser compreendido, de modo algum, sem a propriedade ou a posse efetiva, o amanho e usufruto dêsse mesmo solo, também não pode sofrer a menor dúvida que a desapropriação lenta ou brusca, em consequência de uma determinada organização jurídica, representa um fator que contribui quase que fatalmente para o desarraigamento dos indivíduos.

Outro fato que, segundo os depoimentos dos contemporâneos, parece haver contribuído para a emigração coletiva da população, representa a administração de alguns territórios, os quais estavam, como é sabido, sob um regime monárquico-reacionário inspirado pela orientação política da Restauração. Os impostos escorchantes dêsses minúsculos Estados forçavam a população ao êxodo ou, antes, à fuga, porque a emigração era, muitas vezes, proibida. Assim era comum famílias ou mesmo levas de famílias vizinhas da mesma comuna abandonarem suas propriedades, fugindo à perseguição das autoridades fiscais e policiais, para embarcarem em portos dos Países Baixos à procura de uma nova existência na América. Característica nesse sentido é uma alusão humorística encontrada em um número de "Fliegende Blätter" ("Fôlhas Soltas") de 1850:

"Mandeí chamá-lo, superintendente, porque é um homem de bom senso e conhece a gente. Diga-me, não tem uma idéia para tirar aos camponeses a vontade de emigrar?"

"Isso poder-se-ia fazer. Seria mesmo tão difícil aos nossos governos apoderarem-se da América do Norte? Se isso fôr possível e se aquêlê país estiver germanizado, posso garantir a Vossa Mercê que assim se acabará completamente com tôda a emigração." (14)

Ainda em 1852, *Der Colonist*, o primeiro jornal do Rio Grande do Sul publicado em alemão, escrevia: "Na Alemanha continua tudo na mesma; os príncipes procuram cercar-se, cada vez mais, de baionetas; o povo resmunga, mas permanece calado." (15)

O ressentimento contra "os regimes reacionários" da Alemanha continuava bem vivo entre os emigrados. "Os impostos (no Rio Grande do Sul) são insignificantes e não há têrmo de comparação com os tributos pesados mediante os quais, na Europa, estão sendo mantidas essas côrtes libertinas, êsses sangue-sugas do suor de um povo inteiro, e os guardas do trono, êsses exércitos de fantoches e bonecos que não servem senão para desfiles." (16)

Seria, porém, um êrro considerar fatos econômicos ou administrativos como motivos únicos da emigração, pois "freqüentemente não eram os mais pobres que emigravam, e a emigração continuava mesmo quando a situação do país já se havia tornado favorável, mais favorável, às vezes, do que a situação do país de imigração." (17)

O autor entrevistou, no dia 25 de dezembro de 1931, no distrito de Guabiruba, (município de Brusque, Santa Catarina), o último sobrevivente da primeira leva de imigrantes badenses chegados aqui em 1850. Esta pessoa, um velho de 82 anos, declarou que na zona dêle não havia a menor necessidade de emigrar. A situação econômica de sua família e da localidade era boa. Mas agentes estranhos os haviam convencido das vantagens concedidas aos imigrantes, no Brasil. Tais promessas levaram os camponeses a venderem suas propriedades a fim de procurar uma vida mais fácil na América.

Mesmo levando em conta a propaganda intensa feita pelos agentes das companhias de emigração, não

se deve esquecer que em muitas regiões já se havia estabelecido uma tradição emigratória, fato êsse que reforçava, singularmente, a eficiência de tal propaganda. Compreende-se que cartas como esta que a seguir reproduzimos, devem ter fascinado a imaginação dos parentes na longínqua Alemanha:

“Habitamos um lugar que não se poderia imaginar melhor e mais belo, de maneira que ninguém dos nossos sente saudades da Alemanha. . .

Vimemos todos os dias às mil maravilhas, como os príncipes e condes na Alemanha, pois vivemos num país que se assemelha ao paraíso. . . Aqui há escolas alemãs e portuguesas. Eu e meu irmão Jacó freqüentamos também a escola portuguesa e fizemos tantos progressos que sabemos falar corretamente. Já ensino português e alemão e ganho 800 florins, anualmente.” (18)

Os fatores até agora apreciados contribuíram para o desarraigamento e, conseqüentemente, para uma crescente mobilidade das populações rurais da Alemanha. A manumissão dos camponeses tributários não surtia os efeitos que lhe haviam sido atribuídos: os camponeses libertos não conseguiram manter-se em suas minúsculas propriedades. Endividados, vendiam-nas para procurar alhures uma existência mais tolerável.

“As sólidas e seculares comunidades rurais domésticas e as comunidades patriarcais dos latifúndios entravam numa fase de decomposição. Os filhos não primogênitos e trabalhadores rurais, apesar de salários mais altos, procuravam na indústria um meio mais rápido para a independência pessoal e prosperidade econômica.” (19)

Mais do que a mobilidade incipiente da sociedade originária, foi a mobilidade das populações americanas, sua estrutura elástica e suas “possibilidades ilimitadas”

de ascensão social para aqueles que haviam sido desarraigados pelos impulsos centrífugos no meio social:

Adeus, ó pátria,
Partimos para outras plagas,
Partimos para o Brasil.
Só as dívidas deixamos aqui.

Procuramos novas paragens
Onde há ouro como areia.
Hurra, Hurra,
Breve chegaremos ao Brasil. (20)

Entre os camponeses católicos da Alemanha ocidental verificavam-se tendências nas quais o êxodo se afigurava como a vontade revelada de Deus. Temos notícia de uma canção *brasileira* (21) cantada nas aldeias do *Hunsrück*:

Deus nos chamou;
Senão jamais nos teria
passado pela mente.
Assim cremos e caminhamos
a seu mando

Há quem afirme que os imigrantes germânicos se caracterizavam por um forte misticismo, aduzindo, a título de prova, o movimento dos *Muckers*, no Rio Grande do Sul. Esse fato, porém, longe de caracterizar os camponeses alemães, parece ser um traço comum a tôdas as populações rurais. Quase sempre são filhas de camponeses às quais aparece a Virgem Maria. São elas, *les filles aux cheveux-de-lin*, que, na Westfália e na Normândia, revelam faculdades ocultas, prevendo a morte e ouvindo vozes de defuntos. Os estigmatizados e taumaturgos surgem, de preferência, entre os camponeses. Lembramos Canudos, Joazeiro e os fanáticos do Ex-Contestado.

Diferem profundamente d'esses grupos rústicos os intelectuais que mais tarde, em meados do século 19, demandavam o Novo Mundo. O fracasso das revoluções de 1848 e 1849 forçava os liberais militantes de diversos Estados alemães e da Áustria à fuga ou ao êxodo. A Legião Alemã, cujos membros, quase todos intelectuais, fundaram em 1851, a colônia Dona Francisca (hoje Joinville) e se sobrepuseram, como elite, à população germânica do Rio Grande do Sul, constituía um grupo duplamente desarraigado. A doutrina liberal que eximia o indivíduo de grande parte de seu deveres tradicionais para com a sociedade, exercia efeitos desintegrantes sobre as camadas intelectuais. A noção de Pátria ia, na mente de quantos professavam religiosamente tal doutrina, subordinada à liberdade individual, relação essa que aparece, de maneira eloqüente, na máxima: *Ubi libertas, ibi patria* de um Carl Schurtz. O que, pois, já existia na mentalidade dos liberais como princípio confesso de orientação de conduta, era reforçado e precipitado, em suas conseqüências práticas, pelo insucesso da Revolução de Março. Os que lutaram, de armas na mão, nas barricadas, fugiram, seguidos, pouco depois, por outros a que a perspectiva de continuarem em um regime tido por reacionário, parecia insuportável.

Embora todos esses grupos de imigrantes fossem representados por elementos desintegrados, à procura de uma nova Pátria "menos ingrata e mais digna", a heterogeneidade entre eles era acentuadíssima. O reflexo de tamanha discrepância social aparecia na divisão dos imigrantes em conservadores e liberais, em lutas ideológicas e políticas no seio das colônias rio-grandenses.

Se entre as levas de emigrantes germânicos preponderava, até a conflagração européia, o elemento agrícola, a derrota e as convulsões sociais de após-guerra

alteravam, completamente, o quadro. Indivíduos de tôdas as classes sociais, principalmente da burguesia arruinada e proletarizada, vinham fixar-se no Brasil. As causas do êxodo eram, mormente, econômicas ou políticas. A inflação monetária arruinara grande parte das camadas abastadas do povo. A falta de trabalho, cada vez mais acentuada, contribuía, consideravelmente, para estimular a emigração. Numerosos elementos dos partidos da direita, desgostosos com a derrota e o advento de um regime de tendências socialistas, emigravam para o Brasil. De outro lado, comunistas militantes, membros do "Spartakus" que haviam lutado, nas barricadas, contra o governo republicano, achavam na emigração o único recurso para iniciar uma "nova vida" ou para realizar suas utopias sociais. Vinham então oficiais do exército imperial, funcionários aposentados, artífices e operários qualificados, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, professores e agricultores. Elementos das antigas colônias africanas demandavam, de preferência, os Estados sulinos. A partir de 1933, levas de refugiados, principalmente israelitas, associavam-se aos imigrantes de após-guerra.

Origem regional dos imigrantes de língua alemã
— Nas primeiras levas de imigrantes germânicos havia mendigos e presidiários de Hamburgo e Mecklenburgo. Escreveu, em 1911, uma revista alemã que

"nenhum teuto-brasileiro de origem mecklenburguesa gostava de confessar essa sua origem porque a maioria dos mecklenburgueses aqui residentes descendia dos criminosos e vagabundos que, em 1824, foram deportados para o Brasil" (22)

O elemento predominante entre os colonos de São Leopoldo vinha da Alemanha Ocidental, de uma região

chamada *Hunsrück* (23) e situada no triângulo montanhoso formado pelos rios Reno e Mosela. A participação de outras regiões (Saxônia, Wurtemberg e Saxe-Coburgo) é calculada em 25% (24). Processos de fusão cultural subseqüentes faziam com que as formas culturais do *Hunsrück* absorvessem as demais, deixando assim a impressão de uma homogeneidade que a princípio não existira.

De 3.185 famílias que entraram, a maior parte no século passado, no Rio Grande do Sul, 1186 vinham da Alemanha setentrional (Pomerânia, Baixa-Saxônia e Westfália) e 1509 da Alemanha Ocidental (Renânia, Palatinado e Hesse.) (25)

Em Santa Cruz, colônia-modêlo na zona de Jacuí, fixaram-se, em 1849, colonos da Renânia, Pomerânia e Silésia. (26) Santo Ângelo, no curso superior do Jacuí, foi colonizado, em 1857, com imigrantes da Renânia, Saxônia e Pomerânia. Nova Petrópolis recebeu, em 1859, pomeranos e saxões e, mais tarde, boêmios de língua alemã. A partir de 1868, imigrantes da Westfália iniciaram a colonização de Teutônia.

A colonização na serra dos Taipés foi feita, sobretudo, com gente da Pomerânia e Renânia. (27)

Foram prussianos da Pomerânia, de Holstein e Hanover e alguns elementos de Brunswig e da Saxônia que, em 1859, fundaram Blumenau. A Alemanha do Norte continuava fornecendo os principais contingentes imigratórios. Somente a minoria católica provinha dos Estados sulinos e da Áustria. (28)

Brusque foi fundada, em 1860, por imigrantes da Badênia, de Oldenburgo e da Renânia. Mais tarde entraram colonos da Pomerânia, de Schleswig-Holstein e de Brunswig. (20)

Os primeiros moradores de Joinville vinham da Prússia, de Oldenburgo, de Schleswig-Holstein, de Hannover e da Suíça. (30)

Braço do Norte (Tubarão) e o vale do Capivari foram colonizados, principalmente, por imigrantes da Westfália. (31)

Ao lado dos 9.882 imigrantes alemães, havia 1649 austríacos, 3911 russos e 301 poloneses, quase todos de língua alemã.

De 1877 até 1879 houve, no Paranã, uma imigração de teuto-russos do Volga (32) que fundaram vários núcleos de certa importância. Depois de um intervalo de várias décadas, esta imigração recomeçou, devido à situação criada pelo regime soviético, dirigindo-se, no entanto, sobretudo para a região de Blumenau.

No Espírito Santo há dois grupos principais: descendentes de pomeranos e "Hunsbucklers", cujos antepassados vieram do *Hunsrück*. Todavia, entre os primeiros imigrantes havia gente da Renânia, Prússia, Saxônia, de Hesse, do Palatinado, de Holstein e Nassau. Paulatinamente, êsses elementos foram culturalmente absorvidos pelos dois grupos mencionados, mormente pelos pomeranos.

Êstes exemplos parecem suficientes para ilustrar a heterogeneidade cultural dos imigrantes alemães. Acresce que grande parte deles entrou no Brasil muito antes da unificação política da Alemanha. Os imigrantes pertenciam, portanto, a países diferentes, considerando-se, mutuamente, como estrangeiros. Até hoje, o prussiano é estrangeiro para o badense e vice-versa, de acôrdo com as informações de um velho pastor protestante que havia trabalhado muitos anos entre colonos espírito-santenses.

Nas festas locais de Barra Grande (Rio Grande do Sul) não se exhibia a bandeira alemã, como era comum

em outras localidades, mas a bandeira de Oldenburgo. Os colonos são descendentes de oldenburgueses que entraram no Brasil numa época em que essa parte da Alemanha constituía um Estado independente. (34)

Nos primeiros tempos de São Pedro de Alcântara (Santa Catarina), o padre criticou, num sermão, a Napoleão I. Quatro colonos alemães que haviam sido soldados de Napoleão provocaram um incidente na igreja, revelando assim a sua lealdade política à pessoa do imperador francês. (35)

Perguntado se era alemão, o teuto-brasileiro do Espírito Santo costumava responder no seu dialeto: "Nau, mir sein ka Deutsche, mir sein Hunsbuckler." (36)

Mormente o choque cultural entre imigrantes alemães católicos e protestantes originou reagrupamentos, sobretudo na fase de auto-colonização. Exemplos existem mesmo de uma colonização católica empreendida pela Associação Popular para os Católicos Alemães no Rio Grande do Sul, em Pôrto Novo. (Sta. Catarina). (37)

Vê-se que as condições eram pouco propícias à transplantação de tipos determinados de cultura local ou, mesmo regional. A própria heterogeneidade dos imigrantes, independentemente dos contatos com o novo meio, não o permitia.

O número dos imigrantes de língua alemã — Sôbre o número de imigrantes germânicos entrados no Rio Grande do Sul, durante o chamado "primeiro período de colonização" (1824-1830) existem estimativas bastante divergentes. Aurélio Porto, por exemplo, indica 4.856, Ernesto Pellanda, 5.350 e Leonardo Truda chega a 6.856 imigrantes incluindo, ao que parece, os 2.000 mercenários alemães dos quais, no entanto, nem todos se fixaram nessa província. Quanto ao segundo

período de colonização do Rio Grande do Sul (1844-1870), Aurélio Porto avaliou o número de imigrantes em 17.714, ao passo que Pellanda indica somente 16.297. (38)

Eduardo Prado (39) afirma que, entre 1818 e 1830, apenas 6.856 alemães entraram no Brasil. Baseado em fontes não indicadas, o mesmo autor calcula o número de imigrantes entrados no Brasil, entre 1830 e 1884, em 71.247 indivíduos.

Segundo a estatística oficial elaborada pelo Departamento Nacional do Povoamento (40), a imigração alemã foi de 154.999 pessoas, das quais 90.000 aproximadamente entraram antes da primeira guerra mundial. Até 1914, toda imigração alemã no Brasil não excederia, portanto, a 65.000 indivíduos. Esta cifra fica muito aquém de outros cálculos, tanto brasileiros como alemães, pois estes indicam, para o mesmo período, 99.679 e aqueles referem-se a 134.230 imigrantes (41).

Existe mais uma estatística oficial brasileira que dá um total de 170.645 alemães imigrados entre 1884 e 1939. Esse total distribui-se como segue: (42)

1884-1893	22.778
1894-1903	6.698
1904-1913	33.859
1914-1923	29.339
1924-1933	61.728
1934	3.629
1935	2.423
1936	1.226
1937	4.642
1938	2.348
1939	1.975

A estatística alemã registrou 71.467 emigrantes que se dirigiram para o Brasil, entre 1919 e 1934 (43).

Como se vê, há divergências entre os vários cálculos. Em qualquer hipótese, porém, dos 5 milhões de emigrantes (44) que deixaram a Alemanha, entre 1824 e 1930, o Brasil recebeu uma porcentagem mínima.

Acresce que o coeficiente de fixação dos imigrantes alemães está, com 24,49%, muito abaixo da média que seria, para as principais correntes migratórias, de 49,99%. (45) Todavia, o elemento étnico que integrou outras levas aportadas no Brasil, como austríacos, poloneses, russos e suíços, foi em grande parte germânico. Quanto aos austríacos entrados antes de 1914, a maioria parece ter sido, etnicamente falando, polonesa e italiana, pois a sua entrada em massa (1895-1896) coincide com uma sensível diminuição da imigração alemã (46). Depois de 1918, a participação dos austríacos de língua alemã parece ter sido maior. Ao passo que a participação de elementos germânicos da imigração polonesa de após-guerra dificilmente poderá ser calculada, os russos representam um caso mais simples. Nos anos 1890 e 1891 aportaram quase 39.000 teuto-russos do Volga e da Volínia. Muitos milhares deixaram, anos depois, o Paraná, para se fixar, definitivamente, na província argentina de Entre Rios.

Quanto aos 8.910 suíços que na referida época procuraram o Brasil, a grande maioria deve ter sido de língua germânica (47).

Somando todos os imigrantes de língua alemã entrados nos cinquenta anos que vão de 1886 até 1936, chega-se, na melhor das hipóteses, a 280.000 indivíduos, (48) total êste que representaria um pouco menos de 7% dos 4.097.783 imigrantes que o Brasil recebeu nos referidos 50 anos. Confrontando êsse número com a imigração alemã para os Estados Unidos, lembramos

A Aculturação dos Alemães no Brasil 67

que num único ano, em 1882, 250.630 imigrantes alemães entraram nesse país.

Sobre o total dos brasileiros de descendência germânica, acrescidos de imigrantes de língua alemã, há estimativas que oscilam entre 1.150.000 e 655.000. Muitos autores não definem, com a desejável precisão, o que entendem por “descendentes de alemães”; se neles estão incluídos todos que tiveram um ou mais ascendentes alemães ou só aquêles que conservaram, parcial ou totalmente, a cultura originária. Sem contar os “muitos milhares que etnicamente submergiram”, para usar da linguagem pitoresca de Fausel, o número dos teuto-brasileiros orçaria em um milhão. (49) Uma outra estimativa (50) chega a 1.150.000 alemães e teuto-brasileiros distribuídos assim:

Rio Grande do Sul	650.000 (51)
Santa Catarina	250.000
Paraná	100.000
São Paulo, Espírito Santo e outros Estados	150.000

Enfim, numa estimativa de 1928, deparamos com o número de 655.000 para o Brasil inteiro. (52)

A Colonização — Na colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os imigrantes germânicos seguiam o curso de rios costeiros, penetrando-lhes os vales, principais e tributários, e ocupando, pouco a pouco, tôda área cultivável dos diversos sistemas fluviais. No Rio Grande do Sul foram principalmente o Rio dos Sinos, o Caí e o Jacuí com seus inúmeros afluentes da margem esquerda que constituíam a base hidrográfica do chamado “cinturão do Jacuí”, zona mais importante de colonização germânica, no Brasil.

Partindo de São Leopoldo em 1824, a colonização germânica estende-se, nos decênios subseqüentes, a

noroeste (Feliz, 1845), leste (Mundo Novo, 1847) e sudoeste (Montenegro, 1840) de São Leopoldo.

Em 1849, abre-se, entre os rios Pardo e Taquarí, uma nova área à colonização alemã: Santa Cruz, que vai rapidamente adquirindo a fama de colônia-modêlo. A fundação de Santo Ângelo (1857), no curso superior do Jacuí, Monte Alverne (1860) e Nova Petrópolis (1859) marcam etapas importantes na penetração do *hinterland* de São Leopoldo. Na parte navegável do Taquarí estabeleceu-se, em 1860, Teutônia, destinada a funcionar como "ponte étnica" entre Santa Cruz e São Leopoldo:

"A grande importância étnica de Teutônia estava no fato de ela estabelecer a ligação entre São Leopoldo e Santa Cruz, formando aos poucos uma única área. A oeste de São Leopoldo, na região do rio Caí, já haviam sido abertas inúmeras picadas. Para elas convergiam as colônias fundadas a leste de Teutônia: Poço das Antas (1875), Rússia (1870), Canoas (1897) e Campestre (1885). Estava feita a ligação com Feliz, a zona do Caí e Brochier (França) e Maratá. Do mesmo modo, Teutônia ligou-se, pelas colônias de Santos Pinto, Estrela, Conventos e outros, com Santa Cruz, Monte Alverne e as colônias estabelecidas a leste, Santa Emília (1865) e Nova Berlim (1868). Entre Santa Cruz de um lado e Santo Ângelo de outro, a ponte se estabeleceu pela colônia federal de Botucaraí (1890) e pelas colônias de Serra Branca (1875) e Candelária (1863), além de inúmeras outras. Assim, toda Serra Geral representava uma coroa ininterrupta de colônias puramente germanicas". (53)

Em meados do século passado, começou a ser colonizada a Serra dos Taípes, no sul do Camaquam. Em 1858 fundou-se São Lourenço e pelo fim do século, toda esta área de 2.200 km² estava povoada.

A terceira área de colonização alemã, no Rio Grande do Sul, representa a chamada "Serra", isto é, as matas adjacentes a alguns dos tributários do rio Uruguai, mormente os rios Ijuí Grande, Comandá, Boa Vista, Santo Cristo, Santa Rosa e da Várzea. A altitude das colônias varia de acôrdo com a distância que as separa do rio Uruguai. Não se trata de uma área contínua, mas apenas de manchas de extensão variável colonizadas por alemães ou teuto-brasileiros, frequentemente de permeio com elementos de outras origens étnicas. A zona mais importante é Ijuí, fundada em 1890 como "núcleo colonial", entre Santo Ângelo e Cruz Alta. A maior parte das colônias desta área foi constituída neste século. Também em outras zonas de colonização mista, o número de brasileiros de origem germânica, é considerável. Assim, por exemplo, nas colônias ao sul do rio Jacuí, em Erechim, área fronteira de Santa Catarina.

Também em Santa Catarina, a colonização começou no litoral para depois seguir o curso dos rios mais importantes. É o sistema fluvial do rio Itajaí (Assú e Mirim, com seus numerosos afluentes) que representa a maior área de colonização alemã dêsse Estado. A única exceção é Mafra, que foi fundada, em 1829, por 31 famílias alemãs, por ordem do govêrno de São Paulo. O estabelecimento desta colônia liga-se à construção da *Estrada da Mata* (54) destinada ao transporte de gado, do Rio Grande do Sul para São Paulo. Ao passo que a fundação de Mafra decorreu diretamente da penetração do sertão de Santa Catarina, de norte a sul, tôdas as demais penetrações iniciais de imigrantes alemães se fizeram de leste para oeste, do litoral para o interior. A colonização da bacia do Itajaí constitui talvez o exemplo mais claro de uma penetração lenta que segue os vales principais e se estende, à

medida que vai ocupando as terras mais elevadas, aos vales tributários, até as nascentes, para se perder, enfim, na faixa de transição da serra para o planalto.

Só poucos alemães participaram da colonização do baixo Itajaí, iniciada em 1835. (55) O ciclo de imigração germânica, neste vale, começou em 1848, com a fundação de Blumenau. Nos decênios seguintes, o povoamento do Itajaí Açú prossegue chegando em 1900 a Hamônia e Rio do Sul. Entre 1900 e 1930, a colonização, agora já muito ramificada, alcançou o curso superior dos diversos braços em que se divide o Itajaí-Açú.

Com a fundação da colônia imperial de Brusque, em 1860, encetou-se também a colonização germânica do Itajaí-Mirim.

Já em 1849 havia sido estabelecida a colônia de Joinville, donde a colonização alemã irradiou, lentamente, terra a dentro. Em 1871 fundou-se São Bento, no planalto catarinense, cuja área se ligou a Joinville pela fundação das colônias de Jaraguá e Hansa-Humboldt (1897).

Digna de menção também é a imigração germânica no sul de Santa Catarina, onde o sistema do rio Tubarão foi colonizado, em parte pelo menos, por alemães. A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, atraiu muitos teutos para o vale do Rio do Peixe. A penetração da zona fronteira do Rio Grande do Sul, foi feita por elementos deste Estado que visaram principalmente o município de Chapecó. Não é possível mencionar, neste quadro geral, as inúmeras áreas secundárias onde imigrantes alemães, de permeio ou não com elementos de outras origens, estabeleceram focos cuja expansão demográfica contribuiu consideravelmente para o povoamento do Estado.

O Paraná recebeu principalmente descendentes de alemães ou imigrantes que anteriormente se haviam estabelecido em outras partes do Brasil. A primeira leva chegou em 1829 a Rio Negro. Seguiu outra de Dona Francisca, em 1850. Em 1877-78 aportaram os teuto-russos do Volga. Entre 1908 e 1913 houve uma imigração alemã direta que recomeçou depois de 1919. Mais recentemente, em 1932, iniciou-se a colonização alemã no norte do Paraná. Em 1937, o número de indivíduos de língua alemã no Paraná foi avaliado em 76.000. Dêsses, 45.000 habitariam cidades e vilas, e 31.000 a zona rural. (56)

A imigração germânica nos Estados de São Paulo, quantitativamente pequena em confronto com os demais Estados sulinos, Minas Gerais e Espírito Santo, merecer-nos-á análises feitas sob outros aspectos, nos capítulos subseqüentes.

Móveis e empecilhos da colonização — A princípio, a colonização estrangeira era feita quase exclusivamente pelo Estado. São Leopoldo, por exemplo, era uma colônia imperial. O govêrno doava a cada imigrante um lote de 70 hectares, fornecendo ferramentas agrícolas e sementes, e pagando, além disso, subsídios em numerário. (57) Entre 1824 e 1889 havia 17 colônias imperiais no Rio Grande do Sul. De 1890 a 1892 mais nove colônias federais foram estabelecidas. O govêrno estadual encetou suas atividades colonizadoras em 1849, fundando, até 1918, 22 colônias (das quais cinco provinciais e sete estaduais). Acrescentando-lhes cinco colônias municipais, estabelecidas entre 1882 e 1918, chega-se a um total de 51 colônias para o Rio Grande do Sul. (58) Embora a colonização privada começasse, nesse Estado, apenas em 1855, o número de

empresas de colonização (companhias e proprietários individuais) montava a 213. (59) A diferença entre colonização governamental e privada é mais do que formal. A primeira é movida por interesses ligados diretamente ao povoamento do território nacional. A oportunidade da colonização estrangeira, a qualidade e procedência dos imigrantes e sua localização, o sistema de colonização — todos esses fatores vêm a fazer parte direta das cogitações políticas dos governos expondo-os a vacilações de titudes e mudanças de opinião decorrentes de alterações do equilíbrio político.

O único móvel da colonização privada é o comércio de terras. Fundadas com capital brasileiro ou estrangeiro, organizadas em moldes individuais ou sociais, as empresas de colonização não discutem a oportunidade da introdução de imigrantes estrangeiros, mas introduzem o maior número possível, vendendo-lhes as terras pelo maior preço possível, e adotando o sistema de colonização mais adequado a seus desígnios econômicos. Onde é economicamente vantajoso evitam-se choques culturais entre imigrantes de nacionalidades diversas ou entre imigrantes e nativos, constituem-se núcleos *ètnicamente homogêneos*. A construção de igrejas, escolas, hospitais e estradas obedece, primariamente, ao intuito de valorizar as terras e atrair para elas um número crescente de imigrantes acenando-lhes com “vantagens” destinadas a facilitar os reajustamentos que a situação nova exigir.

Os interesses que movem a colonização governamental trazem não só maiores possibilidades de choques culturais mas também uma instabilidade maior que pode chegar até (como de fato chegou) à paralisação completa, de acôrdo com a influência política de fações favoráveis ou avessas à imigração estrangeira.

Como veremos em outra parte dêste livro, a atitude de partidos e círculos politicamente influentes diante da imigração alemã foi vacilante desde o começo. Já em 1830, o governo imperial, induzido por discussões parlamentares, deixou de pagar, por algum tempo pelo menos, subsídios aos colonos estrangeiros. A opinião de que a colonização alemã constituia um perigo para o Brasil, já encontrava adeptos entre os políticos do Império.

“Parece-me” — assim se manifestou com franqueza o presidente, na sessão da Assembléia Provincial de 1 de outubro de 1852 — “não convir que a população estrangeira de São Leopoldo aumente mais ainda; precisamos de muitas colônias, mas não convém que sejam muito povoadas”. (60)

A Câmara Federal reagiu à vitória prussiana sobre a França (1871) com uma crescente oposição contra o estabelecimento de colônias compactas de alemães. Desde então o “perigo alemão” desencadeava, amiúde, polêmicas e campanhas cuja influência, embora nunca decisiva, contribuiu para desviar boa parte da emigração alemã, tanto mais que essas discussões esporádicas iam acompanhadas de uma propaganda em favor da imigração “latina”. Em 1871, o governo imperial voltou a colonizar no Rio Grande do Sul, introduzindo principalmente italianos. (61)

De mais a mais, acontecimentos revolucionários interromperam ou diminuíram, sensivelmente, o ritmo da imigração germânica. Os dez anos da Farroupilha tolheram por completo a incipiente colonização alemã no Rio Grande do Sul. Efeitos semelhantes teve a revolução de 1893, pois o número de alemães entrados no país, nesse ano, ficou reduzido a poucas dezenas.

De outro lado, a suposta “escravização” de imigrantes alemães em fazendas cafeeiras de São Paulo e a

campanha desencadeada pela imprensa alemã contra o Brasil, agitou de tal maneira a opinião pública alemã, que a Prússia proibiu, em 1859, a emigração para o Brasil (Rescrito de Heydt). Em 1871, a proibição foi estendida a todo o império alemão. (62) Ainda em 1908, a Junta Comercial de Wiesbaden pleiteou a revogação dessa lei, alegando que o Brasil concedia reduções aduaneiras a todos os Estados que o fizessem. Além disso, não havia razões de ordem nacional ou de política social para manter a proibição. (63) O Rescrito de Heydt foi revogado em 1896, mas só para os três Estados sulinos, continuando a vigorar para São Paulo até hoje.

A dispersão dos povoadores — Em terras montanhosas, como as da Serra Geral e da Serra do Mar, somente o fundo dos vales e as encostas, mais suaves prestam-se ao cultivo. Associando êste fato a processos agrícolas extensivos, vê-se que a colonização cumulativa em forma de aldeias, predominante na Alemanha rural não é viável no Brasil, a não ser em pontos em que fatores vários permitem, excepcionalmente, o exercício de outras atividades que não as meramente agrícolas. Não é que o sítio isolado não existisse na cultura campestre alemã. Conhecemo-lo sob a denominação de *Einödhof*. (64)

Em *São Leopoldo*, o lote colonial tinha, a princípio, 220 metros de frente e 3.300 metros, aproximadamente, de fundo. Hoje, predominam no Rio Grande do Sul lotes de 250 metros de frente e 1.000 metros de fundo. (65) Na área de *Blumenau*, parece ser mais comum o lote de 260 metros de frente e 1.150 metros de fundo. (66)

No Espírito Santo, a distância média entre os sítios é maior: “A colonização típica é a dispersa em forma

de sítios isolados que distam meia hora ou mais uns dos outros. Em parte nenhuma encontram-se, entre os colonos teutos, vestígios de povoações ou comunidades aldeãs". (67)

Geralmente, a frente do lote dá para um caminho que segue as sinuosidades do vale. A casa o colono procura construir à beira do caminho ou não muito distante dele. No sul de Santa Catarina, a linha de referência é sempre o rio, de modo que o caminho corta geralmente o terreno em duas partes, uma menor e outra maior. Facilidades comerciais e industriais podem encurtar as distâncias que separam as casas. Na área rural de Blumenau encontramos, em 1927, uma densidade demográfica de 1,5 por km². Nas zonas de colonização antiga o índice chega a 3,5, ao passo que as zonas novas têm apenas 1 habitante por km². Incluindo a zona urbana, a densidade média monta a 9,5 habitantes. O tamanho médio dos lotes é de 35 hectares; os limites inferior e superior são de 20 e 50 hectares. (68)

NOTAS

(1) Christian Garve, *Über den Charakter der Bauern und ihr Verhältnis gegen die Gustsherrn und gegen die Regierung*, (Berlim 1786), p. 16 (cit. apud H. Flickenschild, "Lebensform und Weltbild des altpreussischen Bauerntums zur Zeit des Vormärz". *Archiv für angewandte Soziologie*, Vol. V, N.º 2, p. 105.

(2) H. Flickenschild, *op. cit.*, p. 104.

(3) *Ibidem*, pp. 109, 110.

(4) Vide a excelente contribuição de R. Thurnwald "Gegenseitigkeit im Aufbau und Funktionieren der Gesellungen und deren Institutionen" in *Reine und angewandte Soziologie*, (Leipzig, 1936).

(5) Richard Thurnwald, *Archiv für Anthropologie*, Vol. XXIV, 3-4, p. 282.

- (6) A. Flickenschild, *op. cit.*, p. 111.
- (7) Emilio Willems, *Mobilidade e Flutuação das Profissões e o Problema Educacional*, (São Paulo, 1937), p. 43.
- (8) Na Polônia, a situação parece ter sido idêntica, como se pode inferir da já citada obra de Thomas e Znaniecki.
- (9) H. Rosenthal, *Die Auswanderung aus Sachsen im 19. Jahrhundert*, (1815-1871), (Stuttgart, 1931), pp. 56-57, 76, 72.
- (10) Hans Gehse; *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*, (Münster, 1931).
- (11) H. von Freeden e G. Smolka, *Auswanderer*, (Leipzig, 1937), pp. 36, 90. Aliás entre descendentes de imigrantes provenientes de tais regiões observa-se o mesmo fenômeno: No distrito de Guabiruba, no Município de Brusque, (Sta. Catarina) a divisão da propriedade chegou a ponto de os sítios já não sustentarem as famílias numerosas, obrigando os filhos a procurarem trabalho nas fábricas locais. O retalhamento acompanhado do esgotamento das terras e de um empobrecimento econômico, físico e moral da população leva à proletarização lenta mas incoercível de centenas de famílias rurais. E isso está-se dando em uma região de imensas reservas de terras virgens!
- (12) Os direitos de sucessão são extremamente diferenciados na Alemanha rural. Na Floresta Negra, por exemplo, em famílias católicas, o filho primogênito herda a propriedade paterna, mas em famílias protestantes é o filho mais novo que é investido da propriedade indivisa. Desde 1900, as tendências uniformizadoras vão se acentuando cada vez mais.
- (13) Freeden e Smolka, *op. cit.*, pp. 18, 25.
- (14) Citado em Freeden e Smolka, *op. cit.*, p. 40 .
- (15) *Der Colonist*, N.º 17, cit. in *Der deutsche Auswanderer*, janeiro de 1928, N.º 32.
- (16) *Ibidem*, N.º 17, cit. in *Der deutsche Auswanderer*, janeiro de 1928, N.º 32.
- (17) Freeden e Smolka, *op. cit.*, p. 13.
- (18) Carta escrita, no dia 16 de julho de 1826, por um certo Peter Paul Müller, morador, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Cit. apud. Freeden e Smolka, *op. cit.*, pp. 84, 85.
- (19) Freeden e Smolka, *op. cit.*, p. 44.
- (20) Freeden e Smolka, *op. cit.*, p. 151.
- (21) Freeden e Smolka, *op. cit.*, p. 41.
- (22) A. W. Sellin, "Ein dunkles Blatt in der Geschichte des Deutschtums in Brasilien", *Zeitschrift für Süd und Mittelamerika*, 1911, p. 413.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 77

- (23) Politicamente esta região pertencia à Prússia.
- (24) Erich Fausel, "Die deutsche Einwanderung nach Brasilien", *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, 10/12, outubro-dezembro de 1937, p. 266.
- (25) P. Amstad S. J. cit. apud K. Oberacker, *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul*, (Jena, 1936), p. 30.
- (26) K. Oberacker, *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul*, (Jena, 1936), p. 11.
- (27) *Ibidem*, p. 14.
- (28) S. Endress, *Blumenau*, (Öhringen, 1938), p. 51.
- (29) *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung im Staate Santa Catarina*, (Florianópolis, 1929), p. 58.
- (30) *Ibidem*, p. 51.
- (31) *Ibidem*, p. 61.
- (32) W. Fugmann, *Die Deutschen in Paraná*, (Curitiba, 1921), p. 13, 14.
- (33) Pf. Sobell, "Deutsches Volkstum im Staate Espírito Santo (Brasilien)", *Der deutsche Auswanderer*, outubro de 1934, p. 236.
- (34) *St. Raphaelsblatt*, maio-junho de 1935, p. 91.
- (35) *Gedenkbuch*, etc. op. cit., p. 40.
- (36) Não, não somos alemães, somos *Hunsbucklers*, (do Hunsrück).
- (37) *Gedenkbuch*, etc. op. cit., p. 84.
- (38) Cit. apud Oberacker, op. cit., pp. 21, 22.
- (39) Eduardo Prado, "A Imigração no Brasil", *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*. Publicado pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, (São Paulo, dezembro de 1941), N.º 4, p. 102.
- (40) *Diário Oficial da União*, de 29 de abril de 1937.
- (41) Vide Oberacker, op. cit., p. 22.
- (42) *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano V, 1939/1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística, p. 1307.
- (43) Oberacker, p. 23.
- (44) Hugo Grothe, *Die Deutschen in Übersee*, (Berlin s.a.), p. 34.
- (45) Vide Luis Amaral, *História da Agricultura Brasileira*, Tomo I, (São Paulo, 1939), pp. 364, 367.
- (46) Vide Erich Fausel, "Die deutsche Einwanderung nach Brasilien". *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, 10/12, outubro-dezembro de 1937, p. 182.

Emilio Willems

- (47) Vide Fausel, op. cit., p. 183.
- (48) Ibidem, p. 183.
- (49) Ibidem, p. 184.
- (50) *Der Kompass*, N.º 25, (Curitiba, 1937).
- (51) Oberacker (op. cit., p. 96), dá um total de 480.000 para o Rio Grande do Sul. A Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul dá, para o ano de 1921, 340.000 alemães e descendentes. Vide *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*, 2.ª Edição, (São Leopoldo, 1936). p. 15.
- (52) Hans Gehse. *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*, (Münster, 1931). p. 10.
- (53) K. Oberacker, op. cit., p. 12.
- (54) Vide Gedenkbuch etc. op. cit., p. 32.
- (55) S. Endress, op. cit., p. 43.
- (56) *Ibero-Amerikanisches Archiv*, 1937, N.º 2, p. 213.
- (57) K. Oberacker, op. cit., p. 9.
- (58) Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul. Editado pela Associação de Sociedades Alemãs, (Pôrto Alegre, 1924), p. 543.
- (59) Ibidem, pp. 544-547.
- (60) H. Handelmann, *História do Brasil*. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico, (Rio de Janeiro, 1931), p. 533.
- (61) Henrique Doria de Vasconcellos, "Oscilações no movimento imigratório no Brasil". *Revista de Imigração e Colonização*, Ano I, N.º 2, (Rio de Janeiro, 1940), p. 215.
- (62) K. Oberacker, op. cit., p. 16.
- (63) Arthur Hermsdorf, "Die hanseatische Kolonisationsgesellschaft und die Kolonie Hansa" *Zeitschrift für Süd und Mittelamerika*, 1908, N.º 11, p. 251.
- (64) Literalmente: quinta solitária.
- (65) K. Oberacker, op. cit., p. 4.
- (66) S. Endress, op. cit., p. 63.
- (67) E. G. Nauck, "Ist eine Daueransiedlung deutscher Auswanderer in den Tropen möglich?" *Der deutsche Auswanderer*, julho-agosto de 1937, p. 111.
- (68) S. Endress. op. cit., p. 78.

CAPÍTULO III

O PENEIRAMENTO

Aspectos gerais — Os grandes movimentos migratórios que se observaram, durante os últimos cem anos, podem ser interpretados em termos de um desequilíbrio estrutural de certas sociedades da Europa. A industrialização e proletarização alteraram o *status* sobretudo das camadas inferiores dessas sociedades, de modo a trazer-lhes perturbações do sistema tradicional de obrigações e compensações recíprocas. Em séculos anteriores, a solução teria sido possivelmente outra que não a emigração. O fato de que então o êxodo em grande escala se afigurava como solução adequada, parece ter sido uma das funções desintegrantes do capitalismo moderno. Crescentes facilidades de comunicação com partes muito distantes da Terra, precipitaram as tendências desagregadoras imprimindo-lhes um ritmo que antes de 1850 dificilmente teria sido possível.

Os aspectos seletivos das migrações suscitaram inúmeras controvérsias. São os “melhores” ou são os “piores” elementos que se desagregam e migram? Não poucos afirmam que a migração é um meio de que as sociedades dispõem para eliminar elementos indesejáveis. O emigrante seria um indivíduo incapaz de competir ou vencido pela competição no seu grupo. Outros invertem esta afirmação evocando a imagem dramática de uma seleção “natural”: indivíduos de qualidades “superiores” desprendem-se da tradição e rotina de suas sociedades originárias, para viverem,

alhures, uma vida “melhor”. Assim, a colonização da Nova Zelândia, foi descrita por E. Huntington como exemplo de uma “selecção natural”:

“Quando ocorre uma migração para um país novo, aquêles que são fisicamente fracos e de temperamento tímido revelam uma forte tendência para ficar em casa. Por outro lado, entre os migrantes, aqueles que vão mais longe têm provàvelmente os organismos mais robustos, vontades mais fortes, espírito de aventura e iniciativa. Provàvelmente também possuem dinheiro suficiente para pagar sua passagem e ainda alguma coisa para fundar novos lares. Em geral isso significa gente econômica e laboriosa. A Nova Zelândia é o lugar mais afastado para onde colonos europeus se dirigiram no último século. Ao que parece, êsse fato contribuiu para que a Nova Zelândia tivesse um tipo de colono de qualidades descomuns. E’ esta uma razão por que a Nova Zelândia se encontra à vanguarda da produtividade sendo afamada por sua legislação social progressista, sua prosperidade e confôrto em geral”. (1)

Criticando as concepções dos Huntington, Donald Young acha que puritanos, quakers, hunguenotes, revolucionários alemães e irlandeses, judeus, etc., que lutaram na Europa, não mostraram menos coragem, habilidade ou iniciativa do que aquêles que fugiram à luta.

“Além disso, desde que se trate, no caso dos migrantes, de indivíduos mal sucedidos e não daqueles que revelem capacidade de vencer a severa competição no país de origem, uma racionalização considerável é necessária a fim de mostrar que a sua falta original de sucesso ocorreu a despeito de suas qualidades superiores inerentes”. (2)

O mesmo autor opina ainda que também não se pode afirmar que os imigrantes sejam inferiores pelo

fato de serem elementos economicamente fracassados. Pois pode haver fracassos que não se relacionam com qualidades pessoais, principalmente em comunidades bem integradas, com distinções e barreiras sociais. (3)

Na realidade, os processos seletivos dificilmente podem ser compreendidos em termos de "superior" e "inferior", de "mais capaz" e "menos capaz", etc. Todas as culturas representam sistemas de peneiramento cujos fatores são extremamente variáveis, no tempo e no espaço. Qualidades "pessoais", como "habilidade", "inteligência", "iniciativa", "espírito de aventura" etc. são, de fato, valores culturalmente determinados e, ao mesmo tempo, fatores de peneiramento aprovados. Todavia, equivalentes linguísticos, em culturas diferentes, não cobrem necessariamente, os mesmos padrões. Certas qualidades, um certo equipamento educacional podem constituir condições necessárias para competir, com sucesso, em uma determinada sociedade. Em outras sociedades as mesmas qualidades e o mesmo equipamento podem não somente ser ineficientes, mas até embaraçosos. Explicar o sucesso econômico ou profissional por qualidades pessoais não passa, frequentemente, de mera racionalização. Donald Young, por exemplo, define o chamado "espírito pioneiro" não como qualidade pessoal, mas como ausência de uma tradição embaraçosa e acessibilidade de fontes de renda fácil num país virgem. (4)

Acresce ainda outra circunstância geralmente esquecida. De acordo com a cultura, o êxodo de indivíduos ou grupos adquire um significado muito diverso. Em algumas pode significar apenas "deserção", em outras "ostracismo" ou "exílio", em outras ainda "emigração". Em sociedades modernas do tipo ocidental, podem existir todos esses significados ao mesmo tempo, mas distribuídos sobre camadas sociais diferentes. Se

na velha Alemanha imperial, jovens burgueses ou aristocratas abandonavam suas famílias e carreiras profissionais para se dirigir à América, presumia-se que êsses jovens aventureiros quisessem subtrair-se a qualquer ação policial que, uma vez efetuada, lhes teria destruído não somente o “futuro”, mas também a reputação de suas famílias. Na cultura dessas classes sociais não existia pròpriamente o padrão “emigração” como recurso aprovado na “luta pela vida”. Outra era a situação nas classes inferiores, mormente na pequena burguesia, no camponesato, no proletariado rural e urbano. Na competição pelo status tradicional, a emigração se afigurava como recurso adequado e aprovado. Famílias e indivíduos que emigrassem, agiam simplesmente de acôrdo com um padrão de comportamento integrado na cultura dessas classes. (5)

Não há necessidade em insistir sôbre as diferenças que apresentam os aspectos seletivos em culturas que integraram a emigração como modo de agir aprovado e aquelas que a desconhecem nessa forma. Nas duas hipóteses, as condições sociais em que os indivíduos se desprendem de suas sociedades, exigem qualidades “pessoais” bem diferentes, tão diferentes que a comparação talvez se torne impossível. Em ambos os casos é preferível não falar de indivíduos “superiores” e “inferiores”, mesmo na hipótese de se tratar de “criminosos”. Sabe-se que a colonização de quase todos os países novos está mais ou menos estreitamente ligada à utilização de presidiários como povoadores. Mais de uma família tradicional que atualmente contribui para a glória da Nova Inglaterra e da Austrália, descende de ex-presidiários. Nem os luso-brasileiros do Norte, nem os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul abrem uma exceção da regra: também entre êles há famílias de que a sociedade local se orgulha e cujos

fundadores saíram de presídios de Portugal ou Mecklemburgo.

Desajustamentos entre os imigrantes — Sabemos que entre os imigrantes alemães havia certo número de indivíduos classificados, pelos observadores contemporâneos, como “vadios”, “maus”, “criminosos”, “prostitutas”, “débeis mentais”, “a-sociais”, “vagabundos” etc. Sabemos igualmente que nem todos os imigrantes conseguiram fazer o ajustamento que a situação lhes exigia. Estes desajustados tornavam-se, noutra ordem, “flagelo” das colônias no Brasil. Todavia, não podemos afirmar se os desajustados eram realmente idênticos com os elementos “maus” que se destacavam, segundo os critérios da sociedade de origem, por certas qualidades indesejáveis. De acôrdo com as nossas observações, desajustamentos na sociedade de origem não trazem, necessariamente, desajustamentos na sociedade adotiva. Relativamente comum, no entanto, é o desajustamento, no país adotivo, de pessoas que no meio originário estavam sofrivelmente ajustadas.

Se o *emigrante* é um elemento peneirado pela sua cultura, parece certo que o peneiramento (6) sòmente pode ser compreendido em têrmos dessa mesma cultura. A migração envolve mudanças culturais e, portanto, a substituição de um sistema de valores por outro. Um novo ciclo peneirador incia-se à medida que o imigrante estabelece contato com valores culturais diferentes aos quais correspondem outros tantos fatores de peneiramento. Em caso algum, o sistema anterior de valores pode ser transplantado, *mesmo na hipótese de não ocorrerem contatos com a sociedade nativa*. A sociedade insulada que os imigrantes e seus descendentes organizaram em algumas partes do Brasil, não se confunde, em absoluto, com as sociedades de origem.

As diferenças de organização social correspondem, necessariamente, diferenças no sistema de fatores que regem os processos de peneiramento.

Muito raras são as publicações sobre a imigração alemã que não se refiram, de uma ou de outra maneira, a elementos "maus", que "perturbavam" a vida das colônias recém-fundadas.

Entre os imigrantes de 1827 que foram estabelecidos em Itapeccerica (São Paulo) havia ex-soldados que causaram distúrbios obrigando o diretor da colônia a pedir armas. Estas deviam ser distribuídas entre os elementos mais disciplinados a fim de evitar acontecimentos mais graves. (7)

Em 1824, os colonos de São Leopoldo foram divididos em dois grupos. Os "melhores" ficaram e os "duvidosos" foram levados para São João (Misiones). Esta medida foi tomada não só para evitar conflitos entre colonos antigos e recém-chegados, mas também para evitar aglomerações "excessivas" numa só colônia. (8)

Entre os primeiros colonos do Rio dos Sinos que aí se estabeleceram, mesmo antes de 1824, havia também membros da legião estrangeira engajada por D. Pedro I.

"Tais homens, alguns desabituaados de manejar a pá e o machado, outros demasiadamente preguiçosos, era impossível que pudessem manter-se, tinham que tornar-se carga de seus patrícios operosos e tornaram-se uma verdadeira peste da colônia". (9)

Koseritz afirma que entre eles eram comuns os ex-presidiários e ébrios habituais. Todavia, *alguns se ajustaram*. Entre 1852 e 1855 os "maus já pereceram". O autor cita alguns casos de desajustamento.

1 — Henrique "Perna de Pau", aleijado, vagabundo e mendigo; vivia de expedientes. Amasiara-se

com uma escrava que o sustentava com o resultado de seu trabalho. Abrasileirado. Morava em Pelotas.

2 — Joseph Fiedler, alfaiate e caçador. No verão abandonava o ofício para se embrenhar nas matas. Residia em São José do Camaquã.

3 — X. de Mecklemburgo, seleiro, casado provavelmente com mulher brasileira, trabalhador, mas brutal e ébrio habitual. Morava em São José do Camaquã e morreu do câncer, na Caridade de Pôrto Alegre.

4 — Karl, ferreiro, adotou o nome de Carlos Ferreira. Casou-se com uma brasileira rica. Era trabalhador mas, ao mesmo tempo, ébrio habitual e jogador. Morava em Canguçu.

Acrescenta Koseritz que a “revolução Farroupilha acabou mais ou menos com os maus elementos entre os primeiros alemães, pois os pendoros pela vida militar arrastaram-nos e muitos pereceram nas lutas da guerra civil. Os bons elementos permaneceram nas colônias e dispersaram-se, mais tarde, pelo interior”. (10)

Da Legião Alemã, engajada em 1851, muitos soldados e oficiais tornaram-se colonos. Os teutos receberam-nos “com pronunciada desconfiança que não deixava de ser justa, pois entre os *Brummers* havia muitos que ofendiam, pela embriaguez e pelos seus vícios variados, a moralidade da geração velha... Centenas pereceram na devassidão mais desbragada, mas aquêles que restaram, destacavam-se em tôdas as situações da vida; nas cidades tornaram-se professores, jornalistas, artistas, comerciantes dando novos impulsos aos ofícios entravados pela rotina. Nas colônias onde a sua importância era maior ainda, êles exerciam, como professores, uma influência decisiva; de outro lado, prestavam serviços notáveis como engenheiros, agrônomos etc.” (11)

Tschudi que, em meados do século passado, percorreu algumas colônias alemãs no Brasil, refere-se à substituição e à perturbação da ordem em São Leopoldo, causada por ex-presidiários de Mecklemburgo. (12) Quanto a certos colonos antigos, Tschudi repete um juízo contemporâneo: “Dizem que são briguetos e violentos cometendo atos de mais refinada brutalidade. Por exemplo, armam tocaias a seus adversários, maltratam-nos cruelmente, mutilam-lhes o gado e recorrem às armas em qualquer ocasião”. (13)

Também nas colônias do Mucuri (Minas Gerais), Tschudi observou elementos residuais atraídos, ao que parece, pelas promessas de uma vida fácil. “Como podia ser previsto apresentaram-se tôdas as possíveis espécies de canalhas, vagabundos, indivíduos abjetos, ex-presidiários, prostitutas, mas poucas pessoas direitas, pois a estas tamanhas promessas deviam parecer extremamente suspeitas. Beaucourt e Cia não ligavam importância às qualidades das pessoas aceitas e enviadas; importava-lhes apenas o número, pois recebiam prêmios *per capita*.” (14)

Os relatos sôbre os primeiros anos de colonização em Dona Francisca (Joinville) revelam um grau considerável de desajustamento. Dos 8.000 imigrantes de 1850 somente um têrço se havia tornado sedentário em 1860. (15) Quarenta anos mais tarde, Gernhard menciona o peneiramento que os colonos de Joinville sofreram acrescentando que os “maus quase todos saíram”. (16)

Parece que a situação não se modificou com o decorrer do tempo. Sellin, por exemplo, chama os teuto-russos do Paraná, “vadios e arrogantes”. (17) Com a elevação do padrão de vida na Alemanha industrializada, o confronto entre os antigos imigrantes e

aquêles que procuraram o Brasil no século 20, não é favorável aos últimos: “E preciso dizer abertamente que os emigrantes da Alemanha atual não podem ser comparados com os pioneiros que abriram o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Naquele tempo, a Alemanha ainda era um país agrícola e sua gente não conhecia o luxo atual.”. (18) A antipatia que os novos imigrantes inspiravam, tinha suas razões “na vadiagem, nas exigências exageradas, na fanfarronice, na demagogia e nos casamentos fraudulentos” observados entre êles. (19)

Fugmann referc-se a “muitos elementos impróprios” que procuraram, depois de 1919, a colônia Cândido de Abreu no Paraná. (20) Resíduos de imigrações recentes, são caracterizados da seguinte maneira: “Também no Brasil existe o tipo de *tramp* alemão... Observei muitas vêzes exemplos tristes de alemães decaídos, antigos oficiais da nobreza, filhos de comerciantes ricos enviados para o Brasil a fim de que aí se corrigissem e que estavam perecendo completamente; homens com formação universitária que a si mesmos caracterizavam, numa resignação desesperadora, de seres perdidos”. (21)

Em 1932, um médico relata que entre os imigrantes recentemente entrados no Brasil havia muitos que revelavam a existência de um trauma psíquico ou de uma mentalidade fortemente excêntrica. Geralmente já sofriam, no país de origem, de uma diminuição da consciência do próprio valor. Por isso, muitos infringiam a lei suprema das colônias teuto-brasileiras: a de não sair da linha. (22)

A formação das colônias representa, sem dúvida alguma, um peneiramento extremamente rigoroso. Aos choques produzidos pelos contatos com uma cultura

diferente, acrescentam-se efeitos peneirantes (e seletivos) do próprio meio físico.

Séidler acompanhou os primórdios da colonização germânica em Santa Catarina. Algumas centenas de imigrantes que em 1829 fundaram São Pedro de Alcântara, tinham que esperar em Desterro (Florianópolis) a demarcação de seus lotes. “Aí permaneceram êsses lamentáveis expatriados durante seis meses, a consumir não só o pequeno subsídio que o Estado muito irregularmente lhes pagava, como ainda parte de sua modesta fortuna, sem proveitò para o seu objetivo. Já êsse procedimento desanimou a muitos e induziu a grande número ao excessivo uso de cachaça, com o que pensavam esquecer seus pesares e penares. De momento podia isso surtir o visado efeito, mas custava-lhes não só o último vintem ganho na Alemanhã, como também produzia tôda espécie de doenças asquerosas, em consequência das quais se restabeleceu com dobrado vigor o antigo descontentamento.

Acabado o dinheiro, começaram a vender as roupas e não tardou que a maior parte dêsses infelizes andassem andrajosos, mostrando pústulas e buracos nas pernas e nos braços, sarnentos, a perambular como espetros e a mendigar pelas ruas da cidade... Antes de decorridos os seis meses que aquêles colonos deixam passar inativos na cidade de Desterro, a pobreza crescerá tanto que muitos pais incapazes de sustentar os filhos, os ofereciam públicamente e sentiam-se felizes se achavam alguém que quisesse ficar com uma menina forte ou um rapaz esperto, só pela comida”. (23)

“Depois de seis meses passados na maior penúria e miséria, foi finalmente indicado a cada um dos colonos um pedaço de terra para cultivar, em Santa Catarina, mas agora a maioria dêles não só estava sem di-

nheiro para adquirir os víveres necessários durante o pesado trabalho mas ainda muitos já haviam vendido, forçados pela necessidade, os seus instrumentos de lavoura e outros". Os seis meses passados ociosamente em Desterro estavam incluídos nos dois anos durante os quais o govêrno brasileiro os devia sustentar. "Essa perspectiva abateu os ânimos, tanto que muitos dos mais abastados pensaram em regressar à pátria, enquanto ainda tinham o dinheiro para o transporte, mas foram retidos no país odiado até a morte, pelo receio diante da zombaria de seus conterrâneos entre os quais haviam vivido como abastados e agora teriam de aparecer de mãos vazias, a suportar o sentimento desagradável de verem o que fôra seu em posse de outros, sem a mínima certeza, sequer esperança, de jamais poderem readquiri-lo. Um desterrado nunca vem a ser um cidadão feliz.

Assim é que muitos dos mais pobres foram os primeiros a meter mãos à obra, pois se não quisessem morrer de fome tinham que trabalhar o duplo e o triplo que um escravo negro debaixo de relho. E para se livrarem um pouco da ardência solar despiam-se no trabalho, apesar de desabituaados do clima e de suas conseqüências funestas, dos mosquitos e outros bichos, que lhes cobriam formalmente o corpo... Mesmo as promessas feitas por escrito em Hamburgo ou Bremen só em parte eram cumpridas. Nem lhes deram os animais prometidos, nem as sementes iniciais, e para morada tiveram que êles mesmos construir ou pagar seus ranchos. A repartição dos lotes foi arbitrária, sem consideração pelo número de pessoas de cada família; a um deram terreno pedregoso, a outro arenoso, ou de mata virgem.

Um outro grande mal resultou do fato de não haver ainda o govêrno designado inspetor, razão por

que ninguém sabia ao certo a quem cabia resolver diferenças que surgissem entre os colonos. Onde não há juiz, naturalmente cada qual procura fazer justiça, e assim não podia deixar de acontecer que em conseqüência dessa desídia do governo imperial ocorressem questões e rixas sangrentas entre êsses poucos alemães, dos quais se deveria esperar que a identidade da sorte, da língua e dos costumes estabelecessem estreita união entre êles”. (24)

A cessação dos subsídios pagos aos colonos de Santo Amaro e Itapecerica (São Paulo) fê-los sofrer a ação peneirante do meio: “Não poucas famílias caíram na miséria, havia indivíduos que chegaram a ser vagabundos ou que se dirigiram para outros lugares ou províncias. Não poucos ganhavam o sustento pelo exercício de um ofício; alguns conseguiram, com auxílio de alguns valores que salvaram, ficar independentes como pequenos comerciantes; mas, enfim, um certo número de famílias fixou-se nas terras que lhes haviam sido atribuídas”. (25)

O último documento mostra como o peneiramento leva não só à formação de resíduos, mas ainda à distribuição e redistribuição dos mal ajustados sobre outros campos de atividade onde conseguem fazer ajustamentos mais satisfatórios.

Os acontecimentos de Desterro repetiram-se, mais tarde, em outras zonas. Por exemplo, em Miguel Calmon (Paraná). Os colonos chegados em 1908 tiveram de esperar meses até que os lotes estavam demarcados. Com esta demora gastaram suas reservas pecuniárias, perderam o período de plantação. De mais a mais a mortalidade infantil aumentou, devido à precariedade das habitações provisórias. (26)

O estado de abatimento moral que acompanha essas situações, é extremamente importante para a fase de reorganização social. Qualquer que seja o sentido que se queira atribuir ao termo "moral", (27) é preciso admitir uma diminuição dessa qualidade na grande maioria dos imigrantes porque:

1 — A iniciativa individual é desviada de seus objetivos costumeiros permanecendo mesmo, em regra, sem objetivo nenhum, pelo menos temporariamente. A ociosidade das longas viagens marítimas (seis meses a princípio, um mês posteriormente), as esperas nos portos de desembarque, nas hospedarias etc. exercem tendências destrutivas sobre o moral dos imigrantes.

2 — A imigração é individual ou familiar. O indivíduo desprende-se de seu grupo, estando privado, portanto, de seu controle e de seu apoio. A família não pode suprir, na maioria dos casos, as funções do grupo mais amplo. Isso tudo adquire um significado ensina que o moral da própria família depende do grupo mais amplo. Isso tudo adquire um significado especial na hipótese de serem camponeses os imigrantes. Considerando o grau elevado de integração das comunidades rurais e, portanto, a dependência moral do indivíduo, a possibilidade de um abatimento moral mais profundo, é bem maior.

3 — Um conjunto de imigrantes não possui, em regra, moral próprio porque raramente existe como grupo. O que há são indivíduos que não tiveram nem tempo nem oportunidade para constituir-se em grupos e desenvolver um moral próprio. Este pode surgir somente à medida que os imigrantes conseguem reorganizar, socialmente, sua vida criando um novo sistema de obrigações e compensações recíprocas. É óbvio que a reorganização social será tanto mais difícil quanto mais intenso for o abatimento moral dos colonos,

“Aqui como em tôdas as colonias do Brasil fiz a experiênciã de que os colonos uma vez desanimados raramente acham a fôrça moral para reerguer-se. Mesmo quando as condições melhoram, dando-lhes a possibilidade de melhorar a sua situaçãõ mediante o trabalho constante, êles permanecem no desânimo em vez de tentar vencer as dificuldades por uma atividade renovada. É a consequênciã da falta de estímulos espirituais e conforto religioso.” (28)

Pode-se dizer que a intensidade do peneiramento está em função direta ao grau de enfraquecimento moral. Admitindo uma influência direta dêste fenômeno sôbre a iniciativa do imigrante, parece certo que as possibilidades de um reajustamento satisfatório diminuem com a debilitaçãõ das faculdades volitivas.

As observações que Avé-Lallement fez sôbre a colonizaçãõ do Mucuri, (Minas Gerais) confirmam a influência de estado moral sôbre a capacidade de reajustar-se. “A pressãõ do colonizador particular transforma maus imigrantes em verdadeiros malandros e criminosos, ao passo que homens bons, operosos e calmos se tornam elementos desalentados, preguiçosos e rebeldes.” (29)

As fazendas cafeeiras de São Paulo parecem ter sido crivos particularmente finos para os imigrantes alemães. O choque cultural que se deu nesse meio latifundiário compreende também as diferenças de padrão de vida. Um padrão alto, a “tendênciã de gastar mais do que ganham” e um rendimento menor do trabalho no verão fazem com que os alemães não possam competir com os imigrantes italianos. (30) Sendo assim, compreende-se que o trabalho na fazenda seja uma “escola extraordinariamente dura, mas também muito boa” para os colonos. Verificou-se que uma

porcentagem muito elevada dos colonos bem sucedidos, se compunha de antigos colonos de fazenda. (31) Evidentemente, essa constatação refere-se a São Paulo, visto que os colonos teutos de outros Estados só excepcionalmente tiveram contatos com a lavoura cafeeira.

Não é de admirar-se que os rigores de peneiramento tenham variado em função das diferenças culturais dos próprios imigrantes. Classificando os alemães pela região de onde procederam, os pomeranos parecem ter tido de todos a cultura menos desenvolvida.

A partir de 1860, a picada Ferraz do atual município de Santa Cruz (Rio Grande do Sul) começou a ser colonizada por pomeranos. "Culturalmente pobres êsses indivíduos haviam sido trabalhadores nos latifúndios 'senhoreais' (da Alemanha).. Representavam o material humano adequado para uma colônia nova. Em poucos anos arrancaram, à mata virgem, extensas e rendosas plantações sentindo-se satisfeitos em confronto com a dura sorte anterior. Aquí tornaram-se, de uma vez só, homens livres e independentes e proprietários de grandes complexos de terras. *Entre êles em Ferraz, não havia, como nas outras picadas, quem sofresse de nostalgia.*" (32)

Uma carta sôbre São Lourenço (Rio Grande do Sul), publicada em 1908, relata que os pomeranos eram "econômicamente os mais atrasados", que não queriam participar dos trabalhos da associação dos colonos para melhorar os processos de produção. Todavia, acrescenta o relato, os pomeranos se mostravam satisfeitos com a situação. (33)

Da colonização germânica no Espírito Santo sabemos que embora tivessem sofrido muito, "os pomeranos, com a sua frugalidade, sua resistência física e capacidade de trabalho se ajustaram particularmente bem às novas condições de modo que hoje a maioria dos colo-

nos teuto-protestantes revela a feição evidentemente pomerana que caracteriza a região inteira." (34)

"Os processos primitivos de cultivo que os camponeses pomeranos rapidamente adotaram nas montanhas tropicais (do Espírito Santo) conduziram ao esgotamento do solo e, assim, à escassez de terras fazendo a colonização expandir-se pelas baixadas mais férteis porém climaticamente menos favoráveis." (35)

Proletários rurais na maioria e portadores de um patrimônio cultural relativamente pobre, os pomeranos se ajustavam a condições que sugeriam uma aproximação da organização econômica cabocla, pelo menos no que se refere às técnicas agrícolas. Os resíduos que o peneiramento deixou entre os pomeranos parecem ter sido bem menores do que aqueles que se notaram entre imigrantes alemães de cultura mais desenvolvida. Contudo, verificações feitas em períodos e zonas diversos mostraram que não se tratava apenas do pomerano mas, em geral, do proletário rural (camarada ou colono) dos latifúndios senhoresais da Prússia Oriental.

Inúmeras são as queixas sobre a escassez de imigrantes *adequados*. Os únicos que se ajustavam eram, de acordo com um relato de 1907, trabalhadores rurais da *Alemanha Oriental e outras regiões ermas*. Os demais teriam constituído somente um peso para os teuto-brasileiros. (36)

"Entre os inúmeros alemães novos que, depois da Guerra (Mundial) chegaram aqui, muito poucos e só os que vieram quase sem recursos, atingiram a seu objetivo, o de criar uma colônia economicamente bem fundada; e *estes eram antigos camaradas*. Os demais não tinham capacidade suficiente para suportar privações e de contentar-se com um mínimo." (37)

A redistribuição dos resíduos. — Às vêzes afirma-se que o imigrante alemão não estava, fisicamente, em condições de executar derrubadas. (38) Os teuto-brasileiros exerciam a função de “pioneiros” estabelecendo-se uma divisão do trabalho de que dependia, não raro, o desenvolvimento das colônias. Fato é que nos primeiros tempos de colonização, os imigrantes não encontravam quem lhes derrubasse a mata. Há razões muito fortes para se acreditar que a “incapacidade física” dos imigrantes alemães aumentasse à medida que as vias de comunicação se tornavam mais fáceis e as áreas de colonização se urbanizavam. Pois êsses dois fatores permitiam que os imigrantes desanimados ou realmente incapazes se dirigissem para as cidades ou se repatriassem. De outro lado é preciso não esquecer-se de que o número de camponeses entre os imigrantes diminuía à proporção que a própria Alemanha se industrializava. Não admira portanto que, nos últimos trinta ou quarenta anos, o “espírito pioneiro” se tenha tornado uma qualidade cada vez mais rara entre os colonos alemães. Em 1926, a Associação Popular Católica fundou Pôrto Novo, em Santa Catarina. Era muito difícil, encontrar “pioneiros” para essa colônia. Os únicos moradores se compunham de descendentes da primeira geração de imigrantes. (39)

Iraty perdeu, em 1910, dois têços de seus colonos alemães. O tifo e os gafanhotos teriam causado o êxodo. (40) O mesmo observador menciona movimentos migratórios de Santa Catarina para Curitiba. (41) Também Terra Nova perdeu um parte de seus moradores, principalmente “casais urbanizados”. A capacidade de ajustamento dos intelectuais parece ter sido “maior do que geralmente se supunha.” (42) Entre os colonos que migravam para os centros urbanos e semi-urbanos encontravam-se, notadamente, artífices. (43)

A distribuição espacial dos artífices alemães, que desde os primórdios da colonização penetravam zonas puramente brasileiras, estava intimamente relacionada com a tendência de retornar às antigas atividades profissionais. A relativa escassez de artífices especialistas, na população nativa, favorecia o processo de redistribuição dos imigrantes.

O abandono da lavoura pelo imigrante germânico é explicado, às vezes, pela atitude das mulheres. Na mata virgem não haveria para elas coisa pior do que a inexistência de mobília adequada (44)

Wettstein que, no comêço dêste século, estudou a colônia de Blumenau, observou a tendência de colonos "preguiçosos ou fracassados" para se tornarem pequenos comerciantes. Os impostos municipais, no entanto, dificultavam essa tendência, acrescenta o autor. (45)

Depois da primeira guerra mundial, não poucos alemães das antigas colônias africanas dirigiram-se para o Brasil. Aquí, a maioria encontrou dificuldades de ajustamento porque faltava-lhes a mão de obra barata e abundante que na África se recrutava na população de côr. (46)

As dificuldades de comunicação que nos primeiros tempos de colonização germânica se opunham às migrações internas, a ausência de centros urbanos que mais tarde ofereciam oportunidades profissionais mais variadas e, além disso, o horizonte cultural mais estreito das primeiras gerações de imigrantes, faziam com que o peneiramento fôsse mais severo nos primeiros cinquenta anos, principalmente porque faltavam aos desajustados chances de redistribuição sôbre campos de atividade diversos. De outro lado, a fixação e permanência no primeiro local parecem ter sido, mais de uma vez, compulsórias, seja pela falta de comunicação, seja

pela coerção que fazendeiros ou empresários exerciam sobre os colonos aplicando-lhes sanções ora legais (contratos de parceria) ora ilegais.

Santo Ângelo (Rio Grande do Sul) foi fundada, em 1857, por 119 colonos alemães. “Êstes colonos viajavam a bordo de um dos vapores da antiga sociedade Jacuí, provavelmente no “Cachoeira” que subia pela primeira vez o alto Jacuí. Por isso, o governo pôs à disposição da sociedade um prático, Manuel Xavier Cardoso, bom conhecedor do rio. Os colonos foram logrados, pois haviam-lhes dito que seriam desembarcados em Santa Cruz para onde eram destinados, ao que parece. Quando chegaram às imediações de Rio Pardo, disseram-lhes que, devido à cheia do Jacuí, era necessária prosseguir a viagem. Chegando a Serro Chato onde havia um vau no rio e onde deviam desembarcar, os colonos se opuseram e tentaram resistir. Mas a tripulação do vapor forçou-os a desembarcarem. Um espectáculo conflagrador se desenrolou. Quase loucos de pavor, colocados repentinamente numa solidão completa, aterrados pela mata virgem interminável e pelo rugir das onças, os colonos queriam voltar ao vapor. A tripulação lutava com êles enquanto o vapor se afastava entregando-os a seu destino. Do vau até o barracão, os colonos foram transportados em carroças. Isso se deu em 16 de novembro de 1857. Cinquenta anos depois, os filhos e netos desses colonos festejaram o cinquentenário em meio de uma colônia rica e próspera que nadava em abundância e era inteiramente colonizada e cultivada.” (47)

Também na colonização do Mucuri encontramos traços coercitivos. Em 1858, por exemplo, 175 imigrantes que haviam sido engajados para o Rio de Janeiro, foram levados ao Mucuri, via Vitória. (48)

“Os imigrantes que se dirigiam do Rio para o Mucuri, recebiam passagem gratuita. Mas quando queriam sair dali, tinham de pagar o dôbro o que imigrantes pobres nunca podiam.” (49)

Se os processos de colonização dos primeiros tempos tinham, às vêzes, um caráter coativo no sentido de forçar o imigrante a permanecer em um local cuja escolha não dependia, muitas vêzes, da sua vontade, outros processos que surgiram pelo fim do século passado, tinham, não raro, efeitos opostos induzindo os imigrantes ao repatriamento.

“A Sociedade Hamburguesa de Colonização reservava-se o direito contratual de despejar da sua propriedade, sem nenhuma compensação, aquêles colonos que não produzissem, dentro de um ano, mais do que a média de todos os colonos, incluindo os velhos já treinados, podia produzir em seis anos.” (50) A cláusula a ser cumprida, estipulava que o imigrante devia cultivar e manter em cultivo, dentro de um ano, pelo menos a décima parte das terras adquiridas.

O mesmo autor observou em Hansa (Santa Catarina) que a empresa de colonização vendia terras na razão de 36 a 44\$000 o hectare que ela adquirira por 1\$500, cobrando além disso, depois de segundo ano, um juro de 6%. “Daí a consequência natural e direta de uma intensificação dos repatriamentos.” (51)

Em Hamônia, “alemães novos” que residiam longe das vias de comunicação voltaram ao país de origem (52). Outras vêzes a falta de dinheiro determinava a volta dos imigrantes que investiram, no país de origem, um pequeno capital em arados e outras máquinas agrícolas inaplicáveis aqui (53). Colonos do Rio do Peixe repatriaram-se porque lhes faltavam vagões para o transporte de seus produtos (54).

Êsses motivos, tomados ao acaso, não teriam sido suficientes, provavelmente, para levar ao repatriamento os imigrantes antigos. Todavia, mesmo êstes voltaram em número maior do que geralmente se pensa.

“Em Blumenau, o número dos imigrantes que se fixaram, fôí relativamente pequeno — considerado em si, no entanto, êle foi notável. Do relatório de 1 de março de 1853, do presidente da província, consta, que até então, de 153 imigrantes, 29 abandonaram a colônia e que, calculando nascimentos e óbitos, o número de habitantes era apenas de 104 pessoas. Um ano depois, o presidente declarou que Blumenau tinha 87 habitantes. Portanto, apesar dos 26 novos imigrantes, a colônia perdera 17 pessoas. Em 1854 chegaram 144 imigrantes e 41 saíram” (55).

Em 1864, dos 6.000 imigrantes entrados em Dona Francisca, 4.000 já tinham saído. (56)

Segundo Endress, o total dos imigrantes entrados no município de Blumenau, entre 1850 e 1869, foi de 5.458 contra 599 pessoas que saíram. Além disso, a zona recebeu 240 indivíduos dos regiões circunvizinhas (57).

Os relatórios da Sociedade Germânica de Associação Beneficente dos alemães do Rio de Janeiro são índices da proporção em que surgiam, periódicamente, elementos residuais desejosos de regressar à pátria ou de tentar reajustamentos com auxílio dos alemães e teuto-brasileiros abastados.

Em 1875, a Associação Beneficente pagou 6:700\$000 a alemães necessitados. Em 1877, essa quantia ascendeu a 26:000\$000. (58) Em 1907, os meios não eram suficientes para auxiliar os imigrantes que desejavam voltar à Alemanha (59). Já em 1906 inúmeros imi-

grantes pediram auxílio à sociedade, embora nesse ano só 326 alemães e austríacos tivessem imigrado (60).'

Em 1924, 10.000 imigrantes voltaram do 'Brasil para a Alemanha. Nesse ano o total dos alemães entrados no território nacional foi de 22.168 (61).

Em 1927 e 1928 repatriaram-se, do Rio de Janeiro e socorridos pelas diversas sociedades teuto-brasileiras dessa cidade, 536 alemães. É digno de nota que entre êles havia 23 loucos (62).

É óbvio que a intensidade com que os imigrantes alemães eram peneirados não dependia apenas de suas qualidades pessoais, seu desenvolvimento cultural (padrão de vida, nível educacional etc.), do meio brasileiro, geográfico e social, mas também da capacidade de reorganização social dos próprios imigrantes. É inegável — e o exemplo de outras etnias o atesta — que certas contrariedades oriundas do contraste cultural entre o meio nativo e os ádvenas podem ser neutralizadas por uma reação organizada se êstes se sentem suficientemente solidários para se reconstituírem sob a impressão do choque cultural ou antecipando-lhe os efeitos, em comunidades novas ajustadas às necessidades da situação. Em qualquer hipótese, a solidariedade dos imigrantes antigos, conhecedores do meio nativo, com os novos expostos a todo o rigor da ação peneirante de uma cultura estranha, representa um fator importante, no sentido de prevenir a formação de resíduos desproporcionalmente numerosos. Não há indícios de que esta solidariedade ajustadora tenha sido uma qualidade muito comum entre imigrantes alemães.

A freqüência com que ocorriam cisões e dissidências na vida associativa econômica, religiosa, recreativa e educacional dos teutos e, mais ainda, as dificuldades que imigrantes novos geralmente encontravam para

estabelecer o *modus vivendi* que a própria situação lhes sugeria, demonstram o baixo grau de solidariedade em confronto com italianos e, sobretudo, japoneses. (63)

Em 1853, a Sociedade Germânica não se interessava pela sorte de prisioneiros alemães. Pouco depois, a Sociedade Beneficente se queixava de que os alemães descuidavam de seus patrícios pobres (64).

Do diário de um colono de Dona Francisca sabemos que, em 1864, as cem pessoas da “fina sociedade” estavam divididas em quatro fações que se hostilizavam reciprocamente. O imigrante recém-chegado ouvia dizer que “aquí na mata virgem, o melhor era não ter vizinho nenhum” (65).

Observadores mais recentes escreveram que entre os imigrantes alemães geralmente não havia cooperação, pois receavam que os vizinhos pudessem tirar um proveito maior (66). Mesmo nas famílias, os autores observaram falta de solidariedade (67).

A existência de um batalhão de voluntários na revolução paulista de 1924, foi explicada pelo fato de que os radicados em São Paulo não queriam auxiliar os imigrantes esfomeados que se alistavam por falta de outros recursos (68).

A falta de solidariedade ou mesmo o antagonismo mais ou menos profundo entre imigrantes alemães novos e antigos ou teuto-brasileiros há de ocupar-nos ainda em outro capítulo. Aquí limitamo-nos a reproduzir o depoimento de um observador que friza a relativa falta de honestidade entre certos colonos teutos. Existia “uma atmosfera de desconfiança generalizada e uma luta estéril de todos contra todos.” O imigrante novo devia estar prevenido contra tôda sorte de fraude na aquisição de terras ou de gado. Outra calamidade era a ausência de espírito cooperativista. Uma peque-

na vantagem imediata induzia muitos a desertarem cooperativas de que haviam participado durante muitos anos (69).

Não há dúvida de que o peneiramento se faz sentir com maior intensidade entre imigrantes que, longe de se associarem para abrandar a ação peneirante de um meio geográfica e culturalmente diverso, se consomem em lutas “de todos contra todos”.

O peneiramento tem ainda outros aspectos, sobretudo geográficos, que serão abordados no capítulo subsequente.

NOTAS

(1) E. Huntington, cit. apud Donald Young, *American Minority Peoples*, (New York, 1932), p. 54.

(2) Donald Young, op. cit., p. 55.

(3) Ibidem, p. 55

(4) Ibidem, op. cit., pp. 54-55.

(5) A emigração como padrão de comportamento aprovado pela comunidade, reflete-se no folklóre de certas regiões germânicas. Notadamente em algumas partes da Suíça, Suábia, Alsácia, Hesse e Francônia, encontram-se “canções de emigrantes” como modinhas populares. Variações das mesmas modinhas são cantadas no Alto Reno, e em Nassau. Uma das modinhas figura numa coleção publicada, em meados do século passado, na Alsácia. Intitula-se “(o) emigrante alsaciano”. A quinta estrofe responde à pergunta do prefeito pelos motivos da emigração:

Aqui não podemos ficar,
Aqui não podemos viver:
Pois os *Huissiers* e notários
Nos tiram a maior parte.

Nos Estados Unidos, os emigrantes são recebidos com “cruzes e bandeiras”. A oitava estrofe contém as boas vindas:

Bem-vindos, irmãos alemães,
Bem-vinda, gente alemã!
Queremos cuidar de vós
Como de nós próprios.

A "Canção dos Emigrantes" é considerada jóia da música popular do Hesse. A quarta e quinta estrofe passamos a transcrever:

Agora chegamos em Baltimor,
Os alemães estendem as mãos
E exclamam: Vitória!
Agora estamos na América.

Diante de nós está a grande cidade,
Aonde o navio se destina.
De ânimo alegre saltamos à terra,
A nossa nova pátria.

Entre 1880 e 1890 registrou-se uma variação da quinta estrofe cantada em Wetterau:

Viajamos para mais longe ainda,
Confiados no bom Deus.
Agora acabou-se a ociosidade.
Irmãos, é preciso trabalhar!

No Elsenthal, um dos vales tributários do rio Neckar, a tradição popular conhece uma canção da qual damos a seguir as estrofes 1, 3 e 4.

Vamos partir agora,
Para o belo país América,
Cada qual arrume sua trouxa,
As dívidas deixamos aqui.

A América, irmãos,
é um belo país,
Deus deu-o de penhor
ao Pai Abrão.

Agora vamos terminar
Com uma canção de despedida.
E cada um deve saber
Que há um Deus naquele país.

(H. Krauss-Schwabach, "Auswanderer Volkspoesie", *Der deutsche Auswanderer*, janeiro de 1926, pp. 7, 8.

(6) Seguindo uma distinção nossa, adotamos o termo "peneiramento" para todos os processos de seleção social, reservando a palavra seleção para os processos biológicos que comportam essa designação. Emilio Willems, "Problemas de uma Sociologia do Peneiramento", *Revista do Arquivo Municipal*, N.º 75, (São Paulo, 1941).

(7) Friedrich Sommer, cit. de um manuscrito sobre a História da Colonização Alemã no Brasil pp. 35, seg.

(8) Aurelio Porto, *Die deutsche Arbeit in Rio Grande do Sul*, (São Leopoldo, 1934), p. 95.

(9) Carl Seidler, *Dez Anos no Brasil*, Tradução portuguesa (São Paulo S/a), p. 104.

(10) Carl von Koseritz, "Das deutsche Element in der Provinz Rio Grande do Sul", *Koseritz deutscher Volkskalender*, 1879.

(11) Ibidem.

(12) Johann Jakob von Tschudi, *Reisen durch Südamerika*, (Leipzig 1866, 67), Vol. IV, pp. 19-21.

(13) Ibidem, p. 50.

(14) Ibidem, Vol. II, p. 341.

(15) Ibidem, Vol. III, p. 362.

(16) Robert Gernhard, *Dona Francisca, Hansa und Blumenau*. Drei deutsche Mustersiedlungen im südbrasilianischen Staate Santa Catarina, (Breslau, 1901), p. 96.

(17) A. W. Sellin, *Das Kaiserreich Brasilien*, (Leipzig, 1885), p. 208.

(18) *Der deutsche Auswanderer*, agosto-setembro de 1925, p. 26.

(19) *Der deutsche Auswanderer*, setembro de 1926, p. 171.

(20) W. Fugmann, op. cit., p. 45.

(21) Alfred Funke, *Brasilien im 20. Jahrhundert*, (Berlim, 1927), p. 421.

(22) W. Deussen, "Über die Möglichkeiten und Aussichten ärztlicher Tätigkeit in Rio Grande do Sul", *Der Auslanddeutsche*, Vol. XV, N.º 1, p. 17.

(23) Carl Seidler, op. cit., pp. 249-250.

(24) Carl Seidler, op. cit., pp. 252-253.

(25) Friedrich Sommer, op. cit., p. 69.

(26) *Zeitschrift für Süd-und Mittel-Amerika*, 1908, p. 239.

(27) (1) O grau de energia e confiança de um esforço individual; (2) a energia e confiança de um indivíduo com re-

lação a seu grupo; (3) a energia e confiança dêste próprio grupo. William Ernest Hocking, "The Nature of Morale" (*The American Journal of Sociology*, Vol. XLVIII, N.º 3 novembro de 1941, p. 311). Os três aspectos do fenômeno "moral" devem ser levados em conta para se ajuizar das possibilidades de uma reorganização social.

(28) J. J. von Tschudi, op. cit., Vol. III, p. 3.

(29) Robert Avé-Lallement, *Reise durch Nordbrasilien im Jahre 1859*, Parte I, (Leipzig, 1860), p. 188.

(30) Anônimo, "Zur deutschen Einwanderung in Brasilien", *Der Auslandsdeutsche*, Vol. VIII, N.º 10, p.276.

(31) Mathilde e Fritz Preiss, op. cit., p. 73.

(32) H. "Aus der Gründungszeit der Kolonie Santa Cruz", *Deutsches Volksblatt*, N.º 268, (Pôrto Alegre, 15.XI.1936), p. 15.

(33) *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1908, N.º 3, p. 68.

(34) E. G. Nauck, op. cit., p. 108.

(35) *Ibidem*, p. 111.

(36) Anônimo, "Was tut not" *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1907, n.º 11, pp. 157-158.

(37) Anônimo, "Brasilianische Briefe" *Der deutsche Auswanderer*, fevereiro de 1926, p. 13. O grifo é nosso.

(38) Vide por exemplo W. Drascher, "Die Aufnahme fähigkeit Südamerikas für die deutsche Einwanderung", *Die Getreuen*, Setembro-Outubro de 1931, p. 94.

(39) *Riograndenser Marienkalender*, 1930, p. 80.

(40) W. Fugmann, op. cit., p. 37.

(41) *Ibidem*, p. 25.

(42) *St. Raphaelsblatt*, Novembro-Dezembro de 1935, p. 212.

(43) Vide, por exemplo, *Der deutsche Auswanderer*, novembro-dezembro de 1925, p. 11.

(44) M. e F. Preiss, op. cit., p. 130.

(45) Wettstein, op. cit., p. 200.

(46) M. V. Bock, "Joinville" *Der deutsche Auswanderer*, março de 1930, p. 37.

(47) Anônimo, "Ausdehnung der Kolonisation", *Neue Deutsche Zeitung*, N.º 171, (Pôrto Alegre, 24 de julho de 1934), p. 1.

(48) Robert Avé-Lallement, op. cit., Vol. I, p. 271.

(49) Wettstein, op. cit., p. 150.

(50) *Ibidem*, p. 148.

(51) *Der deutsche Auswanderer*, março de 1925, p. 13.

(52) *Ibidem*, abril de 1925, p. 15.

(53) *Ibidem*, abril de 1926, p. 20.

- (55) José Deeke, *Das Munizip Blumenau*, Vol. I, (São Leopoldo, 1917), p. 50.
- (56) "Do Diário de um Colono", *Uhles illustrierter deutsch-brasilianischer Familien-Kalender*, 1912, p. 52.
- (57) Endress, op. cit., p. 51.
- (58) Germânia, p. 269.
- (59) *Ibidem*, p. 446.
- (60) *Ibidem*, p. 446.
- (61) *Der deutsche Auswanderer*, janeiro de 1926, p. 25.
- (62) *Der Auslanddeutsche*, Vol. XII, N.º 9, p. 293. Na colônia de Hansa Hamônia, o coeficiente de fixação foi, até 1903, de 50 p.c. apenas. Vide Wilhelm Lacmann, *Ritte und Rasttage in Südbrasilien*, (Berlin, 1906), p. 84.
- (63) Vide, por exemplo, o testemunho de M. e F. Preiss, op. cit., p. 109.
- (64) Germânia, op. cit., pp. 165, 177, 182, 321.
- (65) *Uhles illustrierter deutsch-brasilianischer Familien-Kalender*, 1912 pp. 40, 50.
- (66) M. C. F. Preiss, op. cit., p. 113.
- (67) *Ibidem*, p. 130.
- (68) *Der Auslanddeutsche*. Ano VII, N.º 22, p. 144.
- (69) Fritz Frei, "Kolonistenelend in Brasilien", *Der deutsche Auswanderer*, julho-agosto de 1931, p. 144.

CAPÍTULO IV

ALGUNS ASPECTOS ECOLÓGICOS DA COLONIZAÇÃO GERMÂNICA

Encarando a colonização germânica no Brasil sob um ângulo de vista ecológico (1) tentaremos interpretar a distribuição espacial dos imigrantes e seus descendentes.

A) como processo competitivo inter-étnico

1 — em relação à sociedade luso-brasileira;

2 — em relação a imigrantes de outras origens étnicas;

B) como processo competitivo intra-étnico, destacando

4 — as tendências de segregação de imigrantes alemães e colonos teuto-brasileiros, de protestantes e católicos.

A competição ecológica com luso-brasileiros. — Quando, em 1824, começou a imigração alemã no Rio Grande do Sul, essa província tinha cêrca de 100.000 habitantes. A única cidade era Porto Alegre. Havia ainda quatro vilas (Rio Grande, Santo Antônio, Rio Paulo e Cachoeira), 17 sedes paróquias e 10 povoados. Na charuada Campanha se havia estabelecido uma sociedade pastoril, formada por antigos povoadores e descendentes de açorianos imigrados no século 18. Na zona da mata havia poucos habitantes e êstes eram, na sua maioria, proprietários de vastas extensões de terra virgem. Iniciada a colonização governamental não tardaram êsses proprietários brasileiros em lotear e vender

suas terras aos teutos que assim desalojavam, pouco a pouco, à medida que a colonização avançava mata a dentro, os antigos moradores.

Em Mundo Novo, a leste de São Leopoldo, *Tristão José Monteiro* iniciou a venda de suas terras em 1847. "De fato, essa região se tornava o "Mundo Novo" para o excesso da população de São Leopoldo. As condições de compra eram favoráveis. Um lote de 100.000 braças quadradas custava, no começo, só 300\$000, mais tarde de 600\$000 até 800\$000. Aos compradores concediam-se prazos longos e juros baixos, de modo que também pessoas sem numerário podiam adquirir terras. Assim, a colonização do novo distrito progredia rapidamente." (2) Ainda hoje, acrescenta em 1934 o cronista, o símbolo da cidade de Taquara é o sobrado de *Tristão Monteiro*.

Em 1850, *Chico Pedro de Brusque*, mais tarde Barão de Jacuí, iniciou a colonização da fazenda Padre Eterno (3)

Na mesma época a família *Leão* loteou e vendeu sua fazenda a colonos teutos. (4)

À margem esquerda do Rio dos Sinos, *Chico Santos* colonizou na região do Morro Pelado. (5)

"Particulares fundaram, em 1854, a colônia Silva, situada entre Conventos e a vila de Taquarí, colônia de pequenas proporções, cuja área não excede de três léguas: em 1856, surge a colônia Mariante, ainda no vale do Taquarí, e Maratá, no Caí, às margens do arroio que lhe empresta o nome."

"Em 1857, o conde Paulo de Montavel, funda a colônia de Santa Maria de Soledade, às margens do Caí. São seus sócios na empresa, o dr. Israel Soares de Barcellos, dr. Dionysio d'Oliveira Silverio e João Coelho Barreto."

A Aculturação dos Alemães no Brasil 109

“No mesmo ano de 1857, fundaram-se, na mesma zona, as colônias particulares de Brochier e Parecí, do mesmo passo que outros pequenos núcleos se iam estabelecendo” (6).

Os sesmeiros do vale do rio Caí, principalmente as família *Santos e Moraes*, colonizaram estas terras vendendo-as a colonos teutos vindos de São José do Hortêncio (7).

Quanto ao vale do Forromeco, menciona-se o nome de um *Rodrigues* que participou da colonização da parte meridional (8).

Um dos maiores proprietários daquela zona era *José Ignacio Teixeira*, dono da fazenda Parecí que se estendia entre os rios Maratá e Caí, em ambas as margens do arroio São Salvador, até a região do planalto. Em 1854 começou a colonização dessas terras onde em 1862 já se contavam 80 famílias (9). É digno de nota que o povoamento da área do Caí se fazia como auto-colonização. Quase todos os moradores eram filhos ou netos de imigrantes alemães.

Lageado, à margem direita do Taquarí, foi colonizado por *Antônio Fialho* (10) e Estrela, à margem esquerda, pelo *Major Vit*. Em 1872, o sobrado do Major Vit foi adquirido por um teuto-brasileiro. Nada mais característico para a mudança ecológica do que a seqüência de funções diversas que êsse sobrado desempenhou. “A princípio casa-grande da fazenda, servia, ao mesmo tempo, como moenda de farinha. Em seguida, o prédio era usado, por Michel Ruschel, como venda, servindo simultâneamente de hospedaria aos imigrantes, matadouro e cervejaria. Em seguida vem a ser escola, salão de festa, séde adiministrativa, correio, foro e cadeia pública” (11).

Em 1855 começou a colonização teuta na margem direita do Taquarí. A crônica relata, entre muitos

outros fatos, a aquisição por um colono, da fazenda São Caetano cujo proprietário havia sido um certo *Custódio*. O preço erá de nove contos de réis (12).

Ao sul de Conventos, em São Gabriel, a família *Azambuja* abria suas terras à penetração teuta (13).

“Em 1853, iniciou-se, sempre por ação de particulares, o povoamento do Vale do Taquarí. Uma empresa constituída por Baptista, Fialho, Pereira e Cia., que passou mais tarde a ser Fialho de Vargas, fez vir da Alemanha, mediante o adiantamento de passagens e concessão de subsídios, colonos que povoaram a fazenda de Conventos.”

“Ainda em 1850, o dr. Israel Rodrigues Barcellos fundou a colonização do Rincão d’El Rey, no município de Rio Pardo, e povoada com famílias idas de São Leopoldo” (14).

Um fator que influiu decisivamente sôbre êsse processo de sucessão ecológica, foi a inexistência, na cultura luso-brasileira, escravocrata e latifundiária, de padrões econômicos que tivessem permitido a exploração agrícola da serra com suas matas hidrófilas. Daí o valor relativamente baixo dessas terras e a tendência de seus proprietários luso-brasileiros para se descartarem delas, em condições que lhes pareciam altamente rendosas.

De outro lado, a facilidade de adquirir, com pequenos capitais, terrenos muito férteis onde havia possibilidade de capitalizar, de maneira rendosa, o trabalho da família, atraia os imigrantes alemães e colonos teuto-brasileiros que já traziam, de seu país de origem, o padrão cultural adequado à exploração agrícola das sivas pela família e sempre que possível, com mématas. Era a *pequena propriedade*, cultivada exclusivamente pela família e sempre que possível, com métodos intensivos (15).

A Aculturação dos Alemães no Brasil 111

A diferença cultural entre a Campanha, latifundiária e escravocrata, e a mata campesina e geralmente avessa ao trabalho escravo ou assalariado, influiu decisivamente sobre a distribuição espacial das diversas etnias, não só dos alemães, mas também dos italianos, poloneses e russos. Acresce a inferioridade das terras da Campanha que exigiam inicialmente o investimento de capitais que os teutos raramente possuíam.

O desalojamento dos povoadores luso-brasileiros da área das matas parece obedecer a uma lei geral, pois nas colônias mais recentes da "Serra", (bacia do Uruguai) êsse processo de sucessão ecológica está se repetindo (16).

Esboçada esta distribuição espacial das etnias à base da configuração geográfica e das atividades predominantes — o pastoreio dos luso-brasileiros e a pequena lavoura dos teuto-brasileiros revelava-se a pouca permeabilidade das zonas teutas a todos os elementos que não fôsem lavradores. A colonização dispersa em forma de sítios isolados impedia que se estabelecessem representantes da civilização urbana. Em outras palavras: o próprio sistema de colonização separava não só os criadores brasileiros dos lavradores teutos, mas era refratário também a penetração de brasileiros urbanizados, cujas atividades profissionais se ligassem, funcionalmente, à colonização compacta. Todavia, onde a colonização germânica levava à formação de núcleos urbanos ou semi-urbanos, a penetração do elemento luso-brasileiro era, desde o comêço, notável. A planta de São Leopoldo de 1830, isto é, seis anos após o comêço da imigração alemã, mostra 186 quadras com 192 proprietários de casas. Dêles, 92 eram alemães, 86 brasileiros, 3 italianos, 1 francês (17).

Inversamente, as áreas povoadas por luso-brasileiros mostravam maior permeabilidade a certas profissões

exercidas, de preferência, por imigrantes alemães. Os artífices alemães, cujo número era considerável já nas primeiras levas de imigrantes, encontravam, nos municípios da Campanha, oportunidades profissionais que lhes asseguravam a subsistência (18).

Econômicamente, a cultura pastoril da Campanha e a cultura agrícola da Serra, assim como as indústrias derivadas em ambas as partes, completavam-se mutuamente constituindo uma simbiose das populações, baseada num sistema de divisão do trabalho interétnica.

Se os artífices eram, na maioria, teuto-brasileiros mesmo em áreas em que a colonização germânica foi nula, a participação dos teutos no comércio não correspondia, em absoluto, a seu número. Nos municípios colonizados predominantemente por teutos, estes controlavam, há pouco tempo atrás, somente 39% das 1440 casas de comércio a varejo. (19) Há também ramos industriais em que a participação teuta é quase nula, constituindo uma simbiose das populações, baseada num sistema de divisão do trabalho interétnica.

De ponto de vista ecológico é digno de nota que as principais vias de comunicação cortam o cinturão do Jacuí de norte a sul, quer dizer, sempre na sua parte estreita e nunca em sentido longitudinal. “Isto significa que elas não estabelecem uma articulação interna dessa grande e contígua área de colonização mas a sua divisão em muitas partes separadas que *se ligam muito menos entre si do que com a Campanha lusitana a qual completam economicamente. Politicamente, esse fato levou à formação de municípios étnicamente mistos resultando daí um enfraquecimento político da etnia alemã impossível, por exemplo, na vasta e arredondada área colonizada pelos italianos*” (21).

A Aculturação dos Alemães no Brasil 113

De acôrdo com uma estimativa, feita em 1922 e baseada nos dados do sorteio militar, a porcentagem da população de descendência teuta (excluindo-se naturalmente os imigrantes alemães), oscila, nos quatorze municípios do cinturão do Jacuí, entre 6% e 82%, sendo a média de 47, 28%. (22).

A colonização teuta encontrou, nessa área, dois obstáculos, um geográfico e outro puramente étnico: a leste e sul, a Campanha tolhia a expansão da colonização agrícola, no norte foi principalmente a colonização italiana (iniciada em 1874) que pôs têrmo à penetração teuta na área do Alto Taquari. Surge assim um novo aspecto da competição ecológica: a relativa escassez de terras. Referências há que procuram associar o êxodo de colonos riograndenses à paralisação da colonização governamental. Em 1929, o Sínodo Riograndense abordou problemas atinentes à migração interna:

“Das chamadas velhas colônias não poucos elementos — notadamente colonos jovens — emigram para as novas áreas de colonização situadas no norte do Estado e às margens do rio Uruguai. O govêrno estadual do Rio Grande do Sul já não coloniza e não cede terras para êsse fim. Mesmo assim, ainda há lugar nas colônias já existentes da “Serra” para pessoas à procura de terras. A maioria, no entanto dirige-se para a Argentina (Misiones), o Paraguai e Santa Catarina”. (23).

As afirmações de que o govêrno estadual retém as melhores terras forçando dêste modo os jovens colonos à emigração, não são isoladas. (24). Fato é que as colônias de Hohenau (Paraguai) e San Alberto (Argentina) foram fundadas por colonos teuto-brasileiros. Hohenau tornou-se a colônia-modêlo do Paraguai e San Alberto, fundada em 1919, contava, em 1922, 130 famílias prósperas. (25). De acôrdo com uma estimativa

de 1930, entre 150 e 200 famílias emigravam, anualmente, para a Argentina e o Paraguai. (26).

Pelo fim da primeira guerra mundial, o padre Lassberg fundou, com certo número de colonos, na maioria teuto-brasileiros, Puerto Rico, na província argentina de Misiones. Esse núcleo tornou-se, em poucos anos, a colônia-modélo do Alto Paraná.

Ao lado de outras, situadas quase tôdas às margens do Paraná, também a colônia de Deseado, 90 km de Puerto Segundo, tem habitantes teuto-brasileiros.

Não menos interessantes são os aspectos demográficos da competição ecológica entre teutos e luso-brasileiros. A densidade demográfica média dos municípios da Campanha era, em 1922, de 4,5 e, em 1924, de 5,4 habitantes por Km². Nos municípios colonizados por italianos e alemães a densidade média era, nos mesmos anos, de 25,2 e 31,0 respectivamente. (27). Um confronto de coeficientes de natalidade e mortalidade para os anos de 1923 e 1927, apresenta o seguinte quadro: (26).

Municípios	Habitantes	Nascimentos sobre 1.000 habitantes		Óbitos sobre 1.000 habits.		Excesso de nasc. sobre óbitos	
		1923	1927	1927	1927		
37 luso-brasil.....	876.600	22 06	19.70	9.60	10.10		
15 mistos	653.180	21.70	23.12	6.68	16.44		
11 teuto-brasil....	384.550	30.21	28.10	7.20	20.90		
9 italo-brasil	213.100	36.46	35.36	7.92	27.44		
4 urbanos	463.000	24.64	25 37	24.14	1.23		

Nas tendências gerais o resultado desta tabela coincide mais ou menos com as observações feitas em São Paulo. (29). As populações brasileiras de recente ori-

A Aculturação dos Alemães no Brasil 115

gem estrangeira multiplicam-se em proporção bem maior do que as populações de velha estirpe brasileira. O crescimento vegetativo das populações de origem germânica e italiana parece corresponder às necessidades de uma sociedade agrícola baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar: quanto mais numerosa a prole, tanto maiores as possibilidades de alcançar uma relativa prosperidade econômica. E como ainda abundam terras adquiríveis a baixo preço, no próprio Estado, em Santa Catarina, na Argentina e no Paraguai, o futuro dos filhos não representa um problema grave. Contrariamente a essa situação, a cultura pastoril e latifundiária da Campanha não oferece as mesmas possibilidades à população luso-brasileira. (30). De outro lado, as diferenças entre os coeficientes de mortalidade revelam que o problema ainda tem outros aspectos. As tendências de seleção reprodutiva da população teuto-brasileira em confronto com o total dos habitantes do Estado mostra o seguinte quadro: (31)

Anos	Total dos habitantes do Rio Grande do Sul	Teuto-brasileiros
1822	100.000	
1859	309.476	7%
1883	680.000	13%
1920	2.100.000	17%

Em Santa Catarina, os imigrantes alemães de Blumenau e Joinville não encontraram elementos nativo com quem pudessem competir ecológicamente. O sertão estava despovoado e o processo de sucessão observado no cinturão do Jacuí e na "Serra", não se repetiu. Mas as regras de limitação geográfica e étnica a que

obedeceu a colonização germânica em Santa Catarina são idênticas às do Rio Grande. Também no planalto catarinense havia uma cultura pastoril e latifundiária, também na zona mata os colonos construíram a sua cultura agrícola. Como no Rio Grande, o sistema era propício à simbiose das duas etnias, mas a interpenetração era difícil desde o comêço. Uma exceção representam também os artífices teutos e italianos que penetraram tôdas as áreas luso-brasileiras.

“É muito raro encontrar, também em zonas puramente nacionais, ferreiros, serralheiros, torneiros, carpinteiros, marceneiros, seleiros, pintores, ourives e relojoeiros brasileiros. ao passo que entre os alfaiates e barbeiros predomina o elemento brasileiro. Este tem maior elegância e uma mão mais delicada.” (32).

Contudo, há fenômenos ecológicos peculiares à área do Itajaí. A guerra do Paraguai provocou o deslocamento de uma parte da população nativa do litoral para o Rio Morto. (33). De acôrdo com estimativas locais, o número dêesses elementos teria sido de 1567, em 1882, representando 9,6% do total da população de Blumenau. (34)

“Com a penetração dos imigrantes alemães muitos dêesses indivíduos ficaram nas suas terras tornando-se colonos esplêndidos. A maioria, no entanto, ocupava-se com a pesca e caça; quando uma zona estava explorada, continuava avançando rio acima onde achava novas regiões propícias à caça e pesca.” (35).

O doutor Blumenau nunca admitiu que os colonos adquirissem escravos, mas a abolição atraiu alguns escravos libertos com suas famílias. (36). O caipira lavrador era e ainda é, em grande parte, intruso. Geralmente arredio, recua com a aproximação de colonos. O grau em que alguns caboclos participam da vida econômica, é pouco elevado porque representam uma or-

ganização econômica diferente como veremos mais adiante. Observações como estas, feitas já no comêço do século por um dos viajantes mais objetivos que já percorreram o Brasil, caracterizam a situação:

“Como operário, empregado doméstico, também como produtor, em todo caso como consumidor, os brasileiros simples (chamados “Schlammburger”) participam, freqüentemente como intrusos, da vida econômica, sem influirem no entanto, devido a seu número reduzido e a ausência de necessidades, de modo decisivo sôbre o desenvolvimento econômico. Contudo, diversa é a situação dos moradores do campo, “os caboclos”. Também êles têm poucas necessidades, mas os produtos naturais, peles, crina, fumo, mate, temporariamente queijo de campo, principalmente gado bovino e equino e, de outro lado, as necessidades que o caboclo tem de sal e produtos manufaturados determinam e alargam as relações comerciais dos habitantes alemães dos vales; sôbre êsse intercâmbio mais intenso, sôbre o aumento natural do poder aquisitivo de inúmeros embora dispersos povoadores do campo, repousa a esperança justificada em um trânsito ferroviário mais intensivo com o planalto.” (37).

A grande propriedade encontra-se, às vêzes também em zonas do planalto, em mãos de teuto-brasileiros. Em São Bento, por exemplo, há teuto-brasileiros que valorizaram suas terras pela criação de gado empregando, para êste mister, vaqueiros caboclos. (38).

Uma outra forma de simbiose, ao que parece desconhecida em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, observa-se em algumas zonas do Paraná, aparentemente influenciadas pelas formas de parceria usadas em São Paulo. Na colônia Terra Nova, muitos imigrantes.

“que não têm bastante dinheiro, dão suas terras em parceria como se diz aqui, quer dizer, o caboclo com

que constituem a parceria, roça e cultivada, nas terras do colono, um, dois ou três alqueires para si e outros tantos ou menos para o colono. Este fornece a terra e as sementes (milho). Em regra, o caboclo exige a melhor terra para si; de outro modo não haveria acôrdo. Dizem que há caboclos que cultivam de 18 a 20 alqueires em parceria. A melhor terra é explorada por êles; além disso estragam os preços pela oferta quantiosa." (39).

Bem mais complexos são os problemas ecológicos relacionados com a imigração germânica em São Paulo. A suposta "escravização de imigrantes germânicos, suíços e outros nas fazendas cafeeiras de São Paulo, provocou tamanha celeuma na imprensa européica que o govêrno prussiano proibiu em 1859, a emigração para o Brasil. Realmente, a imigração alemã cessou por algum tempo e, depois de reiniciar-se, a prevenção contra São Paulo desviou a corrente para o sul. O Rescrito de Heydt nunca foi revogado para o Estado de São Paulo e ainda recentemente encontramos, numa revista destinada aos "alemães no estrangeiro" o conselho de "não persuadir a nenhum alemão a dirigir-se para as fazendas cafeeiras de São Paulo porque ali tornar-se-ia verdadeiro escravo." (40). Esta propaganda persistente e a intervenção do Estado prussiano criaram condições que naturalmente não permitem conclusões sôbre o rumo que a competição ecológica haveria tomado em São Paulo, se a imigração alemã tivesse tido um desenvolvimento espontâneo. A experiência, começada em 1847 com algumas centenas de famílias suíças e alemãs, culminou, em 1856, numa tentativa de revolta dos colonos localizados na fazenda Ibicaba. (41). O descontentamento dos colonos com o sistema de parceria provocou — através de relatos sus-

peitos — não só a indignação nos países de origem, mas até o envio de emissários encarregados de estudar *in loco* a situação dos suíços. Um dêles, Johann Jakob von Tschudi, deixou um testemunho que representa um dos documentos mais imparciais e, porisso, talvez a fonte mais segura de informações sôbre a situação dos imigrantes suíços e alemães na lavoura cafeeira. Entre os fatos observados por Tschudi, três parecem sobretudo ter determinado o choque cultural entre os colonos e o sistema escravocrata e latifundiário brasileiro:

1 — Os contratos de parceria eram transferíveis a qualquer fazendeiro sem que os colonos tivessem, praticamente, qualquer influência sôbre essas transferências.

2 — A família respondia, coletivamente, pela dívida contráida. (42).

3 — A escolha dos administradores das fazendas a quem competia controlar os colonos, não parece ter sido feita com os cuidados que o caso exigia.

Freqüentemente eram alemães que “representavam a peste do sistema brasileiro de parceria. Entre os piores dessa miserável categoria está o diretor Fischer dos Vergueiros, um sujeito sem nenhuma cultura, incrivelmente brutal que, como me garantiram do lado brasileiro, já havia tido contatos desagradáveis com a polícia e os tribunais. (43).

Evidentemente, não é difícil estabelecer um nexo entre êsses traços e o sistema escravocrata existente. No Sul, as comunidades teutas desenvolveram-se ao lado do sistema nativo e em simbiose com êle; em São Paulo a sociedade escravocrata tentou integrar na (44) sua organização, imigrantes livres aos quais a cultura originária não proporcionava outros padrões de reação senão a revolta, a deserção, a resistência passiva, a desobediência e o abandono seguidos de novas migra-

ções ou de repatriamento. Parece que os imigrantes da Europa meridional encontravam na sua cultura padrões de comportamento que lhes possibilitavam o ajustamento “ao regime de locação de serviços nas grandes fazendas” para usar as palavras de Davatz. (45). Explicar-se-ia assim que os contatos com a escravocracia nativa teve para os portugueses e italianos efeitos diversos dos que tiveram para suíços e alemães. Em geral, aquêles conformavam-se, mas êstes, freqüentemente, recusavam-se a trabalhar, (46), depredavam cafezais, fugiam das fazendas ou revoltavam-se. Tschudi refere-se, por exemplo, a três fazendas no Estado do Rio, Santa Justa, Independência e Santa Rosa, que os colonos abandonaram depois de “uma servidão de nove anos” (47).

As condições em que ocorriam êsses choques culturais, alteraram-se sòmente aos poucos. Numa publicação de 1925 ainda encontram-se observações sôbre uma fazenda em São José do Rio Pardo que, em muitos pormenores, se assemelham às verificações de Tschudi. Lemos, por exemplo, que aos colonos era proibido saírem da fazenda sem autorização; que eram multados com 50\$000 se comprassem numa venda que não a da fazenda; que havia censura postal; que alguns colonos alemães tinham que pagar multas de 10\$000 porque haviam caído o interior de suas casas e introduzido chaminés, sem pedirem autorização especial. (48). O administrador confessava aos visitantes, aliás “ameaçados por capangas” (49), que os colonos recebiam 5\$000 por dia embora lhes tivesse sido prometido um salário de 8\$000. Acrescentam os autores que os alemães eram mal vistas *por serem exigentes*. Sob êste ponto de vista, o fazendeiro dava preferência aos *colonos italianos*. (50).

Em muitos casos se nos depara o mesmo quadro: os imigrantes alemães encontravam, como parceiros ou

colonos de fazendas cafeeiras, maiores dificuldades de ajustamento do que, por exemplo, italianos e portugueses. Se a competição ecológica tivesse tomado proporções maiores — na hipótese de uma migração alemã irrestrita — os fenômenos teriam tomado feições mais nítidas, provavelmente no sentido de um desalojamento em grande escala dos alemães por italianos, portugueses e, talvez, espanhóis.

A relativa incapacidade do imigrante alemão e suíço de ajustar-se ao sistema de parceria, não pode ser explicada pelo fato de haver, entre os colonos “grande número de indivíduos completamente imprestáveis e depravados” (51). Elementos qualificados como criminosos, vagabundos, mendigos, desertores, prostitutas, débeis mentais etc. figuravam, como já vimos, em quase tôdas as empresas de colonização. Por um processo de peneiramento interno, organizado ou difuso, os indivíduos “imprestáveis” eram eliminados. Pelo menos, esta era a regra e não há prova de que um sistema todo tivesse abortado devido à influência de tais elementos.

Mais importante é a observação de Tschudi de que os imigrantes “depois da chegada à colônia percebiam o logro, sobrevivendo-lhes um estado de desânimo de que só poucos tinham a força moral de se livrar. Trabalhavam em regra sem vontade, confiavam em auxílio alheio em vez de fiar na energia própria e caíam em dívidas cada vez maiores” (52).

Todavia, Tschudi e outros mencionam fazendas onde os imigrantes viviam satisfeitos e livres de dívidas. A colônia de Friedburg, perto de Campinas, foi fundada, em 1875, por imigrantes alemães e suíços que cinco anos antes haviam sido contratados, como colonos, para a fazenda cafeeira de Sete Quedas. Em cinco anos economizaram o bastante para estabelecer-se

como lavradores independentes. (53) Casos há também de antigos parceiros que chegaram a ser fazendeiros de café como os suíços e alemães de Helvetia e de Valinhos. (54) Esses exemplos mostram que o peneiramento, pelo meio latifundiário e escravocrata, nem sempre foi negativo para os imigrantes germânicos.

Imigrantes houve em São Paulo que não passaram pelo crivo do sistema latifundiário. Antes e depois da imigração para as fazendas cafeeiras fizeram-se tentativas isoladas de colonização livre. Em 1827/28 algumas centenas de alemães foram estabelecidas em Santo Amaro e Itapeverica, nas proximidades da Capital.

Mas “a atração exercida pelas colônias do hinterland de Santo Amaro foi extremamente fraca. As terras muito montanhosas eram, no fundo, pouco férteis. As condições climáticas eram pouco propícias ao lavrador, sendo que as vias de comunicação muito deixavam a desejar. Imigrantes novos que chegaram, preferiam as províncias sulinas e quem achava caminho para São Paulo, dirigia-se para as fazendas cafeeiras em plena expansão, nas regiões a oeste da Capital da província” (55).

Em São Paulo observou-se um tipo de relação simbiótica entre colono alemão e caboclo que já deu margem a generalizações errôneas. É que o imigrante teria encontrado no caboclo o elemento que lhe abrisse o caminho mata a dentro. Tradicionalmente, o caboclo fazia as derrubadas e preparava as roças que, em seguida, o imigrante cultivava. (56) É preciso acrescentar, no entanto, que essa forma de simbiose nunca existiu no Rio Grande nem em Santa Catarina, já por não haver uma população cabocla suficientemente numerosa e especializada em trabalhos dessa natureza.

Quanto à Ecologia da colonização urbana (que só de leve pode ser abordada neste capítulo), um caso

interessante representa Petrópolis. (57) A elevação dessa área de colonização germânica à categoria de cidade (em 1859) agiu no sentido de desalojar os alemães. Embora nessa época a metade da população fôsse alemã, havia um único vereador de origem germânica. A maioria dos alemães foi desalojada para os vales e na cidade, num meio puramente brasileiro, os descendentes de alemães firmavam-se mormente como sapateiros, seleiros, ferreiros etc. (58)

A competição ecológica com tribos indígenas — Onde quer que os imigrantes alemães tencionassem estabelecer-se, deparavam com índios hostis. As tribos que habitavam as serras entre mar e planalto riograndense e catarinense já haviam tido contatos com povoadores brancos, contatos êsses que as desalojaram do litoral e do planalto para as matas dificilmente acessíveis da Serra Geral e a Serra do Mar. Para os índios, as matas hidrófilas das serras constituíam uma área de refúgio, porém de refúgio derradeiro, pois estavam presos entre as tenazes das sociedades sertaneja e litorânea. Aquela permanecia geográficamente restrita às pastagens do planalto, mas esta avançava mata a dentro ameaçando assim o último reduto de algumas culturas tribais. A conquista da mata tinha um significado vital para imigrantes e índios. Daí a luta começar com a própria penetração do cinturão do Jacuí. Os ataques de índios levaram os colonos a não poucos estacionamentos e recuos. Em 1832, por exemplo, os postos mais avançados da zona do Caí, foram abandonados e só no fim da guerra dos Farrapos, a colonização pôde continuar, nessa região. (59) Em 1853, os índios agrediram uma família de colonos, em Mundo Novo, mataram o chefe da família, raptaram a mulher e uma filha casada com três crianças. (60).

“Estariamos satisfeitos se não houvesse um grande mal, a saber os selvagens, os índios; êstes já trucidaram 21 irmãos alemães. Ainda em 16 de abril dêste ano, os selvícolas, a quatro horas daqui (em Rosenthal) mataram 11 pessoas, entre crianças e adultos. Por isso, os alemães abandonaram as colônias mais distantes para se fixarem no centro da picada e também na região onde eu moro; assim não há grande perigo e Deus Nosso Senhor, o único que nos ajuda, nos queira salvar dos selvagens, mas temos que permanecer sempre tão vigilantes como soldados que estão de sentinela diante do inimigo.” (61).

Mais árdua foi a luta em Santa Catarina, talvez porque as hordas Gê localizadas nessa região, fôsem mais combativas. Entre 1852 e 1914, os índios realizaram 61 agressões, matando 41 e ferindo 22 brancos, na maior parte colonos teutos. (62) Em geral, os ataques eram acompanhados de saques, detruição a matança de gado.

Quanto aos métodos de combate aos índios, as opiniões se dividiram. Ao passo que os colonos os consideravam uma “corja de salteadores selvagens” (63) que deviam ser eliminados, as autoridades brasileiras, aparentemente sob a influênça de idéias positivistas, procuravam proteger os índios contra as carnificinas dos “caçadores de bugres”.

“Ao lado dos colonos alemães a existência (dos índios) tornou-se impraticável, êles têm que desaparecer, assim como, paulatinamente, animais bravios têm de ser exterminados”. (64).

Ainda em 1856, o presidente de Santa Catarina, João José Coutinho, chamou os índios, “de bárbaros que não poupam nem mulheres nem crianças”. Contudo em 1877, o govêrno organizou destacamentos volantes que deviam afugentar, talvez converter, mas

nunca matar os índios. Mais tarde fundou-se em Florianópolis, a *Liga Patriótica* de proteção aos índios. O principal jornal de Blumenau (*Der Urwaldsbote*) acolheu essa iniciativa com estas palavras:

“Os bugres atrapalham a colonização e as comunicações entre planalto e litoral. É preciso acabar com essas perturbações de modo total e o mais depressa possível. Pontos de vista sentimentais que consideram injustas e imorais as caçadas movidas aos bugres, são inoportunos.” (65).

Todavia, na luta pela sobrevivência, os índios encontraram uma aliada na Liga Patriótica que considerava os índios como *patrícios e vítimas de estrangeiros intrusos*. A situação de conflito assim criada, um escritor teuto-brasileiro caracteriza da seguinte maneira:

“Chegaram ao ponto de chamar de “queridos patrícios” estas hordas selvagens que não queriam saber da civilização e as quais a morte de um branco não afetava mais do que a de um animal. Os assassínios que os “queridos patrícios” cometiam, procuravam paliar e justificar, defendendo o ponto de vista de que os selvagens tentavam impedir, pelos seus crimes, apenas a penetração dos brancos nas suas próprias terras e que, além disso, queriam vingar-se das crueldades que os brancos haviam praticado.” (66).

O conflito foi acomodado pelo aldeamento dos remanescentes de uma tribo Caingangue, no posto Duque de Caxias.

A competição ecológica com imigrantes de outras origens — Entre os imigrantes germânicos (como também entre outros grupos étnicos) sempre existiram correntes contrárias à colonização mista. Movidos por razões de ordem política, econômica ou religiosa, êsses oponentes condenaram, inúmeras vezes, o que conven-

cionaram chamar de *Mischmaschkolonien*. (67). Em colônias mistas, diziam êles, os alemães perdem os seus valores étnicos: língua, costumes e mores. Padres e ministros exigiam uma colonização religiosamente homogênea considerando as diásporas perigosas à conservação da fé e penosas de serem trabalhadas regularmente. Para os membros da Igreja Evangélica Alemã, a homogeneidade religiosa coincidia fatalmente com a segregação nacional, fato êsse que nem sempre sucedia entre os católicos de origem germânica. As emprêsas de colonização verificaram que a segregação das nacionalidades era econômicamente vantajosa. Ao imigrante médio, o convívio com patrícios afigura-se mais satisfatório diminuindo-lhe, sensivelmente, o risco da emigração. A nucleação homogênea implica preços mais elevados dos lotes e maior estabilidade econômica dos imigrantes. A reintegração de imigrantes atomizados em comunidades novas e o seu ajustamento a um *habitat* diferente parece tanto menos difícil quanto maior a semelhança cultural entre os indivíduos destinados a um convívio permanente. Assim compreende-se que boa parte da propaganda em prol da colonização homogênea tenha raízes econômicas. (68).

Nas colônias mistas, a competição ecológica entre grupos étnicamente diversos faz surgir inúmeros processos de invasão, de sucessão e de segregação.

“No auge da confusão, uma ou outra nacionalidade chega a dominar e desalojar as outras, ou as diversas nacionalidades repartem, pacificamente, a área colonial, mas sempre de tal forma que cada nacionalidade ocupa determinadas picadas. Sempre pode-se verificar o velho adágio “semelhanças atraem-se” (*Gleich und gleich gesellt sich gern*). Pode-se fazer essa observação em tôdas as colônias que já existem ha algum tempo, a começar em Marquês de Herval e Vila Nova, no mu-

nício de Conceição do Arroio, até Pôrto Lucena no rio Uruguai.” (69).

Observações feitas em muitas zonas diversas ensinam que a competição ecológica, em áreas de colonização mista, apresenta dois aspectos principais:

1 — O desalojamento definitivo de certo número de elementos.

2 — A redistribuição dos remanescentes em sub-áreas étnica - e religiosamente homogêneas.

Geralmente, o desalojamento ocorre na primeira fase da colonização afigurando-se como efeito de um peneiramento geográfico e cultural. A redistribuição é mais lenta ocorrendo em função direta do grau de diferença cultural e das vantagens econômicas resultantes de um reagrupamento em sub-comunidades com padrão de vida relativamente homogêneo.

Na competição com poloneses e italianos, os imigrantes alemães são freqüentemente desalojados. (70).

Em Cândido de Abreu (Paraná), por exemplo, alemães foram estabelecidos entre poloneses e brasileiros. Decorrido algum tempo, os alemães cederam lugar aos poloneses. Na esperança de encontrar trabalho na indústria dirigiram-se para as cidades. (71).

Fato semelhante ocorreu em Augusta Vitória (Paraná) fundada, em 1932, pelo Pastor Fugmann. Nesse ano, 22 famílias alemãs fixaram-se nas terras dessa colônia... Em 1935, 20 famílias teuto-russas associaram-se-lhes. Em 1936, 10 famílias alemãs migraram para Rolândia onde os homens esperavam encontrar serviço como trabalhadores. (72).

Em 1909 fundou-se, no Paraná, a colônia de Miguel Calmon com 313 famílias austríacas, 78 polonesas, 16 alemãs, 12 holandesas e 59 nacionais. Dentro de pou-

cos anos quase todos os alemães abandonaram a colônia movidos, segundo a expressão do observador, por “atrios nacionais”. (73).

Em 1911 fundou-se, em Boa Vista (Rio Grande do Sul), uma colônia que em seguida se desenvolveu rapidamente. Apesar dos sucessos, um “pânico emigratório” apoderou-se dos colonos que abandonaram a colônia em 1913-14 à procura de terras ainda melhores na Argentina e no Chile. Colonos italianos os substituíram. Afirma-se que estes são não só mais econômicos, mas também psicologicamente mais “resistentes”. (74).

“Bom Retiro é hoje um dos centros mais importantes de produção na zona do Ex-Contestado. É certo que o seu desenvolvimento será cada vez mais rápido cabendo-lhe, dentro em breve, o primeiro lugar da região inteira. Do ponto de vista alemão é lastimável que a invasão dos italianos se vá acentuando em escala crescente cedendo os alemães cada vez mais. Ainda existe na vila uma venda alemã que se mantém, corajosamente, contra a concorrência italiana. Contudo, se também essa casa passar para mãos italianas, o último baluarte cairá e os dias do *Deutschtum* estarão contados.” (75).

Numa colônia mista, uma família italiana e uma família alemã iniciaram simultaneamente a derrubada prestando-se auxílio mútuo. Mas ao passo que na roça dos italianos já havia uma plantação de milho de dois meses, os alemães ainda estavam ocupados com “trabalhos de arrumação” (limpando o terreno de galhos carbonizados etc.) de modo que perderam um ciclo de plantação. (76)

A urbanização de Petrópolis foi acompanhada de um deslocamento gradativo de alemães por italianos e portugueses. (77).

O Cinturão do Jacuí não se alargou mais porque esbarrou com áreas de colonização italiana: “Onde no norte a serra não opunha obstáculos, a grande zona de colonização italiana de Caxias, Garibaldi, Encantado etc, tolhia as tendências expansivas dos colonos alemães. Da mesma forma, os italianos, que desde 1874 estavam entrando no país, haviam ocupado as terras a oeste, à margem direita do alto Jacuí”. ((78).

Provavelmente, a localização dos imigrantes italianos agravou a relativa escassez de terras na zona velha de colonização italiana de Caxias, Garibaldi, encanovadas gerações teuto-brasileiras pelas áreas mais afastadas da “Serra”.

Contrariamente aos imigrantes alemães, os colonos teuto-brasileiros desalojavam, às vezes, imigrantes de outras etnias. No núcleo colonial de Ijuí, fundado em 1890, estabeleceram-se sobretudo russos e poloneses, mas também teuto-russos e austríacos de língua alemã.

“Muitos russos, no entanto, emigraram, pouco tempo depois, para os pampas argentinos e as cidades. Não estavam habituados ao trabalho nas terras montanhosas cobertas de matas. Também parte de poloneses não se ajustou e vendeu colônias endividadas a colonos de descendência alemã. Pois, naquele tempo, as colônias velhas já estavam ocupadas e começou a grande migração interna dos filhos de colonos de sangue alemão para a terra. O seu primeiro objetivo era Ijuí”. (79).

Não é de estranhar que, freqüentemente, a formação de colônias mistas por *migrações internas* tenha sido bem sucedida. (80). Embora etnicamente diferentes, os colonos, geralmente de segunda ou terceira geração, se *ajustam ao “habitat”* o que em geral não se dá com imigrantes. O ajustamento ao meio engendra *hábitos comuns* que, naturalmente, aproximam

grupos culturalmente diversos. Além disso, processos de assimilação mais ou menos incisivos criam um campo “neutro” onde entendimentos mútuos se tornam possíveis.

A colonização mista com imigrantes culturalmente pouco diferentes, pode levar a formas de simbiose observáveis por exemplo, entre os descendentes de americanos e alemães de Vila Americana e Anápolis (Estado de São Paulo). A atração mútua parece ter sido fecunda para ambas as partes. A estimulação técnica influenciou sobre os processos de produção dando-lhes uma feição mais moderna. (81). É óbvio, que, neste caso, a simbiose deve ser compreendida não apenas em função de certas semelhanças culturais, mas também em função das diferenças consideráveis da cultura circundante.

A competição ecológica interna — No capítulo anterior aludimos às divergências culturais que separam, não raro também no sentido espacial, imigrantes alemães de colonos teuto-brasileiros. *Mutatis mutandis*, o imigrante alemão médio está para o colono teuto-brasileiro como, por exemplo, o imigrante polonês médio para um lavrador caipira. Do relato de um indivíduo “recentemente imigrado” ouvimos que os imigrantes novos procuravam estabelecer-se nas proximidades de outros alemães para não serem forçados a viver “solitariamente” entre “lavradores da mata” (82) Um dos colonizadores mais experimentados do sul afirma que os filhos dos colonos antigos evitam as zonas onde há muitos imigrantes novos. (83)

As tendências para a segregação espacial de colonos protestantes e católicos criaram áreas relativamente recentes e homogêneas do ponto de vista religioso. Em 1902, a Associação Católica dos Camponeses do Rio

Grande do Sul, adquiriu a colônia de Serra Azul e, mais tarde, em 1912, Boa Vista e Santo Cristo. (84). Nessas zonas estabeleceram-se sobretudo filhos de colonos teuto-brasileiros que vinham, pelo menos em grande parte, de áreas religiosamente heterogêneas. Embora em escala menor, os protestantes segregaram-se em Nova-Württemberg.

A Igreja Evangélica está interessada em “que os protestantes alemães à procura de terras não se estabeleçam em colônias mistas quanto à religião e à nacionalidade, de modo a tornar difíceis ou mesmo impossíveis os contatos com a igreja e a escola”. É necessário apegar-se ao princípio de “constituir colônias novas separados por nacionalidade e religião.” (85).

Todavia, em muitos casos parece haver interesses contrários à segregação espacial das religiões, pois em comunidades protestantes, muitos indivíduos vendem suas terras a passoaas de outro credo “apesar da pressão do ministro.” (86).

NOTAS

(1) Para os conceitos ecológicos empregados no presente estudo, vide A. E. Hollingshead “Human Ecology”, Parte II de *An Outline of the Principles of Sociology* de Robert Park ed., (New York, 1939), pp. 65-74.

(2) Anônimo “Aus der Entwicklung der alten Koloniezzone”, *Neue deutsche Zeitung*, N.º 171, 24 de Julho de 1934, (Pôrto Alegre), p. III.

(3) *Ibidem*, p. p. III.

(4) *Ibidem*, p. III.

(5) *Ibidem*, p. III.

(6) F. de Leonardo Truda, “A colonização Alemã no Rio Grande do Sul”, *Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul*, N.º Trimestre, Ano X, (Pôrto Alegre, 1930) pp. 223, 224.

- (7) Anônimo, "Aus der Entwicklung". etc. op. cit., p. III.
- (8) Ibidem, p. III.
- (9) Ibidem, p. IV.
- (10) Ibidem, p. IV.
- (11) Ibidem, p. IV.
- (12) Ibidem, p. IV.
- (13) Ibidem, p. IV.
- (14) Leonardo Truda, op. cit., p. 220.
- (15) Verdade é que esse complexo não foi transplantado sem mudanças importantes. Estas, no entanto, serão estudadas em outro capítulo.
- (16) K. Oberacker, op. cit., 40.
- (17) Anônimo, *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*, 2.^a Edição, (São Leopoldo, 1936), p. 12.
- (18) K. Oberacker, op. cit., p. 44.
- (19) *Deutsche evangelische Blätter*, 1932, Ano 14, N.º 11-12.
- (20) K. Oberacker, op. cit., p. 47.
- (21) Ibidem, op. cit., p. 13. O grifo é nosso.
- (22) *St. Paulus-Blatt*, N.º 7, de 7 de julho de 1922.
- (23) *Der deutsche Auswanderer*, dezembro de 1929, p. 240.
- (24) Vide, por exemplo, *Der Auslandsdeutsche*, IX, N.º 4, p. 134.
- (25) *Hundert Jahre* etc. p. cit., p. 125.
- (26) *Der deutsche Auswanderer*, fevereiro de 1931, p. 32.
- (27) Caio de Menezes, *A Raça Alemã*, (Pôrto Alegre, 1914), p. 41.
- (28) *Der Familienfreund*, Ano 1931, pp. 122 seg. cit. apud. K. Oberacker, op. cit., p. 25.
- (29) Vide Samuel H. Lowrie, *Imigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo*, (São Paulo, 1938). E' preciso evitar quaisquer conclusões prematuras de ordem sociológica: *sõmente na proporção em que estas populações não estão assimiladas, existem problemas sociais.*
- (30) O despovoamento, como efeito da invasão do pastoreio é um fenômeno corriqueiro em certas zonas do país.
- (31) B. H. Moltmann, *Deutsche Siedlung in Südbrasilien*, (Gotha, 1918), pp. 25 seg. e *Kalender für das Deutschtum*, 1910, Ano 29, p. 43, cit. ap. K. Oberacker, op. cit., p. 96.
- (32) *Gedenkbuch*, op. cit., pp. 155, 156.
- (33) José Deeke, *Das Municip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte*, Vol. II, (São Leopoldo, 1917), p. 73.

- (34) Vide S. Endress op. cit., p. 53, 54.
- (35) José Deeke, op. cit., p. 73.
- (36) S. Endress, op. cit., p. 56. É digno de nota que a grande maioria dos ex-escravos procurou as pequenas cidades do litoral. As antigas sesmarias transformaram-se em capoeira, surgindo assim uma estreita faixa "morta" entre o litoral e a zona de colonização estrangeira. Só recentemente essa faixa voltou a ser explorada economicamente, com a expansão da cultura do arroz.
- (37) Dr. phil. Wettstein, *Brasilien und die deutsch-brasilianische Kolonie Blumenau*, (Leipzig, 1907), p. 51.
- (38) R. Gernhard, *Dona Francisca, Hansa und Blumenau, drei deutsche Mustersiedlungen im südbrasilianischen Staate Santa Catarina*, (Breslau, 1901), p. 288.
- (39) *Der deutsche Auswanderer*, janeiro-fevereiro de 1938, p. 25. (Relatório de um "colono experimentado").
- (40) *Der Auslanddeutsche*, III, 6, p. 184.
- (41) Vide Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil*, (São Paulo s.a.).
- (42) Johann Jakob von Tschudi, *Reisen durch Südamerika*, Vol. IV, (Leipzig 1860), p. 241.
- 43) *Ibidem*, p. 299.
- (44) A natureza desse choque cultural foi definida, em termos bastante precisos, por Sergio Buarque de Holanda no seu excelente prefácio ao livro de Davatz, op. cit., pp. 26. 27.
- (45) Thomas Davatz, op. cit., p. 27. (Nota de rodapé).
- (46) Tschudi, op. cit., pp. 310 seg.
- (47) *Ibidem*, op. cit., p. 254.
- (48) Mathilde e Fritz Preiss, *Brasilien als Asyl für Auswander deutscher Zunge*, (Dornbirn, 1925), pp. 55-57.
- (49) *Ibidem*, p. 64.
- (50) *Ibidem*, p. 56.
- (51) Tschudi, op. cit., p. 254.
- (52) *Ibidem*, p. 254.
- (53) *Der Auslanddeutsche*, Ano XI, (1929), N.º 4, pp. 102-103.
- (54) *Erstes Jahrbuch für die deutschsprechende Kolonie im Staate São Paulo*, (São Paulo, 1905), pp. 180, 181.
- (55) Friedrich Sommer, cit. de um manuscrito compulsado com autorização da Sociedade Hans Staden em São Paulo.
- (56) *Erstes Jahrbuch* etc. op. cit., p. 176.

- (57) *Uhles illustrierter deutsch-brasilianischer Familien-Kalender*, 1911, p. 114.
- (58) *Ibidem*, p. 115.
- (59) "Aus der Entwicklung der alten Koloniezone" *Neue deutsche Zeitung*, (Pôrto Alegre, 24 de julho de 1934), N.º 171, p. II.
- (60) *Ibidem*, p. III.
- (61) Trecho de uma carta do colono Mathias Franzen, de 27 de agosto de 1832. Cit. apud. *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung* etc. op. cit., p. 19.
- (62) José Deeke, *Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte*, (São Leopoldo s/a), Vol. III, p. 42. (Tabela anexa).
- (63) *Ibidem*, p. 81.
- (64) Robert Gernhard op. cit., p. 254.
- (65) Cit. apud. Wettstein, op. cit., p. 58.
- (66) José Deeke, op. cit., pp. 80, 81.
- (67) Termo pejorativo dificilmente traduzível que significa "colônia mista".
- (68) Preiss afirma ter observado, em Santa Catarina, frequentes campanhas de difamação contra colônias mistas dirigidas pelo Estado. Ao autor pareceu que essas campanhas partiam de empresas particulares de colonização. Preiss, op. cit., p. 178.
- (69) *Hundert Jahre* etc. op. cit., p. 93.
- (70) Entre outros grupos étnicos ocorre o mesmo fenômeno. Operários industriais de Londres e poloneses foram os primeiros colonos de Lucena, fundada em 1891, em Santa Catarina. As dificuldades iniciais venceram os ingleses que abandonaram a colônia. *Mas os poloneses ficaram*. Mais tarde chegaram colonos rutenos desalojados de fazendas cafeeiras de São Paulo. (*Gedenkbuch* etc. op. cit., p. 63).
- (71) Reinhard Maak, "Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná", *Ibero-Amerikanisches Archiv*, 1937, vol. 2. p. 233.
- (72) *Ibidem*, p. 239.
- (73) Wilhelm Fugmann, *Die Deutschen in Paraná*, (Curitiba, 1921), p. 37.
- (74) *Der Auslanddeutsche*, Vol. XII, 1929, pp. 169, 170.
- (75) *Gedenkbuch* etc. op. cit., p. 78.
- (76) Preiss, op. cit., p. 91.
- (77) *Uhles Illustrierter deutsch-brasilianischer Familien-Kalender*, 1911, p. 114.

- (78) Vide K. Oberacker, op. cit., p. 13.
- (79) *Ibidem*, op. cit., p. 17.
- (80) Vide, por exemplo, as observações em *Ibero-Amerikanisches Archiv*, 1937, N.º 2, p. 233.
- (81) *Erstes Jahrbuch* etc. op. cit., pp. 188-190.
- (82) *St. Raphaelsblatt*, março-abril de 1933, p. 55.
- (83) Hermann v. Freeden, *Tatú kolonisiert in Südamerika*, (Berlin, 1936), p. 46.
- (84) K. Oberacker, op. cit., p. 18.
- (85) *Der deutsche Auswanderer*, dezembro de 1929, p. 240.
- (86) *Evangelischer Gemeindekalender*, 1933, p. 75.

CAPÍTULO V

A SELEÇÃO

O papel do equipamento adaptativo — Geralmente o homem encontra na cultura de seu grupo condições de sobrevivência. Uma atuação direta do meio físico sobre indivíduos e grupos, no sentido de selecionar alguns e eliminar outros, não existe nem jamais existiu em parte alguma. A seleção “natural” de seres humanos é um mito. Onde quer que homens se associem, os produtos da sua vida em comum, a saber padrões de comportamento, conhecimentos, técnicas e suas projeções materiais, vêm sendo intercalados, em proporções e com eficiência variáveis, entre o meio físico e as existências psiquo-físicas individuais. Se a cultura desenvolvida por uma sociedade é eficiente a ponto de garantir a sua sobrevivência com relação a um determinado meio físico, podemos dizer que essa sociedade está *adaptada* (1), ou, num sentido mais restrito, *aclimada*. A cultura de um grupo constitui o seu *equipamento adaptativo* na proporção em que provê as necessidades decorrentes da vontade de sobreviver. É difícil ou, talvez, impossível de determinar exatamente os elementos de uma cultura concreta aos quais cabe essa função. Merece ser salientado, no entanto, que padrões de comportamento representam uma parcela do equipamento adaptativo não menos importante do que a chamada cultura ergológica. Não são raros os casos em que uma cultura ergológica muito eficiente (no sentido de defesa contra influências negativas do meio

físico) se associa a padrões de comportamento inadequados para assegurar a sobrevivência do grupo. Basta lembrar o exemplo da maioria das sociedades ocidentais da atualidade em que a cultura ergológica mal consegue neutralizar os efeitos do *birth control*. A julgar por certas tendências demográficas, a limitação intencional da natalidade aceita por um número crescente de pessoas, fará com que se perca a possível contribuição do equipamento técnico em geral para a sobrevivência dessas sociedades.

Os padrões higiênicos — O equipamento adaptativo trazido pelos imigrantes alemães provou frequentemente ser inadequado às necessidades de adaptação. Vejamos, por exemplo, os padrões sanitários. Na Alemanha (como na maioria dos outros países europeus) o banho diário é praticamente um uso desconhecido. O asseio corporal se limita à lavagem diária de rosto e mãos, e ao banho semanal. A grande maioria das casas urbanas e rurais não possui banheiro sendo limitadíssimo também o número de banhos públicos. A roupa íntima costuma ser trocada por ocasião do banho, geralmente aos sábados. Relativamente poucas pessoas adquirem o hábito de dormir de janelas abertas. Nas populações rurais, êsses usos acusam variações regionais que às vezes se afastam bastante dos padrões urbanos predominantes nas classes médias e proletárias. Em algumas zonas, do noroeste da Alemanha por exemplo, homens e animais habitam sob o mesmo teto contendo as casas compartimentos destinados ao gado e outros, aos homens. As camas são simples caixas imbutidas nas paredes e fechadas com tampas durante o dia. A frequência com que se toma banho nunca é maior do que na cidade, mas inúmeras vezes menor.

É óbvio que nas condições climáticas do Brasil êsses padrões sanitários eram inadequados.

Entre colonos de Mucurí (alemães, suíços, belgas e holandeses) “as imundícies da habitação tinham produzido tal praga de bichos que ninguém podia passar impunemente em tôrno das duas casas que serviam de depósito provisório aos colonos. O pouco asseio do corpo atraia os daninhos insetos. Debalde se dizia aos colonos que aquela *doença* se extirpava com a tesourinha ou alfinete, e que o grande preservativo era recorrer diàriamente ao rio e trazer o corpo limpo de imundícies. Mas êles queriam curar-se do mal dos bichos com unguentos e cataplasmas, e não foi possível convencer a um grande número que o hábito brasileiro de lavar ao menos os pés tôdas as noites é uma necessidade do homem do povo, e não como pensa o proletário europeu uma fantasia ou regalo de aristocratas e sibaritas. Os Chins como não têm horror à água nunca sofreram de bichos de Mucurí. Um só não vi ainda manquejar por tal motivo. Foram há três anos para o Mucuri 89 de que só têm morrido dois.” (2).

Mais agravante ainda é o depoimento de Tschudi sôbre a situação sanitária do Mucurí: “A depressão moral e a indolência dos emigrantes, mormente em Bela Vista, eram tamanhas que relaxavam os preceitos higiênicos mais comezinhos. Uma testemunha completamente imparcial contou-me, dois anos depois, que então a falta de asseio dos habitantes de Bela Vista havia atingido proporções simplesmente inacreditáveis; jamais julgara possível que uma sociedade humana pudesse descer tanto nesse ponto, mesmo abaixo do nível animal.”(3) Não muito diferentes foram as observações que Tschudi fez sôbre os alemães do Espírito Santo.

As observações seguintes feitas há poucos anos sobre a situação higiênica das colônias do Espírito Santo, podem ser aplicadas também a não poucas colônias do sul. "Os colonos não compreendem a necessidade de medidas higiênicas. Mormente o abastecimento de água potável muito deixa a desejar. Nascentes convenientemente represadas ou poços bem feitos constituem raridades... Latrinas só se encontram nos presbitérios e em algumas escolas." (5)

Inútil dizer que colônias fundadas em tempos mais recentes ou procuradas por levas sucessivas de imigrantes até os últimos anos, desenvolveram equipamentos adaptativos mais adequados porque os recursos de que dispunham eram mais variados e mais ricos do que os dos imigrantes antigos.

Mudanças nos padrões alimentares — Um regime de alimentação diverso imposto pelas diferenças do próprio meio, influiu desfavoravelmente sobre o estado de saúde dos imigrantes. A substituição brusca da carne verde, do leite e queijo fresco pela carne seca, farinha de mandioca, pelo toucinho de Minas e feijão preto (para citar só os alimentos que inicialmente podiam ser adquiridos pelo imigrante), não podia deixar de repercutir desfavoravelmente sobre organismos já enfraquecidos pelas longas viagens marítimas cheias de privações. Dos começos da colônia de Blumenau possuímos uma descrição um tanto pitoresca, que, como generalização, é antes eufêmia do que exagerada em vista das dificuldades por que passou a maioria das colônias. No tempo em que as observações foram feitas, havia uma única venda em Blumenau.

"Lá se vê uma barrica cheia de toucinho de Santos chamado assim porque veio de Santos. Na tampa colocou-se um pêso provavelmente porque, de outro modo, os bichos levariam o toucinho. Deixemos de le-

vantar a tampa em consideração aos nossos nervos olfativos. Num canto, jogado ao chão, há um fardo de carne seca, mas em que estado! Coberta inteiramente de uma espessa camada de bolor vermelho e sujeira, a carne representa um digno complemento do toucinho ao qual se assemelha também quanto ao cheiro. Além disso, cada freguês parecia julgar como dever de cortesia de usar o fardo, pelo menos uma vez, como escaradeira. Os próprios cães sentiam-lhe tanta náusea que manifestavam o seu desprêso de uma maneira típica-mente canina. Entre o toucinho e a carne sêca há alguns sacos de feijão carcomido completamente por vermes e besourinhos... Havia sal, mas sal grosso e sujo do mar, não o sal que podemos comprar hoje. Viam-se ainda alguns sacos de farinha de mandioca (6) ... Açúcar, farinha de trigo e arroz eram considerados artigos de luxo que raramente estavam à venda.” (7)

Levando em conta que a alimentação não somente era diferente, mas consistia, freqüentemente, em gêneros deteriorados e sobretudo escassos, compreendem-se que os primeiros anos na mata virgem com seus penosos trabalhos de derrubada, devem ter eliminado, inexoravelmente, os indivíduos menos robustos.

Avé Lallement relata que na colônia do Mucurí, os fornecimentos dos gêneros de primeira necessidade pela Companhia, eram feitos, freqüentemente, com atraso de vários meses. (8)

Num relato de 1892, escrito por um colono de Alfredo Chaves (Rio Grande do Sul) lemos êste tópico: “Com oito anos de idade cheguei ao Brasil. Juntamente com italianos e poloneses fomos levados a Alfredo Chaves, na mata virgem. Aí passámos muito mal e sofremos fome. Morreram minha mãe e um irmão mais novo. Também meu pai adoeceu. Já doente êle se pôs a caminho comigo e fomos a pé até a colônia muito dis-

tante de Linha Bonita. Aí meu pai me deixou em casa de gente boa. Ele mesmo foi a Pôrto Alegre para se tratar na Santa Casa. Três meses depois chegou a notícia de que meu pai havia falecido ali mesmo.”(9)

O equipamento de técnicas agrícolas que os imigrantes traziam do país de origem, era freqüentemente a causa de fome ou escassez de gêneros de primeira necessidade.

Já o primeiro diretor de colonização do Rio Grande do Sul, Lima, frizou num relatório dirigido ao governo, a necessidade de ensinar, por meio de pessoas capazes, aos recém-imigrados as particularidades da nossa agricultura. Lima mencionou fatos concretos como estes: Os colonos não queimavam a mata de medo que o fogo se alastrasse. Derrubavam as árvores e removiam-nas de modo a sobrar pouco tempo para fazer as primeiras plantações. Outros escavavam as raízes das árvores perdendo-se assim, além do tempo precioso, a camada de humus. Havia também colonos que serravam os troncos e levantavam cêrcas muito sólidas em tôrno de suas roças. Terminadas as cêrcas, a época da plantação já passara.(10)

Esses fatos aquivaliam a verdadeiras catástrofes em áreas muito novas onde não houvesse distribuição de víveres ou um negociante não os vendesse a longo prazo.

Não admira que em vista de tamanhas dificuldades de alimentação, a predisposição dos organismos de pauperados para uma série de doenças fôsse relativamente elevada tanto mais que médico e farmácia que, geralmente, faziam parte integrante do equipamento adaptativo dos imigrantes alemães, eram quase inexistentes.

Tschudi constatou entre os colonos do Mucuri, numerosas doenças decorrentes da alimentação imprópria.

(11) Avé Lallement observou casos de anemia, moléstias do coração, tumores no braço, feridas nas pernas, inflamações grandulosas dos olhos e moléstias tifosas.

(12) Em fevereiro de 1858 havia 1.013 pessoas no Mucuri, número êsse que ascendeu a 1.768 durante o mesmo ano. Em 1861 o total dos colonos estava reduzido. De 97 doentes chegados do Mucuri ao Rio de Janeiro, 27 morreram dentro de poucas semanas. (14)

Duas fazendas de cacau da Bahia, Muniz e Deodoro, receberam em 1873/74 mais de 1800 alemães e polacos da Prussia oriental. Em poucos meses morreram 9 homens, 19 mulheres e 105 crianças, ao que parece por falta de víveres. A mortalidade infantil cresceu em seguida. Ao todo faleceram 738 pessoas, 1005 repatriaram-se e 160 ficaram ou migraram para Blumenau. (15)

A falta de recursos adaptativos mais apropriados, levava os imigrantes a novas migrações. Este foi também o caso dos alemães que se fixaram, antes de 1850, nas imediações de Recife. O "mal da terra" induziu-os a procurarem condições mesológicas mais favoráveis no Rio Grande do Sul. Radicaram-se na picada de Bom Jardim, onde "seus descendentes vivem ainda hoje". (16)

Não raro, a mortalidade dos imigrantes alemães atingiu a cifras impressionantes. "Em Dona Francisca a mortalidade era, nos primeiros tempos, elevadíssima: dos 1.717 imigrantes introduzidos até 1856, dizimados pela disenteria, pelo tifo e pela malária, restaram 901, naquele ano." (17) Em 1890 podia-se observar, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul onde se constituíam colônias, que sobretudo os filhos dos imigrantes morriam em massas. As dificuldades de aclimação, as erupções cutâneas e tumores nos pés e nas mãos que, às vêzes, duram vários meses invalidando os imigrantes, são tanto mais graves quanto pior a alimentação, principalmente quando são obrigados a viver de pão de milho e de farinha de mandioca." (18)

O reajustamento do equipamento adaptativo fazia-se, freqüentemente, pela aceitação de padrões nativos. Não admira, portanto, que os mesmos elementos culturais que impediam uma eficiência maior do equipamento adaptativo das populações nativas, exercessem seus efeitos seletivos também sobre os teutos.

Verificou-se por exemplo, que a tuberculose pulmonar devido às diferenças de habitação e alimentação, era mais rara entre os imigrantes alemães e seus descendentes do que entre luso-brasileiros. “De outro lado observei, mesmo no interior (plânalto catarinense) que a tuberculose entrava em famílias de descendência alemã as quais, morando dispersas, haviam aceito o modo de vida usual. (19)

Casos de lepra já surgiram entre os alemães de Santo Amaro. (20) Em Santa Catarina e no Paraná, essa doença infestou principalmente as antigas famílias teuto-brasileiras. Nesse meio, a doença parece ser mais freqüente do que entre brasileiros de outras ascendências. (21)

Entre os fatores patogênicos, o alcoolismo tem exercido, desde os começos da colonização alemã, influências seletivas de não pouca importância.

“O abuso da aguardente é o rochedo em que grande número de europeus no Brasil, mormente alemães, naufragou. Verdade é que a sua maioria pertence às classes operárias, mas há também muitas vítimas do alcoolismo entre as classes mais educadas... O alemão Dr. Sch. que ocupara o cargo de professor de Matemática, num colégio da capital da província (Ouro Preto), suicidou-se num ataque de *delirium tremens*.” (22)

Aspectos da seleção reprodutiva — Apesar de tantos aspectos negativos da seleção, esta não assumiu feições *letais* a não ser talvez em casos isolados. Muito ao contrário: longe de ser eliminada pelos fatores nega-

tivos a que estava exposta, a população teuto-brasileira, em confronto com as populações brasileiras de origem lusa, africana ou mestiça, entrou, desde os primórdios da colonização, em uma fase de seleção *reprodutiva*, quer dizer, ela se reproduziu e ainda continua reproduzindo-se em escala maior do que as populações de antiga estirpe brasileira.

Para compreender êsse fato é preciso levar em conta, antes de mais nada, os processos peneirantes que o meio social e físico exerceu sôbre os imigrantes alemães. Pois se o coeficiente de fixação de 26% é exato, a ação peneirante do meio foi extraordinariamente vigorosa. Ao lado dos repatriados cujo número, em qualquer hipótese, foi muito elevado, figuram os elementos que depois de um ensaio na mata virgem, foram absorvidos pelas cidades. De mais a mais, os imigrantes que permaneceram na mata, sofreram, como vimos, uma seleção biológica que decerto contribuiu para eliminar elementos dificilmente adaptáveis à vida pioneira. Os que *ficaram e sobreviveram* representam, por isso, grupos *altamente peneirados e selecionados*.

Dada essa situação bio-social relativamente favorável, o complexo da pequena propriedade baseada no trabalho exclusivo da família, constituía um poderoso estímulo para a formação de famílias extremamente numerosas. A prole representava o capital mais importante do colono o qual não encontrava dificuldades sérias para assegurar o futuro dos filhos casadouros. Imensas extensões de terras adquiríveis a preços relativamente baixos aguardavam a quem as desbravasse. Em tais condições as famílias teuto-brasileiras desenvolveram padrões de fertilidade que não somente destoam de tudo quanto se conhece, neste ponto, no país de origem, mas ainda excederam a fertilidade das populações luso-brasileiras.

Em 1914, Ernst Wagemann fez investigações demográficas sôbre as colônias teuto-brasileiras do Espírito Santo:

“Depara-se-nos o fato notável de que, no ano de 1912, entre 1.000 evangélicos do Espírito Santo, 48,5 pessoas nasceram e sômente 7,8 morreram. Há portanto, um nascimento sôbre cada terceira ou quarta família, e um óbito sôbre cada vigésima segunda apenas. A proporção entre nascimentos e óbitos era de 6:1, e o aumento anual de 4%.

“São números inauditos! Quase que somos levados a pôr em dúvida a sua exatidão: mas achamo-los confirmados comparando o número de imigrantes que não ultrapassou 3.000, com o número atual dos colonos que perfaz um total de 17 a 18.000. (Hoje são 30.000, aproximadamente). Temos uma prova exata pelo seguinte: Em 1885 mais ou menos, a população era avaliada em 5.000 ou 6.000. Supondo-se um acréscimo de 4%, ela devia ter aumentado, no período de 30 anos, atingindo de 16.217 a 19.460 pessoas o que realmente está de acôrdo com a minha estimativa. Não creio que se possa observar coisa semelhante em muitos outros lugares do mundo; quase me sinto levado a presumir que êste seja o único caso provável de cifras demográficas tão propícias.

Verdade é que uma natalidade de 50% e mais não é rara. Ela se encontra, por exemplo, em Java e em certas regiões da Rússia e Índia; mas geralmente se apresenta associada a uma mortalidade extraordinariamente elevada. A mortalidade costuma ser reduzida sômente em países com higiene publica e privada bastante desenvolvida, como nos Estados da Europa ocidental. Segundo as últimas estatísticas ela é atualmente a mais baixa na Holanda. Todavia, mesmo ali era ainda em 1912, de 12,3%, na Alemanha até de

15,6%. De mais a mais, a natalidade d'esses países costuma oscilar entre 25 e 30%. Na Alemanha ela era de 28,3%, em 1912, de sorte que havia um excedente de 1,3%. Um aumento de 2% já deve ser considerado como extraordinário. Um aumento de 4% a gente é levada a julgar lenda. Mas reitiro que não é possível duvidar da exatidão do número.

SÓBRE 1000 PESSOAS.

	<i>Nasceram</i>	<i>Morreram</i>
Campinho	39	7
Santa Leopoldina	50	4,5
Jequitibá	42	8
Califórnia	48	7
Santa Maria	43	7
Santa Cruz	60 (50)	10 (8)
Santa Joana	72 (60)	14 (11)

“Julgo muito precária uma comparação d'esses algarismos em todos os sentidos. Mas uma coisa resulta d'êles com tôda a nitidez: que as comunidades da zona baixa (quente e úmida), Santa Joana e Santa Cruz, revelam os números mais altos.....” (23).

Sôbre Blumenau possuímos dados demográficos relativos ao ano de 1882. A colônia tinha então 16.380 habitantes aproximadamente. Dêles 71 por cento eram de língua alemã, 17,7 por cento falavam o italiano, 8,6 por cento o português e 1,7 por cento outras línguas. Em 1882 o total dos nascimentos foi de 632 e o dos óbitos 136. A divisão das idades corresponde à expectativa. Espera-se que numa população composta, na maioria, de imigrantes, a categoria dos indivíduos entre 21 e 50 anos seja a maior de tôdas. Poucos indivíduos acima de 50 anos emigram. Daí os

A Aculturação dos Alemães no Brasil 147

Idades

50 e mais	350	227
21 - 50	3.652	3.174
11 - 20	1.378	1.312
0 - 10	3.115	3.192
	Homens	Mulheres

A população de Blumenau em 1882

4
 velhos representarem uma fração muito reduzida do total. O número elevado de crianças (40 por cento sôbre o total) reflete o vigor reprodutivo de uma população cuja prosperidade depende de uma multiplicação rápida (24).

Em 1907, o município de Blumenau tinha 45.089 habitantes. Em confronto com 1883, o aumento foi de 26.333. *Nesse período o crescimento vegetativo da população foi maior do que a imigração, sendo o excesso dos nascimentos sôbre os óbitos de 13.896 e a imigração de 12.437 (25).*

Em 1927, a natalidade no município de Blumenau foi de 35 por mil, a mortalidade de 6,3 por mil. A média dos anos anteriores a 1927 deu, em confronto com 1907, uma proporção estacionária dos nascimentos, mas uma diminuição dos óbitos de 4 por mil. A média de 1930, 1931 e 1932 foi, para a natalidade, de 35 por mil e de 6,5 por mil para a mortalidade (26). Em comparação com 1907, a pirâmide da população tendia a normalizar-se, quer dizer a aproximar-se do tipo das populações caracterizadas por um forte crescimento.

O grande número de exemplos de famílias extremamente fecundas talvez caracterize melhor os pro-

Idades

80 e mais	182	
70—79	681	
60—69	3.698	
50—59	8.702	
40—49	11.485	
30—39	13.180	
20—29	14.416	
15—20	11.245	
7—14	18.632	
0—6	16.444	Total: 98.663

Pirâmide das idades da população de Blumenau, a 17 de dezembro de 1927 (27)

cessos seletivos do que as estatísticas com suas falhas assaz conhecidas. Acompanhamos a seguir seis famílias riograndenses através de seis gerações (28):

1.ª geração	2.ª geração	3.ª geração	4.ª geração	5.ª geração	6.ª geração	Total	Anos decorridos desde a constituição da família
2	11	76	297	105	—	492	87
2	6	52	292	93	—	443	80
2	14	114	963	1575	51	2717	103
2	20	112	155	—	—	287	70
2	15	93	10	—	—	118	50
2	11	129	210	1	—	351	64

Um indivíduo de nome Becker que imigrara em 1797 para a região de São Leopoldo, tinha, ao falecer, 10 filhos, 41 netos, 136 bisnetos e 14 trinotos (29).

A Aculturação dos Alemães no Brasil 149

Peter Hessel, imigrado em 1858 (mais ou menos), residente em Santo Amaro (Rio Grande do Sul) tinha, em 1908, 9 filhos, 66 netos, 103 bisnetos e 1 trineto (30).

João Batista Luft, nascido no ano de 1829 em São Leopoldo, morreu com 81 anos de idade em Bom Princípio deixando de duas núpcias 23 filhos, 137 netos e 147 bisnetos (31).

Há poucos anos, três famílias teuto-brasileiras de Santo Amaro (São Paulo) contavam 140, 349 e 135 descendentes vivos (32).

Um exame de 100 famílias sulriograndenses de origem germânica revelou que, em 1924, a média era de 8 filhos; em 1934 a média subira a 9 filhos por família (33).

A contagem dos descendentes de 14 famílias alemãs imigradas no Rio Grande do Sul, deu o resultado de que 133 famílias então existentes tinham um total de 1.305 filhos. A média era portanto de 9,8 filhos por família (34).

Entre os descendentes de imigrantes pomeranos do Espírito Santo, verificou-se que as famílias tinham, em média, 12 filhos (35). Nauck verificou que “também para os tempos atuais o excesso dos nascimentos sobre os óbitos era de 40, sobre mil teuto-protestantes, no Espírito Santo. Prole numerosa e uma mortalidade infantil relativamente pequena condicionam um crescimento vegetativo dificilmente concebível em outros países civilizados. Não houve modificação substancial dos números calculados por Wagemann, há 25 anos” (36).

Casos como êste podiam ser colhidos, de vez em quando na imprensa teuto-brasileira:

“A 26 de setembro de 1935 o sr. Fritz Holler sen. festejou, em plena saúde, o seu octogésimo quinto ani-

versário. Nasceu na aldeia de Oberstein, no principado de Birkenfeld e Grão Ducado de Oldenburgo. A 9 de setembro de 1861, depois de uma feliz viagem marítima de três meses em um veleiro, chegou a Blumenau onde seu pai adquiriu a primeira colônia imperial, atualmente habitada pelo sr. Rudolf Beer. Com 22 anos o sr. Holler casou-se em 1872, com a senhorita Pauline Wahlsburger. Mais tarde, o sr. Holler passou a residir em Aquidaban morando aí a maior parte da sua vida. Não foi com prazer que se viu partir êste homem honrado por todos, quando comunicara a sua resolução de emigrar para o Rio do Sul... Dos 16 filhos dêsse matrimônio feliz, 13 ainda vivem. Grande foi o círculo dos congratulantes, pois não só a descendência que consiste em 13 filhos, 100 netos, e 121 bisnetos, mas também a população tôda consagrou o aniversário dêsse ancião venerável....." (37).

Entre os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, os católicos reproduzem-se em escala maior do que os protestantes. Um cômputo baseado em 100 famílias católicas e 100 protestantes, deu uma média de 8,6 filhos para as primeiras e a média 7,3 para as segundas. Entre os protestantes, famílias com oito filhos são as mais freqüentes ao passo que entre os católicos predomina a família de dez filhos (38).

Um fator que contribui consideravelmente para um crescimento vegetativo rápido é a baixa mortalidade. Nos distritos rurais ela está, com 7,2 por mil, muito abaixo dos 12,1 por mil registrados na Alemanha (1927-1929). A mortalidade infantil, no entanto, está muito acima dos números registrados pela estatística alemã. Pois esta dá, em 1927, 26,5 óbitos de crianças até 10 anos sôbre cem mortes, enquanto que, nos municípios onde predominam quantitativamente os descendentes de alemães, 46 por cento dos óbitos atin-

giram a crianças menores de 10 anos. Esta proporção está com 2 por cento acima da média do Estado do Rio Grande do Sul (44 por cento). Como causa deste fenômeno aponta-se a avareza dos colonos teuto-brasileiros que obrigariam as mulheres grávidas a executarem pesados trabalhos agrícolas até poucos dias antes do parto. Pela mesma razão evitariam médico e parteira. Há também zonas em que médicos e parteiras existem em número demasiadamente pequeno. É o caso da Serra dos Taipés onde a mortalidade infantil é a mais elevada (39).

No Rio Grande do Sul, o crescimento vegetativo das populações teuto-brasileiras tende a diminuir. De acôrdo com os registros da comunidade evangélica de São Leopoldo, contaram-se, entre 1894 a 1923, 94 casamentos e 699 nascimentos. No decênio de 1924 a 1933, o número de casamentos subiu a 135 e o de nascimentos caiu a 480 (40). Em vista dessa tendência recente parece duvidoso se a seleção reprodutiva das populações de origem germânica continue ainda por muito tempo. O crescimento vegetativo é um fenômeno condicionado, de um lado pela relativa facilidade de se obterem terras para a colonização e, de outro lado pela urbanização que requer um equipamento educacional mais dispendioso dos filhos.

A adaptação a condições físicas diferentes abrange, não raro, certos caracteres somáticos. O único estudo antropométrico de que temos conhecimento e que se relaciona com o nosso problema, foi feito entre os teuto-brasileiros do Espírito Santo:

“Alterações essenciais de caracteres somáticos não puderam ser verificadas. Em geral, nota-se uma estatura mais esbelta e magra com pouca tendência para a obesidade. Nisso parece haver uma adaptação, condicionada pelo clima e pela alimentação, ao tipo da

população brasileira. Investigações anteriores feitas em alunos teutos..... mostraram que os filhos de colonos ultrapassaram, geralmente, o coeficiente de altura das crianças brasileiras da mesma idade. E' interessante que foi ultrapassado também o coeficiente de altura das crianças alemãs, ao passo que os coeficientes de pêso da Alemanha só raramente foram alcançados" (42).

NOTAS

(1) A expressão "adaptação social", é uma *contradictio in adiectu* e deve ser evitada. A adaptação é biológica por definição. E' "o processo de mudança biológica através de sobrevivência seletiva que ajusta um animal ou planta mais perfeitamente às condições de seu meio ambiente." (E. B. Reuter, op. cit. Artigo Adaptation). "A adaptação refere-se àquelas mudanças que tendem a equipar o organismo como tal ou a prover recursos auxiliares para a sua segurança e sobrevivência em relação ao meio físico." (C. A. Dawson e W. E. Gettys, *An Introduction to Sociology*, (New York, 1929, p. 304). Vide também os artigos "Adaptation" e "Acclimation" na *Encyclopaedia of the Social Sciences*.

(2) Teófilo Benedito Ottoni, *A Colonização do Mucuri*. Memória justificativa, em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucuri, e as causas dos recentes acontecimentos naquela colônia. (Rio de Janeiro, 1859), p. 84 Citado apud Sergio Buarque de Holanda, "Prefácio do Tradutor" a Thomas Davatz, op. cit., p. 11.

(3) J. J. von Tschudi, op. cit., Vol. II, p. 345.

(4) *Ibidem*, Vol. III, pp. 27 seg.

(5) E. G. Nauck, op. cit., p. 110.

(6) O autor ouviu e leu algumas vezes, que a farinha de mandioca tem para o paladar do imigrante "gôsto de serradura."

(7) "Plaudereien eines alten Blumenauer Kolonisten" in *Gedenkbuch etc.* op. cit., p. 47.

(8) Robert Avé Lallement, op. cit., Vol. I, p. 249.

(9) *Kurze Geschichte etc.* op. cit., p. 20.

(10) *Ibidem*, pp. 22, 23.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 153

- (11) J. J. von Tschudi, op. cit., Vol. II, p. 246.
- (12) Robert Avé Lallement, op. cit., Vol. I, pp. 214, 217.
- (13) J. J. von Tschudi, op. cit., Vol. II, p. 245. Veja também as observações de A. van der Straten-Ponthoz, *Le Budget du Brésil*, Tomo III, (Paris, 1854), p. 91.
- (14) Robert Avé Lallement, op. cit., Vol. I, p. 321.
- (15) W. Overbeck, *Fünftig Jahre deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia*, (Berlin, 1923, p. 30, 31.
- (16) Altred Funke, *Brasilien im 20. Jahrhundert*, (Berlin, 1927), p. 12.
- (17) Carl Ballod, *Der Staat Santa Catharina*, Dissertation, (Stuttgart, 1892), p. 28.
- (18) *Ibidem*, pp. 28, 29.
- (19) Fritz Gofferjé, "Die Volksgesundheit im Staat und ihre Bedeutung bei deutschen Ansiedlern", *Gedenkbuch*, etc. op. cit., p. 141.
- (20) Friedrich Sommer, op. cit., p. 92.
- (21) Friedrich Völlinger, "Die ersten deutschen Ansiedler in Brasilien", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1907, N.º 5, p. 60.
- (22) J. J. von Tschudi, op. cit., Vol. II, p. 18. As referências ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas são tantas que a sua reprodução ocuparia não poucas páginas. Observações pessoais confirmaram plenamente a hipótese de se tratar de um vício generalizado em tôdas as camadas da população teuto-brasileira.
- (23) Ernst Wagemann, *Die deutschen Kolonisten im brasilianischen Staate Espirito Santo*, (München e Leipzig, 1915), pp. 49-52.
- (24) S. Endress, op. cit., p. 54.
- (25) *Ibidem*, p. 59.
- (26) Vide S. Endress, op. cit., p. 80.
- (27) Feita de acôrdo com os dados de S. Endress, op. cit., p. 166.
- (28) Publicadas na revista *Der Familienfreund* e cit. ap. K. Oberacker, op. cit., p. 25. Deixamos de mencionar as pessoas falecidas sem deixarem descendentes.
- (29) *Der Auslandsdeutsche*, VII, 18, p. 540.
- (30) *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1908, N.º 3, p. 86.
- (31) *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1911, N.º 23, p. 428.
- (32) Friedrich Sommer, op. cit., p. 92.
- (33) *Kurze Geschichte* etc. op. cit., p. 16,

- (34) Ibidem, p. 16.
- (35) Pfarrer Sobel, "Deutsches Volkstum Staate Espirito Santo", *Der deutsche Auswanderer*, setembro-outubro de 1934, p. 237.
- (36) E. G. Nauck, op. cit., p. 108.
- (37) Notícia de um jornal de Blumenau, cit. apud S. Endress op. cit., p. 82.
- (38) *Der Familienfreund*, Ano 1926, cit. apud K. Oberacker, op. cit., p. 24.
- (39) *Der Familienfreund*, cit. ap. Oberacker, p. 27.
- (40) Vide Erich Fausel, op. cit., p. 265.
- (41) Vide K. Oberacker, op. cit., p. 26.
- (42) E. G. Nauck, op. cit., p. 110.

CAPÍTULO VI

ISOLAMENTO E CONTATO

Aspectos gerais — No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, os imigrantes germânicos colonizaram uma larga faixa serrana, situada entre o litoral e o planalto. Aos poucos proprietários nativos a imigração estrangeira acenava com valorizações fáceis de suas imensas terras. Vendiam-nas pouco a pouco como já vimos, cedendo, ecológicamente falando, à invasão de um novo tipo de habitante provido de um equipamento adaptativo que permitia a aplicação de um sistema de exploração diferente do da terra. Os contatos que a grande maioria dos imigrantes estabelecia com nativos eram fugazes, intermitentes e, por isso mesmo, *secundários*. Para isso contribuía não somente a extrema rarefação da população nativa, mas também as diferenças entre os sistemas econômicos. A sociedade nativa não era agrícola, mas pastoril e, em escala muito menor, urbana. Verdade é que precisamente essas diferenças estimularam a constituição de uma trama de relações simbióticas: As poucas cidades representavam mercados para os produtos agrícolas da colônia. Do planalto, gauchos e lageanos desciam para vender gado e matérias primas abastecendo assim pequenas indústrias fundadas pelos imigrantes e levando, em troca, artigos manufaturados. Todavia, relações simbióticas costumam ser secundárias e, portanto, de efeitos limitados quanto às possibilidades de uma interpenetração cultural. Acresce que as zonas de contato eram *marginais* limitando-se àquelas partes que, favo-

recidas pela distância ou por meios de comunicação relativamente fáceis, pudessem articular-se com as pequenas comunidades urbanas ou com a sociedade pastoril do planalto. A marginalidade dessas zonas acentuava-se à medida que a colonização avançava serra a dentro e se reduzia a dispersão inicial dos colonos. Pois assim nasciam, paulatinamente, sub-áreas (picadas ou conjuntos de picadas geograficamente limitados) em tórno de centros urbanos ou semi-urbanos que eram, a um tempo, focos de atração e de irradiação cultural. Em tórmos sociológicos trata-se de um processo de diferenciação e urbanização crescente dos imigrantes ou seus descendentes os quais, abandonados a sua sorte, peneirados e selecionados por uma série de fatôres já analisados, constroem uma sociedade que não se confunde com a sociedade litorânea, nem com o do planalto e nem tão pouco com a sociedade originária. E' uma sociedade nova que nasce reunindo elementos culturais das outras três cuja aproximação ou fusão parcial constitui objeto de estudo dos capítulos subseqüentes.

O grau de isolamento geográfico — acompanhado de insulamento cultural — variava grandemente no espaço e no tempo. Não parece demais insistirmos sôbre o fato de que, originariamente, quase não havia população luso-brasileira, nas zonas de colonização germânica. A nova sociedade integrada quase exclusivamente por imigrantes alemães, seus descendentes e por fragmentos étnicos culturalmente absorvidos por eles, constituia-se sem que houvesse possibilidades de integrar, em grande escala, valores culturais brasileiros. Assim como extensas porções da sociedade colonial brasileira se formaram e se desenvolveram praticamente fora do raio de alcance do sistema estatal da metrópole, a maioria das zonas de colonização estrangeira permanecia, por longas décadas, voltada sôbre

si. Os laços que as ligavam ao sistema político-administrativo e educacional da nação eram extremamente tênues. Quanto maior o isolamento geográfico das áreas teutas, quanto mais rarefeitos os sítios e núcleos e quanto mais homogênea a sua organização econômica tanto mais acentuado o seu insulamento cultural. Como ilhas culturais as diversas áreas permaneciam também isoladas umas em relação às outras.

Observa Wettstein que, no comêço do século 20, a grande maioria das pessoas influentes dos municípios de Joinville, Blumenau e Brusque nunca viajara mais de 75 km em direção ao interior, não conhecendo nem sequer o planalto catarinense (1). Sòmente cinquenta anos depois da fundação de Joinville e Blumenau, as duas colônias receberam uma boa ligação rodoviária. Com Brusque, a comunicação permanecia precária (2).

No caso da imigração estrangeira (alemã, italiana e polonesa principalmente) que penetraram os três Estados sulinos desbravando-lhes áreas praticamente deshabitadas e estruturando uma sociedade nova, é preciso distinguir as mudanças culturais decorrentes das condições sociais internas, acrescidas de certas imposições do meio físico, daquelas que tiveram sua origem em contatos com a população nativa. As primeiras chamaremos mudanças endógenas, as segundas exógenas. E' obvio que em inúmeros casos concretos será difícil senão impossível classificar as mudanças ocorridas atribuindo-lhes esta ou aquela forma. A substituição de um valor cultural pode ter, por exemplo, causas endógenas — a necessidade de ajustar o equipamento adaptativo a novas condições geográficas — e na escolha do traço substituinte podem prevalecer influências exógenas. Exemplos encontram-se em quase tôdas as esferas da cultura ergológica. Os veí-

culos de tração animal usuais na sociedade rural alemã, raramente puderam ser conservados porque faltavam rodovias adequadas a seu uso, pelo menos em zonas recém-abertas. Mister se fazia substituir êsses elementos por outros que fôsem mais apropriados. Todavia, não se conhece um único caso sequer em que os colonos alemães tivessem inventado um novo tipo de veículo. Evidentemente era mais simples lançar mão do carro de boi caboclo que já representava um meio de transporte ajustado a condições particularmente difíceis de transporte. Não resta dúvida de que sem a necessidade endógena e a influência exógena a mudança cultural jamais teria ocorrido, pois o carro de boi parece não possuir qualidades que sugerem o seu uso quando veículos mais eficientes lhe possam fazer as vezes; nem tão pouco a sua utilização estava adstrita a uma categoria social de indivíduos influentes a ponto de se poder esperar um aumento de prestígio pela adoção dêsse elemento material.

Mudanças linguísticas, por exemplo, oferecem exemplos no sentido oposto. Aí não é, freqüentemente, nenhuma necessidade endógena que determina a adoção, pelos colonos alemães, de termos portugueses, mas exclusivamente, como se verá mais adiante, o desejo de elevar o status social. No último caso, a mudança se dá em função dos contatos que se estabelecem entre camponeses e cidadãos.

A fonte de uma série de mudanças endógenas temos que procurar na composição social dos próprios imigrantes. A heterogeneidade interna dos núcleos coloniais era, em face da profunda diferenciação cultural da Alemanha rural, um fator que não admitia, geralmente, a transmissão dêste ou daquele tipo de cultura regional, representada, digamos, pela habitação ou pelo dialeto. Aconteceu, por exemplo, que os

pomeranos do Espírito Santo absorvessem as formas culturais de outras origens germânicas, mas só depois de complicados e demorados processos aculturativos. Todavia, no fim não venceu a cultura originária de um determinado grupo étnico, mas apenas a parcela da cultura originária que nas novas condições mesológicas e sociais pôde ser conservada. Não é, portanto, a cultura pomerana que encontramos atualmente no Espírito Santo, mas apenas certos traços dessa cultura, quer dizer, aquêles que, por uma série de razões, resistiram ao processo de mudança cultural.

Culturalmente heterogêneos também eram — e talvez em escala maior — os núcleos integrados por imigrantes de classes sociais diversas ou aquêles em que as profissões e as classes sociais se misturavam ou combinavam como, por exemplo, em Joinville onde um teólogo se tornou cervejeiro, um ex-oficial guarda civil e uma aristocrata abriu uma padaria (3). E' forçoso admitir que tais condições eram pouco propícias à transferência de um tipo cultural determinado.

O que se pode afirmar, neste particular, com referência à totalidade de qualquer cultura local ou regional, pode ser aplicado, também, a seus traços e complexos integrantes. Nenhuma das inúmeras culturas locais ou regionais germânicas pode ser encontrada, *in toto*, no Brasil. Da mesma forma, não há exemplo de um único elemento cultural (complexo ou traço) que não tivesse sofrido mudanças em alguns de seus detalhes.

A maior parte das mudanças endógenas ocorreu, sem dúvida, em função do meio físico. A substituição de inúmeros elementos do equipamento adaptativo era simplesmente uma questão de sobrevivência. A impossibilidade de plantar os cereais e legumes da terra natal, exigia do imigrante alemão não somente

uma revisão de certas técnicas agrícolas, mas impunha, principalmente, a adoção de uma dieta diferente. Em zonas novas é raro encontrar serrarias e olarias. O material de construção tinha de ser, por conseguinte, o tronco do palmito, o barro ou, talvez, tábuas serradas à mão. Aliás, certos elementos da cultura dos imigrantes desaparecem automaticamente porque falta a possibilidade de articulá-los com outros traços de cuja existência eles dependem. Seria, por exemplo, o caso de aparelhos elétricos cujo uso depende de instalações especiais.

A quebra do insulamento — Nem todos os imigrantes germânicos estabeleceram-se em áreas deshabitadas e isoladas. Numerosas são as exceções de terras que imediatamente entraram em contato com a população nativa (Torres, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro, Itapeccerica etc.). Atraídos pelas possibilidades profissionais, não poucos indivíduos ou famílias dispersaram-se pelas cidades ou pelo interior afora. De mais a mais, desde o fim do século passado, o número de colônias mistas aumentava, surgindo assim as condições para uma interpenetração cultural mais completa. Nas áreas “germânicas”, a quebra do insulamento cultural estava condicionada a três processos sociais distintos, ainda que interdependentes. A diferenciação dos imigrantes e seus descendentes em lavradores, artífices, comerciantes e industriais criou o esquema de uma estrutura social em que o elemento teuto ocupava, como não podia deixar de ocupar, todos os níveis, a partir do roceiro, carroceiro e pequeno vendeiro até o comerciante por atacado e proprietário de fábrica. Contudo, o desdobramento dos imigrantes em classes sociais vinha acompanhado de processos de urbanização e industrialização em não poucas áreas de

imigração alemã. Pequenos núcleos urbanos ou semi-urbanos nasceram e cresceram a olhos vistos. Com êsse crescimento a circulação político-administrativa intensificava-se, escolas públicas abriam-se, algumas cidades receberam guarnições militares e, ao mesmo tempo, as condições econômicas para o exercício de profissões liberais sofreram uma modificação radical. Funcionários, professores, militares, médicos, dentistas, advogados, farmacêuticos e engenheiros eram geralmente brasileiros de descendência lusa vindos de centros mais antigos. Desta maneira abriam-se perspectivas de uma interpenetração cultural mais intensa, embora aquêles elementos nem sempre conseguissem um status social definido na sociedade local. A instabilidade profissional e, sobretudo, a predominância de preconceitos estereotipados decorrentes de longos períodos de insulamento dificultavam, freqüentemente, a formação de relações primárias inter-étnicas.

De outro lado, a industrialização atraía, em escala crescente, operários de áreas vizinhas onde predominavam etnias diferentes. Raramente, o elemento teuto disponível era quantitativamente suficiente para prover as necessidades de mão de obra das novas indústrias. Regiões há onde a industrialização provocou êxodos cujo ritmo foi se acelerando cada vez mais desde a primeira guerra mundial.

O terceiro fator que contribuiu para a quebra do insulamento cultural, está intimamente relacionado à diferenciação social dos imigrantes e teuto-brasileiros. A prosperidade econômica e as possibilidades de ascensão social de não poucos elementos de origem germânica criavam uma situação inteiramente nova. As chances de fazer carreira, qualquer que fôsse o campo profissional escolhido, estavam condicionados à integração na vida cultural da nação. Os canais de ascen-

são profissional passavam pelas escolas secundárias e superiores do país. O próprio comércio que não fôsse estritamente local ou regional, requeria o domínio da língua nacional e uma etiqueta que não causasse estranheza em meios ètnicamente diferentes. Rapazes e moças de famílias alemãs ou teuto-brasileiras cursavam, cada vez mais, as escolas de Pôrto Alegre, de Florianópolis e de Curitiba. Com a prosperidade crescente, tornava-se mais "distinto" mandar os filhos para o Rio ou São Paulo. Nesses centros perdiam-se velhos preconceitos e alguns jovens traziam, de volta à cidade natal, espôsas luso-brasileiras.

A própria expansão econômica de não poucos núcleos teuto-brasileiros que se iam tornando, paulatinamente, centros de exportação, rompia, pelas relações comerciais entabuladas com centros de consumo mais distantes o insulamento cultural. A necessidade de conhecer a língua da terra, a passagem de um número cada vez maior de viajantes, a par com o desenvolvimento lento das vias de comunicações e meios de transporte, são fatores que punham em contato permanente um número crescente de pessoas ètnicamente diversas.

A consciência de que mudanças mais ou menos profundas estão se processando é viva entre os teuto-brasileiros: "Em todo caso, atualmente já não é possível que a colônia alemã no Brasil permaneça isolada como tem sido até agora, de modo geral. A que ponto o isolamento era acentuado pode ser explicado pelo fato de haver muitos colonos alemães que quase não falam o vernáculo embora sejam brasileiros natos e tenham trabalhado a sua vida tôda pelo Brasil.

Hodiernamente, essa segregação do mundo luso-brasileiro já não existe com a mesma intensidade. O tráfego mais intenso (automóvel!), o serviço militar,

a expansão das escolas públicas e da organização administrativa puseram a colônia em contato muito mais estreito com os luso-brasileiros do que antigamente. Isso já se percebe pela difusão do vernáculo que suplantou, em alguns lugares, a língua alemã” (4).

Desorganização social e cultural — Na análise dos choques culturais que acompanharam, forçosamente, os contatos com a população nativa é preciso lembrar-se de que

1) os imigrantes se compunham, em parte, de elementos desajustados;

2) as longas viagens marítimas com sua promiscuidade completa e, freqüentemente, as demoras sem fim nos portos de desembarque abalaram o moral dos imigrantes;

3) o contraste entre as ilusões e a realidade era maior do que geralmente se supõe. “Ilusões” sôbre a vida em países “exóticos” podem ser classificadas como imagens ou representações desiderativas as quais fazem parte de uma cultura como quaisquer outros ideais ou desejos. Nos países de cultura ocidental, a idealização da vida aventureira em terras longínquas, no meio de uma fauna e flora estranhas, em contato com homens exóticos ou sinistros, constitui um dos traços mais característicos sobretudo da cultura juvenil. Esta e outros fatos eram postos a serviço de uma propaganda que procurava pintar a vida na América como extremamente sedutora.

Dos prospectos sôbre a colonização na zona do Mucuri (Minas Gerais) trancrevemos, a título de exemplo, algumas frases. Nelas, a colônia é elogiada como uma “das mais férteis e salubres de todo o império brasileiro”, oferecendo “as maiores vantagens e as

garantias mais seguras". "O belo e saudável clima era melhor do que o da Espanha e da Itália" (5).

Um observador colheu, numa viagem ao Brasil, ilusões de emigrantes. Muitos entre eles pensavam que ninguém precisasse cuidar do "pão quotidiano". Se alguém lhes chamasse a atenção para as privações que os colonos de tempos passados sofreram, respondiam ingenuamente: "Mas só antigamente era assim". Muitos acreditavam na afirmação de boletins de propaganda de que 800 marcos eram suficientes para adquirir um lote, construir uma casa e manter-se até a primeira colheita. (Na realidade, os lotes mais baratos custavam 700 marcos que dentro de dois a três anos precisavam de ser amortizados.) Os emigrantes não compreendiam que o valor das terras dependia da existência de vias de comunicação que permitissem a sua exploração (6).

Uma ilustração dos métodos empregados pela propaganda emigratória oferecem os autos do processo penal contra o engenheiro Wilhelm Brosenius condenado a três meses de prisão, a 28 de agosto de 1913, por um tribunal de Berlim, porque usara meios enganosos para engajar emigrantes (7) visando lucros comerciais com êsses aliciamentos. (8) Brosenius havia concluído um contrato com o govêrno de Minas Gerais comprometendo-se a introduzir, nesse Estado, quatro mil famílias alemãs, austríacas, suíças, holandesas, dinamarquesas, italianas, polonesas e russas. Na propaganda, Brosenius prometeu a todos os candidatos à emigração, 25 hectares que passariam a ser propriedade do colono depois de serem cultivados durante sete anos consecutivos. A legislação mineira permitia doações de terra somente a imigrantes que viessem providos de recursos correspondentes. O procedimento de Brosenius foi qualificado de irresponsável porque as promessas eram

extraordinariamente difíceis de serem cumpridas para emigrantes pobres. Importante também foi considerado o fato de que o folheto de propaganda, além de conter inverdades, “silenciava circunstâncias essenciais” dirigindo-se, em primeiro lugar “com expressões hábeis” à população das grandes cidades, pois então “camponeses não emigravam da Alemanha a não ser em proporções mínimas.” (9)

Os processos de propaganda de que lançavam mão certas emprêsas de emigração ou de venda de terras utilizavam-se de tôdas as possíveis recursos desde a fraude grosseira até certos jogos sutis de simples palavras cujo significado aquí é outro que na Europa. Certas companhias de colonização empenhadas em vender terras a famílias alemãs desejoas de tentar nova vida no Rio Grande do Sul, traduziam, por exemplo:

cidade por *Stadt*
vila por *Stadtplatz*
auto-estrada por *Autostrasse*
venda por *Kaufhaus* etc....

Tomando a tradução ao pé da letra, não é possível lançar-lhe uma censura. Mas acontece que uma localidade de dois ou três mil habitantes não é uma cidade no sentido europeu; a auto-estrada, na Europa é asfaltada ou, pelo menos, macadamizada. Aquí o termo se aplica a qualquer estrada construída de modo a permitir o tráfego de automóveis ainda que só em tempo sêco, como em quase tôdas as estradas no Rio Grande do Sul até há poucos anos. O “*Kaufhaus*” enfim é para o alemão uma espécie de armazem ou empório, daqueles que só se encontram nas grandes cidades. Assim, o imigrante costuma estranhar tudo, desde a estrada de ferro de bitola estreita e um único trem diário, a auto-estrada, as casas de madeira, as vendas

modestas sem vitrinas etc. Mas por maiores que sejam as decepções que sofrem êsses indivíduos, elas não podem sem comparadas com as desilusões amargas que esperavam as primeiras levas de imigrantes, no século passado. Ouçamos a descrição da chegada dos primeiros colonos de Brusque (Sta. Catarina). “No ano de 1861 chegaram outras famílias... que subiram o Itajaí-Mirim em lanchas, levando para essa viagem nove dias devido à enchente. (Hoje uma hora e meia de automóvel!) Chegados ao destino, elas foram alojadas em um rancho construído de palmitos onde tinham que morar nove meses até que puderam transportar-se para as suas terras. Recebiam como alimento farinha de mandioca, carne sêca e toicinho de Minas... Os adiantamentos concedidos pelo govêrno orçavam, de acôrdo com o número de membros de cada família, em 30\$000 a 40\$000 que passavam a ser transcritos em forma de dívida hipotecária. Durante vários anos, os colonos ganhavam a vida na construção de estradas; sômentê em 1865 chegaram a manter-se pelas suas terras”. (10) A situação material dos colonos era, nos primeiros tempos, quase a mesma por tôda parte, como já observamos em capítulos anteriores. Não há dúvida de que a distância entre a expectativa e a realidade deve ter sido enorme. As decepções da chegada seguiam outras não menos amargas. “Queixavam-se em geral, os colonos” diz Augusto de Carvalho (11). 1 — “da recusa em entregarem-se-lhes os títulos permanentes de propriedade dos prazos coloniais, que o govêrno lhe concedeu; 2 — da falta de medição e demarcação dêsses prazos; 3 — da venda dos terrenos encravados entre prazos feita a especuladores que só tinham em vista revendê-los por preços exagerados”.

Embora tais acusações não possam ser generalizadas, a legalização da posse das terras encontrava, fre-

qüentemente, às maiores dificuldades e os desgostos daí provenientes, desanimaram mais de uma família de imigrantes. Também as fraudes em títulos de propriedade eram freqüentes em algumas zonas do sul, tendo sido praticadas, em certos municípios de Santa Catarina, até 1930. Numerosas famílias perdiam assim as suas terras e o seu pecúlio.

As questões ligadas à legalização das propriedades territoriais representam choques culturais de uma categoria particularmente interessante. O equipamento adaptativo dos imigrantes germânicos não dispunha de traços que pudessem ser aplicados à situação brasileira. No país de origem a terra era usualmente propriedade incontestada de várias gerações da mesma família. A alienação de propriedades rurais já constituía um fato descomunal e muito mais o eram as dificuldades de legalização da propriedade. O caboclo desenvolveu, no decurso do tempo, padrões de comportamento que representavam, como ainda hoje representam, uma solução adequada: o usucapião foi sancionado pela lei brasileira e a posse temporária de terras por intrusos freqüentemente não encontra oposição decidida por parte dos proprietários legítimos. Mas a cultura dos imigrantes alemães ignorava essas experiências e padrões. Sentiam-se freqüentemente logrados, desanimados e não sabiam, contrariamente a seus próprios filhos e netos, desenvolver padrões de comportamento adequados.

A 13 de maio de 1879, o colono Friedrich Adolph Thomas que chegara em 1856 a Nova Filadélfia (Teófilo Ottoni), dirigiu a seguinte carta ao diretor da colônia:

“Há vinte anos que venho pedindo justiça tôda vez que a direção mudou, mas sempre em vão. Também desta vez quero fazer uma tentativa; mas é a última; decerto ninguém me poderá acusar de precipitação. Em

dezembro de 1856 comprei a minha atual colônia pagando-a à vista com 600 mil réis. A frente do meu lote media 500 braças, de acordo com as declarações do engenheiro-chefe, Dr. Roberto Schlohbach; o fundo devia ser o portão. O mesmo engenheiro tirou-me (por assim dizer), um ano depois, 300 braças de que êle formou uma colônia para si mesmo. Por ocasião de uma terceira medição (engenheiro Bernhardt) perdi outra vez 50 braças. Com uma quarta medição, feita pelo engenheiro Pelatão, ganhei algumas braças. A quinta medição do agrimensor Schieber não alterou o ponto da divisa, mas fez desviar bastante para oeste o traçado longitudinal. A sexta medição foi feita pelo Dr. Arcolla, o ponto divisório não pôde ser alterado, mas desta vez o traçado longitudinal foi desviado muito para leste. Cada um desses senhores se dizia o verdadeiro Messias — o que faço, vale para a eternidade —! A gente está propensa a acreditar em ter caído num manicômio e a desaconselhar pagamentos à vista precipitados. Peço-lhe portanto, o obséquio de tomar providências no sentido de não se modificar mais a divisa, e de ser determinada a área de meu lote. Como não recebi a quantidade de terra correspondente ao dinheiro pago, peço a devolução da diferença ou entrega de um trecho de terreno ainda desocupado, nos fundos de meu lote. Diante da instabilidade dos funcionários e da horrível desordem é de se recear que meus filhos serão forçados a prestar novo pagamento, pois sei que o meu nome foi lançado, com uma dívida de 700 mil réis, no registro de dívidas da colônia. Ao govêrno não devo mais de 150 mil réis que recebi por ocasião de uma praga de ratos. O meu desejo certamente justo é receber enfim, depois de vinte anos, um recibo legalmente válido pelo dinheiro pago e o título de posse de meu lote. Se também desta vez o meu pedido não fôr atendido, serei

forçado a explanar o meu caso ao público em geral o que o governo certamente não poderá permitir. Porém, mais tarde, meus filhos possuirão, com êsse jornal, pelo menos um documento” (12).

Às dificuldades dessa ordem associavam-se outras, como, por exemplo, estas, descritas por um viajante estrangeiro em 1891:

“As condições de transporte são incrivelmente complicadas. O colono de Blumenau é obrigado a levar, de carroça, os seus produtos, em viagem de um a dois dias, à cidade; daí êles são transportados em um pequeno vapor fluvial, de 90 cm. de calado, ao pôrto de Itajaí. Segue outra baldeação e um navio leva os produtos à Capital, Destêrro, onde há alfândega. Ali pagam-se os impostos aduaneiros e depois os produtos são carregados por outro vapor... Assim as despesas até o Rio de Janeiro são duas ou três vêzes mais altas do que as que se pagam da Europa ao Brasil” (13).

Por mais que destoe a situação material do imigrante das expectativas anteriores, mais grave e de efeitos mais incisivos podem ser considerados os conflitos mentais originados pelo isolamento e o novo estilo de vida, que, por fôrça de circunstâncias, lhe estava esocido:

“Depois do duro trabalho quotidiano, não podiam descansar à maneira acostumada do país de origem. Não lhes era possível palestrar, à tardinha, com os vizinhos à direita e à esquerda. Nas manhãs de domingo não ouviam o toque dos sinos que os chamavam à igreja, à tarde não podiam passear pelos trigais, à noite não se podiam encontrar com os amigos no botequim para tomar cerveja. Os filhos se criavam sem companheiros, sem instrução. Habitavam na solidão e no deserto de um país estranho e seus olhos não avistavam nada senão a monotomia sombria da mata virgem” (14).

As solicitações do novo meio produziram efeitos muito diversos sobre os imigrantes. Subtraídos ao controle de suas comunidades originárias e incapazes de reorganizar-se, por falta de experiências adequadas, os imigrantes não podiam deixar de desenvolver novas atividades que lhes caracterizava a desorganização social. Esta fase que a grande maioria das colônias percorreu foi muitas vezes descrita em termos de "imoralidade", "barbárie", alcoolismo, mobilidade espacial e profissional etc. A julgar pela conduta de não poucos imigrantes é de se supor que tenham sofrido um processo de desintegração emocional que, sob a pressão da nova situação, os fazia perder o hábito de reagir de uma maneira determinada. As novas experiências foram, ao que parece, tão dolorosas em muitos casos que se pode falar da "formação traumática" (15) de certas atitudes com que os imigrantes tentavam responder aos estímulos do meio.

Sobre os imigrantes alemães do Espírito Santo, um dos viajantes mais objetivos em suas observações, repara: "Onde a fome entra pela porta, o pudor foge pela janela mais próxima. Mulheres e filhas de colonos prostituíam-se, por uma ou poucas patacas, aos brasileiros de Pôrto da Cachoeira a fim de comprarem mantimentos, arrastando mais tarde um corpo carcomido pela sífilis" (16).

O mesmo observador qualificou de imoral também a conduta dos colonos de Rio Novo (17).

Em Petrópolis de 1858, a situação parece ter sido semelhante: "A população alemã perderá, sob a administração municipal, muito mais depressa a seu tipo primitivo do que sob a direção da repartição colonial. A geração nova já aceitou, na maior porte, língua e costumes brasileiros, mormente a parte feminina, cuja moral, do lado dos nativos, merece poucos elogios. Fome

e miséria nos primeiros tempos da vida colonial afrouxaram os vínculos da vida familiar embotando enormemente o sentimento moral; jamais faltaram tentações contínuas e ocasiões propositalmente arranjadas para praticar imoralidades. Os veranistas do Rio de Janeiro são visitas bemvindas em muitas casinhas dos vales da colônia. Também essa situação dificilmente sofrerá uma modificação para o melhor. Nome grego, população alemã, língua portuguesa e leis brasileiras encontramos em Petrópolis como também em outras colônias brasileiras. Uma mistura singular de elementos heterogêneos” (18).

“Entre os alemães do Mucuri havia um número bastante elevado de indivíduos abjetos. Contaram-me, por exemplo, de um prussiano que vendera sua filha, quase criança, aos chineses em troca de certa quantidade de cachaça. Em geral, referências pouco elogiosas ouviam-se sobre a moral das mulheres e moças alemãs das colônias de Mucuri. *Coisas semelhantes ouvi na maioria das outras colônias.* A causa principal está na vida desregrada durante a travessia a bordo dos navios emigratórios” (19).

Sinais de desorganização evidencia um relatório do pastor protestante João Ehlers que exerceu suas atividades em São Leopoldo de 1824 a 1854. A intemperança dos colonos teria sido inacreditável, a julgar pelas palavras de Ehlers. Eles construíram, ao lado das igrejas existentes, certo número de capelas a fim de arranjar pretextos para festas. A quermesse propriamente dita era precedida por uma quermesse preliminar (*Vorkerbs*) e uma festa final (*Nachkerbs*). Até na Sexta-feira Santa, os colonos se teriam entregue, nas imediações da igreja, a orgias alcoólicas (20).

“Em Rumo de Lage (perto de Petrópolis) encontrei um carpinteiro alemão de Colônia; êle estava tão em-

briagado que não pude falar com êle. O vendeiro informou-me que era um trabalhador hábil e que poderia ganhar muito dinheiro se não fôsse um ébrio habitual; somente em dois ou três dias da semana êle estava em condições de trabalhar” (21).

Kidder e Fletcher observaram que os colonos de Dona Francisca (Joinville) entregavam-se “em grande número à bebida” (22). Referindo-se à elite dessa cidade, Tschudi reparou “duzias de garrafas de Bordeaux e Champagne” consumidas por ocasião de reuniões recreativas (23).

Na colônia de Brusque, o mesmo viajante notou muita “brutalidade”, “barbárie”, “injustiça” e “criminalidade” (24). Informações colhidas pelo autor, em entrevistas com velhos moradores de Brusque, confirmaram a “terrível situação moral” da época de colonização. Gernhard verificou em São Bento (Santa Catarina) que o consumo de cerveja num casamento de colonos bávaros, era de 1500 a 2000 garrafas (25).

Wettstein observou que na colônia de Hansa (Blumenau) menos de 1000 pessoas (incluindo-se mulheres e crianças consumiram, em um ano só, 150.000 garrafas de cerveja, apesar da situação econômica difícil (26).

Esche constatou a preferência das sociedades alemãs de Pôrto Alegre por “bebedeiras bárbaras e estúpidas” (27).

Embora a criminalidade nas colônias teuto-brasileiras tivesse sido insignificante desde o começo, não faltam exemplos isolados de indivíduos que se tornaram criminosos ao que parece sob a pressão de uma situação cultural de efeitos particularmente desajustadores. Merece ser mencionado aqui, por exemplo, José Althofer o qual, à guisa de Michael Kohlhas, tencionou fazer justiça por conta própria. Este “Kohlhaas teuto-

brasileiro”, como foi chamado, nasceu em 1851 na picada Dois Irmãos. Falava mal o alemão, mas correntemente o português. Altenhofer casou-se com uma luso-brasileira e foi envolvido, pelo casamento, na política local. Essa circunstância parece ser importante para compreender o desenvolvimento do caso. Pois precisamente a política nativa desnor-teia o imigrante cuja cultura não apresenta padrões semelhantes a que possam ser referidas as novas experiências. As atividades políticas de José Altenhofer lhe trouxeram a inimizade de um de seus cunhados “brasileiros”, prefeito da localidade. Em 1893, Altenhofer, carregando uma bandeira vermelha e acompanhado de um bando de “alemães” e “brasileiros” entrou em Estrela. Essa proeza constituiu o início de uma campanha sangrenta que o bando de Altenhofer moveu aos colonos. Luso-brasileiros e teuto-brasileiros foram vítimas dessa campanha, que foi conduzida, durante algum tempo, com extraordinária crueldade. Tempos depois, José Altenhofer tornou-se dono de uma destilaria de aguardente. Indiferente à política o exbandido levou uma vida pacata até que um dia foi envolvido numa briga pessoal com policiais e morto por eles (28).

A situação moral nas colônias teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul foi caracterizada, em 1923, por um dos líderes do protestantismo teuto-brasileiro. De acôrdo com as observações que levaram o autor a escrever o artigo, a nova geração teuto-brasileira tendia, em escala crescente, à imoralidade e delinqüência (roubo e arrombamento de casas). As atitudes dos jovens em geral eram brutais, atrevidas e imorais. O autor que era pastor protestante, acusou sobretudo a família teuto-brasileira. O meio em que os jovens eram criados, êle caracterizava como sendo “desleixado e sórdido, grosseiro e propenso à mentira” (29).

Parece não haver dúvida de que a desorganização social e cultural dos imigrantes, caracterizada pela existência de padrões de comportamento incompatíveis entre si tinha, a um tempo, razões endógenas e exógenas. Os conflitos com a população nativa lhe representam apenas um aspecto. É sabida que na sociedade colonial brasileira, haviam-se desenvolvido padrões xenófobos solidamente integrados na cultura nativa. (30) As atividades xenófobas se acrescentava o desprezo pelos imigrantes os quais, em contato com uma sociedade escravocrata, se entregavam ao trabalho manual e — o que é muito mais significativo — estavam fazendo das suas desprezadas atividades econômicas um meio de elevar-se, pouco a pouco, na escala social. Não tardaria o momento em que eles ou seus filhos conquistassem um status social que ameaçasse, seriamente, o monopólio político das pequenas oligarquias que praticamente controlavam os Estados sulinos.

“Nem em Pôrto Alegre, nem nos distritos coloniais, os alemães são bem vistos sendo até profundamente odiados por um certo partido ultra-nativista. Pois este receia e de vez em quando também confessa francamente que, pela preponderância do elemento germânico, a sua nacionalidade corria perigo, como se o sangue puro dos descendentes dos primeiros colonos desta província (portugueses das ilhas dos Açores) o qual, pelo intercruzamento secular com negros já estava bastante estragado, piorasse pela mistura com a raça germânica. Mas isto até os nativistas mais extremados não acreditavam seriamente, porém eles temem uma preponderância moral e política dos alemães, a qual estes, por meio de inteligência, trabalho e capital, sem dúvida conquistarão. Eles gostariam muito de gozar das vantagens diretas e indiretas que a província tira da imigração alemã, mas preferem não ter colonos no país. Xenofobia é patrio-

tismo para êles e por isso procuram paralisar, de tôda maneira, qualquer vantagem que os colonos poderiam conquistar ou estão conquistando, tentando, às vêzes, estorvar o forte desenvolvimento do elemento estrangeiro mediante medidas legais. Felizmente não constituem a maioria” (31).

À testa dos nativistas de Pôrto Alegre está o Sr. Felipe Bethesé d’Oliveira Nery (se não me engano de descendência espanhola), um homem que se distingue pelo seu ódio fanático ao estrangeiro, manifestando-o, como deputado estadual e federal, abertamente e em qualquer ocasião. E êste homem é Inspetor Geral das Colônias provinciais” (32) Se a colonização alemã não estivesse tão forte, os esforços de Nery já teriam conseguido dar-lhe o golpe final (33).

Atualmente (em 1861), a luta do nativismo contra os alienígenas continua violenta em São Leopoldo, e mesmo o maior otimismo não pode negar que uma facção não muito numerosa mas influente persegue e oprime os alemães de tôda maneira cometendo, sobretudo, por meio de seus funcionários subalternos (juizes de paz e sub-delegados de polícia) as injustiças mais abjetas e, infligindo-lhes mediante diretores de colonização, os maus tratos mais revoltantes” (34).

Sôbre Petrópolis, Handelmann relata, a seu modo, o seguinte: “Mais séria era a oposição nacional, entre brasileiros e alemães, que já diversas vêzes deu ocasião para cenas tumultuárias. Junto dos imigrantes vivem, naturalmente, na cidade e na vizinhança, também nacionais, e à frente de todos estava o funcionalismo brasileiro, de resto, não da melhor qualidade, que em geral pesava de modo particular sôbre os estrangeiros; os assim chamados diretores da colônia que dispõem de autoridade discricionária e ilimitada, como parece, não souberam até agora obter a amizade e consideração dos

alemães, e freqüentemente usavam de seu poder de modo interesseiro ou tirânico, até mesmo o primeiro, major J. F. Köhler, embora sendo de nacionalidade alemã.

De mais a mais, declarou-se recentemente, janeiro-abril de 1855, entre o pároco católico alemão, Dr. Th. Wiedemann, e seu colega brasileiro uma rivalidade de jurisdição, que, embora a razão estivesse sem dúvida do lado do primeiro, todavia terminou desfavorável para êle, com a sua expulsão; foi então com isso abolido o pároco católico alemão, e somente o evangélico alemão continua a subsistir até hoje. Também para organização de escolas alemãs nada se faz" (35).

A série infinita de atritos na administração de São Leopoldo foi descrita por Aurélio Porto (36). Em 1852, por exemplo, uma resolução de câmara municipal classifica os colonos alemães como "escória de presidiários"(37). Em 1866, um alemão insulta, grosseiramente, a câmara e as armas do Império. O diretor Hillebrand condena o colono a pagar uma multa. Esse fato desencadeia tamanha indignação que Hillebrand é forçado a pedir demissão de seu cargo(38).

Algumas vezes o antagonismo étnico explode em manifestações violentas. Assim, uma multidão instigada, não se sabe exatamente por quem, chega a incendiar a exposição teuto-brasileira de 1881/82 em Pôrto Alegre(39).

Em 1907, existiam, no Rio Grande do Sul, tendências para fundar um "partido colonial" a fim de neutralizar a xenofobia, mormente contra os alemães(40). Quatro anos depois alguém sugeriu que os alemães, no Estado de São Paulo, se "aproximassem" dos italianos a fim de eleger deputados que lutassem "contra as oligarquias" (41).

Digno de nota também é um reparo feito em 1908, que procura explicar o anti-germanismo no Brasil pela

“inveja econômica”, as “atividades políticas dos teuto-brasileiros”, e “as atitudes imprudentes de alguns jornais alemães” (42).

Quando os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul organizaram, a conselho de Ernst Reinhold Ludwig associações comerciais e industriais no intuito de lutar contra a majoração dos impostos, êsse fato desencadeou, entre os luso-brasileiros, uma espécie de campanha que os teutos classificaram de “nativista” (43).

A julgar por êsses e outros fatos, os conflitos entre teuto-brasileiros e luso-brasileiros parecem ter sido, em parte, incidentes na luta competitiva travada por uma classe socialmente ascendente (os teutos) contra as tradicionais oligarquias políticas ligadas ao sistema burocrático dos Estados sulinos. Reais ou supostas atitudes xenófobas tornaram-se uma verdadeira obsessão de muitos teuto-brasileiros, mormente em zonas isoladas onde a segregação fazia proliferar estereótipos em que a imagem do “luso” (de preferência mulato ou “azul”, germanóphobo fanático, ocupava um lugar predominante.

Marginalidade cultural — No imigrante, as combinações de atitudes e valores que o prendem, emocionalmente, à sua cultura originária, só aos poucos podem ser substituídas por combinações novas resultantes da aquisição de elementos culturais estranhos. O ritmo de substituição varia em função de intensidade e frequência dos contatos estabelecidos com a sociedade nativa. Em caso algum, a perda da cultura originária pode ser total e simultânea nas diversas esferas, pois do contrario a personalidade do imigrante desintegrar-se-ia por completo. De mais a mais, a necessidade de fazer ajustamentos a situações novas, não envolve, nunca, o abandono total da cultura antiga. Combinações novas e antigas de altitudes-valores continuam existindo lado a lado durante um lapso de tempo cuja duração será

tanto maior quanto maior fôr a plasticidade psíquica do imigrante. O indivíduo que já aprendeu tôdas as expectativas de comportamento que o grupo originário procura, normalmente, inocular na mente de seus membros, em regra não se desprenderá mais de *tôdas* as atitudes-valores que o identificam com a cultura de origem. Se, no entanto, o processo de aprendizagem de expectativas foi interrompido de modo a deixar incompleta ou apenas incipiente a aquisição da cultura originária, não existem, praticamente, obstáculos sérios à assimilação do imigrante a não ser aquêles que partem do seio dos próprios grupos primários onde é destinado a viver.

Em todos os casos em que, na personalidade do imigrante, coexistem atitudes-valores provenientes de duas culturas diferentes, é preciso admitir a possibilidade de conflitos mentais. Pois, se é a função de toda cultura prover o indivíduo de normas padronizadas de comportamento, não é impossível que haja contradição entre as diversas normas, mormente quando estas derivam de culturas diferentes. Se, por exemplo, o imigrante aprendeu, na sociedade originária, a considerar a sua língua como algo "sagrado" que deve ser perpetuado a todo transe, e se a sociedade adotiva procura inculcar-lhe, através de escola, rádio, imprensa e outros meios, a noção de ser um "crime" a transmissão, aos filhos, de línguas estrangeiras, a probabilidade de conflitos psíquicos é inegável. Esta situação chamamos *marginalidade cultural* e o indivíduo atingido seria, de acôrdo com a expressão de Park (44) e Stonequist (45), um "homem marginal."

A situação de conflito que caracteriza a marginalidade tem um tríplice aspecto: cultural, sôcial e individual. Padrões de comportamento, oriundos de *culturas* diversas chocam-se através de dois ou mais grupos em contato. A princípio, ambos manifestam a intenção de

subordinar o seu comportamento às normas aprendidas. Ambas esperam de seus membros que se mantenham leais às tradições do grupo respectivo. Todavia, contatos cada vez mais estreitos fazem com que se verifique um enfraquecimento das influências exercidas pelas regras de comportamento do grupo menos poderoso, menos numeroso ou menos prestigioso. A atração cultural que grupos diversos exercem uns sobre os outros é quase sempre bilateral ou multilateral; raramente, no entanto, as forças atrativas tendem a equilibrar-se. Ao contrário, em regra o desequilíbrio observado na atração age no sentido de enfraquecer uma ou várias culturas a ponto de fazê-las desaparecer como entidades distintas.

Exposta ao embate de sociedade e culturas diversas a personalidade reage, de modo específico, quando percebe que suas atitudes vêm a ser objeto de sanções reprovativas da parte de certas pessoas com que está em contato. É preciso dizer que essas pessoas representam, de modo eficiente, o grupo reconhecidamente "superior". O indivíduo censurado perde cada vez mais a costumeira segurança. A concepção de si mesmo muda e precisa de ser reconstruída. Cada vez maior é o número de valores culturais de que o indivíduo marginal procura descartar-se. Ao mesmo tempo encontra dificuldades em apropriar-se de valores novos, em reconstruir um novo esquema de comportamento que corresponda às expectativas do grupo tido como "superior". As dificuldades cognitivas de compreensão e, mormente, as tensões emocionais explicam as hesitações e atitudes de ambivalência que fazem oscilar o homem marginal entre os polos representados pelas sociedades e culturas em conflito. É uma fase de *desmarginalização* cujo grau varia em função da intensidade dos conflitos. Enquanto marginal o indivíduo participa, em grau variável, de duas culturas, sentindo-se relativamente estranho a

ambas. Sòmente assim êle pode experimentar o “conflito grupal como problema pessoal” (46). O alheamento em relação à cultura originária, os “remorsos” e arrependimentos mais ou meñôs acentuados que se afiguram como atuação tardia do esquema de comportamento anterior e, portanto, como ação indireta do grupo primitivo, associada ou não a tentativas sucessivas de interferência de conterrâneos ainda fieis à cultura originária, marcam as etapas fundamentais do processo de “marginalização”. O alheamento se apresenta, simultâneamente, com a aproximação à altura adotiva; os arrependimentos surgem alternados com a satisfação ou prazer espiritual oriundo da compreensão dos fenômenos novos, e as tentativas de conservar os velhos liames culturais são compensadas pela atração consciente ou inconsciente que o ambiente novo exerce sôbre o indivíduo marginal. “Em consequência da crise experimentada, o indivíduo encontra-se alheio às culturas. Participando de cada uma, êle é agora capaz de julgar-se dos dois pontos de vista... Desde que êsses dois pontos de vista estejam em conflito — o desdém ou preconceito de um a combater o respeito de si mesmo e a demanda de lealdade do outro — o indivíduo sente o embate. Êle tem qualquer coisa de uma personalidade dupla, “uma consciência dupla”, para usar as palavras de Du Bois (47).

E’ óbvio que a marginalização dos imigrantes germânicos era possível sòmente à medida que estabelecessem contatos com a sociedade nativa. Quando isso sucedia, os imigrantes ou seus descendentes já haviam construído, nas principais zonas de colonização, uma sociedade nova. E’ impossível, portanto, associar a marginalidade do elemento teuto a uma determinada geração. Com exceção das áreas urbanas e mistas, a marginalização não podia ocorrer enquanto a sociedade bra-

sileira não reclamasse, através de escola, imprensa e parlamento, a lealdade desses cidadãos “esquecidos” e, ao mesmo tempo não houvesse, da parte dos líderes teuto-brasileiros, tentativas no sentido de perpetuar a identidade étnica de seus grupos.

“Não percebíamos os conflitos” observa um desses líderes, “pois eles jaziam, quais ameaças latentes, no seio do futuro”... Essa falta de compreensão teria sido favorecida pelo fato de que, até a primeira guerra mundial, o “Brasil oficial” nada queria dos teutos-brasileiros e que nem tão pouco a Alemanha jamais exigia dos teuto-brasileiros que se definissem. Pois “para a Alemanha oficial do tempo anterior à guerra os emigrantes eram filhos perdidos e esquecidos ou mesmo renegados e muito mais ainda os seus descendentes” (48).

Somente a república de Weimar “cunhou o conceito de germanismo étnico procurando, em todo mundo, associar, apoiar e fortalecer os grupos étnicos de origem germânica” (49).

Não é de admirar-se, portanto, que a marginalidade cultural seja, nas áreas de colonização germânica, recente, atingindo muito mais a segunda, terceira ou quarta geração do que os imigrantes propriamente ditos

Uma fase decisiva na marginalização cultural dos teuto-brasileiros foi, sem dúvida, aquela em que os núcleos nazistas, estabelecidos em determinadas localidades do Brasil meridional, tentavam assumir a liderança das populações de origem germânica. Estas que até então viveram em grande parte pelo menos, longe das áreas de conflito sentiram-se repentinamente atingidas quando lhes era exigida, através de sociedades recreativas, escolas, livros, jornais e igrejas, uma definição da sua própria situação cultural em termos de qual sabiam discernir o significado. A resistência oferecida, mormente pelos católicos, associada ou não à campanha de

nacionalização cada vez mais intensa, levou, não raro, a conflitos abertos, obrigando os indivíduos, as famílias, as “picadas”, os povoados e vilas, as comunidades religiosas e associações de toda espécie a formularem opiniões, a defenderem ou assumirem atitudes. A iniciação em duas culturas ia-se tornando um problema de crescente gravidade à medida que se disputavam os sentimentos de lealdade dos teuto-brasileiros. Os jornais em língua alemã publicados no sul, entre 1933 e 1938, refletem não somente os conflitos culturais, mas também inúmeras tentativas de acomodá-los e racionalizar certas atitudes assumidas pelas diversas correntes.

A associação específica de germanismo e protestantismo fez da Igreja Evangélica Alemã no Brasil um foco de resistência à assimilação. Em publicações destinadas principalmente à população rural encontravam-se, freqüentemente, passagens como a seguinte em que igreja, escola e imprensa se reuniam a fim de provocar conflitos mentais, “remorsos” nos elementos parcialmente assimilados;

“A maioria dos moços não encara com hostilidade essas questões e os nossos esforços? Não afirma a geração nova — com algumas exceções — que essas opiniões são antiquadas e decrépitas e que se trata apenas de infantilidades e “belas lendas” que um homem sensato não pode aceitar?

Minha resposta a tais objeções já é tão conhecida que não preciso repeti-la. Mas uma coisa vos digo: os que se consideram e se gabam como “sensatos” podem julgar-se como renegados, pois não se envergonham de desprezar e escarnecer seus pais e quanto estes têm de mais sagrado; êles cometem crimes contra o próprio sangue!...

Porque não me contradizeis, vós que afirmais que deveis, como brasileiros, aceitar tudo o que os lusos trouxeram de Portugal como se alguém pudesse trocar

A Aculturação dos Alemães no Brasil 183

sua descendência como se troca uma camisa branca por uma camisa de côr. Não posso compreender que êsses supersensatos... não percebem que não é dado ao homem abandonar suas disposições inatas e adotar outras. Aquelas êle pode apenas ocultar e estas simular, sendo em qualquer hipótese um homem falso. A natureza não admite tais violações. Ou será que vós já vistes uma rez de raça holandeza transformar-se, de repente, em um zebú. Só existem cruzamentos cujo produto e, às mais das vezes, miserabilíssimo. Todo criador escultivar e desenvolver as qualidades boas e peculiares força-se-á por obter gado de raça pura, empenhando-se a essa raça. Mas seria o cumulo do absurdo se êle quisesse “implantar pela educação” qualidades a essa raça. Mas como se comportam os homens. Naturalmente êles que correspondam as suas particularidades raciais, este nível superior ao gado, mas agem, requentemente, muito menos sensatos que os animais.

A macaqueação de caractéres exóticos que essas pessoas chamam “dever para com a Pátria”, não é outra coisa senão fraqueza. Isso não tem nada a ver com o verdadeiro amor à Pátria. Êste consiste em coisas muito diferentes, não em palavras, mas em ações. Uma dessas ações que podem ser definidas como verdadeiro amor pela Pátria, consiste em cultivar suas disposições inatas dedicando-as inteiramente ao Bem da Pátria. E se vier alguém e disser que é necessário vestir-se, falar, pensar e sentir como êle próprio, responder-se-á calmamente que um homem sincero não pode proceder assim, mas apenas alguém que gosta de virar casaca. De tal homem não se pode formar um juízo muito elevado. E se alguém entre nós adotou essa maneira de pensar, êle não é lá dos mais inteligentes, embora tenha um conceito bastante elevado de si mesmo, mas êle é simplesmente um sujeito idiota que se en-

vergonhou diante de outros e se deixou persuadir sem refletir.

O “homem do almanaque” (50) acompanhou êsse discurso dando alguns murros na mesa. Via-se que essas idéias o tinham atormentado já muito tempo e que êle estava satisfeito em poder desabafar afinal de contas. Nenhum dos ouvintes ousou interrompê-lo até que o mestre-escola lhe respondeu:

“Velho amigo, infelizmente vós tendes razão afirmando que muitos da nossa gente, no campo e na cidade, chegaram ao ponto de sentir vergonha em pronunciar uma palavra em alemão, sua língua materna. A causa está em um mal sinistro que invadiu a nossa gente, prejudicando todo o nosso ser, pensar e agir, a saber, a indiferença e passividade perante a herança de nossos pais. Podemos afirmar que a época atual se tornou fatal para a nossa etnia. Eu mesmo verifico diariamente também aqui, na nossa colônia, que uma família depois da outra deixa de participar das questões do bem-estar comum, que somente poucos nos auxiliam no nosso trabalho pela escola, pela igreja e pelas associações, enfim que seus descendentes já se vão tornando estranhos para nós”.

“É assim mesmo”, disse o representante do almanaque. “Vós atinastes com o mal. A alienação do espírito étnico e racial enfraquece o nosso corpo. É triste que ninguém mais enxerga o mal e que chegamos ao ponto de ninguém mais poder enxergar. Mas ainda há uma receita: Vós professores, vós párocos, educai uma geração que conheça os laços da hereditariedade, as questões étnicas e os efeitos da desnaturação “assimilação”, que corrompe os caracteres. Educai uma mocidade sã e neste caso não terei mais receio pelo futuro da nossa etnia germânica no Brasil. Nas suas fileiras hão de surgir os nossos chefes. Ela achará o caminho que nos conduz ao nosso fim comum: a defesa da nossa etnia em pról

de nossos irmãos de sangue e de todo o Brasil, nossa Pátria querida. Estou convencido de que a nossa geração atual seria o coveiro da nossa etnia se eu não pusesse tôda a minha esperança nessa mesma mocidade.”

“Mas”, replicou alguém entre os presentes, “qual é a vantagem que o indivíduo pode tirar do fato de se educar uma mocidade com idéias étnicas?”

“Meu caro”, respondeu o homem do almanaque, “ainda não compreendestes que a desunião é o nosso pior inimigo. Quanta coisa se planeja entre nós, e nunca se executa — porque cada qual critica ao outro, e cada qual tem a sua vontade! Olha o nosso país de origem! Que trabalho ingente se realizou e ainda está se realizando, desde que a divisa: “bem-estar comum acima do bem-estar individual” surgiu como máxima de tôdas as ações! Isso certamente nos serve de exemplo. Se a geração nova, diversamente de nós, considerar como irmãos aquêles que são, dentro da mesma Pátria, do mesmo sangue, ela estará unida. Graças a Deus já vimos, nos últimos anos, certos progressos no sentido de se estabelecer essa união. Já muitas vêzes vos falei sôbre a idéia de 25 de julho e não quero aborrecer-vos mais uma vez com isso. Verificou-se que atinamos com o caminho certo. Muitas vêzes constatei que em lugares onde antigamente uma ação comum da população inteira parecia impossível, todos se reúnem no dia 25 de julho, formando-se até “comunidades de trabalho” entre sociedades antigamente “hostis”, tomando-se, de vez em quando, resoluções sôbre questões étnicas de interêsse geral. Isso se deve fazer por tôda parte. O campo de tais comunidades de trabalho é ilimitado” (51).

O tópico transcrito revela a existência de padrões de comportamento diferentes entre os colonos e a disposição dos moços de orientarem a sua conduta por normas que divergem da tradição. Classificando-os de “renegados”, o almanaque que representa a tradição étnica,

tenciona disputar-lhes os sentimentos de lealdade que já não pertencem, totalmente, à comunidade étnica representada pelos pais e antepassados. A confusão de herança biológica e herança social com seus argumentos tomados do horizonte cultural rústico e hábilmente formulados, não podem deixar de transformar conflitos culturais em problemas pessoais. Acresce que a desorganização social, quer dizer, a perda de interesse que principalmente a geração nova demonstra pelos modos tradicionais de comportamento, não se estabelece sem encontrar, geralmente, a oposição decidida da geração mais velha. São os pais que, pela solicitude com que tencionam frustrar atitudes novas, colocam os filhos freqüentemente ante a alternativa de escolher entre o amor filial e o amor a valores novos estranhos à família e comunidade étnica.

A marginalização de uma certa parte dos teuto-brasileiros pode ser estudada através de seus sentimentos de inferioridade que se desenvolvem ao contato com a cultura alemã de um lado e da cultura brasileira de outro lado. *Esta duplicidade se explica pelo fato de existir uma cultura teuto-brasileira.* A rigor, o choque se dá não entre duas, porém três culturas diferentes. Desta maneira, o problema dos teuto-brasileiros do Brasil meridional adquire um aspecto mais complicado. O descendente de imigrantes alemães geralmente não se sente solidário com o imigrante alemão. As diferenças culturais são mais profundas do que pode parecer à primeira vista. Falta de contatos com o país de origem associada às imposições do meio brasileiro fizeram com que perdas e substituições culturais fôssem numerosas. Verdade é que o imigrante alemão procura, de preferência, as zonas de colonização germânica trazendo, em geral, um cabedal de conhecimentos maior do que o pode adquirir o homem da terra. Pouco preparado para enfren-

tar as suscetibilidades dos teuto-brasileiros, o imigrante põe tudo em confronto com a sua terra de origem e, criticandô, ridicularizando muitas vêzes, aconselhando sempre, êle se incompatibiliza logo de início com a população local (que se sente “nativa” em relação ao adventício). Prevenida por longos anos de experiência, ela recebe o “galego”, o “alemão-batata” com desconfiança e, às vêzes, com hostilidade mais ou menos velada. Conhecimentos e habilidades novos suscitam inveja, ciumes e oposição. O nativo sente, dolorosamente, a distância que o separa do povo de seus próprios antepassados. Êle se envergonha da sua simplicidade, da sua relativa pobreza material, de seu linguajar estropiado, enfim das inúmeras coisas que não podem deixar de causar a decepção do ádvena. O teuto-brasileiro sente-se humilhado e desprezado: todo esforço seu, de seus pais e avós, de transformar um recanto da mata virgem em um lugar habitável e aprazível, todo o “progresso” local realizado com tantos sacrifícios de duas ou três gerações, tudo isso êle vê criticado e espinhado por “simples” imigrantes.

Há uma literatura teuto-brasileira em que o “alemão novo” é ridicularizado e representado, de preferência, em seus aspectos negativos. “Predomina a descrição dos caracteres inferiores. Mormente um diretor de colonização, José Deeke, nascido no Brasil, descreveu, em diversas histórias, o alemão fanfarrão que se ufana da sua formação adquirida na Alemanha e despreza o teuto-brasileiro. É comum dirigir-se contra os que condenam o Brasil e o seu governo. Combatem-se os alemães novos “supra-inteligentes”, os socialistas e agitadores políticos que chegam “na suposição de que as classes laboriosas aquí estejam à espera do fornecedor de frases feitas da Europa para derrubar o capitalismo”. De mais a mais, descreve-se o alemão como vagabundo e trapa-

ceiro, fazendo escárneo das suas fraquezas. Ao lado dessa condenação direta que traz a maioria das novelas, reconhece-se a sua boa vontade, admitindo a sua maior vivacidade intelectual, criticando-lhe, porém, o senso prático pouco desenvolvido (52).

O sentimento de inferioridade com relação ao “luso” tem duas raízes:

1 — Os teuto-brasileiros desenvolveram uma cultura essencialmente rural, ao passo que a população “lusa” representa uma cultura urbana ou pastoril. Principalmente as cidades exercem, aquí como alhures no mundo, uma fascinação crescente à medida que o contraste campo-cidade se vai acentuando. É o camponês “pobre”, “bronco”, “mal educado” e “mal vestido” que admira o cidadão “rico”, bem educado”, “bem vestido” com todo o seu “confôrto” em matéria de habitação, alimentação, recreação etc. No nosso caso, êsse camponês é o “teuto” e o cidadão é o “luso”. (53)

2 — O brasileiro de descendência portuguesa considera-se, naturalmente, “em casa”. Para êle é uma verificação dolorosa encontrar “intrusos” que desenvolveram, quase despercebidos ou esquecidos, uma cultura diferente. Êle não está inclinado a reconhecê-los como “patrícios”, embora sejam nativos. Aparecem então expressões como “populações estrangeiras” ou “quistos”, focos de perigo para a solidariedade nacional que precisam de ser combatidos e eliminados. Ao conceito de “população estrangeira”, de “quisto”, de “pan-germanismo” “alemanismo” (Sylvio Romero), “nazismo” associam-se certas *marcas raciais* que parecem simbolizar o “perigo que a nacionalidade corre” diante da presença de “quistos inassimiláveis.” A cognoscibilidade física exerce a função de prolongar uma distinção que, sob outras condições, certamente já haveria desaparecido. Os cabelos louros, os olhos azues, a compleição traem a

etnia germânica ou, pelo menos, são tidos como característicos do alemão (embora grande parte do povo alemão não tenha nem olhos azues, nem cabelos louros.) A facilidade de identificar o indivíduo pelas marcas raciais é largamente aproveitada. O homem de cabelo louro é simplesmente "o alemão". O apelido aceito, a princípio com indiferença, começa a exasperar o menino, mormente quando usado como insulto. "Alemão", "italiano", "japonês" e "polaco", também "judeu", são apelidos e insultos a um tempo. Mas apelido e ultraje se misturam na memória afetiva do indivíduo e o significado pejorativo da palavra vai se acentuando aos poucos. Nas desavenças mais sérias que costumam ser ajustadas mediante "xingações" desabridas aparece o alemão-batata (Rio Grande do Sul) ou o "alemão-de-merda" (Santa Catarina e Paraná)

Como a recognoscibilidade racial e a subsequente classificação precipitada mas fácil, pode influir sobre o comportamento do indivíduo, mostra o seguinte caso, observado na cidade de Blumenau. H. B., vindo da Alemanha com 15 anos de idade, entrou no seminário de B. onde mais de 90% dos alunos eram nativos de Santa Catarina, mas de descendência germânica. Passou por um processo intenso de nacionalização. Depois de quatro anos aproximadamente abandonou os estudos e procurou uma colocação em Blumenau. Encontrei-o casualmente como empregado de um cinema da cidade. Estava quase irreconhecível, pois os cabelos, antigamente de um louro claro, estavam pretos como também o bigodinho a Hollywood que deixara crescer. Evidentemente estava feliz, pois não era mais o "alemão".

"Quanto ao homem marginal, o sentimento de inferioridade surge da situação do grupo pelo qual é estigmatizado como sendo inferior ou levado a se sentir inaceitável. No caso de se tratar de mestiços ou de ele-

mentos de raça diferente da do grupo, o papel de traços físicos focalizado por Adler, é patente. Mas o “defeito existe primeiramente aos olhos da raça dominante; a definição do grupo precede a auto-definição do indivíduo. O indivíduo pode ou não aceitar essa definição, mas ela não deixa de influenciá-lo” (54).

Em qualquer hipótese, o teuto marginal tende a compensar a sua suposta inferioridade com relação ao imigrante alemão e à sociedade “lusa”. *Grosso modo* podem ser apontadas *três atitudes* que parecem proporcionar ao homem marginal a compensação desejada e necessária para estabelecer o equilíbrio psíquico:

1 — A exaltação da cultura local, “teuto-brasileira”, acompanhada de uma superestimação de tudo quanto se possa chamar de “progresso local” (Fábricas, hospitais, escolas, sedes recreativas, estradas, pontes etc.). Essa atitude parece predominar na burguesia média e entre os lavradores abastados ou remediados.

2 — A exaltação da cultura germânica. Essa atitude permanece restrita, de modo geral, à alta burguesia das cidades. Pois somente aí existe a possibilidade de manter os necessários contatos culturais através de viagens à Alemanha. Somente nessa classe social os filhos podem ser educados na Alemanha.

3 — A exaltação da cultura luso-brasileira, atitude essa que predomina no proletariado industrial, na pequena burguesia e entre lavradores em vias de proletarização. Indivíduos dessas classes sociais manifestam, freqüentemente, um desprezo ou mesmo ódio muito acentuado a tudo quanto consideram “alemão”.

Todavia, é preciso fazer algumas restrições à classificação que acabamos de fazer. As atitudes que o indivíduo marginal assume a fim de compensar sen-

timentos de inferioridade, geralmente não são muito consistentes. A marginalização envolve uma inconsistência psíquica que se caracteriza precisamente pela *ambivalência* das atitudes. Oscilações mais ou menos acentuadas em todos os grupos são freqüentes e dependem de circunstâncias nem sempre fáceis de serem compreendidas. As campanhas eleitorais com suas intensas agitações políticas faziam pender, não raro, sobretudo a burguesia média e alta, para o lado da cultura nacional. Vitórias eleitorais favoreciam essas tendências, derrotas enfraqueciam-nas.

“Saindo do Rio Grande do Sul em novembro de 1937, ali deixei bom número de germano-brasileiros, que criam dever publicar bem alto as suas relações com o partido nacional-socialista alemão e cujas lapelas se ornavam de pequenas insígnias da cruz gamada. Voltando, em junho de 1938, encontrei êsses mesmos visionários a ostentar bandeiras brasileiras bem visíveis e a desenvolver em favor da fusão dos elementos teuto-brasileiros na comunidade nacional, a mesma atividade que no ano precedente desenvolviam em sentido inverso.” (55).

Oscilações como estas devem ser consideradas reações às mudanças políticas, nacionais ou internacionais. Uma política nacional tolerante associada ao aparecimento de uma Alemanha “forte” com tendências pan-germanistas, fêz pender os indivíduos marginais para o lado germânico. Foi suficiente que a política nacional se mostrasse intransigente com a política nazista para que os teutos marginais mudassem de rumo. E’ provável que na hipótese de uma derrocada militar dos alemães, essa atitude venha a acentuar-se. Contudo, a opressão política de um país pode produzir movimentos místicos ou messiânicos de extraordinária força associativa. Nunca os poloneses e seus descendentes, por

exemplo, estiveram tão unidos no mundo inteiro, como mostram Thomas e Znaniecki, do que antes da restauração da Polônia em 1918.

As oscilações das atitudes entre os teuto-brasileiros marginalizados podem parecer, talvez, oportunismo político. De fato, seria precipitado afastar inteiramente essa hipótese, embora mudanças de atitudes como reações a mudanças da política alemã ou brasileira dificilmente poderiam ser interpretadas como oportunismo político. Examinadas à luz de um critério estritamente racional, as hesitações e ambivalências marginais quase nunca se coadunam com aquilo que usualmente se chama “interesses morais e materiais” de um homem das classes médias da nossa sociedade. É óbvio também que, como tentativas de compensação destinadas a restabelecer o equilíbrio psíquico, atitudes excessivamente lábeis não chegam a desempenhar as funções que o indivíduo marginal lhes atribui.

No intuito de acomodar um conflito cultural que se estava tornando um problema pessoal para um número crescente de teutos, os líderes germano-brasileiros, na maioria personalidades marginais, empenhavam-se na construção de um ideologia que definisse a situação e provesse de normas de comportamento aquêles que se estavam sentindo cada vez menos seguros na luta que se travava em tórno das suas lealdades culturais. Os princípios básicos dessa ideologia voltam com insistência na literatura e imprensa teuto-brasileiras, mormente depois de 1930. Tantas são as publicações em tórno, dêsse tema, com tanta veemência são discutidos certos aspectos da doutrina que se nota, a cada passo, a gravidade crescente que o problema tem assumido para o equilíbrio psíquico dos círculos de pessoas atingidas pelo conflito.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 193

Reduzida a poucas fórmulas, a nova ideologia se encontra em um “Apêlo aos Brasileiros de Sangue Alemão” incitando-os a cerrar fileiras na “Federação 25 de Julho”:

“Devoção irrestrita à Pátria Brasileira”

“Propagação, entre os cidadãos de origem germânica, da cultura e língua alemã”

“Cultivo das relações de amizade entre a Alemanha e o Brasil”

“Conservação da herança cultural dos antepassados”

“A cultura introduzida no país pelos nossos antepassados tornou-se, no decorrer dos séculos, parte integrante e indivisível da cultura brasileira”.

“Constituiu-se, sob a proteção do governo, um patrimônio nacional, que nos sentimos obrigados a conservar para o bem do Brasil. Esse dever de civismo também é um dever de honra que sabemos cumprir como o cumpriram os nossos antepassados.”

“A imprensa em língua alemã lutou bravamente pelos nossos interesses e os do nosso país e resolveu grandes problemas culturais, oferecendo um ótimo serviço de informação e contribuindo para a grande obra de integração da nossa pátria.”

“Queremos ser os mediadores e depositários fiéis da cultura legada pelos nossos pais e avós, da lealdade para com o Brasil e da amizade entre a nossa Pátria e a Alemanha.”

Com variações que deixam ver pendores mais acentuados ora para o lado brasileiro ora para o lado alemão, essa ideologia acomodativa repete-se inúmeras vezes em forma de artigos de jornal, de poesias, de novelas, de ensaios filosóficos e até de romances. Todavia, a política nacional-socialista visava muito mais do que a grande maioria dos teuto-brasileiros podia e queria conceder. De outro lado, as expectativas da sociedade luso-brasi-

leira contrárias à conservação de uma etnia germânica dentro do Estado brasileiro, colocavam em termos irreconciliáveis o conflito de lealdades. Em breve, os líderes teuto-brasileiros viam frustrados os seus esforços destinados a acomodar um conflito cultural que se estava tornando um problema pessoal para um número cada cada vez maior de teuto-brasileiros e imigrantes marginalizados.

NOTAS

- (1) Dr. phil. Wettstein, op. cit., p. 178.
- (2) Ibidem, p. 282.
- (3) "Diário de um colono de 1864", in *Uhles illustrierter deutsch-brasilianischer Familien-Kalender*, 1912, p. 53.
- (4) *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*, 2.^a Edição revista, (São Leopoldo, 1936), p. 79.
- (5) Hildegard Rosenthal, op. cit., p. 75.
- (6) Johannes Kretzen, *Zwischen Paraná und Tieté* (Leipzig, 1929), p. 62, 118, 121, 217.
- (7) § 114 do Código Penal Alemão.
- (8) § 45, II do *Reichsgesetzbuch*.
- (9) *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1913, N.º 17, pp. 263-266.
- (10) Publicação em Comemoração do Cinquentenário da Associação dos Atiradores, (Brusque, 1916), p. 10.
- (11) *O Brasil*, (Pôrto, 1875), p. 195.
- (12) In *Die Chronik der Arbeitsgemeinschaft in Minas Gerais*, Folge 5, setembro de 1937, pp. 89-90.
- (13) Carl Ballod, *Der Staat Santa Catharina*, (Stuttgart, 1892), pp. 56, 60.
- (14) Publicação em Comemoração etc. op. cit., p. 9.
- (15) Ross Stagner, *Psychology of Personality*, (New York, 1937), p. 175.
- (16) Johann Jakob von Tschudi, op. cit., Vol. III, (Leipzig, 1867), p. 28.
- (17) Ibidem, p. 68.
- (18) Johann J. von Tschudi, op. cit., Vol. I, (Leipzig, 1866), p. 214.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 195

- (19) *Ibidem*, Vol. III, p. 322. O grifo é nosso.
- (20) P. João Ehlers, "Die ersten beiden Jahrzehnte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul." *Serra-Post*, 1931, p. 65.
- (21) Johann J. von Tschudi, Vol. I, p. 241.
- (22) D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros*, tradução brasileira, Vol. II, (São Paulo, 1941), p. 39.
- (23) Johann J. von Tschudi, op. cit., Vol. III, p. 360.
- (24) *Ibidem*, pp. 399-400.
- (25) Robert Gernhard, op. cit., p. 229.
- (26) Wettstein, op. cit., p. 84.
- (27) V. W. Esche, *Aus dem Wunderland der Palmen*, (Dresden, 1886), p. 199.
- (28) F. Z. "Ein brasilianischer Michael Kohlhaas. Etwas von José Altenhofer". *Koseritz deutscher Volkskalender*, 1905, pp. 105-117.
- (29) D. Dr. Rotermund, "Eltern aufgewacht"! *Rotermund-Kalender*, 1923, p. 48.
- (30) Vide os exemplos citados ou transcritos por Pedro Calmon, *Espírito da Sociedade Colonial*, (São Paulo, 1935), pp. 239, 245-249, 255, o mesmo, *História Social do Brasil*, Tomo II, *Espírito da Sociedade Imperial*, (São Paulo, 1937), pp. 118-120, 182.
- (31) Johann Jakob von Tschudi, op. cit., Vol. IV, (Leipzig, 1868), p. 13-14.
- (32) *Ibidem*, p. 29.
- (33) *Ibidem*, p. 15.
- (34) *Ibidem*, p. 35.
- (35) H. Handermann, *História do Brasil*, Edição brasileira, (Rio de Janeiro, 1931), p. 491.
- (36) Aurelio Porto, op. cit., pp. 158, 162 seg.
- (37) *Ibidem*, p. 169.
- (38) *Ibidem*, p. 170.
- (39) V. W. Esche, *Aus dem Wunderland der Palmen*, (Dresden, 1886), p. 197.
- (40) Anônimo, "Zur Lage in Rio Grande do Sul", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, (Berlin, 1907), N.º 5, p. 61.
- (41) Theodor Jahn, "Italiäner und Deutsche im Staate São Paulo", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, (Berlin, 1911), N.º 15, p. 274.
- (42) H. Faulhaber, "Die brasilianische Regierung und die deutsche Einwanderung", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, (Berlin, 1908), N.º 1 p. 6.

- (43) Anônimo, "Unser Deutschtum", *Koseritz deutscher Volkskalender*, 1901, p. 268.
- (44) Robert E. Park, "Human Migration and the Marginal Man", *American Journal of Sociology*, maio de 1928.
- (45) Everett V. Stonequist, "The Problem of the Marginal Man" *American Journal of Sociology*, julho de 1935. O mesmo, *The Marginal Man*, (New York, 1937).
- (46) Everett V. Stonequist, *The Marginal Man*, (New York, 1937), p. 140.
- (47) *Ibidem*, pp. 144, 145.
- (48) Franz Metzler, *Deutschbrasilianische Probleme*, (Pôrto Alegre, 1935), pp. 7, 8.
- (49) *Ibidem*, p. 21.
- (50) O almanaque aqui citado publicava, anualmente, uma espécie de pregação contra a assimilação.
- (51) "Standrede des Kalendermannes", *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, (São Leopoldo, 1937), pp. 33-36.
- (52) Manfred Kuder, "Die deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschbrasilianischen Volksgruppe in Brasilien", *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Vol. X, N.º 4, pp. 485-486.
- (53) O sentimento de inferioridade diante do "luso" urbanizado não exclui a atitude de superioridade em face do "caboclo do mato".
- (54) Everett V. Stonequist, *op. cit.*, p. 149.
- (55) É óbvio que muitas vezes o próprio imigrante passa por uma fase de marginalidade. Neste caso, a situação é menos complexa porque não entra em jogo a cultura intermediária dos teuto-brasileiros. Daí talvez o fato muitas vezes verificado de que a assimilação do imigrante encontra menos dificuldade do que a de muitos teuto-brasileiros.
- (55) Jacques Lambert, "As Colônias alemãs do Rio Grande do Sul", *O Estado de São Paulo*, 13 de julho de 1939.

CAPÍTULO VII

ACULTURAÇÃO E STATUS

O estudo dos processos aculturativos que acompanharam, desde os primórdios, a colonização germânica no Brasil requer um exame metuculoso dos seguintes fatôres:

1 — O status social dos imigrantes no país de origem.

2 — Os esforços empreendidos pelos imigrantes para conquistar um novo status no país adotivo.

3 — O status social das populações nativas com que os imigrantes estabeleceram contato.

4 — Necessidades condicionadas pelo meio físico que levaram os colonos ao abandono de elementos antigos e à aceitação de elementos culturais novos.

A luta pelo status social — Nas primeiras décadas; os imigrantes vinham, com poucas exceções, das camadas inferiores da população rural. Muitos adultos, sobretudo súditos prussianos, conheceram a servidão. Mesmo se não houvessem sido servos da gleba, o seu status não se elevava muito acima do nível servil. Todos eram *Untertanen*, meros súditos de seus reis. O comportamento político que lhes era peculiar caracterizava-se pela ausência de traços democráticos por leves que fôsem. O nível educacional, sobretudo dos pomeranos, era relativamente baixo.

As primeiras levas entraram em contato com a sociedade escravocrata e latifundiária do Rio Grande do Sul. Aí como alhures em condições semelhantes, o tra-

balho manual se confundia com o trabalho escravo. O estigma social que aderira ao escravo, transmitia-se, automaticamente, ao colono desde que êle se sujeitasse à mesma espécie de trabalho que a sociedade reservava ao negro cativo. Já aludimos aos conflitos culturais que essa situação engendrou em São Paulo. No Rio Grande do Sul, os emigrantes escaparam às complicações que, nos cafesais de São Paulo, lhes advinham da integração no sistema escravocrata. Pois no Sul, êles se estabeleceram como proprietários rurais; o baixo status que lhes atribuíram os escravocratas brasileiros, somente podia impressioná-los à medida que entrassem em contato com nativos. Êstes, por sua vez, representavam uma estrutura em que se elevava, sôbre as camadas inferiores quantitativamente muito desenvolvidas, uma elite pouco numerosa e socialmente pouco diferenciada, formada, principalmente, pelos estancieros de Campanha. Como em tôdas as sociedades escravocratas, as camadas médias eram extremamente fracas.

Culturalmente falando, a sociedade riograndense apresentava contrastes que a dividiam em sociedade pastoril da Campanha e sociedade agrícola do litoral. Ao lado dêsse contraste começava a surgir outro que daí em diante devia revestir uma importância cada vez maior: era a diferença entre sociedade urbana e sociedade rural. Os aspectos variados e complexos que a aculturação assumiu, permanecem ininteligíveis enquanto não se levam na devida conta as *divergências culturais internas no meio nativo* que complicaram, consideravelmente, os problemas relacionados com as diferenças culturais entre os imigrantes por um lado e entre imigrantes e nativos por outro lado.

Dado o franco desenvolvimento dos centros urbanos com que os imigrantes entravam em contato, os im-

pulsos que a aculturação usualmente recebe dêsse fator faltavam quase inteiramente nos primeiros decênios da colonização. Pouco propício à transmissão cultural também eram os contatos com os caboclos do litoral. Pescador ou pequeno lavrador, o caboclo litorâneo representava uma das culturas regionais mais pobres da América. Nele, os imigrantes desprezavam a “indolência”, a “falta de previsão”, o “atraso mental”, a “superstição”, enfim todos aquêles elementos que surgiram em função do ajustamento a um meio que dificilmente permitiria formas culturais mais desenvolvidas. Nessas condições não admira que a palavra “caboclo” se tenha tornado símbolo verbal de “inferioridade cultural” chegando mesmo a ser insulto na bôca do teuto-brasileiro. “Caboclo” é o homem que não trabalha, que é analfabeto e cachaceiro, sifilítico e opilado, que não educa seus filhos e não pensa no dia de amanhã. Em algumas regiões o caboclo é chamado *Schlammburger*, quer dizer, alguém que habita um “castelo de lama”. O “castelo de lama” talvez seja a casinha de pau a pique com paredes de barro. A tendência do imigrante germânico para classificar o caboclo como representante de uma cultura inferior, correspondia o reconhecimento espontâneo, pelo caboclo, da “superioridade” cultural do adventício. Dessa maneira foi-se estabelecendo, tácitamente, uma estratificação étnica na população rural que não sofreu modificações essenciais até os dias atuais. No Brasil como alhures, em condições similares, estas diferenças de nível cultural e social retardaram, consideravelmente, o processo aculturativo. Onde se deu a adoção de elementos da cultura nativa, houve interferência de fatores especiais que serão estudados mais adiante.

Muito diferente era a situação na Campanha. Em confronto com sistemas sociais baseados em uma agricultura rudimentar, o pastoreio parece mesmo em suas for-

mas mais primitivas conferir uma certa “superioridade” cultural. Não era apenas a dominação política exercida pelos estancieiros gauchos, mas quase todos os aspectos da sua cultura pastoril que se impunham aos imigrantes. Era considerável o prestígio que o imigrante médio associava ao gaúcho ou “lageano” que era cavaleiro exímio, inseparável de seu animal e suas armas, que era viajado e representava uma sociedade afamada pelo amor à liberdade e temida pela sua turbulência e bravura. Aos olhos do simples colono, até o tropeiro parecia um homem superior, destro no manejo da laço e das boleadeiras, do revólver e da faca, um homem que se fazia respeitado por seus gestos senhoriais, pelo traje “exótico”, pelas lides com gado semi-salvagem, mas principalmente pelo fato de tãda sua cultura estar condicionada ao cavalo. Pois o complexo equino é realmente um dos elementos básicos da cultura gaúcha como de muitas outras culturas pastoris.

Acresce que, na tradição cultural da Europa, o cavalo de montaria tem um significado especial. Durante longos séculos, sòmente os nobres usavam cavalos de montaria. Passou a época da “cavalaria” e do feudalismo, mas o cavalo de montaria não se difundiu. Nas zonas rurais, o seu uso permanecia restrito a um círculo muito pequeno de indivíduos. Os fazendeiros o usavam e, às vèzes, os administradores.

Nas cidades, a equitação passou a ser um esporte da alta burguesia. Nos regimentos de cavalaria da maioria dos antigos exércitos europeus, os postos de oficiais eram reservados aos aristocratas. Assim, o valor tradicional do cavalo de montaria se conservou até aos nossos dias. Aos olhos do camponês e do homem médio em geral, o cavalo simboliza nobreza e superioridade porque continua sendo considerado elemento representativo de

uma cultura aristocrática. Boa parte dessas associações culturais, os imigrantes transferiam ao gaúcho.. Daí a presteza com que inúmeros elementos da cultura pastoril, direto ou indiretamente ligados ao cavalo, foram imediatamente integrados na cultura híbrida dos teuto-brasileiros.

Foi o tropeiro que forneceu o primeiro gado aos imigrantes. Foi dêle que receberam os primeiros animais de montaria. Com o tropeiro gaúcho ou "lageano" (Santa Catarina) aprenderam as técnicas de montar, de adestramento e tratamento do cavalo. Na Alemanha, o cavalo de tração é inteiramente diverso do cavalo de montaria. Muito mais pesado do que êste, provem de criações especiais e não pode ser usado a não ser para puxar máquinas agrícolas ou carroças pesadas (1). Êsse tipo de cavalo não foi transplantado pelos imigrantes nem os traços referentes a seu tratamento. O estábulo foi prontamente substituído pelo pasto e o zêlo com que na Europa central se protege o cavalo (de acôrdo com seu maior valor econômico), das intempéries e moléstias cedeu aquí ao que alguns observadores qualificaram de "maus tratos" (2). Os apetrechos de montaria foram adotados juntamente com o animal. Rédea e sela com pelegos, coxonilho e carona encontram-se, invariavelmente, em todas as áreas de colonização germânica. As mulheres decidiram-se, depois de algumas hesitações, pelo selim. Mulhall observou na mesma região (São Leopoldo) dois padrões de montaria a existirem lado a lado:

"No meio da floresta encontramos duas mulheres a cavalo; em regra as mulheres destas colônias montam como homens, pela mesma razão que predomina nas partes montanhosas da Itália, pois selins seriam muito inseguros" (3).

“Meia hora depois nos achávamos numa densa mata quando encontramos duas senhoras desacompanhadas e montadas em selins” (4).

Com os apetrechos de montaria transmitiu-se também o traje gaúcho. Desde as grandes esporas, as botas “em sanfona”, até as bombachas, o lenço em volta do pescoço e prêso por um anel, o chapéu de aba larga e o cinto onde penduram facão e revólver, todos os detalhes se encontram nas áreas do Rio Grande do Sul colonizadas por alemães. São poucos os teuto-brasileiros que, ao lidarem com gado, não se utilizem do laço e, na Campanha, alguns adotaram até as boleadeiras. Conta-nos Lacmann que, em certas regiões, o traje gaúcho era mais comum entre teutos do que entre “lusos”, pois a situação econômica mais desafogada dos primeiros permitia que usassem, em maior escala do que os outros, essa indumentária relativamente dispendiosa. (5),

É muito importante o fato de que o complexo equino se radicou, logo de início, sólidamente na cultura teuto-brasileira, de modo que os imigrantes os quais aportaram aqui mais tarde já receberam o cavalo de montaria com seus traços e complexos associados, principalmente dos teuto-brasileiros e não mais pelo contato direto com a cultura gaúcha.

Seidler que visitou São Leopoldo alguns anos depois da sua fundação, relata que

“são poucas as crianças que sabem ler e escrever, ao passo que todo tempo que podem, vivem, ao jeito dos brasileiros, a cavalo e se exercitam em atirar o laço — corda feita de couro cru, com uma alça na ponta, corda destinada a apanhar gado” (6).

Está fora de qualquer dúvida de que a adoção do cavalo de montaria correspondia a uma necessidade vital das colônias constituídas pelos imigrantes. O próprio tipo de povoamento disperso exigia um meio de locomoção o qual, por falta de outros mais rápidos ou

mais cômodos, sòmente podia ser o animal de montaria. A reorganização social das comunidades teutas talvez não tivesse sido viável, nas condições em que ocorreu, sem a difusão imediata e ampla do cavalo de montaria, sem a transformação rápida e completa de uma população de "peões" em uma população "montada".

Todavia, ao lado dessa função vital que o cavalo desempenhava, desde o comêço da colonização germânica, na reintegração e conservação da estrutura social e cultural, existe outra não menos importante que pode ser compreendida como aspecto da luta travada pelos colonos a fim de conquistar um status social mais elevado. Pois as associações culturais que determinam o valor do cavalo de montaria na tradição germânica, acrescidas do status do gaúcho reconhecidamente mais alto do que o de qualquer outra parte da população rural brasileira, faziam com que o cavalo de montaria com os complexos a êle associados, fôsse rapidamente introduzido nas comunidades teuto-brasileiras. Dessa maneira o imigrante esperava aproximar-se do nível social que atribuía ao gaúcho. Para essa fase de aculturação não importa que a valorização do tipo gaúcho fôsse, em parte pelo menos, mera ilusão, uma vez que o imigrante ligava à posse do cavalo de sela um prestígio que êsse não conferia, de modo algum, na hierarquia dos valores estabelecida pela sociedade nativa. Sob o ponto de vista da aculturação é decisivo o valor que o imigrante atribuía ao cavalo e não o valor social que êste possuía na cultura pastoril da Campanha. Pois o valor imputado determinava, na verdade, as atitudes e implantava novos hábitos.

A função que o complexo equino exercia na luta pelo status dos imigrantes, pode ser estudado através dos casos em que o cavalo foi introduzido sem necessidade premente ou contra os próprios interesses econômicos de colonias que se achavam *in statu nascendi*.

Assim, as 360 famílias de Hansa (Santa Catarina) tinham, em 1904, depois de cinco anos de colonização, 147 cavalos. “Quase todos êsses cavalos por piores que fôssem, foram adquiridos por mero luxo. O imigrante que, na Alemanha, conhecia a equitação como entretenimento senhoreal, deseja ascender na escala social pela posse de um cavalo de montaria... Em qualquer hipótese, o grande número de cavalos numa colônia nova que, além do mais, não se dedica à criação de cavalos, é lamentável do ponto de vista econômico, podendo ser compreendido somente do ponto de vista social” (7).

As noções tradicionais que os imigrantes alemães ligam ao cavalo de montaria não se estendem à mula. Muito ao contrário, o “burro” é desprezado e montá-lo tem um quê de ridículo. Razão suficiente para rejeitar um animal que, entre os nativos, goza geralmente de uma cotação mais alta do que o cavalo. É nessa rejeição que está mais uma prova indireta pela importância da função atribuída ao cavalo na luta pelo status social.

“Ao passo que na colônia velha (Blumenau) já havia 451 mulas, na colônia nova (Hansa) existiam, em fins de 1904, apenas duas mulas. Como já foi mencionado, o alemão tem uma “aversão nacional” contra a estirpe dos asnos. Só depois de vários anos os imigrantes chegam a conhecer, adequadamente, as grandes vantagens que a mula oferece como meio de transporte” (8).

Juntamente com o cavalo, os imigrantes receberam da sociedade gaúcha a corrida que se tornou uma das atividades recreativas prediletas em tôdas as áreas de colonização germânica (9). A corrida de cavalos exerce as mesmas funções que se lhe associam na cultura gaúcha: reúne aos domingos a população da rendondeza que ordinariamente vive dispersa e só em acontecimentos dessa espécie encontra motivos de rennião. Além disso, as corridas oferecem ensejo para “fechar

apostas". É a aposta que dá à corrida uma feição mais emocionante porque lhe associa outro complexo cultural profundamente arraigado na cultura brasileira e integralmente aceito pelos teutos: o complexo do jôgo.

Nem todos os traços do complexo equino difundiram-se com a mesma intensidade no tempo e no espaço. Comum a todos os teuto-brasileiros é o cavalo de sela pròpriamente dito. Todos, inclusive as mulheres, sabem montar e usam amplamente o cavalo. Andar a pé parece ter algo de degradante para o colono que prefere perder meia hora com a captura do cavalo no pasto, a caminhar, a pé, até à casa do visinho. Crianças que cedo se exercitam no lombo do cavalo sem sela, vão à escola montadas. Aos domingos a praça em tôrno da igreja está apinhada de cavalos dos quais muitos ostentam o selim usado pelas mulheres.

Todavia, embora quase todos sejam bons cavaleiros, só poucos possuem a destreza acrobática daqueles que, como os próprios gaúchos, necessitam do cavalo de sela para as suas atividades profissionais. As boleadeiras são quase desconhecidas na maioria das áreas teuto-brasileiras, e a habilidade no manejo do laço é menos pronunciada nas zonas distantes da Campanha. O traje gaúcho é pouco encontrado nos vales do litoral e fora do Estado do Rio Grande do Sul.

A rápida difusão do cavalo de montaria representa um exemplo de aculturação que caracteriza, ao lado de outros, sobretudo a primeira fase da colonização germânica no Brasil meridional. Entre os elementos da cultura brasileira escolheram-se não só aquêles que satisfizessem necessidades vitais ligadas à própria sobrevivência física dos imigrantes, mas também outros que pudessem exercer uma função na luta pelo status social. Nunca é demais insistirmos sôbre o último aspecto que se afigura como chave para a compreensão de inúmeros casos de transmissão cultural.

Digno de nota, é, nesse sentido, também a aceitação do chimarrão pelos teuto-brasileiros em contato com a cultura do planalto. À primeira vista parece tratar-se de um simples elemento ergológico, uma bebida a que se atribuem efeitos nutritivos e estimulantes bastante apreciados. Contudo, examinado de perto o uso de cuia e bombilha envolve tantas associações culturais que se pode falar de um verdadeiro ritual de que os traços materiais constituem apenas os símbolos visíveis. O costume de muitas pessoas sorverem a bebida da mesma cuia e pela bombilha, o tempo considerável que se gasta com essas reuniões, as conversas que necessariamente se vão entabulando à “hora do chimarrão” — tôdas essas circunstâncias fazem pensar que a introdução desse elemento cultural se afigura, na realidade, como adoção de padrões de sociabilidade que tiveram um papel relevante na conquista de um status social definido (10).

Mudança nas condições de aculturação — Contudo, a dinâmica interna da luta pelo status tem, ao lado desses aspectos aculturativos, outros que lhe advinham do desenvolvimento da imigração, mormente da composição social das levas imigratórias que, a partir de 1850 mais ou menos, começaram a afluir ao Rio Grande do Sul e que modificaram consideravelmente as condições da aculturação. Essa mudança teve início com a fixação, no Sul, da *Legião Alemã* que havia sido engajada em 1851 para lutar contra Rosas. A Legião consistia, a julgar pelas palavras de Koseritz, de indivíduos inteligentes, cultos, liberais que não tinham mais a “mentalidade de súditos” dos primeiros colonos.

“Não é que fôssem recebidos de braços abertos pela geração alemã mais velha; muito ao contrário, êles entraram como fenômeno inteiramente estranho na vida rotineira da geração mais velha a qual conservava, com a tenacidade característica do alemão daquela época,

os seus costumes antigos, segregando-se quase completamente do elemento nativo. Note-se que essa segregação não resultava de uma consciência de superioridade moral e intelectual, mas de um sentimento de subordinação de que sofre ainda hoje o alemão de pouca cultura, diante de nações estranhas, sentimento êsse que então, no tempo da Reação alemã e da mentalidade estreita dos súditos, era muito mais pronunciada. O comportamento hábil do brasileiro, suas maneiras agradáveis, a amabilidade atrevida da sua conduta, ao lado de certos traços cavalheirescos os quais distinguiam, mais do que hoje, o gaúcho de então, eram respeitados pela geração alemã mais velha que era acanhada e lerda tornando-se mais tímida ainda devido ao desconhecimento da língua do país...

“Os alemães da época de Frederico Guilherme III que conservaram pura a tradição daquele período reacionário e que traziam um respeito inato a tudo quanto era estrangeiro, não podiam considerar os elementos novos com simpatia, pois o temporal de 1848 e a vida nos acampamentos de Schleswig-Holstein acabaram com muitos preconceitos, e a “mentalidade de súditos” da maioria dos legionários alemães já não era tão estreita quando aquela das gerações antecedentes. Também não tinham muito respeito dos brasileiros, mas familiarizaram-se logo com êles. Muitos dêsses rapazes tinham uma cultura esplêndida achando fàcilmente accesso às famílias brasileiras as quais compreenderam, aos poucos, que nem todos os alemães eram desajeitados e broncos e que podiam ser aproveitados não sòmente para trabalhos manuais. Anteriormente tornaram-se conhecidos apenas os poucos oficiais da primeira legião (Bormann, Henner, Döhner Kersting etc.) e alguns poucos pastores e comerciantes cultos os quais eram conhecidos como exceções da regra; agora era diferente, pois não sòmente o oficial da legião

nova mas também muitos soldados rasos revelaram cultura, conhecimentos, polidez e familiarizaram-se logo com a vida brasileira. Com êles uma nova vida começou entre os alemães cujos horizontes se tornaram mais amplos. Sob a sua influênciã, o elemento germânico começou a participar mais da vida pública; a vida comunal desenvolveu-se, nasceu uma imprensa alemã na província, a vida associativa progrediu e as relações intellectuais com a velha pátria tornavam-se mais vivas. Até então ignorava-se na Alemanha a existênciã dêstes “irmãos”; foi um francês que os descobriu (Arsène Isabelle) e pela sua descrição traduzida e publicada na *Europa* de G. Kühn, a colônia de São Leopoldo foi mencionada pela primeira vez na imprensa alemã, fato êsse que occasionou uma viagem do embaixador prussiano von Lewenhagen a esta província... Contudo, apesar de todos os sucessos materiais e também intellectuais, o elemento germânico ainda não ocupa na província o lugar que lhe compete; decerto já se passaram os tempos em que o alemão era considerado besta de carga e quase igual ao escravo, em que não tinha quase direitos sendo morto ou assaltado no interior sem que alguém se incomodasse com isso; a attitude de superioridade dos brasileiros já não é tão comum como antes e o “alemão” já quase deixou de ser um insulto... A defesa enérgica perante os tribunais que diversos patrícios alemães acharam nos últimos doze anos quando se tornaram vítimas da mania de perseguição de brasileiros, surtiu alguns efeitos; e mesmo na vida pública da nação cedeu-se ao elemento germânico um pouco mais (se bem que muito pouco) de lugar. Mas a influênciã que lhe compete de *iure* e que corresponde a seu valor material e progresso intellectual, o elemento alemão ainda não exerce; se participássemos da administração à proporção que pagamos impostos, pelo menos um têrço dos representantes políticos deveria ser de origem alemã e, da mesma forma, um

têrço dos cargos públicos deveria estar em mãos de pessoas com nomes alemães” (11).

A influência dos componentes da Legião Alemã, Kozeritz atribui os seguintes efeitos: (12)

1 — Uma participação mais intensa da vida pública.

2 — Desenvolvimento da vida comunal dos alemães e teuto-brasileiros.

3 — Aparecimento de uma imprensa alemã no Rio Grande do Sul.

4 — Desenvolvimento das associações recreativas.

5 — Intercâmbio intelectual com a Alemanha.

É óbvio que, dessa maneira, o status social dos imigrantes e seus descendentes se elevou consideravelmente. Não se deve esquecer de que, pelo menos na área de São Leopoldo, a situação econômica dos colonos se havia consolidado. Surgira uma pequena elite de elementos remediados. A luta pelo status passou a ser, na realidade, a *formação de classes médias que iam ocupando, aos poucos, os vãos que a estrutura social brasileira deixara vaga.*

A medida que êsse processo assumia feições mais nítidas, as atitudes diante da cultura “lusobrasileira” se tornavam mais críticas e reservadas, enquanto que o caráter híbrido da cultura teuto-brasileira se ia acentuando. As influências da Legião Alemã pronunciaram-se mais ainda com o advento de imigrantes culturalmente diferentes, na segunda metade do século passado. Conquistado um status social definido e relativamente elevado, a aculturação mudou de ritmo tornando-se muito mais lenta. Para isso contribuiu também o aumento da imigração alemã nas últimas décadas do século 19 e o isolamento espacial de grandes áreas colonizadas quase exclusivamente por alemães.

Um reflexo dessas mudanças vê-se, por exemplo, no grau de aculturação verificado em São Leopoldo, por observadores diversos que lá estiveram em épocas diferentes.

Seidler que visitou São Leopoldo poucos anos depois da fundação, ficou “penalizado ao observar que a geração mais nova estava em vias de desaprender inteiramente a língua materna e até entender-se num português estropiado.

Assim, infelizmente é demasiado provável que ao cabo de 50 anos não se achará mais nestas regiões vestígio de que jamais isso tivesse sido uma próspera colônia constituída só de alemães; pois muitos dos colonos mais ricos começam a repatriar-se, ao passo que brasileiros se vão estabelecendo...”

Todavia, ao lado desses casos, Seidler viu algumas famílias alemãs cuidarem “na terra estranha, com amor maternal e severidade paternal, da educação de seus filhos sem pátria, só elas vigiam que pelo menos em seu seio não pereça a mentalidade genuinamente alemã, com os acentos das vozes pátrias, que a flor da paixão do protestantismo não seja completamente sufocada pelas enredanças do jesuitismo” (13).

Avé Lallement, que esteve em São Leopoldo em 1858, verificou que não se falava português nessa cidade porque, num raio de 50 milhas, não havia ocasião de ouvir-se a língua nacional (14).

Gerstäcker (15) confirmou as observações de Avé Lallement e Tschudi expressou-se sobre a São Leopoldo de 1861 da seguinte maneira: “Eles (os colonos) conservaram os seus costumes e usos germânicos, mas livraram-se do servilismo A maioria dos velhos colonos como também seus filhos falam o português, mas somente no trato com os nativos, entre si usam só o alemão” (16).

Contudo, Lacmann que passou por São Leopoldo em 1904, na expectativa de encontrar uma "cidade alemã" foi obrigado a confessar: "Fiquei impressionado com o aspecto desgermanizado de São Leopoldo, que antigamente era tão alemã" (17). A tendência da mocidade para a brasilização teria sido considerável. Sòmente nos distritos rurais predominava ainda o caráter "alemão".

As observações sòbre São Leopoldo mostram a variabilidade das condições de aculturação. A disposição de aceitar ou rejeitar uma cultura ou certos elementos culturais depende antes de mais nada do prestígio associado a seus portadores. Esta é a regra capital, universalmente observada no tempo e no espaço. Vislumbrando a importância do status social para a conservação da cultura entre imigrantes, Hermann Blumenau já observou que a posição social dos alemães era mais elevada no Brasil meridional do que nos Estados Unidos. "Porisso a conservação de língua e costumes era mais segura" entre os teuto-brasileiros (18). Aparentemente, Blumenau não percebia dois fatos que nos parecem fundamentais: As diferenças de status social dos diversos segmentos que compunham a população luso-brasileira e o desnívelamento cultural ou perda de status entre os teuto-brasileiros.

Os contatos com a cultura cabloca do litoral, não estimulavam como já vimos, a aceitação de elementos dessa cultura além das necessidades impostas pelas condições mesológicas. Muito ao contrário, o baixo status da população cabocla tornava sua cultura desprezível aos olhos da maioria dos imigrantes ou teuto-brasileiros. Diferente, no entanto, era a situação criada por contatos com a cultura pastoril do planalto e a cultura urbana do litoral. Se nos dois últimos casos a aceitação, pelos teutos, de inúmeros elementos

culturais deve ser atribuída a uma *diferença* de status social dos grupos em contato, a aculturação efetuada por *desnívelamento* deve-se ao contrário, à *eliminação das diferenças* que, inicialmente existiam entre o status de imigrantes e nativos.

Todo indivíduo tem, como observa Linton, (19) certo número de status que definem a sua participação nos diversos padrões de que se compõe uma dada cultura. Anàlogamente podemos falar dos status que ocupa um grupo como parte integrante de *uma sociedade mais ampla*. Nesse sentido, todo grupo mantém um status econômico, religioso, político, profissional etc. determinado pelo grau de participação nos padrões que compõem a cultura da sociedade ampla. A combinação desses diversos status representa o status geral que o grupo ocupa na sociedade. O status geral é, portanto, um valor composto. Qualquer alteração que ocorrer em uma das suas componentes, modificará o valor do todo. Desnívelamento cultural significa que certos padrões que anteriormente estavam sendo compartilhados pelo grupo, tornam-se, por circunstâncias quaisquer, inacessíveis. No caso dos imigrantes, o desnívelamento deu-se, geralmente, em relação à cultura originária. Os colonos adventícios transplantados para um meio "hostil" onde a luta pela sobrevivência absorve quase tôdas as energias durante uma série de anos, perdem ordinariamente os elementos culturais que parecem não ter função nenhuma com relação a nova configuração socio-cultural que vai surgindo. As perdas ocorrem por "esquecimento", mas sobretudo pela crescente indiferença diante dos valores antigos.

Absorvidos por interesses novos, os pais deixam de transmitir atitudes e valores antigos de modo que, frequentemente na segunda geração, a perda já se torna completa. Assim aparecem "vácuos culturais" que os imigrantes descobrem principalmente nos seus filhos, mas de que

êstes raramente se apercebem. Técnicas agrícolas, regimes de trabalho, noções religiosas e muitos outros padrões trazidos do país de origem vão-se perdendo, gradativamente. Em muitas famílias, o avô é o único que lê um jornal (20). Muitos colonos permanecem analfabetos. Outros vão-se esquecendo dos poucos conhecimentos adquiridos em um ou dois anos de escola rural. Em muitas colônias mais antigas a arte de ler e escrever constitui uma especialização confiada ao mestre-escola.

As perdas culturais reduzem, paulatinamente, a distância que separa os teutos da cultura cabocla. As substituições de elementos antigos por elementos novos tomados, sob a pressão das condições mesológicas, à cultura nativa, costumam ser freqüentes, mesmo no começo da aculturação. À medida que o desnivelamento se acentua e as populações desniveladas estabelecem contatos permanentes com a população cabocla, a aculturação vai-se intensificando abrangendo, aos poucos, tôdas as esferas da cultura. O "acaboclamento" de teuto-brasileiros é um fato registrado por tôda parte onde se fixaram imigrantes alemães. Torres no Rio Grande do Sul, São Pedro de Alcântara em Santa Catarina, Santo Amaro, Itapeçerica e Guareí, as colônias a sul e norte do Rio Doce, no Espírito Santo, representam alguns exemplos de absorção completa ou quase completa por desnivelamento cultural. Muito mais numerosos são os exemplos de áreas onde êsse processo ainda está em andamento. A eliminação das diferenças de status prepara o terreno para casamentos inter-étnicos em maior escala, acelerando assim o ritmo da absorção cultural.

Exemplos de uma absorção cultural oferecem os descendentes dos imigrantes do Mucuri e de várias regiões do Estado de São Paulo, como Guareí (21) Rio Claro, Sorocaba e Jundiá. Trata-se, em grande parte,

de elementos cujos avôs ou bisavôs vieram, em meados do século passado, para as fazendas cafeeiras.

No Espírito Santo como alhures, a relativa escassez de terras provocou imigrações internas de teuto-brasileiros. Principalmente os colonos que se fixaram no norte e no sul do Rio Doce, fundiram-se com a população cabocla (22). Nas zonas mais antigas, as condições aculturativas variam grandemente. Há dez anos, os católicos de Isabela já não falavam o alemão, ao passo que em Campinho, a 5 km. de distância apenas, os protestantes conservavam a língua de origem. Apesar da oposição do clero evangélico contra os casamentos intér-étnicos, o uso do português e os casamentos entre teutos e luso-brasileiros estavam aumentando devido sobretudo à influência do funcionalismo local (23). Aparentemente são os valores da cultura urbana que, através da elite local (funcionários vindos da Capital!) atraíam os teutos rústicos.

Na área de Santo Amaro e Itapeccerica (São Paulo), os vestígios da cultura originária são pouquíssimos consistindo quase exclusivamente em elementos ergológicos: os imigrantes que chegaram em 1827/1828 converteram-se ao catolicismo, por falta de ministros evangélicos (24). O acaboclamento de muitos descendentes desses imigrantes é completo. Todavia, uma certa parte urbanizou-se e fundiu-se na população de Santo Amaro. Conservaram-se alguns nomes hoje muito freqüentes na zona. Outros nomes "arvezados" sofreram modificações e outros ainda cederam aos apelidos, adaptações ou traduções. Engel foi transformado em Hengels, Zillig em Zillis, Joachim Klein em Clan ou Joaquim das Pedras, Rheinberger em Remberga, João Helfenstein em João Emburú etc. (25).

Entre as sobrevivências culturais Begrich observou textos religiosos usados pelos católicos em funerais e ofícios religiosos (26). Trata-se de textos alemães de

um “Livro de Cânticos para Cristãos Evangélicos” publicado em Zweibrücken, no ano de 1823. Durante os officios religiosos, dirigidos por um chantre, os textos alemães que ninguem mais entende, são murmurados pela assistência como se fôsem latim. Por ocasião de enterros há cerimônias semelhantes. Na verdade, com os textos alemães sucedeu, nesse caso, o que se deu com o latim litúrgico quando usado pela comunidade dos crentes que geralmente não entendem o sentido das orações.

As sobrevivências materiais parecem ser mais numerosas consistindo em elementos arquitetônicos, certas hortaliças, flores e árvores inexistentes em outras partes da região.

No planalto paranaense existem diversas áreas de aculturação intensa e, em parte, já completa. No município de Guarapuava havia, desde 1854, alguns alemães, mas só em três famílias as crianças ainda falavam alemão. A maior resistência à aculturação revelavam os teuto-russos (27). As experiências culturais multi-seculares dêsse grupo parecem tê-lo “imunizado” até certo ponto com relação a influências estranhas.

Há muitos anos Stoecklin verificou que Rio Negro era “uma colônia que havia perdido todos os traços da sua origem alemã” (28). Todavia, possuímos um testemunho que atesta a existência de certas atitudes que se teriam conservado pelo menos até há trinta anos atrás: “Hoje, os descendentes de alemães parecem, muitas vêzes, mais caipiras do que os nossos patrícios o são. Um amigo meu que viajou na zona de Santa Catarina, notou, pelas casas e o arranjo das mesmas, pelos costumes, pela própria atitude das duas populações num e noutro Estado, que entre nós a influência brasileira é tão grande sôbre êsses descendentes de estirpe germânica quanto até agora a influência dos alemães sôbre os nacionais que residem ali. Em todo caso,

uma prova muito significativa e digna de registro, a meu ver, da persistência atávica na própria alma dos teuto-paranaenses foi a que tive ao saber que no júri de Rio Negro (reunido neste momento) os juizes de fato mais severos são os de nomes estrangeirados, de origem alemã, tanto assim que os advogados costumam recusá-los quase sistemáticamente até esgotar a lista” (29). Sem dúvida, ante determinados crimes (sobretudo o homicídio), a atitude de alemães e brasileiros é diversa. Na cultura germânica (como em muitas outras), o sistema jurídico é, há séculos, eficiente a ponto de dispensar a vingança privada e auto-defesa. O mesmo não se pode afirmar do interior brasileiro. Esta diferença basta para explicar a “severidade” dos teuto-brasileiros no julgamento de certos crimes. Contudo, essa “persistência atávica” (para repetir a terminologia pitoresca do autor) não mais se observa em numerosos municípios com população teuto-brasileira.

Intensa tem sido a aculturação na bacia do Itajaí, em Santa Catarina. Com a industrialização de Blumenau e Brusque, inúmeros elementos procedentes de municípios luso-brasileiros (Itajaí e Tijucas principalmente) fixaram-se nas duas cidades que estão perdendo rapidamente o seu antigo aspecto semi-rural. Sobreretudo no proletariado industrial, os processos aculturativos encontraram um campo propício devido à ausência de diferenças de status. Nas demais camadas sociais o processo é mais lento, mas incoercível. Semelhante é a situação em Joinville.

A colonização mista transformou também algumas zonas rurais. Nos vales dos rios Pombas e Tayó fixaram-se algumas centenas de intrusos e refugiados do Ex-Contestado. Sob a pressão do govêrno, os concessionários de terras tiveram que vender lotes, sob condições particularmente favoráveis, a êsses colonos. A interpenetração cultural está-se intensificando nessa zona. “Es-

timulada pelo modelo alemão, parte dos colonos lusobrasileiros chegou a uma situação relativamente próspera” Na área do rio Itajaí do Oeste, a distribuição linguística era a seguinte (em 1927): 40% da população falavam português, 39% o alemão e 20% italiano. De então para cá a porcentagem daqueles que falam o português, aumentou consideravelmente.

Outras zonas em que a aculturação se aproxima da sua fase final, são Gaspar (Itajaí-Açú) e Luis Alves.

Também no planalto e no sul de Santa Catarina há inúmeros grupos teuto-brasileiros parcial ou totalmente absorvidos. Como exemplo de absorção completa cita-se, freqüentemente, a velha colônia de São Pedro de Alcântara. Idêntica é a situação em Três Forquilhas e Torres no Rio Grande do Sul. Neste Estado, o número e a importância das áreas de aculturação intensa talvez seja maior, de acordo com a quantidade bem maior de imigrantes que para lá se dirigiram. Mormente o caso de Santa Maria parece digno de nota.

“Entre os 65.000 habitantes do município de Santa Maria, mais ou menos a metade é de origem alemã e cerca de 2% ainda continuam culturalmente alemães. Entre os aporuguesados encontram-se o bispo católico da diocese (filho de um bávaro), o prefeito e quase todos os graus do lugar. O que lembra a ascendência germânica da maioria dos habitantes é o protestantismo embora no começo muitas conversões ao catolicismo houvessem ocorrido. Dos membros da Comunidade Evangélica Alemã, apenas a metade fala alemão; a Igreja Metodista Brasileira, dirigida principalmente por americanos, usa exclusivamente da língua portuguesa” (33).

Importantes áreas de interpenetração cultural representam as colônias mistas do bacia do Uruguai, principalmente Ijuí, Erechim e Pôrto Lucena. No sul do Estado devem ser mencionadas as zonas de Jaguarí, Sertão de S. Ana e São Feliciano.

As grandes cidades têm-se revelado, em escala crescente, como áreas de absorção cultural da população de origem germânica. Aí figuram em primeiro lugar Pôrto Alegre e Curitiba. Também o papel de São Paulo é digno de nota. Não sofre a menor dúvida de que em nenhum dos casos citados, a aculturação equivaleu a uma absorção unilateral da cultura trazida pelos imigrantes germânicos. Êstes como quaisquer outros deixaram vestígios por onde quer que se tenham fixado. A aculturação é quase sempre interpenetração cultural. Uma parte maior ou menor da cultura "oferecida" pelos imigrantes é aceita pelos nativos e articulada com a cultura existente. Este processo é extremamente lento e raramente chega à luz da consciência dos indivíduos atingidos. "Completa" é a absorção dos elementos culturais adventícios, quando, no fim de algumas gerações, a população em geral compartilha de uma cultura local ou regional integrada, indistintamente, por elementos anteriores e posteriores à imigração. Nas áreas de absorção "completa", todos os membros da comunidade local empregam, grosso modo falando, as mesmas técnicas agrícolas, constroem suas casas do mesmo material e de uma maneira bastante homogênea. A alimentação não acusa maiores diferenças do que aquelas que comumente se observam entre famílias diversas. O mesmo se pode dizer dos meios de transporte, das práticas religiosas e mágicas, da organização da família e dos funerais. Onde há variações, estas surgem em função de riqueza, educação ou profissão, mas não em função de ascendência étnica. Todavia, na comparação dessas zonas de absorção "completa" com zonas "velhas" que nunca receberam imigrantes, as diferenças aparecem em mais de uma esfera cultural. Percebe-se então que o patrimônio cultural das duas regiões em confronto, acusa variações que só se explicam pela imigração.

A mudança de atitudes. — A introdução de valores estranhos na cultura de um grupo significa sempre mudança de atitudes. Mesmo os elementos aceitos sob a pressão das condições mesológicas, acabam fixando-se por meio de novos hábitos. Depois de algum tempo, as diferenças entre os elementos culturais impostos pelo meio (alimentação e habitação principalmente) e aqueles que foram aceitos espontaneamente, desaparecem completamente. Combinados com elementos culturais trazidos do país de origem, êles constituem a *tradição* do teuto-brasileiro de hoje que seria incapaz de compreender que mil coisas perfeitamente “naturais” para êle, representaram sacrifícios inauditos para seus antepassados que aqui chegaram já adultos e com sua capacidade assimiladora bastante reduzida. Essa “naturalidade” com que o teuto-brasileiro aceita a solidão da mata virgem, habita uma casa de madeira sem vidraças, anda descalço, cria filhos analfabetos, cura doenças à maneira cabocla, toma chimarrão, usa o cavalo de montaria, a enxada e o revólver, embriaga-se com cachaça etc., essa “naturalidade” outra coisa não é senão uma mudança profunda de atitudes. E essa mudança chamamos *assimilação*. A perda de valores culturais antigos e a aquisição de valores novos são, portanto, *índices* de assimilação, constituindo-lhe o aspecto *objetivo*.

A mudança das atitudes é suscetível de ser estudada principalmente em todos os casos em que os contatos com a cultura originária continuam interferindo, de certa maneira, nos processos psíquicos da assimilação. Pois tais contatos representam, por assim dizer, “testes”. Por meio dêles pode-se verificar não somente a existência ou inexistência de uma reação, mas também o modo e a intensidade das reações. Os contatos com a cultura originária fazem-se através de duas agências: pelos imi-

grantes novos e mediante determinadas instituições da sociedade teuto-brasileira que exercem (intencionalmente ou não) a função de conservar certos valores culturais originários tomando, por vêzes, a feição de centros de resistência à assimilação. As possíveis reações a êsses contatos são, *grosso modo*, *aceitação*, *indiferença*, *hostilidade*. Sabemos que pode haver combinações complexas das três atitudes, não só na mesma comunidade, mas até nos mesmos indivíduos. Também merece atenção o fato de que as referidas instituições proporcionam contatos apenas com certos aspectos da cultura de origem. Anàlogamente, quando há resistência à assimilação (como por exemplo, na escola, na Igreja Evangélica Alemã e na imprensa), ela se propõe a perpetuação de determinados valores culturais considerados, por qualquer razão, como essenciais. Se fosse uma resistência generalizada e intransigente a tôdas as mudanças culturais, o seu fracasso estaria fora de qualquer dũvida. A escolha dos valores a serem defendidos não obedece apenas às concepções ideológicas da instituição defensora, mas em grande parte às possibilidades reais de conservação cultural determinada pelas mudanças já consumadas. Pode-se afirmar que a própria ideologia das instituições defensoras é diretamente influenciada pelo ritmo e pela extensão das mudanças que não lhes foi possível controlar. Um dos exemplos mais significativos é a perpetuação da língua alemã. Enquanto e ondê os colonos falavam *sòmente* o alemão, a Igreja Evangélica Alemã defendia "intransigentemente" o princípio de que essa língua constituia a viga-mestra da religião. O evangelho de Lutero *sòmente* podia ser adequadamente interpretado e compreendido na língua de Lutero. Mas a Igreja Evangélica não podia impedir que o português viesse a desalojar, em escala crescente, a língua de Lutero. Razão bastante para fazer surgir discussões e

dúvidas, no seio do clero protestante, em torno da língua a ser usada pela Igreja Evangélica. Ia aumentando o número de casos em que os ministros haviam de escolher entre a mímica cada vez mais ameaçadora de crentes contribuintes e praticantes e o uso do português na cura das almas e na pregação dominical. E inegável que os princípios ideológicos da instituição cederam e continuam cedendo, em proporções crescentes, à pressão das mudanças que ela não pode controlar.

As atitudes de aceitação, indiferença ou hostilidade têm, assim, uma importância relativa constituindo respostas a um "quantum" de resistência variável no tempo e no espaço. Acontecia os colonos aceitarem o alemão como língua única da comunidade conformando-se com a exclusão premeditada do português na igreja, na escola e na família. Mas acontecia também eles se manterem completamente indiferentes a todas as admoestações de ministros e professores feitas no sentido de impedir o uso do português na família e no trato com vizinhos. Atitudes hostis, enfim, podem dificultar ou mesmo sabotar qualquer esforço destinado a perpetuar a língua alemã. O recurso predileto, nesse caso, é o ridículo com que se procura cobrir a língua de origem e as pessoas que a usam. Em qualquer hipótese, a mudança das atitudes reflete-se nas instituições defensoras da cultura orgânica. Mormente os modos de reagir da imprensa podem ser considerados como índices de mudanças ocorridas ou em vias de realização.

Os já mencionados discursos do *Kalendermann*, que partiam de um dos centros de resistência à assimilação, vinham, cada vez mais, repassados de dúvidas e acusações. Em 1936 por exemplo, êsse porta-voz achava desanimador o egoísmo e a desunião dos teuto-brasileiros. (34)

Em 1937 lhe surgiram dúvidas acêrca do sentido da propaganda étnica. Chegou mesmo a perguntar se essa propaganda jamais tivera algum sentido. (35) O *Kalendermann* continua apontando uma “moléstia sinistra”, a “indiferença diante do patrimônio cultural dos pais” “Podemos dizer que a nossa época se tornou fatal para a nossa etnia (teuto-brasileira)” — Se uma salvação fôr possível, esta poderá vir sòmente da escola que deveria combater os efeitos de uma assimilação “contrária à natureza e corruptora de caracteres.” (36) “A nossa geração atual é o coveiro da nossa etnia (teuta)” (37)

Em 1939, o *Kalendermann* pergunta: “Que adiantaram tôdas as minhas admoestações, meus conselhos e esforços? Ao que parece nada, é a resposta desanimadora.” (38)

A indiferença em face de valores culturais originários repousa, pelo menos em parte, na “ignorância” dos colonos: “Os camponeses da Serra, que constituem a maioria, receberam uma educação demasiadamente estreita para se tornarem campeões de uma idéia. A sua ignorância em geral é grande; mais particularmente a ignorância com relação às coisas da Alemanha, entre os colonos da segunda geração, é pasmosa.” (39)

Supõe-se em geral que o imigrante esteja emocionalmente prêso à cultura de origem e que a nostalgia impeça uma mudança de atitudes. Realmente, as reminiscências da terra natal têm um cunho fortemente emocional. Todavia, sabemos através das histórias de vida de inúmeros imigrantes os quais, movidos pela nostalgia, regressaram à pátria depois de uma ausência de muitos anos, é quase invariavelmente acompanhado de decepções amargas. Não só as reminiscências já não correspondem à realidade, mas sobretudo a personali-

dade do próprio imigrante sofreu transformações de que *sòmente agora se torna consciente*.

De mais a mais, a nostalgia parece estar ligada à situação econômica anterior e posterior à emigração:

“Quando eu, como alemão novo, cheguei à colônia de Santa Cruz, no Rio Pardinho, imaginava que os colonos alemães devessem sofrer, de vez em quando, de nostalgia. Pois um alemão novo arrasta um fardo considerável de sentimentos e concepções que um verdadeiro colono da mata *sòmente* acha ridículo.” (40) Visitando um vizinho remediado, o mesmo observador notou a satisfação que muitas vezes a propriedade dá aos imigrantes. “Tudo isto”, disse-lhe o vizinho, “perence a mim, ao Jacó Schrer, que outrora, de mochila e bastão, andou pelo mundo que não tinha para êle nem uma roça por menor que fôsse. Diante disso alguém espera que eu tenha saudade da minha terra? Não senhor. Amo a pátria alemã. Mas esta gleba que arranquei, com as minhas mãos, à selva, esta eu amo mais. Esta é a minha verdadeira terra.” (41)

Tonnelat, cujas observações se caracterizam frequentemente por uma agudeza excepcional, verificou que “a satisfação egoísta de viver como pequenos proprietários sufoca neles (os imigrantes) as saudades do exílio.” (42)

Todavia, depois de conquistado um status social inacessível na sociedade de origem, a “nostalgia” volta às vezes:

“Desde que o colono tenha conseguido juntar uma boa fortuna vem-lhe a nostalgia.” (43) Mas “a nostalgia mesmo dos velhos emigrantes é mais convencional do que profundamente sentida.” (44) Não admira que seja assim, pois a ascensão social no país adotivo significa, pelo menos *potentialiter*, um status social mais elevado, também no país de origem. Foi considerável

o número de imigrantes enriquecidos que regressaram à terra de origem. Esses retornos inesperados criaram na Europa um tipo bem conhecido de história de Almanaque, inúmeras vêzes repetida, do jovem que, pobre e desconhecido, abandona sua terra natal em procura das Américas. Passados 20 ou 30 anos, a cidadezinha modorrenta é repentinamente alarmada com a chegada de um misterioso estrangeiro que parece “nadar em dinheiro”. Descobre-se naturalmente que é o jovem que há 30 anos deixou a cidade. Inútil dizer que agora a riqueza lhe abre tôdas as portas que outrora estavam fechadas. Agora êle é o orgulho da família que antes o desprezava por causa do seu espírito excêntrico e aventureiro.

As imagens desiderativas dessa história de almanaque relacionam-se, como é fácil de ver, com a ascensão social do emigrante. É óbvio que a possibilidade de ocupar, na hierarquia da sociedade de origem, uma posição que outrora lhe fôra negada, representa uma tentação suficientemente forte para despertar a “nostalgia” do imigrante.

Convencional é a nostalgia dos velhos imigrantes, sobretudo porque o tempo decorrido foi suficiente para fazer cessar a verdadeira nostalgia que caracteriza a época crítica da reintegração da personalidade. Seria “negra ingratidão” (assim pensa qualquer colônia estrangeira de imigrantes bem sucedidos) esquecer-se da pátria. O velho imigrante “sente nostalgia” porque, desta maneira, corresponde à expectativa da sua roda social. E’ curioso que essa atitude puramente convencional se encontra, não raro, na segunda ou mesma na terceira geração. Por amor aos pais ou avós, os filhos ou netos de imigrantes julgam-se obrigados, como o autor verificou freqüentemente, a “respeitar ou amar” a terra dêstes. Note-se, no entanto que êste convencionalis-

mo se torna mais raro à medida que se desce na escala social. Entre colonos teuto-brasileiros do Vale do Itajaí-Mirim, o autor tentou inúmeras vezes, em vão, provocar qualquer manifestação de simpatia pela pátria dos avós. Os colonos mostravam, invariavelmente, uma indiferença completa.

Novas atitudes atestam a formação de uma nova consciência social no imigrante ou no seu descendente.

No princípio deste século, Lacmann verificou, nos centros teuto-brasileiros urbanizados, uma inclinação para as coisas brasileiras. Percebeu que o "sou brasileiro" significava repúdio à herança cultural dos pais. "Já existe aqui e acolá um honrado Müller ou Schulze que procura bancar, com maior ou menor sucesso, o brasileiro legítimo." (45)

Uma importância decisiva para o desenvolvimento da consciência nacional nas áreas de colonização germânica, parece ter tido a primeira guerra mundial. "Até a guerra os nossos colonos supunham que tivessem alguma coisa com o cônsul alemão. A guerra européia transformou por completo essa situação. O serviço militar obrigatório (ao qual os filhos dos colonos alemães estão sujeitos em proporção muito maior do que o resto da população rural brasileira em geral) encarregou-se do resto, sendo que também o colono começa a aprender o português." (46)

"Há vinte anos um rapaz descendente de alemães respondia, errôneamente, que era alemão quando lhe perguntavam sobre a sua nacionalidade. Mas hoje frequentemente já não se ouve: "Sou teuto-brasileiro"... mas "sou brasileiro, descendente de alemães." (47). O receio que esse autor exprimiu de que o acréscimo "descendente de alemães" pudesse ser omitido em um futuro bem próximo, teve fundamento. Como o autor muitas vezes verificou na área do Itajaí, os rapazes em idade

escolar, mesmo quando sabiam falar o alemão, respondiam àquela pergunta, com a maior naturalidade: "Sou brasileiro".

&

NOTAS

- (1) O cavalo usado para o tração de veículos mais leves, aproxima-se dos tipos usados para montaria.
- (2) Vide, por exemplo, Wettstein, op. cit., p. 263.
- (3) Michael G. Mulhall, *Rio Grande do Sul and its German Colonies*, (London, 1873), p. 115.
- (4) *Ibidem*, p. 120.
- (5) Wilhelm Lacmann, *Rüte und Rasttage in Südbrasilien*, (Berlin, 1906), p. 164.
- (6) Carl Seidler, op. cit., p. 111.
- (7) Wettstein, op. cit., p. 168.
- (8) Wettstein, op. cit., p. 169.
- (9) Vide, por exemplo, W. Lacmann, op. cit., p. 163.
- (10) Como observador agudo, Lacmann compreendeu que a predileção dos colonos pelo chimarrão era um índice de assimilação e portanto um "perigo". Este não estaria, naturalmente, na aceitação do objeto, mas na "paciência brasileira" com que os colonos celebravam o novo ritual. (W. Lacmann, op. cit., p. 162.
- (11) Carl von Koseritz. "Das deutsche Element in der Provinz Rio Grande do Sul", *Koseritz deutscher Volkskalender*, 1879, Reimpresso in *Neue deutsche Zeitung*, (Porto Alegre, 14 de julho de 1934), N.º 171, pp. XII seg.
- (12) *Ibidem*, p. XIV.
- (13) Carl Seidler, op. cit., pp. 11, 112.
- (14) Robert Avé Lallement, *Reise durch Südbrasilien im Jahre 1858*, Parte I, (Leipzig, 1859), p. 167.
- (15) Cit. apud. W. Lacmann, op. cit., p. 156.
- (16) J. J. von Tschudi, op. cit., Vol. IV, (Leipzig, 1868), p. 32.
- (17) W. Lacmann, op. cit., p. 156.
- (18) H. Blumenau, op. cit., p. 89.
- (19) Ralph Linton, *The Study of Man*, (New York, 1936), p. 113
- (20) Vide W. Lacmann, op. cit., p. 187.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 227

- (21) Friedrich Sommer, op. cit., pp. 126, 127.
- (22) O. Quelle, "Die Siedlungsgebiete der Deutschen in Südamerika" *Ibero-Amerikanisches Archiv*, 1933, N.º 2, pp. 198, 199.
- (23) *Der Deutsche Auswanderer*, setembro-outubro de 1934, p. 236.
- (24) M. Begrich, "Versunkenes Deutschtum um Sto. Amaro", *Festschrift der deutschen Gemeinde*, (São Paulo, 1933), p. 25.
- (25) *Ibidem*, pp. 30, 35, 41, 43.
- (26) M. Begrich, op. cit., pp. 35, 37.
- (27) Otto Gruber-Brusque, "Handel und Industrie in Santa Catarina", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1908, N.º 9, p. 205.
- (28) Jules Stoecklin, *Les Colonies et l'émigration Allemandes*, (Paris, 1888), p. 187.
- (29) Nestor Victor, *A Terra do Futuro*, (Rio de Janeiro, 1913), cit. apud. Wilhelm Fugmann, *Die Deutschen in Paraná*, (Curitiba, 1921), p. 13.
- (30) S. Endress, op. cit., p. 154.
- (31) *Ibidem*, p. 154.
- (32) *Ibidem*, p. 118.
- (33) Hans Joachim Beyer, "Zur Frage der Umvolkung", *Auslandsdeutsche Volksforschung*, Vol. I, N.º 4, (Stuttgart, 1937), p. 365. Vide também J. Belém, *História do Município de Santa Maria*, (Pôrto Alegre, 1933), pp. 70 seg, 82, 91, 93.
- (34) "Standrede des Kalendermann" *Rotermund Kalender*, 1936, p. 32.
- (35) *Ibidem*, 1937, p. 33.
- (36) *Ibidem*, p. 34.
- (37) *Ibidem*, p. 35.
- (38) *Ibidem*, 1939, p. 35.
- (39) C. Tonnelat, *L'Expansion Allemande hors d'Europe*, (Paris, 1908), p. 166.
- (40) Alfred Funke, op. cit., 341.
- (41) *Ibidem*, p. 342.
- (42) Tonnelat, op. cit., p. 117.
- (43) *Uhles illustrierter deutsch-brasilianischer Familienkalender*, 1942, p. 78.
- (44) Tonnelat, op. cit., p. 136.
- (45) W. Laemann, op. cit., p. 67.
- (46) *Deutsche Welt*, (Dresden, 1929), N.º 9, p. 785.
- (47) Franz Metzler, op. cit., p. 25.

CAPÍTULO VIII

ACULTURAÇÃO ERGOLÓGICA E TECNOLÓGICA

Nem todos os processos aculturativos ligam-se diretamente à conquista de um status social. Alguns são determinados pelas falhas que o equipamento adaptativo dos imigrantes apresenta em relação às diferenças do meio físico. Outros derivam da utilidade óbvia que a adoção ou difusão de não poucos elementos culturais oferece a imigrantes ou nativos.

Dizíamos, no capítulo anterior, que certas necessidades condicionadas ao meio físico forçaram os colonos a substituir elementos antigos. As substituições deram-se principalmente no campo tecnológico afetando sobretudo os padrões da alimentação, habitação, indumentária, lavoura, criação e transporte. Boa parte das perdas e aquisições culturais ocorreu meramente em função do meio físico diferente. De outro lado, as mudanças culturais estão de tal maneira entrelaçadas com as condições econômicas do meio que seria muito difícil ou mesmo impossível separar o fator mesológico do fator econômico.

Alimentação — Nas áreas rurais, mormente no primeiro século de colonização, a alimentação dependia, na sua parte substancial, do que os próprios imigrantes produzissem em suas terras. As diferenças climáticas não permitiam a conservação da grande maioria dos padrões alimentares da cultura originária. Os camponeses que, na Pomerânia ou no Palatinado, se alimentavam de batatinhas, certas hortaliças, massas

de farinha de trigo, carnes salgadas ou defumadas e pão de centeio, tinham de habituar-se à mandioca, ao feijão preto, ao arroz, ao cará, à taioba, ao pão de milho e à carne sêca. A substituição foi uma questão de *sobrevivência biológica*: não importava a procedência social desses novos elementos ergológicos. A sua introdução imediata impunha-se a quem se aventurasse a uma nova vida na mata virgem. A julgar pelos conceitos que imigrantes novos costumam emitir sobre a cozinha brasileira, raríssimos devem ter sido os casos em em que a aceitação dos novos padrões alimentares foram espontâneos. E' verdade que a mudança não foi total. Passadas as primeiras dificuldades, os imigrantes voltaram, na medida do possível, aos padrões antigos. A batatinha — prato de resistência da maioria dos camponeses alemães — foi introduzida, em grande escala, em zonas propícias a seu cultivo. O consumo de carnes defumadas, linguiça e laticínios difundiu-se amplamente, encontrando limites apenas no nível econômico daqueles colonos que haviam de adquirir a dinheiro aquêles comestíveis. Não poucos colonos que, nas suas regiões originarias cultivaram o fogópiro, tornaram a plantar êsse cereal no Brasil. A cultura do centeio, no planalto meridional suplantou, em certa escala, o uso da farinha de milho na feitura do pão. Todavia, grandes áreas de colonização germânica não produzem nem centeio nem batatinhas. O desenvolvimento da indústria de laticínios permaneceu restrito a certas regiões onde o nível cultural dos colonos permitisse a difusão de princípios modernos relativos à criação de vacas leiteiras e à constituição de cooperativas: Como no campo, também nos centros urbanos, a cozinha integrou traços germânicos e brasileiros contando com uma fartura e variedade de pratos que superam, de muito, os diversos tipos de cozinha da Alemanha rural.

Para isso deve ter contribuído também o contato entre inúmeras cozinhas regionais da Alemanha, de acôrdo com a procedência dos imigrantes que constituíram a população original. Para melhor compreender a importância das variações regionais, basta dizer que eles são mais profundas do que as variações nacionais na Europa central. A importação de certos produtos parece haver substituído, em alguns casos pelo menos, os artigos que a agricultura local não podia fornecer. Gernhard observou, pela volta do século, que em Joinville se comia como na Alemanha para logo acrescentar que também “pratos nacionais brasileiros” haviam sido aceitos. A batatinha estava sendo importada.(1) Quanto às bebidas, a cachaça acrescentou-se, por tôda a parte, à cerveja que cada região produz.

No Rio Grande do Sul e no planalto catarinense e paranaense o mate está amplamente difundido entre os teuto-brasileiros. Prefere-se o mate-chimarrão que que se toma à maneira gaúcha, usando cuia e bombilha. A aceitação dessa bebida é particularmente interessante porque geralmente repugna, devido a sua amargura, ao paladar europeu. O teuto, porém, a incorporou no seu patrimônio cultural; não somente a bebida mas também o costume de tomá-la, com os vizinhos, amigos e hóspedes, da mesma bombilha, indiferente à repugnância que o imigrante novo considera “natural”. Essas circunstâncias, sugerem, com já foi dito, alguma relação com a luta pelo status.

Habitação — Como a alimentação se modificou sob a pressão do meio físico, também a casa era construída de acôrdo com as possibilidades locais. Os colonos trouxeram a técnica, mas não o material. E essa técnica estava longe de ser homogênea. Para dizer melhor; havia tantas técnicas quantas fôssem as culturas

regionais representadas pelos imigrantes. Pois cada cultura regional tem seu tipo de casa muitas vèzes radicalmente diferente dos tipos predominantes em áreas vizinhas. Quase todos os observadores que mui superficialmente descreveram a casa dos teuto-brasileiros, como se houvesse sido importada já feita da Alemanha, em geral ignoram o fato de que não existe uma “casa alemã” como não existe uma “cozinha alemã”. O que as casas da Alemanha rural têm de característico é rigorosamente regional ou até local. E’ possível referir-se à casa da Floresta Negra ou das Ilhas Frísicas ou da Baixa Renânia, mas nenhuma dessas habitações típicas encontra-se no Brasil. O confronto entre o país de origem e o Brasil meridional leva à conclusão de que (1) aqui as variações são muito menos acentuadas do que lá e (2) na competição dos estilos trazidos pelos imigrantes, nenhum se impôs. Houve uma mescla em que as experiências do novo meio entraram como fator decisivo. De outro lado é possível verificar certas influências regionais em áreas onde a grande maioria dos imigrantes procedia da mesma região.

Endress friza a semelhança da primeira casa construída, pelo colono, na mata virgem, com a casa do caboclo, porque em ambos os casos há “um máximo de ajustamento transigente e de subordinação às leis da paisagem natural.” (3) As diferenças aparecem mais tarde quando o colono alcança outra fase de desenvolvimento econômico que lhe permita a utilização de experiências da sua cultura anterior.

“Nas imediações da água corrente encontram-se moradia e barracão do colono. O material de construção êle o tirou, como o caboclo, da mata virgem. Os barracões são chamados ranchos e consistem em quatro caibros que sustentam um telhado de fôlhas de palmeira. Os currais para porcos e aves domésticas tam-

bém são feitos, como entre os caboclos, com varas de bambú ou estacas fincadas umas bem chegadas às outras, de modo a oferecer proteção suficiente contra animais bravios. A chopana tem uma planta retangular ou quadrada, o chão batido substitui o soalho. O telhado levanta-se sôbre quatro mourões fortes acrescidos, às vêzes, de outros dois ou três, destinados a sustentar a cumieira. As paredes são feitas de tábuas serradas ou rachadas a machado. À vêzes elas são completadas por fôlhas da palmeira ou outros materiais de origem vegetal (bambú, capim etc.) As telhas são de madeira. O interior da cabana, que cobre uma área de pelo menos 20 metros quadrados, é dividido em dois ou três cômodos. Um dêles é freqüentemente cozinha e sala de estar onde há um fogão aberto sôbre adobes. A entrada dá para êsse cômodo. Os dois outros, separados por paredes de madeira, são dormitórios para pais e filhos e, ao mesmo tempo, dispensas. Simples aberturas sem vidraças, mas fecháveis, servem para a ventilação..." (4)

Poucos anos depois, a cabana primitiva cede a uma habitação mais confortável. "O material de construção para casa e rancho é ainda a madeira, mas agora, as tábuas já foram cortadas na serraria que não fica distante. Também os ranchos são feitos de tábuas, mas freqüentemente meio-abertos e cobertos com fôlhas de palmeira ou telhas de madeira. Geralmente dois ranchos são erigidos nas imediações da casa de moradia. Esta é agora uma casa de madeira bem feita e construída sôbre pilares a fim de proteger os habitantes de animais daninhos. A planta é retangular cobrindo uma área de 30 a 40 metros quadrados, o chão é assoalhado. O sótão pode ser usado como celeiro ou dormitório. No andar térreo há uma sala de estar e um ou dois quartos. O telhado é puxado para trás cobrindo, pela diminuição

do declive, um áreas maior utilizada geralmente como cozinha e, talvez, como quarto em famílias muito numerosas. Nem sempre o telhado é puxado para a frente para cobrir uma varanda... Raramente as janelas têm vidraças. A chaminé do fogão construído de tijolos é levantada no lado de fora da cozinha." (5)

Nas colônias mais antigas, surge, como terceira fase, a casa de tijolos freqüentemente com madeiramento à mostra (6) Essa construção é, em todos os traços mais importantes, uma repetição da casa de madeira. Esta continua, não raro, ao lado da construção mais recente e serve de cozinha ou paiol. No vale do Capivari (Santa Catarina), casas das três fases continuam lado a lado. Quando o colono substitui a cabana primitiva pela casa de madeira, aquela é transformada em cozinha. Construída a casa de tijolos, a antiga moradia passa a ser cozinha e a cabana é usada como paiol. Todavia, não rareiam zonas em que a casa de tábuas é a habitação definitiva. Às vezes aceita-se, do caboclo, a construção de pau a pique. Em certas áreas (do município de Blumenau, por exemplo) encontram-se casas circundadas inteiramente de amplas varandas. Todos esses tipos de casa diferem das casas rurais alemãs em mais um detalhe: não têm porão.

Postas numa paisagem rural da Alemanha, essas construções (com exceção talvez de certas casas de tijolos, com madeiramento à mostra e sem varanda) chamariam a atenção dos transeuntes pelo seu acentuado exotismo. Casas de madeira são raríssimas. A cozinha separada, a varanda e as janelas sem vidro são característicos estranhos à culturas da Alemanha rural. Verdade é que a forma do telhado e madeiramento a descoberto são elementos trazidos pelos colonos. Mas trata-se de elementos *gerais* que, muito longe de representarem a

suposta “casa alemã”, se encontram em numerosas culturas, não só européias mas sobretudo asiáticas e oceânicas.

A casa teuto-brasileira constitui, em qualquer das suas formas, uma combinação original de traços importados e adotados, acrescidos de elementos novos.

Essa originalidade tende a acentuar-se cada vez mais em construções recentes nos centros semi-urbanos e urbanos. Wettstein já observou, no começo deste século, que a riqueza crescente das colônias contribuía para aproximar o estilo das construções urbanas à arquitetura preferida pelas camadas mais representativas da população luso-brasileira (7). A luta pelo status social parece ter produzido essa mudança que foi observada também por Lacmann, em São Leopoldo e Santa Cruz. Em tempos mais recentes influências arquitetônicas que alguns convencionaram chamar “estilo paulista”, começaram a impor-se em escala crescente. É notável, aliás, o grau em que São Paulo se está tornando a “Meca” dos teuto-brasileiros chegando a suplantá-los, em muitos casos, o prestígio associado à cultura alemã.

É inútil dizer que traços arquitetônicos trazidos por imigrantes alemães, se encontram hoje amplamente difundidos mesmo em áreas habitadas por luso-brasileiros e outros grupos étnicos (9).

Vê-se que, na habitação como na alimentação, os imigrantes tinham de ajustar-se às possibilidades do meio. A primeira casa está inteiramente no signo de um dependência material do meio físico. A segunda e terceira casa afiguram-se como graus de uma emancipação lenta das imposições mesológicas. Os três tipos de casa representam, ao mesmo tempo, três estágios de colonização que podem ser observados, em zonas de imigração contínua (como em Blumenau, por exemplo),

lado a lado em áreas vizinhas: nas zonas de colonização antiga predomina a casa de tijolos, nas médias as casas são feitas de tábuas serradas e nas mais recentes preponderam as cabanas provisórias feitas de palmitos ou outro material que o local ofereça. *Pari passu* com o desenvolvimento da habitação vai a transformação da paisagem.

Vestuário — Quanto à mudança da indumentária dos imigrantes o fato mais notável é o abandono dos trajes regionais. Embora seja freqüente entre os colonos a conservação de modas antiquadas, os trajes desapareceram com uma rapidez surpreendente para quem conhece o apêgo que os camponeses europeus geralmente têm por essa indumentária multi-secular. Encontramos apenas uma referência ao uso de indumentária regional. Foram os velhos teuto-brasileiros de Santo Amaro que até 1891 teriam usado, pelo menos em certas ocasiões, o traje dos camponeses da Suábia (10).

A indumentária regional desapareceu provavelmente porque era inadequada no clima subtropical das grandes áreas de colonização alemã no Brasil. De mais a mais, êsse vestuário complicado de linho e lã era dispendioso e não correspondia à situação econômica da maioria dos colonos, no país adotivo. O terno de lã e a camisa de linho eram rapidamente substituídos pelo terno de brim e a camisa de chita ou morim. O calçado desaparecia da vida quotidiana do colono. Os teuto-brasileiros da zona rural são praticamente uma população descalça. Os sapatos, que aliás nem todos possuem, são reservados para as visitas à cidade ou vila mais próxima. Aos domingos, a caminho da missa, os colonos carregam o seu único par de

sapatos em baixo do braço. Chegando às primeiras casas da cidade, calçaram-nos agüentando, herõicamente, o martírio de uma ou duas horas, pela satisfação social que lhes proporciona êsse uso. Em confronto com o meio original houve, sem dúvida alguma, uma *mudança de significado e função*. O significado associado ao calçado em si, pela sociedade de origem, nada tem que ver com o fator “prestígio”, relacionando-se apenas com a necessidade de proteger-se contra as inclemências do tempo (11). Entre os teuto-brasileiros, não existe essa associação. Só em contacto com a cultura urbana, o colono usa o sapato que lhe significa “cidade” e, portanto, prestígio, maior “luxo”, enfim uma vida mais desejável. E’ evidente a mudança de função que daí deriva: o calçado que se afigura ao colono como valor cultural exclusivamente urbano, exerce a função de reduzir ao mínimo a distância social que o separa da sociedade citadina. Descalço, o colono se sentiria repellido e humilhado por uma sociedade que associa à ausência do sapato o estigma da miserabilidade. Nas localidades que hoje são pequenos centros urbanos, o aparecimento do calçado nas camadas mais elevadas da população estava condicionado à urbanização. Moradores de Blumenau e Brusque, entrevistados pelo autor, confirmaram que mesmo nas famílias mais representativas de há quarenta anos, a geração nova não usava sapatos. Em Joinville, Lacmann observou que as crianças das primeiras famílias eram muito bem vestidas, mas andavam descalças (12).

Lavoura e criação — As primeiras mudanças nas técnicas agrícolas ocorreram em função das diferenças do meio físico. Tôda idéia de usar máquinas em roçados novos tinha de ser abandonada — o que significava o retôrno à cultura da enxada ou mesmo da

estaca de cavar (13). Perguntar-se-á se, após a primeira fase, os colonos voltaram a usar arado e adubo ou, em outras palavras, se a aplicação de métodos extensivos e “menos racionais” foi apenas transitória cedendo, depois de alguns anos, ao emprêgo dos métodos “superiores” da sua cultura original. Para essa pergunta não pode haver uma resposta generalizante, porque a aplicação de métodos “racionais” ou “não-racionais” liga-se, inseparavelmente, à organização econômica da comunidade. É um problema que somente na segunda parte deste livro poderá ser abordado. No momento basta dizer que áreas de colonização germânica há em que a cultura da enxada e os métodos extensivos, à maneira cabocla, persistiram até hoje. Nesses casos a perda (por desnivelamento cultural) foi completa. Também há exemplos de áreas onde os imigrantes, após um período de desnivelamento, voltaram, pelo menos em parte, às técnicas que tiveram de ser abandonadas provisoriamente. Na última hipótese ou numa outra, aliás bem rara, em que a desistência temporária nunca foi necessária, certos elementos originários se fixaram definitivamente na cultura teuto-brasileira. É nesse sentido que deve ser considerada a introdução do arado na colônia de São Leopoldo, poucos anos depois da sua fundação (14). É preciso frisar, no entanto, que a recuperação de elementos culturais perdidos se fazia, freqüentemente, sob a influência de novas levas imigratórias que se sobrepujaram à população já existente modificando-lhe os métodos rotineiros. De outro lado não se deve esquecer de que tais mudanças só eram praticáveis porque os primeiros imigrantes lhes haviam preparado o terreno.

Em caso algum a perpetuação de técnicas agrícolas foi integral. Outras plantas em um clima diferente exigiam cuidados bem diversos. Não havia outro re-

curso senão copiar os processos nativos por mais primitivos que fôsem. A racionalização dessas técnicas é um fenômeno recente que nem sempre e só indiretamente se liga à imigração.

Semelhante era o problema da criação de gado. O gado estabular cedeu ao gado criado no pasto. O retorno ao estábulo dependia principalmente de condições econômicas. Em não poucos casos estas se fizeram esperar tanto, que a técnica antiga se perdeu. Às vezes ela foi recuperada sob a ação de novos imigrantes ou de outros fatores que não vêm ao caso.

Freqüentemente, a chegada de novos imigrantes significava a introdução de técnicas que os velhos nunca conheceram. Figuram aí os inventos que revolucionaram a agricultura e criação, nos últimos cem anos, e que se difundiram, lentamente, nas populações agrícolas da Europa e América.

Meios de transporte — Os imigrantes alemães aceitaram o cargueiro e o carro de boi onde as condições geográficas lhes impunham êsses elementos da cultura nativa.

“Vereda e picada exigem animais de montaria como o cavalo e a mula. Se as picadas são, aos poucos, transformadas em caminhos, a carroça de quatro rodas ocupa um lugar de destaque entre os meios de comunicação. Puxada geralmente por dois cavalos, ela caracteriza a cultura peculiar da paisagem blumenauense. Nesse veículo perpetuaram-se, nitidamente, alguns traços nórdicos. A carroça significa ao colono da Europa central, sobretudo ao teuto a quem deve sua difusão, o que significa ao luso-brasileiro, há séculos, o carro de boi de duas rodas” (15).

A carroça leve de quatro rodas é, no dizer do observador, uma solução original em que entraram

alguns “traços nórdicos”, mormente do *Leiterwagen* (carroça com xalmas, o *chariot ardennais* dos franceses). Parece estranho, no entanto, que os imigrantes não tenham aproveitado das suas experiências com carroças de duas rodas (*tombereau* dos franceses), tipo de veículo muito comum, mormente na Alemanha ocidental. Além do mais, a carroça de duas rodas parece ser uma solução mais adequada às dificuldades das regiões montanhosas. A questão exige um estudo etnográfico mais aprofundado (16).

Nas zonas em que os teutos tiveram de aceitar o carro de boi, costumam lubrificar o eixo a fim de evitar os chios estridentes e diminuir a resistência produzida pelo atrito da roda com o eixo do carro.

Outro elemento característico da cultura ergológica dos teuto-brasileiros é o “carro” usado para o transporte de passageiros. É um veículo de quatro rodas e seis assentos, provido de um toldo de forma cúbica estendido sobre uma armação de ferro. Este tipo de carro, como também a carroça, difundiram-se amplamente, mesmo fora das áreas de colonização germânica (17).

Se é difícil determinar, com referência à alimentação, habitação, vestuário, lavoura, criação e meios de transporte, quais os elementos que constituem, a rigor, respostas a imposições do meio físico, muito mais difícil esta questão se torna com relação às demais mudanças tecnológicas. Muitas entre elas, mormente as que descreveremos a seguir, devem sua origem à utilidade que apresentavam aos imigrantes ou a seus descendentes. Todavia, o “motivo utilitário” deixou de produzir, em certas situações, os efeitos que surtiu em outras ocasiões. O caboclo incorporou determinados elementos oferecidos pelos imigrantes ao seu patrimônio cultural, mas rejeitou outros dados apesar da sua

“utilidade”. O mesmo pode-se afirmar de teuto-brasileiros em relação a imigrantes alemães recentes. A rejeição explica-se, quase sempre, pelas dificuldades de integração cultural. A aquisição de novos dados só é possível ou desejável se podem ser associados a outros elementos já existentes. Às vezes é a ausência de conhecimentos técnicos próprios, outras vezes a organização econômica inadequada que impedem a integração do elemento “oferecido”. Também a perda de elementos culturais é motivada pela mesma dificuldade: eles não podem ser conservados porque não se integram à nova configuração sócio-cultural.

Outras mudanças tecnológicas — Geralmente, as condições econômicas encontradas nas zonas de colonização não correspondiam à diferenciação profissional dos imigrantes. A consequência foi a perda de inúmeras técnicas especializadas pela mudança de profissão. Verdade é que, em circunstâncias favoráveis, o retorno à profissão anterior era possível embora estivesse condicionado, não raro, ao êxodo do campo para a cidade.

Ao lado de inúmeras perdas pode ser registada a introdução de novos elementos tecnológicos que se tornaram partes integrantes da cultura teuto-brasileira.

Em São Leopoldo (de 1827, mais ou menos) “alguns colonos estabeleceram ultimamente moinhos e estes rendem cem por cento.

Do mesmo modo estabeleceu-se importante oficina de cantaria e os empreendedores deste negócio pareciam muitíssimo satisfeitos com a saída de sua mercadoria. Havia diversos cortumes, que prosperavam muito, pois que os couros eram comprados barato nas fazendas próximas e a sola era cara. Estavam em vias de se estabelecer alguns cervejeiros, que certa-

mente aqui hão de fazer bons negócios, pois a cerveja, que é importada da Inglaterra e de Hamburgo, é horripelmente cara, por causa do transporte e dos impostos constantemente crescentes” (18). De fato, a fabricação de cerveja de todos os tipos e qualidades difundiu-se de tal maneira que hoje dificilmente se encontra uma localidade teuto-brasileira onde não haja pelo menos uma pequena cervejaria.

Pequenas manufaturas metalúrgicas, têxteis e de artefatos de couro encontravam-se amplamente difundidas nas áreas de colonização germânicas, em meados do século passado:

“Atualmente seria impossível enumerar as serrarias, prensas de óleo, cervejarias, cortumes, destilarias, engenhos de açúcar e manufaturas de chapéus, armas de fogo, artigos de ferro etc. estabelecidos em São Leopoldo, Novo Hamburgo, Feitoria, Hortênsio e redondezas. Todos os artigos de selaria para o exército, os fazendeiros etc. são fabricados aqui, assim como também as lanças, esporas e apetrechos; e couros curtidos são mandados para tôdas as partes do Império.....” (19).

Na lista de indústrias enumeradas por Mulhall figuram algumas nativas. As destilarias e engenhos de açúcar representam elementos culturais que os imigrantes mui provavelmente receberam dos brasileiros. O mesmo pode ser afirmado do engenho de mandioca. (*Faringeschirr*) e do tipití, aparelho êste destinado a extrair o ácido hidrocianico da mandioca. Como indica o nome trata-se de um utensílio de origem indígena bastante generalizado na população cabocla que passou, por intermédio desta, a certas comunidades teuto-brasileiras (do vale do Capivarí por exemplo). Êsses elementos, no entanto, não se generalizaram entre os teuto-brasileiros. Áreas inteiras existem onde há uma divisão de trabalho entre teutos e caboclos. São êstes

que colocam engenhosas e monjolos fabricando açúcar mascavo, rapadura e farinha de mandioca consumidos em grande parte pelos teutos que também fornecem a matéria prima.

Em muitos casos será difícil descobrir a quem cabe a prioridade na introdução de novos elementos tecnológicos. E' perfeitamente possível que indústrias introduzidas por alemães em alguma parte do Brasil meridional, já tenham existido em outras regiões. Diante da escassez de intercomunicações e da relativa autonomia econômica das várias partes do Brasil, sobretudo no século passado, a questão da prioridade parece não ter muita importância para o nosso estudo. Decisivo é o fato que em muitas áreas de colonização, imigrantes alemães introduziram, independentemente uns dos outros, indústriais que a princípio se mantinham em moldes artesanais e que, não raro, se transformaram, aos poucos, em grandes empresas. Em qualquer hipótese, êsses elementos trazidos pelos imigrantes incorporaram-se na cultura teuto-brasileira caracterizando-lhe mormente os aspectos urbanos.

Típico é o caso de um mestre-tecelão teuto-russo de Brusque (Santa Catarina), que, há 60 anos mais ou menos, montou, numa dependência da sua casa, um rústico tear movido à mão. A oficina desenvolveu-se paulatinamente até alcançar as dimensões de uma fábrica com dezenas de teares modernos representando um capital de cerca de um milhão de cruzeiros.

Seria fácil enumerar grande número de casos semelhantes. Inúmeras oficinas e indústrias começaram dessa maneira. Depois da primeira guerra mundial foram principalmente as indústrias mecânicas que se estabeleceram em grande número onde quer que novos imigrantes encontrassem condições econômicas favoráveis às suas experiências.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 243

Nem tôdas as tentativas de transplantação cultural vingaram. Muitas vêzes foi preciso que as experiências se repetissem depois de perdas transitórias.

Em 1867, imigrantes alemães tentaram introduzir, no Paraná, a indústria de laticínios, baseada em princípios modernos para a época. A tentativa fracassou (20).

Em 1930, mais ou menos, um imigrante alemão tencionou organizar o comércio de peixe em Itajaí. Também essa tentativa não teve êxito principalmente porque a diferença cultural entre os pescadores caiaaras e os princípios racionais da empresa comercial eram demasiadamente profundas.

As primeiras tentativas que alemães do Volga fizeram com a plantação de trigo no Paraná, fracassaram porque não havia moinhos (21).

A difusão de elementos culturais introduzidos por imigrantes alemães, encontra, freqüentemente, obstáculos muito sérios entre teuto-brasileiros de segunda, terceira ou quarta geração. E' o caso do cooperativismo, por exemplo. Em zonas de colonização recente, a introdução de cooperativas foi relativamente fácil, mas em áreas de colonização antiga, cujos primeiros povoadores não trouxeram experiências cooperativistas da Alemanha, a constituição de cooperativas encontrou, muitas vêzes, dificuldades intransponíveis. Nesses casos, a organização econômica existente não oferecia pontos de referência que permitissem a integração do elemento novo.

NOTAS

(1) Robert Gernhard, *op. cit.*, 189.

(2) Como observador sagaz, Lacmann viu na adoção desse costume um "perigo". Achava que os teutos aceitaram, juntamente com o mate, a "paciência brasileira" que realmente é necessária para a celebração do ritual do chimarrão. Lacmann

considerava a "paciência" como índice de assimilação. Seja como for, o exemplo mostra a associação estreita entre elementos ergológicos e hábitos. Lacmann, op. cit., p. 162.

(3) Siegfried Endress, op. cit., p. 67.

(4) Endress, p. 70.

(5) Ibidem, p. 70.

(6) Vide W. Lacmann, op. cit., p. 62.

(7) Wettstein, op. cit., p. 140.

(8) W. Lacmann, op. cit., pp. 157, 171.

(9) Vide, por exemplo, L. de Castro Faria. "Nota sôbre Santa Catarina", *Boletim do Museu Nacional*, Nova Série. Antropologia, 30 de outubro de 1942. O material fotográfico do trabalho mostra alguns casos de difusão desses elementos arquetônicos fora das áreas de colonização alemã.

(10) Begrich, op. cit., p. 47.

(11) Sômente através das variações da *forma* pode aparecer qualquer relação com o status social que um indivíduo mantém ou ambiciona.

(12) W. Lacmann, op. cit., p. 13.

(13) No Espírito Santo, por exemplo, o uso da estaca com lâmina de ferro, precede o uso da enxada. Otto Maul, *Vom Itatiaia zum Paraguai*, (Leipzig, 1930), p. 146.

(14) Carl Seidler, op. cit., p. 110.

(15) S. Endress, op. cit., p. 95.

(16) A carroça de quatro rodas encontra-se também no Va'e do Ribeira, em São Paulo onde ela foi introduzida pelos imigrantes japoneses. De acôrdo com informações locais, os primeiros veículos desse tipo foram importados de Itajaí e atingiram o vale do Ribeira via Iguape, isto é, pelo mar. Hoje os construtores de carroças japoneses fabricam a carroça às centenas. Ela foi solidamente integrada na cultura local, figurando ao lado da carrocinha de duas rodas comum em todas as partes de São Paulo, mas desconhecida nas áreas de colonização alemã.

(17) Fugmann menciona um Wilhelm Meyer que teria levado as primeiras carroças de quatro rodas e o primeiro arado de Dona Francisca para Curitiba. Fugmann, op. cit., p. 136.

(18) Carl Seidler, op. cit., p. 110.

(19) Michael G. Mulhall, op. cit., pp. 125, 126.

(20) Fugmann, op. cit., p. 137.

(21) Ibidem, p. 137.

CAPÍTULO IX

CARATERES GERAIS DA SOCIEDADE E CULTURA TEUTO-BRASILEIRA

A nova estrutura social — Embora a maioria dos imigrantes germânicos fôsem lavradores e trabalhadores rurais, não faltavam representantes de outras profissões, urbanas ou semi-rurais.

Entre 93 imigrantes entrados no Rio Grande do Sul, nos primeiros tempos da colonização germânica, havia 48 artífices e operários especializados, 25 lavradores, 10 comerciantes e 10 representantes de diversas profissões liberais (1).

Entre os imigrantes que em 1851 chegaram a Joinville, contaram-se oito oficiais (dois dos quais com formação universitária), dois agrimensores, um marinho, um médico, um bacharel em Direito, dois estudantes de Teologia, um professor primário, sete economistas, cinco comerciantes, dois botânicos, um marceneiro, dois carpinteiros, um litógrafo, dois jardineiros, dois açougueiros e um cordoeiro (2).

Com a chegada da “Legião Alemã”, aportaram ao Rio Grande do Sul inúmeros representantes de profissões de todos os níveis sociais.

Na colônia de Hamônia (Santa Catarina) entrou, entre 1897 e 1922, um total de 4028 pessoas, quase todos alemães. Dêles, 1.586 tinham uma profissão definida: 1.018 eram lavradores e trabalhadores rurais,

354 artífices e operários especializados, 116 operários sem especialização indicada, 12 empregados, 50 comerciantes, dois industriais e 29 médicos, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, professores, ministros, estudantes, desenhistas e parteiras.

Diferenciação profissional significava, no século passado, mais do que hoje, diferenciação social. Como em outras partes da Europa, continuavam nos países de língua alemã velhos preconceitos a manterem quase intransponíveis as barreiras que séculos anteriores haviam erigido entre as diversas camadas do povo. A divisão do povo alemão (como a dos demais povos europeus) em classes, nas quais conseguiram sobreviver inúmeros traços dos antigos estamentos sociais, (3) pode ser considerada como um dos característicos mais relevantes da cultura que os imigrantes trouxeram de seus países de origem.

Socialmente diferenciados e representando níveis sociais muito heterogêneos, os imigrantes alemães sofriram a ação niveladora das novas condições às quais tinham de ajustar-se. As necessidades de reorganização social criavam um novo sistema de obrigações e compensações recíprocas nascido, na grande maioria dos casos, da própria vontade de sobreviver.

A relativa pobreza dos imigrantes já representava um elemento nivelador. Os que traziam capital perdiam-no freqüentemente. Era inevitável que o imigrante aplicasse, a condições novas, os conceitos econômicos trazidos do país de origem. As chances que julgava perceber eram muitas vêzes fictícias. O valor do próprio dinheiro costumava ser compreendido somente a troca de experiências custosas. Nas zonas de colonização do Brasil meridional ouvia-se, com insistência, que o imigrante precisava perder o seu dinheiro

para "progredir". Capital perdido equivale, no entender dos colonos velhos, a experiências adquiridas.

O prestígio social de que gozaram certos imigrantes no seu país de origem, ligava-se estreitamente à riqueza, ao status das suas famílias ou ao cargo que ocupavam. Honorarias, títulos, dignidades, reverências eram considerados compensações adequadas ao valor tradicionalmente atribuído às suas funções. O empobrecimento econômico, a desintegração da família, a perda do cargo ou a mudança da profissão significavam, geralmente, a perda da base sobre a qual se ergira o status social no país de origem. Por outro lado, a maioria dos imigrantes havia sido, na Alemanha, pequenos lavradores ou proletários rurais aos quais se atribuía um status social baixo. Para êstes elementos a aquisição de uma propriedade de proporções que lhes pareciam enormes implicava na conquista de um status tanto mais passível de valorização quanto menos definida fôsse a estrutura social em seu redor. Acresce como fator decisivo talvez a luta intensa com um meio físico "hostil" acompanhada de uma ação peneirante e seletora de acentuado rigor.

A luta com o meio e pela sobrevivência nivelou os imigrantes, mas, ao mesmo tempo, lançou as bases de uma nova diferenciação social à medida que fizesse aparecer qualidades pessoais que nem todos podiam revelar em proporções iguais. Quem possuísse maior resistência física, o horizonte cultural mais estreito, quem menos dependentes de certos elementos da cultura material e se mostrasse menos aferrado a velhos hábitos, tinha tôdas as *chances* de reconstruir a sua existência material e moral num lapso de tempo menor do que outros. É óbvio que o novo meio favorecia os indivíduos cuja resistência física não sofresse muito com a falta ou escassez de carne verde, farinha de trigo, leite, açú-

car, café etc., indivíduos que curassem suas doenças sem auxílio de médico e farmácia, que pudessem dar á luz sem assistência de um médico ou parteira diplomada, que satisfizessem suas necessidades religiosas sem auxílio de um padre, que não sentissem a necessidade de comunicar-se, pelo correio ou telégrafo, com parentes ou amigos, aquêles que não sentissem muitos escrúpulos em criarem filhos analfabetos. Os que mais rapidamente se ajustassem a essas condições e sóubessem transmitir a seus filhos a capacidade de tirar uma mínimo de satisfação da nova situação cultural, tinham as maiores probabilidades de “prosperar” mais do que outros.

De mais a mais, o desenvolvimento das zonas de colonização oferecia *chances*, a princípio muito limitadas, mas depois cada vez maiores, a comerciantes e produtores de artigos manufaturados. Estes elementos associados aos agricultores mais bem sucedidos forneciam o material humano à constituição de classes sociais mais “elevadas”.

A estruturação de uma sociedade teuto-brasileira dependia, em grande parte, da formação de uma população cujos membros se caracterizassem por um grau mais alto de ajustamento ao meio do que o podia apresentar a geração imigrada.

Devido à natalidade muito elevada e à pouca idade de casamento dos nubentes, a população nativa de descendência germânica constituiu-se rapidamente, como mostra o exemplo de São Leopoldo.

CASAMENTOS DE ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS EM
SÃO LEOPOLDO (RIO GRANDE DO SUL)

<i>Ano</i>	<i>Alemães</i>	<i>Teuto-brasi- leiros</i>	<i>Total</i>
1848	43	23	66
1849	21	11	32
1850	18	10	28
1853	25	21	46
1856	26	24	50
1864	15	15	30
1865	13	19	32
1869	14	18	32
1877	4	16	20
1879	4	16	20
1885	5	31	36
1890	16	20	36
1893	4	34	38

Em 1882, os 7.491 imigrantes alemães que até então haviam entrado em Blumenau, já tinham 3.617 descendentes nascidos no Brasil. (5) Em 1907, o número total dos habitantes do município de Blumenau era de 45.089. Dêstes, 12.437 imigraram e 13.896 nasceram no Brasil. (6) De todos os habitantes que Blumenau contava em 1927, 80% tinham nascido no próprio município. (7)

Sem dúvida, a estratificação da sociedade teuto-brasileira deu-se mui lentamente. Ainda em 1900, um observador podia escrever o seguinte sôbre a população de Joinville.

“Não há pobres na população germânica, mas também não há ricos no sentido em que nós empregamos

essa palavra, e assim como aqui as crianças, segundo os bons costumes do país, andam tôdas descalças, mesmo na "cidade" de Joinville, quer os pais pertençam à classe dos bem situados quer sejam abastados, também os adultos encontram-se no mesmo nível social, embora haja certas diferenças, por exemplo, entre sócios da Sociedade joinvilense Hamônia e de outros clubes, entre pessoas da cidade e colonos. O sentimento de ser o trabalho próprio em que se baseia a existência de cada indivíduo, tem um efeito visivelmente nivelador. A mão calosa do colono mais simples ou dos poucos trabalhadores estende-se, à noite no bar, a todos na consciência inabalável de igualdade absoluta, e aquelas barreiras cuidadosamente observadas nãs pequenas cidade da Alemanha, por exemplo, entre pessoas cultas e incultas, entre ricos e artífices, são felizmente desconhecidas no Brasil meridional. (8)

Contudo, no meio semi-urbano de Joinville, o status social que se atribuiu aos imigrantes no país de origem, continuava exercendo seus efeitos sôbre a estrutura da sociedade local. Na direção da colônia havia, em 1873, oito membros dos quais dois eram engenheiros, um pastor protestante, dois médicos e um farmacêutico. Na primeira eleição de vereadores municipais, em 1868, entraram na câmara dois indivíduos com formação universitária e dois nobres. (9) Sintomas evidentes de uma estratificação na sociedade local de Blumenau, Wettstein verificou já no comêço dêste século:

"Sòmente nos últimos anos o colonocomeçou a sentir-se oprimido e compreende o antagonismo entre comerciantes e colonos. Também sòmente agora está começando a formação de uma classe de grandes agricultores e de outra composta de trabalhadores rurais." (10)

O mesmo observador menciona o fato de que, em 1907, o preço de uma licença para vendedores ambulantes era de dois contos de réis. Mascates sem licença ficavam presos até pagarem a licença acrescida de uma multa. Dessa maneira combatia-se o “perigo sírio” (11) “Compreende-se melhor o significado dessa providência da câmara municipal de Blumeau sabendo que ela estava sendo dominada pelos comerciantes locais odiados fortemente, em todo o município, pelos colonos.” (12)

A estratificação dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul acentuou-se depois da primeira guerra mundial.

Como em Blumenau existia uma oposição entre lavradores e comerciantes de produtos agrícolas. Feições de luta, no entanto, assumiu o antagonismo entre os criadores de porcos e os fabricantes de banha e conservas. (De 25 fábricas de banha ou conservas, 21 pertenciam a teuto-brasileiros). As fábricas de banha constituíram um *trust* a fim de manter baixos os preços. Os criadores responderam com a fundação de fábricas cooperativistas. (13) A “Liga das Uniões Coloniais Riograndenses” nasceu como órgão de luta contra a exploração dos *trusts*. (14) As polêmicas na imprensa teuto-brasileira contra os “*trusts*” de banha assumiram por vezes, feições violentas. (15)

Mais acentuado ainda se tornava o antagonismo social nas áreas industrializadas. As relações patriarcais entre patrões e operários teuto-brasileiros transformaram-se, durante a primeira guerra mundial e depois, em relações de classes francamente hostis. Uma fábrica em Santa Catarina cujos operários outrora continuaram a trabalhar obedecendo aos pedidos insistentes de seu patrão ameaçado de falência e incapaz de

pagar regularmente os salários, chegou a ser vigiada por policiais de fusil embalado por ocasião das greves de 1934. Estas tendências de desenvolvimento explicam-se pela rápida expansão das emprêsas, a perda incessante dos característicos rurais das zonas industrializadas e a formação de uma plutocracia cujo estilo de vida se distancia cada vez mais do das demais classes. Os velhos patrões ainda exibem maneiras simples e “democráticas” no trato com seus subordinados, mas a geração nova já tem outras atitudes, correspondentes a um tipo de educação diferente, que a distancia da população local. De outro lado, a proletarização da população teuto-brasileira está-se intensificando rapidamente nas zonas industrializadas.

Às diversas classes sociais parecem corresponder níveis de educação escolar diferentes.

No Grupo Escolar “Conselheiro Mafra”, em Joinville, “quase todos os matriculados são filhos e netos de alemães e, em meio de duzentas e tantas crianças de dois sexos, apenas se destacava uma menina de côr preta. Notamos que, em sua extraordinária maioria, os alunos estavam descalços, parecendo indicar êsse fato que só as famílias mais humildes da colônia mandam os filhos à escola estadual. As outras, de mais fartos recursos, preferem visivelmente as casas de ensino alemãs.” (16)

Em outras cidades teuto-brasileiras o quadro não é muito diferente. As famílias proletarizadas mandam os filhos ao Grupo Escolar onde o ensino é gratuito. As classes médias preferem as escolas paroquiais católicas mantidas geralmente por religiosas ou as escolas “alemãs” anexas ao presbitério protestante. Em ambas cobram-se taxas módicas. Os filhos da classe superior são geralmente educados nos internatos das

diversas capitais. De acôrdo com êsse sistema, as diversas classes sociais apresentam um grau de assimilação consideravelmente diverso.

A nova estrutura social era mais familiar e vicinal do que nos países de origem. A articulação com grupos mais amplos, como a igreja e o Estado, era muito pouco pronunciada e mesmo inexistente, às vêzes. E' nisso que reside uma das diferenças principais em confronto com a situação anterior.

A natalidade elevada associada à endogamia local levava então os teutos-brasileiros à formação de parentelas muito numerosas. Os componentes dessas famílias grandes se sentiam muito mais solidários do que no país de origem. As obrigações que seus membros assumiam, uns com os outros, eram mais numerosas e mais importantes do que o podiam ser na Europa. Em parte, êsses fatos decorriam da relativa fraqueza dos poderes estatais que, pela inexistência ou indiferença, permitiam se ampliasse, consideravelmente, a alçada dos grupos familiares. Assim, os novos grupos familiares, vicinais e, em parte, comunais que pouco a pouco se constituíam (após uma fase de desorganização social), iam preenchendo o vácuo deixado pelos poderes públicos organizando-se de maneira a resolver as dificuldades que lhes vinham principalmente da situação nova. O grupo local controlava sobretudo atividades econômicas, religiosas e educacionais que, na Alemanha cabiam a grupos mais amplos. Citamos três exemplos apenas:

1 — As derrubadas, a construção de casas, pontes e caminhos exigiam uma cooperação direta e estreita entre vizinhos e grupos locais.

2 — A ausência de ministros ordenados sujeitos à disciplina de uma Igreja e dela derivando sua autoridade, fazia com que a comunidade local frequente-

mente criasse uma organização religiosa, escolhesse e remunerasse ministros cuja autoridade funcional dependia exclusivamente dos grupos locais. Em localidades que mais tarde se articularam com organizações eclesiásticas de maior amplitude, a comunidade continuava, *de fato*, com uma parcela de influência que na Alemanha rural seria simplesmente inconcebível e que no entender dos colonos teuto-brasileiros correspondia à sua obrigação de manter o ministro e sua família. (17)

3 — Semelhante era a situação no terreno educacional. A inexistência da escola pública conduzia geralmente à criação de um pequeno sistema local de educação formal: A associação escolar que escolhia e remunerava o professor e fornecia as instalações. Sua autoridade o professor derivava diretamente das famílias ou grupos locais que integravam a associação escolar. Também nesse caso, as atribuições da comunidade aumentavam com a obrigação de construir e conservar a escola e de remunerar o professor. É fácil compreender-se que em tais condições, a autoridade do professor fôsse comparativamente muito menos pronunciada do que no país de origem, fato êsse que objetivamente aparece na parca remuneração e na instabilidade profissional dos educadores rurais.

A formação de novos padrões de comportamento — A reorganização social dos imigrantes envolvia a elaboração de um sistema de normas capaz de orientar a conduta dos imigrantes e, principalmente, de seus descendentes. Os novos padrões de comportamento sòmente poderão ser devidamente apreciados levando-se em consideração o relativo insulamento cultural das áreas de colonização germânica. No país de origem, o homem do povo era, até há bem pouco tempo, essen-

cialmente *súdito*, habituado a obedecer, dõcilmente, às ordens e imposições daqueles que *tradicionalmente* considerava seus superiores: as autoridades civis e militares, o fazendeiro (a *Gutsherrschaft*, mormente no leste) e os ministros e vigários. A organização política, pelo menos até 1918, não permitia que êle controlasse um único sequer desses poderes. De mais a mais, a articulação econômica das zonas campesinas com mercados locais tornara-se intensa, sobretudo na segunda metade do século 19 fazendo-as depender, cada vez mais, do comerciante intermediário. No Brasil, a elaboração de um esquema de padrões de comportamento estava a cargo dos próprios colonos originando assim um grau de iniciativa e independência condicionado às necessidades da própria situação cultural.

E' óbvio que muitos elementos da cultura originária chegaram a ser aproveitados no novo sistema de normas. Outros elementos sofreram mudanças mais ou menos profundas. Contatos entre culturas regionais dos próprios colonos conduziram, não raro, a processos aculturativos intra-étnicos. De outro lado integraram-se elementos da cultura nativa de outras etnias imigradas. Estas, no entanto, eram culturalmente absorvidas onde constituíam minorias numéricamente insignificantes.

No município de Blumenau, por exemplo, imigraram, até 1899, ao lado de 9.883 alemães, 1.649 austríacos e 3.911 cento-russos, 1.363 italianos, 641 tirolezes, 708 húngaros, 19 espanhóis, 144 belgas, 54 suíços, 30 americanos do norte, 14 brasileiros, 9 holandeses, 164 suecos, 5 dinamarqueses, 1 grego, 16 franceses, 16 irlandeses, 301 poloneses e 3 luxemburgueses. (18) Em 1927, 40% da população indicaram o português com língua materna, 40% o alemão e 20% o italiano. Só 116 pessoas falavam polonês, 4 o russo e 12 indicaram

outras línguas. (19) Aquêles pequenos fragmentos étnicos, com exceção dos italianos e alguns poloneses, foram absorvidos p'ela etnia germânica, embora provavelmente alguns traços tivessem sido integrados na cultura teuto-brasileira. Quando os contatos do município com a cultura nacional começaram a estreitar-se, o processo de absorção já estava terminado; de maneira que a assimilação dos descendentes de suecos, dinamarqueses, húngaros, irlandeses etc. se iniciou depois de êles já terem sofrido influências decisivas da cultura teuto-brasileira. Fenômenos semelhantes ocorreram em outros municípios catarinenses.

Em São Bento, os teutos absorveram poloneses e franceses cujos filhos falavam o alemão quando a zona foi visitada por Gernhard, no princípio dêste século. (20) Também em Santo Angelo (Rio Grande do Sul) os franceses, holandeses, flamengos e outros, imigrados nos primeiros tempos da colonização, foram assimilados pelos teutos-brasileiros. (21)

Do desaparecimento dêsses numerosos fragmentos étnicos não se pode tirar nenhuma conclusão quanto à sua contribuição para a cultura teuto-brasileira. Embora tais influências dificilmente possam ser observadas, elas existem sem dúvida alguma e, de modo algum se justificaria sua omissão no presente estudo. Predominavam, no entanto, os contrastes culturais decorrentes da multiplicidade de influências das culturas regionais representadas pelos próprios imigrantes alemães. A colônia de Blumenau tinha, a princípio uma feição protestante e nórdica. Entregue às mãos do Governo Federal, ela perdeu essa homogeneidade: "Inúmeras vezes essa zona foi obrigada, após um início promissor, a aceitar colonos completamente estranhos aos elementos já fixados, perturbando assim o desenvolvimento re-

tilíneo da colonização e a ampliação de uma paisagem cultural homogênea.” (22)

Cedo os imigrantes começam a desenvolver novas atitudes, nas quais podemos ver os reflexos de um sistema de representações diferentes a guiarem o comportamento sobretudo das gerações novas.

Avé Lallement verificou, em meados do século passado, que os teuto-brasileiros revelavam “uma determinação muito maior na resolução e na ação.” (23) Principalmente os jovens mostravam uma auto-consciência mais pronunciada do que na Alemanha. Em parte o viajante atribuiu essa mudança à inexistência de barreiras sociais.

Em certas esferas, a liberdade de que os colonos gozavam, tendencia a acelerar as mudanças culturais incipientes. Avé Lallement observou que em Santa Cruz, por exemplo, os moradores não construíam caminhos porque a diretoria da colônia não havia dado ordens para isso. (24) Da mesma forma, a freqüência escolar das crianças era reduzida porque faltava a obrigatoriedade (25) ditada pelas autoridades.

Êsses pormenores mostram que os padrões de mando firmemente radicados na cultura originária, nem sempre conseguiram ser substituídos eficientemente por um tipo de cooperação espontânea e liderança comunal. Veremos mais adiante que essa substituição foi um dos problemas mais árduos a ser resolvido pelos teuto-brasileiros. Inúmeras atividades deixaram de ser exercidas com a eficiência desejável do ponto de vista da comunidade porque lhe faltava um sistema de padrões de comportamento homogêneo e reconhecido por todos os componentes. Muitos núcleos deixaram de desenvolver padrões adequados para resolver seus dissídios internos. Inúmeras vêzes aconteceu que os grupos locais não conseguiram chegar a um acôrdo sôbre

o traçado de um caminho, sôbre a localização da igreja ou da escola. Em tais casos a obra deixava de ser executada ou então construíam-se duas estradas, duas igrejas ou duas escolas. Fatos idênticos desorganizavam, mais de uma vez, a vida das cooperativas. Raras vêzes, a autoridade do vigário ou de outras pessoas influentes era suficiente para acomodar, êsses conflitos internos pois já se havia perdido a "docilidade" dos antigos "súditos".

A cultura gaúcha desenvolveu padrões de comportamento que lembram os de outras regiões do país mal atingidas pelos poderes estatais, mas que se distinguem ao mesmo tempo por caracteres peculiares das zonas fronteiriças sacudidas como o foi o Rio Grande, por revoluções e levantes que se sucederam durante várias décadas criando uma situação de insegurança que exigia ajustamentos especiais da população gaúcha. Desenvolveram-se, nessas condições, padrões de combatividade associados a um conceito de honra pessoal que determinavam reações rápidas e violentas em face do perigo, suposto ou real. A experiência da Farroupilha em que os imigrantes alemães foram envolvidos, foi suficiente para difundir, entre êles, o uso da arma e os padrões de combatividade que caracterizam a cultura gaúcha e, num sentido mais lato, tôda cultura sertaneja do Brasil. Terminada a Guerra dos Farrapos e estabelecidas as grandes áreas quase homogêneas de colonização germânica, aquêles padrões se conservaram embora já tivessem desaparecido as condições que os fizeram surgir.

"Um dos piores costumes das nossas colônias é o porte de armas. Quase todo menino, ao deixar a escola, já tem sua arma de fogo pendurada no cinto. Ninguém liga à proibição oficial de carregar armas: ao contrário, inúmeras vêzes podem-se ouvir estas palavras:

“Quem se arriscar a tirar-me as armas, terá de comer tôdas as balas que carreguei!”

“Quanta desgraça, neste e noutro mundo, já foi causada por êste costume funesto! Qualquer bate-boca insignificante já leva a tiroteios. Quantas famílias já foram dessa maneira privadas de seus mantenedores? Um vai para o cemitério e o outro para a cadeia. Aí é torturado pelos arrependimentos, porém tarde demais. Quantos já foram chamados à presença de Deus, totalmente desprevenidos e em estado de pecado mortal. Quase não se pode pegar num jornal sem deparar com estas palavras: “Por um descuido no manejo de arma de fogo...!”

“Até à missa os homens costumam ir armados. Eu mesmo já vi homens ajoelharem-se à mesa de comunhão, levando o revólver no cinto. Se alguém empreende uma viagem perigosa, é natural que se previna e ninguém levantará objeções. Mas comparecer armado na igreja é até revoltante. Aquí habitamos entre cristãos e povos pacíficos; para que então o costume perigoso e injustificável de carregar armas? Porisso dirijo um apêlo a todos os chefes de família: “Não tolerai que vossos filhos usem armas, dai-lhes um bom exemplo! Fareis uma boa obra prevenindo muitas desgraças!” (26)

Grupos teuto-brasileiros que conseguiram desenvolver padrões de comportamento adequados para garantir a solidariedade comunal, surpreendem o observador, às vezes, pela relativa drasticidade das *sanções* aplicadas a membros refratários. Na colônia de Santa Cruz (Rio Grande do Sul), por exemplo, os colonos que se recusassem a cooperar na construção de estradas, eram ameaçados de perder alguns rezes, abatidos a título de represália. (27)

Os descendentes dos pomeranos, no Espírito Santo, combinaram traços da sua cultura originária com traços

nativos. Eles conservaram, por exemplo, a instituição do *Schulze*, espécie de prefeito distrital, chamando-o, no entanto, de “capitão” (capitón). O dialeto pomerano é, em alguns povoados, o único meio de comunicação verbal. Nas reuniões comunais, o “capitão” traduz para o dialeto o discurso do pastor que usa do alemão oficial. De outra maneira, êste não seria compreendido. (28)

Bem conservados são também todos os costumes regionais relativos às cerimônias de casamento. O *Hochzeitsbitter* convida vizinhos e parentes para o banquete. A noiva casta é permitido usar uma coroinha de alecrim. O pai da noiva recebe o casal na ombreira da casa oferecendo-lhe pão, sal e água acompanhados de uma espécie de bênção. Ao entrarem na casa, os convivas depositam uma moeda num prato (o *Hochzeitsteller*). Depois do almoço inicia-se um baile estritamente ritualizado:

“Com passos graves o noivo, de chapéu na cabeça, dirige-se à noiva e, juntos, dansam, talvez três vêzes, pela sala acompanhados das melodias de uma sanfona e pisando a folhagem, os ossos (que os comensais lançaram ao chão durante o banquete) e as flores. Depois a noiva dança com o sogro, o noivo com a sogra, a noiva com seus próprios irmãos e os de seu noivo, o noivo com as suas próprias irmãs e as de sua noiva. Mas isso é só o começo. Agora se aproxima a tarefa principal para ambos. A noiva é obrigada a dançar com cada homem casado, com cada rapaz solteiro e até com cada menino e o noivo por sua vez deve dançar com tôda mulher casada, tôda moça e tôda menina.” (29)

E’ preciso acrescentar que êsses costumes eram correntes na época em que os pomeranos emigraram. Decorrido pouco menos de um século desde então, mudan-

ças diversas se fizeram sentir na cultura do folk pomerano.

Todavia, a êses costumes fielmente conservados juntaram-se novos elementos culturais, principalmente na parte ergológica. Na mesa, por exemplo, figuram o açúcar mascavo e o vinho de laranja feitos em casa. Todos os convivas chegam montados em cavalos usando esporas prêsas aos pés descalços. (30)

A combinação de traços antigos (em parte obsoletos) e novos parece “estranha ao novo pastor vindo da Alemanha. Ele acha difícil conservar-se sério e achar palavras apropriadas à solenidade.” (31)

Entre os pomeranos do Espírito Santo, poucos indivíduos vivem, afastados da vida comunal. Êses são chamados “democratas”. Pois na Pomerânia do tempo da emigração, a palavra democrata era sinônimo de “perturbador da ordem pública”. Aos “democratas”, os pomeranos aplicam sanções especiais. Nos velhos estatutos das comunidades protestantes, existe um parágrafo estipulando que os democratas devem pagar mais quando precisam do pastor.” (32)

As perdas que o patimônio cultural dos imigrantes alemães sofreu no Brasil impressionaram não poucos observadores. Êstes, no entanto, esperavam encontrar, inconscientemente talvez, a cultura germânica intata, ignorando ou não levando na devida consideração que, de um lado, a interrupção dos contatos com o país de origem e, de outro lado, a luta pela sobrevivência em circunstâncias sobremaneira difíceis, são fatores cuja ação se conjugava freqüentemente para produzir o que se poderia chamar *desnivelamento cultural*. Em função do meio físico e social mais estreito, o horizonte cultural de muitos teuto-brasileiros sofreu uma contração muito sensível.

“Superstição, feitiço (benzeduras etc.) e alcoolismo acham um terreno fértil. A linguagem é rude e cheia de *obscenidades*, não por malícia mas simplesmente porque faltam expressões ou circunlóquios adequados.” O mesmo observador verificou que caridade, cavalheirismo e hospitalidade eram muito reduzidos. O horizonte cultural desses alemães da mata virgem é, mesmo em seus graus um tanto elevados, muito primitivo: “Pode-se ir à pé para a Alemanha? — “Qual é a distância da Alemanha até a Europa?” — Êstes são alguns exemplos. Um homem que sabe ler e escrever, é tido como sábio.” (33)

A ignorância dos colonos foi inúmeras vezes confirmada por observadores dignos de todo crédito. Um pastor que havia mencionado, na sua prédica inuagural, as bodas de Canaan, foi abordado, depois do ofício, por um colono, com a observação que “aquela picada não existe entre nós.” (34) Aliás, a barbárie dos teuto-brasileiros provocou a indignação de não poucos pastores (35) os quais, no entanto, não perceberam o choque cultural de que estavam sendo vítimas.

Um observador decepcionado com o desnivelamento cultural dos colonos teuto-brasileiros, escreveu que êstes somente se interessavam pelos preços da banha e do fumo, pelos bailes e pelo baralho. As crianças perdiam, em média, 10 até 15 dias dos 25 dias de aulas por mês. Os adultos mal sabiam ler e escrever. Geralmente, o professor era obrigado a escrever cartas e contas. Nas sociedades faltavam, geralmente, as atas e livros-caixa, porque não havia quem fôsse capaz de redigi-las. (36)

Oberacker refere-se à “mercantilização da vida tôda dos teutos-brasileiros, à sua absorção quase completa pela economia.” (37)

“Todos os fatos e acontecimentos o descendente de alemães considera, em primeiro lugar, sob o ponto de vista econômico; não somente a escola e a política, também os valores étnicos, mormente a língua alemã, são cotados pela importância econômica que possuem. Através dessa concepção materialista da vida é que se deve compreender a sua atitude de fraqueza e, muitas vezes, de indiferença para com a sua etnia e, relacionada com esse fato, a consciência geralmente muito apagada de pertencer à comunidade pan-germânica.” (38)

Ao quadro geral do desnivelamento cultural corresponde o fato de que em 90% das famílias teuto-brasileiras não há, afora de livros escolares e de reza e um almanaque, um único livro sequer. (39) Nas livrarias, 98% das obras apresentadas eram, em 1926, romances amorosos sem valor literário. Todas as 25 “livrarias alemãs do Rio Grande do Sul, eram, em 1926, também bazares.” (40) É quase inútil dizer que em todos os pequenos centros urbanos do Brasil, as livrarias são quase sempre bazares. Parece, portanto, que a cultura teuto-brasileira aceitou este traço.

A modificação de certos padrões de comportamento de modo a corresponderem às expectativas de ambas as sociedades empenhadas em contatos intermitentes, não era rara. O vigário de São José (Santa Catarina), Joaquim Gomes de Oliveira que, em 1845, visitou a colônia de São Pedro d’Alcântara, relata que, “os colonos eram hospitaleiros exigindo dinheiro pelo pernoite só dos alemães porque era este o costume no país de origem, porém nunca dos brasileiros porque estes também agiam dessa maneira.” (41)

Entre os característicos mais generalizados da cultura teuto-brasileira precisa de ser mencionada a mobilidade espacial bastante acentuada da população rural.

Estreitamente associada aos padrões de uma agricultura extensiva, ela se liga diretamente à cultura cabocla. Em confronto com a sedentariiedade absoluta e quase inalienabilidade da propriedade imóvel dos camponeses alemães, a mobilidade espacial e mentalidade pioneira dos teuto-brasileiros significam uma diferença cultural que dificilmente poderia ser mais profunda. Virtualmente, o colono teuto-brasileiro está sempre disposto a vender as suas roças e sua casa e a tentar a vida numa zona mais ou menos distante de cujas possibilidades econômicas ouviu falar. Semelhante atitude é tão estranha ao camponês alemão que tende mesmo a desprezar aquêles os quais tendem a descartar-se das suas terras com tanto desembaraço.

A cultura teuto-brasileira como cultura marginal — Diante do que acaba de ser exposto já não parece haver dúvida quanto à existência de um cultura híbrida, nas zonas de colonização germânica. A distribuição geográfica de elementos culturais tomados de duas ou mais culturas, principalmente da cultura originária e da cultura luso-brasileira, está longe de ser uniforme. Há diferenças acentuadas entre áreas urbanas e rurais, áreas etnicamente mistas e etnicamente homogêneas — para só mencionar os contrastes mais notáveis. Em qualquer hipótese, os grupos humanos que habitam essas áreas participam de combinações várias de elementos oriundos de culturas diferentes. Trata-se portanto de uma *cultura marginal* que cobre certo número de áreas e sub-áreas não contiguas.

O conceito de cultura marginal não envolve, necessariamente, como se poderia pensar à primeira vista, marginalidade cultural. “Não é a mera mistura de culturas que dá origem ao homem marginal, mas antes a experiência do conflito de atitudes grupais decorrentes

das diferenças culturais.” (42) Se o conflito de lealdades faz do imigrante alemão, temporária ou definitivamente, um indivíduo marginal, o mesmo já não se pode afirmar do teuto-brasileiro que aprendeu, nas suas próprias comunidades, a reagir, de uma determinada maneira, às diversas influências culturais de que se acha rodeado. *É um dos característicos mais importantes da cultura teuto-brasileira que ela desenvolveu padrões suficientemente integrados para dirigir as reações individuais. O indivíduo encontra as definições da sua situação na cultura de seu grupo e essas definições lhe foram inculcadas desde a primeira infância.* O homem marginal se caracteriza precisamente pelo fato de não dispor de tais definições. (43) Pois êle deixou de pertencer, plenamente ao grupo que o proveu de normas de comportamento e o qual não dispõe, para a situação marginal, de um esquema de conduta em que o indivíduo possa encontrar uma solução. A cultura marginal dos teuto-brasileiros, no entanto, ensina ao indivíduo em desenvolvimento quais as atitudes que deve assumir em tôdas as situações nas quais elementos culturais “lusos” estão em jôgo. Diante de inúmeros traços da cultura nacional o teuto perdeu completamente a consciência de se tratar de elementos estranhos à cultura originária. Quanto ao resto, êle aprendeu a conveniência dos contatos secundários com “lusos” Os líderes teuto-brasileiros procuraram, desde a era Koseritz, inculcar na mente do colono teuto-brasileiro que êle, como brasileiro nato, tem tantos direitos quanto os seus patrícios “lusos”. O fato de pertencer, juntamente com caboclos, ao mesmo partido político, à mesma comunidade religiosa, à mesma escola e ao mesmo sistema de relações econômicas, nada tem de estranho para o teuto-brasileiro. Quanto aos *contatos primários*, a sua cultura desenvolveu *padrões evitativos*, favorecidos aliás pelo

relativo isolamento espacial e pela homogeneidade étnica de muitas áreas. O jovem sabe, por exemplo, que casamentos com caboclos estão “naturalmente” fora de qualquer cogitação. E’ óbvio que em áreas urbanas e mistas, padrões evitativos não podem ser mantidos com a mesma coerência. Aí, a promiscuidade cultural do mundo infantil é completa. Mas o adolescente já aprende a fazer distinções, mormente se pertence a uma família protestante das classes média ou superior. Compreende-se assim a observação de que “psicológicamente, a área marginal é apenas um tipo de área cultural porque o seu conteúdo cultural representa u’a unidade e tem tanto valor para seus portadores humanos quanto o conteúdo de uma área cultural plenamente desenvolvida.” (44) A cultura marginal que os imigrantes e teuto-brasileiros construíram em mais de cem anos permite-lhes “uma forma normal de participação de atividades grupais, uma oportunidade para exprimirem seus próprios interesses culturais e, finalmente, um sentimento de segurança que o indivíduo marginal, sem cultura própria, jamais possui.” (45)

Atualmente, é preciso fazer uma restrição importante. A capacidade de uma cultura em prover seus portadores com normas de conduta é limitada. Uma relativa estabilidade é a condição essencial para que possa desempenhar essa sua função primordial. Desde a guerra de 1914, a relativa estabilidade da cultura teuto-brasileira tem cedido, em ritmo acelerado, a uma situação caótica. A desconfiança com que se olhava e censurava a colonização alemã no Brasil, a insistência cada vez maior com que se recomendava ou exigia a fusão completa ou mesmo a dispersão das populações de descendência germânica, a série de medidas, enfim, destinadas a nacionalizar essas populações, abalou os fundamentos da cultura teuto-brasileira. A divisão interna em uma multipli-

cidade de correntes pró ou em favor da assimilação, a discussão aberta e, não raro, violenta dos problemas de assimilação na imprensa, no púlpito e nas associações de tôdas as categorias, intensificaram as dúvidas destruindo a antiga segurança das atitudes. O fechamento de escolas e clubes, a proibição de jornais e da língua alemã são fatores que equivalem a uma *marginalização* de inúmeros teuto-brasileiros. As atitudes aprendidas que correspondiam a determinadas expectativas de seus grupos primários, já não eram adequadas para definir a situação nova. O conflito entre a cultura nacional e a teuto-brasileira, tornava-se um *problema pessoal* para um número crescente de indivíduos.

Alemães e teuto-brasileiros — A associação dos imigrantes aos velhos colonos já radicados e, principalmente, a seus descendentes suscitou uma série quase ininterrupta de choques culturais. Os “alemães novos” julgavam encontrar “patricios” no Brasil, mas a distância cultural entre imigrantes alemães e teuto-brasileiros era pelo menos tão grande quanto aquela entre portugueses e brasileiros, ingleses e americanos, espanhóis e argentinos, chilenos ou mexicanos. Os primeiros contatos ensinavam ao recém-chegado que os supostos “patricios” eram estranhos cujo comportamento lhes permanecia muitas vezes ininteligível, pelo menos durante os primeiros anos.

Assim lemos na carta de um alemão recém-imigrado: “Os nossos alemães imigrados há tempo já não são alemães, mas brasileiros” (46). Os imigrantes por sua vez não mais correspondiam à representação de um tipo ideal que os teuto-brasileiros associavam ao alemão o qual, no seu entender, devia ser, antes de mais nada, um bom patriota. Socialistas e comunistas que depois de 1918 imigraram em grande número, não correspondiam

a essa imagem desiderativa. Indignados chamavam a tais indivíduos "sem pátria" (47).

Em 1931, um observador verificou que as diferenças culturais entre um alemão e um teuto-brasileiro cujos antepassados vieram da mesma cidade, eram maiores do que as que distinguem um teuto-brasileiro de um russo, austríaco ou suíço imigrado antes de 1914" (48).

"O alemão no estrangeiro (*Auslanddeutsche*) é um tanto exquisito (atrazado) na opinião de pessoas que procuraram transplantar, para êste lado do oceano, sua organização política. Alguns dos conferencistas da nossa querida pátria, *morderam em granito*" (49).

Com uma experiência de vinte anos na cura de almas, um padre católico observa que a religião é a parte em que os novos se distinguem dos velhos. Aquêles são indiferentes ou ateus e têm "idéias estranhas sôbre os direitos da mulher e sôbre o matrimônio". Particularmente indignado se mostra o padre sôbre a propaganda pelo *birth-control*, pois "os imigrantes trazem as receitas da Europa" (50).

Sob o título "inimigo pela retaguarda", um médico teuto-brasileiro ataca, no congresso católico de 1930, realizado em Arroio do Meio (Rio Grande do Sul) os padrões do *birth-control* trazidos pelos imigrantes alemães de após-guerra:

"Até há dez anos atrás, a nossa população rural de descendência germânica, tinha o caráter puro e honesto. A imigração ocorrida naquele tempo fez aportar aqui elementos dos mais heterogêneos entre os quais não poucos inferiores que para as nossas condições brasileiras eram simplesmente indesejáveis. Foram êles que enfraqueceram aos poucos aquela mentalidade honrada. Com os imigrantes inferiores instalou-se, entre nós, a mentalidade decadente de após-guerra. Êsses elementos que se tornaram produtos das condi-

ções patológicas e podres da época que seguiu a guerra mundial, empenham-se em difundir as suas novas doutrinas, pelo conselho e pela ação entre a nossa boa população rural" (51).

Os contrastes e conflitos que caracterizavam as relações entre alemães e teuto-brasileiros depois de 1918, foram analisados por R. Peschke em um artigo publicado em 1926. O autor que então dirigia um jornal em língua alemã, numa cidade do Rio Grande do Sul, observou que os alemães eram recebidos, pelos teuto-brasileiros, com muito mais desconfiança do que pelos luso-brasileiros. As decepções observadas em ambos os lados, o autor explica da seguinte forma:

1 — A propaganda que a imprensa alemã desenvolveu, durante a guerra de 1914, fez nascer "representações um tanto idealizadas" em torno dos teuto-brasileiros conhecidos apenas através de algumas pessoas economicamente bem sucedidas no Brasil.

2 — Os imigrantes verificaram que a sua vida no Brasil era mais penosa do que no país de origem.

3 — Os teuto-brasileiros, por sua vez, estavam mal informados sobre as possibilidades de a Alemanha ganhar a guerra de 1914. Por isso estavam propensos a acreditar na traição dos socialistas que, em 1918, teriam "apunhalado pelas costas" o exército imperial. Muitos alemães imigrados antes de 1914 naturalizaram-se brasileiros porque nada queriam saber de uma república de traidores.

4 — Muitos imigrantes antigos e teuto-brasileiros perderam dinheiro em especulações cambiais com marcos alemães.

5 — Os teutos e imigrantes antigos começaram a lograr os imigrantes novos com trapagens. Estes reagiram cada vez mais desenfreados (52).

A julgar por êsse depoimento, os teuto-brasileiros formavam, depois de 1918, uma "frente única" contra a onda de novos imigrantes. Parece que as distâncias culturais entre teuto-brasileiros e velhos imigrantes eram menores do que entre novos e velhos imigrantes. Essa observação coincide com o que foi observado no município de Hamônia onde havia, em 1935, uma espécie de estratificação por idades com segregação relativa das diversas camadas. A mais antiga era constituída pelas pessoas já nascidas na zona e pelos velhos colónos imigrados antes da guerra mundial. Era uma camada bastante homogênea, de experiências sólidas, de vida simples e atitudes pioneiras. A segunda camada imigrou depois da guerra mundial. Cheia de iniciativas revolucionárias, irrequieta e projetista com um espírito de organização muito desenvolvido e com atitudes de superioridade, êsse estrato estava em oposição aos velhos, oposição essa que se revelava na vida social, nas reuniões das cooperativas, na vida religiosa e, sobretudo, na política. Havia uma terceira camada, nova ainda e constituída por teuto-russos do Volga. Evidentemente, a última imigração obedecera a um plano pre-estabelecido e a solidariedade interna, a vida econômica e religiosa quase fechada pouco agradava aos núcleos mais antigos.

Freqüentemente, um intervalo de dez anos já é suficiente para associar os "velhos" contra os "novos". Não há dúvida de que se trata, em parte, de um problema de competição particularmente aguda entre teuto-brasileiros e imigrantes novos. O equipamento adaptativo dos imigrantes recentes julgado superior, os teuto-brasileiros procuravam compensar por padrões xenófobos, agressivos ou evitativos. Vendas fraudulentas de terras, mercadorias ou gado, informações erradas sôbre assuntos de ordem técnica (de que existem

expressões anedóticas), críticas, boicote, não-aceitação do adventício em certas esferas de atividades comunais representam exemplos de padrões agressivos os quais, aliás, variam grandemente nas diversas zonas e localidades.

Já em 1904, um dos almanaques mais lidos manifestou o desejo de que os imigrantes alemães se abstinêssem de qualquer tentativa de influir sobre as condições locais, sobretudo, a política municipal. Eles deveriam ter “ao menos a discreção de um homem culto numa casa estranha” (53).

Os padrões evitativos visam principalmente a segregação dos teuto-brasileiros. Na abertura de novas zonas, por exemplo, pode-se observar que “os filhos dos colonos antigos evitam as zonas onde há muitos imigrantes novos” (54).

Também as associações de oficiais artífices do Rio Grande do Sul são evitadas pelos descendentes de alemães. Seus quadros se compõem quase exclusivamente de imigrantes (55).

Em 1933, o almanaque Rotermond lamentou a existência de um abismo entre alemães e teuto-brasileiros acrescentando, no entanto, que “não poderia ser de outra forma”. Por isso mesmo era *desejável que as instituições culturais teuto-brasileiras se tornassem independentes da velha pátria* (56).

NOTAS

(1) *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*, Editado pela Associação de Sociedades Alemãs, (Pôrto Alegre, 1924), pp. 550, 555, 559.

(2) Robert Gernhard, op. cit., p. 92.

(3) E' muito significativo o termo *Berufsstand*, estamento profissional, que desempenha, mesmo na vida social contempo-

rânea como também na literatura sociológica e social-filosófica, um papel de grande importância.

- (4) Erich Fausel, op. cit., p. 267.
- (5) S. Endress, op. cit., p. 53.
- (6) Ibidem, p. 59.
- (7) Ibidem, p. 80.
- (8) Robert Gernhard, op. cit., p. 229.
- (9) Gedenkbuch etc. op. cit., p. 52.
- (10) Wettstein, op. cit., p. 156.
- (11) Ibidem, p. 77.
- (12) Ibidem, p. 78.
- (13) K. Oberacker, op. cit., p. 50.
- (14) *Evangelischer Gemeinde-Kalender*, 1932, p. 115.
- (15) Vide, por exemplo, Ernesto Trommenschläger, "Die Machenschaften des Schmalzsyndikats", *Serra-Post*, (Ijuí, 10 de abril de 1930). O autor ameaçou os "trusts" com uma greve dos fornecedores.
- (16) Manuel Duarte, *Os Alemães em Santa Catarina*, (Rio de Janeiro, s/a), p. 45.
- (17) Na Alemanha, os ministros e sacerdotes são remunerados pelo Estado que lança um "impôsto eclesiástico" pago por todos que fazem parte de uma Igreja.
- (18) Robert Gernhard, op. cit., p. 284.
- (19) S. Endress, op. cit., p. 165.
- (20) Robert Gernhard, op. cit., p. 230.
- (21) K. Oberacker, op. cit., p. 16.
- (22) S. Endress, op. cit., p. 47.
- (23) Robert Avé Lallement, *Reise durch Sübrasilien im Jahre 1858*, Parte I, (Leipzig, 1859), p. 132.
- (24) Ibidem, p. 212.
- (25) Ibidem, p. 213.
- (26) *Katholikenversammlung in Arroio do Meio, 1930*. Publicado pela Associação Popular dos Católicos Alemães no Rio Grande do Sul, (Pôrto Alegre, 1930), p. 107.
- (27) *Deutsches Volksblatt*, N.º 268, 15-XI-1936, p. 16.
- (28) Ph. Sobell, op. cit., in *Der deutsche Auswanderer*, setembro-outubro de 1934, p. 236.
- (29) C. Heinrich, "Eine pommerische Kolonistenhochzeit in Espirito Santo" *Uhles Jahrbuch*, 1940, Vol. 34, p. 262.
- (30) Ibidem, pp. 259, 260.
- (31) Ibidem, p. 260.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 273

(32) Pf. Sobell, "Deutsches Volkstum im Staate Espirito Santo, (Brasilien)", *Der deutsche Auswanderer*, setembro-outubro de 1934, p. 237.

(33) Fritz Frei, "Kolonistenelend in Brasilien", *Der deutsche Auswanderer*, julho-agosto de 1931, p. 143.

(34) Rotermund-Kalender, 1929, p. 112.

(35) Vide por exemplo uma observação do pastor Dede-kind in *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1910, p. 143.

(36) *Der Auslanddeutsche*, IX, 18, p. 591.

(37) K. Oberacker, op. cit., p. 49.

(38) *Ibidem*, p. 49.

(39) Nabe, "Brasilien", *Der Auslanddeutsche*, IX, 20, p. 654.

(40) *Ibidem*, p. 656.

(41) *Gedenkbuch*, etc. op. cit., p. 38.

(42) Everett V. Stonequist, op. cit., p. 88.

(43) Vide Milton M. Goldberg, "A Qualification of the Marginal Man Theory", *American Sociological Review*, Vol. 6, N.º1, 1941, p. 53.

(44) A Goldenweiser, "Cultural Anthropology" in *History and Prospects of the Social Sciences*, H. L. Barnes ed., (New York, 1925), p. 245.

(45) Milton Goldberg, op. cit., p. 57.

(46) *Der Auslanddeutsche*, Ano III, 1920, p. 184.

(47) *Ibidem*, p. 114.

(48) Fritz Frei, "Kolonistenelend in Brasilien", *Der deutsche Auswanderer*, julho-agosto de 1931, p. 142.

(49) Alfred Funke, *Brasilien im 20. Jahrhundert*, (Berlin, 1927), p. 227. (O grifo é nosso).

(50) Hermann von Freeden, *Tatú kolonisiert in Südamerika*, (Berlin, 1936), p. 47.

(51) Josef Schlatter, "Feind im Rücken", in *Katholikenversammlung in Arroio de Meio*, op. cit., p. 133.

(52) R. Peschke, "Neudeutsche sind zu vorlaut", *Der Auslanddeutsche*, IX, 1926, p. 147.

(53) A. L. Heid, "Unser Deutschtum" *Koseritz Deutscher Volkskalender*, 1904, p. 424.

(54) H. von Freeden, op. cit., p. 46.

(55) *Die Getreuen*, setembro-outubro de 1933, p. 71.

(56) Anônimo, "Kalendermanns Standrede", *Rotermund-Kalender*, 1933, p. 24.

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO X

A LÍNGUA

O background — Os países de língua alemã apresentam uma diferenciação linguística que coincide, em geral, com a variação das culturas regionais e locais. Esse fenômeno não é tipicamente germânico. A maioria dos povos europeus é muito antiga e a formação de suas sub-culturas obedeceu a regras que pouco diferem nos diversos países. A estrutura das sociedades européias manteve-se, durante mais de mil anos, em moldes que permitiram a suas comunidades locais grande autonomia de desenvolvimento cultural. Na esfera linguística, essa autonomia levou, em toda parte, a um máximo de diferenciação que se evidencia principalmente na formação de *dialetos*. Estes continuam sendo falados até hoje pelas populações rústicas, grande parte do proletariado e da pequena burguesia. Em parte nenhuma as diferenças entre dialetos vizinhos são profundas a ponto de torná-las mutuamente ininteligíveis às populações que os falam. Mas camponeses do norte e do sul da Alemanha, por exemplo, não se entenderiam se, ao estabelecer contato, usassem apenas de seus dialetos respectivos.

A criação de uma língua-padrão não fez desaparecer os dialetos, apesar dos esforços da escola pública empenhada em transmitir o idioma "oficial". Na Alemanha, na Suíça e na Áustria êsses esforços tiveram menos resultado ainda do que na Inglaterra ou em França. A autonomia cultural das diversas regiões

mostrou-se suficientemente forte para que se cultivassem, ao lado do padrão coloquial, os padrões provinciais e os dialetos pròpriamente ditos. Sem dúvida, o particularismo político, mormente o antagonismo em relação à Prússia, tinha um papel relevante se um badense, bávaro, saxão ou austríaco usava, ostentivamente, em família e na vida pública, do padrão provincial. A autonomia das culturas regionais e locais foi tão pronunciada que jamais se puderam desenvolver, em tôrno do idioma-padrão, as preocupações de ordem sentimental e intelectual que caracterizam, por exemplo, o culto votado pelos franceses a seu idioma oficial. Na Alemanha, a cotação social da língua-padrão não ultrapassa a dos padrões provinciais. A fala regional não deprecia o homem, não lhe tira o prestígio. Ao contrário “os alemães desenvolveram, no último século, uma espécie de afeto romântico por dialetos locais. Ao passo que o homem das classes médias, um tanto incerto da sua posição social, os evita, não poucos alemães das classes elevadas fazem questão de falar o dialeto local no lar. Na Suíça germânica, essa tendência vai mais longe: até o suíço da camada mais alta, embora familiarizado com o alemão-padronizado, usa o dialeto local como meio normal de comunicação na sua família e com os vizinhos” (1). Na Alemanha, a restrição feita à cotação dos dialetos não se estende aos padrões provinciais que consistem em elementos fonéticos, semânticos, lexicais e sintáticos comuns a uma área relativamente extensa quando comparada às áreas dialetais. Em regra, o padrão provincial, sobretudo na Alemanha meridional e ocidental, representa o limite “superior” a que o indivíduo, mesmo nas camadas altas, normalmente se eleva. As tentativas de assenhorear-se do idioma-padrão são meras aproximações. Com facilidade

reconhece-se a origem do bávaro, austríaco, suíço, badense, saxão etc., pelo sotaque indisfarçável com que pronuncia o idioma-padrão. É óbvio que a grande diferenciação linguística dos alemães e a alta cotação social de dialetos e padrões provinciais exerceram efeitos decisivos sobre a formação de novas comunidades linguísticas em áreas de colonização germânica. A ausência de um padrão universal que se impusesse aos imigrantes pela sua própria cotação social, favoreceu novas formas de diferenciação ou mesmo desagregação linguística, nos países adotivos.

A formação do linguajar teuto-brasileiro — A condição fundamental para a constituição de comunidades linguísticas no Brasil, foi o isolamento espacial das principais áreas de colonização. Quanto ao meio de comunicação verbal não havia outro recurso senão a conservação do equipamento linguístico trazido do país de origem. Na situação nova que se deparava aos imigrantes, somente este idioma podia desempenhar as funções que normalmente uma língua exerce com relação à configuração cultural.

Todavia, a conservação linguística não podia ser completa. Determinadas mudanças eram inevitáveis e não havia quem se tivesse deliberadamente empenhado em evitá-las. Durante as primeiras décadas, os imigrantes alemães e seus filhos, brasileiros por nascimento, representavam uma massa acéfala. E quando, em meados do século 19, algumas centenas de intelectuais exilados se sobrepuseram às comunidades teutas como elite, a transformação linguística já era, em grande parte, um fato consumado. Acresce que a atuação intelectual dessa elite e das outras que mais tarde se constituíram, jamais alcançou, de modo apre-

ciável, as inúmeras comunidades distantes dos centros urbanos.

As mudanças linguísticas derivaram de três fontes principais e onipresentes onde quer que se constituíssem comunidades teuto-brasileiras:

1 — O meio físico diferia profundamente do meio ambiente europeu e impunha, paralelamente a outras mudanças culturais, a aquisição de uma terminologia que preenchesse as lacunas existentes no equipamento linguístico trazido dos países de língua germânica.

2 — Raramente, as comunidades teutas se compunham de imigrantes culturalmente homogêneos. Já vimos que, em geral, êles representavam culturas regionais e locais e, portanto, padrões linguísticos muito diferentes. O contato entre dialetos e padrões provinciais originou processos de difusão intra-étnica bastante complicados. Pouco se sabe sôbre êsses caldeamentos, a não ser que os dialetos e padrões provinciais mais “poderosos” (no sentido numérico ou social) absorveram os demais, mas que o resultado final dêesses processos, o linguajar atualmente falado, se impregnou de um número maior ou menor de traços fonéticos e gramaticais dos padrões absorvidos.

3 — Os imigrantes entraram a viver, desde o primeiro dia, em simbiose com grupos culturalmente diferentes. Em muitas partes estabeleceu-se uma divisão do trabalho inter-étnica condicionada a relações secundárias, intermitentes ou permanentes. Por menos freqüentes ou intensas que fôsem essas relações, nunca deixaram de funcionar como canais de infiltração linguística. Geralmente, a aquisição de novos elementos oriundos das culturas circunvizinhas era acompanhada da adoção dos têrmos correspondentes.

Quanto às mudanças linguísticas impostas pelas diferenças do meio físico, duas possibilidades se nos deparam:

- 1) a criação de novas palavras com os recursos da própria língua e
- 2) a adoção de termos usados por grupos étnicos vizinhos.

No caso dos imigrantes alemães as criações são muitas. Numerosas plantas e vários bichos da fauna brasileira receberam nomes alemães. Por exemplo, uma espécie de bambú usado para tochas, foi chamada, pelos colonos de São Leopoldo, *Lichtrohr* (cana para luz). Outras palavras são meras germanizações e não propriamente criações. Todavia, a germanização, tão comum na formação do linguajar teuto é nesses casos completa, no sentido de tornar irreconhecível o termo primitivo. O nome da localidade de Estrela foi transformado em *Strehle*. A palavra estância foi reduzida a *Stanz*. É provável que a existência, em alemão, da raiz *Stanz* (com significado diferente) tenha exercido alguma influência sobre essa transformação. Mais interessante é a alteração da palavra foice que em certa zona passou a ser *Fuchş* (2). Duas associações, uma fonética e outra semântica, parecem haver presidido a formação dêsse termo. A relação fonética é evidente, tanto mais que muitos dialetos alemães tendem a eliminar o e final e a dar ao ditongo *oi* o valor do *eu* alemão, pronunciando *feuss'*. Não raro aparece também a pronúncia *fouss'*. Acresce que os alemães chamam de *Fuchsschwanz* (rabo de raposa) certa espécie de serrote. Foice e serrote são ferramentas corriqueiras. Ambas servem para cortar madeira sendo usadas, freqüentemente, na mesma ocasião. Desta maneira, a associação semântica apoiar-se-ia na associação cultural.

Uma criação legítima é o verbo *buschen*, colhido por Lacmann (3) em São Leopoldo. Geralmente, no entanto, ouve-se o termo *rossen*, a forma germanizada de roçar.

Também *loan-translations* são raríssimas entre teuto-brasileiros. Evidentemente era mais simples adotar e germanizar termos portugueses do que traduzí-los, para encher supostos ou reais lacunas da língua nativa. Um exemplo de *loan-translation* é a expressão impessoal inexistente no idioma padrão *es hat* no sentido de há ou do popular, mas incorreto "tem". (Tem muita gente aqui: "*es hat*" viele Leute hier).

Quase todos os elementos lexicais não-germânicos que entraram na formação do linguajar teuto, são de origem portuguesa. Muito raros são os termos tomados do italiano ou de outras línguas. Um exemplo oferece a palavra *bocce*. Os teuto-brasileiros incorporaram êsse jogo popular no seu patrimônio cultural adotando também o termo (pronunciado *Botxe* ou *Botx*).

A insegurança linguística em geral, a ausência de um idioma-padrão que se impusesse, pelo seu prestígio, e através de instituições comunais, pelo menos à parte alfabetizada dos teutos-brasileiros, contribuiu consideravelmente não só para a hibridação do linguajar rústico dos colonos, mas também para criar relações inter-dialetais verdadeiramente confusas. Por exemplo no Rio Grande do Sul, os colonos descendentes de pomeranos, falavam em casa o seu dialeto, mas usavam em outras ocasiões um dialeto renano que eles consideravam idioma-padrão (4). É possível, aliás, que nisso tenha havido um reconhecimento tácito da "superioridade" cultural dos colonos descendentes de renanos.

Apesar da sua permeabilidade, o linguajar teuto revelou um considerável poder de absorção em áreas onde os imigrantes de língua alemã se constituíram em núcleos compactos. Fragmentos de outros grupos étnicos foram, em geral, incorporados nas comunidades linguísticas que se iam formando.

E' o que se deu com inúmeros eslavos na zona do Itajaí e alhures, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Em Brusque e Blumenau, não poucos italianos que se estabeleceram entre os teutos, foram linguisticamente absorvidos por êstes. Em Brusque pelo menos cinco famílias ítalo-brasileiras usavam, em 1930, do linguajar teuto. Algumas delas perderam o italiano. Não poucos luso-brasileiros adquiriram um domínio do idioma teuto que em nada os distingue da sociedade local. Êste é o caso dos cônjuges de descendência portuguesa residentes em comunidades teuto-brasileiras.

Menos numerosos, do que geralmente se pensa, são os negros que "só sabem falar o alemão". Nas principais áreas de colonização germânica, a população de côr é muito reduzida e, às vêzes, inexistente. Alguns casos foram observados em zonas onde os imigrantes incorporaram a escravidão no seu patrimônio cultural como, por exemplo, em São Leopoldo. Nesta vila, Tschudi observou, em meados do século 19, de 150 a 160 escravos. "A maioria fala alemão, naturalmente sempre o dialeto de seus donos" (5).

A contribuição do português para a formação do linguajar teuto-brasileiro — Foram colhidos até agora 693 têrmos que os teuto-brasileiros introduziram no idioma falado em áreas isoladas onde a constituição de comunidades linguísticas era possível (6). A lista que fazemos seguir não é completa e não contem, por exemplo, inúmeras palavras da fauna e flora brasileira, assim como nomes próprios,

LISTA DE PALAVRAS PORTUGUESAS INCORPORADAS NO LINGUAJAR TEUTO-BRASILEIRO (7)

abakaxí	abacaxí
adelogo, telogo	até logo
adeus, adyés (talvez de adieu)	adeus
advogado	advogado
aibi, aipi	aipim
adfáf	alfafa
alfândega	alfândega
algodón	algodão
aktsizen	cisas
amendoín, marovín	amendoim
amexe	ameixa
amigo	amigo
ante	anta
arasá	araçá
aranye, aranya	aranha
arapúk	arapuça
árarut	araruta
árebu, urubú	urubú
armazén, armezén	armazem
aranxiren, ranxiren	arranjar
arebanyiren, rebankiren	arrebanhar
ariát	arreata
triero	arrieiro
arobe, arober	arroba
arumiren	arrumar
azizista	assistia (adepto de Assis Brasil)
atafona	atafona
avisírn, avisiren	avisar
aviso	aviso
baderne	baderna
bakelyáu	bacalhau
bagás	bagaço
bai	baio
bainya	bainha
baiyól	paiol
bala	bala
balaie	balaio
balde	balde

balíz	haliza
balkón	balcão
balse, bals	balsa
bandane	badana (dos arreios)
bandêx	bandeja
bangré	pangaré
banyado (panyade)	banhado
baranke, baránk	barranca
barát, barate	barata
barate	barato
barbante	barbante
barbaridade	barbaridade (interjeição)
barke	barco
bariga	barriga (no sentido de beberrão)
barose	barroso
barót	barrote
basthexe	"bruxa do pasto" (anú preto)
batate, patát	batata
bau	pau
bayét	baeta
belég	pelego
beŋteví	bem-te-vi
beŋ	bem
benzedura	benzedura
bexú, bixú	beijú
bidók	bodoque
bigode	bigode
bix	bicho (também o jôgo)
bixade, bixix	bichado
bixebérne	bicho-berne
bisiklete	bicicleta
biskút	biscoito
blum	pluma
boa tarde, boa noite	boa tarde .boa noite
bobra, bober, bof, bore	abóhora
bolas	bolas
bolaxen, bolax, bolásk	bolacha
bolsa	bolsa
bomba, bombilye, bombilya	bombilha
bombaxen	bombachas
bombír	bombeiro
boŋ, boŋ dia	bom, bom dia
boŋboŋlat	lata de bonhons

A Aculturação dos Alemães no Brasil 283

bonde	bonde
boné	boné
bókneger	boca-negra (nome dado a cães)
borgarie	porcaria
horxista	borgista (adepto de Borges de Medeiros)
botinas	botinas
brase	braça
brasine	brasino
brin	brim
brok	broca (doença do casco do cavalo)
brox	brocha (do carro de boi)
broxade	brocha, brochada (parada repentina do cavalo a galope, o qual escorrega sobre as patas trazeiras)
brovoqe	provocar
buere	bueiro
buger, buke, buker	bugre
butiá	butiá
delegado, dilegát	delegado
deputado	deputado
derés, ferés	dez réis (forma popular: derréis)
despaxiren	despachar
develút	devoluto
diligéntsia	diligência (carruagem)
distón	tostão
distrikt	distrito
doka	doca
dominguera	domingueira
dona	dona
dos, dose	doce
egva	égua
eintserken	cercar
empakadór	empacador
empregado	empregado
enfiñ	enfim
engényo	engenbo
enkomende	encomenda
enkrenke	encrenca
enxó	enxó

entra na karera (!)

erva

eskadrón

eskritório

está bon

estampa

estánsia

estansiero

estrago

fak

fakón

farapen

farele

farín

farmásia

fazende, fasende

fazendenloje

fazendero

faxinál

feitór

ferón

ferajens

fexoada

fexón

figuere

filmabude

fixa

fixário

fisge

fiskál

fiskalizatión

fiskaliziren

fogét, fogete

formidavel

fora

forsa

fose, feuse, feuste

fosen, feusen

fósforo

frê

frêgêse, frêgês

fregesíe

friere

entra na carreira (exclamação)

erva

esquadrão

escritório

está bom

estampa

estância

estancieiro

estrago

faca

facão

farrapo

farelo

farinha de mandioca

farmácia

fazenda

loja de fazendas

fazendeiro

faxinal

feitor

ferrão

ferragens

feijoada

feijão

figueira

filho da puta

ficha

fichário

fisga

fiscal

fiscalização

fiscalizar

foguete

fomidável

fora

fôrça

foice

foiçar

fósforo

freio

freguês

freguesia (sede distrital)

frieira

frigorífiko	frigorífico
fuere	fuero
fum	fumo
funde	funda (estilingue)
gaiól, gaiole	gaiola
gaita	gaita
galinya	galinha
galpón	galpão
garafe, karáf	garrafa
garafón, karafúm, krafón	garrafão
garáp	garapa
garauna	garaúna
garone	garona
garsa	garça
garúp, garupa	garupa
gaselin, gasolina	gasolina
gateado	gateado
gauxo	gaúcho
gazoline	lancha a motor
gazoze	gasosa
gia	guia
goiabade	goiabada
goiabe	goiaba
golero	goleiro
gordura	gordura
governadór	governador
grame	grama
granxe	granja
gravate	gravata
guisado	guisado
gurí	gurí
hiate, yate	hiate
imbire	imbira (fibra)
imbuia	imbuia
impele reiten	andar de em pelo (8)
inkomodation	incômodo
inkomodiren	incomodar
inspèktor	inspector
intendént	intendente
intendéntz	intendência
interventór	interventor
invernada	invernada
ipé	ipê

iske (!)	isca (!) (Voz com que se estimulam os cães)
iskere	isqueiro
kabesún	cabeçudo (nome dado ao cavalo)
kabin(e)n, kabein(e)n, kapinen	capinar
kabión	gavião
kabo	cabo
kabokler	caboclo
kabrést, gabrést	cabresto
kabose	acabou-se
kadé	cadeia
kadeade	cadeado
kadeado	espécie de cavalo
kadela	cadela
kaderneta, kadernét, katinét	caderneta
kadoŋ	carretão
kafere	gafeira
kaki	caqui (brim côr de poeira)
kaltsón	calção
kalombo	calombo (raça de gado)
kaltsát	calçada
kamarón	camarão
Kamarát	camarada
kamaráf	camarote
kamer	câmara
kambón	cambão (do carretão)
kamél	gamela
kaminyón	caminhão
kaminye (!)	caminha (!) (voz usada para animar os bois a caminharem na carreira do arado)
kampa	campo
kampamento	acampamento
kampanya	campanha
kanáil	canela (especiaria)
kane	cana de açúcar
kaneker	caneca
kanesék, karnesék	carne seca
kangalye	cangalha
kanivét	canivete
kano	canoá
kantsele	cancela
kantsil	canzil
kapa, kape	capa

kapanga	capanga
kapatáz, kapatáiz	capatáz
kapetón, kapitón	capitão
kapi, gabi	capim
kapilé	capilé
kapinen	capinar
kapítal	capital
kapixaba	capixaba
kapivara	capivara
kapoér, kapovere, kapevér	capoeira
kapón	capão
kara	cará
karamba	caramba
karapát	carrapato
kareje	carijó
karserero	carcereiro
karere, kareye	carreira (corrida de animais; trilho de animais; sulco feito pelo arado)
karét, karete	carreta
karetero	carreteiro
karimbiren	carimbar
karimbo	carimbo
karijó	carijó
karón	carona (dos arreios)
karós, karose	carroça
karosero	carroceiro
kartera	carteira
kartonaxe	cartonagem
kax	catcho
kaxás	catchaça
kase	casa (ó de casa!)
kaxer, kaxexe	cargueiro
kaxérn, kaxéxn	cargueirar
kaxérol	caçarola
kaxier, kaxér, kaxéro	caixeiro
kaxik	canjica
kasike	cacique
kaximbe	cachimbo
kaskalyo	cascalho
kaskudo	casculo
kaxoera	cachoeira
kaspité (!)	caspité (!)

kaxumbe
katuno
katúx,

kutuxere, katuxér

kautela
kavanyake
kavakinge
kavalýero
kavêre
kazemír, kasemír
kazoso
kero-kero
kerosén, kresín
kestón machen
koaté
kobrantsa
kobrêre
kobriren, kobri(e)n
kokada, kokade, kokát
kokêro
kolektori
kolêre
koletór
koloní, kolení
komader, komades
komárk
kompader
kompanyêro, kompanyêre
konto
konveniren,
konversiren
kooperative
korál
koronél
koxemélade
koxeníl
koxilya
koveflór

cachumba
gatuno
cartucho (de arma; boga] do es-
tribo; amendoim com açúcar,
acondicionado em invólucro
de papel de forma cônica)
cartucheira (cinturão em que se
carregam cartuchos, dinheiro
etc.)
cautela
cavaquinho
cavanhaque
cavalheiro
oveiro
casimira
gasosa
quero-quero
querosene
fazer questão
coatí
cobrança
cobreiro
cobrar
cocada
coqueiro
coletoria (de rendas)
coleiro (nome dado a cães)
coletor
colônia (extensão de terras)
comadre
comarca
compadre
companheiro (nome dado a cães)
conto (de réis)
convir
conversar
cooperativa
curral
coronel
melado
coxonilho
cochilha
conve-flôr

kreolín	creolinn
kriado, kriada	criado, criada
kariasón	criação
kriolo	crioulo (raça de gado)
kuader	quadra
knút	quarta (medida)
kartél	quartel
kuatirinspektor	inspetor de quartelrão
pektor	cunhado, cunhada
kunyado, kunyada	cocho (do engenho de farinha)
kux	cuin
kuye	ladeira
ladera	largato
lagarto	lagoa
lagô	lambarí
lambarí	
lambík (também: hebedor de cachaça)	alambique
lantsamént, lantsamente	lançamento
lanxe, lanx, lansk	lancha
laránx, laranxe	laranja
laranxade	laranjada
lasen, lasken	laçar
laso	laço
late, lat	lata
latrine, laterí	latrina
lavrade	lavrado (nome dado a bois)
lebune	lobuno
lefreske	refresco
légua	légua
lelón	leilão
letón	leitão
liberaler	liberal (adepto do partido li- beral)
liga	liga
lim, lime	lima (fruta)
limonade	limonada
limón	limão
linguisa	linguiça
litsénts	licença
losa	louça
loja	loja
lot, lote	lote (de terras)

luso	luso
magrét	margarito
mais o menos	mais ou menos
maĩḡ	mãe
makák	macaco
makés	marquesa (canapé)
mala, male	mala
malyaria	malharia
mamél	marmelo
mamónḡ	mamão
mandiók, manyók, mayók	mandioca
mandubí	mandubí
manga	manga
	mangueira (curral)
mangêre magêre	maragatos (revolucionários de 1893)
maragaten	morim
marin	mercado
markade, makade	malacara
markare	mareco
marék	marcha (andar do cavalo)
max	machado
maxado	macho (filho de jumento e égua ou de cavalo e jumenta)
maxe	marchador (cavalo)
maxedór, maskedór	macega
masega	munjolo
maxole	major
maxor	marcha troteada
max troteade	mate
mat	mata-bicho
matabíx	mata-bicheira
matabixere	mata-carrapato
matekarapát	mate-chimarrão
mateximarónḡ	matriz
matríz	matugo (cavalo velho)
matunge	medida (4 garrafas)
medide	melado
melade, melád	mercado
merkado	calças listradas
mesklahosen	mestiço
mestiso	mico
miko	milho
milgen, melgen, milye	

A Aculturação dos Alemães no Brasil 291

milrés, mil	milréis
minêro	mineiro
miudezas	miudezas
molék	moleque
molyadíst	molhadista
more	mouro (certa côr do pêlo do cavalo)
moringa	moringa
moskít, moskite	mosquito
mulato, mulát	mulato
mule	mula
mulinye (de mulinha)	mula
multe	mulata
multiren	multar
mundo (mundo beη)	muito (muito bem)
munitsíp, munisíp	município
muskát	mascate
muxil	mochila
namorado, namorada	namorado, namorada
namoriren	namorar
nené	nenê
no é .(?)	não é (?)
novene, novena	novena
ofisina	oficina
ontse	onça
orsamént	orçamento
oske	osco
pak	paca
pakadór	empacador
pakador (e) n	empacar
pala	palã
palpite	palpite
palye	palha
palyetsigaren	cigarro de palha
palm, palmo	palmo
palmite	palmito
panela	panela
pantane	pântano
pas	passo
pasaxe	passagem
pasiénsia, patsiénsia	paciência
past, bast	pasto
pat, pate	pato

paták, badák	pataca
patakón	patacão
patêr	pateiro
patrón	patrão
paupík	pau a pique
pelade	pelado
pelêger, belêg	pelego
pelót	pelote (projétil de бодогу)
perekít	periquito
perfét, perfêto, prefeito	prefeito
perfeture, prefektúr	prefeitura
perobe	peroba
persiene	persiana
perú	perú
pexinxá	pechincha
petís	petiço
pikát, pikade	picada
pikapáu	picaço
pikarete, pikarét	picareta
pikás	pico
piko	picolé
pikolé	pilão
pilón	pimenta
pimente	pinga
pinga	pintado, (nome dado a bois ou vacas)
pintade	pinhão
pinyón	pintado, a (nome dado a bois ou pião (brinquedo))
pión	pipa
pión	pirão
pipe	piscina
pirón	piteira
pisina	pneu
piterra	polícia
pneu	pão
polís	pão-de-ló
pón	poncho
pondeló	boçal (cabresto com focinheira)
ponxe, ponx	porteira
porsál	portão
portêre, potêr, patêr	pousada
portón	
posada, posade	

posen	pousar
potrêr	potreiro
potro	potro
prasa, prase	praça
praie	praia
presus (presus holen)	prêso (aprisionar, prender)
primer, primo, prima	primo, a
profil, porvil, povilye	polvilho
pr)mese	promessa (religiosa)
prôsen	prosa, prostar, vangloriar-se
provák, pravák	bruaca
puxa (!)	puxa (!) (voz usada para ani- mar os bois)
	puxa-puxa
puxe-puxe	puxar
puxen	epucha diabo
puter diáx	rabo de tatú
rabetatú, rapetatú	rabicho (peça dos arceios)
rabíx	ramo (de mandioca ou aipim)
ram	ranchos
ranxe	rapadeira (ralador)
rap,	rapadura
rapedura	rapar
rapen	razão
razón	rédea
redye, relin	refresco
refresko	refugio
refuge	registar
registir (e)n	requerer
rekerir (e)n	
reklemént, reklamént, rekre- mént	requerimento
rekrêyo	recreio
relye	relho
rem, remo	remo
remangze	remanso
remen	remar
republikaner	republicano
reze, reza	reza
riberón, riverón hiverón	ribeirão
rifa	rifa
rio	rio
riskadine	riscadinho (tecido)
riskád	riscado (tecido)

rodeyo	rodeio
rozilye, rosíl	rosilho
rosk	rosca (de polvilho ou de farinha de trigo)
roske	rosque
rose, ros	roça
rosirn (e), rosen	roçar
ruane	ruano
sabiá	sabiá
sabúk, sabúk	sabugo (espiga de milho sem grão)
safra	safra (ceva dos porcos)
saine	zaino
salín	selim
salón	salão
salto	salto
salvekonduto, salverkondúkt	salvo-conduto
sange	sanga
sebola	cebola
sebruno	zebruno
sebú	zebú
sede	sede
sekos e molyados	secos e molhados
seliren	selar
selo	sêlo
şenyór	senhor, a
şera, sere	serra
serade	encerado (pano)
seraner	serrano
serano	serrano (espécie de gado bovino)
serola	ceroula
sertanexo	sertanejo
sertidón, setidón	certidão
sertón	sertão
sigar	cigarro
sinamón	cinamão
sinêma	cinema
sipó, sipu	cipó
sirilye	serrilha (dos arreios)
sise	sisá
sítio	sítio
sobrado	sobrado
sobrinyo, sobrinya	sobrinho, sobrinha

A Aculturação dos Alemães no Brasil 295

soko	sôco
sombrêro	sombreiro
sorvete	sorvete
sósio	sócio
spanyól	espanhol
spanyola	espanhola (epidemia de gripe de 1918)
spingolét	espingueleta (do bodoque)
spinxe, spinye	espinho
spinye	espinha
spoléte spulét	espoleta
stêre	esteira
stradêre	estraladeira (cordel grosso e resistente)
strele	estrela (nome dado a vacas)
stropiade, strupiát	estropiado
subdelegát	sub-delegado
sulvint	vento sul
suspensórios	suspensórios
tabelyón	tabelião
táia, taióbe	taioaba
takuara	taquara
talón	talão
tamanduá	tamanduá
tamánc, tamanken	tamanco
tamuêre	tamoeiro
tanxerine	tangerina
tapioka, tapioke	tapioca
tapír	tapir
tarafe	tarrafa
taxa	taxa
tatú	tatú
'te logo, te loge	até logo
tenente	tenente
terál	terral
tesoraria	tesouraria
teuto	tento
tipetí	tipití
tiro	tiro (de guerra)
todíl	tordilho
tokaio	tocaio
toke (!)	toque (!) (voz para açular cães)
token	tocar

tola	tolda
tostón	tostão
trase	traça
traír	traira
trankefil, kránefil	trancafio, trincafio
trameler	taramela
trapix	trapicho
trava	trava
travesón	travessão
tresmaria	tresmaria
trok	troca (sistema de troca natural)
trôko	trôco
trop	tropa
tropen	tropa (também usado para designar um bando de crianças, por ex.)
trupêro	tropeiro
tserk	cêrca
tserimónia	cerimónia
tsize	cisa
tukano	tucano
tupiano	tupiano
tulye	tulha
tupi	tupí (nome dado a cães)
turme, turm	turma (de trabalhadores)
uzekapión	usocapião
vagalyade	vacada
vagón	vagão
vakeano	vaqueano
vakere	vaqueiro (nome dado a cães)
valént	valente (nome dado a cães)
vamos	vamos
velyák	velhaco
velude	veludo (nome dado a cães)
vende	venda
vendíst, vendêro	vendeiro
ventín, vendí, vindén	vintém
vergastiren	gastar
vergonye	vergonha
verlusen	abrasileirar
vigário	vigário
vila	vila
violón	violão

vitrole	vitrola
viva (!)	viva (!)
volte	volta
vom (!)	vamos (!)
vovô, vovó	vovô, vovó
xagnatirica	jaguaratirica
xakarandú	jacarandá
xakaré	jacaré
xaker sakra	chácara
xalér	chaleira
xape, sap	chapa
xapeu republicano	chapéu republicano (chapéu dos gaúchos)
xarke	charque
xarkeada	charqueada
xarút, sarute	charuto
xavalí	javalí
xavete	chaveta (do carro de boi)
xagen	chegar
xekitibá	jequitibá
xerente, xerént	gerente
xingante	gigante (nome dado a bois)
xikót	chicote
xilena	chilena (espécie de espora)
xo (!)	chó (!) (Voz para chamar ani- mais)
xokelantérn	chocolateira
xrak	jararaca
xuís	juiz
xuís de pais	juiz de paz
xundiá	jundiá
xuntamént, xuntamente	juntamento (mutirão)
xurade (de jurado)	juri
xuraskada	churrascada
xuraske	churrasco
xutera	chuteira
yams, inyame	inhame

Atendendo ao fato de ser relativamente pequeno o vocabulário do homem rústico, sobretudo quando vive isolado, o número de termos portugueses sôbre o total das palavras usadas, parece muito elevado. Um

ligeiro exame da nossa lista revela que, na grande maioria dos casos, se trata de têrmos de uso corriqueiro, têrmos êsses relacionados quase todos com as atividades quotidianas e, portanto, típicas dos colonos. êste fato dá ainda maior relevância a êsses empréstimos linguísticos.

De outro lado   preciso levar em conta que nem todo o vocabulário aquí transcrito se encontra em tôdas as comunidades linguísticas. Um certo número de palavras   comum a tôdas elas, mas outras há que só se usam nas cidades ou nas áreas limítrofes   cultura pastoril do planalto. Acresce outro fato que restringe mais ainda o significado do vocabulário de origem portuguesa: Dos 693 têrmos da nossa lista, s mente 37 s o verbos, 6 adjetivos e 8 interjei es. Com uma única exce o todos os verbos receberam termina es germânicas (*ieren*, — *en*). A três dêles (*einzerken*, *vergastieren*, *verlusen*) acrescentaram-se, além disso, prefixos alemães.  sse processo de afixa o significa a *conserva o integral da conjugac o alemã* ou, pelo menos, daquela parte que usualmente se encontra nos dialetos ou padrões provinciais. Êste e outros fatos fizeram com que a constru o da frase não sofresse influências sensíveis do português. A sintaxe alemã continua intata, pelo menos em linhas gerais.

O desequilíbrio lexical do nosso vocabulário português explica-se, antes de mais nada, pela necessidade que os colonos sentiram em denominar objetos estranhos a seu horizonte cultural. Depois da emigra o surgiram elementos ergológicos novos que precisavam de ser denominados. Dá a grande quantidade de nomes e o número insignificante de verbos, adjetivos e interjei es. Mormente os adjetivos merecem a nossa aten o. De acôrdo com as observa es feitas, dois dêles só se usam como parte integrante de locu es

padronizadas: *develutes Land* (terra devoluta) e *presus holen* (prender, aprisionar). Ambos não têm, portanto, existência própria e o segundo, associado como está a *holen*, exerce apenas função de verbo. A adoção de um número tão reduzido de adjetivos não tem, ao que parece, sua razão única na pouca necessidade de se adotar tais palavras, pois inúmeros substantivos foram introduzidos apesar de existirem palavras equivalentes no idioma dos imigrantes. É um problema que exige estudos ulteriores.

Nos verbos observa-se uma influência mínima dos dialetos alemães. *Lasken*, e *pusken*, ao lado das formas *lassen* e *puxen*, são variantes registadas no vale do Capivari (Santa Catarina) colonizado predominantemente por imigrantes da Westfália. De fato, a referida mudança fonética é peculiar a essa área dialetal.

Entre os substantivos muitos há que se incorporaram no linguajar teuto sem sofrer nenhuma mudança fonética. Em outros, as modificações seguiram tendências gerais que não podem ser atribuídas a determinados dialetos ou padrões provinciais. Assim observa-se, por exemplo, em *Kanivet*, *Karnesék*, *Kamp*, *Brók*, *Bast*, *Balis*, etc., a apócope da terminação vocálica. Também a mudança de certas terminações portuguesas (cartucheira: *catuxere*; jurado: *xurade*, *churasco*: *xuraske*, encomenda: *enkomende* etc.) não obedece, em geral, às regras fonéticas de quaisquer dialetos. Outras vezes, as influências dialetais são bastante pronunciadas. Aí está tôda uma série de têrmos que sofreram quaisquer abrandamentos consonantais: (pasto: *bast*, provocar: *brovogge*, pangaré: *bangré*, paiol: *baiól*, pelego: *belég*, porcaria: *borgarie*, etc.)

Em caso de influências dialetais, a mudança fonética é freqüentemente aceita mesmo pelos imigrantes

chegados muito tempo depois da colonização inicial, imigrantes êsses que ignoravam o dialeto dos primeiros povoadores. No vale do Itajaí-Mirim (Santa Catarina) preponderam as influências badenses. Todos pronunciam *belég* e *bust*, mesmo os alemães “novos” procedentes de outras regiões da Alemanha.

Existe uma outra categoria de mudanças fonéticas atribuíveis à dificuldade de pronunciar certos fonemas inexistentes no idioma alemão. É o que se dá, por exemplo, com os ditongos *ei*, *ãe*, *ão ãe*, *ui* etc. *Leilão* é pronunciado *lelón*, muito fica *mun-do*, bem transforma-se em *ben*, e assim, por diante. Pronunciar as combinações consonantais *ns*, *nj*, *rs*, *rç* etc., é igualmente difícil para a maioria dos alemães. Daí a tendência de abrandar alguns fonemas (*Lanzament*, *onze*) ou de intercalar um *t* (*lantsament*, *ontze*, *Litzentz*). Todavia, nos freqüentes dualismos aparecem influências dialetais. É preciso acrescentar, no entanto, que a capacidade de ajustar a laringe à pronúncia de fonemas estranhos, varia grandemente de acôrdo com a procedência regional do imigrante. A julgar pelas observações pessoais do autor, as dificuldades são maiores entre imigrantes provenientes da Saxônia e dos Estados meridionais. A pronúncia dos termos portugueses parece não encontrar dificuldades sérias entre os imigrantes da baixa Renânia e os de Hamburgo.

O significado dos termos portugueses no linguajar teuto-brasileiro — Do vocabulário português incorporado no idioma dos colonos teuto-brasileiros, 610 palavras foram classificadas de acôrdo com a sua associação cultural.

<i>Associação cultural das palavras</i>	<i>Número de palavras</i>	<i>Porcentagens</i>
Animais domésticos e criação em geral	107	17,54
Política, justiça e administração	74	12,13
Casa e utensílios domésticos ..	53	8,69
Alimentação	51	8,36
Plantas cultivadas	44	7,21
Meios de transporte	30	4,92
Animais bravios	37	6,06
Noções geográficas	30	4,92
Vestuário	21	3,44
Comércio	27	4,43
Pesos e medidas	17	2,79
Profissões e indústrias	16	2,62
Família e amizade	12	1,97
Recreação	12	1,97
Plantas silvestres (10)	11	1,80
Armas	10	1,64
Ferramentas	5	0,82
Religião	5	0,82
Doenças	2	0,33
Diversos	46	7,54
Total:	610	100,00

O número relativamente elevado de designações ergológicas corresponde ao que se pode esperar de uma população campestre cujos interesses vitais giram em torno de elementos da cultura material. Todavia, a existência material do homem rústico depende de forças naturais que escapam, em grande parte, a seu controle. Como o controle racional é forçosamente precário, ele tem que recorrer a formas não-racionais, isto é, à magia e à religião. É por isso que, em culturas

campesinas, magia e religião constituem sempre importante centro de gravitação de interesses. Os teuto-brasileiros não abrem exceção à regra, mas afora de “reza”, “vigário”, “matriz”, “promessa” e “novena”, a difusão de palavras portuguesas na esfera religiosa foi praticamente nula. Se realmente “nenhuma técnica singela é tão útil para indicar o tipo e a origem de aquisição cultural quanto a análise de palavras adotadas” (11), a ausência quase completa de termos designativos de fatos religiosos, significaria que a esfera religiosa permaneceu intata nas comunidades onde o linguajar teuto-brasileiro é o idioma predominante. É o que confirma, como veremos mais adiante, um estudo pormenorizado dos processos de aculturação religiosa.

A maior parte dos 99 termos denominativos de animais domésticos, ligam-se ao cavalo e aos apetrechos de montaria, correspondendo à novidade e à importância relativa do complexo equino na cultura teuto-brasileira. É digno de nota que, salvo pouquíssimas exceções, o vocabulário alemão concernente ao cavalo se perdeu nas comunidades puramente rurais.

A porcentagem relativamente elevada de termos atinentes à casa e a utensílios domésticos explica-se, só em parte, pelas necessidades de tomar empréstimos ao português. Contudo, também nesses casos objetos novos exigiam nomes e às variações formais de coisas já conhecidas não se ajustavam, freqüentemente, as designações antigas. Palavras como paiol, rancho, portão, bueiro, balaio, pipa, garrafão têm sua origem provavelmente em variações formais, enquanto que a aceitação de objetos estranhos sugeriu a introdução de designações quais munjolo, pau a pique, cuia, moringa, pilão, tipití etc.

Fácilmente se explica o grande número de palavras portuguesas relativas à alimentação e às plantas

cultivadas, pois nessas esferas, as aquisições linguísticas correspondem, mais ou menos, à quantidade de elementos ergológicos de cuja adoção dependia, para a maioria dos colonos, a própria existência.

Os demais grupos de palavras são comparativamente pouco importantes. Pesos e medidas haviam de seguir, por força de circunstâncias, os padrões do país adotivo. À guisa dos caboclos, os teutos conservaram alguns padrões obsoletos.

Mais interessante é a adoção de termos portugueses de parentesco e amizade. Em áreas antigas de colonização teuta, com endogamia local e vida comunal pouco desenvolvida, as parentelas exercem funções consideravelmente ampliadas em confronto com a família campesina alemã. A situação cultural traçava a direção em que a rede de relações entre parentes havia de estreitar-se. Os papéis que primos, cunhados, sobrinhos e avós exerciam na família, aproximavam-na, sob vários aspectos, da família brasileira. Sobretudo as relações entre compadre e afilhado estão hoje muito mais próximas do padrão brasileiro, servindo êste de modelo às mudanças que se operaram na família teuta.

O fato de figurarem, em segundo lugar da nossa tabela, os termos relativos à política, justiça e administração, nada tem de estranho. Não somente o *tipo* de relação com as autoridades instituídas sofreu mudanças incisivas (num sentido de democratização), mas todo o complexo político apresentava-se aos colonos de uma maneira profundamente diferente, em comparação com o país de origem. Na grande maioria dos casos, os inevitáveis contatos com o sistema político-administrativo eram os *únicos* que vinculavam, ainda que frouxamente, as comunidades teuto-brasileiras com a cultura nacional, determinando, pelo menos, o conhe-

cimento da nomenclatura relativa à vida institucional do país. Quando se refere às relações com autoridades brasileiras, o colono fala em município, prefeito, câmara, requerimento, aviso, lançamento, orçamento, cisa, imposto, multa, guia, carimbo, juiz, jurado, cobrança, coletor, fiscal, delegado, cadeia etc. Quase nunca conhece os termos correspondentes da língua alemã. O mesmo ocorre na esfera política. Assissista, borgista, liberal, coronel, major, farrapo, deputado, interventor etc. são termos que caracterizam o vocabulário político do linguajar teuto.

Entre os 46 termos da tabela que exprimem associações "diversas", alguns merecem referências especiais. A palavra "amigo" indica a integração, à cultura teuto-brasileira, de um padrão peculiar a determinadas relações pessoais em que o termo alemão *Freund* absolutamente não exprime. Significativo é um grupo de palavras que não denominam objetos ou pessoas mas representações abstratas. Aí figuram termos como encrenca, estrago, paciência, prosa, questão, troca, usocapião, vergonha e outros. Alguns como encrenca, paciência, prosa, questão e vergonha apontam, nitidamente, a aproximação a padrões de comportamento tidos como "típicamente brasileiros".

Locuções coloquiais entraram inteiras no linguajar teuto: Adeus, até logo, está muito bem, entra na carreira, sim, (não) senhor, mais ou menos, vamos embora, ida e volta e outras cuja aceitação dependia de condições locais. Relativamente grande é o número de locuções em que termos portugueses se combinaram com palavras alemãs como, por exemplo, em *hundert e tanto, er ist floxo* (êle está frouxo) e *ist mole*, (êle está mole), *er ist supeto* (êle é suspeito), *einen passeio machen* (dar um passeio), *eine volta machen* (dar uma volta, *Kestón machen* (fazer questão), *es pressirt mir*

(tenho pressa), *es konvént mir* ou *es konvenírt mir* (convem), *es xegt* (chega) *linhas ziehen* (tirar linhas, namorar), *presus holen* (prender), *impele reiten* (andar de em pêlo) (12).

A facilidade que a língua alemã oferece quanto à formação de palavras compostas explica expressões como, por exemplo, *quartierinspekor* (inspetor de quarteirão) ou *bonbonlat* (lata de bombons). Não raro, essas palavras representam combinações de termos portugueses e germânicos. Exemplos: *Fazendenloje* (loja de fazenda), *Korbgarafón* (garafão-cesta), *Mesklahosen* (calças listradas), *Milykolben* (espiga de milho), *Palyazigarette* (cigarro de palha), *Polizeidelegat* (delegado de polícia), *Puxochse* (boi de tração), *rosemachen* (roçar) *Rosewirtschaft* (sistema de “roça”) *Vendaschuld* (dívida de venda).

Dizíamos que a distribuição geográfica dos termos portugueses no linguajar teuto é desigual. Algumas localidades sofreram, relativamente cedo, a influência de intelectuais germânicos.

Pela volta do século, Gernhard (13) observou que os Joinvillenses usavam de um alemão em que havia poucos termos portugueses e mesmo poucas influências dialetais.

Lacmann (14) verificou o mesmo em São Leopoldo onde se falava um alemão mais puro do que em Santa Catarina, registrando por exemplo as seguintes diferenças:

Santa Catarina	São Leopoldo
<i>kabrest</i>	<i>Halfter</i>
<i>kana</i>	<i>Zuckerrohr</i>
<i>vende</i>	<i>Geschäftshaus</i> (ao lado de <i>vende</i>)
<i>kaxás</i>	<i>Schnaps</i>
<i>rossiren</i>	<i>buschen</i>
<i>pikada</i>	<i>Schneiss</i>

Geralmente, o teuto-brasileiro *ignora* que tantos termos de seu vocabulário são de origem portuguesa. Tôda vez que se lhe chama a atenção para êste fato, a sua admiração é grande. Sòmente nas áreas influenciadas pela cultura urbana, esforços dirigidos no sentido de conservar puro o idioma alemão, tornaram, às vêzes, consciente a hibridação linguística (15).

Uma prova pela inconsciência com que palavras portuguesas estão sendo usadas parecem oferecer determinadas formas tautológicas registadas no Rio Grande do Sul. Em certas zonas, os teuto-brasileiros não dizem *Pferd* (cavalo) mas *cavalo-pferd*, a *milho* ou *Mais* preferem *milyemais* e em vez de chapéu ou *Hut*, êles dizem *chapeu-hut*.

Canais de infiltração linguística — As associações culturais que o uso de palavras portuguesas envolve, nos indicam a direção em que o observador deve procurar as vias por onde um vasto vocabulário português se infiltrou no linguajar teuto. Já frizamos o fato de ter sido inadequado o equipamento adaptativo dos imigrantes. Entregues a si próprios não tinham outro recurso senão a aceitação de uma certa parte da cultura ergológica do caboclo. Foram estas relações, de natureza nitidamente secundária, que determinaram a aquisição de inúmeros elementos relativos à criação de animais, à lavoura, à alimentação, à casa etc., que foram integrados, juntamente com suas denominações, à cultura teuto-brasileira. As relações com instituições políticas, jurídicas e administrativas afiguram-se como outra veia muito importante por onde termos portugueses passaram para o idioma dos imigrantes. Atividades profissionais condicionadas a um raio de ação maior do que os limites da comunidade local, representam o terceiro dos canais mais

importantes por onde o português agiu diretamente sobre o alemão falado pelos colonos. É digno de nota que a escola, em geral, não contribuiu para a hibridação linguística, pois o exemplo de muitas áreas teuto-brasileiras mostra que a infiltração de termos portugueses se deu independentemente da existência de escolas públicas (16). Esta verificação não significa que a escola pública não tenha tido papel nenhum na aculturação linguística. O contrário se dá, como veremos mais adiante.

A hibridação do alemão *não* foi determinada, exclusivamente, pela necessidade de denominar elementos culturais novos ou diferentes aos quais os recursos do idioma originária pareciam inadequados. Em alguns a necessidade de adotar termos portugueses é discutível mas inúmeros são os exemplos em que as palavras novas eram evidentemente dispensáveis.

A razão mais forte de tantos empréstimos linguísticos reside no prestígio que se atribui ao vernáculo e às pessoas que o sabem falar. A língua adquiriu um valor nitidamente *simbólico*: ao teuto-brasileiro rústico o português significa muito mais do que um instrumento de comunicação. A elevação do vernáculo à categoria de um símbolo, liga-se a três condições fundamentais que determinaram as qualidades dos teutos-brasileiros como *cidadão, homem do campo e agricultor*

Ao *colono-cidadão*, a língua portuguesa significa o poder político da maioria dominante. Deseja participar das atividades políticas pelo prestígio "intrínseco" que elas conferem e pelas conseqüências que trazem no âmbito da política local

Ao *colono-homem do campo*, o português se afigura como símbolo da civilização urbana considerada "superior" em tôdas as sociedades ocidentais. Ao lado de outros requisitos da civilização urbana, como o vestido

e as meias de seda, o salto alto, o pó de arroz e o batão, o exercício de um profissão que não seja "de enxada", a freqüência de lupanares, bars e cinemas, figura a língua portuguesa.

Aos olhos do *colono-agricultor*, enfim, o português simboliza, muitas vêzes, a cultura pastoril do planalto. Como já vimos em capítulos anteriores, a avaliação recíproca de culturas agrícolas e pastoris conduz, quase sempre, a uma cotação mais elevada da cultura pastoril.

A nossa tabela de associações culturais das palavras portuguesas usadas pelas populações de origem germânica, parece confirmar o que acabamos de dizer. Levando em consideração que o vocabulário relativo ao complexo político-jurídico-administrativo, representa, a um tempo, valores urbanos e políticos, pelo menos 29,67 por cento de todas as palavras portuguesas usadas pelos teutos traduzem o prestígio que êstes associam às atividades políticas, à vida urbana e às atividades pastoris. Na realidade, essa porcentagem é bem maior, pois grande parte das categorias "meios de transporte", "comércio" e "profissões e indústrias" deve ser acrescentada àqueles 29,67 p. c.

De acôrdo com essas condições, as pessoas que representam o poder político, a civilização urbana e a cultura pastoril são as mais prestigiadas, como também os próprios colonos, que, pelas suas qualidades pessoais, servem de intermediários entre a população teuta de um lado, e a cidade, o poder político e a sociedade gaúcha de outro lado. Em primeiro lugar mencionamos as autoridades locais: prefeito, delegados, vereadores, juizes de paz, chefes políticos, cabos eleitorais, advogados, agrimensores, médicos, engenheiros, farmacêuticos, dentistas, sacerdotes, professores, funcionários administrativos, magistrados, viajantes comerciais, tro-

peiros, negociantes de gado etc. Os intermediários são freqüentemente os inspetores de quarteirão, sub-delegados, vendeiros, professores rurais, reservistas do exército ou quaisquer colonos que tenham conhecimentos de português, saibam ler e escrever e, talvez, dar um ou outro conselho jurídico. Todos êsses homens tornam-se, facilmente, modelos para a comunidade formando-se, em tôrno dêles, padrões de comportamento. Assim não admira que se lhes imite também a fala.

O português tornou-se, nessas condições, a língua "superior". A propaganda nacionalista reforçou o prestígio que já lhe era atribuída espontâneamente. A hibridação linguística assume, desta maneira, as feições de um processo universal cujo resultado é o desalojamento da língua "inferior".

"A língua superior é falada pelo grupo dominante e privilegiado; muitas espécies de pressão induzem as pessoas que falam a língua inferior a usarem a língua superior. O ridículo e sérias desvantagens punem-lhes as imperfeições. Falando a língua inferior em contato com seus semelhantes, podem chegar a enfeitá-la, orgulhosamente, com empréstimos tomados da língua superior." (17)

A ilustração concreta dêsse processo fornecem os to-brasileiros de Santo Amaro e Itapecerica. Até 1891, os velhos colonos se encontravam, amiúde, numa venda onde bebiam e cantavam canções alemãs. Se alemães de São Paulo lhes dirigiam a palavra, os teutos respondiam em português porque se envergonhavam de seu dialeto. (18)

Sobre êsses teuto-brasileiros Friedrich Sommer escreveu o seguinte: "O dialeto (alemão) desagregou-se com o tempo até que mesmo as pessoas mais velhas se recusaram de usá-lo se alguém lhes dirigia, casualmente, uma frase em alemão. Existe até a tradição de uma

conjuração que os alemães teriam feito no sentido de falar só o vernáculo a fim de evitar o suposto desprêso que lhes acarretava o uso de um dialeto alemão estropiado. Nessas condições, somente entre os mais velhos se conservaram alguns fragmentos linguísticos.” (19).

Também os Estados meridionais oferecem inúmeros exemplos que revelam o desprêso ou a indiferença com relação à língua alemã e o desejo de aprender o português. Nas comunidades maiores em que a população se tornou mas heterogênea, êsse desejo está intimamente relacionado com a pressão da opinião pública que se foi acentuando nos últimos vinte anos. Não era raro observar-se, muito antes de 1937, que teuto-brasileiros respondiam em português àqueles que lhes dirigissem a palavra em alemão. Entre 1930 e 1935 muitos casos dessa espécie foram registados, pelo autor, na arca do Itajaí. Ainda mais comum era essa atitude no planalto catarinense, mormente na zona de Pôrto União.

Em 1925, uma pessoa representativa da Igreja Evangélica Alemã exprimiu-se da seguinte maneira: “O rigor do juízo moral vem preencher, em proporções consideráveis, as lacunas da legislação, estimulando entre os moços de origem estrangeira, o abandono da língua materna, talvez em escala maior do que as próprias leis poderiam conseguir. Sob a influência do juízo formulado a seu respeito, a mocidade se envergonha da língua materna.” (20)

A essas palavras, Oberacker acrescenta: “De fato, os indivíduos de sangue alemão, mormente nas cidades e vilas, consideram vergonhoso o fato de alguns de seus parentes ou os colonos das comunidades homogêneas não dominarem o português; mas isto só porque confundem o português elevando-o acima da posição que lhe cabe como língua do Estado, e o lusitanismo em

geral, com brasilidade (*Brasilianertum*). O perigo da lusitanização é muito grande em localidades onde os lusos preponderam, devido a seu número ou àquela opinião nativista, principalmente nas sedes administrativas, nas cidades e vilas." (21)

Referindo-se ao depoimento de outrem, o mesmo autor prossegue: "Entre as 30 cidades ou vilas que se desenvolveram de colônias ou delas receberam uma minoria considerável, existiriam localidades nas quais 75 p. c. das crianças de ascendência alemã não frequentam escolas alemãs e inúmeras famílias já falam o português no lar." (22)

Em 1927, outro observador escreveu estas linhas: "O alemão tem o defeito capital de aprender a língua estrangeira do meio onde vive. Isso é mais cômodo e considerado mais fino... Geralmente o português é usado pela geração nova. E com a língua também costumes estranhos invadem a casa alemã. Em resumo: o futuro tipo de teuto-brasileiro tende a distanciar-se cada vez mais do tipo de outrora que veio do outro lado do oceano e se conservou durante um século, através da igreja, da escola e das sociedades." (23) A certa altura de seu estudo, êsse viajante repete que a geração nova fala português "mesmo na ausência de brasileiros. E que português! *Quer provar que possui cultura.*" (24)

Nas colônias velhas, "a cotação da língua alemã não poderia ser mais baixa", escreve um observador protestante em 1932 (25)

Em 1936, um professor teuto-brasileiro examinou o mesmo problema, chegando à conclusão de que o idioma alemão estava desaparecendo devido à atração exercida pela "assimilação que irradia das vilas." A estrutura da sociedade campesina seria demasiadamente

fraca para poder resistir ao choque com a sociedade urbana. (26)

Todavia, não é demais insistir sôbre a diferença que, na esfera linguística, como em outras, o litoral oferece em relação ao planalto. Lacmann (27) já observou, no comêço dêste século, que “o baixo nível cultural do caboclo” impedia que a aculturação linguística nos distritos rurais se processasse com a mesma rapidez observada na cidade.

A tendência de adotar nomes “brasileiros”, que é muito pronunciada entre imigrantes e teuto-brasileiros, é outro indice do prestígio atribuído ao idioma nacional. As instituições, que julgavam seu dever defender o patrimônio cultural dos imigrantes, ligavam muita importância ao fato. Era interpretado como fenômeno de desgermanização e combatido como tal.

“Parece-nos pelo menos um pouco estranho o encontrar-se nomes como Darcy Müller, Jedy Schulz, Djalmo Weber, Avelino Frantz, Armino Lehmann, Aracy Krüger ou, mesmo Cora Huber e Etna Meyer. *Aparentemente passam por mais finos.* Questão de gosto, porém muito significativa esta mudança de gosto que não se coaduna com a tradição alemã.” (28)

“Baseado no registo da igreja, verifico que antes da guerra mundial havia poucos nomes brasileiros. E’ interessante que se tornaram mais raros ainda durante a guerra que despertou a consciência étnica e nacional. Mas depois começa-se lentamente a usar nomes estranhos, tendência essa que se intensifica de ano para ano. Das 93 crianças do ano de 1931, só 20 têm nomes alemães, 73 nomes estranhos. Por que? *Imitação dos cultos.*” (29)

Os seguintes dados colhidos nos registros de Igreja Evangélica Alemã de São Leopoldo, acusam um aumento incessante dos nomes “brasileiros”, de 1824 até

1933. Depois de 1933 houve uma queda brusca que se explica, possivelmente, pela contra-propaganda incrementada pelo Sínodo Riograndense, a partir de 1933.

TENDÊNCIAS ONOMÁSTICAS ENTRE OS TEUTO RASILEIROS
PROTESTANTES DE SÃO LEOPOLDO. (30)

<i>Período</i>	<i>Nomes "alemães"</i>		<i>Nomes "brasileiros"</i>	
	<i>números absolutos</i>	<i>%</i>	<i>números absolutos</i>	<i>%</i>
1824-1833	96	91,50	9	8,50
1834-1843	91	92,86	7	7,14
1844-1853	117	89,32	14	10,68
1854-1863	141	81,98	31	18,02
1864-1873	142	81,15	33	18,85
1874-1883	147	77,37	43	22,63
1884-1893	168	67,74	80	32,26
1894-1903	182	63,86	103	36,14
1904-1913	179	54,58	149	45,42
1914-1923	164	50,00	164	50,00
1924-1933	158	48,63	169	51,37
1934-1938	96	58,63	111	41,37

Dos nomes de família de 240 membros de uma sociedade recreativa de Hamburgo Velho (Rio Grande do Sul) 238 eram alemães e dois brasileiros. Dos 238 sócios teuto-brasileiros, 20 usavam prenomes "brasileiros". 58 sócios traduziram seus prenomes alemães ao passo que 42 usavam prenomes alemães que poderiam ter sido traduzidos (31).

Outro canal de penetração linguística era a seção de anúncios da imprensa teuto-brasileira publicada em língua alemã.

Tomemos, ao acaso, dois números de um almanaque riograndense considerado, tradicionalmente, como “baluarte do germanismo” (32). Nos anúncios comerciais encontram-se passagens como estas:

Fazendas *und* Miudezas
Import *und* Verkauf en gros.

Grosse Fabrik von Charutos
Cigarrilhos, Cigarros *und* Fumos
Nacional *und* Havana

Farmácia Popular — *Deutsche Apotheke*
Deutsche Rezeptur.

Grosse Auswahl in
Zigarren (Charutos)
Zigaretten, Tabak
Pfeifen, Spitzen
Rauchartikeln

Na seção “Repartições públicas” etc., do mesmo Almanaque, as denominações portuguesas predominam. Contudo, ao lado de *Delegacia Fiscal*, *Inspetoria Agrícola*, *Instituto de Belas Artes* etc. surgem nomes alemães ou semi-alemães, como por exemplo, *Civil Register*, *Feuerwehr* (em vez de bombeiros), *Polizei-Bureaux*, *Postamt* (em vez de correio). Algumas denominações portuguesas trazem a tradução alemã entre parenteses.

Em certas áreas rurais do Brasil meridional, a sofreguidão com que os colonos desejavam adotar o português, sem escolas e sem contatos suficientes, intensificava, não raro, a hibridação do idioma originá-

rio. Em Pôrto Alegre, Lacmann (34) registou esta frase: “*Die Itália ist der primerste vapor auf der ganzen rio*”. (A Itália é o primeiro vapor em todo o rio). A “*corrupção*” linguística era sistematicamente combatida pela Igreja Evangélica, as escolas e a imprensa teuto-brasileira. Num espetáculo destinado a comemorar o dia 25 de julho, encontra-se, a título de paródia, o seguinte diálogo:

João Pötter: Bó tard!

Franz Lohmann: Biste zu Fuss gekomm João?

João Pötter: Não, Ich sin mit mei Cavallo-Pferd gerritte gekumm... Boa tard Lenche, como vai?

Lene Lohmann: Muito brigad, senhor, e o senhor?

João Pötter: Egalmente, gleichfalls.

Lene Lohmann: Estim muito, senhor.....

Essas palavras provocam a indignação do professor Kurt Engel que se dirige ao Pötter, em alemão: Se você pelo menos soubesse falar direito! Mas você fala como tantos nesta terra, nem brasileiro, nem alemão direito. — Quanto à sua língua materna, não deve desprender-se dela assim desmioladamente e com desprezo.... (35).

Essas duas amostras linguísticas são particularmente interessantes porque mostram *fases de transição do linguajar teuto-brasileiro para o português*. A consistência relativa do linguajar que, nas primeiras décadas de colonização se constituiu de dialetos germânicos e fragmentos portugueses, era ameaçada à medida que deixassem de existir as condições de homogeneidade étnica e isolamento espacial. As comunidades linguísticas teuto-brasileiras entravam em desagregação onde quer que a aquisição do vernáculo se afigurasse como sendo necessária ou desejável na luta pelo status social. A situação criada assim conduziu ao bilinguismo em zonas onde as línguas em choque eram delibe-

radamente transmitidas e divulgadas. Exemplos oferecem as cidades no vale do Itajaí, principalmente Brusque e Blumenau. Quebrada, há muito, a homogeneidade étnica e removidas as condições de isolamento, as duas línguas continuavam sendo transmitidas, o alemão mormente pelas famílias protestantes, a Igreja Evangélica e certas escolas, o português pelas famílias luso-brasileiras, as famílias de origem alemã já assimiladas e as escolas públicas. Mas os folguedos infantis, os contatos esportivos e profissionais evitavam que indivíduos criados na cidade, falassem apenas uma das duas línguas. Crianças que em casa só usavam o alemão, aprendiam o português na rua, no campo de futebol ou na oficina. Pais de língua alemã que não podiam pagar a taxa cobrada pelas escolas "alemãs", mandavam seus filhos à escola pública onde aprendiam o português. Outros ainda a que a família e a escola primária transmitiram o alemão, adquiriam o português mais tarde no ginásio.

Todavia, as tendências que, de duas décadas para cá, se vão acentuando cada vez mais, são pouco favoráveis à conservação do bilinguismo. A prova está no desaparecimento gradativo do alemão nas gerações novas. Nas localidades da área do Itajaí, o português se introduziu *pari passu* com a urbanização e industrialização. Pode-se dizer que, apesar das inúmeras escolas em que se ensinava o alemão, os jovens já não usavam êsse idioma: *entre si*, embora muitas vezes o conhecessem. No recreio de não poucas escolas "evangélicas" que davam preferência ao ensino de alemão, as crianças falavam *entre si* quase exclusivamente o português. Nesse meio, portanto, o vernáculo penetrou contra os esforços da escola, da igreja protestante e da propaganda cultural desenvolvida por agremiações diversas. Também nas zonas rurais, a tendência de

substituir o linguajar teuto pelo português era bem pronunciada, principalmente em zonas de industrialização que provou ser um dos canais de mais rápida infiltração linguística.

Entre os padrões recreativos da cultura teuto-brasileira, geralmente impermeáveis à infiltração linguística, destaca-se o *futebol* que agiu como veículo de transmissão linguística em grande escala. Observações feitas no Vale do Itajaí revelaram que os teuto-brasileiros dessa zona praticavam o futebol à maneira brasileira. Apesar de haver uma terminologia técnica alemã, nunca se ouviu usar essa nomenclatura. No campo ouviam-se os termos ingleses mais ou menos aportuguesados usados em qualquer parte do Brasil. Não somente na terminologia técnica, mas em tôdas as manifestações, mesmo no auge da agitação, não se ouviu o alemão que a grande maioria dos jogadores e do público costumava falar em determinadas ocasiões. Os "hinos" dos clubes locais caracterizavam-se por textos vernáculos e melodias que em nada se assemelhavam à música popular dos alemães. Esse papel que o futebol desempenha como canal de infiltração linguística, decorre dos contatos freqüentes que os clubes mantêm entre si, *independentemente da origem étnica da população* (36).

Geralmente êsses processos de aculturação linguística são *inconscientes*. Sòmente na parte mais "sofisticada" das populações urbanas, a aceitação ou rejeição de uma ou outra língua obedecia a móveis racionais. Devido às ligações culturais que não poucas famílias "médias" e "superiores" mantinham com a Alemanha, o português tinha, para êles, um valor simbólico diferente. Não se lhe atribuía o prestígio que a população rural ou proletária lhe associava. Ao contrário, a cotação do vernáculo, mormente nas rodas

protestantes, era baixa. A sua aprendizagem significava-lhes antes de mais nada o “perigo de assimilação”. De outro lado, a ascensão econômica dessas famílias, o status elevado que iam conquistando apraximava-as, em escala crescente, da *esfera nacional*, sobretudo no sentido econômico e político. Lacmann já observou, no começo deste século, que a ignorância do vernáculo tinha a “vantagem” de dificultar a assimilação, mas tolhia, noutro lado, as possibilidades de participar, eficientemente, de atividades políticas e econômicas (37). A escolha de profissões liberais, envolvia a aprendizagem do português e as próprias atividades econômicas, à medida que se tornavam mais complexas. exigiam o domínio da língua nacional. Muitos pais sacrificaram os seus escrúpulos étnicos e religiosos à carreira dos filhos optando, deliberadamente, pelo bilinguismo. Todavia, na grande maioria dos casos, a educação secundária e superior provou ser muito mais do que mero instrumento de propósitos paternos. Às mais das vezes, os filhos retornavam ao lar, não somente falando o português e portadores de diplomas profissionais, mas realmente assimilados.

O exercício de uma profissão que não a de agricultor significa geralmente uma espécie de ascensão social para a qual o idioma rústico não representa um equipamento linguístico adequado. Surge a necessidade de denominações gerais, abstratas que no idioma rústico são escassas. “Por isso compreende-se que tantos indivíduos em vias de ascender na escala social, os quais encontraram sua língua materna apenas como dialeto, fora da Alemanha, tenham adotado, à medida que se elevassem socialmente, ao lado da língua também a mentalidade do povo brasileiro” (38).

Quanto mais rápida e completa a ascensão social, pela profissão, tanto mais acentuada a tendência

de substituir o alemão pelo português. Indivíduos que provêm de um meio doméstico puramente rural, em que se falava apenas o idioma rústico, sentem maior necessidade de adotar o português do que aqueles que, na família ou na escola, já tiveram ensejo de familiarizar-se com o alemão oficial (38).

Reassumindo as observações feitas na área do Itajaí, antes de 1935, podemos formular as seguintes conclusões:

1 — A permeabilidade linguística varia em razão direta do prestígio atribuído ao vernáculo.

2 — As gerações novas mostram uma tendência cada vez mais acentuada de substituir o alemão pelo português.

3 — Essa tendência é mais forte entre católicos do que entre protestantes. Para estes, a língua alemã é um símbolo religioso; é o idioma de Lutero. Os pais católicos não se opõem, em geral, ao uso do português, mesmo em família.

4 — O proletariado industrial revela a maior permeabilidade linguística de todas as classes sociais.

5 — A permeabilidade linguística diminui “para cima”, quer dizer, na pequena burguesia, na burguesia média e na alta burguesia, com as seguintes restrições:

a) a permeabilidade é maior entre católicos do que entre protestantes;

b) ela é maior entre pessoas que cursaram escolas secundárias e superiores;

c) ela é menor entre indivíduos que cursaram escolas na Alemanha, com exceção daqueles que anteriormente fizeram cursos secundários ou superiores no Brasil;

d) ela é maior nas famílias em que um dos cônjuges não fala o alemão;

e) ela é, freqüentemente, maior entre pessoas ou famílias que imigraram logo depois da guerra mundial, do que entre os imigrantes que vieram antes da primeira conflagração mundial; essa afirmação restringe-se, no entanto, aos verdadeiros imigrantes.

6 — Ela é menor entre populações rurais isoladas.

7 — Ela é grande entre populações rurais em contato permanente com outras etnias, mormente em zonas de nucleação heterogênea.

8 — O desenvolvimento cultural contribui para aumentar a permeabilidade linguística.

NOTAS

(1) Leonard Bloomfield, *Language*, (New York, 1933), pp. 51, 52.

(2) Esses termos foram colhidos no Rio Grande do Sul, por Lacmann, op. cit., p. 160.

(3) *Ibidem*, p. 159.

(4) W. Lacmann, op. cit., p. 159.

(5) J. J. von Tschudi, op. cit., Vol. IV, (Leipzig, 1868), p. 72.

(6) Vide C. H. Oberacker, "Vocabulário de palavras portuguesas que os descendentes de colonos alemães acolheram na língua vulgar". *Sociologia*, Vol. I, N.º 3, 1939. G. A. Buechler, *Verdeutschungsheft*, Editado pela Associação Escolar de Santa Catarina, (Blumenau, 1915), pp. 28, seg. Emilio Willems, *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, (São Paulo, 1940), pp. 191, seg. Egon Schaden, "Aculturação linguística numa comunidade rural", *Sociologia*, Vol. IV, N.º 3; 1942. Benjamin Franklin Schappelle, *The German Element in Brazil, Colonies and Dialect*, (Philadelphia, 1917).

(7) O símbolo η corresponde ao *ng* inglês (exemplo *along*). O valor de *x* é invariavelmente *ch* chiado mesmo no fim das palavras. Palavras sem acento são *proxítonas*. Dificuldades técnicas não permitiram o uso de outros símbolos da convenção internacional previstos nos originais deste livro.

Palavras sem acento são *paroxítonas*.

(8) Luiz Carlos de Moraes, *Vocabulário Sul-Rio Grandense*, (Pôrto Alegre, 1935), p. 30.

(9) Incompleto.

(10) Incompleto.

(11) Horace Miner, *St. Denis, A French-Canadian Parish*, (Chicago, 1939), p. 242.

(12) A permeabilidade do alemão falado pelos imigrantes parece não ter sido menor nos Estados Unidos, onde as palavras inglesas e expressões combinadas de termos ingleses e alemães são freqüentes. (Vide L. Bloomfield, op. cit., p. 462).

(13) Robert Gernhard, op. cit., p. 100.

(14) W. Lacmann, op. cit., p. 159, 160.

(15) Embora a cotação do francês no Canadá fôsse diferente da do alemão no Brasil, a hibridação do idioma franco-canadense foi também um processo inconsciente. O franco-canadense "não é ciente do fato de não estar empregando uma palavra francesa, na maioria dos casos...." em que usa do vasto vocabulário inglês (700 termos) registados no linguajar franco-canadense. Horace Miner, op. cit., p. 243.

(16) Esta observação coincide com o que Hórace Miner verificou no Canadá. "A lista de palavras conhecidas em St. Denis nada tem que ver com quaisquer conhecimentos adquiridos nas escolas. Pode-se dizer que praticamente nenhuma palavra inglesa entrou no vocabulário por esta fonte." (H. Miner, op. cit., p. 243).

(17) L. Bloomfield, op. cit., p. 462.

(18) M. Begrich, op. cit., p. 47.

(19) Friedrich Sommer, op. cit., p. 75.

(20) Hermann Dohms in *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, 1925, Ano 7, Vol. 3.

(21) K. Oberacker, op. cit., p. 36.

(22) *Ibidem*, p. 36.

(23) Alfred Funke, *Brasilien im 20. Jahrhundert*, (Berlin, 1927), p. 366.

(24) *Ibidem*, pp. 425, 426. O grifo é nosso.

(25) In *Evangelischer Gemeindekalender*, 1932, p. 108.

(26) Falke, "Untersuchung über die Gründe des Abuehr der deutschstämmigen Jugend der Serra vom eigenen Volkstum." *Der deutsche Auswanderer*, setembro-outubro de 1936, p. 153. (Transcrição). Mais uma vez se nos depara o ensejo de comparar a situação brasileira com a situação canadense onde "a difusão linguística indica não somente anglização mas também urbanização." (H. Miner, op. cit., p. 243).

(27) W. Lacmann, op. cit., p. 151.

- (28) Alfred Funke, op. cit., p. 425; o grifo é nosso.
- (29) Anônimo. "Wählt deutsche Namen", *Rio Grandenser Sonntagsblatt*, Ano, 4, N.º 7, de fevereiro de 1933, Complemento N.º 3, p. 1; o grifo é nosso.
- (30) Compilado segundo as indicações de Erich Fausel, op. cit., p. 274.
- (31) *50 Jahre Gesangsverein Frohsinn*, (Hamburgo Velho, 1938), pp. 77, 78.
- (32) *Koseritz, Deutscher Volkslender für Brasilien auf das Jahr 1915*, pp. 227, 230, 237, 251.
- (33) *Ibidem*, 1921, p. 186.
- (34) W. Lacmann, op. cit., p. 149.
- (35) *Unser Tag*, (São Leopoldo, 1935), p. 34.
- (36) Emilio Willems, "Recreação e Assimilação", *Sociologia*, Vol. III, N.º 4, 1941, p. 305
- (37) W. Lacmann, op. cit.,, p. 181.
- (38) Oswald Kroh, "Zur Psychologie der Umvolkung", *Fragen der Umvolkung, Auslandsdeutsche Volksforschung*, Vol. I, Fase, 4, (Stuttgart, 1937), p. 389.

CAPÍTULO XI

A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA

A estrutura econômica da Alemanha e as condições de sua mudança — Dois fatos caracterizavam a estrutura profissional da Alemanha do século 19: o alto grau de diferenciação e a mudança que ela vinha sofrendo à medida que a industrialização se acentuava. Diferenciado era principalmente o artesanato que forneceu grandes contingentes imigratórios. Foi nesta camada social que as mudanças, originadas pela industrialização, se faziam sentir com intensidade crescente. A proletarianização envolvia uma ameaça cada vez maior ao status social de inúmeros artífices e pequenos comerciantes. Um reflexo dessa situação é a variedade profissional dos imigrantes alemães. Entre os elementos que aqui aportaram em 1824 (São Leopoldo), entre 1827 e 1861 (Santa Maria) e em 1857 (São Lourenço) havia:

6 marceneiros	2 carroceiros
16 jornaleiros	7 comerciantes
15 operários especializados	3 médicos
3 pedreiros	2 farmacêuticos
4 ferreiros	3 seleiros
5 alfaiates	3 ourives
2 jardineiros	2 encadernadores
1 ministro protestante	1 fazendeiro
2 pintores	1 serralheiro
7 sapateiros	1 padeiro
6 lavradores	2 carpinteiros
1 mecânico	1 tanoeiro
3 mascates	1 agrimensor
	3 professores

Sôbre um total de 93 indivíduos contam-se, portanto, 27 profissões ou ocupações diferentes (1). Entre 39 imigrantes entrados, em 1851, na colônia Dona Francisca, o número de atividades profissionais montava a 39 (2). Mais representativa é uma amostra de 1.586 imigrantes entrados em Hamônia (Santa Catarina), em 1907 e 1922. Sôbre o total de 1.586 indivíduos com profissões definidas (3) havia 73 atividades profissionais diversas. Classificadas em grupos, fornecem o seguinte quadro:

Lavradores, trabalhadores agrícolas e jardineiros.	1.018
Operários especializados e artífices	354
Operários sem especialização definida	116
Empregados	12
Comerciantes	50
Funcionários	5
Industriais	2
Médicos, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, professores, ministros, parteiras, estudantes desenhistas	29
	1.586

A maior variedade profissional encontra-se no grupo dos operários especializados e artífices. Todavia, êsses quadros como quaisquer outras estatísticas do mesmo gênero, podem dar a impressão de uma rigidez estrutural que está longe de corresponder à realidade. Muitos indivíduos registados como operários e artífices vinham de áreas rurais ou sem-rurais. Êles próprios ou outros membros de suas famílias praticavam a agricultura em pequena escala. O sistema misto agrícola-industrial era comum em vastas zonas da Alemanha.

Com o desenvolvimento da indústria e a diminuição proporcional da população agrícola, era de se esperar que também o número de emigrantes lavrado-

res sofresse um decréscimo. Ao passo que em meados do século passado mais do que a metade do povo alemão se dedicava à agricultura, esta parte atingia, em 1933, apenas 21 p. c. Os quadros seguintes são particularmente elucidativos quanto às tendências de desenvolvimento de populações urbanas e rurais (4).

*Habitantes rurais
da Prússia.*

1800	74%
1849	72%
1871	64%
1900	50%

**POPULAÇÃO ALEMÃ SEGUNDO O TAMANHO DAS
COMUNIDADES: (em p. c. sôbre o total)**

Ano	de menos de 2000 habitantes (zona rural)	de 2000 a 5000 hab. (Cidades campesinas)	de 5000 a 20.000 hab. (pequenas cidades)	de 20.000 a 100.000 hab. (cidades médias)	de mais de 100.000 hab. (grandes cidades)
1871	62,6	12,9	11,6	7,5	5,4
1880	58,6	12,7	12,6	8,9	7,2
1890	57,5	10,3	11,5	9,3	11,4
1900	43,9	12,2	13,5	13,2	17,2
1910	38,3	11,3	13,8	13,8	22,8
1925	35,4	11,0	13,3	13,7	26,6
1933	32,7	10,7	13,4	13,0	30,2

Vê-se que a população rural prôpriamente dita ficou reduzida, em 1933, à metade do que havia sido em 1871. Ao mesmo tempo, a população das "grandes cidades" subiu quase ao sêxtuplo. Levando em conta que as crises econômicas, com seus períodos de desemprego, fizeram surgir um grau de instabilidade e inse-

gurança desconhecido na velha estrutura econômica, a probabilidade de uma mudança na composição profissional dos imigrantes era muito grande. Por acaso dispomos de uma amostra significativa nos dados do serviço de colocação da Sociedade Alemã de Beneficência de São Paulo. Entre 5.264 indivíduos colocados por êsse serviço, 31% eram artífices, 41% sem especialização, 1% comerciários, 9% empregados de hotéis e restaurantes, 2% domésticos e só 16% lavradores (5).

As mudanças econômicas que a emigração impunha à grande maioria dos alemães, apresentam duplo aspecto. A sociedade nova que aqui organizaram havia de ser, por força de circunstâncias, muito mais simples. A estrutura profissional não comportava, durante longas décadas, o grau de especialização peculiar à sociedade de origem. Muitos imigrantes tinham de mudar de profissão. Para um americano e principalmente um americano do sul, a mudança de profissão nunca tem o mesmo significado que lhe é atribuído pela maioria dos europeus. Na Europa a profissão é, muitas vezes, hereditária caracterizando famílias, populações locais e mesmo estratos sociais inteiros. A profissão define, de uma maneira quase inconcebível para os americanos, o status social de indivíduos e grupos levantando barreiras e preconceitos, determinando padrões de vida e modos de pensar. O outro aspecto da mudança consiste no fato de que aqui as *mesmas* atividades profissionais não podiam ser exercidas da maneira tradicional, quer as condições geográficas ou econômicas lhes exigissem um equipamento técnico diverso, quer as diferenças de organização social lhes impusessem uma alteração das funções ou atribuições. Quanto à ultima hipótese, chamamos a atenção do leitor para a parte do capítulo seguinte dedicada ao ministro protestante e ao professor comunal. A primeira hi-

pótese confirmou-se, inúmeras vezes, com relação a imigrantes lavradores cujo equipamento técnico-econômico se mostrava inadequado à situação diferente em que repentinamente foram colocados.

À vista disso, um dos colonizadores mais experimentados da América do Sul manifestou pouca propensão à introdução de lavradores europeus: “Nas matas sul-americanas com suas terras férteis, um sol quente, chuvas abundantes (e formigas), o trabalho é tão diferente das atividades agrícolas de um pomicultor da *Bergstrasse*, um plantador de batatas da Pomerânia ou de um leiteiro das terras aluvianas da Frísia, que todos êsses indivíduos têm que recomeçar a aprender agricultura. Resta apenas a disposição psíquica para a vida rural como o valor positivo mais precioso. Essa, no entanto, não somente traz o lavrador, mas também o operário industrial, o mineiro, o artífice; se êle não a possuir, não transporá o oceano. Em geral, êle é mais vivo do que o lavrador e traz um lastro menor de inibições” (6).

O sistema agrícola alemão e o desnivelamento econômico dos imigrantes — O tópicos que acabamos de transcrever, aponta problemas que requerem um exame do *background* econômico e técnico da agricultura alemã.

O sistema agrícola mais antigo foi o de três parcelas que Tácito já observou entre os antigos Germanos. A terra cultivada é dividida em três partes: numa cultiva-se o cereal de “inverno”, na segunda o cereal “de verão” e a terceira “descansa”. O sistema é de cultura alternada de modo que cada ano outra parcela é deixada de pousio. Avizinhando-se o momento em que a produção assim obtida já não compensa o esforço dispensado, passa-se a aplicar o mes-

mo sistema a outro complexo de terras que antes servia de pasto. Com a redução das pastagens e a ocupação total das terras, o sistema das três parcelas torna-se estacionário. A fim de evitar o esgotamento, o lavrador tem de empregar processos de adubação. Durante mais de mil anos, o lavrador germânico seguiu esse sistema. Todavia, na segunda metade do século 18 a situação da agricultura alemã tornou-se precária, pois as técnicas de adubação eram rudimentares demais para restituir ao solo o grau indispensável de fertilidade. Dos Países-Baixos e da Inglaterra introduziram-se novas técnicas destinadas a aumentar a produção de adubo orgânico e à utilização dos alqueives pelo cultivo de plantas forraginosas (luzerna principalmente). Essa mudança foi um passo decisivo em direção à agricultura intensiva, condicionada por um conjunto de fatores entre os quais se notam: maior densidade demográfica, preços compensadores e mercados consumidores favoravelmente situados. Ao mesmo tempo introduziu-se, na Alemanha, o cultivo de beterrabas, tabaco, lúpulo e plantas oleaginosas.

Quanto à maquinária agrícola, convem lembrar que os implementos usados até a segunda metade do século 18, pouco diferiam das máquinas relativamente mais eficientes do tempo do império romano. Também nesse caso a difusão de aprestos mais adequados dos Países-Baixos e da Inglaterra enriqueceu a cultura campesina dos alemães.

A aplicação de princípios científicos caracteriza a agricultura do século 19. Adubos químicos começaram a ser usados a partir de 1850, mas em escala reduzida. Só depois de 1890 esses processos generalizaram-se em todas as camadas da população rural. Pode-se dizer, portanto, que o século 19 estava no signo de uma transição lenta de métodos extensivos e menos racionais

para métodos intensivos e cada vez mais racionalizados. A mudança estava estreitamente associada a certos fatores que articulavam, em escala crescente, as zonas rurais com mercados urbanos, tomando-lhes os resquícios de auto-suficiência que às vezes haviam conservado.

E' evidente que o meio brasileiro não comportava a perpetuação do sistema agrícola dos imigrantes alemães. O aspecto técnico do problema já foi ventilado. Resta examinar o lado econômico. Os primeiros anos do imigrante na mata-virgem caracterizam-se pela falta de capital e a necessidade de obter, pelo trabalho próprio e o da família, os meios que garantam a sobrevivência biológica. O pequeno capital com que muitos imigrantes chegam, é geralmente empregado na aquisição de terras(7). O problema inicial está não somente na necessidade de preparar o solo, plantar e colher, no menor lapso de tempo possível, as espécies e quantidades de produtos agrícolas indispensáveis à subsistência. E' preciso também que o imigrante encontre, desde o momento da chegada na mata até a primeira colheita, *crédito* ou quaisquer outros meios de prover as necessidades vitais. Milhares de imigrantes alemães tentaram solucionar essa dificuldade trabalhando na construção de estradas enquanto outros membros da família preparavam as roças (8). A outros ainda o vendeiro da região abria crédito e em muitos casos ambos os processos se combinaram. Claro é que em tais condições tudo dependia do emprego de técnicas que, dentro do menor espaço de tempo, dessem o maior resultado. E essas técnicas eram as mesmas que, em experiências multiseculares, índios e caboclos haviam desenvolvido: a derrubada a cremada e a lavouza da "cavadeira" (estaca) ou enxada. Quaisquer trabalhos não estreitamente ne-

cessários como a remoção dos tocos, a construção de cercas ou de casas mais sólidas, podiam redundar, como de fato muitas vezes redundaram, em fracasso completo. Perdido o primeiro tempo de plantio, tudo estava perdido: não se podia pagar a dívida ao negociante, êste deixava de vender a crédito e o imigrante era forçado a descartar-se do seu lote, geralmente por um preço irrisório perdendo ainda a maior parte de seu capital investido na terra. Porisso, tudo havia de ser primitivo, rápido e grosseiro. Era o retôrno a métodos agrícolas que na Europa central foram abandonados há mais de mil anos.

Superadas as dificuldades dos seus primeiros anos, os imigrantes podiam voltar ao emprêgo de técnicas mais eficientes *se achassem compradores para os seus produtos*. As tentativas de integrar, à nova configuração cultural, o regime de trabalho ou métodos agrícolas racionais trazidos do país de origem, falharam muitas vezes.

Na colônia Feliz, (Rio Grande do Sul), os imigrantes alemães resolveram, em 1846, trabalhar apenas dois ou três dias por semana. A venda de milho e feijão mal lhes dera algumas patacas, preço êsse que não compensava nem o trabalho nem o transporte, dispendioso e difícil. Nos dias em que não trabalhavam os colonos reuniam-se para matar o tempo em bebedeiras, escolhendo como local, alternadamente, as suas próprias casas (9).

Um observador que, em 1900, visitou Blumenau, notou que muitos colonos deixaram de usar o arado porque o seu emprêgo facilitava a erosão das terras acidentadas. Para compensar os efeitos esterilizantes da erosão, isto é, para conservar a produtividade de suas terras, necessária se tornava a adubação em larga

escala. *Mas os preços dos produtos não compensavam técnicas, como essa, altamente intensivas*" (10).

O emprêgo de técnicas extensivas foi visivelmente influenciado pela agricultura rudimentar do caboclo e pela falta de uma tradição agrícola de muitos imigrantes alemães que aqui se dedicaram à lavoura (11). Mas foi, como já dissemos, precisamente a falta de conhecimentos agrícolas dêsses imigrantes que lhes facilitou a integração no meio brasileiro.

Essas circunstâncias adquirem uma importância particularmente grande quando se leva em conta o propósito com que não poucas colônias foram estabelecidas:

"Predominou, com efeito, na fundação de algumas colônias, uma concepção interessante: não se cuidara de instalá-las em pontos onde fácil fôsse aos seus povoadores pôr-se em contato com os centros principais da Província ou donde pudessem enviar, sem graves dificuldades, os produtos de seu trabalho a mercados próximos. Ao contrário, instalavam-se colônias, não raro em meio de imensas solidões desertas, para assegurar, mediante o seu estabelecimento, pontos de apoio às comunicações entre zonas distantes, quando não para abrir tais comunicações ainda inexistentes".

Exemplos dessa categoria de colônias representam os núcleos de Santo Ângelo e Santa Cruz fundados em 1855 e 1849, respectivamente (12).

Dado o isolamento geográfico da maioria das colônias, as possibilidades de um retôrno aos padrões agrícolas antigos dependiam da densidade demográfica das áreas coloniais e da divisão de trabalho que havia de estabelecer-se à medida que o povoamento se intensificasse. Na hipótese mais favorável — no vale do Itajaí e no Cinturão do Jacuí por exemplo — zonas coloniais vizinhas articulavam-se umas com as

outras, constituindo, pouco a pouco, uma área maior com núcleos mais densos cujas funções como centros de comércio e indústria se acentuavam proporcionalmente à extensão da área total e ao grau da sua densidade demográfica e dinâmica. Um dos poucos casos em que a imigração alemã atingiu o volume indispensável ao desenvolvimento que acabamos de descrever, foi a colônia de Blumenau.

No comêço dêste século, Gernhard (13) já observou que o nomadismo dos colonos de Blumenau cessava com a intensificação da agricultura.

O retôrno a técnicas agrícolas tradicionais, nos diversos grupos étnicos de Blumenau, foi observado, mais recentemente, por Endress: "Quanto mais velha a paisagem cultural tanto mais acentuadas as influências étnicas que se fazem sentir, não só na colonização, mas também na maneira de utilizar o solo. Atravesando a paisagem blumenauense desde as áreas limítrofes da parte ocidental até os vales há muito povoados das regiões ocidentais, encontram-se inúmeros vestígios no sentido apontado: Ali, nas colônias novas da mata virgem diferenças quase impeceptíveis, aqui uma diferenciação nítida em zonas econômicas de acôrdo com a origem étnica dos colonos. A atividade econômica mais modesta e reduzida observa-se entre os frugais caboclos. Alemães e italianos desenvolveram formas bem superiores. Nas zonas colonizadas por alemães existe, além da lavoura de milho e mandioca, uma criação altamente desenvolvida de vacas leiteiras e de aves. Também nas áreas italianas ela pode ser encontrada, mas as zonas mais antigas, sobretudo a leste, destacam-se pelas lavouras de arroz, tabaco e vinho. Por ser trabalhosa e também dispendiosa a formação de arrozais irrigados, o colono leva sempre uma porção de anos até poder passar ao cultivo do arroz" (14).

Muitas vêzes, a situação econômica era menos favorável à aplicação de processos intensivos. A agricultura pioneira dos primeiros anos ia cedendo, à medida que a fertilidade natural do solo se esgotava, ao *capoeira*. De alqueive, sintoma eloquente de uma lavoura extensiva. Adotou-se a denominação cabocla de *capoeira* para os terrenos alqueivados.

“Entre os colonos teutos do Espírito Santo planta-se, durante dois anos consecutivos, no mesmo terreno para depois deixá-lo um ou dois anos de pousio. A *capoeira* que se forma nos alqueives, é queimada. A roça dessa maneira obtida é considerada a melhor. Nela o cultivo se faz durante dois ou três anos. Seguem outros dois anos de descanso. Não raro, a terra tratada de acôrdo com êsse regime, esgota-se em dez anos. O pasto em que elá é freqüentemente transformada, pode durar outros dez anos” (15).

Há inúmeras modalidades locais do regime de alqueive que, no Brasil, não pode surtir efeitos idênticos aos que produziu no país de origem dos imigrantes. Depois de 20 ou 30 anos, o solo está virtualmente esgotado e obriga ao êxodo o colono que não pode empregar processos de adubação. Êstes são geralmente dispendiosos porque a produção de estêrco orgânico é diminuta ou mesmo nula devido à inexistência de gado estabulado na maioria das colônias. A abundância de terras virgens e baratas contribuiu para que o nomadismo se arraigasse, firmemente, à cultura teuto-brasileira.

“O componês germânico no Rio Grande do Sul integrou-se, durante as quatro gerações de colonização alemã no Rio Grande do Sul, de tal maneira ao seu papel de pioneiro da mata, que se tem a impressão de que a conquista imediata de terras virgens se tor-

nou conteúdo essencial da vida a ponto de êle preferir essas conquistas à conservação das terras já ocupadas" (16).

"A terra que os colonos quase nunca adubam, é privada das substâncias vegetais pelo cultivo ininterrupto, de sorte que o rendimento vai diminuindo a ponto de não compensar o cultivo. Esse momento chega, segundo os processos empregados e a qualidade do solo, depois de 15 a 40 anos. Então o colono é forçado a abandonar a propriedade e se mudar para outras terras.

Sob condições européias, o valor do solo exigiria o investimento de capital (adubo etc.) e aumento de trabalho. Como no Espírito Santo extensões de terra quase illimitadas ainda são disponíveis, o trabalho de desbravamento talvez seja mais compensador do que um tratamento das terras velhas. As atuais condições de transporte, de técnica e de crédito correspondem, mais ou menos, os processos econômicos, isto é, a cultura de rapina atualmente em uso. Ela se justifica, encarado sob um ponto de vista exclusivamente econômico, pelo princípio evidente de que não se compensam capital e trabalho onde riquezas naturais oferecem de graça. De outro lado, não se deve esquecer de que ela torna o colono um semi-nômade condenando-o a uma vida primitiva e, em geral, a um regresso cultural.

O ponto mais precário é a influência desagregadora que exerce sôbrea organização das comunas, construídas em bases territoriais. Tais efeitos se mostraram, com grande nitidez, em Santa Leopoldina. Essa comuna que compreendia, há 30 anos (1885) 300 famílias, perdeu desde então tantos membros pelas migrações regionais que ela conta, apesar de forte aumento natural da população, presentemente apenas

150. Que perda de valores culturais significa a decadência, a agonia lenta de um tal corpo criada em décadas de trabalho árduo! Pela desagregação de semelhante agrupamento sólidamente construído, não só valores sentimentais desaparecem; também dados culturais concretos, como particularmente a organização escolar, são afetados de maneira grave” (17).

Se as condições econômicas não permitiam, dentro da primeira geração, o retorno a processos agrícolas intensivos, o desnivelamento se tornava definitivo, pelo menos em áreas isoladas onde a imigração havia sido interrompida. A perpetuação do patrimônio cultural é, em última análise, um problema de transmissão entre gerações. E' possível conservar, pela prática quotidiana, hábitos sanitários e tradições religiosas, por exemplo, mas é impossível perpetuar conhecimentos e técnicas agrícolas quando estas deixam de ser praticadas, pois nesta esfera toda transmissão se faz de maneira direta, pelo exemplo e pela imitação. Se portanto os filhos aprendem técnicas extensivas porque a prática de processos intensivos seria ruínosa, estes, embora vivos na memória dos pais, já não fazem parte do patrimônio cultural da segunda geração. Se tempos depois as condições econômicas oferecem chances de uma agricultura intensiva, as atitudes que freqüentemente o colono teuto-brasileiró assume diante dessa possibilidade, se assemelham muito à “indolência” do caboclo. Econômicamente nivelado com este, a aculturação se realiza de maneira mais intensa onde o sistema de povoamento é favorável ao intercuro das duas etnias. Basta lembrar os exemplos citados de Torres, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro, Itapecerica, Guareí e tantos outros menos conhecidos.

Essa situação parece ser comum também nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Um observador verificou que em Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis não houve, nos últimos cem anos, “o menor progresso técnico nos processos de produção” entre os descendentes de imigrantes alemães. Apesar da proximidade de grandes cidades, o acaboclamento tornou-se completo e com êle a assimilação. Perto de Mar de Espanha, em Minas Gerais, o mesmo autor entrevistou um colono cujo bisavô havia imigrado. Êle falava ainda um pouco de alemão, mas os filhos, todos maiores de 20 anos, ignoravam a língua dos antepassados e eram analfabetos. Apesar de relativamente próspera, essa família morava numa casa de pau a pique, não havendo nem mesa nem outra mobília. Tomava as refeições sentada em caixotes ou na escada. As camas eram simples estrados de madeira sôbre as quais havia capim e um cobertor.

Semelhante era a situação em Teófilo Otoni (Minas Gerais) (18).

Embora, por falta de contatos, a aculturação seja muito mais lenta no sul do que em Minas ou no Rio, a situação econômica é semelhante em muitas colônias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Tonnelat observou a respeito que os “dirigentes brasileiros não são os únicos responsáveis pela pobreza dos colonos. Em geral, os próprios colonos são homens de pouca iniciativa. Os alemães em nada modificaram os métodos agrícolas que herdaram de seus avós; semeiam o milho, a mandioca, a batata e o feijão preto segundo o velho costume dos pais rejeitando tôdas as inovações (19).

Ao lado de outros “defeitos”, Fritz Frei verificou um “re retardamento profissional” dos colonos. Na parte baixa de Santa Catarina, região própria à citricultura,

somente 1% das árvores cítricas era enxertado. No planalto o mesmo se dava com macieiras, pessegueiros e pereiras. Na criação de gado predominavam os processos mais rudimentares (20). Wettstein fez observações idênticas em Blumenau (21).

O município de Brusque (Santa Catarina) representa outro exemplo de desnivelamento econômico. Numa área etnicamente homogênea, o esgotamento do solo chegou ao ponto de os colonos não mais produzirem a quantidade de milho e feijão indispensável à sua própria manutenção. A cultura de tabaco que, nas primeiras décadas, constituía uma das principais fontes de renda, foi completamente abandonada. O gado dizimado por moléstias estava se tornando cada vez mais raquítico (22).

Novas correntes imigratórias com equipamento técnico mais eficiente podem estancar o desnivelamento econômico de grupos mais antigos. Nessa hipótese, conhecimentos agrícolas aplicáveis à região, formas de organização econômica, são transmitidos pelos imigrantes aos teuto-brasileiros. Este fenômeno de *difusão cultural* pode ser observado em muitas zonas. Mas freqüentemente a difusão é incompleta sendo possível distinguir estratos cujos membros se comportam diferentemente diante dos mesmos problemas econômicos.

O regime de trabalho — Os imigrantes alemães trouxeram um padrão econômico que havia de influir, decisivamente, sobre a cultura do Brasil meridional: a pequena propriedade agrícola trabalhada exclusivamente pelos componentes da família.

“O fato de os imigrantes alemães se haverem contentado com pequenas propriedades, explica-se facilmente: no país de origem eles não eram senão chacreiros ou apenas jornaleiros. Faltavam-lhes, a prin-

cípio, os recursos materiais como também a capacidade intelectual para a instalação e direção de grandes empresas. Mas por que permaneceram no regime da pequena propriedade?

As razões são principalmente de ordem psicológica. O colono germânico não dispõe, devido a sua reduzida instrução, de elementos para empresas agrícolas de maior envergadura. De outro lado não encontraria jornaleiros entre os seus conterrâneos, porque ninguém precisa alugar seus serviços e todos anseiam pela independência completa (23).

A luta pela sobrevivência contribuiu indubitavelmente para a modificação de certos traços do regime de trabalho originário. Contudo, as transformações ocorridas na própria Alemanha fizeram com que os imigrantes aportados em épocas diversas, trouxessem padrões diferentes. O estudioso da cultura teuto-brasileira fica impressionado, por exemplo, com a extensão e a intensidade do trabalho infantil que parece ser uma consequência das condições específicas do meio brasileiro. Na verdade, porém, a maioria dos imigrantes vindos antes de 1900, trouxe êsses mesmos padrões de trabalho infantil do país de origem.

Do Grão-Ducado de Hesse, por exemplo, sabemos, através dos depoimentos de Karl Kautsky e Eugen Katz, que, sobretudo nas propriedades camponesas, o trabalho infantil alcançava exatamente o grau de intensidade que hoje caracteriza as comunidades teuto-brasileiras. A possibilidade de usar a criança para trabalhos agrícolas ou pastoris determinava, ali como aqui, a atitude do camponês para com a escola: "Tôdas as tentativas de vigários e professores no sentido de limitar o trabalho infantil são mal sucedidas, pois os camponeses encaram com hostilidade a escola que lhes subtrai uma parte dos braços infantis" (24).

A Aculturação dos Alemães no Brasil 339

Na Áustria, a situação não era diferente. Principalmente na indústria doméstica, o trabalho infantil foi um fenômeno comum. Crianças de quatro anos já trabalhavam pesadamente (25).

Parece, portanto, que o trabalho infantil constitui um traço da cultura originária cuja conservação era favorecida pelas circunstâncias específicas em que os imigrantes tentaram organizar a sua vida no Brasil. A impossibilidade de obter trabalhadores assalariados na maioria das zonas de colonização, a pobreza relativa dos colonos e o nível dos salários rurais em outras zonas determinaram não somente a perpetuação do trabalho infantil, mas também a sua aceitação pelos imigrantes mais recentes.

O depoimento de Wagemann sobre os colonos teuto-brasileiros do Espírito Santo, que damos a seguir, confere, em linhas gerais, com o que foi observado em outras zonas onde os estímulos da tradição cultural não foram quebrados ou neutralizados por fatores contrários.

“Os colonos alemães todos ultrapassam muito, no seu trabalho, a média necessária para suprir as necessidades vitais, de modo que se pode afirmar que até o colono mais relaxado, abstraindo de alguns ébrios habituais, ainda é mais assíduo e trabalhador do que a média da população rural nativa. De mais a mais, a capacidade de trabalho físico do colono teuto é muito grande de maneira que muitas vezes realiza, em pouco tempo, enormes trabalhos: em serviços de derrubada, construção de casas, estradas ou picadas, um trabalhador recentemente imigrado da Alemanha, não o alcança facilmente. Verdade é que êle, de vez em quando, se utiliza, largamente, do seu direito de auto-determinação. Quando lhe convem, encerra as atividades às 5, em vez de trabalhar até às 6 horas. Ou em vez de

ir ao trabalho, vai à venda demorando-se aí horas a fio para fazer alguma compra insignificante. Mas essas coisas são bastante raras e se limitam, em geral, ao sábado.

Em média, o tempo de trabalho quotidiano não é muito longo. O colono se levanta de madrugada, isto é, no inverno pelas 6, no verão não antes das 5. Pelas 7 horas começa o trabalho na roça; com um pequeno intervalo para a merenda, o trabalho continua até às 11 $\frac{1}{2}$, às vezes com muita energia, às vezes cômodamente. Depois almoça-se. Nas regiões altas às 2 horas, na zona baixa às 3 horas recomeça o trabalho que prossegue até o pôr do sol. Às vezes trabalha-se ainda de noite à luz de lampões: confeccionam-se balaies e peneiras; executam-se concertos e armazena-se o milho etc. Geralmente, porém, o colono deita-se muito cedo, isto é, pelas 8 ou 9 horas. O colono que se levanta só (26) às 5 ou 6 horas, tem assim um repouso de 9 horas o que constitui a base de sua capacidade física levando-se em conta os efeitos cansativos do calor e da irradiação solar.

Abstraindo dos trabalhos casuais à noite, temos no inverno o dia de trabalho de 8 horas. No verão trabalha-se ora menos ora mais como, por exemplo, durante a colheita do café, isto é, até 10 ou 11 horas. Também no inverno despressa-se, por vezes, o intervalo para o almôço resultando daí 10 ou 11 horas de trabalho.

Tive a impressão de que entre os colonos do Espírito Santo, o tempo de trabalho é mais reduzido do que entre os sitiantes e jornaleiros da Alemanha, mas que a intensidade do trabalho entre aquêles é maior. Em todo caso conservaram ou aumentaram a sua capacidade de trabalho" (27).

Observações feitas em São Bonifácio (Santa Catarina) — colônia de teuto-brasileiros de terceira e

quarta geração — confirmam e completam as informações de Wagemann:

“À exceção das crianças de pouca idade, a família tôda levanta-se ao romper do dia. Enquanto um dos membros da família se encarrega de preparar o café, os restantes vão tratar dos animais. Quando o café está pronto, tôda a família senta-se à mesa. A refeição consiste em café com pão de milho. Sôbre o pão usa-se geralmente nata, queijo branco (ricota) com leite e mel. Manteiga usualmente não se consome porque a sua venda constitui uma das fontes de renda da família. Após o café vão à roça. Enquanto a família ainda é pequena, não havendo nenhum filho tão desenvolvido que se possa incumbi-lo de algum trabalho caseiro, todos acompanham os pais. Mas se alguém fica em casa, êste leva depois o primeiro almoço aos que foram trabalhar na roça. Caso contrário, êstes o levam logo de manhã. Além de uma grande chaleira esmaltada com café, o primeiro almoço consiste em pão de milho com queijo branco e leite ou então em bolinhos de fagópiro, batatas refogadas e ovos.

No verão, o descanso é de duas horas, no inverno é mais curto, embora o trabalho seja menor; contudo, os dias são mais curtos.

À noite a família volta da roça carregando em geral pesados fardos de forragem colhida durante o dia e destinada aos animais estabulados. Faz-se o “trabalho da noite”, toma-se o jantar e em muitas casas já se começa a preparar o almôço para o dia seguinte, pois durante o dia muitas vêzes não se encontra o tempo necessário (pelo menos nas famílias novas) para preparar uma refeição bem cuidada. Como o almôço, o jantar compõe-se de comida quente à qual se acrescenta, no entanto, café com pão.

Antes e depois das refeições principais, as famílias católicas rezam em comum. Nos meses de maio, junho e outubro, costuma-se acrescentar, à noite, uma novena. (*Andacht*). Também em famílias protestantes tem-se ensejo de observar rezas coletivas antes e depois das refeições.

De maneira geral, o trabalho, pouco diferente do regime tradicional do país de origem, visa criar uma situação econômica estável. Com os anos, porém, vão diminuindo duração e intensidade do trabalho agrícola” (28).

A forma mais simples de organização de trabalho inter-familiar é o mutirão.

“Não há dúvida”, diz Wagemann (29), “de que não foi no Brasil que os colonos (espírito-santenses) chegaram a conhecer o trabalho a pedido (*Bittarbeit*); êles trouxeram êsse uso de sua terra de origem.” Contudo, o uso da palavra “Juntament”, corruptela de ajuntamento, prova que houve influências brasileiras sobre as formas de mutirão primitivo. Realmente, certas aplicações do mutirão entre os colonos, não se conhecem na Alemanha; por exemplo:

- 1 — as derrubadas;
- 2 — a limpeza dos cafés e colheita do café, feita por homens e moças solteiras;
- 3 — a construção da casa.

Sob a ação de fatores diversos, êsse regime de trabalho pode sofrer modificações mais ou menos profundas. Não há dúvida de que no país de origem, um estímulo poderoso partia do grau de articulação da comunidade aldeã com a estrutura econômica mais ampla. A maior parte da produção era destinada a suprir as necessidades de mercados urbanos. Quanto mais recente a imigração alemã tanto mais acentuada era a tendência de trabalhar *para* um mercado subordinando-lhe quantidade e qualidade da produção. Faltando

êsse estímulo, a tendência dos colônios para perder dias de trabalho em bebedeiras, conversas com o vendeiro ou vizinho, em visitas à cidade, em caçadas ou pescarias, tornou-se visivelmente maior.

Moléstias endêmicas e esgotamento das terras produziram, muitas vezes, efeitos desagregadores sôbre o regime de trabalho. Ancilostomíase e maleita devastaram não poucas regiões de colonização alemã, reduzindo a população a um estado físico semelhante ao dos caboclos litorâneos.

Talvez mais do que outros fatores, contatos com a população cabocla têm agido no sentido de alienar os teuto-brasileiros a seu regime de trabalho tradicional. O grau de assiduidade que o caboclo geralmente revela no trabalho, obedece às necessidades da auto-suficiência. Mesmo em situações de contato com sistemas econômicos diferentes, o regime de auto-suficiência desaparece, como mostra a observação, sômente depois de complicados processos de desajustamento e reorganização social. Não é elevado o número de caboclos que adotaram, no decurso de duas ou três gerações, o regime de trabalho dos teuto-brasileiros. Mas numerosos são os casos de teuto-brasileiros economicamente desniveledos que aceitaram um regime de trabalho *intermittente* característico do sistema econômico de auto-suficiência.

Em áreas de colonização mista, os imigrantes estabeleceram contato com o regime escravocrata. Já vimos as conseqüências que êsses contatos tiveram para a sorte dos colonos alemães vindos para a lavoura cafeeira de São Paulo.

No sul, porém, "o advento dos primeiros colonos e das levas que se lhes seguiram começou a afastar, de certas regiões, o elemento servil, tornou desnecessário e até impossível o seu aumento; chegou, mesmo, em al-

gumas zonas do Rio Grande, a excluir quase totalmente o negro. . . Nos primeiros tempos, quando a produção era escassa e os trabalhos preparatórios absorviam tôda a atividade, o auxílio de escravos ainda podia valer ao imigrante recém-chegado — e até tornar-se necessário, como no capítulo anterior vimos — na derrubada da mata e na construção das habitações; *podiu ser-lhe útil para a iniciação em culturas e misteres que lhe eram inteiramente estranhos*. Mas o colono não dispunha, ao tempo, de recursos para tornar-se senhor de escravos. E uma vez encaminhadas as tarefas de cada “colônia”, iniciadas as plantações, o negro representaria apenas uma bôca a mais a consumir e a pesar, portanto, no orçamento doméstico, sem compensação na soma de trabalho produzida e da qual a própria família do colono poderia incumbir-se. Estas razões bastariam para ir afastando o elemento servil das zonas que o imigrante alemão ia colonizando, se sôbre elas não pesasse, ainda, decisivamente, a repulsa natural que aquêle havia, por fôrça, de sentir pela condenada instituição.

Pouco tempo depois da chegada dos primeiros alemães, foram retirados da antiga Feitoria do Linho Cãnhamo todos os escravos que nela havia. . .” (30)

Mesmo assim, a colônia de São Leopoldo, após poucos anos de existência parece haver-se familiarizado bem cedo com o sistema escravocrata. Em 1847 já havia 154 escravos dos quais 90 pertenciam a alemães e 64 a brasileiros. (31) “Em 1850, quando a colônia já orçava 10.000 habitantes, contavam-se apenas 229 escravos.” (32) Para o ano de 1883 Aurélio Porto (33) dá o número de 484, ao passo que em 1888, teriam sido reduzidôs a 54 apenas.

Não faltava oposição a possíveis ensaios de imigrantes desejosos de experimentar o sistema escravocra-

ta em suas propriedades. “Em 13 de outubro de 1850 era, com efeito, posta em vigor a Lei n.º 183, pela qual ficava proibida a introdução de escravos, no território das colônias existentes ou que se viessem a firmar na Província.” “Os escravos que forem introduzidos nas colônias em contravenção a esta lei — dizia o art. 4º — serão expelidos por ordem do Diretor, pagas as despesas pelos donos dos mesmos escravos. Em repetidas outras disposições que tivemos ocasião de citar em capítulos anteriores, observa-se a mesma preocupação de excluir das colônias o trabalho servil.

Burlava-se, às vezes, a lei. *Elevadas, a vilas, antigas sedes de colônias, havia quem para elas levasse cativos.* A repulsa, porém, continuava a manifestar-se, impedindo o aumento do elemento servil.” (34)

Também Hermann Blumenau opôs-se à introdução de escravos na sua colônia. Em outras zonas, pequenos grupos alemães, encravados entre populações nativas, adotaram às vezes o trabalho servil. Em 1818, por exemplo, alemães e suíços fundaram, no sul da Bahia, a colônia Leopoldina. Em 1853 contavam-se 43 fazendas com 25 trabalhadores livres e 1245 escravos. Sobre Leopoldina Stoecklin observou que “a febre fez estragos terríveis entre os colonos; mas graças ao trabalho dos escravos, os sobreviventes chegaram enfim a um certo bem-estar.” (36)

Em São Lourenço “os ricos proprietários alemães possuíam perto de 1.000 escravos negros.” (37)

Também os colonos de Santo Amaro (São Paulo) tiveram escravos (38)

Ofícios, indústria e comércio — Os artífices que já se encontravam, em número elevado, entre as primeiras levas de imigrantes germânicos trouxeram uma série de elementos culturais novos. Muitos foram absorvidos pela sociedade nativa da Campanha, outros

tornaram-se lavradores e não poucos contribuíram para a estruturação de um sistema econômico autônomo, nas áreas de colonização homogênea.

No pequeno grupo de alemães que, em 1824, fundaram São Leopoldo havia quatro marceneiros, dois seleiros, um alfaiate, um sapateiro, um pedreiro, um ferreiro, um ourives e um farmacêutico. Entre os primeiros estava também um cefto Liborius Mentz que era, além de marceneiro, carruageiro e construtor de moinhos. Supõe-se ter sido êle o construtor dos primeiros lanchões no rio dos Sinos. As crônicas mencionam, além de outros artífices, o imigrante Jakob Kunrath que fabricava rocas e teares. Na colônia de Santa Cruz contavam-se, em 1865, isto é, 15 anos depois da sua fundação, 361 rocas e 56 teares. (39)

Em 1832, o sapateiro Mathias Franzen escreveu numa carta: "Com a minha profissão de sapateiro, que exerço ativamente, estou ganhando muito dinheiro; um par de botas custa 24 francos, um par de botinas, 10 francos. O couro não é tão caro como na Alemanha. Já existem vários cortumes alemães; um couro crú custa 12 francos; e o couro curtido, 32 francos." (40)

Entre os 354 artífices e operários especializados que, entre 1897 e 1922, entraram em Hamônia (Santa Catarina) havia, além de outros, 16 carpinteiros, 17 ferreiros, 5 tipógrafos, 4 torneiros, 2 tanceiros, 7 alfaiates, 7 maquinistas, 4 funileiros, 8 pintores, 8 encadernadores, 2 relojoeiros, 19 sapateiros, 8 carruageiros, 7 padeiros, 5 mecânicos, 4 moleiros, 1 ourives, 2 fotógrafos, 9 cervejeiros, 3 escultores, 4 seleiros, 18 marceneiros, 12 pedreiros, 25 tecelões, 46 serralheiros, 1 oleiro e 1 desenhista. (41)

Muitas indústrias, atualmente em mãos de teuto-brasileiros, têm origens artesanais. Oficinas de sapa-

teiros transformaram-se em fábricas de artefatos de couro. Tecelões que, numa dependência da casa haviam montado um rústico tear trazido da Alemanha, encontraram mercados para os seus produtos. Filhos e netos desses imigrantes são, freqüentemente, proprietários de grandes estabelecimentos fabris. Há uma série de pequenas indústrias as quais, vinculadas estreitamente às fontes locais de matéria prima e às necessidades imediatas da colônia, nasceram rapidamente. São as chamadas indústrias *primárias*: engenhos de mandioca e açúcar, serrarias, olarias, destilarias de aguardente, moínhos, fecularias, fábricas de charutos, de banha e de laticínios. Com algumas delas, os imigrantes já estavam familiarizados, havendo, geralmente, especialistas entre êles. Dessa maneira, a transplantação não encontrava dificuldades sérias. Outras, no entanto, nem sempre foram aceitas. Um relato antigo, (42) informa, por exemplo, que em 1835, a colônia de São Leopoldo já dispunha de 2 "fábricas de cachaça" e 16 "engenhos para mandioca". Ao que parece, a transferência do monjolo não encontrou dificuldades em zonas onde os imigrantes eram pouco numerosos e expostos à influência cabocla. Todavia, na área do Itajaí é difícil encontrar, por exemplo, engenhos de mandioca ou açúcar em mãos de teuto-brasileiros. Mas a fecularia, tipo mais desenvolvido do engenho de mandioca, é uma das indústrias típicas que os teutos formaram. Tôdas as suas partes principais, desde a matéria prima até as técnicas de fabrico e a maquinária representam traços cujos *princípios* foram aceitos pelos imigrantes ou seus descendentes e integrados à cultura em formação. De modo geral não se incorporou a indústria na sua forma primitiva, como já foi dito, mas só depois de haver sofrido modificações substanciais. A princípio, nas máquinas vieram da Europa, mas depois modelos mais efi-

cientes passaram a ser construídos aqui. O mesmo se deu com máquinas de beneficiamento, moinhos e outros apetrechos industriais cuja fabricação enriqueceu, de modo extraordinário., a cultura ergológica desenvolvida por teuto-brasileiros e imigrantes.

Em 1874 fundou-se a primeira fábrica textil no Rio Grande do Sul. Sete anos depois ela já ocupava 200 operários. Os seus fundadores transplantaram ainda outros elementos novos: "Esta empresa era, a primeira fábrica no Brasil que organizou a assistência social aos operários. Mantinha uma escola própria para os filhos de seus operários, instalou uma caixa econômica e outra de beneficência para a qual os operários contribuíam com pequenas taxas." (43)

A indústria textil de Blumenau começou "pelo ano de 1880 com alguns teares; atualmente (em 1935) esse ramo industrial abrange diversas empresas distribuídas pela cidade de Blumenau, suas zonas marginais, e o vale superior do rio Testo. Entre elas há duas que ocupam, cada qual, mais de 500 operários e empregados. Como matéria prima usa-se quase exclusivamente o algodão. Esse fato originou tentativas de plantar algodão, na zona de Blumenau e do litoral, tentativas essas que fracassaram devido às chuvas na época da maturação. Porisso, o algodão tem de ser importado do norte brasileiro e, em tempos mais recentes, também de São Paulo.

Os operários especializados vieram quase todos da Alemanha; entre a mão de obra não especializada há muitas mulheres. Com a fundação das fábricas textis deu-se o primeiro passo em direção a uma industrialização importante. Conservou-se, no entanto, a sedentariedade dos operários. Estes residem geralmente a considerável distância da fábrica e em terras próprias. Os especialistas de categoria mais elevada, os emprega-

dores trataram de fixá-los nas imediações da fábrica, em terras próprias.” (44)

Essa política contribuiu, sem dúvida, para manter uma relativa homogeneidade étnica no operariado blumenauense. Em Joinville a Brusque não se adotou essa norma. Na última das duas cidades que, em 1935, possuía 2.000 operários, aproximadamente, já se haviam formado, a êsse tempo, dois bairros essencialmente proletários e étnicamente heterogêneos.

Nas primeiras fases da colonização alemã no Rio Grande do Sul, a indústria mais importante era a do couro. Baseada na abundância de matéria prima, fornecida por uma das mais ricas zonas de criação, ela se desenvolveu cedo. Em 1844, São Leopoldo exportou 7.681 selas e 13.995 pares de sapatos. Em 1820 havia, em oito municípios do Rio Grande do Sul, 540 cortumes e fábrica de artefatos de couro, dirigidos por alemães ou descendentes de alemães. (45) O centro dessa indústria é o município de Novo Hamburgo. Em 1920 havia, no Rio Grande do Sul, um total de 238 fábricas motorizadas com mais de 12 operários. Destas 130 ou 55% estavam em mãos de teuto-brasileiros. (46)

A difusão de elementos técnicos novos dependia da continuidade da imigração, da qualidade dos imigrantes e das relações que êles próprios ou seus descendentes mantinham com a Alemanha. Pouco ou nenhum estímulo lhes podia vir do meio brasileiro, caracterizado por formas extensiva nas suas atividades agrícolas e pastoris. Assim como cada indústria nova que surgia, se prendia à iniciativa de um imigrante, as mudanças ulteriores resultaram de novas entradas de imigrantes que representavam níveis tecnológicos “superiores”. Em não poucas famílias de industriais estabeleceu-se a tradição de enviar os filhos à Alemanha para que alí fôsem buscar os elementos técnicos e os padrões de administração indis-

pensáveis à renovação do aparelhamento industrial. Mestres de fiação, de tecelagem, técnicos de tinturaria, mecânicos e engenheiros eram sistematicamente contratados na Alemanha. Estas e outras formas de difusão cultural organizada deram ao desenvolvimento industrial das áreas de colonização germânica uma feição característica.

Wettstein já observou, no comêço dêste século, o papel que os imigrantes novos desempenharam na modernização da produção. Na colônia de Blumenau, a indústria de laticínios em grande escala tornou-se possível somente a partir de 1907 “porque os novos colonos ocupavam um nível cultural superior, tinham uma educação escolar melhor e se guiavam pelos modelos da organização cooperativista que conheceram no país de origem.” (47)

Em zonas novas de colonização, a primitividade do comércio correspondia à primitividade da situação econômica em geral. Predominava a troca natural. Os colonos que, nos seus dialetos, não tinham palavra adequada para denominar um fenômeno que, em geral, lhes era desconhecido, adotaram freqüentemente a própria palavra troca transformada em *trok*.

Os primeiros comerciantes da zona germânica de São Leopoldo eram colonos que começaram a dedicar-se ao comércio quando a picada contava de 20 a 30 famílias. Adquiriam os produtos agrícolas em troca de artigos manufaturados e certas mercadorias que a região não produzia. Esses vendeiros mantinham um comércio direto com a praça de Pôrto Alegre para onde transportavam os produtos da colônia em lanções (48).

Evidentemente, êsse sistema misto, baseado em troca natural e escambo pecuniário, não foi inventado pelos imigrantes. E' uma feição comum do comércio

sertanejo e pode ser observada em tôdas as partes do Brasil. Não há dúvida, no entanto, de que êsse traço transformou a cultura econômica dos imigrantes. As distâncias, a falta de vias de comunicação, a rarefação demográfica fazia das vendas coloniais centros de gravitação local ou regional dando-lhes uma importância que nas aldeias alemãs jamais tiveram. Mais de um viajante ficou admirado ao encontrar, nas colônias germânicas, atrás de uma aparência que em muito lembrava as vendolas rurais da Alemanha, empórios relativamente importantes e ricamente sortidos (49).

Geralmente, a família mais prestigiada da picada dedicava-se ao comércio. Mais tarde estabeleceu, nas picadas secundárias, novas vendas para os filhos. Êstes casaram-se com filhas de outros comerciantes da zona. "Assim, três filhos de Schmitt casaram-se com três filhas de Blauth, três filhas de Collin com três filhos de Blauth. Desta maneira constituiu-se, em várias regiões (do Rio Grande do Sul), uma espécie de "clans" de comerciantes. Temos nas picadas antigas os Blauth, Sperb, Schmitt, Brusins; na zona do Caí: os Selbach, Heck, Wiltgen, Noll, Weissheimer; na região do Taquarí: os Mallmann, Jäger, Matte, Buchmann; em Santa Cruz: os Hennig, Kliemann, Etges e muitas outras famílias nas quais as atividades mercantis são hereditárias".(50). Fenômeno semelhante observa-se nas emprêsas de navegação fluvial fundadas por imigrantes alemães. "No Rio dos Sinos, a navegação há mais de 60 anos, está nas mãos da família Blauth; o rio Caí tinha, em Montenegro, os seus comandantes Keller, Jahn e Schaan, em São Sebastião os Kohler, os Schilling e Sauer, no Taquarí navegavam os vapores de Jaeger, Ruschel e Arnt, no Jacuí, Becker estava na vanguarda" (51). Nessas famílias, a profissão tornou-se hereditária.

Os matrimônios convencionais que ligaram aquelas famílias entre si como, principalmente, a hereditariedade das atividades profissionais, são traços da cultura originária que se perpetuaram também em outras zonas de colonização germânica. O matrimônio convencional orientado por interesses econômicos é, ainda hoje, um fato corriqueiro nas culturas campestres da Alemanha e outros países da Europa; mas no século passado era comum também nas classes médias. A profissão hereditária permaneceu, até aos dias de hoje e em tôdas as camadas sociais, uma tendência muito mais comum do que em qualquer parte da América. Na cultura originária, ambos os traços desempenham a função precípua de perpetuar o status social de indivíduo e família. Aqui parecem servir, talvez inconscientemente, à conquista de um status social numa sociedade de estrutura pouco definida. Daí também a formação de sistemas familiares, fenômeno êsse desconhecido na sociedade de origem. Essas grandes famílias teuto-brasileiras, ligadas por interesses matrimoniais, econômicos e políticos, acabaram impondo-se de uma maneira que dificilmente seria concebível em comunidades campestres da Alemanha. A dispersão demográfica, a relativa fraqueza das organizações comunal e estatal favoreceram, em muitas zonas, a preponderância econômica de grandes famílias.

Esta preponderância já existe, em forma embrionária, nas funções econômicas que muitos vendeiros exerciam ou ainda exercem, durante os anos pioneiros que caracterizam as colonizações novas. Pois como já dissemos, é o vendeiro que sustenta os colonos desprovidos de recursos vendendo-lhes mercadorias a crédito até a primeira colheita. Embora os processos empregados não fôssem, de modo algum, idênticos no tempo e no espaço, não deixava de existir, desde os primór-

dios, uma relação de dependência econômica entre colonos e vendeiro. Se êste monopolizava o comércio local, a dependência era mais acentuada. Se a colônia prosperava, o vendeiro tornava-se banqueiro dos colonos que lhes confiavam suas economias (52). A êle haviam de dirigir-se também se quisessem levantar empréstimos. Os políticos locais nada podiam fazer contra o vendeiro, mas tudo com auxílio ou por intermédio dêle. Vendeiros hábeis chegaram a controlar "sua" regiao com uma eficiência que só podia ser diminuída pela competição com outros vendeiros com os quais, não raro, dividiam as "zonas de influência". A localização de uma nova escola ou igreja, o traçado de uma estrada de rodagem, a conservação dos caminhos, a construção de pontes — tudo dependia e, em grande parte, continua dependendo do vendeiro. Sem apoio dêle, os partidos não obtinham votos; sem o prestígio do vendeiro — cabo eleitoral e líder local — os colonos nada ou pouco conseguiam junto às autoridades municipais. No caso de se tratar de uma família grande com ramificações econômicas que abrangiam uma zona maior e, não raro, a própria vila ou cidade, a posição desfrutada era proporcionalmente mais forte e a dependência econômica dos colonos mais acentuada.

Lacmann verificou em Santa Catarina que os colonos pagavam, em certos casos, um juro de 12 p. c. ao vendeiro que lhes havia emprestado dinheiro. Como as observações dêsse autor se referem aos primeiros anos dêste século, é evidente que se tratava praticamente de dívidas insolváveis e, portanto, de uma dependência permanente.

Com relação aos comerciantes de Brusque, Lacmann afirma que a sua solidariedade em manter baixos os preços dos produtos agrícolas, teria levado os colonos à ruína completa (53).

As vêzes, as próprias emprêsas de colonização desempenhavam, com relação aos imigrantes, o papel que alhures os vendeiros exerciam. Em distritos de Blumenau colonizados pela Hansa, esta emprêsa “introduziu o regime de vales que significa um monopólio para as vendas da Companhia cujo único fornecedor é um membro do conselho fiscal, com sede em Blumenau..... Mesmo as pessoas que não deviam nada à emprêsa, eram pagas por seus trabalhos, na construção de estradas, somente com vales, ainda que antes houvessem comprado em outras vendas (54).

Importante do ponto de vista da aculturação é o tipo de *comércio ambulante* que deu à economia dos teuto-brasileiros uma feição desconhecida na cultura de origem. Na Campanha, comerciantes teutos trocavam artefatos de couro com couros crus, usando como meio de transporte carroças leves de quatro rodas e cobertas de lona (55). Caixeiros-viajantes montados (*Musterreiter*) mantinham as relações entre as grandes casas de comércio e uma numerosa freguesia que vivia dispersa, na serra e no planalto. A figura do *Musterreiter* foi romantizada pelos teutos-brasileiros e aparece como herói de inúmeras histórias, na tradição oral e na literatura de almanaque. O comércio ambulante afigura-se como um dos mais importantes canais de difusão cultural merecendo, por isso mesmo, um estudo mais acurado.

Formas de cooperação — Já mencionamos a existência do mutirão entre os colonos teuto-brasileiros do Espírito Santo. Embora uma instituição semelhante seja conhecida, na Alemanha, sob a denominação de *Bittarbeit* (trabalho a pedido); o uso do termo *xuntamént* (juntamento) indica influências brasileiras. Sob êste e outros nomes, o juntamento se observa em

tôdas as zonas de colonização alemã. Nesse ponto, as diferenças entre teuto-brasileiros e imigrantes, sobretudo imigrantes vindos nos últimos quarenta anos mais ou menos, constituem provas convincentes pela existência de formas culturais que aqui se desenvolveram sob a influência do meio físico e social.

“Velhos colonos já sabem melhor orientar-se nas selvas e aprenderam a associar-se para realizar trabalhos coletivos visando melhorar as vias de comunicação. Os imigrantes, no entanto, nunca chegaram a conhecer essa preocupação no país de origem e confiam nas providências das autoridades” (56).

Quase sempre, o mutirão ou trabalho em comum recebeu uma extensão e importância que não possuía, de modo algum, na sociedade de origem. E’ isso que se pode concluir por exemplo do seguinte relato obtido em São Bonifácio (Vale do Capivari, Santa Catarina).

“Dos chamados *Gemeindearbeiten* (trabalho comunitários) participam, quando se trata da escola, tôdas as famílias que têm filhos em idade escolar ou menores ainda. A contribuição pode consistir em dinheiro, material e, ainda, em trabalho. Cabe à diretoria da associação escolar organizar os trabalhos e determinar as contribuições de cada um.

Da limpeza do cemitério é encarregada uma pessoa, pagando cada família uma determinada soma.

Tratando-se da igreja, a *Gemeindearbeiten* dividem-se de acôrdo com as religiões. Cada uma dessas tem os seus fabriqueiros, que vão tratar com o padre ou pastor, quando se torna necessário executar quaisquer trabalhos. Em tempos passados o vigário comunicava na igreja o trabalho que se devia realizar, proclamando ao mesmo tempo uma relação de pais de família, designados para a realização do trabalho.

Nenhum dos escolhidos se negava a fazer o que dêle se exigia e caso não se pudesse apresentar pessoalmente mandava um substituto pago por êle. Hoje os fabri-queiros agem com autonomia bem maior, dando muitas vêzes instruções e ordens sem aconselhar-se com o velho vigário; nota-se, porém, por isso mesmo, menos boa vontade no cumprimento das ordens, se bem que a relutância não chegue a gerar oposição aberta. A *kirchliche Gemeinde-Arbeit* consiste na construção e conservação da igreja e da residência do pároco, bem como das cêrcas que abrangem o terreno. Para o vigário limpa-se anualmente o pasto e prepara-se uma pequena plantação, sendo os vários trabalhos, como o transporte de esterco, aração, plantação e capina, distribuídos da maneira acima indicada. Além disso, cada família fornece ao vigário um centésimo da produção de milho. Visto como só o vigário reside na localidade, grande parte dos deveres acima mencionados não existem para a comunidade evangélica.

A via de comunicação principal é conservada por trabalhadores pagos pelo govêrno. De acôrdo com as posturas municipais existentes, os proprietários de terras que se limitam com a rodovia são obrigados a fazer o roçado marginal e a limpar a valeta. Os outros caminhos, porém, devem ser conservados pelos próprios moradores, que, quando muito, recebem um pequeno auxílio municipal, o qual os respectivos moradores distribuem entre si. Todos os anos, quando é chegada a época para os trabalhos de conservação e consêrto, o indivíduo mais prestigiado de cada distrito convoca os demais moradores para a execução dos trabalhos. Fonte do prestígio é em parte a situação econômica, mas em parte também a maior loquacidade, com que a pessoa consegue impor-se aos companheiros. Todos obedecem sem resmungar, mesmo

quando os trechos que carecem de consêrto não ficam no terreno deles. Nesses trabalhos, bem como em todos os outros acima referidos, cada pessoa traz a sua merenda.

Tratando-se da construção duma casa em estilo antigo (*Fachwerk*) convidavam-se, pelo menos outrora, os vizinhos para auxiliarem. Nesses casos, é o interessado que fornece as refeições aos que o beneficiam com o seu trabalho” (57).

A *cooperativa* foi transplantada pelos próprios imigrantes. Como se trata de um elemento relativamente novo na cultura originária, não é de admirar-se que não existia em muitas colônias antigas que não mais receberam imigrantes nos últimos quarenta ou cinquenta anos. No comêço dêste século, Lacmann encontrou cooperativas no Rio Grande do Sul, mas não em Santa Catarina (58). Em 1935 existiam inúmeras cooperativas na área de Blumenau, mas nenhuma no município vizinho de Brusque. Pois, os imigrantes alemães que, em 1860 e 1861, se fixaram em Brusque não conheciam essa instituição que só depois se difundiu na sociedade rural germânica. Também não entraram mais imigrantes depois de 1880, ao passo que Blumenau recebeu correntes quase ininterruptas, mesmo depois de 1918.

No Rio Grande do Sul predomina o sistema que recebeu o nome de seu inventor: Raiffeisen. Com a difusão do cooperativismo, também comunidades luso-brasileiras aceitaram êsse sistema (59).

Embora novo, o cooperativismo encontrou, na cultura de não poucos imigrantes alemães, elementos aos quais podia ser associado. Foram sobretudo as reminiscências da *Almende*, quer dizer, das terras comunais de cujo usufruto todos os membros da comunidade participavam. Parece que as experiências

relativas à *Almende* facilitaram a integração da cooperativa na cultura teuto-brasileira (60).

A julgar pela inexistência de associações cooperativistas nas primeiras décadas de colonização germânica, os primeiros ensaios de cooperação econômica organizada, que surgiram na Alemanha ocidental pelo ano de 1820 (61), precisamente numa zona de intensa emigração, aparentemente não exerceram nenhuma influência sobre a organização econômica dos imigrantes alemães.

Religião e acumulação de riquezas — Max Weber (62) descobriu uma relação entre protestantismo e capitalismo moderno. A doutrina de Lutero e, mais ainda, a de Calvino revolucionaram as concepções medievais do trabalho profissional. Este se tornou um dever religioso e não apenas, como na Idade-Média, um meio de satisfazer necessidades determinadas pela tradição. Não há dúvida de que, ao lado de outros fatores, os estímulos vindos do protestantismo incentivaram as atividades profissionais contribuindo para que a mentalidade econômica se transformasse, aos poucos, no que hodiernamente se chama *mentalidade capitalista*. Essa transformação não se deu simultaneamente em todos os países e tôdas as camadas sociais. Ocorreu primeiro entre as populações protestantes e classes médias e superiores para difundir-se, em seguida, entre católicos e nas camadas inferiores das sociedades européias. A nova concepção do trabalho, a princípio religiosa, veio a ser *leiga* muito tempo depois. Mesmo hoje existe uma diferença, na cultura econômica, entre católicos e protestantes na própria Alemanha. Investigações feitas, nesse país, sobre a concentração do capital revelaram que os grandes capitais estão, na sua maior parte, em mãos de protestan-

tes. Em 1896, os protestantes da Badênia pagavam quase o dôbro de impostos sôbre o capital que os católicos da mesma região (63).

Também na cultura teuto-brasileira há diferenças econômicas entre protestantes e católicos. Zonas com populações predominantemente protestantes gozam, geralmente, da fama de ser mais prósperas e mais "progressistas".

Tschudi, que em meados do século 19, passou por São Leopoldo, foi informado, nessa cidade, de que somente os protestantes haviam enriquecido (64).

Nos núcleos do vale do Itajaí, a diferença nas atitudes econômicas entre teutos protestantes e católicos é fato reconhecido a ponto de constituir objeto de freqüentes reparos da parte mais "sofisticada" da sociedade local.

Os colonos católicos observam, religiosamente, um número elevado de dias santificados, muitos até que não são considerados dias de guarda pela Igreja. Em algumas zonas, tôda primeira sexta-feira do mês perde-se parcial ou totalmente para qualquer trabalho agrícola de envergadura. De mais a mais, a tendência para aumentar o número de dias de descanso é bastante acentuada. Todavia, as diferenças entre núcleos antigos e novos é grande. Ao passo que a compreensão da utilidade de um trabalho racionalizado é freqüentemente nulo entre colonos antigos, os católicos emigrados em época mais recente possuem, em geral, uma organização econômica em forma de cooperativas e associações agrícolas.

Contudo, a diferença entre católicos e protestantes é mais acentuada nas classes superiores da sociedade local. Em Brusque, centro fabril de Santa Catarina, dos sete industriais e comerciantes mais ricos da cidade, só um é católico, e êste ocupà uma posição pouco

avantajada em confronto com os demais. Acresce que a população de origem alemã dessa cidade é católica, na sua grande maioria. Em outras partes do Estado onde os protestantes são mais numerosos (como em Blumenau e Joinville), o número de famílias católicas nas camadas mais elevadas da sociedade teuto-brasileira é desproporcionalmente reduzido. De 25 famílias teuto-brasileiras ricas domiciliadas em Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e alguns outros pontos do Estado só uma é católica. Esse grupo inclui os nomes mais conhecidos na indústria e no comércio de Santa Catarina. A significação especial dessa diferença reside no fato de se haver repetido aqui, em condições diversas das da Alemanha, um processo competitivo em que as chances iniciais foram praticamente *idênticas para católicos e protestantes*. Quase todos eles começaram a vida no Brasil como artifices, mecânicos, lavradores ou pequenos comerciantes. A concepção do trabalho, no entanto, parte integrante do patrimônio cultural trazido do país de origem, foi tão diferente nessas duas partes da população imigrada e tão bem essas diferenças se conservaram que os seus efeitos se fazem sentir até na terceira ou quarta geração.

A atuação dessa concepção de trabalho diferencial ligada pela raiz à religião, é tanto mais notável quanto mais lento é o progresso de acumulação de riqueza. No meio teuto-brasileiro as grandes fortunas rapidamente adquiridas por indivíduos empreendedores dados a especulações audaciosas, são extremamente raras. “Aqui, a constituição de uma fortuna raramente é, como nos Estados Unidos, a obra de um indivíduo isolado. E’ preciso que haja colaboração de várias gerações. Na segunda geração pequenas fortunas imobiliárias começaram a se constituir” (65),

A concepção de origem protestante, livre das peias que lhe embaraçaram os passos na Alemanha, parece ter contribuído para que as atividades econômicas em geral adquirissem uma cotação na cultura teuto-brasileira que até hoje não conseguiram na sociedade de origem. Tonnelat chama de “yankees sul-americanos” os teuto-brasileiros: “Pode-se dizer que à medida que eles se ajustam a seu novo meio, eles trabalham, não para germanizar, mas para americanizar o sul do Brasil” (66).

Acumulação de riqueza e assimilação — A cotação que os interesses econômicos receberam na hierarquia dos valores da cultura teuto-brasileira não pode deixar de repercutir sobre outras esferas culturais.

Oberacker refere-se à “mercantilização da vida tódos dos teuto-brasileiros, à sua absorção quase completa pela economia” (67).

“Todos os fatos e acontecimentos o descendente de alemães considera, em primeiro lugar, sob o ponto de vista econômico; não somente a escola e a política, mas também os valores étnicos, mormente a língua alemã, são cotados pela importância econômica que possuem. Através dessa concepção materialista da vida é que se deve compreender a sua atitude de fraqueza e, muitas vezes, de indiferença para com a sua etnia e, relacionada com esse fato, a consciência geralmente muito anagada de pertencer à comunidade pan-germânica” (68).

A mudança que a escala de valores culturais dos teutos sofreu, nas condições brasileiras, foi provavelmente determinada pelo desaparecimento de influências feudais, mormente pela idéia, nunca inteiramente vitoriosa na Europa, de que a acumulação de riqueza era o meio mais seguro de ascender na pirâmide social,

independentemente de vantagens ligadas a ascendência e nascimento. E' no fundo o mesmo processo de revisão ideológica que pode ser encontrado em outros países americanos, principalmente nos Estados Unidos e que deu uma nota típica a determinadas áreas culturais que não coincidem, no entanto, com as fronteiras políticas dos países americanos em que se localizam. E' uma nota estranha, por exemplo, às áreas cuja estrutura econômica foi determinada pelo trabalho servil.

Já vimos que a industrialização das zonas de colonização germânica começou relativamente cedo, prosseguiu lentamente para receber, durante a primeira guerra mundial, impulsos mais fortes. No lapso compreendido entre a primeira e segunda conflagração (1918-1939), o ritmo da industrialização foi rápido e atualmente (1943) estão se repetindo os fatos que lhe determinaram o primeiro grande surto, entre 1914 e 1918. Os fenômenos que se ligam à industrialização dos teuto-brasileiros merecem uma análise acurada de que aquí podemos esboçar apenas as linhas gerais.

Antes de mais nada é preciso frizar que a industrialização se deu *pari passu* com a acumulação de capitais nas próprias colônias teuto-brasileiras. A Alemanha exportou homens, mas muito pouco capital para o Brasil meridional. A desproporção foi tão pronunciada que vários observadores a perceberam conchitando, nos seus relatos, o capitalismo alemão a competir com os banqueiros ingleses e americanos.

Tonnelat já notou que "mesmo nas áreas de língua alemã que (os alemães) consideravam reservadas a si próprios, se estabelecem empresas industriais americanas" (69).

Wettstein (70) verificou a falta de interêsse dos bancos alemães achando que, dessa maneira, os teuto-

-brasileiros eram obrigados a dirigir-se a capitalistas norte-americanos.

Poucos anos depois, um outro observador prognosticou uma grave crise para os "alemães no Brasil". Uma das razões alegadas era a não-participação do capitalismo germânico no desenvolvimento e na exploração econômica das colônias alemãs no Brasil. E' quase inútil dizer que essa "crise" o autor viu na possibilidade de uma distância crescente entre teuto-brasileiros e alemães (71).

Os apelos dirigidos ao capitalismo alemão, interessado em outras zonas do globo, tiveram pouca repercussão e embora não faltassem exemplos de ligações financeiras entre empreendedores teuto-brasileiros e capitalistas alemães, a indústria das zonas de colonização germânica desenvolveu-se praticamente independente dos grandes bancos do Reich. *O capitalismo alemão nunca se empenhou em transformar o Brasil meridional em espaço colonial.* Assim as relações de dependência econômica que, de outra maneira, se haveriam estabelecido não puderam ser postas a serviço da política cultural alemã. Ou, para dizer a mesma coisa em outros termos, os teuto-brasileiros, livres pelo menos de relações de dependência econômica, puderam imprimir ao desenvolvimento cultural o ritmo e a direção que correspondessem aos seus interesses e desejos. Essa liberdade criou um espírito de independência que se manifesta sobretudo — como já vimos em capítulos anteriores — nos inúmeros choques culturais com imigrantes novos pouco inclinados a reconhecer o "progresso" realizado pelos teutos.

Embora a emigração germânica jamais houvesse sido "dirigida", não faltavam doutrinadores que posteriormente, depois de descobertos os "filhos americanos" no Brasil meridional, tentassem imprimir um

sentido determinado ao êxodo, compensando a perda de súditos com a atribuição de um papel econômico que êles teriam de desempenhar no continente sul-americano. Imaginavam êsses publicistas que as regiões brasileiras colonizadas por emigrantes alemães pudessem tornar-se mercados para a indústria alemã:

“Em abril de 1844, o deputado Müller na 2.^a Câmara da Baviera indicou se supplicasse a El Rei que, de acôrdo com os Gabinetes da Confederação, desse providências para que os emigrados não só deixassem de cair nos laços de engajadores de má fé, e de empresários ávidos nos portos de embarque como achassem nos países transatlânticos terras próprias para a cultura por preços razoáveis, em paragens convenientes, a fim de que se estabelecessem reunidos e fundassem colônias compactas, onde conservassem a língua e costumes, *cujo comércio com a mãe-pátria pudesse ser vantajoso à indústria alemã, que acharia em tais colônias outros tantos mercados para o seu consumo*” (72).

Em escritos posteriores surge inúmeras vèzes a miragem das colônias germânicas de além-mar a consumirem, em grandes proporções, artigos manufacturados no país de origem. Todavia, a expansão econômica dos Estados Unidos e a invasão dos mercados europeus pelos produtos americanos contribuíram para suscitar fortes dúvidas relativas à missão econômica dos imigrantes alemães (73).

“Êsses imigrantes representam não sòmente uma perda irreparável para o Reich, quando se dirigiram para a América do Norte ou qualquer um dos países vizinhos do Brasil, mas, além disso, aumentaram os efetivos do operariado norte-americano, com o qual a indústria dos Estados Unidos tende a fazer concorrência à Alemanha, tanto no próprio mercado alemão quanto nos mercados norte-americanos. E, assim como

a agricultura norte-americana pode vender os seus produtos, devido à enorme superprodução, a preços irrisórios, no mercado alemão, o mesmo sucede também do lado argentino. Contudo, uma vez que, no Brasil meridional, a pequena propriedade agrícola jamais poderá ser substituída pelo latifúndio, não existe a ameaça de uma concorrência para a agricultura alemã; de sorte que se deve ter por obra benemerita o fato de empresas de colonização germânicas fazerem com que, os imigrantes, que, ano por ano, abandonam a Alemanha, não mais se dirijam para os Estados Unidos e a Argentina, e sim para o Brasil meridional onde não fazem concorrência à nossa agricultura alemã, *permanecendo bons consumidores de produtos da indústria alemã*. E, se pessoas *inteligentes* apontam a agricultura da cana de açúcar como sendo realmente auspiciosa na colônia de Hansa, pretendendo derivar daí um perigo para cultura da beterraba na Alemanha, pode-se-lhes objetar calmamente que no Brasil meridional não há fertilidade cubana; que a cultura da cana de açúcar num país sub-tropical exige quantidade maior de trabalho do que um clima puramente tropical; que aqui o período de crescimento até o comêço da colheita é consideravelmente mais demorado do que em Cuba; e que, enfim, as possibilidades de utilizar a cana de açúcar estão menos na fabricação de açúcar do que na distilação de aguardente de cana, *cachaça*, para a qual o planalto do Brasil meridional oferece, por tempos ilimitados, um mercado assás importante, à proporção em que o colono alemão passa a produzir uma aguardente de qualidade superior” (74).

À opinião própria, o autor acrescenta algumas observações do viajante Giesebrecht:

“A agricultura no Brasil meridional quase inteiramente montanhoso é muito diferente da européia. Quanto ao receio de que a população rural da Alemanha possa emigrar em grandes massas, poder-se-á objetar que uma família precisa de dispor, em qualquer hipótese, de recursos consideráveis para custear as despesas da passagem e do estabelecimento. Não é de se supor que os nossos trabalhadores rurais possuam economias suficientes para poderem emigrar para o Brasil, e que estejam dispostos a sacrificar o seu pecúlio a um futuro relativamente pouco seguro. Para isso, a nossa população rural é muito conservadora.

A tôdas essas dúvidas insignificantes opor-se-ão as vantagens colossais que a nação alemã poderá tirar, sob os pontos de vista econômico e cultural, de uma colonização do Brasil meridional com colonos alemães. *E' óbvio que poderemos proporcionar ao nosso comércio e à nossa indústria um mercado no Brasil meridional como não possuímos outro no mundo (75).*

Realmente, o açúcar produzido pelos teuto-brasileiros nunca concorreu, nos mercados alemães, com o açúcar de beterraba, mas os centros manufatureiros que surgiram, aos poucos, nas áreas de colonização germânica, entraram a concorrer, em escala crescente, com a indústria alemã. De consumidores de produtos acabados de origem alemã (também inglesa, americana etc.) os teuto-brasileiros passaram a produtores desses mesmos artigos, importando apenas as máquinas necessárias à montagem de fábricas. Na terceira fase, que entrou em pleno desenvolvimento depois da guerra de 1914, *com a imigração de inúmeros técnicos e operários especializados*, os próprios maquinismos começaram a ser fabricados no Brasil. Durante o conflito iniciou-se uma quarta fase: os industriais

teuto-brasileiros (como a indústria brasileira em geral) invadem mercados estrangeiros, sobretudo sul-americanos. Terminada a guerra, a sua concorrência far-se-á sentir em áreas em que antes predominavam certas indústrias alemãs.

Sem dúvida, êsse processo todo encerra a transferência e subsequente integração de grande número de elementos da cultura originária como já foi verificado nas primeiras páginas dêste capítulo. Evidentemente, a transferência se deu em obediência à mesma *função* que êsses elementos exerceram na sociedade originária.

Todavia, a necessidade de *concorrência* econômica que automaticamente acompanhou a integração dos elementos transferidos à cultura teuto-brasileira, adquiriu um *significado especial* (76). A concorrência com produtos similares alemães e sua eventual suplantação no mercado brasileiro foi, desde o princípio, o motivo que predominava na iniciativa dos industriais teutos. Dado o entrelaçamento das esferas econômica e política nas duas culturas em contato, a ação econômica era francamente antagônica à lealdade política dos imigrantes ou seus descendentes não assimilados.

Os padrões econômicos como valores incorporados na nova configuração sócio-cultural, pareciam incompatíveis com as demais normas que determinavam as atitudes para com a cultura de origem.

Parém, “os elementos que compõem o âmago de uma cultura não são necessariamente consistentes em tôdas as partes. De fato, há inúmeros exemplos em que uma determinada sociedade mantém valores que parecem completamente incompatíveis. Sociedades, como indivíduos, são capazes de atitudes ambivalentes na maioria dos exemplos, os conflitos entre elementos nucleares de uma cultura são mais

aparentes do que reais. Valores que são logicamente inconsistentes ou que introduzem potencialidades de conflito, são ajustados limitando-se-lhes a atualização a situações particulares culturalmente aprovadas" (77).

Para ajustar valores logicamente incompatíveis, os imigrantes alemães e seus descendentes não assimilados evitam antes de tudo a *verbalização* das suas atitudes contraditórias. É inútil procurar, na literatura teuto-brasileira, referências à situação econômica acima apontada. Mesmo em conversas, não se costuma abordar esse assunto. Abundam, no entanto, referências à "energia e tenacidade germânica" que "venceram todas as dificuldades" e à "inteligência alemã" que "criou, mais tarde, também uma forma de indústria e comércio, meios que possibilitarem uma crescente prosperidade econômica." (78) Procura-se interpretar como virtude o que à reflexão lógica poderia afigurar-se como deslealdade. É óbvia, portanto, a função ideológica dos encômios feitos à "laboriosidade germânica". Aliás, o apêgo que os imigrantes e não poucos de seus descendentes mostravam com relação a certas esferas da cultura de origem, não deixava de repercutir também sobre o desenvolvimento dos aspectos competitivos da economia industrial do Brasil meridional. Valeu-lhe a conservação da língua alemã e a aquisição de conhecimentos técnicos na terra dos pais ou avós, pois através dessas formas de "intercâmbio cultural" foi possível copiar fielmente e transmitir para o Brasil os processos industriais mais modernos. Dessa maneira, tornou-se sobremaneira agradável o "dever sagrado" da segunda geração de não se esquecer da terra dos pais. Ao tributo emocional associavam-se a vantagem econômica e, por cima de tudo, o benefício que ao mesmo tempo se prestava ao Brasil construindo-lhe a indústria de que tanto necessitava.

Esse são os elementos básicos com que se procurava encobrir as inconsistências culturais que surgiram com a industrialização das áreas de colonização germânica. A despeito porém de todo malabarismo ideológico a situação tendia, à medida que o ritmo da industrialização se intensificava, a aumentar a distância entre a cultura originária e a nova em construção. O desenvolvimento industrial dependia, em grande parte, da atitude dos poderes estatais, sobretudo do protecionismo aduaneiro. Daí a necessidade crescente de identificar-se com os interesses políticos do capitalismo nacional, daí a participação cada vez mais intensa da política partidária dos Estados meridionais. A expansão atual das indústrias nacionais está provávelmente agindo no sentido de fazer desaparecer as últimas reservas no meio dos industriais teuto-brasileiros, fato êsse que somente poderá aparecer depois da atual guerra.

A existência de uma classe de capitalistas teuto-brasileiros interessados em levar adiante a competição com a indústria alemã (e outras que concorressem no mercado brasileiro), explica, pelo menos em grande parte, a oposição decidida que a penetração política, tentada pelo "terceiro Reich", encontrou precisamente nas camadas superiores das populações de origem germânica. A política nacional-socialista provocou, como se sabe, cisões e lutas internas (79) entre os teuto-brasileiros e, mais de uma vez, as autoridades locais e estaduais tiveram que intervir.

Ao lado de forças econômicas favoráveis à assimilação, agiram e agem outras em sentidos oposto.

Tonnelat já observou que "os grandes comerciantes que vivem, nos portos, em Pôrto Alegre, Pelotas, e São Pedro, são, muitas vêzes, sem compromisso, inimigos violentos de tudo quanto é brasileiro." (80) Geralmente já netos de imigrantes, êsses homens "ricos e

justamente ambiciosos para estender o seu comércio, vêem-se embaraçados nos seus esforços, pela moleza, má vontade e avidez do govêrno local. Êles representam, sem dúvida nenhuma, o elemento mais ativo da população; têm educação comercial, espírito de ordem e de empresa e os capitais. Êles despresam e detestam também a administração indolente, imprevidente, às vêzes concussionária, que retarda, a um tempo, o desenvolvimento do país e o de sua fortuna.” (81)

Não é difícil de perceber-se que o hiato cultural entre uma burocracia arcáica e um sistema econômico em plena mudança, hiato êsse que atualmente pode ser observado em qualquer parte do Brasil, transformara-se, no Brasil meridional, já na época em que aquelas palavras foram escritas, em verdadeiro conflito cultural. Responsável por êsse fenômeno parece sobretudo a *divisão do trabalho inter-étnica* que persistiu em linhas gerais, até aos nossos dias. Industriais e comerciantes são “alemães”, e os burocratas são “brasileiros”. Cada lado interpreta as ações do outro como ação hostil.

Quando o govêrno catarinense majorou, em 1933, certo impôsto, afetando com essa medida principalmente a indústria, a oposição dos industriais, quase todos teuto-brasileiros, era dirigida contra essa providência não somente julgada injusta e onerosa (como em qualquer outra parte do Brasil), mas inspirado pelo rancor e pela inveja às “florescentes cidades teuto-brasileiras”. “Êles lá em Florianópolis pensam sempre que os alemães devem pagar, mas desta vez enganaram-se.”

O capitalismo teuto-brasileiro implica a existência de um proletariado industrial. A sua maioria consiste como já foi dito, de teuto-brasileiros. Com a formação de uma sociedade de classes, a relativa homogeneidade de muitas comunidades teutas desapareceu aos poucos.

“Dentro da vida econômica dos descendentes de alemães só surgiram divergências declaradas no período posterior à guerra, devido a exageros capitalistas. Assim, entre a lavoura e o comércio de produtos agrícolas; mais acentuadamente ainda entre os colonos criadores de porcos, de um lado, e as fábricas de banha e conservas (de 25 fábricas, 21 pertencem a alemães), por outro lado. As fábricas de banha formaram o chamado *sindicato de banha*, mantendo baixos os preços, o que se justificava em parte pela má situação econômica causada pela concorrência norteamericana. As associações e cooperativas rurais viram-se forçadas a defender os seus interesses, levantando fábricas próprias em bases cooperativistas.” (82) Em outras zonas de industrialização mais intensa, as greves que irromperam em 1934 enfraqueceram a mencionada solidariedade, refletindo, a um tempo, a proletarização crescente do operário teuto-brasileiro e a transformação de fábricas antes dirigidas patriarcalmente, em grandes emprêsas, traçando com os métodos modernos da racionalização do trabalho, a linha divisória entre patrões e operários.

O significado desses processos para a assimilação é óbvio. Mormente no proletariado industrial a solidariedade entre os operários, independentemente da sua ascendência étnica, tende a ser cada vez maior suplantando os antigos laços que unia as comunidades teuto-brasileiras contra influências culturais estranhas. Levando em conta a porcentagem crescente de operários “lusos” nas fábricas de teuto-brasileiros, não admira que a assimilação se tenha processado no operariado com maior rapidez do que em qualquer outra classe social, pois, em grande parte, é através da assimilação que os operários esperam chegar a uma solidariedade de classe que atualmente não existe ainda.

NOTAS

- (1) *100 Jahre* etc. op. cit., pp. 550, 555, 559,
- (2) Vide p. 242.
- (3) O total de imigrantes entrados em Hamônia, nesse lapso de tempo, era de 4.028. Vide José Deeke, *Die Kolonie Hammonia zu ihrem 25 jährigen Bestehen*, (Blumenau, 1922).
- (4) Ludwig Quessel, "Landwirtschaft und Industrie", *Die Neue Zeit*, Ano 21, Vol. 2, 1903, p. 455.
- (5) *Der deutsche Auswanderer*, outubro de 1925, p. 16.
- (6) Hermann von Freeden, *Tatu kolonisiert in Südamerika*, (Berlin, 1936), p. 54.
- (7) Imigrantes que dispõem de maiores capitais procuram as cidades e, raramente, as zonas puramente agrícolas onde o emprêgo de seu dinheiro seria pouco rendoso.
- (8) A falta de recursos pecuniários entre os imigrantes pode ser avaliada pelas informações de Wettstein. A colônia de Hansa chegaram, entre 1898 e 1903, 3080 colonos que dispunham, em média, de 250\$000. 39% dos recém-chegados, no entanto, não possuíam dinheiro algum. (Wettstein, op. cit., p. 259). Depois da primeira guerra mundial, a situação não era diferente como se pode depreender de uma observação feita em 1925: "Entre cem imigrantes, menos de vinte dispõem de capital. Para manter-se, a maioria é forçada a vender seus poucos haveres que depois lhes fazem falta." (*Der deutsche Auswanderer*, março de 1925, p. 12).
- (9) *Hundert Jahre* etc. op. cit., pp. 128.
- (10) Robert Gernhard, op. cit., pp. 307, 308.
- (11) Hans Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*, (1937, p. 24.
- (12) F. de Leonardo Truda, op. cit., pp. 234, 235.
- (13) R. Gernhard, op. cit., p. 312.
- (14) S. Endress, op. cit., pp. 84, 85.
- (15) Otto Maul, *Vom Itatiaya zum Paraguay*, (Leipzig, 1930), p. 147.
- (16) H. Porzelt, op. cit., p. 24.
- (17) Ernst Wagemann, op. cit., pp. 72, 73
- (18) Curt Sachse "Die deutschen Einwanderer in den Staaten Rio und Minas in Brasilien", *Der deutsche Auswanderer*, IX, 18, pp. 596-597. Vide também Fritz Kessel "Zur Auswanderung nach Brasilien", *Der Auslanddeutsche*, IX, 18, 1926, p. 553.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 373

- (19) C. Tonnelat, op. cit., p. 116.
- (20) Fritz Frei, "Kolonistenelend in Brasilien" *Der deutsche Auswanderer*, julho-agosto de 1931, p. 144.
- (21) Wettstein, op. cit., p. 172.
- (22) Observações pessoais do autor.
- (23) E. Wagemann, op. cit., p. 75.
- (24) Eugen Katz, *Landarbeiter und Landwirtschaft in Oberhessen*, (Stuttgart e Berlin, s/d.), pp. 90, 91 cit., apud. Karl Kautzky, "Oberhessische Landwirtschaft", *Die Neue Zeit*, Ano 22, Vol. 2, (Stuttgrat, 1904), p. 405.
- (25) Siegmund Kraus, "Kinderarbeit und gesetzlicher Kinderschutz in Österreich", *Wiener Staatswissenschaftliche Studien*, Vol. 3, (Wien, 1904).
- (26) O autor julga com critério europeu.
- (27) Wagemann, op. cit., pp. 79, 80.
- (28) Observações colhidas, a pedido do autor, pelo Sr. Francisco Schaden, morador em São Bonifácio.
- (29) Wagemann, op. cit., p. 78.
- (30) F. de Leonardo Truda, op. cit., pp. 267, 268.
- (31) Hermann Blumenau, *Südbrasilien*, (Rudolstadt, 1850), p. 55.
- (32) E. de Leonardo Truda, op. cit., p. 269. O grifo é nosso.
- (33) Op. cit., pp. 248, 249.
- (34) Aurélio Porto, p. 269. O grifo é nosso.
- (35) Wilhelm Overbeck, *Fünfzig Jahre deutscher Verein Germania und Deutschum in Bahia*, (Berlin, 1923), p. 6.
- (36) Jules Stoecklin, *Les colonies et l'emigration Allemande* (Paris, 1888), p. 182.
- (37) Ibidem, p. 193.
- (38) M. Begrich, op. cit., p. 27.
- (39) *Kurze Geschichte der deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul*, segunda edição revista, (São Leopoldo, 1926), p. 28 seg. Vide também Emílio Willems, "A emancipação econômica das colônias germânicas no Brasil", *Revista de Imigração e Colonização*, Ano III, N.º 1, abril de 1942, pp. 83 seg.
- (40) *Kurze Geschichte* etc. op. cit., p. 29.
- (41) José Deeke, op. cit., p.
- (42) Cit. aud F. de Leonardo Truda, "A colonização alemã no Rio Grande do Sul", *Revista do Instituto Histórico e Geográ-*

fico do Rio Grande do Sul, II Trimestre, Ano X, (Pôrto Alegre, 1930), p. 259.

(43) *Kurze Geschichte*, etc. op. cit., p. 29.

(44) S. Endress, op. cit., pp. 90, 91.

(45) *Kurze Geschichte* etc. op. cit., p. 29.

(46) Carl G. Cornelius, *Die Deutschen im brasilianischen Wirtschaftsleben* (Stuttgart, 1929), pp. 23, 24.

(47) Wettstein, op. cit., p. 177.

(48) *Kurze Geschichte* etc. op. cit., p. 31.

(49) Vide p. e. W. Lacmann, op. cit., p. 17.

(50) *Kurze Geschichte* etc. op. cit., p. 33.

(51) *Ibidem*, p. 34.

(52) Numa colônia fundada por imigrantes italianos, no município de Brusque, os colonos — filhos e netos de italianos tirolezes — pagavam uma taxa ao vendeiro principal da localidade para que este aceitasse a “responsabilidade” de guardar as suas economias. O dinheiro que desta maneira lhe afluía, o vendeiro emprestava a juros elevados. É possível que situações semelhantes tenham sido observadas em colônias teuto-brasileiras.

(53) W. Lacmann op. cit., p. 72.

(54) Wettstein, op. cit., p. 138.

(55) *Kurze Geschichte* etc. op. cit., p. 32.

(56) Wettstein, op. cit., p. 292.

(57) Informações dadas graças à gentileza do Sr. Francisco Schaden, em São Bonifácio.

(58) W. Lacmann, op. cit., p. 71.

(59) Anônimo, “Was ist der Volksverein?” *Rio Grandenser Marienkalender*, 1931, p. 95.

(60) Vide p. e. *St. Raphaelsblatt*, janeiro-fevereiro de 1934, p. 27. É digno de nota, no entanto, que se trata de um elemento regional na cultura de origem.

(61) Ernst Grünfeld, *Das Genossenschaftswesen, volkswirtschaftlich und soziologisch betrachtet*, (Halberstadt, 1928), p. 248.

(62) Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, Vol. I, 3.^a Edição, (Tübingen, 1934), pp. 44, 45, 110, 172, 176.

(63) Max Weber, op. cit., p. 19.

(64) Johann Jakob von Tschudi, op. cit., Vol. IV, (Leipzig, 1868), p. 39.

(65) C. Tonnelat, op. cit., p. 105, 113.

(66) C. Tonnelat, p. 154.

(67) K. Oberacker, op. cit., p. 49.

(68) *Ibidem*, p. 49.

- (69) C. Tonnelat, op. cit., p. 148.
- (70) Op. cit., p. 287.
- (71) G. U. E. von S. "Was tut uns in Brasilien not? Ein Appell an die alte Heimat", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1907, N.º 9, pp. 157, 158.
- (72) Visconde de Abrantes, "Memória sobre os meios de promover a colonização", Transcrição da *Revista de Imigração e Colonização*, Ano II, N.º 2 e 3, abril e julho de 1941, pp. 840, 841.
- (73) Vide Emílio Willems, "A emancipação econômica das colônias germânicas no Brasil", *Revista de Imigração e Colonização* Ano III, N.º 1, abril de 1942.
- (74) Robert Gernhard, *Dona Francisca, Hansa und Blumenau, drei deutsche Mustersiedlungen im südbrasilianischen Staate Santa Catarina*, (Breslau, 1901), pp. 344-345. Compare também as pp. XVII e 191.
- (75) *Ibidem* p. 346.
- (76) O termo significado está sendo usado aqui de acôrdo com o que Ralph Linton propôs in *The Study of Man*, (New York, 1936), pp. 403, 404.
- (77) *Ibidem*, pp. 358, 359.
- (78) *Gedenkbuch*, etc. op. cit., p. 395.
- (79) Jacques Lambert, "As colônias alemãs do Rio Grande do Sul", *Estado de São Paulo*, (Junho de 1937).
- (80) C. Tonnelat, op. cit., p. 123.
- (81) *Ibidem*, pp. 123, 124.
- (82) K. Oberacker, op. cit., p. 50.

CAPÍTULO XII

A ESCOLA

Função da educação e suas relações com a cultura em geral — Em tôdas as sociedades humanas, a educação, no sentido lato, exerce uma função básica: a de transmitir o acervo cultural acumulado na sucessão das gerações. Como não podem existir sociedades sem cultura, também não as pode haver sem educação. Pois se faltasse esta não haveria continuidade cultural, cada geração teria de começar exatamente no ponto em que os antepassados iniciaram as suas experiências. Não se poderia imaginar técnica por simples que seja que não tivesse de ser inventada de novo por cada uma das gerações que se sucedem; estas, além de nada entenderem da confecção dos artefatos que as rodeia, precisariam repetir as próprias experiências indispensáveis à reorganização da vida social interrompida com a morte dos velhos.

Em tôda cultura humana encontramos o mecanismo da sua própria transmissão em forma de um certo número de normas de ação. Estas determinam certas relações entre pais e filhos, entre homens velhos e jovens e, talvez, entre mestres e discípulos. Se o patrimônio cultural a ser transmitido é pequeno, as regras pedagógicas consistem, às vêzes, simplesmente em ações rotineiras destinadas a manter a autoridade dos mais velhos. Garantida esta, a mera convivência das gerações se encarrega do resto. Culturas mais complexas, no entanto, necessitam dum jogo de regras pedagógicas expressas. Tais necessidades podem aumentar a ponto

de fazer surgir um sistema de conhecimentos especializados relacionados com o mecanismo de transmissão cultural. O caráter institucional da educação torna-se cada vez mais nítido, manifestando-se, finalmente, na sua forma mais concreta que é a escola.

Vê-se, portanto, a necessidade de encarar a educação sob dois aspectos: como parte integrante das culturas humanas e como mecanismo de transmissão destas próprias culturas. Parece que à nenhuma outra esfera cultural se pode atribuir êsse aspecto dual se bem que, na realidade, nenhum fato cultural sobreviva sem que lhe corresponda um processo ininterrupto de aprendizagem. Nesse sentido falamos em educação religiosa, científica, estética, técnica etc.

À vista dessas reflexões simples, mas fundamentais, o estudo das culturas encerra, necessariamente, um exame de seus mecanismos de transmissão. Se êstes revestem a forma de sistemas educacionais, o seu estudo em separado somente pode ser infrutífero. A educação é alguma coisa essencialmente funcional. Separá-la de seu contexto cultural significa anular-lhe a razão de ser. Embora óbvia, essa verdade é muitas vezes esquecida, sobretudo quando se trata da educação escolar. Como forma cultural altamente institucionalizada a escola tende à autonomia, à obliteração do nexó funcional que a liga à cultura em virtude da qual ela foi criada e desenvolvida.

Essa relação de dependência adquire relêve especial quando se põem em confronto culturas e sistemas educacionais diferentes, mas sobretudo quando a razão do confronto deriva de contatos que os portadores humanos dessas culturas estabeleceram.

A educação na sociedade rural alemã e no Brasil, no século 19 — Comparando o sistema educacional brasileiro do comêço do século passado com o dos imi-

grantes alemães, a primeira impressão é a de uma disparidade completa. Os colonos germânicos vinham de uma cultura em que a comunicação já dependia, em grande parte pelo menos, do conhecimento da escrita. Portanto, a escola de alfabetização, embora houvesse tido desenvolvimento bastante desigual nos diversos Estados alemães, exercia uma função vital na perpetuação cultural. O mesmo já não se pode afirmar das culturas caboclas do Brasil, as únicas quase com que os povoadores germânicos estabeleceram contato, nas primeiras décadas da colonização. A causa mais profunda pela existência da escola de alfabetização entre as populações rurais do litoral e da campanha riograndense, era a sua *inutilidade*. As relações sociais que exigem o uso de símbolos gráficos, tinham atingido a um nível embrionário apenas. Nem podia a escola gozar do prestígio que ela, não raro, adquire nas culturas mais simples como canal de êxodo do campo para a cidade. Pois a própria urbanização do Brasil meridional estava apenas na sua fase incipiente.

Parece que não existem dados sobre o número de escolas públicas no Rio Grande Sul, no tempo do primeiro império. Em 1846 havia "apenas 51 escolas elementares com a frequência de 36 meninos e 16 meninas." (1) Seis anos depois contavam-se 75 escolas, "com uma matrícula de 3.536, das quais 1.220 meninas." (2) O desenvolvimento foi lento. Em 1860, o número de escolas públicas era de 152. Somente em 1870 o governo provincial criou a primeira escola normal. (3) A princípio, o número de professores formados por ela, foi tão insignificante que, por muito tempo ainda, a grande maioria dos mestres se compunha de leigos. Em 1873 havia "252 escolas (162 de meninos e 90 de meninas); nelas estão matriculados 4.976 alunos e 2.678 alunas. Vagas 85 cadeiras. Existiam 50

professores contratados para o ensino de crianças pobres (1.552 alunos). A frequência das escolas particulares (dados incompletos) sobe a 4.417 alunos, os quais unidos aos das escolas públicas, perfazem 12.224. Seria para desejar, diz o presidente Carvalho Morais que as escolas *funcionassem em prédios construídos expressamente para elas.*" (4)

Como muitos elementos da cultura ocidental, também a escola de alfabetização com seus traços conexos, quais a organização e remuneração do corpo docente, programa escolar, horário, regime disciplinar, corpo de inspetores etc. entrou na cultura brasileira por difusão dirigida, o que equivale a dizer que se procurava (e ainda se procura) enxertar elementos de culturas européias sem levar em conta o estado de desenvolvimento da sociedade brasileira e as possibilidades da integração cultural. Não admira portanto que já em 1873

"ao presidente, o inspetor geral da instrução observava que a multiplicidade de reformas realizadas nestes últimos tempos, no ensino, *destruindo umas o que outras tinham estabelecido e começava a ser posta em execução, tem criado tal ponto a descrença em todos e mais especialmente nos que se acham encarregados do ensino da infância, que não há quem possa dizer na Província qual será a lei por que regula êste serviço no dia de amanhã. Tudo é oscilação...*" (5)

Em 1877, a situação escolar do Rio Grande do Sul é esta: "A Província tem 408 escolas freqüentadas por 9.462 alunos ou menos 639 do que no ano anterior. As escolas e colégios de ensino particular são em número de 121 freqüentadas por 2.856 meninos e 1.824 meninas. Total da frequência 14.548. A população livre da Província é aproximadamente de 367.000 habitantes, e portanto a população escolar de 52.000, da qual só procura a escola menos de um têrço." (6)

“O atrazo da instrução elementar na Província tem por origem: a incapacidade do professor, desleixo dos pais de família e deficiência de inspeção... A invenção e vulgarização entre nós do sistema homeopático trouxe sensíveis males à causa do ensino: raramente deixa o professor público de ser médico na localidade. — Apenas de posse do título de preceptor, faz logo aquisição de uma caixa e de livros. Sôbre a mesa de uma escola não se encontrará com certeza, o Regulamento do ensino ou outro qualquer livro de ensino, mas Cochrane e V. Martins, Mine, lá estarão atestando a incúria criminosa do mestre e a ousadia do charlatão. Outro tem decidida paixão pela advocacia, pela política, pelas corridas de cavalo. E assim em perpétuo folguedo, vive grande parte do nosso professorado com prejuízo manifesto dos discípulos a quem não poucas vêzes também os mestres oferecem em espetáculo atos ofensivos à moral.” (7)

“O presidente Joaquim Pedro Salgado, em 1881, informava à Assembléia legislativa: é deplorável o atraso da instrução pública. *Não temos ainda sistema, não há ensino, não há escolas.* Sôbre o ensino normal, assinala o presidente Salgado que a Escola está estabelecida sôbre *bases e princípios importados do estrangeiro, sem adaptação ao nosso país.* (8)

Em Santa Catarina o sistema escolar apresentava maiores lacunas. Depois de se referir à situação precária do ensino público no município de Joinville, em 1916, Manoel Duarte observou que

“A situação das escolas primárias de Blumenau, quanto ao ensino de português, é ainda mais deplorável. Aqui as escolas estaduais são: um Grupo Escolar com a matrícula de 254 crianças e 9 escolas isoladas (algumas não providas) disseminadas pelo extensíssi-

mo e populoso município e que registam a matrícula de 320 alunos.

Existem, porém, 123 escolas alemãs, onde, com raríssimas exceções, não se ensina o português e que contam uma matrícula que atingiu já 5.061 crianças, além de dois grandes colégios, também alemães na sede. (Dados da entrevista do prof. O. e do Relatório do superintendente do município, relativo a 1916)” (9)

A atitude dos imigrantes diante da escola pública — Em contato com essa sociedade em que a escola era um elemento adventício, de vida precária e mal integrado, os imigrantes alemães tentaram perpetuar a sua escola. Todavia, como massa acéfala que eram nas primeiras décadas e, além disso, habituados a considerar a escola como instituição imposta à comunidade aldeã pelas autoridades, esperavam, naturalmente, que também as *autoridades brasileiras lhes dessem escolas*. Em parte nenhuma da Alemanha, a escola surgiu como iniciativa própria das populações campestres. Por tôda parte o Estado as proveu de classes públicas e *gratuitas*. A atitude com relação às autoridades brasileiras correspondia, assim, às experiências anteriores. Acresce que escolas em que se ensinasse o português, representavam uma necessidade imperiosa para os primeiros colonos os quais, justamente por pouco numerosos e economicamente dependentes do meio brasileiro, precisavam do vernáculo como meio de comunicação.

“Ainda em novembro de 1825, em São Leopoldo não havia nenhuma escola. O colono Fernando Pfeiffer — diz um ofício de José Thomaz de Lima, desse mês e ano, ao presidente da Província — está pronto para ensinar as primeiras letras aos filhos dos colonos, e eu fico esperando insinuações de V. Excia. sobre êste objeto para se abrir a escola. Certo, se esta chegasse a abrir-se

não havia de ser o português que Fernando Pfeiffer, havia tão pouco chegado da Alemanha, iria ensinar aos dos colonos.

Mas nem mesmo solicitações como essa, e que se tornavam cada vez mais freqüentes, demoviam o governo imperial a cuidar de um problema de máxima importância para o futuro da nacionalidade e cuja solução, encaminhada em tempo, teria evitado não poucos dissabores. O próprio Fernandes Pinheiro, presidente da Província, ponderava ao ministro do Império, já em meados de 1825: . . . “Não escapará, decerto, às luzes superiores de V. Excia. quanta influência isso (a criação de uma escola de primeiras letras) pode ter sobre os costumes, e quanto importa ir destruindo o uso exclusivo da linguagem alemã.”

Afinal, em 1826 inaugura-se uma escola. Mas essa única é já insuficiente para a população, inacessível a uma grande parte dela. Far-se-ia necessária outra, pelo menos. Mas o próprio presidente da província, que aponta a necessidade, declara que “parece não convir por ora satisfazê-la.” (10)

“Os colonos, entretanto, encaravam a questão sob outro aspecto. Para eles, a falta de escolas primárias era uma das razões maiores de queixa. Em 1832, escrevendo a um cunhado, a quem convidara a transferir-se da Alemanha para cá, o colono Mathias Franzen lamentava:” O que nos falta aqui são unicamente escolas e igrejas. As missas às quais podemos assistir são as celebradas em Sant’Ana do Rio dos Sinos e em São Leopoldo: esta localidade dista daqui sete e aquela quatro léguas, por estradas mal cuidadas e em épocas chuvosas quase intransitáveis. Também há grande falta de escolas primárias; as poucas que existem são tão distantes que não podemos mandar para lá os nossos filhos

e nos vemos obrigados a dar-lhes alguma instrução em casa." (11)

De um relatório bastante contraditório que o diretor da colônia de São Leopoldo apresentou, em 1850, ao presidente da Província, depreende-se que

"O estado da instrução primária é satisfatório. Mais de 600 freqüentam as aulas públicas e particulares; julgo porém que o emprêgo de mais dois professores do país seria de suma necessidade; pois se encontram muitos filhos de colonos, nascidos no Brasil, com mais de 20 anos de idade, os quais, ignorando absolutamente o idioma brasileiro, necessitam de um intérprete, que porventura são obrigados a comparecer perante qualquer tribunal; mormente entre os habitantes do lado ocidental do Rio dos Sinos e das picadas da Sanga, ficando desta maneira privados de serem eleitos para o cargo de pazes, ou de poderem ocupar outro qualquer emprego inerente ao foro de cidadão brasileiro.

Em 1858, "a população do município não foi avaliada em menos de 12.500 almas, tocando aproximadamente 9.000 à colônia de São Leopoldo e os demais lugares do Município. Pois bem, na colônia só existem três aulas públicas primárias mistas, na vila, e uma, do sexo masculino, na Piedade.

Havia, porém, 27 escolas particulares; de todas, somente numa, na picada do Hortencio, se lê o nome português."

"Já se haviam, então, fundado novas colônias. Nelas, a situação não era diversa. Renovavam-se os mesmos pedidos dos colonos, a mesma falta de escolas, a mesma imprevidência e o mesmo descansa dos governantes.

Montenegro tivera a sua primeira escola criada em 1847; mas só quatro anos depois, em maio de 1851, foi

ela provida. Durante 16 anos, foi essa a única aula pública que ali existia. Só em 1867 se criou a segunda, instalada em Maratá. O número de escolas particulares contava-se então já pelo dôbro.

A colônia de Santa Cruz teve a sua primeira escola em 1851. Mas esta era particular. Fundara-a, na Picada Velha, Guilherme Koch, que viera pouco antes da Alemanha, numa leva que deu à colonização germânica no Rio Grande o valioso contingente de um grupo de homens de elevada cultura ou de ilustre nascimento, para os quais os acontecimentos políticos de 1848 haviam tornado impossível a permanência em sua pátria.

Quanto a escolas públicas, a primeira foi criada em 1851 na linha do Rio Pardinho, mas, ao que parece, não chegou a funcionar em 1859. Anos depois, em 1867, o Município tinha 13 escolas, mas destas, apenas uma era pública, duas subvencionadas pela Província e as demais particulares, onde apenas se ensinava o alemão." (13)

As condições de desenvolvimento da escola comunal não podem compreender que a escola pública adquiriu, entre os imigrantes alemães, *importância muito maior do que a própria Alemanha*, pois aqui a escola pública deveria administrar o conhecimento do português, instrumento de comunicação do meio em que eram destinados a viver. Todavia, dada a situação geral do ensino, a expectativa dos amigrantes com relação à escola pública não podia deixar de ser frustrada. Não há dúvida de que, dessa maneira, se perdeu a oportunidade de integrar, às comunidades teuto-brasileiras em vias de organização, um elemento cultural que lhes era familiar e de que sentiam necessidade. Se a escola pública brasileira tivesse, desde os primeiros anos de colonização, preenchido a lacuna deixada na organização dos

colonos, pela impossibilidade de transplantar, para cá, a escola pública alemã, a língua alemã possivelmente teria desaparecido já na segunda geração. Acresce que durante meio século a colonização estrangeira se fazia com extrema lentidão. Foram poucos os imigrantes alemães aportados aqui e a multiplicação proporcional das escolas não teria sido tarefa difícil, contanto que a formação das gerações novas se houvesse feito, desde o começo, sob o controle do mestre brasileiro.

Isto não se deu. Ao contrário, filhos e netos dos primeiros imigrantes raramente chegaram a conhecer o vernáculo. “Crescia o número de colonos, multiplicavam-se os núcleos por êles formados. O lavrador, para a venda de seus produtos já não tinha necessidade de pôr-se em contato direto com o comprador brasileiro. Nas vilas próximas, algumas delas antigas sedes de colônias, encontrava o comerciante de origem germânica, com quem se entendia na língua de seus pais. Tornava-se-lhe, assim, menos sensível o desconhecimento do português. Por outro lado, não se resignando à falta de escolas, já que o govêrno não lh’as dava, multiplicavam, os colonos, as particulares. Mais tarde, as foram criando associações germânicas, algumas constituídas para êsse preciso fim. As dificuldades que haviam, de início, encontrado para a naturalização, arrefeceram, de algum modo, o ardor dos colonos e o seu empenho por associar-se à vida pública da terra em que viviam. Congregaram-se entre si, isolando-se. Para os que eram protestantes, as restrições opostas por motivos de ordem religiosa mais contribuíram para o isolamento. Criara-se, assim, o ambiente propício às suspeições, às prevenções que não tardaram a aparecer e que a recíproca incompreensão foi, com os anos, avolumando.” (14)

Com a formação de uma sociedade teuto-brasileira que, após as hesitações dos primeiros tempos, integrou a língua alemã como meio de comunicação mais usado, pelo menos nas zonas rurais, a situação inicial muda quase por completo. Os primeiros imigrantes optaram pelo alemão porque não lhes restava outra possibilidade. Com o crescimento da nova sociedade, a função da língua alemã torna-se vital, pois dela dependem quase tôdas as relações essenciais dentro das comunidades. Pouco a pouco, ao valor utilitário da língua alemã vem-se associando um valor simbólico, pois à medida que as comunidades teuto-brasileiras vão tomando feições mais definidas, as suas instituições, sobretudo igreja e escola, fazem da transmissão da língua um culto. Ela vem a simbolizar valores étnicos, religiosos e, mais recentemente, também políticos. Ministros e professores vindos da Alemanha mantêm vivas, na medida do possível, relações culturais em que a língua continua representando o valor básico. Sômente com a urbanização e industrialização do Brasil meridional, o vernáculo aparece, como já vimos, em uma constelação de valores que lhe favorecem, enfim, a difusão.

Ambivalência da sociedade brasileira quanto à transmissão da língua alemã — Com os primeiros ensaios de transmitir a seus filhos e netos a língua alemã, os imigrantes provocaram a oposição de não poucos brasileiros.

Em 1848, a câmara municipal de São Leopoldo exigiu que, nas escolas fôsse ensinado primeiro o vernáculo e depois o alemão. (15)

“Em 1852, o presidente Oliveira Bello aponta, pela primeira vez, o perigo da desnacionalização nas zonas coloniais. Ainda é escassa a instrução primária no

idioma nacional na colônia de São Leopoldo: os colonos preferem aprender em escola particular a língua alemã. Se não fôr imposta multa aos pais antes de estarem instruídos os filhos na leitura, escrita da língua nacional, os filhos dos colonos pouco frequentarão as nossas escolas e serão sempre estrangeiros em nosso meio.” (16)

Pela primeira vez aparece, na afirmação do presidente Oliveira Bello, uma contradição que daí em diante se torna corriqueira. Imputa-se aos colonos alemães e preferência pelas escolas comunais, quando, na verdade, raríssimas vêzes podiam escolher entre o ensino público e o particular. Embora não houvesse escolas públicas para a grande maioria dos colonos, o presidente sugere castigos para os que não mandassem seus filhos à escola brasileira. Diante disso nunca é demais insistir sôbre os fatos que, mesmo 36 anos depois, contrastam singularmente com as palavras de Oliveira Bello:

“Em 1888 o relatório presidencial dava as seguintes cifras: 619 escolas primárias, das quais *providas* 377 e *vagas* 242. Existem na Província 372 professores primários. A matrícula nas escolas subiu a 10.218 meninos e 7.815 meninas.” (17)

O combate promovido às chamadas escolas alemãs não impediu que estas fôsem não sômente toleradas mas às vêzes encorajadas ou mesmo sancionadas por atos oficiais.

Em 1858, o presidente rio-grandense Angelo Muniz da Silva Ferraz frizou a “necessidade de dotar as *colônias com escolas primárias, embora fôsse difícil encontrar nacionais que conhecessem a língua alemã para tal mistér*. E acrescentava: é evidente necessidade prover-se as escolas com *estrangeiros profissionais* que

tenham conhecimento *quer da língua vernácula, quer da língua alemã*. Os próprios colonos e seus descendentes vão sentindo a necessidade de conhecerem a língua nacional. E pedia uma *cadeira de língua alemã* no Liceu. Há necessidade de uma cadeira de língua alemã em uma província de imigração alemã.” (18)

Com a promulgação da Lei n.º 579, de 17 de maio de 1864, é sancionada a transmissão da língua alemã, por professores remunerados pelo erário público:

Art. 1.º Fica o presidente da Província autorizado a contratar professores particulares, quer nacionais quer estrangeiros para lecionarem primeiras letras dentro das colônias provinciais, devendo o professor saber o idioma dominante na colônia.

Art. 2.º Serão preferidos para êstes contratos, aquêles que se acharem habilitados para ensinar a língua nacional a seus alunos; porém na falta dêstes poderão ser engajados mestres que lecionem na língua que predominar no distrito em que a aula houver de funcionar.

Art. 3.º As remunerações pecuniárias arbitradas nos referidos contratos deverão ser proporcionadas ao número de alunos gratuitos que houveram de frequentar a escola; porém nunca maior de dois têrços dos vencimentos designados aos professores públicos do primeiro grau, podendo ser arbitrado até um conto de réis anual o vencimento dos professores que ensinarem também o idioma nacional.” (19)

Outras formas de reconhecimento oficial sancionaram o uso do alemão. Temos, por exemplo, êste:

“Afinal, já em pleno regime republicano, encontramos êste exemplo dos frutos produzidos, na região colonial, pelo abandono em que fôra deixado o ensino do vernáculo: reunida a junta municipal provisória de

Santa Cruz, em novembro de 1891, fôra-lhe presente um ofício do redator do jornal *Kolonie* o qual fazia sentir a conveniência de serem publicados os atos da mesma junta no idioma alemão vista a maior parte dos leitores do dito jornal não entenderem o português. A junta aceitou, pressurosa, e ainda agradeceu o alvitre que lhe fez o mencionado redator.”

Esse e outros fatos semelhantes, F. de Leonardo Truda caracteriza com a seguinte observação:

“Fechava-se assim, o círculo: aos primeiros colonos, havíamos negado as escolas que pediam; a seus filhos havíamos incitado a aprender o alemão nas escolas particulares, pela falta quase total de aulas públicas; mais tarde, havia se tolerado, nestas, o ensino de alemão. Não era de admirar-se, afinal, nos encontrávamos em face de brasileiros que ignoravam o idioma de seu país e só através do alemão podiam ter conhecimento dos atos oficiais dêste.” (20)

Como se pode depreender da denúncia de 1852 do presidente Angelo Muniz da Silva Ferraz, o trabalho que se esperava o professor público fizesse nas zonas de colonização germânica, exigia o conhecimento da língua alemã. De então em diante, a difusão dessa língua intensificava-se nos estabelecimentos estaduais em que se preparavam os mestres primários.

Na reforma do ensino realizada no tempo do presidente Pinto Lima (1870) já figurava um dispositivo segundo o qual “os professores nomeados deveriam mostrar-se também habilitados no idioma dominante no centro colonial.” (21)

A reforma da Escola Normal do Rio Grande do Sul, de 1877, previa “aula de alemão anexa à Escola, devendo o ensino dessa língua ser obrigatório para os que pretendessem o cargo de professor da língua nacional nas localidades habitadas por alemães” (22).

A Escola Normal é novamente reformada em 1881 e, como da outra vez, inclui-se no currículo escolar a língua alemã: “Será obrigatório, porém, o ensino do alemão para os que pretendessem o cargo de professor nas circunscrições habitadas por população de origem alemã.” (23)

Também em Santa Catarina, a língua alemã passou a ser difundida, não só na Escola Normal, mas também nas escolas complementares anexas a muitos grupos escolares e freqüentadas por inúmeros indivíduos que, embora tivessem o direito, nunca se candidataram a cargos do magistério primário.

Criação de um sistema escolar teuto-brasileiro e sua diferenciação interna — Frustrados na sua expectativa de receber, como no país de origem, escolas públicas, os imigrantes alemães estavam entregues a si próprios quanto à solução do problema de educação escolar. No patrimônio cultural que traziam não havia experiências que pudessem imediatamente ser aproveitadas, pois a escola lhes viera de fora e permanecera alheia às iniciativas da comunidade. Pela primeira vez, êles tinham que resolver uma questão que até então as autoridades sempre lhes haviam resolvido. É evidente que as diferenças de cultura regional dificultavam consideravelmente uma solução adequada. Os imigrantes vieram de diversos Estados alemães dos quais cada uma tinha um sistema escolar diferente, sobretudo do ponto de vista do desenvolvimento geral e da eficiência pedagógica. Acresce que diante das diferenças regionais e locais de cultura, a escola ocupava um degrau variável na escala dos valores. Ao passo que para alguns a escola de alfabetização representava um valor que lhes parecia compensar grandes sacrifícios, outros se mantinham indiferentes.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 391

Nessas condições, o primeiro passo foi, provavelmente, uma espécie de “escola doméstica” em que a família mais interessada na instrução de seus filhos reunia êstes e, talvez, mais algumas crianças da vizinhança próxima para a aula dada na própria moradia. E’ o que se pode depreender, por exemplo, de uma carta escrita em 1832, pelo colono Mathias Franzen:

“Escolas organizadas como na Alemanha também não há aqui e as que existem ficam tão distantes que não podemos mandar os nossos filhos, de modo que somos obrigados a ensiná-los, nós mesmos, da melhor forma possível.” (24)

Os primeiros professores que se ofereceram eram pessoas inválidas que não podiam trabalhar na roça. Como havia necessidade de remunerá-las, os colonos interessados na alfabetização de seus filhos rateavam as despesas comprometendo-se a pagar uma mensalidade que, às vêzes, consistia em espécie. Esta foi a origem da *associação escolar*, instituição essa que mais tarde havia de imprimir um cunho característico à cultura teuto-brasileira.

“Normalmente ofereceu-se, nesta ocasião (reunião dos colonos convocada para resolver sôbre a fundação de uma associação escolar) um morador da picada, para ensinar provisoriamente em sua própria casa até que se apresentasse um professor. Um dos moradores doou um terreno, os outros forneceram a madeira necessária para a construção, um carpinteiro encarregou-se da construção, de modo que a primeira escola se fez quase sem despesa. A primeira associação escolar estava constituída e a escola podia ser aberta.” (25)

A experiência feita em geral provou ser adequada às condições do novo meio e a associação escolar tornou-se um padrão que foi prontamente aceito pelas diversas gerações de imigrantes alemães.

A escolha do professor obedecia, desde o princípio, a um *princípio negativo*: sòmente indivíduos inaproveitáveis para outras atividades tornavam-se mestres. Nem sempre o professor surgiu da comunidade local, pois esta freqüentemente não dispunha de pessoas instruídas a ponto de poderem transmitir o mínimo de conhecimentos exigido. Não raro, as condições materiais em que o professor havia de viver e trabalhar pareciam inaceitáveis aos membros da comunidade. Sòmente em casos excepcionais, os mestres tinham uma formação profissional por modesta que fòsse. As grandes escolas urbanas recebiam certo número de professores comissionados pelas autoridades escolares da Alemanha. Nas escolas rurais predominava o professor, leigo e improvisado, o qual havia de dividir seu tempo entre o amanho de suas roças, as aulas e outros misteres de que a comunidade talvez o incumbisse.

“Nas escolas rurais trabalham professores que lembram mestres rurais da Idade Média. Geralmente é um colono, que, levado por um interêsse particular (o que é raro) ou para ganhar algum dinheiro a mais, se dedica ao ensino. Pode-se observar em alguns lugares que pessoas mal sucedidas na lavoura ingressam no magistério. Entre os mestres rurais encontra-se, de vez em quando, um indivíduo naufragado na vida, o qual achou abrigo na mata. Quase todos mantêm relações bastante tensas com a ortografia e gramática, a ponto de não reconhecerem, às vèzes, a ordem das sílabas numa palavra.” (26)

Nem sempre a situação se apresenta ao observador tão desfavorável. Sòbre São Bonifácio, por exemplo, uma pequena comunidade teuto-brasileira no vale do Capivarí (Santa Catarina) obtivemos os seguintes informes:

“Grande parte dos imigrantes tinha instrução escolar, embora primitiva. Atribuía-se, por isso, grande importância à arte de ler e escrever, motivo pelo qual cedo se tratou da fundação duma escola. Até 1895 as aulas eram dadas na capela por falta de edifício escolar. Os moradores, sem exceção, mandaram os filhos, principalmente porque eram estimulados pelo vigário, considerado a maior autoridade. Como mestre-escola trabalharam colonos estabelecidos na localidade, e mais tarde, pessoas especialmente encarregadas (*gedungen*). Mas como nem uns nem outros dispunham de formação pedagógica, explica-se que os alunos nem sempre adquiriam conhecimentos suficientes nas matérias elementares. Assim mesmo, o número de analfabetos ficou extraordinariamente restrito. Mas como depois de abandonarem a escola muitos deixaram de usar o que haviam aprendido, na maioria dos casos mal conservaram a faculdade de assinar o nome. Com o tempo, porém, a situação tornou a melhorar e a maioria dos membros da comunidade sabe ler tanto o alemão como o português. Quanto à habilidade de escrever, entretanto, a situação é bem menos favorável.” (27)

Não poucos imigrantes novos iniciaram sua vida no Brasil como mestres de pequenas escolas rurais. Somente nos últimos tempos apareciam, com certa frequência, professores primários formados por escolas normais particulares. (Nova Hamburgo e São Leopoldo.)

Em muitas comunidades teuto-brasileiras, a oposição contra mestres vindos de fora era bastante pronunciada. A agitação periódica da opinião pública brasileira em torno do que se convencionou chamar de “perigo alemão”, atingiu, em forma de rumores obscuros, as picadas e sítios mais longínquos, prevenindo

não poucos teutos que depois recusaram professores de Pôrto Alegre *alegando que aí grassava o "perigo alemão."* (28)

A remuneração do professor particular teuto-brasileiro variava entre Cr. \$20.00 e Cr. \$300.00. Raramente, a remuneração excedia a Cr. \$150.00 ou Cr. \$200.00. Entre os 134 professores particulares com que o município de Blumenau contava em 1916, cem ganhavam menos de sessenta mil réis mensais. (29) A respeito de um velho professor de Benedito Timbó (Sta. Catarina) ouvimos que

"em 51 anos de serviço o seu ordenado mensal subiu de dezesseis a setenta mil réis. Melhor seria falar-se em queda, pois cinqüenta anos atrás, dezesseis mil réis tinham mais valor do que hoje setenta." (30)

A mensalidade paga pelos membros da associação escolar comunal raramente ultrapassava três mil réis. Nas pequenas cidades ela se elevava, às vêzes, a cinco mil réis. De um caso sabemos em que a taxa fixa foi de um mil réis para o primeiro filho e de oitocentos réis para o segundo. Os demais filhos da mesma família não pagavam taxa nenhuma. (31)

Não sofre dúvida de que os colonos, muitas vêzes, poderiam ter pago taxas mais elevadas, mas entre os teuto-brasileiros rústicos, como em outros meios onde predomina o trabalho braçal, atividades intelectuais têm uma cotação muito baixa.

"Mesmo o colono remediado é sovina com relação à escola. Exceções confirmam a regra. Sobretudo as novas gerações são absolutamente indiferentes. Naturalmente há dinheiro para novos arreios, para o jôgo e o tiro ao alvo, para música e bailes." (32)

Çerta vez, quando um mestre pediu que se colocassem venezianas às janelas do prédio escolar, a associação escolar mandou colocar as venezianas apenas nas

duas janelas que estavam expostas ao sol durante a manhã, pois à tarde não havia aula e porisso as demais janelas continuavam sem proteção. (33)

Quando as irmãs da Divina Providência abriram uma escola primária em Brusque (Sta. Catarina) muitos pais não queriam pagar a taxa escolar durante as férias de verão. O vigário convocou uma reunião e expôs a situação difícil das freiras cuja única fonte de renda constituia a escola. Um dos presentes levantou-se e, respondendo ao vigário, sugeriu que “as freiras plantassem batatas.” (34)

O acontecimento seguinte caracteriza bem a atitude de muitos colonos com relação à escola. Numa escola “de picada”, o novo professor solicita à associação escolar a introdução de um plano de ensino. A diretoria recusa o pedido alegando que “isso causava novas despesas inúteis.” (35)

Geralmente, a arrecadação das taxas escolares era feita diretamente pelo professor, circunstância essa que não podia deixar de refletir sobre o prestígio e a posição social de que gozava na comunidade. Não poucos contribuintes da caixa escolar intervinham diretamente na questão da escola. Divergências pessoais ou políticas separavam, às vezes, os colonos associados afetando desse modo a estabilidade do professor que muitas vezes era dispensado se a “oposição” conseguisse formar a maioria na associação escolar. Certa vez verificou-se que, em 10 escolas da região serrana do Rio Grande do Sul, os professores eram substituídos, num caso, de 42 em 42 meses e, noutro caso, de 38 em 38 meses. (36)

Comunidades havia em que a indiferença com referência à escola tornava precária a situação do mestre:

“Convocou-se uma reunião escolar para decidir se o professor devia continuar ou não. A associação tinha 60 membros dos quais 40 eram pais de alunos. Compa-

receram um membro da diretoria e 14 sócios. Seis dêles não tinham filhos. O representante da diretoria absteve-se de votar alegando que não lhe interessava quem era professor. O resultado da votação foi de 7:7." (37)

A construção do prédio escolar e, mormente, sua localização, provocaram quase sempre dissídios entre os colonos. Os mais influentes naturalmente queriam que a escola fôsse construída nas imediações das suas casas que, não raro, eram as vendas do distrito:

"Uma parte separa-se formando outra associação escolar, mas permanece na comunidade (religiosa) a fim de não perder o direito a atos oficiais e a "cota" da escola paroquial. A conseqüência é que um segundo professor é contratado — sendo que então duas pessoas têm de manter-se mediante um ordenado que não era suficiente para um." (38)

A tudo isso é preciso acrescentar que a recordação de professores cuja conduta os desabonava no conceito da comunidade, se transmitia de geração a geração e que um educador realmente hábil nem sempre conseguia vencer êsses juízos coletivos profundamente arraigados. Êsse e outros fatos já mencionados explicam o baixo prestígio de que gozava o professor entre os colonos teuto-brasileiros. Observações de que o mestre-escola era "o criado assalariado da comunidade" encontram-se, não raro, em depoimentos feitos até por professores. (39)

Em comunidades teuto-brasileiras de baixo nível de instrução, o mestre-escola desfrutava, às vêzes, de prestígio relativamente elevado. Êste, no entanto, não lhe vinha das suas atividades educacionais, mas do fato de ser êle a única pessoa do distrito capaz de ler e interpretar "os papéis", quer dizer, os documentos relativos à aquisição ou venda de terrenos. Cargos acessórios como os de sacristão, oficial de registo, diri-

gente de orfeão, aumentavam o prestígio pessoal do mestre-escola.

A distância de 100 anos que haveria, segundo Porzelt, entre a cultura campestre da Alemanha e a cultura rústica teuto-brasileira, talvez separasse, também, os sistemas escolares respectivos. Pelo menos poder-se-ia chegar a esta conclusão quando se põe em confronto os métodos de ensino, o acervo e qualidade dos conhecimentos transmitidos.

“Os conhecimentos históricos e geográficos são quase nulos. As crianças mal sabiam, por exemplo, onde estava situada a Alemanha e como se chegava à Alemanha. Alguns responderam: “no lombo do burro” outros “de trem” e ainda outros: “a navio”. Só alguns alunos sabiam o nome do imperador alemão (em 1913) e do presidente do Brasil.” (40)

As condições demográficas e materiais eram sempre muito diferentes das do país de origem. Paupérrimas em material didático o qual, aliás, era quase sempre antiquado e bastante heterogêneo, as escolas eram, em regra, barracões de madeira cuja localização encontrava grandes dificuldades devido à rarefação demográfica. O analfabetismo era e é mais comum do que geralmente se pensa. Wagemann verificou que, em 1913, 25% dos teuto-brasileiros espiritosantenses não sabiam ler nem escrever, e muito mais do que a metade da população não lia coisa alguma. (41)

Carl Ballod que no fim do século passado visitou Santa Catarina, observou: “Muito mal estão Teresópolis e Braço do Norte onde há apenas uma escola, assinando as 600 ou 700 famílias apenas três jornais.” (42)

Referindo-se a certas colônias riograndenses, um observador queixou-se, em 1907, de que muitas crianças se tornaram “bugres brancos” devido a má qualidade das escolas. (42a)

Numa carta, um pastor protestante, morador da zona do Alto Uruguai, manifestou-se nestes termos: "Os teuto-brasileiros conservaram da cultura germânica quase só a língua e as canções, além disso nada sabem a respeito da Alemanha. Para nós é, por isso, uma tarefa grata, despertar nesses homens quase perdidos para a cultura alemã, sentimentos pelo seu país de origem. Fazemos aqui o possível. Infelizmente, *a maioria daqueles que estão confiados aos nossos cuidados, consiste em analfabetos e quando, às vezes, sabem ler um pouco não compreendem o sentido.* Por isso, mostramo-lhes revistas ilustradas e explicamo-lhas. Aqui as crianças vão três anos à escola e muitas não a freqüentam." (43)

"Uma tendência consciente para a escola alemã encontra-se, em cada comunidade (exceções confirmam a regra), *sòmente em alguns indivíduos* os quais constituem, juntamente com o diretor, a espinha dorsal da escola." (44)

É de se supor que em zonas colonizadas por imigrantes mais recentes, a escola rural, tenha sido de um tipo mais moderno. Todavia, na realidade os imigrantes novos encontravam geralmente maiores dificuldades do que os povoadores antigos, pois êstes já tinham suas escolas situadas em regiões mais densamente povoadas, econômicamente mais prósperas e servidas por meios de comunicação. Os imigrantes mais recentes, no entanto, habitavam zonas muito mais distantes e menos acessíveis; além do mais, haviam de passar por tôdas as vicissitudes decorrentes de um desnivelamento geral de sua cultura.

A distância cultural entre a escola campesina alemã e a escola rural teuto-brasileira chocava sobremaneira os professores de carreira, vindos da Alemanha, a chamado de comunidades mais prósperas e interes-

sadas numa educação mais eficiente das gerações novas. Além de muitas outras diferenças culturais que os punha imediatamente em contraste com a sociedade local, os professores mencionavam, por exemplo, a “pavorosa pobreza de vocábulos e pensamentos dos alunos.” De mais a mais, achavam impossível manter a disciplina porque, segundo a lei brasileira, não lhes assistia o direito de infligir castigos físicos aos educandos. Terminado o prazo estipulado no contrato, a maioria dos professores alemães abandonava seus cargos. Por isso, seus contatos com os colonos eram sempre superficiais. (45)

Embora naturalmente os imigrantes alemães fixados nas cidades dispusessem de maiores recursos educacionais, preconceitos de classe, rivalidades e dissídios internos freqüentemente influíram sôbre as organizações escolares. Um bom exemplo representa a colônia alemã do Rio de Janeiro.

A sociedade Germânia (fundada em 1821 na Capital Federal) recusa o pedido de fundação de uma escola alemã para crianças pobres. Os socios do clube, comerciantes ricos na maioria, não estavam interessados no projeto porque tinham professores particulares para seus filhos. (46)

Em 1847 funda-se uma Sociedade Alemã de Beneficência (Deutscher Hilfsverein). Três anos depois ela tenciona fundar uma escola para os filhos de artífices alemães. Também desta vez, os alemães abastados fizeram abortar o plano. A conseqüência foi que um número crescente de filhos de artífices alemães desaprendeu a língua alemã. (47)

Em 1855 estabelece-se uma escola paroquial (protestante) subvencionada pelo Sociedade Beneficente. Dois anos depois surgem desavenças entre o ministro

protestante e a Sociedade. Esta começa a subvencionar uma segunda escola particular. (48)

A partir de 1862 a Sociedade de Beneficência tira os subsídios à escola paroquial passando a manter uma escola leiga. (49)

Em 1865 esta escola volta a ser dirigida pelo novo ministro, mas dois anos depois há nova separação por razões financeiras. A união restabelece-se com a chegada de outro ministro, em 1873. (50)

Em 1890 surgem dificuldades no provimento das cadeiras. O ano de 1905 é o primeiro que não traz modificações no corpo docente. (51)

A designação corriqueira de “escola alemã” cobria, na realidade, uma multiplicidade de escolas, diversas pela forma e pela função. Comum a elas era o ensino da língua alemã. Nas estatísticas, que mais adiante reproduziremos, não consta se todo o ensino era administrado em alemão, ou só o de determinadas matérias; se o alemão era ensinado como língua materna ou língua estrangeira; se as aulas eram dadas dentro do currículo regular ou como ensino facultativo em troca de taxas especiais.

Escolas havia em que tôdas as matérias eram dadas em alemão. O português não existia no currículo e, quando existia, era dado de maneira inadequada. É forçoso admitir que o número dessas escolas, antigamente elevado, estava diminuindo nas zonas rurais. Quanto às zonas urbanas e semi-urbanas, nenhuma escola desse tipo existia, depois de 1930. Um índice de mudança representam as atividades de certas casas editoras, que, depois da primeira guerra mundial, lançaram, em número crescente, cartilhas, livros de leitura, de Geografia e História em português. A razão principal dessa mudança está simplesmente no fato de

que a população teuto-brasileira sentia realmente a necessidade de adquirir o conhecimento do vernáculo.

Em áreas de colonização mista ou de urbanização o meio de comunicação das gerações novas era, em inúmeros casos, o português. Freqüentemente, as antigas "escolas alemãs" continuavam transmitindo o alemão, embora êste fôsse ignorado ou mal compreendido por muitos alunos. É óbvio que, em semelhantes casos, o máximo que a escola pode conseguir é manter o bilinguismo da população.

As chamadas "escolas alemãs" eram geralmente integradas em sistemas que refletiam a diferenciação cultural, sobretudo religiosa dos teuto-brasileiros. Em 1920, a maioria era nitidamente católica. Seguia, a pequena distância, o Sínodo Riograndense. Além disso, pode ser mencionado o Sínodo de Missouri e certo número de sistemas menores, todos êles protestantes. Os próprios nomes já denotam a associação de escola e igreja. Com efeito, a divisão religiosa coincidia geralmente com a divisão escolar e esta recebia o seu cunho distintivo pelas idéias religiosas de que compartilhava.

Entre os católicos é preciso distinguir escolas mantidas diretamente pelas comunidades e as que eram dirigidas por congregações religiosas. O primeiro tipo predominava nas zonas rurais, ao passo que o segundo se encontrava quase exclusivamente nos núcleos urbanos ou semi-urbanos. Ambos os tipos eram controlados pela Igreja, mas o segundo fazia parte integrante da organização eclesiástica local, levando porisso freqüentemente a denominação de *escola paroquial*. Em Santa Catarina, estas escolas pouco se distinguiam das escolas públicas, razão essa que deve ter contribuído para a sua equiparação aos grupos escolares do Estado (em 1934). O ensino era dado em português embora a grande maioria das freiras e dos padres fôsse de origem

alemã. As aulas de alemão eram facultativas. Nas escolas rurais, mantidas por comunidades católicas, o alemão era quase sempre ensinado ao lado do português, variando a língua usada na transmissão de outras matérias de acôrdo com o conhecimento do vernáculo dos professores e a orientação dada pelos vigários. Embora houvesse renitências locais, o papel das escolas católicas era geralmente *passivo* com relação à aculturação. Em outras palavras: acompanhavam, com flexibilidade, as tendências gerais que se faziam sentir na comunidade. Se esta estava substituindo a sua cultura originária, não era a escola que se opunha a êsse processo, pois a experiência dos protestantes ensinava que a oposição significava, freqüentemente, a perda de contrôle. E como a Igreja católica costuma subordinar quaisquer outras considerações à perpetuação de si mesma e de seu credo, a língua alemã juntamente com outros valores culturais não-religiosos desempenhava, se muito, uma função meramente instrumental com relação àqueles propósitos.

Das escolas complementares alemãs no Rio Grande do Sul, Porzelt afirma o seguinte: "Sendo as escolas complementares estabelecimentos ~~de~~ preparatórios de ingresso às escolas estaduais, cultivam-se, principalmente, as matérias dadas em português. Porisso não podem incondicionalmente ser chamadas escolas alemãs." (52) Des escolas dirigidas por congregações religiosas, o mesmo autor diz que "o ajustamento ao programa das escolas brasileiras as leva ao abandono do caráter germânico." (53)

Semelhantemente à Igreja Católica agia o Sínodo de Missouri, mas não a Igreja Evangélica Alemã. Os fundamentos dessa atitude diferente sômente poderão ser dados no capítulo sôbre a religião. Basta dizer aqui que a fusão de valores religiosos e étnicos motivava uma oposição à perda da cultura germânica, cuja base era religiosa e que determinava, em grande escala,

a organização do sistema escolar. Este não somente se propunha a perpetuação da cultura germânica dos teuto-brasileiros, mas funcionava como instituição de combate. A língua, por exemplo, não era considerada mero instrumento de transmissão, mas simbolizava os próprios Evangelhos. Língua e religião representavam um único complexo cultural, de modo que, no entender da maioria dos teólogos evangélicos, uma coisa não podia sobreviver sem que existisse a outra. Assim torna-se evidente a *função diversa* que a escola desempenhava nas comunidades evangélicas.

A *organização econômica* dos vários tipos de escolas teuto-brasileiras apresenta diferenças bastante pronunciadas. A associação escolar era a forma predominante. As escolas paroquiais católicas dirigidas por religiosos, dispensavam, em geral, a associação, fato êsse que as distanciava da comunidade e lhes dava maior independência e autoridade. Algumas escolas recebiam subsídios, professores comissionados e material didático da Alemanha. Também os governos estaduais e municipais subvencionavam não poucas escolas teuto-brasileiras. Casos há de estabelecimentos que recebiam auxílio da Alemanha sob a condição de lecionar o alemão e, simultaneamente, uma subvenção estadual óu municipal se aceitassem o compromisso de incluir o vernáculo no seu currículo. É o que Gernhard nos relata da escola "alemã" de Blumenau que, desde 1898, recebia mil marcos, anualmente, do govêrno alemão e, ao mesmo tempo, quatro contos e oitocentos mil réis do govêrno catarinense. (54)

O corpo discente de muitas escolas "alemãs" não se compunha, como se poderia supor, apenas de crianças descendentes de alemães. Sobretudo nas escolas, a composição étnica dos alunos refletia, fielmente, a da população local.

“Em 1933, a escola primária mantida pelos Franciscanos em Blumenau tinha 186 alunos, dos quais 144 indicaram o alemão como língua materna. Dos 150 alunos que, no mesmo ano, freqüentavam o ginásio, 102 falavam o alemão como língua materna. A biblioteca escolar do colégio dispunha de 1250 volumes, dos quais 890 em língua portuguesa. (55)

A escola católica de Rio Negro, mantida pelas irmãs Divina Providência, contava, em 1927, 294 meninas, mas somente 176 falavam o alemão. (56)

De 298 alunos que em 1928 freqüentavam determinada escola católica em Curitiba, 69 ignoravam o alemão. Entre 382 alunas de uma outra escola primária da mesma cidade, havia, em 1928, 37 meninas que não sabiam falar o alemão. (57)

A competição entre escola pública e escola teuto-brasileira — Com a difusão lenta da escola pública, estadual e municipal, iniciou-se a competição com a escola paroquial ou comunal dos teuto-brasileiros. À primeira vista poderia parecer que a última, por corresponder a uma experiência quase secular dos colonos, dificilmente pudesse ser desalojada pela escola pública que era recebida com reserva ou desconfiança pelos teutos conservadores. A escola pública era *leiga* e desafiava os fervores religiosos dos católicos; ela era usada como instrumento de *nacionalização* e, porisso, havia de encontrar a resistência das escolas evangélicas. A escola pública lutava com escassez de professores idôneos. O provimento de inúmeras cadeiras, sobretudo em zonas de colonização alemã homogênea, era sumamente difícil. A impossibilidade de se entender com os alunos criou o célebre círculo vicioso que durante muitos anos provou ser um dos maiores obstáculos à assimilação: as crianças não aprendiam português

A Aculturação dos Alemães no Brasil 405

ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS NOS DIVERSOS ESTADOS DA UNIÃO (em 1930) (58)

ESTADO	Número de teuto-bras.	Número de escolas	Número de professores	NÚMERO DE ALUNOS
Rio Grande do Sul	500.000	900	1.000	32 000
Santa Catarina	200.000	180	200	10.000
Paraná	30.000	40	100 (?)	1 950
São Paulo	32 000	25	103	2.800
Rio de Janeiro	20.000	5	106	650
Espirito Santo	30 000	100	50	2.500
Minas Gerais	10.000	7	8	150
Outros	4.000	3	4	75
Totais	826.000	1.260	1.571	50.125

DESENVOLVIMENTO DAS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL (59)

A N O	Zona do Jacuí e Serra dos Taipés			Serra e demais zonas			TODAS AS ZONAS		
	Cat.	Prot.	Total	Cat.	Prot.	Total	Cat.	Prot.	Total
1850	10	14	24	—	—	—	10	14	24
1875	50	49	99	—	—	—	50	49	99
1900	146	144	290	—	11	11	146	155	301
1922	233	333	566	77	114	221	310	477	787
1930	263	367	630	111	199	307	374	563	937

AS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL (60)

A N O	EVANGÉLICAS		CATÓLICAS		MISTAS		T O T A L	
	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos
1920	310	12.345	310	13.463	112	3 426	788	27.234
1930	545	18.936	361	16.656	41	1 474	947	37.066
1935	570	20 220	429	18.818	42	1.517	1.041	40.585

AS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL EM 1922 (60a)

Divisão por religiões e municípios

MUNICÍPIOS	Católicas		Sínodo Riogrand.		Sínodo de Missouri		Independentes (protestantes)		TOTAL	
	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos
Colônias antigas:										
Porto Alegre . .	2	510	11	508	1	100	5	346	19	1.461
São Leopoldo . .	31	1.561	22	676	25	111	8	252	66	2.600
Taquara	—	—	9	266	—	57	26	603	37	926
Santo Antonio										
Conceição . .	1	45	2	90	2	98	7	177	12	410
São Sebastião	26	957	23	653	—	—	7	183	56	1.793
Montenegro . .	47	1.918	16	676	2	44	—	—	65	2.638
TOTAL	107	4.991	83	2.869	12	410	53	1.558	256	8.828
Colônias médias:										
Taquari	5	324	1	50	—	—	—	—	6	374
Estrela	19	814	30	1.220	1	47	1	13	51	2.094
Lageado	48	1.791	22	491	4	106	5	90	79	2.478
Venâncio Aires	19	716	9	246	—	—	2	20	30	983
Santa Cruz	33	1.379	21	857	1	54	5	170	60	2.460
Rio Pardo	1	40	—	—	—	—	13	300	14	340
Cachoeira	—	—	12	452	2	50	3	80	17	582
Pelotas	—	—	13	429	4	112	—	—	17	541
São Lourenço . .	1	34	9	227	2	68	25	980	37	1.310
TOTAL	126	5.099	117	3.972	14	437	54	1.653	311	11.161

A Aculturação dos Alemães no Brasil 407

MUNICÍPIOS	Católicas		Sínodo Riogrand.		Sínodo de Missouri		Independentes (protestantes)		TOTAL	
	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos	Escol.	Alunos
Colônias Novas:										
Santa Maria . .	—	—	3	75	4	88	—	—	7	163
Soledade	4	124	3	43	—	—	—	—	7	167
Passo Fundo . .	25	989	12	483	—	—	—	—	37	1.472
Erechim	3	100	15	370	8	224	—	—	26	694
Alta Palmeira . .	6	246	18	877	—	—	—	—	24	1.123
Ijuí	7	390	14	453	8	254	2	72	31	1.169
Santo Angelo . .	12	567	35	1.224	6	242	1	16	54	2.049
São Luiz	20	957	—	—	2	29	—	—	22	986
Diáspora	—	—	—	—	11	295	2	127	13	422
TOTAL	77	3.373	100	3.525	39	1.132	5	216	221	8.245
Colônias antigas. . .	107	4.991	83	2.869	12	410	53	1.558	255	9.828
Colônias médias . . .	126	5.099	117	3.972	14	437	54	1.653	311	11.161
Colônias novas . . .	77	3.373	100	3.525	59	1.132	5	215	221	8.245
TOTAL	310	13.463	300	10.366	65	1.979	112	3.426	757	28.284

porque não havia professor que lhes o ensinasse e o ensino se tornava impraticável aos professores que ignorassem, como a grande maioria dêles, a língua alemã. Daí o desânimo e a desistência de inúmeras professoras que, após breve estada numa das zonas rurais teuto-brasileiras, deixavam seus cargos porque não sòmente não conseguiam entender-se com as crianças, mas haviam de levar, além disso, uma vida segregada pois raramente encontravam adultos com quem pudessem conversar algumas frases em português.

Mesmo assim e não obstante ter sido raramente boa a fama das escolas públicas, a maior parte da população teuto-brasileira as preferia porque eram gratuitas e não oneravam o orçamento familiar.

O ministro evangélico M. Dedekind caracterizou, em 1931, a situação como segue: “Numa concorrência muito pronunciada com as escolas alemãs privadas e comunais, a escola luso-brasileira penetra cada vez mais as colônias germânicas. Ela é inteiramente gratuita; mesmo livros e material didático fornecem-se gratuitamente aos alunos. Para o colono pobre, forçado a ganhar os seus mil réis num trabalho árduo, é uma tentação muito grande mandar a prole numerosa à escola estadual gratuita, em vez de pagar a mensalidade à escola alemã... Hoje em dia, com o desenvolvimento cada vez mais vigoroso da cultura luso-brasileira, com a atração magnética que as associações brasileiras desportivas e juvenis exercem sôbre os jovens, o perigo para a mocidade alemã é cada vez mais grave.” (61)

“Uma grande parte da população teuta não auxilia mais na manutenção das escolas alemãs. Mandam os filhos às escolas públicas brasileiras, nas quais o ensino é completamente gratuito, além das vantagens e privilégios de que gozam os alunos mais tarde, depois de diplomados.” (62)

A propalada ineficiência da escola pública, também caracterizava muitas escolas comunais, fato esse que, na opinião de alguns observadores, prejudicava-lhes a capacidade de competir com a “escola governamental”. O único fator que aproveitava “às pequenas escolas da mata virgem” era o seu “isolamento”.

A difusão de escolas públicas determinou não só atitudes de defesa ideológica mas também mudanças substanciais nos sistemas escolares dos teuto-brasileiros. E’ o que se pode depreender do seguinte trecho:

“Em primeiro lugar, há infelizmente grande número de pais alemães que em vez de matricularem seus filhos numa escola alemã pondo-os em contato com a língua, história e costumes da Alemanha, mandam-nos à escola pública gratuita somente por causa da sua barateza. E’ possível que para alguns seja difícil pagar a taxa da escola particular, mas nesses casos achar-se-ia, geralmente, uma solução. Muito mais freqüente, porém é a indiferença com relação à herança germânica, que leva os pais a afastarem seus filhos da escola alemã. “Estamos no Brasil” dizem eles, ou “nós somos brasileiros” e, por isso, seria necessário cultivar o português ao passo que o alemão não teria valor. Como se o fato de vivermos no Brasil e sermos brasileiros, impedisse a conservação de traços culturais germânicos. Continua sendo um fato incontestável que o abandono da língua e dos costumes germânicos significa um empobrecimento espiritual. E onde estão os pais a desejarem que seus filhos venham a ser mais pobres do que eles próprios.

E se foi provado, justamente no lado brasileiro (Leonardo Truda), que nas zonas de colonização germânica, nos primeiros 30 anos e também atualmente, ocorreram muito menos crimes do que noutros municípios, a explicação está no fato de que os colonos

alemães sempre mandaram seus filhos à escola e guardaram seus bons costumes germânicos. Mas quem os abandona perde suas raízes e corre mais facilmente o perigo de desviar-se moralmente, do que aquêle que se apega firmemente a seus tradicionais valores étnicos.

Uma outra objeção que não deve ser desprezada, afirma que nas escolas com o alemão a servir de língua didática, o português não é nem pode ser suficientemente cultivado, de modo que os indivíduos saídos das escolas alemãs encontrariam obstáculos na sua carreira posterior. E' preciso confessar que, principalmente na zona rural, o ensino do vernáculo em certo número de escolas alemãs foi deficiente porque os professores não tinham os necessários conhecimentos linguísticos. Mas é preciso frizar que as associações dos professores e escolas normais trabalharam conscientemente para acabar com essas deficiências, de sorte que, com a publicação de livros escolares apropriados, tornou-se possível melhorar o ensino do português. De mais a mais é preciso acentuar que as escolas alemãs de grau mais elevado, nas cidades e vilas, já cuidaram, no seu próprio interêsse, de tornar eficiente o ensino do vernáculo. Em último lugar é preciso frizar também que inúmeros alunos que passaram de escolas alemãs para escolas brasileiras, nestas geralmente se destacaram ou que indivíduos formados apenas por escolas alemãs, eram bem sucedidos na vida embora tivessem freqüentado "apenas" uma escola alemã" (64).

A competição com a escola pública obrigava as escolas teuto-brasileiras ao malabarismo de oferecerem as vantagens práticas daquela sem, no entanto, abrogar completamente sua antiga função de transmitir a herança cultural germânica. Começou então uma fase de equiparação de escolas teuto-brasileiras o que significava, quase sempre, um excesso de matérias e aulas,

pois, além das disciplinas exigidas pelas leis brasileiras, administrava-se um número variável de matérias como, por exemplo, alemão, História, Geografia, religião, canto orfeônico, desenho e ginástica. Nessas disciplinas a língua didática era o próprio alemão.

Na Evangelische Realschule de Santa Cruz (Rio Grande do Sul), administraram-se, em 1935, 129 aulas mensais em língua portuguesa e 110 aulas em alemão. A equiparação dessa escola foi feita para evitar que, depois do quarto ou quinto ano, "os jovens passassem para estabelecimentos católicos e puramente brasileiros onde eram ameaçados na sua fé religiosa e consciência étnica (Volkstum)" (65).

A competição com a escola pública e a articulação cada vez mais estreita dos teutos com a cultura brasileira, contribuíram para produzir algumas mudanças incisivas nos velhos sistemas educacionais. Em 1910, os protestantes fundaram a primeira escola normal particular em Santa Cruz. Em 19127 ela foi transferida para São Leopoldo. Até 1936, 160 professores formaram-se nesse estabelecimento. Como toda a cultura evangélica, a escola de São Leopoldo não somente tinha a função de formar mestres que se ajustassem às condições do meio, mas era, ao mesmo tempo, uma instituição de defesa, pois, segundo declaração de um de seus diretores, a função do "seminário" era educar mestres "que conhecessem e amassem a língua e os costumes alemães" (66).

Os católicos fundaram a sua escola normal em Arroio do Meio, no ano de 1924. Seis anos depois, o estabelecimento foi transferido para Novo Hamburgo. A direção foi confiada aos jesuítas. 62 professores se haviam formado até 1936. Também o Sínodo do Missouri mantinha uma escola Normal desde 1907.

Funções das escolas teuto-brasileiras — Nas comunidades aldeãs da Europa — pequenas sociedades isoladas do tipo *folk* — a escola transmitia — mais no século passado do que neste — justamente aquela parte da cultura que ligava a aldeia à sociedade nacional. O conhecimento da escrita era indispensável como meio de comunicação na sociedade mais ampla. A aprendizagem da Geografia e História proporcionava não somente elementos de compreensão racional dessa sociedade mas era destinada também a criar vínculos emocionais. Fundir a multiplicidade das comunidades locais em uma única sociedade nacional era a intenção com que se incorporara a escola nas culturas campestinas. Embora lhe assistissem outras instituições, é forçoso admitir que a escola chegou a cumprir essa função só depois de muitas gerações e sem as mudanças estruturais que ao mesmo tempo se realizaram, ela provavelmente nunca haveria chegado a êsse ponto.

De qualquer maneira, o mestre-escola age como emissário da sociedade mais ampla, representando-lhe a autoridade, juntamente com certos funcionários administrativos e o ministro protestante. A vinda do professor não depende da iniciativa da população local e esta não tem influência sobre a sua atuação profissional controlada como é pelas autoridades escolares superiores.

E' óbvio que nas comunidades rurais teuto-brasileiras, a função da escola não podia deixar de ser profundamente diversa. Pois precisamente aquêles conhecimentos, cuja transmissão era destinada, no país de origem, a articular a comunidade local à sociedade nacional, *representavam aqui valores estritamente locais ou regionais que segregavam as comunidades teuto-brasileiras em vez de associá-las à sociedade nacional.* O velho tipo de escola isolada, mantida e controlada

pelos próprios colonos desempenhava a função de perpetuar a *cultura local*, *contrariamente à escola alemã*, cujas funções permaneceram estranhas à cultura local. Quanto à posição do professor já vimos que raramente se destacava entre os demais colonos. Não representava autoridade estranha à comunidade e sua atuação profissional era controlada por ela e mais ninguém.

E' curioso observar que, algumas vêzes, a função segregadora da escola continuava mesmo quando as demais condições já estavam mudando. Lacmann, por exemplo, observou, *já no comêço dêste século*, que, em certas "escolas alemãs" riograndenses visitadas por êle, "a nova geração já conversava em português" (67). Esse fenômeno sòmente pode ser interpretado como tentativa empreendida pela geração velha, talvez apoiada pela Igreja Evangélica, de perpetuar a cultura tradicional contra as tendências de mudança que se faziam sentir no mundo mental dos jovens.

Modificações estruturais da sociedade teuto-brasileira — formação de classes, urbanização e industrialização — contribuíram para alterar a função das suas escolas que passaram a ser, em proporção crescente, *meios de articulação com a sociedade nacional*. Nas escolas católicas, a mudança ocorreu mais cedo e de maneira muito mais completa do que nas escolas evangélicas.

Ao lado de outras diferenças que distinguiam a escola teuto-brasileira em confronto com a escola alemã, convem assinalar mais uma. Devido à rarefação demográfica da zona de colonização teuto-brasileira e o conseqüente isolamento dos sítios, a escola *atraía* muito mais as crianças do que na Alemanha.

Na Alemanha, observou-se, sòmente as férias eram os "dias dourados da mocidade", ao passo que aqui,

nas escolas da mata virgem, as crianças sentiam alegria em freqüentar a escola (68).

A razão é clara. A aldeia germânica associa as crianças permitindo-lhes formas de sociabilidade que, no Brasil, as distâncias não permitem. Daí deriva a função inversa da escola: do ponto de vista da criança a escola é, no país de origem, um obstáculo à liberdade de manifestação da sociabilidade infantil. Aqui, a escola é uma das poucas oportunidades de reunir-se a outras crianças e de fugir, em parte, ao contrôle da geração adulta.

Através da escola teuto-brasileira inúmeras vêzes se fizeram tentativas de perpetuar a lealdade dos colonos com relação a determinados valores da cultura originária.

Aprendemos, por exemplo, que os membros afiliados à "Sociedade dos Professores de Curitiba" promoveram não só "amor e dedicação à pátria brasileira", mas também "o amor inviolável à terra dos antepassados" (68).

Numa cartilha, tomada ao acaso, entre as muitas publicadas em alemão, encontramos o seguinte trecho:

"Nossa Pátria.

Nossa Pátria é o Brasil. Somos brasileiros porque nascemos no Brasil. A maioria dos habitantes fala a língua portuguesa. Esta é a língua do país. Esta língua devemos e queremos aprender. Mas a nossa língua materna é o alemão, pois esta língua aprendemos dos nossos pais alemães. Nunca devemos esquecer a língua alemã como sendo a herança dos nossos pais; ela é uma língua maravilhosa. Não devemos envergonhar-nos dessa língua e da nossa descendência germânica. Nossa pátria, o Brasil, é um belo e rico país. Devemos amá-lo de todo o coração.

Amor fiel até o túmulo
juro-te com mão e coração,
o que sou e que tenho,
devo a ti, minha Pátria" (69).

Nos livros escolares mais usados, era visível o esforço de distribuir "os pesos" entre as "duas pátrias" o que representaria, na lógica do nacionalismo moderno, que tende a monopolizar as lealdades individuais, um *inconsistência cultural* (70).

Todavia, é preciso levar em conta a diferença entre o que se *pretendia* e o que *realmente se conseguia perpetuar no meio teuto-brasileiro*. Só os imigrantes vindos em idade adulta tinham uma representação mais ou menos nítida de sua terra. Esta não foi, antes de 1870, a Alemanha, mas um dos muitos Estados germânicos. Aos imigrantes mais antigos nada significava a unificação política da Alemanha, pois não lhe sentiam nem as causas nem as conseqüências. O que importa mais, no entanto, é o fato de que a escola era freqüentada muito menos por imigrantes, do que por descendentes de segunda, terceira, quarta ou quinta geração. Em outras palavras: a noção da terra dos antepassados já tinha perdido o significado real e vivo que possuía para aqueles que transpuseram o Atlântico. Em confronto com essa noção abstrata de que só se ouvia na escola ou na igreja e, às vezes, de alemães "novos" que a elevavam ao sétimo céu para diminuir a terra real em que se vivia, esta era a única que representava um valor no modo de pensar campeziño. É forçoso admitir que, para o colono, um baú, um retrato, um objeto de adorno trazido pelo antepassado, tem um valor simbólico muito mais vivo do que a apagada idéia de uma terra dos antepassados. Frequentes, no entanto, são os casos em que esta se lhe

torna antipática porque os imigrantes novos se afastavam tanto da imagem idealizada de seus próprios antepassados que não podiam deixar de transferir o ódio que sentiam "ao galego", também à terra a qual, por uma mudança incompreensível, produzira essa "súcia de vadios, fanfarrões e degenerados".

Essas representações que predominavam entre os teuto-brasileiros rústicos, dificilmente podiam ser destruídas pela escola, tanto mais que o próprio professor as alimentava, pois geralmente também êle era colono e parte integrante da comunidade. Também para êle, a terra dos antepassados não tinha nenhum significado real. Os trechos da cartilha que se referiam à Alemanha, às suas belezas e seus grandes homens não podiam ser apreciados, no horizonte das comunidades isoladas, de maneira diferente daquela que caracterizava as idéias certamente pouco claras que um caboclinho de oito ou nove anos adquire de Portugal e da figura de Dom Sebastião.

Diversa era a situação no meio urbano com grande número de imigrantes e uma vida intelectual baseada em relações diretas com o país de origem. Aí a escola dispunha de recursos mais eficientes para manter viva a lealdade aos valores tradicionais. Mas não se deve esquecer que foi justamente o meio urbano com suas solicitações constantes e cada vez mais insinuantes que acelerava a assimilação e, portanto, a perda da cultura tradicional.

Se a escola teuto-brasileira tencionava inculcar, na mentalidade do educando, uma dupla lealdade, poder-se-ia supor que ela se tornasse uma fonte de conflitos pessoais para os indivíduos que estiveram expostos a suas influências. Mas da inconsistência cultural não se pode inferir a existência de conflitos pessoais, pois "o indivíduo médio pode manter uma série de crenças

contrastantes enquanto os padrões de comportamento relacionados com essas crenças não envolvem conflitos diretos" (71). Em outros termos, não havia conflito enquanto as tentativas de implantar lealdades duplas eram toleradas e a freqüência das escolas teuto-brasileiras não acarretava oposição. À medida que a oposição se fazia sentir, que se exigia do indivíduo, com sanções cada vez mais drásticas, que se "definisse", que fôsse brasileiro ou alemão, a maioria das escolas teuto-brasileiras se tornavam fatôres de marginalização cultural e de conflitos pessoais.

NOTAS

(1) Primitivo Moacyr, "O ensino comum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, (1835-1889)", *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, (Pôrto Alegre, 1940), p.5.

(2) *Ibidem*, p. 6.

(3) *Ibidem*, p. 8.

(4) *Ibidem*, p. 9.

(5) *Ibidem*, p. 9. O grifo é nosso.

(6) *Ibidem*, p. 10.

(7) *Ibidem*, pp. 10, 11.

(8) *Ibidem*, p. 11. O grifo é nosso.

(9) Manoel Duarte, *Os Alemães em Santa Catarina*, (Rio de Janeiro, s/d.), p. 46.

(10) F. de Leonardo Truda, "A colonização alemã no Rio Grande do Sul", *Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul*, II trimestre, Ano X, (Pôrto Alegre, 1930), pp. 286, 287.

(11) *Ibidem*, p. 288.

(12) Cit. apud. F. de Leonardo Truda, op. cit., p. 294.

(13) F. de Leonardo Truda, op. cit., pp. 297, 298.

(14) F. de Leonardo Truda, op. cit., pp. 301, 302.

(15) Aurelio Porto, op. cit., p. 163.

(16) Cit. apud Primitivo Moacyr, op. cit., pp. 6, 7.

(17) Primitivo Moacyr, op. cit., p. 14. O grifo é nosso.

(18) Primitivo Moacyr, op. cit., p. 7.

- (19) F. de Leonardo Truda, op. cit., pp. 298, 299.
- (20) *Ibidem*, p. 300.
- (21) Primitivo Moacyr, op. cit., p. 9.
- (22) *Ibidem*, p. 9.
- (23) Primitivo Moacyr, op. cit., p. 12.
- (24) *Kleine Geschichte* etc. op. cit., p. 39.
- (25) *Ibidem*, p. 40.
- (26) E. Wagemann, op. cit., pp. 123, 124.
- (27) Informes obtidos graças à gentileza do Sr. Francisco Schaden, São Bonifácio.
- (28) Notícia publicada em *Koseritz' deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1907, p. 225.
- (29) Manoel Duarte, *Os Alemães em Santa Catarina*, (Rio de Janeiro, s./d.), p. 47.
- (30) *Gedenkbuch* etc. op. cit., p. 227.
- (31) Anônimo, "Aus einem Schulmeisterleben. Erinnerungen eines alten Mannes", *Koseritz deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1922, p. 86.
- (32) Alfred Funke, op. cit., pp. 376, 377.
- (33) A. B. "Als ich noch Schulmeister war", *Koseritz deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1921, p. 71.
- (34) Informação pessoal.
- (35) *Em Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1925, p. 102.
- (36) H. Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*, (1937), pp. 85, 86.
- (37) Anônimo, "Aus einem Schulmeisterleben" etc. op. cit., p. 87.
- (38) Ferdinand Schröder, *Brasilien und Wittenberg*, (Berlin, 1936), p. 237.
- (39) Veja, p. e., A. B. "Als ich noch Schulmeister war", op. cit., p. 69.
- (40) E. Wagemann, op. cit., pp. 123, 124.
- (41) *Ibidem*, p. 127.
- (42) Cit. apud. Hugo Grothe, *Die Deutschen in Übersee*, (Berlin, s./d.), p. 97.
- (42a) Hans Falkensteiner, "Wer kann helfen? Eine Mahnung an alle denen es mit der Erziehung unserer Jugend ernst ist", *Koseritz' deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1907, p. 225.
- (43) Cit. apud. Hugo Grothe, *Die Deutschen in Übersee*, p. 97.
- (44) Siegfried Heine, "Von einer deutschen Schule in Brasilien", *Der deutsche Auswanderer*, março-abril de 1933, p. 25.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 419

- (45) Veja a "Carta de um professor imigrante" publicada em *Zeitschrift für Mittel und Südamerika*, 1908, pp. 74, 75.
- (46) Germânia, p. 65.
- (47) *Ibidem*, p. 149.
- (48) *Ibidem* p. 138.
- (49) *Ibidem*, p. 198.
- (50) *Ibidem*, pp. 227, 243.
- (51) *Ibidem*, pp. 348, 428.
- (52) H. Porzelt, op. cit., p. 86.
- (53) *Ibidem*, p. 87.
- (54) Robert Gernhard, op. cit., p. 302.
- (55) P. Franz Lotz, "Werden und Wirken des St. Antonius-Kollegs in Blumenau", *Die Getreuen*, julho-agosto de 1935, p. 126.
- (56) Fugmann, op. cit., p. 94.
- (57) *Ibidem*, p. 91.
- (58) *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*, Junho-Julho de 1930, p. 1.
- (59) Compilado segundo as informações cit. ap. H. Oberacker, op. cit., p. 65.
- (60) H. Porzelt, op. cit., p. 84.
- (60a) Hundert Jahre etc. op. cit., p. 445.
- (61) Veja *Der Ansiedler*, março, de 1931.
- (62) Veja *Der Kompass*, Ano 1937, N.º 25.
- (63) Veja *Der Auslandsdeutsche*, Vol. XV, N.º 4 p. 84.
- (64) *Hundert Jahre* etc. op. cit., pp. 59, 60.
- (65) Veja *Der deutsche Auswanderer*, maio-junho de 1935, p. 135.
- (66) Paul Träger, "Das evangelische Lehrerseminar São Leopoldo im Schuljahr 1928", *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 129, p. 62.
- (67) W. Lachmann, op. cit., p. 157.
- (68) Dr. Aldinger, "Die Kolonieschule. Aus einer Schulleinweihungsrede." *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1916, pp. 116, 117.
- (68) *Riograndenser Sonntagsblatt. Órgão do Sínodo do Rio Grande do Sul*, Ano 49, 1935, N.º 21, p. 5.
- (69) *Neue Bibel*, (Porto Alegre, 1933), pp. 81, 82.
- (70) Veja Ralph Linton, *The Study of Man*, (New York, 1936), pp. 360 seq.
- (71) Ralph Linton, op. cit., p. 362.

CAPÍTULO XIII

SEXO E FAMÍLIA

Observações gerais — Ao comparar a família germânica com a família brasileira, é preciso levar em consideração as diferenças que existem, em ambas, entre família urbana e família rural. É certo que, atualmente, essas diferenças são maiores do que o foram na época em que começou a imigração alemã. Embora as mesmas diferenças existam também no Brasil, a família urbana está, entre nós, mais próxima da família rural do que na Alemanha e na Europa em geral. Ali a urbanização da família começou muito mais cedo do que aqui e, por isso mesmo, mudanças que na Alemanha e em outros países europeus afetaram, profundamente, a organização da família de há 100 anos, no Brasil somente nesses últimos 20 ou 30 anos se fizeram sentir.

A organização da família rural germânica varia consideravelmente com a região. Provavelmente, essas variações regionais são menos acentuadas no Brasil, mas em compensação, as variações entre as diversas camadas da população são aqui mais pronunciadas do que na Alemanha. Quanto à extensão, coesão e estabilidade, a família das classes baixas das populações sertanejas distingue-se profundamente da família — rural e urbana — das classes médias e superiores do Brasil, pois influências indígenas e africanas agiram e fixaram-se mais nas classes baixas do que nas médias e superiores em que predominam os acentos ibéricos

e, através dêstes, os árabes. Na Alemanha e em muitos outros países europeus, as diferenças de organização que se podem observar entre as famílias das diversas classes sociais nada têm que ver com influências de culturas diferentes, mas explicam-se, principalmente, por diferenças econômicas e profissionais. (1)

Esse confronto muito geral nos mostra que (1) as designações “família brasileira” e “família germânica” cobrem certo número de variantes; (2) o grau, o significado e a origem das variações não são idênticos nas duas sociedades em aprêço.

A organização da família germânica — A família rural da Alemanha corresponde, aproximadamente, ao tipo que Le Play descreveu como família-tronco. Em regra, três gerações convivem sob o mesmo teto: os velhos pais e um dos filhos casados com sua prole. Os demais filhos são obrigados a deixar a herdade. Raramente o pai tem recursos suficientes para comprar-lhes terras e raramente êsses filhos conseguem, por esforço próprio, tornar-se agricultores proprietários. Tôdas as terras foram apropriadas há muito tempo e a sua aquisição está acima das possibilidades econômicas da grande maioria dos agricultores. Restam três saídas ao filho excluído, pelo direito de sucessão, da herdade paterna:

1 — tornar-se arrendatário;

2 — tornar-se assalariado do irmão herdeiro ou de proprietários estranhos;

3 — abandonar o campo e procurar trabalho na cidade.

A primeira das três possibilidades exige um capital considerável; as duas outras significam proletarização. Como a organização da família-tronco se liga estreitamente à propriedade, é evidente que todos os filhos excluídos da herdade são *eo ipso* impossibilitados de fundar uma família do tipo da que provêm. Assim, parece lícito afirmar que a família-tronco representa algo parecido com um sistema fechado ao qual consegue acesso somente o número de indivíduos estritamente necessário à sua própria perpetuação. Na realidade nem isso se dá, pois industrialização e urbanização tendem a reduzir cada vez mais as áreas agrícolas e, assim, o número de lavradores-proprietários.

A rêde de relações que associa os membros da família rural germânica caracteriza-se, sobretudo, pela autoridade quase patriarcal atribuída ao chefe da família. Este, no entanto, pode fazê-la prevalacer somente com relação aos filhos. Embora em posição subordinada, a espôsa desempenha um papel ativo em quase todas as decisões importantes. O pai dispõe do futuro dos filhos escolhendo-lhes ou impondo-lhes, não raro, o próprio consorte, mas geralmente não ousa fazer isso sem consulta prévia da espôsa. Esta participa, mesmo em herdades maiores, dos trabalhos, cabendo-lhes o cuidado da casa, o tratamento dos animais de pequeno porte e, às vêzes, o cultivo das hortaliças. Nessa parte compete-lhe a direção e, com ela, tôda a responsabilidade. Vê-se que a organização interna é de molde a distribuir, com relativa equidade, direitos e deveres, serviços e compensações, pelo menos entre os cônjuges. O verdadeiro problema representam os filhos que mais cedo ou mais tarde têm que abandonar a herdade sem que o pai esteja em condições de esta-

belecê-los por fora como proprietários agrícolas, pois a base do funcionamento da família-tronco consiste na disponibilidade de terras. Se estas se tornam escassas, os próprios alicerces dêsse tipo de família estão ameaçados, porquanto as relações de reciprocidade entre pais e filhos já não podem funcionar a contento de ambas as partes. Os filhos que não herdam sentem-se explorados: embora tivessem contribuído, com o seu trabalho, para o sustento da família, esta nada ou pouco lhes pode oferecer em compensação. Essa desproporção evidente tornou-se uma fonte permanente de desequilíbrio, não somente na família germânica, mas em tôdas as sociedades rurais onde predomina a família-tronco e a industrialização está reduzindo as áreas agrícolas e valorizando as terras disponíveis.

Essas condições impedem também a formação de famílias-grandes. Frequentemente, os filhos que não compartilham da herança paterna, são obrigadas, por força de circunstâncias econômicas, a afastar-se da aldeia ou região. Assim é difícil a constituição de grandes parentelas. O círculo de parentes costuma ser restrito e a solidariedade que une os seus componentes, raramente ultrapassa os limites dos interesses intra-familiares. Acresce que o tipo compato em forma de aldeias confere uma ascendência considerável à própria comuna a qual, se não está sob o domínio de um latifundiário aristocrata (como no leste da Alemanha), controla o governo local. Nessa ação ela sofre naturalmente as limitações do poder estatal. Família, comuna e, no que diz respeito às relações secundárias, o Estado, compartilham do controle social. E' preciso dizer, no entanto, que o controle comunal supera a influência das famílias individuais, pelo menos em

tôdas as comunidades homogêneas em que não haja ingerências tradicionais de um *Junker*.

Entre as esferas controladas, mais pela comunidade do que pela família, figuram também as relações entre os sexos. E' a tradição local que determina se pode ou não haver relações sexuais pre-nupciais. Da mesma forma, ela oferece as sanções em casos de nascimentos ilegítimos, de incesto, de infidelidade conjugal e de prostituição. Não há comunidade rural ou mesmo semi-rural que tolere qualquer forma de prostituição; também a todos os casos de infidelidade aplicam-se sanções relativamente severas, mas diante de relações sexuais pre-nupciais, seguidas ou não de nascimentos ilegítimos, as atitudes variam consideravelmente. Muitas vêzes, espera-se que pelo menos a noiva seja virgem. A grinalda de mirta, na cerimônia do casamento, simboliza a castidade e o grupo a nega às noivas de reputação duvidosa. Esse regime pre-nupcial significa também para a maioria dos homens solteiros abstenção sexual. Realmente, a castidade masculina é encarada positivamente e não constitui objeto de escárneo. Todavia, há muitas comunidades, sobretudo na Alemanha meridional e ocidental, em que experiências sexuais pre-nupciais são, não somente toleradas, mas até institucionalizadas. Da existência ou inexistência de termos especiais nos dialetos pode-se concluir pela existência ou ausência dessa instituição. Geralmente, a palavra denomina as visitas que os rapazes fazem secretamente às moças solteiras. A lista seguinte dá uma idéia geral da distribuição do costume (também fora da Alemanha), assim como das variações terminológicas e dialetais:

A Aculturação dos Alemães no Brasil 425

Região ou país.

Térmo.

Suíça alemã	Kiltgehen, gassengehen
Suíça francesa	fréquentation
Tirol	fensterln
Caríntia	brenteln
Baviera	gasseln, fensterln
Suábia	fugen
Alsácia	schwammeln
Francônia	schnurren
Holanda	kortagerdjen
Inglaterra	bundle, sitting up
Suécia	ga ut pa

Também em Mecklenburgo e, provavelmente, na Frísia setentrional, existe êsse costume, embora não haja têrmos especiais. Além das palavras já indicadas, existem os substantivos *Probenacht* (noite de prova) *Komnacht* (noite de vinda), *Kiltgang* e *Gasselgang*. As *Probenächte* podem cair em qualquer dia, mas as *Komnächte* só se realizam aos domingos, dias santos ou na véspera dêsses dias.

As primeiras continuam até que ambas as partes se convenceram da recíproca aptidão física para o matrimônio ou a moça se tornou grávida. Só depois o camponês a pede em casamento e noivado e casamento seguem rapidamente. Enre os camponeses com seus costumes muito simples, é raro um rapaz abandonar uma moça grávida. *Ele tornar-se-ia infalivelmente alvo de desprêso e ódio de tôda a aldeia.* Mas é muito comum ambos desistirem das suas relações depois da primeira ou segunda noite de prova. A moça não corre o risco de adquirir má reputação, pois dentre em breve aparece outro rapaz disposto a reencetar o romance. Geralmente, o amante chega, à noite a um quarto um tanto afastado que permanece praticamente fechado

à família tôda durante o período das visitas. Usualmente êle fica até uma hora antes de despontar o dia e os pais não se intrometem.” (3)

O valor atribuído à virgindade é restrito e, como se trata de uma instituição social, a reputação das moças e os rapazes não sofre com a prática do costume em si, mas sim com a repetição *infrutífera* das noites de prova com indivíduos diversos:

“A reputação de nenhum dos dois sofre qualquer prejuízo com a separação a não ser no caso de um ou outro ter mantido, sem êxito, relações sexuais com parceiros diversos. Nessa hipótese, presume-se que haja quaisquer defeitos graves. De outro lado, em regiões onde existe o costume das noites de prova, à *moça grávida é atribuído mais valor do que àquela que tem de provar ainda a sua fertilidade.*” (4)

A instituição das “noites de prova” que remonta, provavelmente, e épocas anteriores à introdução do cristianismo, parece exercer duas funções principais: regularizar as relações sexuais entre solteiros e verificar a fertilidade da mulher. Não há dúvida de que êsse costume está desaparecendo como *instituição social* de culturas regionais da Alemanha. Contudo, a julgar pelas observações de F. C. J. Fischer, (5) publicadas poucos decênios antes de se iniciar a emigração para o Brasil, as noites de prova presumivelmente estavam intatas como instituição social, pelo menos na primeira metade do século passado. Em tempos mais recentes, o velho costume foi pouco a pouco desvirtuado pela aproximação da civilização urbana e a conseqüente desintegração da cultura rural. Freqüentemente, as comunidades perderam o contrôlle sôbre a nova geração. Os padrões urbanos penetraram na maioria das

áreas rurais e o que antigamente foi instituição, vêm a ser sintoma de desorganização social.

Na *sociedade urbana* da Alemanha a família possui, de há muito, uma estrutura nitidamente conjugal. Em outras palavras: todos os indivíduos pertencem, praticamente, a duas famílias dêsse tipo: à família de que provêm e àquela que fundaram. O homem urbano divide sua lealdade entre o grupo familiar paterno e a sua própria família. Conflitos de lealdade são geralmente decididos a favor da família própria.

Na família urbana, sobretudo das classes médias e superiores, a posição da mulher é mais elevada ainda do que na família rural. Aliás, mudanças profundas caracterizam, como se sabe, o desenvolvimento da família nos últimos cinqüenta anos, sobretudo no que concerne à posição da mulher e dos filhos. Estes possuem uma autonomia que seus próprios pais geralmente não desfrutaram. Todavia, a autoridade paterna, quando comparada com a autoridade do pai brasileiro, é grande em relação aos filhos adolescentes e bem menor com respeito às filhas menores. Em outras palavras: o tratamento dos dois sexos é, em todos os sentidos, mais homogêneo na Alemanha do que no Brasil. O status concedido à criança é mais baixo do que no Brasil. Na vida pública, a criança aparece muito pouco. Com exceção das cidades maiores, a comunidade inteira participa da educação dos menores. Qualquer adulto pode censurar uma criança que não se comporta de acôrdo com os padrões da comunidade local. Essas censuras encontram geralmente não a oposição, mas a aprovação dos pais. Há uma espécie de frente única dos adultos em geral, contra os imaturos, uma solidariedade de pais, vizinhos, professores e pessoas do mesmo status ou de nível superior, solidariedade essa

que implanta cedo uma disciplina que, a despeito de tôdas as mudanças, continua intata até aos dias de hoje.

Geralmente, os jovens são autônomos na escolha do cônjuge, embora em regra procurem chegar a um acôrdo com a família. Esta pode opor-se, mas uma vez que o filho ou a filha não mais depende economicamente dos pais, êstes pouca probabilidade têm de impôr a sua vontade. Nas classes médias e superiores, em que a dependência dos filhos é mas prolongada e a desherdação representa uma sanção temível em casos extremos, as chances dos pais de influirem sôbre a escolha do consorte do filho são maiores.

Não existe na sociedade urbana da Alemanha a instituição das “noites de prova” e o nascimento ilegítimo é considerado vergonhoso para a moça e a família tôda. Compreende-se a razão da diferença: a fertilidade da mulher tem um significado diferente para a família urbana e a prostituição oferece ao homem solteiro oportunidades sexuais. Embora tolerada, a prostituição é geralmente considerada vergonhosa. Poucos são os homens que se gabam de suas “farras” com “mulheres”. Usualmente as visitas ao bordel são silenciadas, pois o fato não contribui para melhorar a fama do indivíduo; antes se poderia dizer o contrário.

Outrora esperava-se que moço ou moça permanecessem castos até o matrimônio. A expectativa continua em forma de convenção, mas a realidade mudou. A par com o relaxamento da vigilância paterna, principalmente no que concerne às moças, experiências sexuais pre-nupciais tornaram-se corriqueiras, sobretudo nas grandes cidades. A perda da virgindade já não deprecia a moça tanto quanto antigamente. Quanto ao proletariado é lícito afirmar que ao defloramento

em si não se liga significado nenhum. Nessa classe e também nas classes médias, o concubinato se tornou freqüente.

A família teuto-brasileira — Terras virgens e abundantes permitiram que se implantasse, no Brasil meridional, a organização da família-tronco trazida pelos imigrantes de língua germânica. (6) Contrariamente ao que sucedeu no país de origem, a família-tronco encontrou, entre nós, condições de desenvolvimento favoráveis. O valor relativamente baixo das terras torna fácil aos pais estabelecerem os filhos em propriedades agrícolas. E se porventura as economias acumuladas não permitem a aquisição de lotes para todos os filhos, estes os podem comprar a crédito. Em condições normais o jovem casal está livre da dívida dentro de poucos anos. Geralmente é o filho mais novo que com sua mulher e filhos fica morando em casa dos velhos pais. (*Minorat*). Os demais abandonam a casa paterna logo depois de casados de maneira que, em determinado momento, existe invariavelmente, ao lado das famílias-tronco estabelecidas em velhas propriedades, certo número de famílias novas as quais só com o tempo adquirem a estrutura de que provêm. As famílias novas, à procura de terras baratas e virgens, estabelecem-se usualmente em zonas novas, de modo que freqüentemente há uma coincidência geográfica de zona velha e família grande, de um lado, e de zona nova e família pequena, de outro lado.

A idade do casamento é muito mais baixa do que na Alemanha. Fausel examinou, nos registos da comunidade evangélica de São Leopoldo, a idade de 1572 casais (entre 1824 e 1933). Os homens se casaram geralmente entre 22 e 27 anos, as mulheres entre 17 e

23. Todavia, entre os 1572 casos havia muitos que lhe chamaram atenção devido a pouca idade dos nubentes.

ALGUNS CASAMENTOS EVANGÉLICOS EM SÃO LEOPOLDO (7) (1824-1933)

<i>Idade do Homem</i>	<i>N.º de casos</i>	<i>Idade da mulher</i>	<i>N.º de casos</i>
17	3	12	2
18	10	14	14
19	28	15	40
20	63	16	78
21	80	17	125
22	139	18	146
23	147		
24	179		
	649		405

649 ou 41,28 por cento dos homens e 405 ou 25,72 por cento das mulheres casaram-se numa idade que, na Alemanha, seria considerada fora do comum, pelo menos entre agricultores independentes.

Wagemann verificou que no Espírito Santo o colono se casava numa idade que variava entre 24 e 26 anos, sendo a idade média de casamento para as mulheres de 20 a 22 anos. (8)

Baseado no registo civil de Ijuí (Rio Grande do Sul) Porzelt indica 23 a 24 anos para os homens e 20 a 21 anos para as mulheres, não havendo modificações no período que vai de 1914 a 1932. *Ao mesmo tempo, os cidadãos alemães residentes no município se casaram, em média, com 30 anos e as mulheres com 27 anos.* (9)

A diferença observada entre alemães e teuto-brasileiros nada têm que ver com fatores biológicos. A razão é que novos padrões se radicaram, oriundos de diferenças econômicas entre o novo e o velho meio.

“É possível casar-se cedo, pois o jovem colono pode conseguir uma posição independente devido à abundância de terras virgens. Com isso, o problema sexual perde em importância e a moralidade é maior.” (10)

“A diferença na idade de casamento entre teuto-brasileiros e alemães tem a sua causa principal em circunstâncias econômicas; mas há também uma diferença no modo de encarar a vida. O teuto-brasileiro cogita em contrair matrimônio o mais cedo possível, não conhece a fórmula “gozar a vida primeiro” e só no matrimônio êle vê uma possibilidade de entrar na sociedade dos homens. Na opinião popular, todo solteiro, mesmo quando tem trinta e mais anos é “jovem” (*jung*), ao passo que o conceito de “homem” — honra especial — se aplica só aos casados.” (11)

Essas linhas parecem indicar que o casamento conservou, como em muitas outras sociedades, o significado de um rito de iniciação. O status social do adulto, a comunidade o concede só aos casados. O desaparecimento paulatino dêsse significado do casamento na sociedade de origem explica-se, provavelmente, pelas influências crescentes da civilização urbana.

Com a redução da idade do casamento, a questão dos contatos sexuais pre-nupciais perdeu grande parte da importância que possui na Alemanha. Os padrões de comportamento que as diversas comunidades elaboraram, variam profundamente no tempo e no espaço. Presume-se que a relativa uniformidade da conduta individual se tenha estabelecido somente depois de

uma fase de desorganização aguda por choques que se produziram entre os diversos padrões regionais trazidos pelos imigrantes. Hoje existem comunidades em que relações sexuais entre solteiros são praticamente desconhecidas; de outras, no entanto, pode-se afirmar o contrário. Dos teuto-brasileiros do Espírito Santo, Wagemann diz que

“as relações pre-nupciais são provávelmente muito freqüentes. Verdade é que os nascimentos ilegítimos raramente ocorrem mais de uma ou duas vêzes ao ano, sendo que em alguns anos não se regista caso algum nas diversas comunidades; em compensação, as relações pre-nupciais *seguidas de casamento em caso de gravidez, são muito freqüentes segundo uma antiga tradição campesina.*

“Todavia, a sociedade procura estigmatizar essas relações. Assim, o estatuto da comunidade de Jequitibá pune com uma multa de 30 mil réis a noiva deshonesta que se casa com coroa dá à luz dentro de sete meses a contar do dia do casamento. Deshonesto é a noiva que silenciou as relações pre-nupciais “obtendo por astúcia”, para o casamento, o predicado honorífico de virgem. No caso de confessar a falta contra os bons costumes, ela não pode aparecer de grinalda nem o cúmplice de ramalhete, e assim como ela não é chamada virgem, êle não merece o título donzél. (*Junggesell*) (12)

De acôrdo com o que conseguimos apurar no Vale do Capivari (Santa Catarina), a comunidade local de São Bonifácio mantém costumes semelhantes até os dias atuais. Em determinado caso, um rapaz que sabia do estado de gravidez da própria irmã, denunciou-a ao vigário para evitar que ela se casasse de grinalda. A explicação de semelhante procedimento reside no fato

de que as sanções da comunidade teriam sido muito mais drásticas contra a moça e seus parentes, se ela se tivesse casado de grinalda e meses depois o nascimento prematuro de uma criança tivesse denunciado a fraude. Aliás, o fato revela claramente que é a comunidade que, como na sociedade de origem, continua prevalecendo sobre a família, o que não se pode afirmar de tôdas as zonas de colonização germânica.

Nas comunidades teuto-brasileiras puramente rurais não há prostituição. Nesse ponto, a intolerância é unânime e completa. Mesmo em muitas vilas e pequenas cidades, cuja população se compõe preponderantemente de teuto-brasileiros, não se encontram lupanares.

Casos de infidelidade conjugal são raros em comunidades rurais. "Delitos contra o matrimônio não há. Os cônjuges observam fidelidade mútua." (13) A dupla moral sexual, uma para os homens e outra para as mulheres, resíduo da cultura árabe e do regime escravocrata, procurar-se-ia em vão na zona rural homogêneamente colonizada por teutos.

O regime matrimonial é geralmente endógamo, com relação a outras etnias e, *também, comunidades teutas próximas*. Os nubentes residem, em geral, no mesmo distrito ou "capela", mas quase invariavelmente na mesma paróquia. A razão da endogamia está sobretudo no isolamento dos núcleos o qual torna raros os contatos e faz com que pessoas de outras comunidades paroquiais sejam consideradas estranhas. Embora predominem os matrimônios patrilocais, os casos de matrilocalidade não são raros o que, aliás, parece ilustrar a posição relativamente importante da mulher casada. Verdade é que ela pouco aparece na vida pública, mas nos assuntos familiares a sua influência

é considerável. As próprias condições econômicas aumentaram e valorizaram as suas funções intra-familiares encarregando-a de tarefas que a divisão de trabalho na sociedade rural alemã já especializou e alienou ao meio doméstico. Muito mais do que a família campesina da Alemanha, a família teuto-brasileira continua como grupo auto-suficiente. Daí se explica o fato de que as qualidades da mulher como dona de casa determinam, aqui mais do que na Alemanha, o sucesso econômico do grupo familiar. (14)

Em determinadas condições, de certo atípicas, as funções econômicas principais parecem ter se deslocado para o âmbito das atividades femininas. Assim, Wettstein observou que

“em Blumenau com sua produção de manteiga, as mulheres fazem o trabalho principal... Na colônia antiga, os homens são muito preguiçosos.” (15)

A posição dos filhos modificou-se um tanto em comparação à sociedade de origem. Sobretudo os rapazes desfrutaram de maior liberdade, ao passo que os padrões brasileiros que regulam a conduta da mulher solteira, em geral, não foram aceitos. A escolha do consorte, obedece, muito mais do que no país originário, à iniciativa dos próprios jovens. Raramente os pais se opõem à escolha dos filhos, mas

“o amor não ocasiona grandes perturbações. Não tem o seu fim em si mesmo, mas é considerado época de transição para um casamento breve e este significa o começo de trabalhos pesados destinados à fundação de uma nova existência.” (16)

Sobre a família de São Bonifácio (Santa Catarina), colônia teuto-brasileira fundada em 1864, homogênea e relativamente isolada até hoje acrescentamos as informações que seguem: (17)

“O rapaz que pretende casar, submete-se a certas normas gerais na escolha da noiva. Depois de combinado o casamento (não há noivado ou coisa semelhante) o que se dá, de ordinário, após um namoro de $1\frac{1}{2}$ a 2 anos, o rapaz pede o consentimento dos pais da noiva. E’ claro que primeiro deve falar com os próprios pais, embora aí não se trate de um pedido formal. Todavia, o acôrdo com os pais é importante para o noivo, pois dêles espera o auxílio indispensável para a constituição da nova família.

Também em São Bonifácio, a idade dos nubentes está bem abaixo da media observada na sociedade de origem. Ela é de 21 a 25 anos para os rapazes e de 19 a 21 anos para as moças.

Na escolha da noiva recomenda-se especialmente ao jovem que seja sòmente uma pessoa da mesma crença religiosa. Famílias abastadas desejam igualmente que a noiva do filho seja de família abastada. Num caso p. ex., as amigas disseram a uma moça em vésperas de casar que o noivo não era dos mais inteligentes, ao que ela respondeu que êle possuia dinheiro. Mas nem todos os casamentos se baseiam em mentalidade tão “materialista”. Todavia, os pobres, em geral, se associam aos pobres. Cabe ao noivo a tarefa de obter, antes do casamento, o terreno em que o casal pretende estabelecer-se. Caso os pais do noivo possuam terras em extensão suficiente, êles lhe cedem uma parte. Em compensação êle pagará mais tarde uma determinada soma com que depois se beneficiam as filhas caso as haja na família.

Naturalmente nem tòda família de colônos está em condições de fornecer a cada filho, que queira casar, o dinheiro necessário para a compra de um terreno. Atualmente as várias colônias já estão muito parceladas

e o colono que queira ter auto-suficiência econômica, deve ter pelo menos os seus 484.000 m². Não resta, por isso, ao filho outra solução senão pedir dinheiro emprestado a fim de realizar a compra de um lote. Quando destinado a êste fim, geralmente não é muito difícil obter o dinheiro, mas já mais difícil do que há uns 30 ou 40 anos.

As filhas recebem dos pais, por ocasião do casamento, um cavalo de montaria com selim, utensílios de cozinha, que se compram na venda próxima, roupa de cama completa em pano ou já confeccionada, um ferro de passar roupa, uma máquina de costura e em geral também algumas cabeças de gado, conforme as posses dos pais. Se o moço é pobre, não recebendo lote de terras de seus pais, os pais da noiva muitas vêzes pagam logo a esta o dinheiro que se calcula corresponder à futura herança da filha. Isto para que se possa pagar o terreno ou, pelo menos "dar um sinal". E se dos dois lados não existem bens de fortuna, o casal resolve às vêzes o problema estabelecendo-se em terras devolutas. Começa, em seguida, a preparação das terras. Caso os pais tenham ainda outros filhos em casa, cedem-lhe certamente um ou outro para auxiliar. Às vêzes o próprio pai auxilia o filho nesses primeiros trabalhos. Vale o mesmo para a construção da casa. Também os pais da noiva mandam às vêzes um dos filhos para auxiliar nesses trabalhos. Em fins de abril ou em maio está maduro o milho, a base da alimentação da família e mesmo do gado; é a época em que se realiza a maior parte dos casamentos.

Para realizar a festa do casamento contribuem os pais de ambos os noivos. Realizam-se as bôdas na residência, ora de uns, ora de outros, onde haja as melhores condições de espaço. Caso os noivos sejam

de localidades diferentes, festeja-se a despedida naquela da qual parte um dos noivos. Trata-se, nestes casos, de pequeno baile com banquete, festa comparável a um casamento em ponto pequeno. Envia-se convites aos que devam comparecer. Visitas de despedida fazem-se só nas casas dos parentes mais próximos e das famílias vizinhas de um e outro lado.

O jovem casal inicia, logo após o casamento, a vida regular do colono. Como é costume entre os agricultores, êles se levantam cedo e trabalham o dia todo na roça. Do trabalho a mulher participa do mesmo modo como o marido. Tanto ela como êle roçam e capinam; só a derruba da mata virgem é serviço exclusivo do homem, porque a mulher não pode fazer já por razões físicas.

O fato de uma família recém-fundada estabelecer-se na casa dos pais de um dos cônjuges, observa-se somente quando o respectivo filho era o último. Neste caso, fundem-se as duas famílias, realizando todos os trabalhos em comum. O dinheiro obtido com a venda dos produtos agrícolas, fica, na maioria dos casos, nas mãos do chefe da família mais nova, pois que lhe cabe a representação externa da propriedade. Os velhos que tenham pequenos desejos particulares, satisfazem-nos com o capital que guardaram em anos anteriores e que agora vão gastando paulatinamente. As pessoas idosas possuem geralmente as suas economias em quantia suficiente (3 a 5 contos) para êsses gastos. Em geral começam a guardar àvidamente êsse dinheiro alguns anos antes do casamento do último filho, dizendo que "não se deve tirar a roupa antes de deitar-se".

Geralmente observa-se boa inteligência entre os dois casais, principalmente enquanto são vivos ambos os velhos. Mas naturalmente também há casos em que

— sobretudo quando resta apenas um dos velhos — a permanência na família não lhes agrada mais. O velho ou a velha vai então morar na casa de um outro filho, levando consigo apenas cama, roupa e seu dinheiro. São extremamente raros os casos em que a família dos moços abandona a casa dos velhos.

Outrora era inteiramente suficiente o casamento religioso para a constituição duma família. Com a instituição do registo civil, os moradores de São Bonifácio não tardaram em cumprir as disposições legais. Todavia, o casamento civil ficava sempre subordinado ao ato religioso e para caracterizá-lo também externamente como tal, os noivos não compareciam em trajes festivos. Mais tarde, quando se instalou um cartório de paz em São Bonifácio, foram, aos poucos, combinando o ato civil com o religioso. Atribui-se, no entanto, maior valor ao casamento religioso.

Nos primeiros tempos da colônia, os filhos às vészes também aceitavam trabalho fora da propriedade da família, e isto porque assim ganhavam dinheiro, coisa rara nos tempos de então. Tanto os moços como as moças iam trabalhar em Águas-Mornas, Palhoça e Florianópolis, mas também nas proximidades da colônia. Aquí, trabalhavam nas propriedades agrícolas, e lá, na economia doméstica, comércio e indústria. Em época posterior, quando os colonos tinham firmado a sua situação, obtendo dinheiro com a venda de produtos, deixaram os filhos de trabalhar fora da propriedade paterna. Nos últimos tempos, verifica-se, porém, outra coisa. Trata-se mormente das moças que atingiram a idade de casar sem, no entanto, terem encontrado cônjuge. Essas solteiras, muitas vészes, vão trabalhar como empregadas em Florianópolis, para dessa maneira saírem da situação desagradável; não as move, porém, a intenção de iniciarem algum namoro na cidade. Em

geral tornam, porém, à casa paterna decorrido algum tempo, pois compreendem que não podem acostumar-se à vida urbana, depois de terem vivido 25 ou 27 anos em regiões rurais.

Essas solteironas permanecem de ordinário na propriedade paterna, mesmo depois que o irmão mais moço assume a direção da mesma. Vivem ali em condições bastante modestas com a diferença de plantarem também alguma coisa por conta própria, porque não possuem economias com que pagar as despesas.

Quem entra numa casa de colono, fica admirado ao ver o interior extremamente primitivo. De um modo geral, pode-se dizer que o colono passa somente a noite na morada. O dia todo é dedicado à plantação. Só aos domingos encontrámo-lo em casa quando não vai visitar algum vizinho para com êle conversar ou jogar cartas. É por isso que se dispensa pouco interesse à decoração e guarnecimento do interior, pois não haveria apreciadores. Na maioria das casas não há cadeiras, mas apenas bancos; também não há guarda-roupas, que se substituem por simples ganchos colocados, às vezes, debaixo de uma prateleira. Há mesmo quem se contente com algum cordel esticado no qual se penduram, indistintamente, quaisquer peças de vestuário. A única coisa que se encontra em quase tôdas as casas é a *Truhe*. (baú). Nele se guarda tudo que se considera objeto de valor. Uma cristaleira existe em quase tôdas as casas. A parte superior recebe objetos de vidro e louça; na parte inferior guardam-se trastes velhos.

Embora homem e mulher participem das atividades agrícolas da mesma maneira, cabe ao homem escolher os locais para roçados. É verdade que a mulher escolhe o lugar para a horta. A mulher ajuda igualmente a tratar dos animais que se encontram no faxinal,

Há, em São Bonifácio, mulheres que realizam todos os trabalhos, exceto talvez o manejo do laço.

Quando se trata de comprar ou vender algum terreno, o marido naturalmente discute o plano com a espôsa. Depois de chegarem a um acôrdo, realiza-se a transação no cartório, seguindo as determinações legais.

Também para darem o seu consentimento para o casamento do filho ou da filha, os pais naturalmente se aconselham mutuamente. Na realidade, porém, já não há muito que discutir, pois durante o tempo do namoro do jovem casal já houve oportunidade suficiente para ponderar o fato e as conseqüências eventuais.

Os velhos procuram, se possível, evitar um futuro inventário, distribuindo, muitas vêzes, seus imóveis entre os filhos logo que êstes cheguem à maioridade ou queiram casar. Nesta hipótese há, porém, a necessidade de se pagarem duas vêzes os impostos de transmissão, caso não se queira transmitir a propriedade diretamente ao cônjuge do filho. É que, segundo a lei, os filhos não podem comprar dos pais, salvo em casos especiais (consentimento escrito dos outros irmãos.)

O colono considera uma prole numerosa como riqueza pois os filhos ajudam na propriedade, como auxiliares não remunerados, até constituirem família própria. As famílias dos primeiros imigrantes tinham quase tôdas pequeno número de filhos, uns três ou quatro. Em algumas não se registou nenhum nascimento após a chegada ao Brasil. Aquêles filhos, porém, tiveram famílias numerosas, sendo poucas as que contêm menos de 8 ou 10 filhos. Outras há com 15 ou mais. Atualmente, o número dos filhos tende novamente a diminuir. As mães, sem exceção, alimentam os lactentes com o leite materno. Não observam, porém, as regras hoje em dia prescritas pelos médicos,

como desinfetar os seios, horário fixo, não amamentar durante a noite etc.

Visto que as mães ajudam constantemente no trabalho da roça não têm elas muita possibilidade de se dedicar aos filhos. Logo que um dêles esteja suficientemente crescido, deve cuidar dos irmãozinhos. Quando mais crescidos, ensinam-se-lhes, paulatinamente, todos os trabalhos domésticos e agrícolas. Não é coisa extraordinária um rapaz que saiba cozinhar, fazer pão e lavar roupa; do mesmo modo, as raparigas executam também trabalhos pesados em casa e na roça.

Logo que as crianças estejam suficientemente crescidas, são mandadas à venda não só para fazer compras, como também para vender os produtos agrícolas. Não costumam mandar as meninas sem companhia, embora esta seja representada, às vêzes, por um irmãozinho ou irmãzinha de seus dois ou três anos de idade.

Para desenvolver nos crianças o amor pelo trabalho agrícola, os pais lhes permitem que façam, aqui e acolá, alguma pequena plantação "de sua propriedade", cujos produtos negociam na venda. Os pais às vêzes acrescentam um pouco, porque sabem que o dinheiro é gasto nalguma finalidade prática. Crianças pequenas empregam-no para comprar um chapéu de palha, um par de tamancos ou um pedaço de pano para uma peça de roupa. Os rapazes mais crescidos retêm geralmente uma parte de dinheiro para gastá-lo no jôgo de cartas, na compra de cigarros etc.

Aos 15 ou 16 anos os moços e moças começam a freqüentar os bailes; é verdade que já começam a dançar antes, mas só aqui e acolá nalguma reunião de família. Nos bailes só gastam os rapazes oferecendo às moças, esporadicamente, apenas alguma bebida. Noutros tempos isso era diferente. Os rapazes compra-

vam quatro, cinco ou mais latas de sardinhas, ameixas em conserva ou coisas semelhantes existentes na venda mais próxima — e tudo era consumido pelos rapazes e moças conjuntamente. O mesmo acontecia com as bebidas. Tudo se passava numa atmosfera muito mais cordial do que hoje em dia. Nos primeiros tempos a roupa de baile era a indumentária comum dos domingos; geralmente só calça e camisa; dançavam descalços e mesmo de chapéu na cabeça. Mais tarde desapareceu o chapéu e todos dançavam calçados. Houve também muitas outras inovações nos modos de vida, pois pouco a pouco a população vai tomando hábitos e maneiras urbanos.

Assim aumentam naturalmente as despesas para o vestuário e outros requisitos da vida “civilizada”. Os pais auxiliam os rapazes e as moças neste particular, pois é o prestígio da família que está em jogo. Principalmente nos leilões realizados em bailes e festas e aos domingos diante da igreja, os rapazes chegam a pagar preços elevados por ninharias (ex. Cr. \$22.50 por uma melancia). Embora o rapaz apareça como o verdadeiro comprador, não é menos certo que os pais depois lhe fornecem dinheiro quando êle tiver gasto tudo.

Dos professores solteiros que trabalharam na localidade, um unico procurou ali arranjar uma noiva; teria conseguido o seu intento se não se tivesse retirado por outros motivos. Outros professores, em comunidades vizinhas, casaram-se com moças das respectivas localidades, mas eram sempre de famílias mediamente abastadas. Imigrantes vindos posteriormente e que se estabeleceram em São Bonifácio não gozam de muito prestígio, já pelo fato de se vangloriarem demais com a instrução escolar que tiveram na Europa, já por não perderem ocasião de cantar os louvores à terra de que

vieram. Os antigos colonos naturalmente não impedem que os seus filhos se casem com êsses ádvenas, mas do outro lado não vêem êsses casamentos com simpatia. Filhos de trabalhadores da estrada de rodagem ou de jornaleiros, tanto luso-brasileiros como teuto-brasileiros, só conseguiriam talvez arranjar cônjuge em famílias de colonos menos abastados.

Casamentos mistos são reprovados em São Bonifácio. A opinião pública condena os consórcios entre católicos e protestantes como, também, os de teutos com indivíduos de outra origem étnica. Verifica-se, geralmente, uma preferência quanto a pessoa de religião diferente sôbre as de origem étnica diversa. A razão dessa preferência talvez resida no fato de a comunidade consistir de católicos e protestantes, *todos* de origem alemã, de maneira que católicos e protestantes se conhecem mütuamente, mas indivíduos de origem lusa, italiana, polonesa etc. serem invariavelmente estranhos com que só incidentalmente se estabelecem contatos.

Relações sexuais entre solteiros são extraordinariamente raras. O símbolo da noiva virgem, por ocasião do casamento, é a grinalda de mirtas, e tôda menina se empenha por vir ao altar com êsse ornato. Havendo pessoas (mesmo parentes da noiva) que sabem que a noiva não tem direito a usar a grinalda, fazem a comunicação sem mais nem menos ao vigário que então proibe à noiva de usá-la durante a cerimônia.

Meios abortivos não são conhecidos e é certo que ninguém os emprega. Vale o mesmo com relação a meios anticoncepcionais.

Quanto à infidelidade conjugal conhecem-se apenas dois exemplos para um periodo de uns 50 anos. No primeiro dêsses casos, verificou-se o nascimento de várias crianças. A mãe destas era criada na casa do colono em aprêço. *Êste não tinha filhos com a espôsa,*

No segundo caso, tratava-se também de um matrimônio *sem filhos*; o marido deixou a esposa, abandonando a localidade em companhia de uma moça solteira. Esta era de uma família, vinda de outra localidade, de normas morais menos rijas.

Numa comunidade em que a moral sexual é regulada por princípios tão firmes, naturalmente não há prostituição.”

Ao que parece, as propriedades primitivas de São Bonifácio foram divididas entre os filhos até ficarem reduzidas ao tamanho mínimo. Começou então a aquisição ou apropriação de terras não ocupadas. A última fase contribuiu para a dispersão dos moradores. Em outras áreas de colonização teuto-brasileira, o processo foi diferente. No vale do Itajaí-Mirim (Santa Catarina), a divisão das propriedades prosseguiu até que os lotes não mais comportavam as famílias numerosas. As indústrias da cidade próxima de Brusque atraíram muitos filhos de colonos oferecendo-lhes um meio de vida. Dessa maneira evitou-se a dispersão e, como em outras zonas, famílias-grandes se constituíram. Em Blumenau Endress observou fenômenos idênticos:

“O êxodo da região de Blumenau é insignificante. A razão pode estar na sedentariedade e no apêgo ao solo que, desde o comêço, caracterizam o colono de Blumenau. (18) Nem sempre os efeitos são benéficos para a coletividade, pois em vez de se fundarem novas colônias pelos descendentes, a permanência destes na herdade paterna leva à partilha se o herdeiro não pode pagar a seus irmãos o que lhes cabe por direito.” (19)

Não só a aglomeração local de muitos parentes, mas principalmente a urbanização determinaram a constituição de sistemas familiares. A economia rural não possui estímulos suficientemente poderosos para

agregar os indivíduos dessa maneira. Mas o aparecimento de núcleos urbanos com suas possibilidades industriais, associadas freqüentemente a atividades políticas, criou condições propícias ao desenvolvimento de famílias-grandes. O modelo brasileiro agiu sobretudo através da política e arraigou-se profundamente à cultura teuto-brasileira. Wettstein já frizou, no começo d'êste século, a importância política e econômica das famílias-grandes:

“Êstes têm um papel de destaque na vida social e política de todo o Brasil e especialmente também de Blumenau com sua população prolífera. Os resultados das eleições políticas dependem do agrupamento das grandes famílias. Estas, no entanto, não se limitam, na distribuição das funções, à vida social e política tornando-se amigo ou inimigo dos recém-chegados segundo escolherem êste ou aquêle corrilho ou se atreverem a ficar donos das suas próprias decisões. As grandes famílias tencionam também estabelecer uma divisão do trabalho econômica a fim de, mediante os seus próprios corrilhos, satisfazerem o mais possível tôdas as necessidades econômicas. Aos filhos e genros confia-se a direção de novas filiais; não raro êles recebem uma formação técnica, eventualmente na Alemanha, para depois dirigirem ramos novos ou mais especializados no terreno da indústria e comércio. Todavia, como êsses sistemas familiares servem, geralmente, apenas aos interesses particulares de seu grupos vivendo e trabalhando, em luta aberta ou secreta, com outros grupos competidores, êles dificultam mais do que facilitam a integração dos interesses da coletividade.” (20)

A constituição dos grupos familiares caracteriza-se, em geral, pelos seguintes fatos:

1 — Maior coesão entre parentes descendentes e ascendentes abrangendo, pelo menos, três gerações.

Como se trata de um tipo de família urbana ou semi-urbana, êsses parentes não residem, em regra, sob o mesmo teto havendo, entre êles, uma divisão do trabalho profissional bastante pronunciada. Uma parte pertence, freqüentemente, à mesma empresa industrial ou comercial gozando, no entanto, de independência econômica.

2 — Os parentes colaterais fazem geralmente parte do sistema familiar.

3 — O mesmo vale, em regra, com relação às famílias dos diversos cônjuges não consanguíneos.

4 — Empregados, amigos e conhecidos, em grande parte econômica ou politicamente dependentes, integram o sistema.

Dado o tamanho da grande maioria das famílias teuto-brasileiras, êsses sistemas familiares atingem, não raro, a centenas de pessoas as quais costumam agir de comum acôrdo, em determinadas ocasiões. A concentração dos parentes em uma ou poucas cidades e o contrôle de postos “estratégicos” (cargos políticos, representações comerciais) nas cidades principais garante a eficiência da ação. E’ elevado o grau de coesão atingido por êsses sistemas familiares. Um caso concreto sirva de exemplo:

Na cidade de C*** o irmão da mulher de um negociante teuto-brasileiro (filho de alemães) havia sido condenado por crime de estelionato e estava cumprindo sentença na penitenciária estadual. De tempos em tempos a família tôda se movia para obter indulto. A última vez que isso se deu, a petição de indulto não sòmente levava as assinaturas dos parentes, mas o chefe da família pedia a todos os amigos e conhecidos que supunha tivessem algum prestígio, que abonassem a petição com suas assinaturas. E’ preciso acrescentar que a esposa e o irmão sentenciado eram “lusos”

cujas famílias respectivas não residiam na cidade de C*** (20-a).

O caso revela um grau de solidariedade familiar que chega a ponto de incluir um parente criminoso. Não se trata de parente descendente ou ascendente, mas colateral por parte da espôsa apenas. A iniciativa da comutação não é tomada por esta ou pela família dela, mas pelo marido e os filhos adultos. Um detalhe interessante é a "mobilização" dos amigos e conhecidos. Um passo como êste significaria, alhures, a agitação da opinião pública. De fato, a reação da opinião pública pouca importância tinha, pois o sistema familiar de que a família fazia parte, abrangia grande parte da população local. Esta jamais participaria de quaisquer sanções e a outra parte da população ou não pesava na balança do poder local, ou já consistia de famílias hostis.

Outro pormenor de importância é o fato de se tratar de uma família etnicamente mista. A espôsa e o irmão sentenciado eram "lusos" ao passo que o marido e seus parentes ascendentes, descendentes e colaterais eram teuto-brasileiros apenas parcialmente assimilados. *Todavia, a diferenciação étnica da família não prejudicava a sua coesão.*

Na sociedade de origem, a atitude típica no caso citado teria sido outra. Ao invés de proteger o parente criminoso, a família teria se afastado dêle. A própria irmã provavelmente teria sido a primeira a tomar tal atitude sobretudo se um gesto de solidariedade pudesse ter prejudicado a reputação do marido ou dos filhos. Em caso algum, o concunhado do sentenciado teria angariado assinaturas de pessoas estranhas à família, pois essa tentativa o teria lançado num ostracismo completo.

Se a constituição de sistemas familiares obedeceu, em quase todos os pormenores, ao modelo brasileiro,

a estrutura da família, no sentido restrito, pouca influência recebeu da família brasileira tradicional. Para compreender êsse fato, é preciso levar em conta, sobretudo, a rápida desintegração que caracteriza a situação atual dêsse tipo de família. À vista das tendências de emancipação da própria mulher brasileira, por exemplo, é pouco provável que a mulher alemã que desfruta, de há muito, um status intra-familiar sensivelmente "superior" ao da mulher brasileira, queira adotar a posição desta. O mesmo pode-se afirmar das filhas solteiras.

Não há dúvida de que, na sociedade urbana, a moça teuto-brasileira goza de liberdades geralmente vedadas às filhas solteiras das famílias luso-brasileiras. As mães não lhes vigiam todos os passos, e mesmo nas famílias burguesas, os passeios à noitinha, as visitas, a assistência às "domingueiras" ou bailes se toleram, freqüentemente, sem a presença das mães ou outros parentes mais velhos. O amor toma feições que se assemelham bastante às das pequenas cidades da Alemanha. Relações sexuais pré-nupciais são freqüentes. Numa das cidades do vale do Itajaí, o velho vigário católico declarou, em um sermão, que 60% das moças que contratavam casamentos na igreja paroquial, não eram mais virgens. Êstes e outros padres confirmaram, baseados em muitos anos de trabalho no confissionário, a observação anterior (21). Nos municípios de população mista, no entanto, êsse problema assume um aspecto interessante: nos núcleos de colonização italiana a situação é inteiramente diferente. No mesmo município de que o padre indicou a porcentagem de defloramentos, há uma colônia de descendentes de italianos tirolezes. Ora, o mesmo padre afirmou que nesse núcleo, relações sexuais entre noivos ou solteiros em geral eram raríssimas. Verdade é que se trata de um núcleo puramente rural, mas outros

núcleos rurais do município, situados à mesma distância da cidade e com população teuto-brasileira, não apresentam um aspecto muito diferente do da cidade quanto aos costumes sexuais, ainda segundo os depoimentos dos padres (aliás alemães). A diferença não se explica tão pouco por motivos religiosos, pois a maioria dos teuto-brasileiros do município é católica e as observações foram feitas exclusivamente entre católicos.

As relações sexuais pre-nupciais ligam-se intimamente à prostituição. É notável que a referida cidade (com 5.000 habitantes, aproximadamente) não tinha prostíbulos até 1935. O mesmo se pode afirmar de quase todos os pequenos centros urbanos teuto-brasileiros (22). Sabe-se, que nas cidadezinhas e vilas do interior brasileiro, por menores que sejam, quase nunca faltam prostíbulos. A opinião pública brasileira é tolerante nesse ponto, mas extremamente intolerante no que se refere aos menores deslises praticados por “moças de boa família”, ao passo que a opinião pública das cidadezinhas teuto-brasileiras é mais transigente nesse particular, mas de uma intolerância absoluta quanto à prostituição.

Na referida cidade de B., no vale do Itajaí, algumas mulheres abriram um lupanar e começaram a contaminar os rapazes da cidade. Não tardou, porém, a reação que sobreveio violentamente, ameaçando as prostitutas de expulsão a viva força. Desde então “a cidade está limpa” como afirmou o cidadão que relatou o sucesso (23).

Mas a opinião pública não pode impedir a prostituição difusa e incidental e esta parece difundir-se cada vez mais na classe operária.

Já aludimos às relações conjugais nas famílias rurais teuto-brasileiras. Na sociedade urbana e semi-urbana a mulher participa, com uma parcela ainda

maior de influência, das atividades do homem. Essa participação aumenta, "para cima", atingindo o seu grau máximo na alta burguesia, classe essa constituída por industriais e comerciantes enriquecidos e quase sempre descendentes em segunda, terceira ou quarta geração, de simples colonos. Aliás, é nessa classe que os homens procuram, não raro, as espôsas na Alemanha, indo para lá em "viagem de estudo" e solteiros, voltando depois de anos, noivos ou casados. E como casar, com brasileiros tem para a moça alemã um sabor exótico e lhe significa distinção social, o rapaz teuto-brasileiro procura compensar, dessa maneira, os sentimentos de inferioridade, rehabilitando-se, ante o seu eu marginal e distinguindo-se, na rusticidade do meio colonial teuto-brasileiro, pelo casamento com uma moça considerada mais culta ou mais fina do que as mocinhas da terra. As famílias dessa classe, porém, não se opõem geralmente aos casamentos mistos. Médicos, magistrados e advogados descendentes de alemães casados com mulheres de outras origens étnicas são freqüentes, mormente entre os católicos. Um horizonte cultural mais amplo, conhecimentos mais exatos da sociedade brasileira e, às vèzes, interesses econômicos, constituem um clima favorável às alianças mistas.

Quanto ao status dos filhos menores observa-se uma aproximação bem marcada aos padrões brasileiros. Embora castigos físicos sejam em geral mais comuns do que entre luso-brasileiros, a criança urbana já pode seguir muito mais os seus próprios impulsos. A família monopoliza cada vez mais a educação, restringindo ao mesmo tempo o papel educativo de escola e comunidade. Esta intervem só em casos extremos, deixando à criança uma liberdade de ação que ela jamais possui na sociedade de origem. O sintoma mais evidente dessa mudança é o papel que a criança desfruta na

vida pública. De todos os acontecimentos que ocorrem na comunidade, as crianças participam em massa: nos cinemas e prêstitos carnavalescos, nos comícios políticos e representações teatrais a criança está presente. Os salões de baile estão rodeados de bandos de crianças que, de portas e janelas, assistem a festas, banquetes, recepções, etc. permanecendo aí horas a fio. Poucos são os adultos que procuram, geralmente sem resultado, pôr fim à algazarra e às tropelias praticadas pela criançada.

A miscegenação — Entre nós mede-se, muitas vêzes, a “assimilabilidade” de um grupo étnico pelo grau de miscegenação. Quem não casa com brasileiro é geralmente considerado “inassimilável”. Com efeito, pensar assim significa atrelar o carro adiante dos bois. A organização da família e os padrões de sexualidade pertencem, com tôda certeza, às esferas íntimas de qualquer criatura humana. É improvável que a assimilação se possa iniciar justamente por esta esfera à qual tôdas as sociedades aplicam um sistema de contrôle destinado, a um tempo, a evitar desajustamentos internos e penetração externa. Tôdas as sociedades conhecidas cercam as questões ligadas à aproximação e associação dos sexos, ao matrimônio e à criação dos filhos, com cuidados inúmeros e, não raro, extraordinariamente complicados. Contatos entre grupos culturalmente diferentes precisam ser demorados e íntimos para que se chegue a uma compreensão mútua das concepções atinentes ao sexo, ao matrimônio e à família. E nem sempre a compreensão recíproca facilita a fusão. Ao contrário, as diferenças culturais verificadas podem distanciar mais ainda os grupos em contato, pois êstes percebem que a miscegenação lhes desorganizaria o setor mais resguardado da sua cultura.

Essa situação muda se alterações ocorrem em outras esferas culturais. Pois a organização da família não representa uma esfera isolada. *Não há esferas isoladas* como já tivemos ensejo de observar. A família como todos os demais fenômenos culturais podem sofrer influências e mudar sob a pressão dessas influências, em geral independentemente da vontade do grupo. Este pode até não aperceber-se logo da mudança que sucede, não raro, a despeito de todos os esforços contrários.

As mudanças a que estamos aludindo envolvem uma assimilação, pelo menos parcial, de um dos grupos ou de todos. Em outras palavras, o imigrante ou seu descendente inassimilado dificilmente procura um cônjuge nativo. A assimilação parcial ou total, no entanto, abre o caminho ao casamento inter-étnico. *Este raramente é a causa, mas muitas vezes o efeito da assimilação.* No caso de se tratar de um cônjuge *parcialmente* assimilado, o matrimônio misto sem dúvida acelera e completa a assimilação do indivíduo, diminuindo também a possibilidade de uma prole pouco assimilada. Na realidade, o papel da miscelagem se limita a isso.

Existe apenas uma exceção: é a falta de mulheres no grupo adventício. A experiência mostra que nesses casos as uniões com mulheres nativas (24) ocorrem com frequência. Todavia, passada a primeira fase de carência de mulheres, os imigrantes voltam a preferir mulheres da sua própria etnia. É o que foi observado, por exemplo, no arquipélago de Havaí, talvez o maior "laboratório" de contatos inter-raciais que existe no mundo contemporâneo (25).

No Brasil, os imigrantes traziam geralmente suas famílias de maneira que a escassez de mulheres tem sido um fenômeno relativamente raro.

Um dos poucos casos conhecidos é a colônia de Blumenau na sua primeira fase:

A Aculturação dos Alemães no Brasil 453

“Um grande obstáculo para o desenvolvimento (da colônia) foi a escassez de mulheres cujo número estava para o dos homens, na proporção de 1 para 10. Precisamente na primeira fase as mulheres teriam sido muito necessárias não só como meio de expansão da colônia, mas para ajudar o homem no comêço penoso, pois o que não significa uma mulher trabalhadora para um homem! A que ponto a falta foi sensível pode-se ver no fato de que os solteiros, lotando embarcações alugadas, iam de encontro aos anunciados navios de imigrantes para, ainda em alto mar, pedir em casamento as mulheres solteiras; estas geralmente aceitavam tais pedidos. Nessas viagens de núpcias adotavam-se processos muito conscienciosos. Pelas listas de passageiros chegadas com antecedência, os solteiros tinham conhecimento da “mercadoria” disponível e nesse conhecimento baseavam-se: tantas mulheres, tantos homens — nem mais nem menos. Homens e mulheres eram sorteados. Acontecia às vêzes que um velho sorteava uma mulher nova e vice-versa, mas isso não constituia motivo de reclamações... Sômente em caso de recusa da parte de mulheres, estas podiam ser trocadas.” (26).

Dos imigrantes que até 1899 deram entrada na colônia de Blumenau, 10.494 eram homens e 8.637 mulheres. (27)

Apesar da inferioridade numérica das mulheres alemãs, verificada na primeira fase da colônia de Blumenau, não houve, praticamente, inter-casamentos. A razão é simples. Os primeiros núcleos viviam num isolamento quase completo. Contatos com mulheres nativas eram raríssimos e não se davam em condições favoráveis a uniões matrimoniais. Outra não era a situação da grande maioria das colônias alemãs. Quase sempre foram estabelecidas em áreas deshabitadas. *A chegada do elemento nativo ligava-se, quase invariavelmente, à*

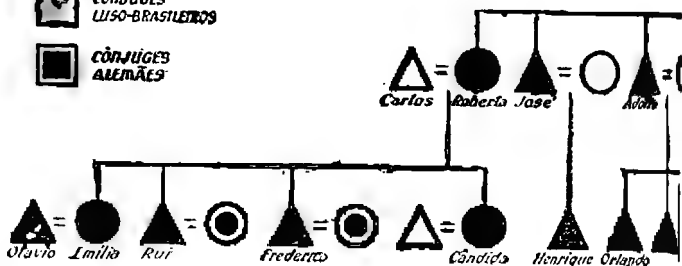
LEGENDA :

■ DESCENDENTES DIRETOS DE VICTOR LANG

□ CÔNJUGES TEUTO-BRASILEIROS

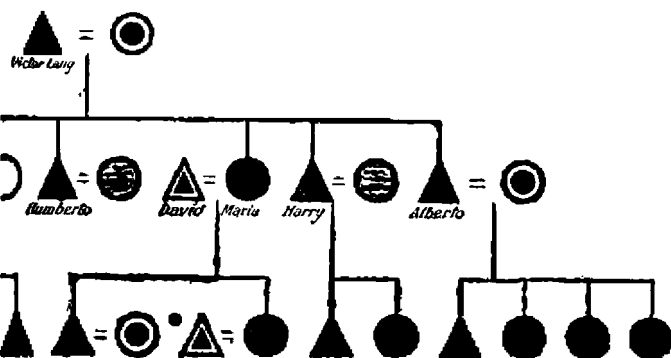
◐ CÔNJUGES LISO-BRASILEIROS

◑ CÔNJUGES ALEMÃES



VICTOR LANG, alemão de nascimento, imigrou ainda no tempo do império, fixando-se no vale do Itajaí. Pela "grande naturalização" tornou-se brasileiro. Fundou uma fábrica que se desenvolveu lentamente, em condições difíceis. A empresa tomou impulso durante a primeira guerra mundial encontrando-se, desde então, numa fase de expansão notável e ininterrupta. Casas comerciais, serrarias e um banco acrescentaram-se ao patrimônio da família que confiou os principais postos de controle a seus numerosos membros. Economicamente, a família Lang domina uma área que abrange partes de vários municípios do Estado de Santa Catarina. O genro Carlos foi prefeito municipal até 1980, tornando-se depois diretor de uma das fábricas e, mais tarde, de uma grande loja que antes fôra dirigida por Adolfo. Este desligou-se da empresa familiar e fundou uma fábrica independente. José, o mais velho dos irmãos, controla, em companhia de David (que é técnico), a fábrica principal. Humberto era acionista e juiz de Direito na comarca em que estão localizados os principais estabelecimentos da família. Harry era acionista e médico na mesma cidade. Alberto dirige outro complexo de fábricas e uma grande fazenda.

Terceira geração: Emília casou-se com um rapaz (Otávio) que foi incumbido da representação comercial &



Companhia numa das principais cidades do Brasil. Ruy, o filho mais velho de Carlos, formou-se em Direito e ingressou na Companhia, estando atualmente à frente de uma empresa bancária. Frederico tornou-se técnico numa das fábricas da família. Cândida casou-se com um dos maiores industriais do Estado. Henrique, filho de José, era estudante, em 1935, e dirige atualmente uma serraria. Os três filhos de Adolfo eram estudantes em 1935. Orlando tornou-se, entretanto, representante da Companhia do Rio de Janeiro. Os filhos de Harry são estudantes havendo pouca probabilidade de eles ingressarem na Companhia. Também os filhos de Alberto são estudantes ainda.

Não figuram no quadro os parentes mais remotos que não empregados na Companhia Victor Lang.

Todos os filhos e netos de Victor nasceram no Brasil, com exceção dos dois filhos de David. O grau de assimilação, no entanto, varia consideravelmente. O mesmo pode-se dizer da terceira geração, embora esta, de modo geral, esteja mais assimilada do que a segunda.

Na segunda geração aparecem dois cônjuges luso-brasileiros, dois alemães e três teuto-brasileiros. Na terceira geração havia, em 1933, uma cônjuge luso-brasileira, três alemães e um teuto-brasileiro.

urbanização, ocorrendo, portanto, em uma fase em que o equilíbrio dos sexos estava restabelecido e a comunidade local já se havia organizado. O isolamento geográfico das comunidades homogêneas é um fato que dificilmente pode ser superestimado, pois as condições que assim se criavam eram sempre desfavoráveis ao morador novo de outra origem étnica. Este é antes de tudo, um *estranho*, e, como tal, alvo de suspeitas e preconceitos. (Vimos que mesmo o imigrante alemão encontra resistências sérias nas comunidades teuto-brasileiras.).

Um segundo fator nitidamente contrário à miscigenação é a *diferença de classe social*. Na primeira parte deste livro verificamos que a população teuto-brasileira, à medida que se definia seu status, ia-se interpondo como *classe média* na pirâmide da sociedade brasileira. A população *cabocla* constituía os estratos inferiores e os latifundiários, a camada superior. Os latifundiários e a elite urbana desprezavam os colonos alemães porque eram trabalhadores manuais. Mas os colonos alemães desprezavam os caboclos porque, no seu modo de ver as coisas, estes eram vadios e pobres. Compreende-se que, em tais condições, casamentos “para cima” e “para baixo” estavam geralmente fora de qualquer cogitação. Foi preciso, primeiro, que uma das duas partes subisse ou descresse na escala social.

Com efeito, não poucas comunidades teuto-brasileiras empobreceram, quer por esgotamento das terras, quer pela partilha exagerada das propriedades. Afastada a diferença de nível econômico, a miscigenação tornou-se viável, como mostra a experiência, mas naturalmente só nas áreas onde existiam “lusos”.

A industrialização tem sido outro fator de miscigenação. O trabalho fabril não somente aproxima economicamente os operários de origem étnica diversa, mas cria também condições de convivência mais estreita.

Riqueza e educação aproximaram muitos teuto-brasileiros das camadas superiores da sociedade brasileira, sobretudo nas cidades maiores como Pôrto Alegre, Curitiba e São Paulo. Também nessa classe, casamentos inter-étnicos tornam-se cada vez mais frequentes. Diante do fato de se tratar de uma classe que controla a opinião pública, não admira que essas uniões, como diz um observador, “sejam julgadas de ano em ano com mais tolerância.” (27a)

Fausel verificou em São Leopoldo que casamentos mistos de teutos evangélicos se realizaram quase unicamente com luso-brasileiros e italianos. O aumento desses matrimônios era iniludível e se observava “na chamada fina sociedade e no proletariado, quer dizer, em classes que não ligam muita importância à tradição familiar e étnica do indivíduo, mas sim a questões cerimoniais e financeiras, sociais e sexuais.” (28)

Em não poucos casos, o casamento misto tornou-se um meio de ascender na escala social, pois não se deve esquecer de que a urbanização atingiu apenas a uma parte relativamente pequena da população teuto-brasileira. A homogeneidade das condições rurais não oferece muitas possibilidades de ascensão. Semelhante é a situação em inúmeros pequenos centros urbanos. Daí a frequência de uniões mistas precisamente em famílias teuto-brasileiras que chegam a desempenhar um papel de importância política ou econômica.

Diferenças de religião devem-se considerar como obstáculo muito sério à miscigenação:

“A estreita convivência dos católicos alemães com católicos de descendência não germânica tem por consequência, mormente nas zonas de línguas diferentes, casamentos mistos, e se há uma ameaça para a conservação permanente da etnia germânica, ela existe nesse ponto: Como prova sirva uma estatística de todos os ma-

trimônios contraídos, na paróquia católica de Ijuí, de 1899 a 1932. *Ao passo que casamentos mistos na paróquia evangélica alemã da mesma localidade constituem uma raridade, 53,3% de todos os casamentos dos alemães católicos do lugar são contraídos com pessoas de etnia diversa.* Outro fato notável desta estatística é que também as barreiras étnicas das outras nacionalidades se apagam em consequência dos casamentos mistos.” (29)

Diferenças de classe social que impedem casamentos entre “teutos” e “lusos”, não existem, muitas vezes, entre indivíduos de origem alemã, italiana, polonesa ou russa. Daí o fato de grande número de casamentos inter-étnicos ocorrer entre componentes dessas etnias:

Sôbre a colônia de Erechim, fundada em 1910 pelo govêrno sul-riograndense com imigrantes alemães, poloneses e italianos, ouvimos que “os matrimônios entre alemães, e italianos ou poloneses não são raros. Naturalmente êstes, dentro de pouco tempo, são perdidos para o germanismo.” (30)

Avaliações etnocêntricas de cultura levaram à formação de preconceitos baseados em representações estereotipadas “do brasileiro”. A experiência ensina que os estereótipos representam um dos obstáculos mais sérios à miscigenação. Na opinião preconcebida do teuto-brasileiro médio, que pouco ou nenhum ensejo tem de estabelecer contatos mais estreitos com “lusos”, êstes são “racialmente inferiores” quando a compleição indica a mestiçagem com africanos ou índios. “O brasileiro” é avesso ao trabalho, “a brasileira” goza de má fama como *Hausfrau* (dona de casa). Um papel importante na representação estereotipada “do brasileiro” têm as doenças venéreas. Na Alemanha liga-se um estigma social às enfermidades sexuais, sobretudo à sífilis. Essa concepção transferiu-se aos teutos-brasileiros. Os colonos riograndenses chamam a sífilis “schlechte

Krankheit”, doença má, porém má no sentido moral. Doenças que, sob o ponto de vista biológico, constituem uma ameaça muito grave e imediata para a vida do indivíduo e da família como, por exemplo, a tuberculose pulmonar, longe de inspirarem o mesmo pavor, não impedem, freqüentemente, a despeito de conselhos médicos, o casamento. Mas o sífilítico dificilmente encontra espôsa. As palavras que Vianna Moog põe na boca de “Frau Marta” exprimem exatamente o estereótipo, o estigma social da sífilis:

“Então havia de entregar a sua filha para um dêles? Para aquêle engenheiro bronzado que ninguém sabia de onde vinha? De certo havia de ser um aventureiro. Mandar um homem daqueles construir a hidráulica. Boa coisa sairia dali! E ainda por cima o diabo de mestiço tomava banho no rio. Ah! daquela água é que ela não ia beber. Da água em que êle se banhava. Viria cheia de sífilis. Frau Marta nem mesmo em pensamento usava a palavra sífilis, substituía-a por — *das grosse S* — o grande mal. No Brasil eram todos doentes.” (31)

“Há, no entanto, pelo mesmo um preconceito favorável à miscegenação dos imigrantes alemães que pertencem à parte mais sofisticada” da população. É o “preconceito de que a mulher européia não pode viver bem nos trópicos e que a conservação da sua saúde física é pelo menos duvidosa. Também a gravidez e o parto excederiam as suas fôrças e, em qualquer hipótese, as crianças não poderiam ser criadas. Essas noções levam a matrimônios mistos: encontrei-os na Ásia oriental, sobretudo com mulheres russas e japonesas e quero pôr em relêvo, aqui, a situação nas Índias Holandesas. Na América do Sul há relações matrimoniais com os habitantes do país respectivo os quais são, em grau maior

ou menor, mestiços. No começo da era colonial alemã, a administração encarava favoravelmente os matrimônios de seus funcionários com mulheres nativas das ilhas do Mar Austral." (32)

ANEXOS.

Extrato do Registro de Casamentos da Paróquia Católica de Ijuí.
De 1899 a 1932 (de acordo com Porzelt).

Homem Mulher	Alemão alemã	Alemão italiana	Italiano alemã	Alemã brasi- leira	Brasi- leiro alemã	Polonês alemã	Alemão polo- nesa	Sírio alemã	Total casam. mistos
Ano									
1899	2	1	1		1	3	2	1	9
1900	3			2			1		3
1901	2						3		3
1902	2		1			1	3		5
1903	4								0
1904	3				1	1			2
1905	1			3	1		3		6
1906	5		1				1		2
1907	2								0
1908	9		3						3
1909	2	1				1			2
1910	3		1				1		2
1911	3	2	3		2				7
1912	6		4	1					5
1913	5	1	1			1			3
1914	7	1	1				1		3
1915	5	1			1				2
1916	6								0
1917	4		1		2				3
1918	8	3	2		1				6
1919	8		3		3				6
1920	5	1	2	3	1	1	2		10
1921	1	1							1
1922	8	3	4	1	3	1	3		15
1923	4		5	2	1	2	1		11
1924	7		3			1			4
1925	5	2	3	1	1	1			8
1926	13		2		1				3
1927	8	4	6	3					13
1928	4	2	1	2		1	1		7
1929	7	3	7	2	3	1	1		17
1930	5	1	3	4	4	2		1	15
1931	4	1	2	2	2				7
1932	8	1	2	3	2	1	1		10
Total	159	29	62	28	30	18	24	2	193

(As designações alemão, italiano, polonês etc. referem-se à etnia e não à nacionalidade. Realmente, quasi todos são brasileiros de várias gerações).

OUTROS CASAMENTOS REALIZADOS NO MESMO PERÍODO
NO MUNICÍPIO DE IJUÍ.

Entre brasileiros	471
Entre italianos	469
Entre poloneses	658
Entre espanhóis	9
Entre sírios	2
Brasileiros com italianos	103
Italianos com poloneses	34
Poloneses com brasileiros	26
Franceses com brasileiros	2
Sírios com italianos	1
Espanhóis com brasileiros	1
Sírios com russos	1
Espanhóis com italianos	1

NOTAS

(1) Com isso não queremos afirmar que não haja, também no Brasil, diferenças na organização da família resultantes de uma crescente diferenciação econômica e profissional.

(2) O fenômeno em aprêço existe em muitas culturas diversas, sobretudo primitivas. Os japoneses o chamam *mikka kasei* (casamento de três dias) e certos índios peruanos *sirvinacuí* ou *tinkunakuspa*. (Veja Roberto MacLean y Estenos "Matrimônio a prova entre os índios peruanos". *Sociologia* Vol. III, N.º 4, outubro de 1941).

(3) Ferdinand Frhr. v. Reitzenstein, Artigo "Liebesleben", em *Handwörterbuch der Sexualwissenschaft*, Editado por Max Marcuse, (Bonn, 1923), p. 304. O grifo é nosso.

(4) Max Marcuse, Artigo "Kommnächte, Probenächte, Zeitehe", em *Handwörterbuch der Sexualwissenschaft*, op. cit., pp. 278. O grifo é nosso.

(5) F. C. J. Fischer, *Die Probenächte der deutschen Bauernmädchen*, (Berlin e Leipzig, 1780).

(6) O caso dos poloneses, italianos e russos não é diferente.

(7) Erich Fausel, "São Leopoldo", *Volksforschung*, Ano 1939, Vol. 3, Fasc. 4, p. 265.

(8) E. Wagemann, op. cit., p. 117.

(9) Hans Porzelt, op. cit., p. 238.

(10) Wettstein, op. cit., p. 238.

(11) H. Porzelt, op. cit., p. 82.

- (12) E. Wagemann, op. cit., p. 117.
- (13) H. Porzelt, op. cit., p. 82.
- (14) Veja *Der deutsche Auswanderer*, julho-agosto de 1938, p. 123, (notícia).
- (15) Wettstein, op. cit., p. 214.
- (16) H. Porzelt, op. cit., p. 81.
- (17) Obtidas graças à gentileza do Sr. Francisco Schaden, morador em São Bonifácio.
- (18) A colônia de Blumenau desenvolveu-se completamente isolada das demais áreas de colonização germânica. Esse fato, e, talvez, a orientação pessoal que Hermann Blumenau deu a sua obra, explicam o desvio do padrão de semi-nomadismo de outras zonas.
- (19) S. Endress, op. cit., p. 81.
- (20) Wettstein, op. cit., p. 255.
- (20a) Observação pessoal do autor.
- (21) Comunicação pessoal feita ao autor.
- (22) Nas cidades médias e grandes, a situação é diferente.
- (23) Comunicação pessoal feita ao autor.
- (24) No caso de migrações, as uniões ocorrem geralmente entre homens ádvenas e mulheres nativas. O contrário é raro.
- (25) Veja, por exemplo, Romanzo Adams, *Interracial Mariage in Hawaii*, (New York, 1937).
- (26) José Deeke, op. cit., Vol. I, pp. 63, 64.
- (27) Robert Gernhard, op. cit., p. 284.
- (27a) Johannes Kretzen, op. cit., p. 134
- (28) Erich Fausel, op. cit., p. 261.
- (29) H. Porzelt, op. cit., p. 95.
- (30) *Der deutsche Auswanderer*, agosto de 1930, p. 151.
- (31) Vianna Moog, *Um rio imita o Reno*, (Porto Alegre, 1939), pp. 117, 118.
- (32) Cti. apud Hans Joachim Beyer, "Zur Frage der Umvolkung", *Auslanddeutsche Volksforschung*, Vol. I, Fac. 4.

CAPÍTULO XIV

A RELIGIÃO

O background religioso — A bipartição religiosa dos povos de língua alemã representa, talvez, o fato mais importante da diferenciação cultural interna a que já aludimos em capítulos anteriores. O credo religioso determina, dentro da própria sociedade alemã, concepções filosóficas, padrões de comportamento e atitudes, associando, de maneira diversa, outros complexos culturais à religião propriamente dita. Protestantes e católicos alemães nunca têm a mesma hierarquia de valores, nunca encaram, por exemplo, o Estado da mesma maneira, nunca exercem suas profissões ou atividades econômicas obedecendo exatamente aos mesmos estímulos. Dificilmente se encontraria uma esfera cultural em que não se pudessem observar atitudes diferentes ou mesmo divergentes. A aproximação cultural das duas partes da sociedade germânica, no último meio século, não se fez às expensas de um dos dois credos, mas de ambos. Com a industrialização e urbanização, os contatos entre as duas religiões multiplicaram-se, mas, simultaneamente, a indiferença religiosa foi aumentando afetando tôdas as classes sociais, sobretudo o proletariado urbano.

A bipartição religiosa — linha de demarcação cultural — não podia deixar de criar condições de aculturação diferentes para protestantes e católicos, uma receptividade para valores culturais estranhos que havia de variar com o credo do emigrante e a afinidade religio-

sa do meio acolhedor. No caso do Brasil, o alemão protestante não sômente entrou em contato com uma cultura católica, mas, vindo de uma sociedade em que Estado e Igreja Evangélica estavam intimamente associados, êle passou a viver em um meio onde o catolicismo era a religião oficial. Se essa inversão em si já era dolorosa para a suscetibilidade dos crentes habituados à união de trono e altar, muito mais o era pelas suas conseqüências que se relacionavam diretamente à conquista de um *status* na sociedade adotiva.

O status do heterodoxo no Brasil — A união entre Estado e Igreja Católica e a legislação daí proveniente colocavam os matrimônios protestantes fora da lei. Um relatório de 184, do ministro Joaquim Marcelino de Brito, caracterizou a situação com estas palavras:

“Observa porém o Presidente da Província que a falta de leis ordinárias que regulem e tornem efetivo o preceito constitucional que consagra a tolerância religiosa, gera alguns embaraços de que se ressentem a colônia e são sem dúvida graves os que se manifestam por ocasião das alianças de famílias, ou sejam protestantes ambos os cônjuges, ou prefira um aquela religião e outro a católica apostólica romana, pois as leis em vigor no contrato de matrimônio só tiveram em vista os católicos romanos. É igualmente sensível nos óbitos e nascimentos a falência de medidas administrativas visto que os católicos têm os seus registros legais encarregados aos respectivos párcos, o que falta, aos protestantes que nem batizam os seus filhos em paróquias constituídas nem sempre enterram os seus cadáveres em cemitérios a cargo de curas.”(1)

De 1885 em diante, os protestantes se empenharam em obter uma alteração das leis e, embora tivessem numerosos parlamentares a seu favor, nada conseguiram

até o advento da república. Num projeto de 1858, do ministro da Justiça, encontramos esta frase:

“Todavia, qual será o homem honrado que não hesitará em vir para o império, se não tiver a certeza de nele ver reconhecida a legitimidade de seus filhos, se nele vir considerada como um concubinato a união que contraiu, se os filhos são ilegítimos e portanto incapazes de lhe suceder?” (2)

A oposição contra o credo evangélico era tão pronunciado que, ainda em 1887, o chefe de polícia da província do Rio Grande do Sul mandou fechar a igreja protestante de Santa Maria porque ela tinha, contra o dispositivo da Constituição de 1824 (artigo 5.º) uma torre. É obvio que essa atitude oposicionista, inalterada desde 1824 quando começou a imigração alemã, até 1889, se fixou na memória coletiva das comunidades evangélicas, contribuindo indubitavelmente para a sua segregação social. Em numerosas publicações de fonte luterana, os primeiros cinqüenta anos de vida religiosa no Brasil são descritos como período de atribulações e sofrimentos.

Verdade é que, raramente, se insistiu no cumprimento dos dispositivos legais anti-protestantes atenuando assim um choque cultural que, de outra maneira, haveria assumido proporções muito mais sérias.

Carl Seidler caracterizou a situação nos primeiros anos de colonização alemã em São Leopoldo como segue: “Como por um artigo especial da Constituição deve reinar inteira liberdade de religião no Brasil, se bem que a católica romana seja a predominante, os protestantes praticam sem estorva seu culto religioso numa igreja construída pelo govêrno, e tem seu pastor próprio ao qual o govêrno paga o ordenado anual de 400 piastras espanholas.” (3)

Também em Petrópolis (Estado do Rio) os preceitos legais contrários aos protestantes não foram obedecidos. Quando, por exemplo, o núncio apostólico exigia do delegado de Petrópolis a remoção dos ornamentos exteriores da igreja protestante, proibidos por lei, êle foi mal sucedido. Não se cedeu à queixa embora o delicto houvesse sido perpetrado. (4)

Com êsses fatos contrastam as atitudes de certas autoridades locais como as de Três Torres.

Nessa última localidade, relata Carl Seidler, "...os melhores lotes, os mais férteis, de início foram dados aos colonos católicos, e os piores quase incultiváveis, aos protestantes; a consequência natural de semelhante falta de equidade foi uma cisão entre as duas partes, causa de não raros conflitos sangrentos, até mesmo dos mais bárbaros morticínios. Tôdas as queixas dos protestantes, todos os seus pedidos para repartição equitativa das terras ou para designação de outras, de que deveras não havia falta, ficavam não obstante sem a menor consideração ou eram indeferidas em poucas palavras ásperas." (5)

A desorganização religiosa — O que distingue, nas primeiras décadas de colonização, a situação dos imigrantes evangélicos da dos católicos, é a sua atomização em inúmeras pequenas comunidades entregues a si mesmas, sem ministros ordenados e, principalmente, sem articulação hierárquica com uma organização eclesiástica mais ampla. A Igreja Evangélica Alemã do Brasil foi fundada somente em 1886, abrangendo então 48 comunidades com 17 párcos. O Sínodo Evangélico Luterano do Brasil (Sínodo de Missouri) formou-se em 1904 com 10 comunidades e 14 pastores. O interregno eclesiástico compreende, portanto, mais de meio século, produzindo inúmeros fenômenos de desorganiza-

ção. Para apreciar-lhes a importância convem insistir sobre dois fatos:

1 — Os imigrantes trouxeram, sólidamente enraizadas na sua cultura, experiências religiosas milenares. Sendo camponeses na maioria, as práticas religiosas representavam-lhes técnicas essenciais de lidar com forças sobrenaturais, incontrolláveis de outra maneira.

2 — As experiências religiosas vinham sendo guiadas, desde tempos imemoriais, por sacerdotes os quais derivavam sua autoridade de sistemas eclesiásticos sólidamente constituídos. A autoridade das igrejas era incontestada, pelo menos nas zonas rurais da Alemanha, protestantes ou católicas.

À vista das experiências do passado, a reorganização da vida religiosa, sobretudo dos protestantes, encontrava dificuldades muito sérias, pois

“as igrejas pátrias não se incomodaram, durante décadas, com a sorte de seus membros emigrados. À medida que o número dos protestantes alemães no Brasil crescia, a falta de direção espiritual de pastores e professores ia-se tornando cada vez mais sensível. Eles ficaram entregues a si mesmos.” (6)

Indivíduos sem formação teológica eram eleitos “párocos” pelas comunidades:

“Este é um mestre-escola escorraçado, mal afamado como bebedor e jogador; aquêlé é um sargento desertor do exército prussiano, sem rival em matéria de bebedeiras; o terceiro é um taverneiro de Pôrto Alegre que faliu diversas vezes e se tornou pastor por não achar outros meios de subsistência. O quarto é um sujeito de péssima reputação que não sabia ler nem escrever; um outro que não era dos piores, fora laçoi de um conde, um outro ajudante de agrimensor, e havia um que tinha sido alfaiate. No Rio Grande do Sul

existiam talvez 40 “pastores” todos ex-escreventes, ex-garçons ou ex-oficiais.” (7)

Nessas condições, a transmissão de conhecimentos religiosos sofreu geralmente um hiato bastante acentuado. Diminuía o número de indivíduos conhecedores da doutrina “pura”. Ao mesmo tempo, o prestígio dos ministros esvaecia-se rapidamente. Para muitos teuto-brasileiros, o status de pastor e professor chegou a ser considerado o mais baixo na sociedade local, avaliação essa que se tornava patente na remuneração. Parece que em caso algum a inversão de valores em confronto com o país de origem poderia ser mais drástica.

À instabilidade dos ministros associavam-se dissídios religiosos, conflitos entre ministros e comunidades e entre os próprio “pastores” que formavam adeptos e encabeçavam “partidos”.

Entre os protestantes de Curitiba, pouco depois de 1866, a comunidade evangélica se desintegrou. (8) Cêrca de 30 anos depois, a comunidade dividiu-se novamente. Estabeleceu-se uma segunda organização. (9)

A comunidade de Conventos (Alto Taquarí) teve, entre 1887 e 1931, nove pastores. Conflitos graves caracterizam essa fase tôda. Igreja e escola permaneceram, durante 20 anos, nas mãos dos “apóstatas”, até que foram readquiridas a pêso de ouro. (10)

A comunidade sinodial de Estrêla (Alto Taquarí) “consumiu” oito párocos, entre 1908 e 1928. Um conflito sôbre a escolha do local em que havia de ser erigida a igreja, durou seis anos. (11)

Também entre os teuto-brasileiros do Espírito Santo conflitos religiosos envolveram quatro seitas protestantes. Os primeiros dois párocos “unidos” de Santa

Izabel teriam sido envenenados devido às inimizades que criaram na população local. (12)

Entre os protestantes alemães de São Paulo, existiam, há poucos anos, além da Igreja Evangélica e do Sínodo de Missouri, dez seitas diversas. (13)

Um almanaque religioso de 1922 informa sobre conflitos religiosos em Santa Clara (Rio Grande do Sul) entre adeptos do Sínodo Riograndense e os do Sínodo de Missouri. Os últimos, chefiados pelo professor, "ocuparam" a igreja que foi incendiada. (14)

Ainda em 1926 ouvimos que muitos ministros protestantes ganhavam menos do que \$200.00 por mês. (15)

Dissídios em comunidades evangélicas eram geralmente aproveitados pelo Sínodo de Missouri cujos ministros vinham freqüentemente a convite dos próprios colonos. Assim em São Miguel dos Dois Irmãos, em Arroio do Meio, em Conventos e em Rolante (Santa Catarina.) (16)

Lageado (Rio Grande do Sul) teve oito pastores, entre 1897 e 1925, Linha Nova cinco, em vinte anos (1908-1927). (17) Ambas as comunidades pertencem à Igreja Evangélica.

Também Jacuí mudou freqüentemente de pároco protestante. De 1916 a 1919 um quitandeiro era ministro. Quando depois foi eleito um pastor ordenado, o quitandeiro "conservou uma parte da freguesia até 1924 porque era mais barato." (18) O ministro regular encontrava dificuldades muito sérias porque o pároco de uma comunidade vizinha era comunista. A fábrica da igreja assinava dez exemplares da *Bandeira Vermelha* (de Berlim) e vinte exemplares de um órgão anarquista de Pôrto Alegre. (19)

A situação religiosa de Petrópolis caracterizava-se por conflitos quase permanentes entre os pastores e a comunidade. Em 1871, esta se sujeitou ao arbítrio do Conselho Evangélico Superior de Berlim. (20)

Do relatório de um “pastor da mata virgem” aprendemos que, à sua chegada, existiam três “partidos”: um partido da ordem que o apoiava, um outro encabeçado por um “pastor”, ex-oficial e membro da alta aristocracia prussiana que se havia casado com a filha de um trabalhador polonês. A mulher o sustentava quando a paróquia não “dava” bastante. O terceiro partido tinha como cabeça espiritual um “bispo” que exercia a profissão de vendeiro. (21)

A instabilidade dos ministros protestantes é ilustrada por uma notícia publicada em 1928, segundo a qual a metade dos párocos do Sínodo Riograndense se compunha de indivíduos que há menos de quatro anos estavam a serviço dessa igreja. Daqueles que dez anos antes já trabalharam no Sínodo só poucos continuavam. Esse fato foi caracterizado como “instabilidade pessoal sem precedentes na história da Igreja.” (22)

O desnivelamento religioso, isto é, a perda de elementos da cultura religiosa, foi bastante acentuado, sobretudo em comunidades antigas e isoladas.

Em Guaraní (Município de São Luiz Gonzaga), quatro igrejas e seitas religiosas travaram luta. Os batistas dividiram-se em “Fumbaptisten” (batistas do fumo) e “Batatenbaptisten” (batistas de batatas). Os primeiros consideravam permitido o cultivo do fumo, os segundos acreditavam na sua imoralidade. (23)

A situação em algumas comunidades antigas no sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi descrita, em 1937, como “deprimente”. Entre os descendentes de imigrantes pomeranos havia pastores e professores quase analfabetos que apenas sabiam soletrar textos impressos. (24)

A colônia de São Vicente, no Rio Grande do Sul, foi fundada em 1855 por imigrantes católicos e protes

tantes. Em 1893 constituiu-se uma associação escolar interreligiosa. Como não havia pastores, foi-se formando, aos poucos, uma espécie de sincretismo religioso. Os serviços religiosos eram freqüentados pelos adeptos de ambas as religiões e casamentos mistos se tornaram freqüentes. Em 1902 chamou-se um pastor do Sínodo de Missouri porque outros não vinham mais. A consequência foi a dissolução da associação escolar e a constituição de u'a comunidade evangélica. Mesmo assim os católicos continuavam freqüentando o culto evangélico. Quando insistiam em receber os sacramentos, o pastor exigiu conversão. A reação foi violenta e os colonos, que se julgavam ofendidos, perguntaram ao ministro protestante: "Acaso somos cães?" (25)

O movimento dos *Muckers* no Rio Grande do Sul. Koseritz tentou explicar pela "falta de um bom ensino primário nas colônias" e pela "estultificação sistemática dos colonos através de superstições e crenças em milagres de sacerdotes fanáticos de ambas as religiões." (26)

O jesuita Ambrósio Schupp, confirmando até certo ponto, as observações de Koseritz, atribui o movimento à inexistência de teólogos formados entre os protestantes e à instrução religiosa deficiente da população. (27) A personalidade mais forte e feroz do movimento teria sido um certo Robinson. Este "nascera no Brasil; escola nunca havia freqüentado." (28)

Também na colônia de Blumenau surgiu um movimento de "fanatismo" religioso, muito menos conhecido do que os *Muckers* ao qual não atingiu, nem de longe, em intensidade e gravidade de consequências.

"No terreno religioso ocorreu, em 1897, um surto bastante pronunciado da seita dos anabatistas. O livro "Luz e Trevas" havia sido divulgado profusamente entre a população e depois de os cristãos mais impres-

sionáveis se haverem quebrado' a cabeça sôbre os terríveis juízos que o texto e as estampas do livro continham, o anabatista norte-americano Bachmann surgiu no cenário como profeta-intérprete reunindo de fato grandes comunidades.

Como estamos na terra da liberdade religiosa, isso não teria provocado escândalo, mas as comunidades que se sentiam mais fortes, tornaram-se logo insolentes querendo converter, a fôrça e por meio de chicanas, os "infieis" como chamavam os adeptos de outras crenças. Esse procedimento suscitou conflitos sérios e induziu as autoridades a intervirem. Todavia, o resultado foi quase nulo pois os anabatistas quando citados em juízo, entraram em grupos na cidade entoando hinos religiosos e responderam a tôdas as interrogações que lhes fizeram, com versos bíblicos e as autoridades não sabiam o que fazer com êles. De qualquer forma, êles se tornaram mais prudentes adotando formas de conversão mais moderadas." (29)

"Entre os protestantes mais do que entre os teuto-brasileiros católicos, a dispersão dos jovens colonos é freqüentemente indicada como uma das causas que levariam à "perda de religião".

A Igreja Católica, observou em 1922 um pastor protestante, reconheceu em tempo o problema da escassez de terra. Seus sacerdotes acompanharam os jovens colonos ou até lhes abriram caminho. Os protestantes, no entanto, ao comprarem terras para seus filhos, não ligavam à religião e nacionalidade. O pastor não era consultado porque desconfiava-se de que êle recebesse comissão de empresas de colonização. O colono era incapaz de acreditar em altruísmo. (30)

O mesmo tema foi abordado no Congresso Sinodal de 1921. Nas publicações encontra-se, por exemplo,

uma referência à escassez de terras que levaria à “dispersão” dos colonos evangélicos. Estes perderiam, por isso mesmo, “religião e consciência étnica” (*Volks-tum*) (31)

Também as comunidades urbanas sofreram os efeitos da desorganização religiosa. As observações que fazemos seguir, referem-se exclusivamente aos alemães protestantes.

“No Rio de Janeiro havia, desde o começo do século 19, antagonismo entre os ricos e agnósticos comerciantes, membros do clube Germânia, e os simples e religiosos artífices alemães. O segundo pastor, chegado em 1843, desagradou à comunidade devido a sua ortodoxia demasiadamente conservadora.” (32)

Em 1847, a falta de interêsse religioso chegou a ponto de não ter sido possível realizar as eleições para a direção da comunidade.

Em 1862, o novo ministro Billroth, devido a sua “obstinação ortodoxa”, entrou em conflito com os “alemães cultos”. Billroth manifestou o seu pavor diante dos concubinatos e “casos de incesto”, censurando também as “irregularidades que se verificaram por ocasião de batizados e confirmações, as brutalidades e insolências observadas em proclamas e casamentos.” (33) Billroth continua dizendo que “o desenfreamento e insolência de alguns, a vileza de muitos e a deshonestidade de todos se tornaram patentes.” “Pessoas decentes e dignas não podiam freqüentar o clube Germânia.” (34)

A oposição contra o pastor Billroth levou à separação do Conselho Eclesiástico da Prússia. (35) O sucessor de Billroth se tornou querido, mas a igreja estava sempre vazia porque os alemães do Rio de Ja-

neiro se habituaram a “orientar a sua vida por pontos de vista práticos.” (36)

A comunidade evangélica alemã de São Paulo foi fundada em 1871. Em 1905 havia de três a quatro mil alemães evangélicos, mas a comunidade não contava mais do que 61 membros. Em 1908, o número de membros subiu a 200, dos quais apenas 80 assistiam aos serviços religiosos. (37) Vinte e dois anos depois havia 20.000 alemães evangélicos em São Paulo, mas só 800 eram membros contribuintes da Igreja. (38)

O mesmo observador reproduz a opinião de muita gente de que os alemães não vivem em São Paulo para fazer parte de uma comunidade religiosa, mas para ganhar dinheiro. (39) Em 1934 se comemorou, pela primeira vez, o dia 1 de maio. 24.000 alemães assistiram aos festejos, mas o culto religioso não se realizou por falta de assistência. (40)

Dois detalhes mencionados por Begrich são particularmente interessantes: a adoção, pelos protestantes, do costume católico de levar fôlhas de palmeira à igreja, no domingo dos Ramos e o esquecimento gradativo de cânticos religiosos que, na Alemanha, constituem uma parte essencial do culto religioso. (41)

É certo que a desorganização não poupou a *Igreja Católica*. Muitas comunidades ficaram anos e anos sem sacerdotes e as condições de transmissão religiosa tornaram-se precárias. As paróquias abrangiam, como ainda abrangem, geralmente áreas enormes. A rarefação demográfica impunha, desde o começo, um tipo de organização segundo o qual uma paróquia compreendia, além da sede, um número variável de capelas, algumas às vészes tão distantes que não podiam ser visitadas mais de duas ou três vészes ao ano. Esse sistema, que também predomina entre os protestantes, tem efei-

tos particularmente incisivos sôbre os católicos cujas práticas religiosas dependem muito mais do papel intermediário que entre êles desempenha o sacerdote.

Todavia, a impossibilidade de obter, aos domingos, um padre que rezasse a missa, estimulou em inúmeras capelas a realização de serviços "leigos" os quais consistem em orações e cânticos coletivos dirigidos pelo professor ou qualquer indivíduo bastante instruído para exercer essa função.

A escassez de sacerdotes associada à dispersão dos colonos, afrouxou a tradicional disciplina eclesiástica, sobretudo nas capelas. Conflitos entre padres e comunidades não são raros. Surgem, por exemplo, divergências sôbre o local em que deve ser erigida a igreja. A autoridade do padre às vêzes não é suficiente para decidir a escolha e cada "partido constrói a sua igreja."

De outro lado, as sanções infligidas pelo padre a comunidades recalcitrantes são muito mais eficazes do que entre os protestantes. Êstes podem "dispensar" o pastor e eleger um leigo qualquer que queira desempenhar o papel de pároco. O mesmo processo é impossível entre os católicos que dependem, na realização de todos os atos essenciais da vida religiosa, da presença de um sacerdote. Pode-se afirmar, portanto, que a própria estrutura doutrinária do catolicismo contribuiu para evitar formas de desorganização religiosa que entre os protestantes se tornaram corriqueiras.

Acresce que os católicos não foram "esquecidos" pela sua Igreja. Ao contrário, os imigrantes católicos integraram-se imediatamente no sistema eclesiástico existente no Brasil cuja hierarquia era naturalmente a mesma do país de origem. O padre era sempre representante dêsse sistema que o apoiava e amparava

contra comunidades rebeldes. Nunca o prestígio do padre católico, foi diminuído como foi o do ministro protestante.

A organização da vida religiosa — A prova mais eloqüente pelo que acabamos de expôr está na existência de inúmeras comunidades “livres” de protestantes teuto-brasileiros que em 1923 abrangiam 20.000 membros. (42) Essas comunidades livres que não se associavam a nenhuma das igrejas protestantes, podem ser consideradas “resíduos dos primeiros tempos de carência de pastores.” (43) Entre os católicos não há resíduos, embora o desnivelamento e a indiferença religiosa sejam, entre êles, fenômenos relativamente freqüentes.

Um exemplo de perda cultural, representa, como entre os protestantes, o desaparecimento parcial do canto coletivo durante a missa, traço êsse que caracteriza o catolicismo alemão, nas cidades e no campo. De outro lado, cânticos religiosos alemães, traduzidos para o português, difundiram-se no meio brasileiro. (44)

A organização dos teuto-brasileiros *protestantes* é representada por três instituições principais. A maior é a “Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul” (ou Sínodo Riograndense) com 173.000 fiéis, aproximadamente. Desde 1903, essa igreja faz parte da Igreja Territorial Prussiana. (45) § 2 dos estatutos estipula:

“O Sínodo adota, baseado na Sagrada Escritura, os símbolos da reforma de Martim Lutero, mormente a Confissão de Augsburgo e o Pequeno Catecismo de Lutero. Êle se une, quanto à organização dos officios religiosos, à disciplina eclesiástica, com a Igreja Evangélica Alemã.” (46)

Além do Sínodo Riograndense existem duas grandes organizações eclesiásticas de protestantes teuto-brasileiros. São elas o "Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados", com 37.760 adeptos (47) e o "Sínodo das Comunidades Evangélicas Alemãs do Brasil Central", com 31.340 membros, em 1927. (48) O primeiro ligou-se, há poucos anos, à Igreja Evangélica Alemã, o segundo parece ter conservado a independência. A posição do Sínodo Evangélico-Luterano de Missouri, Oio e outros Estados com 15.000 membros aproximadamente, é um tanto diferente como veremos mais adiante.

A organização interna das comunidades conservou certos elementos do país de origem, embora o status do pastor e a disciplina dos fiéis apresentem diferenças incisivas. Em Joinville observou-se, por exemplo, a existência de um diretório eclesiástico elegível pelos homens da comunidade. Além disso costumava-se arrecadar a *Kirchensteuer* (impôsto eclesiástico) cujos fundos servem, na Alemanha, para a remuneração dos ministros das diversas religiões. (49)

O passado cultural dos teuto-russos menonitas era sobremaneira propício à combinação de traços religiosos e econômicos na organização das comunidades. Desde o princípio estas desempenharam, também, a função de cooperativas. Daí o surto que tomaram e que as distinguiu de não poucas comunidades evangélicas. (50)

Nas comunidades evangélicas, somente os homens podem ser membros, fato êsse que reflete a posição social da mulher na Alemanha rural. No Sínodo de Missouri, também as mulheres, equiparadas aos homens,

POPULAÇÃO TEUTO-BRASILEIRA NO RIO GRANDE DO SUL,
SEGUNDO A RELIGIÃO (1924) (53)

P — paróquia

C — capela

MUNICÍPIOS	CATÓLICAS			SÍNODO RIO-GRANDENSE			SÍNODO DE MISSOURI			DIVERSOS			TOTAL		
	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º
Porto Alegre. .	1	3	4.400	3	8	7.814	1	1	600	1	1	600	6	13	18.414
Torres.	1	3	3.300	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	3.300
Conceição. . . .	—	—	—	1	2	1.754	—	—	—	—	—	—	1	2	1.754
Santo Antônio. .	1	6	1.100	1	2	1.680	1	4	1.190	—	—	—	3	12	3.870
Taquara.	1	7	1.500	4	23	9.764	1	4	500	—	—	—	6	34	11.764
São Leopoldo. .	4	25	13 500	7	19	15.197	3	10	1.828	—	—	—	14	54	30.025
São Sebastião. .	3	26	8.600	4	10	10.156	—	—	—	1	1	250	8	37	19.006
Montenegro. . .	6	32	16 000	4	15	7.015	1	3	825	—	—	—	11	50	23.840
Estrela.	2	11	5.500	5	21	9.836	1	5	1.008	—	—	—	8	37	16.344
Taquari.	2	3	1.700	1	2	1.380	—	—	—	—	—	—	3	5	3.080
Lageado.	3	26	18 500	4	22	6.534	2	11	2.611	—	—	—	9	59	22.645
Venancio Aires	1	15	7.000	1	6	2.856	1	1	146	—	—	—	3	22	10.002
Santa Cruz. . . .	2	26	12.000	7	18	11.551	1	1	551	—	—	—	10	45	24.112
Rio Pardo. . . .	1	1	500	—	—	—	—	—	—	1	8	7.000	2	9	7 500
Cachoeira. . . .	1	2	1 000	3	10	4 986	1	2	1.430	1	3	1.100	5	17	8.516
Soledade.	1	10	1.300	1	4	936	—	—	—	—	—	—	2	14	2.236

continuação

MUNICÍPIOS	CATÓLICAS			SÍNODO RIO-GRANDENSE			SÍNODO DE MISSOURI			DIVERSOS			TOTAL		
	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º	P.	C.	N.º
Santa Maria . . .	2	5	1.900	2	8	1.996	1	3	375	—	—	—	5	16	4.271
Jaguará	—	—	—	1	2	190	2	4	880	—	—	—	3	6	1.070
Cruz Alta	1	6	1.000	2	6	5.946	—	—	—	—	—	—	4	12	6.946
Passo Fundo . . .	2	21	8.000	2	16	3.323	—	—	—	—	—	—	4	37	11.323
Erechim	3	20	3.500	4	23	2.853	3	19	2.226	—	—	—	10	62	8.584
Ijuí	1	6	3.100	3	9	5.189	3	14	3.063	—	—	—	7	29	11.372
Santo Angelo . . .	2	12	9.000	4	21	3.740	3	8	1.627	—	—	—	9	41	14.367
São Luis	2	19	8.000	1	3	1.172	1	6	276	—	—	—	4	38	9.448
São Lourenço . . .	1	4	1.200	3	8	3.664	1	2	432	7	23	7.500	12	37	12.796
Pelotas	—	—	500	4	15	1.821	2	6	537	—	—	—	6	21	2.908
Diáspora	—	—	—	—	—	—	6	12	1.550	1	2	160	8	19	1.710
Adventistas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13	1.500	—	13	1.500
Batistas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	1.200	—	11	1.200
TOTAL	44	289	127.000	72	288	122.754	35	116	21.225	12	62	19.310	163	755	290.289

participam como membros da comunidade. Evidentemente trata-se de um traço transplantado dos Estados Unidos. (51) Infelizmente não possuímos informações sobre se essa experiência está correspondendo à expectativa daqueles que a introduziram.

O recrutamento do clero sempre constituiu para as comunidades evangélicas uma fonte de conflito e desorganização. Praticamente, todos os ministros ordenados vinham da Alemanha. Sòmente depois da primeira guerra mundial cogitou-se da formação de ministros. Fundou-se um seminário em São Leopoldo, mas os educandos continuavam dependendo da Alemanha onde êles tinham de terminar os seus estudos. Aliás, o número de pastores formados até há poucos anos atrás era deveras insignificante. A já mencionada instabilidade do clero evangélico tinha sua razão principal na diferença de *status*: os pastores vindos da Alemanha dificilmente se conformavam com o baixo nível de prestígio e a falta relativa de autoridade que caracterizava a sua posição nas comunidades teuto-brasileiras. A Igreja Católica vem seguindo, há muito, outras diretrizes. A formação de um clero recrutado nas próprias colônias já foi tentado no século passado.

Em 1900 havia, no Rio Grande do Sul, oito padres católicos de descendência germânica, nascidos no Brasil. Entre 1900 e 1936, 90 sacerdotes descendentes de alemães foram ordenados, no mesmo Estado. Entre as 525 freiras, que se contavam em 1936, 381 já tinham nascido no Brasil; jesuitas havia 301, das quais 161 eram descendentes de imigrantes alemães. (52)

A Aculturação dos Alemães no Brasil 481

DISTRIBUIÇÃO DE TEUTO-BRASILEIROS CATÓLICOS E PROTESTANTES NOS MUNICÍPIOS RIOGRANDENSES CO- LONIZADOS POR ALEMÃES, (1924) (54)

	<i>católicos</i>	<i>protestantes</i>
Pôrto Alegre	37%	63%
S. Leopoldo	44%	56%
Taguara	12%	88%
S. Sebastião do Caí	46%	54%
Montenegro	68%	32%
Estrêla	32%	68%
Lageado	62%	38%
Venâncio Aires	67%	33%
Santa Cruz	50%	50%
Passo Fundo	68%	32%
Cruz Alta	16%	84%
Erechim	39%	61%
Ijuí	24%	76%
Santo Angelo	53%	47%
São Luiz	88%	12%
São Lourenço	10%	90%
Total dos protestantes	55,25%	
Total dos católicos	44,75%	

CATÓLICOS E PROTESTANTES EM BLUMENAU (55)

<i>Ano</i>	<i>católicos</i>	<i>protestantes</i>
1869	17,0%	83,0%
1882	38,5%	61,5%
1910	46,0%	54,0%
1927	52,0%	48,0%

O fato mais importante dessas tabelas é o número relativamente grande de católicos. Infelizmente não dispomos de dados suficientemente seguros para explicar esse fenômeno que parece estar em desacôrdo com a proporção entre católicos e protestantes registrada na Alemanha. (56) É possível, embora não muito pro-

vável, que entre os imigrantes alemães tenha havido mais católicos do que protestantes. Uma hipótese viável pode ser procurada na taxa de reprodução que é mais elevada entre os católicos. O movimento de conversões religiosas, no entanto, nunca foi, ao que parece, suficientemente intenso para explicar o número elevado de católicos.

Os dados relativos a Blumenau referem-se à população inteira. A colônia foi primitivamente um empreendimento puramente protestante. Mais tarde entraram imigrantes italianos e poloneses. Também o número de alemães católicos foi num crescendo contínuo. Brasileiros de descendência portuguesa contribuíram, a par com a seleção reprodutiva dos satóliros em geral, para transformar a população protestante em minoria.

Religião e consciência étnica — O protestantismo germânico caracteriza-se pela fusão de elementos religiosos com outros os quais, devido à atuação de uma série de fatos históricos, foram adquirindo, aos poucos, um significado sagrado. Entre êsses valores deve ser citado em primeiro lugar a língua alemã. É a língua usada por Lutero e foi nela que o reformador tornou acessível, ao povo alemão, a Sagrada Escritura. Ao mesmo tempo, Lutero lançou os alicerces do *Neuhochdeutsch*, do alemão moderno. A gênese da nova religião e da nova língua foi uma coisa só. A perda da língua possui sempre, para o protestante alemão ortodoxo, um *significado religioso*, além das outras conotações que usualmente se ligam ao processo de aculturação linguística.

Não é fácil determinar, com precisão, os demais valores que, juntamente com a doutrina evangélica e a língua, constituem o complexo étnico-religioso peculiar

ao protestantismo alemão. No termo *Deutschtum* ou *Volkstum* vai um emaranhado de concepções ideológicas, normas morais (por exemplo, a consciência do dever: *Pflichtgefühl*) e estados afetivos evocados por determinados personagens, localidades ou acontecimentos históricos. Nesse conjunto de maneiras de pensar, sentir e agir há, como em tôdas as culturas, um resíduo de mística que resiste a tôdas as tentativas de análise racional. Não sofre dúvida o fato de que também sentimentos nacionais e, mesmo, nacionalistas se tenham associado ao complexo religioso, embora êste não possa ser compreendido, como se tenciona compreendê-lo muitas vêzes, em termos de um "germanismo" ou "pan-germanismo" político. O *Volkstum*, no sentido evangélico, é anterior ao nacionalismo alemão que outra coisa não lhe representa senão uma camada superficial.

A posição da Igreja Evangélica é caracterizada por estas frases programáticas: "O que salta aos olhos de quem chega ao Brasil, é o *cunho nacional* da nossa Igreja Evangélica Alemã..... A nossa Igreja Evangélica Alemã, fundada pela cristandade evangélica germânica, considera, embora reconheça a cultura luso-brasileira, a índole germânica, a maneira profunda dos alemães de interpretar o evangelho, o culto religioso germânico, a língua alemã, os ricos tesouros de arte, ciência e teologia que trouxe da Alemanha, dotes divinos que ela sabe honrar e cultivar em igreja e escola.

Para Wilhelm Rotermund, o fundador do Sínodo Riograndesse, a *desorganização* dos teuto-brasileiros significava, ao mesmo tempo, *descristianização*. Atitudes passivas diante dessas duas tendências êle condenava como "ecado contra o divino e caro sangue de Cristo." Para êle "germanismo e evangelho estariam ligados para a vida e para a morte" (58)

“A Igreja Evangélica Alemã quer ser igreja étnica e nacional o que ela friza sobretudo com relação ao Sínodo de Missouri.” (59)

“Até agora, muitos membros das comunidades evangélicas alemãs do Brasil foram alemães mais por hábito do que pela vontade de serem alemães. Será tarefa da igreja implantar neles a consciência germânica... *A Igreja Evangélica Alemã do Brasil só poderá cumprir a sua missão se fôr, conscientemente, igreja nacional alemã.*

“Verificamos sempre a mesma coisa: quando um evangélico alemão ou seu descendente não fala mais o alemão, êle se converte ao catolicismo, ou a uma das igrejas evangélicas brasileiras que consideram as nossas comunidades campo de missão.

“No interêsse da nossa Igreja devemos exigir dos nossos ministros no Brasil que sejam alemães íntegros a ponto de cultivar o germanismo na igreja e na escola. Se verificarem que o germanismo de seus fiéis, velhos e jovens, fôr ameaçado pela força de atração do ambiente estranho, mormente nas cidades, pelas influências da rua e das empregadas domésticas brasileiras nas famílias ou por influências outras, é seu dever opor-se com todos os meios justos.” (60)

Dessas linhas ressalta o cunho acentuadamente *nacional* e a *combatividade* diante de tôdas as tendências contrárias. Realmente, todo teuto-brasileiro evangélico que se assimilasse, era um elemento perdido para a Igreja. Bastava a perda da língua para que se tornasse quase impossível praticar a religião. Frequentemente, êsses indivíduos, alienados à sua crença pela própria assimilação, converteram-se ao, catolicismo e a outros credos protestantes.

Muitos descendentes de alemães de Petrópolis converteram-se ao catolicismo depois de ter perdido a língua alemã. (61)

O mesmo fato se registrou entre os teutos-brasileiros de Santo Amaro. (62)

Em Teófilo Ottoni, o Sínodo de Missouri ganhou terreno à medida que o conhecimento da língua alemã ia diminuindo. (63)

O Sínodo de Missouri adotou, desde o princípio, uma atitude de não-intervenção na questão linguística:

“Aqui no nosso país, queremos continuar bilingues enquanto fôr permitido. O nosso único objetivo deve ser o de conquistar almas para Cristo seja lá em que língua fôr.” (64)

E' óbvio que as grandes possibilidades do Sínodo de Missouri residiam precisamente na adoção dessa atitude. Não admira, portanto, que a Igreja Evangélica tivesse concentrado a sua tática defensiva contra a perda da língua e contra o zelo missionário dos pastores do Sínodo de Missouri.

Os adeptos dessa Igreja, observa um dos sucessores do pastor Rotermund, não podiam ser considerados protestantes alemães “por causa da sua missão entre os luso-brasileiros, por causa da sua origem norte-americana e do seu caráter agermânico.” (65) A crítica condena a atitude do Sínodo de Missouri que considerava o “abrasileiramento dos teuto-brasileiros como processo natural que não convinha obstruir.” (66)

Atitudes de intransigência do clero evangélico não podiam impedir que um número crescente de teuto-brasileiros se alienasse da religião tradicional. Para isso bastava, em geral, como já foi dito, a perda da língua alemã. O enfraquecimento paulatino do contróle do clero evangélico sôbre as comunidades, as conversões religiosas cada vez mais freqüentes que atestavam

o sucesso missionário sobretudo do Sínodo de Missouri, estavam a exigir uma revisão de ideologia étnica. A Igreja Evangélica não podia deixar de tomar conhecimento do problema que lhe representava o grande número de descendentes de alemães desgermanizados. A despeito de considerar “insolúvel a ligação entre protestantismo e consciência étnica alemã” reconhece que

“o problema dos brasileiros de descendência alemã assimilados oferece sérias dificuldades. Vê-se que também para eles não há uma concomitância equivalente de religião e valores étnicos. Tôda a gravidade do problema foi estudada pelo presidente Dohms. (67) *Também êle não pode resolver-se a eliminar os teuto-brasileiros lusitanizados e considera como solução a formação de comunidades separadas dentro da Igreja.* E’ verdade que atualmente essa questão é apenas geral e teórica, mesmo assim o número de serviços religiosos administrados em português montou a 106, em 1932. Sem dúvida, com o abandono da língua alemã como único idioma admitido na Igreja, o germanismo receberia, principalmente nas cidades, um golpe pesado. O uso e a importância do alemão diminuiriam muito. (68)

A despeito de se tratar de um problema “apenas teórico”, o Sínodo já editava, há mais de dez anos, um órgão em português, os “Fôlhas Evangélicas”. Seu diretor, o pastor R. Becker explica a existência desse periódico pela necessidade de se pregar o evangelho na língua do país aos membros da Igreja Evangélica que já não compreendem o alemão. (69)

A perda de terreno que, há muito, vem ameaçando o futuro da Igreja Evangélica Alemã, deve-se, em grande parte, à inexistência de associações juvenis.

Em 1929, um observador verificou que pouco se fazia pela mocidade evangélica. “Havia alguns grupos de escoteiros, mas não cuidavam do trabalho religioso

embora alguns pastores sinodais chefiassem êsses grupos." Durante algum tempo publicara-se uma "Fôlha Juvenil", mas não havia leitores. Êsse fato era lamentável pois entre os moços "o perigo do abrasilairamento e da indiferença religiosa era extraordinário." (70)

À fusão de doutrina religiosa e consciência étnica correspondia a união das principais igrejas protestantes com a Igreja Territorial da Prússia. Era ela que enviava os pastores para cá ou se incumbia de terminar a formação vocacional dos candidatos que daqui se encaminhavam para a Alemanha e a ordenação.

Como a pregação do evangelho de Lutero envolvia também a ditusão do idioma alemão e de outros elementos culturais simbólicos, a *função* do pastor protestante na comunidade era muito mais ampla do que a do padre católico. Essa diferença foi bem observada no Espírito Santo:

"Também hoje em dia a continuidade da consciência étnica entre os colonos de origem germânica está sendo garantida pelos pastores vindos da Alemanha os quais representam a única ponte que liga os colonos a seu país de origem. O sentimento religioso está fortemente desenvolvido entre os pomeranos. É menos piedade do que o apêgo à tradição, a perpetuação dos costumes e usos. Na freqüência da igreja exprime-se, também, o pendor para a sociabilidade e o sentimento comunitário. De mais a mais, as comunidades religiosas constituem uma espécie de administração local de cunho campesino. Muitos assuntos são resolvidos pelo conselho da comunidade e pelos fabriqueiros da igreja. Êsses órgãos representam, sob a direção do pastor, interêsses da comunidade diante das autoridades brasileiras."

Entre os católicos de origem germânica, a situação é outra porque a Igreja Católica, de acôrdo com a sua

estrutura, pode trabalhar menos no sentido étnico, ao passo que a Igreja Evangélica cuida, deliberadamente, dos interesses étnicos. Porisso, os católicos são integrados, sem distinção de nacionalidade, às comunidades brasileiras confundindo-se em igreja e escola, com outras nações." (71)

Evidentemente, os pastores evangélicos procuravam perpetuar, através de igreja e comunidade religiosa, a cultura local como entidade distinta provida duma consciência étnica viva. Contribuíam para que a comunidade evangélica se sentisse como *in-group* em confronto com o *out-group* representado pelos "brasileiros" sobretudo pelas autoridades. Essa mesma função encontramos em muitas comunidades rurais e isoladas; raramente, no entanto, em zonas urbanas ou étnicamente mistas, embora nestas últimas naturalmente se registrassem tentativas no mesmo sentido.

Não há necessidade de análises minuciosas para mostrar as diferenças profundas que separam o catolicismo do luteranismo germânico. A Igreja Católica limita-se a impôr o dogma aceitando e absorvendo as contingências do meio. Daí a possibilidade de distinguir um catolicismo francês, alemão, espanhol, americano etc., o que quer dizer algo mais do que o catolicismo *em França, na Alemanha, na Espanha, ou na América*. Pois o francês, o alemão, o italiano, o brasileiro etc, vivem e sentem essa igreja e essa religião como se fôsem especialmente feitas para eles. Não se concebe, no entanto, dentro da igreja de Roma, a fusão de doutrinas religiosas com idéias étnicas ou nacionais. Não é possível que surjam sacerdotes emissários de autoridades eclesiásticas, com a obrigação moral de fazer uma propaganda sistemática em prol do germanismo. Não há segregação intencional de comunidades católicas, nem núcleos paroquiais cujas atitudes e atividades

sejam determinadas pela preocupação de conservar língua e costumes germânicos (ou italianos, poloneses etc.) A comunidade dos fiéis é uma só e abrange, virtualmente todos os moradores do distrito paroquial. Vemos e estreita convivência de católicos teuto-brasileiros com tôdas as outras etnias porventura existentes no lugar ou na zona e daí a maior fusibilidade dos católicos em comparação com os evangélicos.

O clero católico é brasileiro. O fato de haver nele numerosos elementos estrangeiros, é mero contingência. Em uma paróquia mista ou puramente brasileira, o padre italiano, alemão, português etc. não pode adotar processos de trabalho ou objetivos espirituais diversos dos de seus colegas brasileiros. E se êle adotar um tratamento diferencial, entrará imediatamente em conflito com as autoridades episcopais.

A indiferença da Igreja Católica em face de tudo quanto representa a quintessência do protestantismo germânico, redundou na acusação inúmeras vêzes repetida pelos próprios protestantes de que "o catolicismo era o coveiro do germanismo no Brasil". Aliás, o conflito entre as duas religiões é antigo, e desde a fundação do império alemão até os nossos dias, a desconfiança dos católicos com relação às idéias evangélicas, era determinada, em grande parte, pelo tratamento diferencial que as autoridades alemãs aplicavam aos católicos. Estes se queixavam amargamente de que eram considerados "cidadãos de segunda classe", como dizia a expressão muito corrente. A solidariedade dos católicos com essa espécie de govêrno não podia ser incondicional e as divergências já existentes só se acentuavam mais no ambiente brasileiro onde os católicos jamais constituíam minoria e os evangélicos tomavam atitudes de defesa de seus ideais étnicos.

E' inútil observar que a formação do clero católico obedece a princípios diversos dos que orientam os fundadores do clero evangélico-alemão. Claro é que não nos referimos à formação teológica em si que é naturalmente diferente. Em primeiro lugar: normalmente, o sacerdote católico faz os seus cursos todos *no próprio país*. Embora os dirigentes espirituais do seminário de São Leopoldo e de outros seminários sejam alemães ou descendentes de alemães (como há italianos, franceses, holandeses etc.), a formação é *nítidamente nacional*, no sentido de integrar o educando no meio social brasileiro. Basta, por exemplo, lembrar isto: o clero sulino é recrutado quase exclusivamente no meio rural, entre os descendentes de colonos alemães e italianos. Frequentemente, êsses elementos não falam o português quando ingressam no seminário, mas quando saem, dominam o vernáculo.

Observações feitas entre seminaristas catarinenses revelaram uma verdadeira dedicação ao estudo do português a qual não se explicava apenas pela obrigação moral e a pressão social do ambiente escolar. Num desses seminários notou-se, entre os rapazes do curso menor, um verdadeiro culto do vernáculo. A preocupação de falar e escrever com elegância e correção, de penetrar o espírito da língua, de cultivar a frase retórica, produzia efeitos surpreendentes, tendo-se em vista o fato de os seminaristas, com pouquíssimas exceções, serem descendentes de colonos alemães, provenientes de um ambiente culturalmente pobre onde quase não se falava o português. De mais a mais, o seminário era dirigido por padres alemães e o próprio professor de português, de incontestável competência aliás, era de origem alemã. (73)

Como explicar, em tais condições, a assimilação rápida dos educandos? O ingresso no seminário signi-

fica para o filho do colono uma elevação de nível social. Ele se vai preparar para a carreira de maior e mais duradouro prestígio a seu alcance. No meio originário fala o linguajar dos colonos, pobre em recursos, ridicularizado senão desprezado pelos companheiros que não o entendem. Realizada a mudança, o linguajar primitivo já não parece compatível com o novo meio. Os rapazes começam a envergonhar-se da língua materna. O português torna-se *meio de distinção* e requisito imprescindível do novo status. É claro que, em regra, êsse processo é subconsciente. Pontos de vista utilitários, leituras e lições cívicas, o prazer estético serão outros motivos que se associam à relação psíquico-social.

Todavia, aos alunos de seminário destinados a trabalhar na cura de almas, em zonas de colonização germânica, transmitia-se também a língua alemã. O Direito Canônico exige que os padres, no exercício das suas atividades sacerdotais, se sirvam da língua falada pela comunidade que lhes foi confiada. Entre teuto-brasileiros e alemães que ignorassem o vernáculo, os sacerdotes eram obrigados a pregar, ouvir confissão e dirigir as associações religiosas no idioma dos colonos. Em paróquias constituídas por distritos "brasileiros" e "alemães", o serviço religioso era ministrado em duas línguas, havendo sermão em português e alemão. Geralmente a população rural freqüentava a missa "alemã", enquanto os católicos residentes na cidade assistiam à missa "brasileira."

Contudo, o problema dos contatos religiosos, no Brasil meridional, apresenta aspectos mais complexos. O padrão de religiosidade dos alemães, principalmente dos camponeses, é visivelmente diferente do padrão brasileiro. A diferença mais relevante é esta: *não somente as mulheres mas também os homens partici-*

pam, na mesma proporção, das práticas religiosas. Segundo os padrões da comunidade somente "tem religião" quem a pratica. Só quem frequenta a missa, confessa e comunga pode afirmar que é católico. O ateu, o indiferente, o anticlerical não gozam de crédito. O controle social da comunidade estende-se indiferentemente e com sanções idênticas a homens, mulheres, jovens e crianças. Essas concepções são heranças da sociedade de origem, das aldeias germânicas onde o catolicismo vem controlando os camponeses desde os tempos de São Bonifácio.

A diferença religiosa entre brasileiros e imigrantes já foi notada por jesuitas espanhóis que em 1845 trabalhavam no Rio Grande do Sul. Admirados com o zelo religioso dos imigrantes, eles enviaram a seu superior as seguintes palavras:

"Deve-se destacar a extraordinária piedade e devoção dos católicos alemães que chegaram diariamente de suas picadas. Alguns caminharam 4-5 léguas a pé e por dia em caminhos maus, rezando o terço e entoando, em grupos, cânticos religiosos; e tudo isso para assistir ao ensino e à pregação de que a maioria nada compreendia..... (74)

E' provável que, em comunidades isoladas, a religiosidade haja aumentado, às vezes, em virtude da hostilidade do meio e da necessidade de lidar com forças cujo controle se afigurava mais difícil do que no país de origem. Contudo, nas correntes imigratórias mais recentes, a religiosidade era menos acentuada como já ouvimos no capítulo sobre as diferenças culturais entre imigrantes e teuto-brasileiros. A razão está em parte na composição social diferente dos imigrantes novos muitos dos quais vinham das cidades. Mesmo assim, as diferenças em confronto com luso-brasileiros

continuam bem pronunciadas. Basta examinar a assistência de uma missa dominical para notar que o número de homens não é inferior, em geral, ao de mulheres, guardando-se a mesma proporção até nas cidades. A prática religiosa é muito mais um assunto familiar do que entre brasileiros de velha estirpe. Entre teuto-brasileiros ou a família tôda pratica a religião ou ninguém a pratica. Esta é a regra e as exceções atestam geralmente a existência de uma desorganização mais ou menos pronunciada na família. Dificilmente, os teuto-brasileiros consideram a prática religiosa como assunto individual: se um membro da família (ou da comunidade) se afasta da missa, da mesa de comunhão, da procissão ou de outras cerimônias religiosas, a família exerce pressão sôbre o membro recalcitrante. Se êste não quer "emendar-se", o equilíbrio interno da família está seriamente ameaçado, pois raramente uma família se conforma com a apostasia de um ou alguns de seus membros.

É característico pelo status relativamente elevado da mulher, na família campestre da Alemanha, que o marido difficilmente se subtrai, contra a vontade da espôsa, ao que é tradicionalmente considerado cumprimento do dever religioso.

No Brasil, a participação religiosa marca, ao lado de outros fenômenos, a diferença relativamente profunda, entre cultura masculina e feminina. Há uma divisão de trabalho dos sexos quanto ao exercício de atividades religiosas. Enquanto que o zêlo das mulheres é notável e talvez superior ao das mulheres teutas, o número de homens que se pode qualificar de católicos praticantes é relativamente diminuto. A sociedade masculina segue geralmente outros padrões de religiosidade do que as mulheres. O homem que frequênta a

missa e recebe os sacramentos, é facilmente ridicularizado. A fama de ser "carola" é uma das sanções a que poucos homens se expõem. Em geral é considerado másculo ser agnóstico ou anti-clerical.

Ora, é óbvio que o teuto-brasileiro ou alemão católico desejoso de assimilar-se, de conquistar um status na sociedade brasileira, procura adotar essa atitude diante da religião. Na maioria dos casos, a aproximação da cultura masculina brasileira significa "perda de religião" aos olhos da Igreja e, também, da geração velha. Não é sem razão que se atribui muita importância à perda de religião dos indivíduos ou grupos em vias de assimilação. Pois com a postergação dos deveres religiosos, muitas normas e controles tradicionais tendem a enfraquecer e finalmente a desaparecer. Nessas condições, a desorganização da pessoa, da família ou até da comunidade inteira, torna-se provável. E' quase inútil dizer que entre brasileiros de velha estirpe, a inexistência de controles religiosos não tem, nem pode ter o mesmo significado.

Uma parte do clero católico, levada por experiências pessoais, considera a assimilação como mal. E' comum ouvir-se da boca dos padres, sobretudo dos velhos, que os teutos geralmente perdem a religião quando entram em contato com luso-brasileiros. A "perda de religião" constitui evidentemente o pior que pode acontecer na opinião de quem põe a religião acima de tudo. E' nesse sentido que os referidos sacerdotes, alemães ou de origem alemã, acham que a assimilação é um mal. *Ela é um mal para a religião.*

Convém lembrar que o mesmo existe com relação ao contato entre teuto-brasileiros e imigrantes alemães. Já aludimos, na primeira parte deste livro, à resistência do clero, colhido como foi de surpresa pelo anti-clerica-

lismo de esquerdistas alemães, suas concepções modernas sôbre a família, o *birth-control* e outros elementos diametralmente opostos à cultura tradicional teuto-brasileira. A condenação dêsse lastro cultural deriva das mesmas fontes que devem ser responsabilizadas pela opinião de que a assimilação constitui um mal para a organização tradicional de família e comunidade.

A magia — A existência de crenças e práticas mágicas na cultura de origem, sobretudo as suas inúmeras variações regionais e locais, tornam sobremaneira difícil a investigação dos processos aculturativos que ocorreram nesse terreno. Aquí podemos apresentar sômente alguns elementos gerais que precisam ser completados por investigações ulteriores.

Diversos observadores atestaram a grande receptividade dos teuto-brasileiros pela magia cabocla. Não raro, dizem êles, os traços aceitos do caboclo vêm acrescentar-se aos elementos já existentes na cultura originária dos imigrantes. (75) Evidentemente, a presença de experiências mágicas no patrimônio cultural dos imigrantes facilitou a integração de novos traços encontrados na sociedade adotiva. De mais a mais, a necessidade de lidar com fôrças julgadas sobrenaturais, em circunstâncias particularmente difíceis (falta de médicos, professores e outros indivíduos capazes de aconselhar meios “racionais”), enfim o desnivelamento cultural que freqüentemente afetara um cabedal de conhecimentos acumulado no país de origem sob a influência secularizante da civilização urbana, fizeram com que a função da magia adquirisse na cultura teuto-brasileira uma relevância maior do que na sociedade de origem. Todavia, a diferença entre teuto-brasileiros de várias gerações e imigrantes novos é muito pronunciada. Quando aquêles, por exemplo, chamam o padre para expulsar da

moradia formigas daninhas, êstes tendem a usar formicida. A mesma diferença de atitude pode ser observada com relação a enfermidades.

Há dez anos, um médico observou no Rio Grande do Sul que o curandeirismo se prendia à tendência geral para a "superstição". O curandeirismo aumentava de ano em ano devido "à queda cultural" dos colonos. (76)

Mesmo em localidades semi-urbanas providas de médicos e escolas, o costume de chamar benzedeiras para curar doenças, é bastante generalizado. Em Brusque, por exemplo, essa atividade constituia, há dez anos, uma especialização profissional.

Não raro, a superioridade mágica do "brasileiro" é reconhecido pelos teutos.

"De acôrdo com informações de alguns velhos moradores de Brusque (Santa Catarina), havia antigamente naquela zona um preto vidente que tinha a fama de encontrar objetos perdidos. Êsse homem foi freqüentemente consultado por pessoas da localidade. Até hoje contam-se verdadeiros milagres que êle teria feito.

Mais expressivo é o seguinte caso relatado de São Bonifácio, uma velha colônia teuto-brasileira, no sul de Santa Catarina. (77) As informações que passamos a reproduzir mostram não sòmente o status elevado que Diogo Pereira conquistou entre êsses teutos e que geralmente é negado ao caboclo, mas também a difusão das práticas usadas pelo curandeiro. Essas naturalmente continuaram depois do seu falecimento e já se incorporaram no patrimônio cultural da comunidade e, provávelmente, de comunidades vizinhas.

"Diogo Pereira — pobre e analfabeto — veio residir como capataz a uns 10 km da sede distrital de São Bonifácio. Não sabia quando nascera, tinha família e,

como tôda ela, era católico praticante. Ao lado do officio de capataz, trabalhava na roça e criava abelhas.

Logo nos primeiros anos Diogo cria fama, como benzedor e chega a desfrutar grande prestígio na zona de São Bonifácio.

Freqüentemente recorre-se a curas de simpatia por êle realizadas. Êle conhece os meios de curar pés inchados e inflamações, dores de dente e dor de cabeça, dores atribuídas ao sol ou à lua, seios endurecidos e cobreira. Os que sofrem de algum dêesses males ou de outro semelhante, montam nos seus cavalos e dirigem à casa de Diogo de quem esperam obter alívio.

Mas Diogo atende também a chamados em casa dos enfermos, porquanto parece que os seus poderes não bastam para curar à distância. Não lhe sendo possível ir pessoalmente à morada do doente, envia um dos membros da família, pois êstes são também iniciados nessas artes e capazes de representá-lo. O negócio não parece ser dos piores, pois, apesar de uma numerosa família, Diogo não se pode considerar indigente.

Diogo também sabe curar doenças de animais. Os colonos, aliás, já aprenderam uma porção das manipulações observando o curandeiro, e hoje as aplicam sem recorrer a êle. Quando, p. e., algum animal ficou com um pedaço de mandioca atravessado na garganta, não esperam a chegada de Diogo, mas êles próprios vão à cozinha para tomar três achas acesas da lareira e virá-las com a parte acesa para fora, pois tal medida é considerada infalível para que se desprenda o corpo estranho.

Também se emprega, sem chamar Diogo, o recurso contra a broca dos animais. O animal que se pretende curar deve ser colocado sôbre terra no coberto de grama, com uma faca cortam-se céspedes em tórno do casco

doente do animal, virando em seguida as céspedes de modo que fiquem com as raízes para cima. À medida que a relva seca, diz-se desaparecer a broca.

Há outros recursos semelhantes, quando, p. e., um animal não pode urinar, quando tem bicheiras, quando a vaca tem dificuldade em parir e em outras ocasiões dessa natureza. Para todos êsses casos, Diogo sabe algum remédio — ou não.

Hoje êste capítulo deveria ser escrito no pretérito, pois que Diogo Pereira faleceu em 4 de dezembro de 1942 com a idade de 63 anos. Em comêço de 1942 falecera em casa dêle uma curandeira que êle chamara de outra localidade para curar um membro da família. Não se pode dizer ainda quem será o sucessor de Diogo. Há em São Bonifácio ainda outras pessoas que entendem alguma coisa dessa arte, mas nenhuma delas tem a prática e o prestígio como o teve Diogo. Os conhecimentos que possuem bastam talvez para endireitar algum braço destroncado, curar dores de cabeça ou de dentes, mas não são suficientes para casos mais graves.

Não tive, infelizmente, ensejo de assistir a alguma manipulação de Diogo Pereira. Não estou, por isso, em condições de dar uma descrição exata. Uma pessoa, que assistiu à cura dum cavalo, contou-me, porém, que na “oração” que Pereira receitava nessas ocasiões havia as seguintes palavras: “Eu te corto a cabeça, eu te corto as pernas” o que, certamente, se referia ao espírito culpado da doença. Contaram-me igualmente que na cura de fístulas dentárias êle empregava, como símbolo, um tufo de algodão e azeite de olivcira. — As vêzes, Diogo receitava ervas “medicinais”.

E’ curioso notar que todos os benzedores que atuam ou atuam em São Bonifácio eram ou são luso-brasileiros ou teuto-brasileiros oriundos de uma família que

viveu por longo tempo em região habitada por aquêles. Em muitas famílias de São Bonifácio há uma ou outra pessoa habilitada a benzer êste ou aquêle mal. Os textos usados são em idioma alemão, mas em grande parte tão deturpados que ficaram sem sentido com exceção das rezas católicas. — Tôdas as famílias de São Bonifácio atribuem muito valor às benzeduras, embora nos pareça que essas práticas fôssem desconhecidas na região donde vieram os imigrantes.

Mas outrora não havia médico ou outra pessoa que sócorresse a população, que vivia isolada. Recorria-se então a qualquer meio e assim fixou-se a crença nas benzeduras à qual o vigário não resiste mais.”

NOTAS

(1) Cit. apud. Joaquim da Silva Rocha, *História da Colonização do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1918), pp. 246, 247.

(2) Cit. apud. Augusto de Carvalho, op. cit., p. 269.

(3) Carl Seidler, op. cit., p. 110.

(4) *Festschrift der Deutsch-Evangelischen Gemeinde in Petrópolis*, 1863-1913 (Petrópolis, 1913), pp. 16, 22.

(5) Carl Seidler, op. cit., p. 214.

(6) Em *Deutsche evangelische Blätter für Brasilien*, agosto-setembro de 1937, p. 33.

(7) *Ibidem*, p. 36.

(8) Fugmann, op. cit., p. 50.

(9) *Ibidem*, p. 55.

(10) Anônimo, “Kurze Geschichte der deutsch-evangelischen Gemeinde in Conventos”, *Evangelischer Gemeinde-Kalender*, 1932, p. 119.

(11) Anônimo, “Vom Ufer des Taquari”, *Evangelischer Gemeinde-Kalender*, 1931, p. 50.

(12) *Evangelisches-Lutheranisches Kirchenblatt*, Ano 24, 1929, p. 124.

(13) Anônimo, “Neues von der deutschen evangelischen Gemeinde”, *Evangelischer Gemeindekalender*, 1935, p. 138.

- (14) Em *Evangelischer Gemeinde-Kalender*, 1922, p. 73.
- (15) *Ibidem*, 1926, p. 103.
- (16) *Veja Luther-Kalender für Südamerika*, 1927, p. 39, 1929, p. 43, 1935, p. 49, 1932, p. 59.
- (17) *Evangelischer Gemeindekalender*, 1929, p. 50.
- (18) *Ibidem*, p. 60.
- (19) *Ibidem*, p. 61.
- (20) *Veja Festschrift der Deutsch-Evangelischen Gemeinde in Petrópolis, 1863-1913*, (Petrópolis, 1913), pp. 12, 13.
- (21) Pastor C. Willich, "Als ich Urwaldpfarrer war", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1908, p. 209.
- (22) Em *Evangelisch-Lutheranisches Kirchenblatt*, Ano 23, 1928, p. 147.
- (23) Em *Evangelischer Gemeindekalender*, 1939, p. 96.
- (24) P. Möhle, *Deutsche evangelische Pommerngemeinden im Süden von Rio Grande do Sul*, *Evangelischer Gemeindekalender*, 1937, p. 52.
- (25) Anônimo, "Die Evangelisch-Lutherische Kreuzgemeinde von São Vicente", *Luther-Kalender für Südamerika*, 1925, p. 36.
- (26) Em *Koseritz deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1875, pp. 122 seg.
- (27) P. Ambrosio Schupp, S. J., *Os Muckers*, 2.^a Edição, (Pôrto Alegre s/d.), pp. 17, 51.
- (28) *Ibidem*, p. 6.
- (29) José Deeke, *Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte*. Parte terceira, (São Leopoldo, s/d), pp. 13, 14.
- (30) P. Mumelty "Evangelische Kirche und Kolonisation", *Evangelischer Gemeindekalender*, 1922, pp. 99, 100.
- (31) "Bericht über die 28. Synodalversammlung in São Sebastião do Caí, am 20. und 21. April 1921", *Evangelischer Gemeinde-Kalender*, 1922, p. 78.
- (32) *Germania*, pp. 112, 125, 126.
- (33) *Germânia* p. 186.
- (34) *Germânia*, p. 186.
- (35) *Ibidem*, p. 200.
- (36) *Ibidem*, p. 269.
- (37) Anônimo, "Die deutsch-evangelische Gemeinde in São Paulo", *Uhles Illustrierter deutsch-brasilianischer Familienkalender*, 1908, p. 39.
- (38) Martin Begrich, op. cit., p. 77.
- (39) Martin Begrich, "Kirchliche Sitten in der Gemeinde São Paulo", *Evangelischer Gemeindekalender*, 1940, p. 37.

- (40) *Ibidem*, p. 42.
(41) *Ibidem*, pp. 41, 47.
(42) *Hundert Jahre* etc. op. cit., p. 498.
(43) K. Oberacker, op. cit., p. 62.
(44) Theodor Grentrup SVD, "Grundzüge deutscher katholischer Seelsorge in Brasilien" *Die Getreuen*, julho-agosto de 1935, p. 106.
(45) H. Porzelt, op. cit., pp. 92, 93.
(46) Ferdinand Schröder, *Brasilien und Wittenberg*, (Berlin, 1936), p. 225.
(47) *Ibidem*, p. 352.
(48) *Ibidem*, p. 355.
(49) Robert Gernhard, op. cit., p. 121.
(50) F. W. Brepohl, "Die russlanddeutschen Flüchtlinge in Brasilien", *Evangelischer Gemeindekalender*, 1932, p. 95.
(51) *Evangelische-Lutherisches Kirchenblatt*, Ano 22, 1927, p. 21.
(52) *Hundert Jahre*, etc., op. cit., p. 70.
(53) *Ibidem*, p. 496.
(54) *Hundert Jahre* op. cit., p. 450.
(55) S. Endress, op. cit., p. 55, 83.
(56) Em 1933, 62,21% dos alemães eram protestantes e 32,96% católicos (Statistisches Jahrbuch für das deutsche Reich, 1936, p. 14).
(57) M. Dedekind, *Deutschtum und Evangelium in Brasilien*, (Leipzig, 1929), p.
(58) *Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden*, 1939, pp. 67, 69.
(59) K. Oberacker, op. cit., 61.
(60) M. Dedekind, op. cit., p. 37.
(61) *Festschrift* etc. op. cit., p. 25.
(62) M. Begrich, op. cit., p. 25.
(63) Luther-Kalender für Südamerika, 1936, p. 48.
(64) Luther-Kalender, 1934, p. 121.
(65) P. Dohms, "Überblick über die evangelischen Kirchengemeinden in Brasilien und das evangelische Deutschtum im Auslande" *Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden*, 1922, p. 92.
(66) *Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt*, Ano 22, 1927, p. 181.
(67) Em *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, Ano 9, 1927, Fasc. 9.

- (68) K. Oberacker, op. cit., p. 61. Os grifos são nossos.
- (69) Em *Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt*, Ano 23, 1928, p. 118.
- (70) *Der deutsche Auswanderer*, dezembro de 1929, p. 240.
- (71) E. G. Nauck, op. cit., p. 112. É evidente que o autor usou as expressões "pomeranos", "nacionalidade" e "nações", num sentido errôneo.
- (72) E. Wagemann, op. cit., pp. 121, 122.
- (73) Observações feitas pelo autor.
- (74) *Hundert Jahre* etc., op. cit., p. 450.
- (75) Veja *Der deutsche Auswanderer*, março de 1928, p. 65.
- (76) W. Deussen, "Über die Möslichkeiten und Aussichten ärztlicher Tätigkeit in Rio Grande do Sul." *Der Auslandsdeutsche*, Vol. XV, 1933, N.º 1, p. 18.
- (77) De acôrdo com as informações que o Sr. Francisco Schaden, São Bonifácio, pôs gentilmente à nossa disposição.

CAPÍTULO XV

A ORGANIZAÇÃO JURÍDICA E POLÍTICA

Transferência e perda de elementos — Em capítulos anteriores menção se fez da transferência de elementos culturais que dizem respeito à organização jurídica e política dos imigrantes alemães. É sumamente difícil separar elementos dessa categoria de outros, e somente propósitos científicos podem justificar esse processo. Vimos que em muitas regiões o complexo propriedade — organização familiar se arraigou à cultura teuto-brasileira encontrando aqui condições mais propícias de desenvolvimento do que no próprio país de origem dos imigrantes. Todavia, outros elementos jurídicos referentes à propriedade não foram transferidos. Entre eles está a *Almende*, instituição medieval que aqui não pôde vingar uma vez que, desde o começo da colonização, toda terra era propriedade privada. Mesmo nas comunidades germânicas, a *Almende* não era uma instituição vital, pois ao lado dela encontramos a propriedade privada e, onde quer que fôsse, esta desempenhava um papel bem mais importante do que a propriedade comunal.

Este, no entanto, não era o caso dos teuto-russos que, em várias levas, tencionaram fixar-se no Brasil meridional.

Tratava-se de alemães que se dirigiram, na segunda metade do século 18, para a região do Volga onde formaram núcleos endógamos e conseguiram, graças a

certos privilégios que o governo imperial lhes concedera, conservar língua e muitos costumes germânicos. Ora, êsses teuto-russos trouxeram, no entanto, uma instituição rural da sociedade russa, a *Mir*. (Opschatschina. Segundo êsse sistema sòmente a comunidade possui terras. Tôda pessoa masculina participa, em proporções iguais, do usufruto temporário das terras. Cada 10 ou 12 anos as terras são medidas e repartidas de novo, mediante um sorteio. Essa remedição já não contempla os usufrutuários falecidos, mas apenas os filhos que entretanto nasceram. Êstes, por sua vez, tornam-se usufrutuários recebendo seu quinhão respectivo. Sòmente a casa, a quinta e a horta permanecem propriedade da família. Dessa maneira, a comunidade aldeã era praticamente impermeável: ninguém podia “ingressar” nela, pois sòmente os primitivos membros da comunidade e seus descendentes podiam participar da distribuição. Sòmente a *comunidade* estava em contato com o Estado. Era ela que pagava os impostos e assumia outras responsabilidades perante o Estado. Êsse sistema vigorou até 1906. Os colonos estavam tão familiarizados com êle que os emissários o pediram como privilégio do governo de D. Pedro II. Foi-lhes concedido de bom grado. Tudo correu sem dificuldades até que, depois da queda do império, os novos dirigentes não mais reconheceram essas terras comunais como terrenos da colônia, pois não existiam títulos de posse, de maneira que muitos foram expulsos de suas terras.

Levas de imigrantes teuto-russos que aquí aportaram já na época republicana, não conseguiram ajustar-se ao sistema exclusivo da propriedade privada:

“Teuto-russos do Volga, fixados no município de Caxias (Rio Grande do Sul), fracassaram porque não lhes foi permitida a conservação da comunidade aldeã

segundo os costumes da sua pátria; transplantados para a Argentina êles foram bem sucedidos." (1)

Entre os teuto-russos que, a partir de 1877, se radicaram no Paraná, a fase de ajustamento, além de ser longa, fez-se acompanhar de sérios abalos internos.

"Ainda em 1926-27 a mudança originou na colônia católica de Lago e na colônia evangélica de Quero-Quero (ambas situadas no município de Palmeira), conseqüências graves e exacerbação geral por ocasião de uma remediação. O governo republicano do Brasil não reconheceu o privilégio porque o direito brasileiro não tem a instituição russa do *Mir*, mas somente a propriedade privada." (2)

As dispersão dos povoadores não permitiu se conservasse a comunidade rural germânica que alcança, em não poucas regiões da Alemanha, um apreciável grau de autonomia local.

Apesar de faltar à Alemanha do século 19 uma organização democrática, a instituição da autonomia local se radicou, profundamente, sobretudo nos modos de pensar da população das províncias e Estados ocidentais. Assim explica-se o que parece ser contraditório à primeira vista: os imigrantes alemães não estavam equipados par compartilhar de atividades políticas que ultrapassassem os limites estritamente locais, mas geralmente traziam (3) padrões adequados para criar uma organização puramente local.

Mas, como já se disse, a dispersão dos colonos não permitiu a transferência da organização comunal germânica. De mais a mais, a organização municipal brasileira parece não haver apresentado condições propícias à perpetuação da comuna aldeã. Em 1906 um teuto-brasileiro observou que "os alemães não gostavam do sistema latino de governar de cima para baixo.

Preferiam os métodos anglo-saxônicos da administração autônoma.” (4)

Ao que parece, os imigrantes alemães e seus descendentes encontraram dificuldades muito sérias em compreender o entrosamento de política local e política provincial de um lado e de política e administração por outro lado.

Esse fato não significa que a organização comunal dos imigrantes se tivesse perdido integralmente. Conhecemos pelo menos uma tentativa de transferir deliberadamente o padrão germânico para uma colônia fundada no Brasil. E' o caso de Dona Francisca (Joinville) onde os próprios imigrantes criaram, em 1852, uma administração local sob a direção de um conselho comunal. (5) Essa organização existia em 1868, ano em que Joinville foi elevada à categoria de município. Apesar da intenção dos imigrantes de se servirem do modelo alemão, Gernhard verificou diferenças na organização burocrática. (6)

Dezesseis anos de vida administrativa autônoma parecem ter deixado marcos na política local de Joinville que 30 anos depois ainda não estava ajustada a certas peculiaridades do padrão brasileiro.

Gernhard verificou, no começo do século, uma diferença política bastante acentuada, entre Joinville e Blumenau. Ao passo que a política blumenauense se distinguia pelo adesismo da população ao partido dominante, muitos Joinvillenses permaneciam na oposição porque não compreendiam o mecanismo partidário. (7)

Todavia, o exemplo de Dona Francisca é único. A razão talvez residisse no fato de se haver constituído nessa colônia, logo no princípio, um núcleo urbano integrado por intelectuais alemães refugiados. Em outras colô-

nias, a urbanização se deu só numa fase posterior, coincidindo freqüentemente com a criação de municípios.

Na grande maioria das colônias, elementos da velha organização comunal encontramos apenas nas associações escolares e nas comunidades religiosas, tanto mais que nelas a infiltração de traços da cultura originária se fazia sentir através de pastores e, às vèzes, de professores alemães.

Nó âmbito local das colônias germânicas, o problema da segurança exigiu, mais de uma vez, soluções que careciam de precedentes na cultura originária. Parece que, em geral, os imigrantes consideravam inadequado o aparelhamento existente. A segurança da pessoa e a garantia da propriedade representavam, no modo de pensar dos imigrantes, padrões culturais cuja existência estava fora de qualquer dúvida. A contestação de títulos de posse, o recrutamento compulsório, as revoluções e o banditismo eram fatos que colheram inteiramente de surpresa o imigrante médio enchendo-o de confusão e desconfiança.

No âmbito estritamente local, não foram raras as tentativas de criar um contrôle institucional que chegava à aplicação de sanções organizadas contra membros refratários. Já mencionamos a sanção drástica que certas comunidades riograndenses aplicavam a indivíduos que se recusassem a participar de trabalhos coletivos: matavam-se-lhes a tiro algumas cabeças de gado.

No documento redigido por ocasião do lançamento da primeira pedra da igreja evangélica de Blumenau (1868) lemos as seguintes frases: "O sentimento germânico de justiça, a disciplina e ordem germânica são mantidos e cultivados por juizes alemães..... Às vèzes, temos mais *self-government* do que nos convem. Contudo, a crônica de crimes e acidentes é, graças a Deus, muito pobre." (8)

Através de outras testemunhas aprendemos que, na colônia de Blumenau dos primeiros tempos, não havia “os complicados processos judiciais de hoje; a justiça era praticada de acôrdo com o modelo norte-americano que se ajustava bem às condições locais. Demandas dispendiosas e demoradas não se conheciam, pois o juiz procurava resolver tudo na primeira sessão. Advogados não encontravam meios de vida nessas circunstâncias. Também policiais não havia — apenas um único servente que se encarregava das intimações e estava presente nas audiências. O juiz conhecia a situação de cada um e, longe de tomar a lei ao pé da letra, considerava as circunstâncias e o caráter dos intimados. Casos criminais graves não ocorreram nos primeiros tempos. As pequenas demandas eram decididas rapidamente, de maneira quase pessoal e geralmente o juiz emitia sentenças acertadas.” (9)

O cronista continua narrando o julgamento de dois ladrões. O primeiro, um colono que havia furtado um machado, protestou violentamente contra a sentença que o condenara à devolução do objeto surripiado e ao pagamento das despesas. O juiz mandou amarrá-lo a uma laranjeira até que enfim concordou, depois de “algumas horas de meditação.”

No segundo caso tratava-se de uma ladra reincidente que se defendeu “com um atrevimento sem precedentes.” O juiz, “sem se incomodar muito com os parágrafos” condenou-a a 25 vergastadas aplicadas com uma vara de pecegueiro. (10)

Concepções jurídicas em choque — Diante das instituições judiciárias nacionais, os imigrantes e seus descendentes assumiram, principalmente nos primeiros tempos da colonização, uma atitude de reserva ou mesmo

suspeita. É provável que em alguns casos experiências feitas nos respectivos Estados de origem tenham contribuído para tal atitude. Aqui, o poder judiciário lhes ficava distante, quase inacessível, mas sempre dispendioso e lento. As dificuldades linguísticas davam ao colono comum um sentimento de inferioridade que aumentava a distância social. De mais a mais, a sensação de abandono e insegurança em épocas de intranquilidade pública, revolução, banditismo e recrutamento compulsório fê-los duvidar de existência ou eficiência das instituições jurídicas.

O diplomata belga Auguste van der Straten-Ponthoz estudou, em meados do século passado, a situação dos imigrantes europeus no Brasil. Entre os fatores de efeito negativo sobre o ajustamento dos alienígenas, menciona “as dificuldades internacionais da gestão de heranças de estrangeiros”, “o sistema de incapacidades mercantes e de taxas diferenciais com respeito aos residentes estrangeiros e, enfim, o recrutamento da esquadra e do exército prejudicaram, na Europa, gravemente o valor do Brasil como pátria de adoção.” (11)

Ponthoz friza particularmente os efeitos do recrutamento compulsório acompanhado de violências e perseguições. Os imigrantes eram recrutados porque “em semelhante situação uma população estrangeira jamais escapa.” (12)

“Para o brasileiro, o sistema atual é uma fonte permanente de vexames e opressão, ao passo que para o emigrante significa a ruína certa.” (13)

A instituição do inventário em caso de falecimento representa outro caso de conflito cultural legítimo. O inventário era desconhecido na cultura de origem dos imigrantes alemães e, além do mais, interferia com as idéias que eles alimentavam acerca da sucessão. Graça Aranha tentou descrever, em *Chanann*, o choque que

um processo de inventário provocava numa pequena colônia alemã do Espírito Santo. (14)

A própria entrega do mandado da justiça produz efeitos aterradores: "O colono, ouvindo falar em Justiça, tirou o chapéu submisso, e ficou como fulminado. O oficial do juízo foi-se e o colono ficou, por algum tempo na mesma postura. O nome mágico da Justiça aterrava-o. Na colônia quando se falava em tribunais e processos, todos se confrangiam. A lei e o direito tinham ali um prestígio inquietador." (15)

E' óbvio que van der Stratén-Ponthoz e Graça Aranha se reportam a fatos históricos no ajustamento dos imigrantes. O recrutamento compulsório de estrangeiros desapareceu há muito e a questão de herança de estrangeiros foi regulamentada por um convênio internacional. As instituições jurídicas desenvolveram-se, mas experiências históricas, sobretudo de populações rurais, provaram, mais uma vez, a sua persistência de acôrdo com a inércia das culturas camponesas. Aliás, a organização interna das comunidades teuto-brasileiras era, às mais das vèzes, de molde a dispensar a intervenção do poder judiciário.

No Vale de Capivarí (Santa Catarina), há 30 ou 40 anos "não se exigia escritura de dívida nem outra fiança qualquer; o dinheiro era entregue sem qualquer formalidade. Era ilimitada a confiança existente entre os moradores. Além disso, era difícil encontrar quem soubesse redigir em português uma escritura de dívida, pois era opinião geral de que um documento, para ter valor, devia ser escrito no idioma do país. De mais a mais, uma escritura de dívida torna-se necessária somente quando o devedor não quer pagar. Neste caso, porém, o credor deveria fazer valer os seus direitos em juízo, lançando mão do documento e do auxílio de um advogado. E não era possível induzir um colono a

empreender semelhante passo, mesmo sob pena de perder o dinheiro. E' que advogado e a justiça em geral não desfrutavam de muita confiança.

Hoje em dia, os moradores mudaram o seu modo de pensar. Além disso, a honestidade já não é a mesma de outrora. Hoje exige-se escritura de dívida, redigida pelo escrivão distrital e, portanto, de acôrdo com as disposições legais. Até hoje, porém, não houve quem começasse um processo por causa de uma dívida, embora em outros casos já se tenha procurado a justiça e o auxílio de advogados." (16)

A participação política — A princípio, os imigrantes e seus descendentes caracterizavam-se pela sua atitude passiva diante da política brasileira. "Pequenos lavradores, trabalhadores rurais e artífices, nunca tinham ouvido coisa alguma de direitos políticos na sua velha pátria." (17) o papel "político" desses imigrantes restringira-se ao de meros súditos a quem nunca se haviam dado oportunidades de participar do poder.

Já vimos que o regime oligárquico dos Estados sulinos de certo não era favorável a uma mudança desse estado de abstenção. Os latifundiários escravocratas monopolizavam o poder e a formação de uma classe média de pequenos proprietários rurais que difficilmente se agregavam aos corrilhos políticos, significava-lhes uma ameaça latente a seu status político. Essas circunstâncias talvez expliquem, em parte, a xenofobia de certos grupos políticos a que Tschudi se referiu com tanta insistência. (18)

E' preciso admitir que, no império, o *status politico* de imigrantes e seus descendentes não favorecia a sua integração política. Os cidadãos protestantes não tinham acesso a cargos políticos de importância. (19) O mesmo se dava com os brasileiros naturalizados que

a própria Constituição chamava de “estrangeiros naturalizados.” (20)

“Na maior parte dos estados sul-americanos,” observa Duval, “a naturalização, sem dúvida muito fácil, parece antes *onus*, que benefício, antes meio de subtrair o novo cidadão à proteção dos cônsules, do que de lhe abrir os privilégios da igualdade política; desejam-no mais como trabalhador auxiliar do que na qualidade de membro ativo e influente de uma sociedade nova. Por isso êle foge, suspeito, da naturalização, em lugar de procurá-la com afã... Se é protestante, em parte nenhuma goza da plenitude de sua liberdade religiosa; seu culto é tolerado como inevitável mal, antes do que protegido como sagrado direito... O espírito novo luta contra as velhas tradições.” (21)

A despeito de se haver adotado, na Constituição de 1824, o *ius soli*, a confusão a respeito dos direitos de cidadania parece ter sido considerável, pelo menos a princípio. Do tópico que passamos a transcrever, pode-se inferir, que, *de facto*, a concepção do *ius sanguinis* deve ter desempenhado um papel de certa importância nos acontecimentos políticos das primeiras décadas do século 19:

“O que, sobretudo, preocupava, ao barão de Caxias — vê-se bem nesse documento — era o aspecto militar da questão: “os quinhentos bons e valentes soldados de a pé e a cavalo”, que a legalidade podia obter. Fica, porém, a descoberto o descaso do govêrno imperial pelo problema fundamental da assimilação do colono. Não só não se fizera nada para apressar a fusão desejável; mas até mesmo os filhos de colonos, nascidos no Brasil, não conseguiam ver reconhecida a sua qualidade de brasileiros: ao contrário, eram tratados como estrangeiros. E êsses homens que pediam lhes fôsse permitido

servir gratuitamente, sòmente figuravam nas fileiras imperiais como “estrangeiros engajados”.

Pode surpreender, em tais condições, o isolamento dos que se viam, por tal modo não só descurados, mas repellidos. Negavam-se-lhes escolas, nada se fazia por ensinar-lhes a língua nacional atraindo-os ao convívio dos nativos. Recusava-se-lhes o reconhecimento da cidadania brasileira que reclamavam como condição contratual e a seus filhos, já brasileiros natos, se continuava a tratar como se estrangeiros fòssem. Não está aí à amôstra a causa originária do mal. Em vez de procurar neutralizar a “infusibilidade do alemão”, a incapacidade dos governantes a propiciava. E outros motivos viriam, mais tarde, somar-se aos já existentes, para agravar o problema.” (22)

Em 1846, São Leopoldo foi elevada à categoria de município, mas até 1860 não havia um único funcionário ou vereador municipal de descendência germânica. (23) Anos depois, ainda na era imperial, Jules Stoecklin observou que

“os colonos alemães no Brasil meridional gozam de grande liberdade; fora das autoridades judiciárias e policiais nenhum empregado brasileiro desempenha funções nas colônias, e aos protestantes garante-se a mais completa liberdade de consciência da parte do govêrno católico. Mesmo assim êles não têm a influência que lhes deveria assegurar o seu número. Sôbre 50 municipalidades da província do Rio Grande há apenas cinco que contam um certo número de conselheiros municipais de origem alemã.” (24)

Todavia, a atitude de abstenção política dos imigrantes e seus descendentes sofreu uma mudança com a chegada de numerosos grupos de intellectuais alemães, desarraigados pelo malogro da revolução liberal de

1848. A “Legião Alemã” (1900 soldados e 52 oficiais) que chegou em 1852, a convite do governo brasileiro, era composta quase exclusivamente de elementos cultos. Eles haviam lutado nas barricadas pelas idéias liberais e vinham sobrepor-se à população germânica como elite intelectual, exercendo, principalmente, as profissões de jornalista e professor. Esses homens tinham, naturalmente, uma visão mais larga da situação social dos imigrantes. Quanto à assimilação, seu papel foi nitidamente intermediário como é fácil verificar, por exemplo, em relação a Karl von Koseritz, um dos líderes da política rio-grandense.

“Quando em 2 de julho de 1864 Karl von Koseritz assumia a direção começou a política do “Diário Alemão” (Pôrto Alegre). Koseritz defendia sua política com grande habilidade e dedicação incansável, não somente nesse jornal, mas também na imprensa brasileira, mormente no “Rio-grandense” e, mais tarde, na “Reforma”. Nos primeiros dois decênios sua personalidade como suas idéias eram das mais discutidas. Ele estava em plena luta pela imigração com seus múltiplos efeitos sobre os campos mais diversos, tornando-se alvo dos ataques mais violentos da parte de seus adversários em Pôrto Alegre, São Leopoldo, Berlim e Rio de Janeiro, utilizando-se da sua pena combativa para pagar a seus adversários, na mesma moeda... Seu nome tornava-se um programa político para os alemães do Brasil. Pode-se falar de uma “era Koseritz” que começou, para a imprensa teuto-brasileira, em julho de 1864.

Koseritz tinha, desde o princípio, um programa positivo. Político realista e oportunista a um tempo, encontrava-se sempre no terreno dos fatos, os quais colocaram o alemão no Brasil em um novo ambiente político... Ele não queria *auxílio de espécie alguma*

do governo alemão para os seus conterrâneos no Brasil; muito ao contrário: os próprios teuto-brasileiros deviam conquistar a posição política à qual tinham direito. Para tanto era preciso estimular a imigração livre de qualquer restrição, como também o ingresso dos imigrantes alemães na vida política brasileira, quer dizer, a *naturalização*. Assim êle mesmo se naturalizou cedo, lutando, em seguida, com tãda energia pela abolição de tãdas as restrições que ainda cerceavam a imigração.” (25) Até que ponto Koseritz compreendia a realidade social, mostra à distinção que fazia entre os alemães do Rio de Janeiro e dos colonos radicados no Rio Grande do Sul. Havia entre os dois grupos divergências muito sérias que refletiam, com nitidez, diferenças fundamentais realmente existentes:

“Os alemães do Rio são apenas estrangeiros; êles se interessam pelo Brasil e seus destinos sòmente quando êstes colidem com seus próprios interesses imediatos... Nós somos uma população de colonos, o centro de gravitação dos nossos interesses está no Brasil. Nós adquirimos a cidadania brasileira e compreendemos a necessidade de participar da vida política do país e adquirir influência para nos tornarmos respeitados.” (26)

E' verdade que, apesar dos esforços de Koseritz e de outros imigrantes, as mudanças no seio das populações teuto-brasileiras foram extremamente lentas. Depois de 1860, o status político de *iure* e de *facto* dos germano-brasileiros e cidadãos naturalizados sofreu uma série de modificações incisivas. Os primeiros vereadores teuto-brasileiros surgiram na câmara municipal de São Leopoldo. A reforma de 1881 do direito eleitoral estatuiu que também protestantes e brasileiros naturalizados podiam ser eleitos deputados. Em 1889, todo o conselho municipal de São Leopoldo era constituído

de brasileiros descendentes de alemães. Em 1882 o próprio Koseritz foi eleito deputado provincial no Rio Grande do Sul. (27)

A despeito de todos os esforços, Koseritz não conseguiu que o governo alemão revogasse o Rescrito de Heydt que proibia a emigração para o Brasil. A atitude política de Koseritz encontrou somente oposição, em parte violenta, na Alemanha de Bismarck. Este, muito longe de incrementar a emigração, *combatia-a exigindo "que os órgãos estatais se abstivessem de apoiar e favorecer a emigração."* (28)

Se bem que a agitação da "era Koseritz" houvesse contribuído para intensificar a participação política dos teuto-brasileiros, esta fazia sentir o seu pêso em escala crescente principalmente porque a estrutura econômica das colônias se estava transformando. Já não se tratava exclusivamente de pequenos proprietários "ignorantês" e "submissos", dispersos pela imensidão das matas virgens, mas, sobrepondo-se a êles, estava surgindo uma classe de indivíduos remediados ou mesmo abastados, industriais e comerciantes cujos próprios interesses econômicos exigiam uma participação política cada vez mais ativa. Provavelmente é nesse fato que se encontra a explicação do "sucesso" das campanhas de Koseritz e seus companheiros do partido liberal.

Não é possível examinar a participação política dos teutos em bloco, pois como já ficou dito, as diferenças entre êles eram profundas e diversa era a maneira de reagir a determinados eventos destinados a modificar a distribuição do poder. Convem, por isso, distinguir pelo menos três grupos politicamente relevantes que correspondem, em linhas gerais, às camadas sociais existentes entre imigrantes e seus descendentes.

1 — Entre os intelectuais imigrados e os teuto-brasileiros urbanizados surgia uma espécie de elite política que ia fornecendo pequeno número de líderes.

2 — As classes médias urbanas e semi-urbanas compreendiam, aos poucos, o entrelaçamento de interesses econômicos e políticos.

3 — Com a modificação do direito eleitoral, a cotação política das populações rurais como “gado eleitoral” subia. A política de “cabresto” aplicada geralmente às classes inferiores, semi-alfabetizadas e mal informadas, não deixou de se difundir entre os descendentes de alemães que, desta maneira, entraram em contato íntimo com uma série de traços da política partidária. Basta atentar para o extenso vocabulário usado pelos teutos, em que figuram quase todos os termos característicos do jargão político desde “capanga”, “chapa”, “maragatos” etc. até “liberal”, “republicano” e “deputado”.

Nos três grupos sobretudo no primeiro e segundo, eram freqüentes os sintomas de conflitos culturais provocados por diferenças políticas entre a sociedade originária e a adotiva.

Já nos tempos da Farroupilha existiam alguns líderes políticos entre os teutos de São Leopoldo. A participação dos colonos locais *em ambos os lados* deve-se, como mostra Aurélio Porto, à atuação desses cabeças:

“Em 1837, a revolução triunfante cavara duas fortes correntes entre os colonos de São Leopoldo. A liberal, genuinamente revolucionária, tivera origem em elementos alemães que faziam parte, como oficiais dos corpos estrangeiros que estacionavam na província e que haviam tomado parte na guerra de 1827. Entre êstes oficiais distinguiram-se os capitães Kerts, Stapanouiski

e outros, ligados a certos liberais do Rio Grande que haviam tentado sublevar os colonos e marchar para Pôrto Alegre, dizendo-se com o fim de dar um golpe de estado, e mudar a feição das instituições. Foi isto em 1830. Coincide o movimento com as últimas arremetidas do tenente-coronel Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, o Quebra que, durante 30 anos, em sucessivas manifestações, sempre acobertadas pela atenuante da loucura, vinha procurando solapar a ordem proclamando a idéia republicana, a separação da província, e a libertação da escravatura.

Descoberto o plano d'esses oficiais alemães, tomou o govêrno providências enérgicas, prendendo-os e afastando-os dos cargos que exerciam. Achou-se também envolvido na mesma conspiração um francês, residente e negociante em São Leopoldo, João Antônio Sarrazin que, depois, em 1835, foi um dos mais ardentes propagandistas da República.

Ficara, entre os elementos alemães, essa semente que não tardaria germinar.

A 20 de setembro ao deflagrar a revolução, intensa agitação se produz na colônia. Mais ainda apaixonou os espíritos o castigo impôsto ao consul hamburguês que aconselhara aos súditos de seu govêrno, que, como estrangeiros, não se imiscuissem nas lutas partidárias em eclosão.

Ao lado dos revolucionários, desde logo, com valentia e ardor, surge Guilherme Klinghoffer, uma envergadura de lutador, que congrega inúmeros colonos e se põe, francamente, à frente de um grupo de combatentes. Para opôr-lhe resistência e fazer prevalecer na colônia o império da lei e as instituições monárquicas, profundamente solapadas, ergue-se essa figura empolgante do dr. João Daniel Hillebrand, com o seu prestígio

inestimável de médico e com as virtudes de seu coração formosíssimo.

E' quando surge Hermann von Salisch. Ex-oficial de um dos corpos de estrangeiros, homem de cultura e de grande inteligência, fôra para o Rio Grande e, terminado o seu contrato, ficara por São Leopoldo e Pôrto Alegre, como professor de música, tradutor de línguas e desenvolvendo uma pequena advocacia.

Profundamente ligado aos próceres liberais, por afinidades de crença e de caráter combativo, von Salisch, desde o primeiro momento assumiu atitudes definidas e se tornou, junto ao colono alemão, um colaborador inteligente e profícuo dos idéias revolucionários. .

Em 14 de outubro de 1835, o dr. Marciano Ribeiro, presidente da Província, "confiando muito na prudência e probidade do alemão Hermann de Salisch" o incumbiu "nesta de ir para essa colônia (São Leopoldo) a fim de tranquilizar os colonos, e fazer-lhes ver as boas intenções do govêrno a seu respeito: muito convem, acrescenta em ofício ao juiz de paz da colônia, que de inteligência com o dito Salisch V. M. lance mão de tôdas as medidas policiais, que parecerem conducentes a manter aí o sossêgo público."

Chegando a S. Leopoldo, Salisch, juntando-se a Klinglhofer, arregimenta o pessoal e se apresenta em franca hostilidade contra o brigadeiro Gaspar Francisco Menna Barreto que havia reunido um certo número de colonos e com êles estacionara pelas alturas do Campo Bom.

Consegue Salisch penetrar no campo adversário. Dotado de verbosidade, convincente mesmo, arenga em alemão aos seus compatriícios na presença de Gaspar, que não entendia o idioma, e que viu, com surpresa, depois do inflamado discurso do farroupilha, irem pouco

a pouco, se retirando para as suas colônias, os soldados improvisados que conseguiu formar.

Mas, contra a ação de Salisch impõe Hillebrand o seu valioso prestígio, e decresce na colônia o entusiasmo pela causa liberal.

Não obstante recruta, alí, a República valiosos elementos que jamais abandonaram os chefes a que cercavam." (29)

Blumenau menciona dois ministros protestantes que política e militarmente encabeçaram os colonos católicos. (30)

Alias, Aurélio Porto aponta dois motivos que parecem ter contribuído para envolver os alemães de São Leopoldo na Farroupilha. Foram determinados problemas de colonização e o antagonismo entre os moradores da vila de São Leopoldo e os colonos puramente rurais que teriam determinado a adesão dos colonos a este ou àquele partido. (31)

Ao que parece, os colonos alemães tomaram muito a sério a luta e nisso talvez se possa ver um conflito cultural. O padrão de revoluções e lutas com pouco derramamento de sangue, explicável quiçá pela falta relativa de homens no Brasil, não era corrente aos colonos alemães que *em ambos os lados* se revelaram "muito mais ferozes e sanguinolentos do que os brasileiros." (32)

Já assinalamos a importância da Legião Alemã como elite intelectual que forneceu também alguns líderes políticos. Um dos objetivos principais das campanhas de Koseritz foi a equiparação política dos teutos aos demais brasileiros, independentemente de religião e origem étnica. Se Koseritz advogava, assim, os direitos políticos da população teuto-brasileira, a luta havia de cessar quando essas aspirações fôsseis satisfeitas por uma

série de reformas, mas principalmente pela Constituição de 1891. *Foi realmente o que se deu.* Os líderes políticos que daí em diante surgiram entre as populações de origem germânica não se distinguiram, em absoluto, de seus colegas de origem portuguesa, a não ser talvez pelo nome, embora, às vêzes, também êste tivesse sido aporтугuezado.

Esse desenvolvimento contrariou as aspirações políticas de não poucos alemães e teuto-brasileiros que desejavam se conservasse a sua identidade étnica e surgissem líderes dispostos e capazes de reivindicar essas aspirações. A maioria das nações européias desenvolveu padrões específicos destinados a dar solução ao problema dos ençravamentos étnicos espalhados por tôda superfície do continente, da Irlanda até os Balcãs, da Rússia até a Catalânia. Ao lado de padrões coibitivos existiam outros que respeitavam a cultura das minorias étnicas concedendo-lhes, não raro, estatutos jurídicos especiais e uma relativa autonomia. Esta atitude ambivalente representa uma das inúmeras *inconsistências* peculiares à cultura política da Europa. Sabe-se que a política de Bismarck foi opressiva para a minoria polonesa que êle tentou assimilar mediante processos coibitivos, mas na dieta alemã encontramos deputados eleitos por essa mesma minoria cujos direitos podiam advogar. Na cultura germânica existiam, lado a lado, padrões coibitivos e permissivos, mas os *portugueses desconheciam ambos, pois em Portugal jamais houve ençravamentos étnicos.*

Não admira, pois, que uma parte dos imigrantes alemães tentasse aplicar as experiências anteriores à sua própria situação. Nos tópicos que passamos a transcrever, o historiador Handélmann formulou, de maneira clara, essas aspirações:

“Nesse sentido foi a colônia também encarada na Alemanha; principalmente em contraste com a maioria em tôdas as recentes informações relativas ao assunto, das outras emprêsas de colonização, era São Leopoldo, sempre e sempre recomendada como sítio do Brasil, onde o emigrante podia conservar a língua e os costumes da sua pátria, associando-se a uma grande comunidade, onde encontraria mais fácil trabalho e possibilidade de adquirir uma propriedade sua, e onde finalmente lhe são poupados a maioria dos inconvenientes muito conhecidos, a que está sujeito o colono nos países estrangeiros, especialmente sob o péssimo regime do funcionalismo dali.

Se o Brasil quer receber, de fato, uma imigração alemã, deve contar com o mesmo fenômeno, a formação de uma raça teuto-brasileira. Parece, entretanto, que o orgulho nacional brasileiro, ou, antes, o antigo exclusivismo português, se arrepia contra tal perspectiva; já narramos (cap. X) como recentemente se revelou, no modo de proceder das autoridades provinciais e municipais para com ambas as grandes colônias alemãs de São Leopoldo e Petrópolis, o desejo de fundir rapidamente e à fôrça o elemento alemão com o brasileiro, como declararam abertamente ao pastor protestante alemão Wiedemann, em Petrópolis: “E vontade do govêrno que dora em diante se faça a fusão e tudo se organize de conformidade com os costumes brasileiros.”

De tais veleidades nativistas terão os brasileiros que desistir certamente, e, a fim de conjurar a desconfiança que de novo se desperta, terão mesmo, ao contrário, que dar garantias de estarem resolvidos a acatar e proteger a nacionalidade alemã do imigrado; terão, para êsse fim, que facilitar o mais possível aos imigrantes o estabelecimento de *comunas próprias independentes e, em vez*

de lhes dar a tutela de diretores, deixar-lhes a administração própria, por funcionários por êles mesmos eleitos.....

De nosso lado, estamos muito longe de planos idealistas exagerados, e concordamos plenamente em que o governo brasileiro, tão pouco o norte-americano, não possa estar disposto a admitir a formação de uma nacionalidade estrangeira no seu território, um Estado no Estado; uma nova Alemanha, uma província exclusivamente alemã, com autonomia provincial e governo próprio, é tão impossível aqui como lá. Mas, por outro lado, os governos do império e provinciais poderiam muito bem promover a formação de distritos com preponderância de alemães; bastaria, então, estabelecer os núcleos coloniais aqui e acolá, de modo que, pouco a pouco, crescendo, êles se ligassem, e promover êsse processo o mais possível pela construção de boas estradas de comunicação; como já apontámos, por exemplo, na província de São Paulo, uma grande zona alemã, nessas condições, exerceria uma fôrça de atração fora de comum para a imigração espontânea.....” (33)

“Além disso, o que restaria para o governo do império e o provincial fazerem, seria promover para aquelas regiões, onde se cogita, sobretudo, de uma imigração alemã, *a equiparação legal da língua alemã*. A língua oficial ficaria sendo, sem dúvida, a portuguesa, porém, por exemplo, as leis deveriam ser publicadas com a tradução alemã oficial ao lado do texto português, *o uso da língua alemã deveria ser admitido na escola, na igreja e no tribunal, assim como em tôdas as transações comerciais particulares*. Também seria para desejar, e de resultado benéfico, providenciar-se para a instrução pública alemã e a instituição do ensino da língua alemã nas escolas públicas brasileiras, tanto como

o da portuguesa nas escolas alemãs. Por êsse meio, aproximando ambas as nacionalidades, facilitar-se-iam necessariamente as relações mútuas da amizade, favorecendo muito, afinal, a fusão para unidade de nova raça.

Portanto, em resumo, repetindo o que se disse até aqui: um acolhimento mais franco da parte dos brasileiros, mais tolerância no sentido político, religioso e nacional, seria desejável e necessário, o que restaria ainda a desejar, no interêsse da imigração, não é menos do interêsse do próprio povo brasileiro.” (34)

Os brasileiros não desistiram de suas “veleidades nativistas” (para usar a expressão de Handelmann), mas também não adotaram padrões coibitivos. Nunca se cogitou da concessão de um estatuto minoritário aos teuto-brasileiros ou a outros grupos étnicos, embora existisse, no norte, o precedente dos franco-canadenses. “Oficialmente,” não há minoria no Brasil e o próprio termo parece repugnar à maioria de seus homens públicos. *Mas de fato* não se puseram obstáculos à perpetuação de importantes elementos da cultura originária dos imigrantes.

E’ óbvio que as reivindicações apresentadas por Handelmann e adotadas, nesta ou naquela forma, por outros autores (35), nunca se condensaram a ponto de desencadear um *movimento* qualquer por insignificante que fôsse. A razão está na falta absoluta de líderes políticos dispostos a difundir e defender idéias minoritárias. Os que se revelavam aptos para o desempenho de funções políticas, eram invariavelmente absorvidos pela política partidária que constituia um sistema de drenagem incessante. O canal de ascensão política já estava preestabelecido desde a esfera municipal até o âmbito da política federal. Fora disso, não era possível fazer carreira. Despertar a consciência de colonos

teuto-brasileiros, incrivelmente desconfiados com relação a tudo que não estivesse dentro da rotina e tradição, teria sido uma tarefa condenada, de antemão, a um fracasso irremediável. Movimentos minoritários nascem em situações de conflito caracterizadas pela privação de liberdades julgadas essenciais. Não pode haver dúvida de que essa situação nunca existiu no Brasil. Ao contrário: os imigrantes alemães provinham geralmente de situações opressivas, de maneira que o contraste não podia deixar de favorecer a terra adotiva. Jamais haveriam compreendido as razões de uma campanha minoritária. Não sentiam nem podiam sentir a “falta de líderes”, porém, encarados de um ângulo de vista diferente pareciam uma massa acéfala. Era esta a visão que tinham sobretudo os representantes da Igreja Evangélica Alemã interessados como estavam na perpetuação da identidade étnica dos teuto-brasileiros.

Ainda em 1929, verificou-se nesse círculo que a “falta de personalidades-líderes constituía o mais grave problema teuto-brasileiro.” A existência dos teuto-brasileiros como grupo etnicamente distinto “dependia” da solução desse problema. Mas, acrescentou o publicista, não se podia alimentar a esperança de uma solução. (36)

Aliás, é provável que mais tarde, com o advento do nacional-socialismo, êsses grupos “irredentistas” vislumbrassem uma chance de realizar as suas velhas aspirações. Assim como a própria formação das classes médias teuto-brasileiras, também a sua integração política foi um processo lento e cheio de hesitações. Como principal móvel de ação política deve ser considerada a necessidade crescente de defender interesses econômicos os quais, a par com a urbanização e industrialização, exigiam o abandono da antiga reserva. À participação política dessas classes opunha-se, como já

foi mencionado em capítulos anteriores, uma diferença fundamental de ideologia partidária. Os partidos políticos alemães eram estruturas sólidas cada qual com sua filosofia e vida inconfundíveis. Os princípios partidários exerciam grande poder formativo sobre os indivíduos que constituíam os quadros partidários. O que os alemães chamam *Weltanschauung*, era determinado, em grande parte, pelas normas de política partidária. Uma conversa rápida bastava geralmente para identificar uma pessoa qualquer como socialista, conservador, católico, liberal etc. Mudar de partido era interpretado como "falta de caráter" e a denominação "renegado" era a pior qualificação possível para um político. Gerações da mesma família faziam parte do mesmo partido, pois a educação doméstica já inculcava, na mente dos filhos, uma boa dose de ideologia partidária. A despeito disso as concepções políticas eram muitas vezes colocadas acima da solidariedade da família. Conflitos entre pais e filhos, entre irmãos e outros parentes tinham, não raro, motivos políticos.

As profundas mudanças estruturais que o desfêcho da guerra de 1914 trouxe para o povo alemão, quase não atingiram o sistema partidário. Somente nos últimos anos da república, a tradicional estabilidade cedia um pouco à medida que a crise econômica e o radicalismo político se acentuavam.

Todavia, o homem médio, embora comungasse de uma ideologia partidária, permanecia *relativamente distante* da realidade política. Quanto mais se descesse na escala social e, particularmente, na hierarquia administrativa, tanto menos se sentiam influências políticas, de modo que muitas esferas da administração pública estavam completamente a salvo de ingerências políticas diretas. Aparentemente, a política partidária girava em tórno de interesses e ideais. Lutava-se, por

exemplo, para obter aumento ou diminuição de impostos alfandegários; polêmicas se desencadeavam pró ou contra a escola leiga etc. O eleitor das classes médias e baixas tinha sempre a impressão de estar lutando apenas pelos interesses e ideais do partido. Os chefes políticos lhe ficavam longe e essa distância lhes dava a auréola de homens abnegados. Os nomes impressos nas chapas eleitorais representavam exclusivamente o programa ideológico do partido, pelo menos na opinião do eleitor comum.

As campanhas eleitorais, ainda que intensas e apaixonadas, não tinham cunho personalista. A propaganda era feita através de jornais, cartazes e comícios, mas jamais os partidos tencionavam organizar uma rede de "cabos" eleitorais, incumbidos de arrebanhar eleitores. (37) Ir de casa em casa a fim de pedir votos de amigos, parentes, conhecidos, fregueses, devedores, empregados etc. teria sido um processo pouco fecundo e muitas vezes contraproducente. Geralmente, as campanhas eleitorais não traziam contatos *pessoais* entre candidatos e eleitores, a não ser através de comícios públicos.

Essa breve caracterização provavelmente basta para dar uma idéia geral das diferenças que separam a política partidária alemã da brasileira. A estrutura dos partidos brasileiros, seus modos de agir divergiam profundamente de tudo quanto um imigrante alemão podia esperar, tanto mais que encontrava, entre nós, denominações semelhantes aos que conhecera no país de origem. Palavras como partido democrata, nacional, liberal, socialista como tôda a série de combinações que se podem estabelecer entre êsses termos, eram familiares aos ouvidos dos imigrantes. Tanto maior a surpresa que experimentaram ao descobrir que denominações semelhantes cobriam diferenças profundas. Cho-

cava-os que êsses partidos não tinham nem *filosofias próprias nem consistência* (pois geralmente nasciam em vésperas de eleição para logo depois desaparecerem), e que os interêsses coletivos serviam de pretexto para defender ambições pessoais. As campanhas eleitorais se travavam, com grande violência, no âmbito municipal. O imigrante era pôsto em contato *direto* com a realidade política: tinha ensejo de acompanhar de perto os “conchavos”, as “traições, via em ação cabos e capangas, presenciava atos de violência, tiroteios à noite, calúnias, vinganças, luta pelos empregos públicos, promessas e ameaças feitas aos eleitores, a arregimentação do “gado eleitoral” da roça, enfim tudo o que, entre nós, se entendia por política e campanha eleitoral. Posto assim de repente ante a realidade “macroscópica”, sentia a violência do choque. Aplicando os seus conceitos tradicionais, não podia deixar de sentir desprezo por essa espécie de política que contradizia tudo quanto aprendera, na sociedade de origem, em matéria de moral política. Não se pode afirmar que tenha realmente conhecido a realidade política da Alemanha, mas bastava o antagonismo entre o que havia *imaginado fôsse a realidade* e o que se lhe apresentava aqui, na mesma esfera cultural. Havia, no entanto, diferenças entre os imigrantes vindos nas primeiras décadas do século passado e os que aportaram aqui nos últimos 50 ou 60 anos. Desprovidos de experiências de política partidária, os primeiros traziam apenas uma desconfiança com relação ao poder estatal, reacionário e opressivo. Os segundos vinham geralmente com experiências políticas; entre êles destacavam-se os refugiados de 1848 e muitos socialistas que a luta entre o partido social-democrata e os partidos burgueses deslocava para cá.

As experiências políticas dêsses imigrantes não eram as mesmas. Os alemães da Prússia Oriental e da Hungria, por exemplo, estavam familiarizados com uma espécie de política partidária e com técnicas eleitorais que não se distinguiam muito das que conheceram no Brasil. Para êstes, o choque foi menos violento. Mas os imigrantes da Alemanha meridional e ocidental, onde as divergências ideológicas entre católicos e liberais eram profundas e a estrutura social mais democrática, traziam padrões políticos que se chocavam, no sentido apontado, com os que viam no país adotivo.

Diante de tôdas essas diferenças pode causar surpresa o fato de que nas áreas de colonização alemã no Brasil, a política partidária não se tenha desenvolvido numa direção diferente. As classes médias constituídas sobretudo de comerciantes e industriais urbanos, faziam o jôgo político característico a todo Brasil e variável apenas em seus acentos locais e regionais. Bairrismo e oportunismo, personalismo e familialismo são os quatro "ismos" que melhor caracterizam a política feita pelos teutos; mas vê-se imediatamente que os mesmos atributos se aplicam a qualquer região do Brasil. Geralmente, os teuto-brasileiros davam preferência a padrões pacíficos para resolver disputas eleitorais. Faca e revólver raramente eram considerados meios adequados. Êsse "pacifismo" eleitoral, no entanto, os teutos compartilhavam com inúmeros brasileiros, de outras origens étnicas.

As técnicas eleitorais eram, nas zonas teuto-brasileiras, idênticas às demais. Usavam-se a mesma nomenclatura, os mesmos conchavos, os mesmos processos de propaganda e de arregimentação de eleitores. Quanto mais antiga a zona, tanto mais sòlidamente arraigados apresentavam-se êsses padrões políticos.

Como se explica, diante das diferenças verificadas que na esfera política a aculturação tenha ocorrido num ritmo mais célere do que em muitos outros setores culturais? Pensamos que os seguintes motivos, possivelmente ao lado de outros que nos escapam, modificaram decisivamente a atitude dos alemães e, principalmente, de seus descendentes.

1 — Nos primeiros 50 anos, os imigrantes, com exceção de um punhado de intelectuais, aportaram aqui sem nenhum lastro político. Não estavam, portanto, em condições de fazer confrontos. Não se tratava de substituir padrões tradicionais por outros, mas simplesmente de aquisição de padrões que não podiam ser aferidos a experiências anteriores.

2 — A infiltração da política partidária em tôdas as esferas culturais forçava a participação dos teuto-brasileiros contanto que não quisessem sofrer graves prejuízos materiais. A localização e construção de estradas, a obtenção de licenças, a arrecadação de impostos, o consêrto de pontes e caminhos, o pagamento de salários ou fornecimentos, a localização e provimento de escolas tudo isso e às vêzes muito mais dependia, em grande parte, da côr política dos interessados, da sua “fôrça eleitoral” junto ao govêrno, partido situacionista ou oposicionista. A abstenção política significava, geralmente, estagnação econômica.

3 — Os teuto-brasileiros representavam uma parte ponderável do eleitorado e, por isso, a sua participação era insistentemente solicitada. Os candidatos mais nativistas e “germanófobos” esqueciam-se, temporariamente, das suas antipatias. Obstáculos linguísticos deixavam de existir, pois, se necessário fôsse, a propaganda era feita em alemão.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 531

Wettstein já observou, nos primeiros anos d'êste século, a assimilação dos Blumenauenses à política partidária. "Mesmo tratando-se de professôres primários, a demissão ou permanência no cargo dependia do partido." (38)

Em 1915 publicaram-se as memórias do médico João Eickhoff, chamado o "Maragaten-Doktor". A narrativa, que se reporta às lutas políticas de 1893/94, revela a aceitação integral dos costumes brasileiros pelos políticos rio-grandenses de origem alemã. (39)

Não há dúvida de que a participação política era posta a serviço da perpetuação da vida institucional das comunidades teuto-brasileiras. Partidos ou candidatos que não se compromettessem a respeitar o patrimônio cultural dessas comunidades, não podiam contar com votos.

Na revolução de 1924, a maioria dos germano-brasileiros estava no lado de Borges de Medeiros porque êste, como positivista, nunca interferira na vida cultural das comunidades teutas. O mesmo observador afirma que, em geral, os descendentes de alemães não absorvidos ainda pela cultura brasileira, se revelaram *conservadores* porque de *cada movimento revolucionário* temiam conseqüências nativistas. (40)

Nas instituições acobertadas pela política partidária havia, como já foi dito, certo número de elementos culturais transferidos do país de origem (escolas, língua, caixas de beneficência, cooperativas, associações recreativas etc.). Parece paradoxo que precisamente a integração política dos teuto-brasileiros tenha contribuído para a conservação de elementos da cultura alemã, cujo desaparecimento era considerado desejável ou necessário desde que os primeiros colonos alemães fundaram São Leopoldo.

A que ponto a integração política dos imigrantes e seus descendentes vinha acompanhada de conflitos de lealdade e crises de marginalidade, somente uma coletânea de *life-histories* poderia revelar. A vida política restringia-se, quase unicamente, às campanhas eleitorais. Atração e repulsão exercidas pela sociedade de origem e a brasileira não eram de molde a produzir conflitos violentos. O desenvolvimento político da Alemanha imperial, dividiu as simpatias teuto-brasileiras:

Em 1906, Lacmann, observador deveras insuspeito, verificou que os brasileiros de origem germânica manifestavam poucas simpatias pela Alemanha. Os colonos imigrados não acharam, junto a seus cônsules, a proteção que esperavam. As elites teuto-brasileiras, educadas no idealismo liberal de 1848, achavam antipáticos o assessorismo e militarismo alemão. “Se a Alemanha tentasse anexar o Brasil meridional, nós seríamos os primeiros a pegar no fuzil” esta e outras manifestações semelhantes ouvi mais de uma vez.” (41)

A entrada do Brasil na primeira guerra mundial induziu muitos descendentes de alemães, da área do Itajaí, a assumirem uma atitude violentamente germanófoba. (42) O número desses indivíduos parece ter sido relativamente grande nas classes médias parcialmente assimiladas. Evidentemente, tratava-se de uma atitude de compensação com que se julgava contrabalançar o “estigma” da ascendência étnica.

As observações que acabamos de fazer, referem-se, como já foi dito, às classes médias urbanas e semi-urbanas. Aos povoadores rurais em geral elas não podem ser aplicadas. Este fato é muito importante porque os pequenos proprietários rurais constituem, mesmo hoje em dia, a grande maioria da população teuto-brasileira. Do ponto de vista político, a situação

dêsses povoadores não era muito diferente da dos caboclos. Com êstes, os colonos teutos integravam o “eleitorado de cabresto”. Verdade é que entre êles havia maior número de pessoas que sabiam rabiscar o nome e por isso eram mais solicitados do que os caboclos pre-letrados. Como no país de origem, os descendentes de jornaleiros da Prússia semi-feudal, os filhos, netos e bisnetos de rendeiros ou pequenos proprietários dos Estados meridionais da Alemanha com seus regimens autoritários e opressivos: exatamente como no país de origem, tôda essa gente continuava o seu papel político passivo, incapaz de compreender o sentido dos acontecimentos políticos, apenas receosa de perder sua nesga de terra com as revoluções políticas que lhe traziam, de tempo em tempo, a insegurança pessoal e o banditismo assolador.

É nessas ocasiões que os colonos se mexiam e através das suas reações pode-se estudar a sobrevivência de determinados valores da cultura de origem e seus embates com padrões de comportamento da sociedade brasileira.

Digna de atenção, por exemplo, é a atitude que os colonos assumiram diante dos *Muckers*. Embora êstes fôsem, na sua maioria, descendentes de alemães, a inquietação causada pelo levante, foi tamanha que os colonos esperavam uma ação rápida e radical das autoridades. Contrariamente à expectativa de muitos teuto-brasileiros, o govêrno riograndense se mostrou hesitante. Essa atitude provocou a indignação dos colonos e algumas autoridades locais demitiram-se em sinal de protesto. (43) O movimento popular na região flagelada tomou vulto. Uma petição com mais de 2.000 assinaturas reclamou medidas decisivas da parte do Estado. (44) Decepcionados com a atuação de exér-

cito e polícia, os colonos empreenderam ações coletivas contra os Muckers e ainda em 1898 massacraram um dos grupos remanescentes. (45)

Ao examinar a situação, percebe-se nitidamente que havia, entre as autoridades brasileiras de Pôrto Alegre e os povoadores teuto-brasileiros, divergências quanto ao valor da segurança pessoal e às medidas que deviam ser tomadas para mantê-la. A segurança pessoal não revestia o mesmo significado para ambas as partes. Daí o conflito e a solução final dada ao problema pelos próprios colonos.

Nas revoluções mais recentes, vemos os povoadores teuto-brasileiros ao lado de elementos de outras etnias, tomarem atitudes que se distinguem, caracteristicamente, das do resto da população rural.

Na revolução de 1924-25 formaram-se, nas colônias teutas do Rio Grande do Sul, milícias incumbidas de manter a ordem. Ao lado de teuto-brasileiros encontravam-se, nos seus quadros, imigrantes alemães, italianos, letões, poloneses e, ocasionalmente, um ou outro brasileiro "genuíno" (para usar a expressão do observador); Ao que parece, os chefes eram, em algumas colônias, ex-oficiais alemães. (46)

Entre as diversas colônias da Serra estabeleceram-se laços de solidariedade: às mais ameaçadas enviaram-se corpos auxiliares.

O traço mais interessante dessa ação, talvez seja a "declaração de neutralidade" no conflito entre o governo e as forças revolucionárias. Em Santa Rosa Buricá, por exemplo, os colônos "neutros" tentaram impedir a passagem das tropas governamentais originando-se daí um atrito. (47)

Evidentemente, avessos à revolução, os colônos lançaram mão dessa forma de auto-defesa porque a revolução não lhes significava senão confisco, pilhagem e

insegurança geral. O valor atribuído à segurança patenteia-se na declaração de neutralidade: “Todavia, posteriormente, o publicista levanta a questão sobre o que teria acontecido se a revolução houvesse vencido. Opina que nessa hipótese os colonos deveram procurar um entendimento com os revolucionários “*afim de colocar a colônia à margem dos distúrbios políticos.*” (48) Aliás, para tal, a neutralidade anterior teria sido o primeiro passo. A organização militar que os colonos se deram deve-se provavelmente à existência de ex-oficiais imigrados depois da Guerra Mundial.

Ius soli e *Ius sanguinis*. — Os contatos entre os povos europeus e americanos caracterizam-se, desde a época da emancipação política destes, pela incompatibilidade das concepções que se ligam ao *ius soli* e *ius sanguinis*. Esse conflito cultural assumiu, a miude, formas mais graves entre países europeus de emigração e aqueles países americanos que, depois da independência, acolheram grandes correntes imigratórias.

“Os povos europeus, já formados e homogêneos, adotam o *ius sanguinis*, com maiores ou menores atenuações que a experiência apontou; os sul-americanos, que receberam, durante os séculos de formação, grandes contingentes imigratórios, editaram leis baseadas no *ius soli*, com exceções que se prendem ao *ius sanguinis*. (49)

Grosso modo falando, a concepção de “quem nasce no Brasil, brasileiro é” lançou raízes profundas na cultura brasileira, a ponto mesmo de se desprezarem evidências sociais contrárias ao critério formalista de nascimento. De um lado, o indivíduo que, apesar de haver nascido no Brasil, não se confessa brasileiro porque a educação que tivera não o integrou na sociedade brasileira, provoca, quase invariavelmente, atitudes de repulsa. De outro lado, apesar de se exigir, incessan-

temente, uma política de assimilação mais ativa com relação aos alienígenas, está predominando a crença de que aquêles que não nasceu no Brasil não possa ser realmente brasileiro. Acontece, porém, que foram principalmente famílias e não indivíduos isolados que imigraram no Brasil. Estas traziam, em regra, certo número de filhos menores, com poucos meses ou anos de idade. Aqui lhes nasceram outros filhos; êstes eram brasileiros para todos os efeitos, aquêles, no entanto, permaneceram estrangeiros, embora *socialmente* falando não houvesse, em geral diferença nenhuma entre as duas categorias. Se é que essas crianças traziam reminiscências de seus países de origem (o que é praticamente impossível até a idade de três anos), estas não eram de molde a influir sôbre o processo de assimilação. Em qualquer hipótese êsse fator é completamente desprezível quando comparado com as influências que o meio doméstico exerce sôbre os filhos *depois da transmigração*, independentemente do lugar de nascimento.

Caraterística, no mesmo sentido, é a atitude diante da *naturalização* de alienígenas. Na maioria das sociedades ocidentais, a naturalização consiste no "ato de admitir um alienígena à posição e aos privilégios de um cidadão nato e o processo de ser admitido desta maneira." (50)

Em linguagem sociológica diríamos que a naturalização consiste na aplicação de uma sanção formal aprovativa que reconhece um processo de assimilação já consumado.

E' estranho a contradição que a respeito da naturalização se encontra na Constituição de 1824. O art. 6.º reza que "são cidadãos brasileiros... os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião." Art. 91, no entanto, estabelece uma diferença entre os "Ci-

dadãos Brasileiros que estão no gôzo de seus direitos políticos” (§ 1) e “os estrangeiros naturalizados” (§ 2). Acresce que a êstes a Constituição nega, como já vimos, importantes direitos políticos passivos. E’ óbvio que a primeira carta política que o Brasil teve e que vigorou até 1891, instituiu diferenças fundamentais entre brasileiros natos e “estrangeiros naturalizados.” Embora a naturalização sòmente possa ter o sentido de “admitir um alienígena à posição e aos privilégios de um cidadão nato”, o naturalizado continuava sendo “estrangeiro” segundo a fórmula da Constituição Imperial. (51)

Verdade é que a Carta política de 1891 equiparou o naturalizado ao cidadão nato (52) ,mas as Constituições de 1934 e 1937 restringiram novamente os direitos do brasileiro naturalizado afetando, desta vez, profundamente o seu status profissional e político. Os dispositivos das duas Constituições e uma legislação especial limitam os direitos de exercer uma série de atividades profissionais. A Constituição de 1934 e as diversas constituições estaduais tiraram aos cidadãos naturalizados *todos os direitos políticos passivos*. Nenhum brasileiro naturalizado era elegível para cargos políticos por insignificante que fôsse. Criou-se assim uma categoria de cidadãos de segunda classe aos quais se atribuía sòmente uma parte dos direitos mas *todos os deveres* de brasileiros natos.

Embora de um lado pareça predominar a opinião de que a incorporação de um indivíduo na comunidade nacional esteja condicionada ao local do nascimento, é inegável, de outro lado, que o fato de ter nascido no Brasil nem sempre garante o reconhecimento *social* do status jurídico de certos indivíduos. É que a opinião pública associa à imagem estereotipada “do” brasileiro determinados caracteres somáticos. Acresce que também nos estereótipos de outros grupos étnicos, qualidades

somáticas desempenham papel de muita importância. E' inútil dizer que os estereótipos refletem apenas as tendências etnocêntricas do grupo, nunca porém a realidade no sentido antropológico. O que importa é o papel que os estereótipos raciais desempenham *de fato*. Assim, um indivíduo pode ser brasileiro de terceira ou quarta geração, mas se corresponde a certos estereótipos raciais, continua, para muitos, "alemão", "japonês" ou "turco". (53) Chama-se "alemão" ao indivíduo que tenha olhos azues e cabelos louros. Essa classificação racial começa em regra na escola primária, continua depois na vida profissional e pode assumir todos os matizes, desde o apelido dado "por brincadeira" até a "xingação". Classificado como "alemão", o indivíduo cuja educação não é suficiente para fazê-lo compreender sua situação jurídica, tende naturalmente a aplicar a si mesmo o atributo conferido pelo meio social em que vive:

"Procurei pelos jornais um jardineiro alemão. Apresentou-se um indivíduo alto, louro e com sotaque caracteristicamente caipira. Disse ser jardineiro alemão. Perguntado onde nascera, respondeu que era de Sorocaba. Não descobri nele nada de alemão a não ser certos traços somáticos convencionalmente tidos como germânicos. Ele não era capaz de dar uma informação sobre a sua ascendência. Apenas sabia que pais e avós também nasceram e residiram no município de Sorocaba. Provavelmente era descendente de imigrantes alemães ou suíços que na primeira metade do século passado se fixaram naquela região." (54)

Postos em confronto com as concepções do *ius soli*, os estereótipos raciais afiguram-se como exemplo claro daquelas *inconsistências culturais* que a opinião pública sabe conciliar recalçando-lhes facilmente a falta de

lógica. Como conflito, no entanto, essa inconsistência se afigura só à pessoa *marginalizada* e, nesta hipótese, os efeitos negativos sôbre a assimilação tornam-se evidentes.

Por outro lado, não se deve esquecer de que o imigrante alemão, como os demais europeus, trazem, no seu lastro cultural, as concepções do *ius sanguinis* que sòmente aos poucos vão cedendo à concepção contrária. O choque conceitual patenteia-se, com tôda nitidez, numa das exigências programáticas com que Handellmann se opõe à política de imigração do Brasil:

“Abstraindo das considerações precedentes, deve o Brasil, em todo caso, abolir um duplo inconveniente para a imigração de residentes estrangeiros.

Primeiro, a abolição do sistema de naturalização forçada. E' que sòmente os filhos de residentes e de imigrados, que antes da transmigração dos pais nasceram no estrangeiro, têm, segundo o art. 3.^o da lei da naturalização de 1832, o direito de opção: ao atingir a idade de 21 anos, têm que declarar se querem adotar a nacionalidade brasileira ou se preferem a de seu nascimento, e se querem ser daí em diante cidadãos ou residentes.

Não assim os *nascidos no Brasil*, depois de transmigrados os pais. Determina o art. 6.^o, § 1.^o da constituição, que “são cidadãos brasileiros os que no Brasil tiveram nascidos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que êste não esteja a serviço de sua nação”, e esta disposição foi ùltimamente esclarecida pela autêntica interpretação de 14 de agôsto de 1846, no sentido de que a tais filhos não é facultativo virem a ser cidadãos, se o quiseram, porém que sem mais formalidades o são, têm que ser, — princípio que desde então se tem conservado em vigor invariavelmente, apesar de repetidas reclamações (e apesar do bom exemplo que deu o Estado

vizinho do Brasil, a Confederação Argentina, pois recentemente determinou deixar aos filhos de pais estrangeiros, nascidos no país, a opção entre a nacionalidade do país de nascimento e a paterna); nem precisamos acrescentar que essa naturalização forçada dos filhos, na maioria das vezes contraria o intento dos residentes, pois êstes não cuidavam de todo fundar no Brasil um lar e uma família; e que não menos para os próprios interessados em geral, essa imposição é um pêso vexatório, pois o que lucra com a naturalização em vantagens civis sobretudo, ao negociante não parece compensação bastante para o serviço na milícia e para o recrutamento, ao qual êles ficam sujeitos.” (55)

Existe um corpo de *ideologias* que os imigrantes e seus descendentes formaram a fim de solucionar a contradição entre as concepções ligadas ao *ius sanguinis* e as que se associam ao *ius soli*. A solução se afigurava tanto mais urgente quanto maior fôsse a pressão política que se fazia sentir sôbre a opinião pública teuto-brasileira. A racionalização mais interessante, do ponto de vista ideológico, é talvez a tentativa de justificar a conservação da identidade étnica alemã com o argumento de que ela redundaria em benefício do próprio Brasil e de que sòmente o teuto que se apegasse conscientemente a seu patrimônio cultural germânico, tornar-se-ia um cidadão brasileiro realmente útil à sua pátria. (56)

Na realidade, porém, o nativismo dos teuto-brasileiros se desenvolveu, sobretudo nas classes médias e inferiores, a despeito das racionalizações ideológicas que acabamos de mencionar. A razão é simples e reside na própria competição entre teuto-brasileiros e imigrantes alemãos. Quanto mais pronunciada a competição tanto mais se acentuaram as tendências de fazer valer, à face da suposta ou real superioridade do alemão-novo (o “galego”) o status de cidadão nato.

NOTAS

- (1) Alfred Funke, op. cit., p. 111.
- (2) Friedrich Wilhelm Brepohl e Wilhelm Fuginann, *Die Wolgadeutschen im Brasilianischen Staate Paraná*, (Stuttgart, 1927), pp. 25, 26.
- (3) Exceção feita dos imigrantes vindos das aldeias semi-feudais do leste e dos Estados reacionários da Alemanha meridional, anteriormente a 1848.
- (4) *Koseritz' deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1906, p. 128.
- (5) Robert Gernhard, op. cit., pp. 94, 95.
- (6) *Ibidem*, p. 112.
- (7) *Ibidem*, pp. 276-278.
- (8) *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1908, N.º 10, p. 240.
- (9) José Deeke, op. cit., Vol. I, p. 87.
- (10) *Ibidem*, pp. 93, 94.
- (11) Auguste van der Straten-Ponthoz, *Le Budget du Brésil*, Tomo III, (Paris, 1854), p. 140.
- (12) *Ibidem*, p. 171.
- (13) *Ibidem*, p. 171.
- (14) Graça Aranha, *Chanaan*, oitava edição revista, (Rio de Janeiro, 1939), pp. 152-179.
- (15) *Ibidem*, pp. 153, 153.
- (16) Informações pessoais de um morador de São Bonifácio.
- (17) K. Oberacker, op. cit., p. 73.
- (18) Veja Capítulo "Isolamento e contato", na primeira parte deste livro.
- (19) Artigos 95, 3; 141 da Constituição de 25 de março de 1824.
- (20) Artigo 95.2 da Constituição do Império.
- (21) João Cardoso de Menezes e Souza, *Teses sobre a Colonização do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1875), pp. 362, 363.
- (22) Leonardo Truda, op. cit., p. 290.
- (23) K. Oberacker, op. cit., p. 75.
- (24) Jules Stoecklin, *Les colonies et l'émigration Allemandes*, (Paris, 1888), p. 193.
- (25) Hans Gehse, *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*, (Münster, 1931), p. 137.
- (26) Karl Koseritz, *Bilder aus Brasilien*, (Leipzig, 1885), p. 137.

- (27) K. Oberacker, op. cit., p. 77.
- (28) H. Gehse, op. cit., p. 139. Bismarck considerava a emigração como traição da pátria: "Um alemão que se livra da sua pátria como se fôsse um casaco velho, para mim deixou de ser um alemão; já não me sinto conterrâneo dêle." Quando os alemães do Rio Grande do Sul dirigiram uma petição à dieta alemã, solicitando a revogação do Rescrito de Heydt, Bismarck respondia: "Não sinto curiosidade de saber como vão os indivíduos que sacudiram o pó da sua pátria." (Georg Brodnitz, *Bismarcks nationalökonomische Anschauungen*, (Jena, 1902), cit. apud. Gehs, op. cit., p. 139.
- (29) Aurelio Portó, "O Colono Alemão" Notas para a História da Imprensa Riograndense (1827-1837), Separata do Vol. XXX das *Publicações do Arquivo Nacional*, (2.º Vol. do Processo dos Farrapos), (Rio de Janeiro, 193).
- (30) Hermann Blumenau, op. cit., p. 57.
- (31) Aurelio Porto, *Die deutsche Arbeit in Rio Grande do Sul*, (São Leopoldo, 1934), pp. 124, 139
- (32) H. Blumenau, op. cit., p. 57.
- (33) Georg Handelmann, op. cit., p. 533 seg.
- (34) G. Handelmann, pp. 995, 996.
- (35) Veja, por exemplo, K. Oberacker, op. cit., p. 79, 80.
- (36) Veja *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1929, p. 136.
- (37) O que não quer dizer que não tivesse havido pressão nenhuma.
- (38) Wettstein, op. cit., p. 230.
- (39) *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1915, pp. 153-156.
- (40) Anônimo, "Die neue revolutionäre Bewegung in Rio Grande do Sul und das Deutschum", *Der Auslanndeutsche*. Ano VIII 1925, N.º 6, pp. 157; 158.
- (41) W. Lacmann, op. cit., p. 68.
- (42) Baseado em informações pessoais.
- (43) Ambrósio Schupp, op. cit., p. 167.
- (44) Ibidem, p. 178.
- (45) Ibidem, p. 354, 397.
- (46) Anônimo, "*Die neue revolutionäre Bewegung etc.*" op. cit., p. 158.
- (47) Anônimo, "Der Selbstschutz auf der Serra in der Revolution 1924/25" *Kalender der Serra-Post für 1926*, p. 131.
- (48) Ibidem, p. 131.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 543

(49) Pontes de Miranda, *Nacionalidade de Origem e Naturalização no Direito Brasileiro*. (Rio de Janeiro, 1936), pp. 54, 55.

(50) Artigo "Naturalization" in *The Encyclopaedia of the Social Sciences*. Vol. XI.

(51) Ainda hoje a expressão "estrangeiro naturalizado" é corrente, mesmo na linguagem jurídica. Num voto do Supremo Tribunal Federal, emitido em 1941, encontramos o seguinte trecho significativo: "Considerando que os dispositivos daquelas leis (Decretos nos. 19.482, 19.740 e 20.261), determinando a proporção em que podem estrangeiros naturalizados concorrer com brasileiros natos na generalidade dos serviços da indústria e do comércio, também não são suficientes, no que concerne à Marinha Mercante, porquanto, em dadas e lamentáveis emergências, não se pode exigir, de estrangeiros, embora naturalizados a abnegação e os sacrifícios que só o dever patriótico impõe." (Publicado na imprensa brasileira a 23 de agosto de 1941. Os grifos são nossos.) Mais expressivos do que os dizeres da Constituição Imperial, os termos deste parecer mantêm o ponto de vista costumeiro. Na presunção de que, de fato, o cidadão naturalizado continue leal ao país de origem, está toda a diferença cultural sobretudo em confronto com os países anglo-saxônicos onde na guerra atual vemos inúmeros cidadãos naturalizados, mesmo em altos postos de comando, lutarem contra os seus países de origem. Diante desses fatos pode-se aventar a hipótese de que a naturalização é um corpo estranho na cultura brasileira e que a sua inclusão na lei formal não se ajusta às concepções nativistas predominantes.

(52) Apenas ao cargo de Presidente da República o cidadão naturalizado não era admitido de acordo com o modelo americano.

(53) "Na revolução de 1932 quando precisavam de mim, eu era de repente "paulista". Depois passei novamente a que já fora antes: "turco". Palavras anotadas de um brasileiro nato que racialmente correspondia ao estereótipo que no Brasil se formou a respeito do "turco". (sírio)

(54) Informação pessoal.

(55) Handelmann, op., p. 533 seg.

(56) Veja, p. e. *Der Kompass*, 1938, No. 8. Também Emilio Willems, *Assimilação e populações marginais no Brasil*, (São Paulo, 1940), passim.

CAPÍTULO XVI

LITERATURA E IMPRENSA

A literatura teuto-brasileira — Para a grande maioria dos imigrantes alemães, a fixação na mata virgem significava, durante longos anos, luta pela sobrevivência acompanhada de um desnivelamento cultural generalizado. Não sobrava tempo para outras atividades a não ser aquelas que se relacionassem com a satisfação de necessidades vitais. Faltavam lazeres para a conservação de não poucos hábitos adquiridos no país de origem. A Alemanha produziu literaturas regionais escritas em dialeto por homens do povo e lidas por esse mesmo povo. Mas as comunidades campestres da Europa vivem, há séculos, em um estado de relativo equilíbrio social que aqui não foi atingido ainda. Aos novos imigrantes faltava o tempo e os contatos para a perpetuação de valores literários. A segunda geração não chegou a conhecê-los, e quando a situação econômica estava mais desafogada, a tradição já se interrompera e a perda cultural dificilmente podia ser compensada. Acresce que inúmeros filhos de colonos ficaram analfabetos ou semi-analfabetos com dois ou três anos de instrução rudimentar numa escola rural. À vista disso não pode causar surpresa que os escritores teuto-brasileiros ainda pertençam à primeira e alguns poucos à segunda geração. Mesmo assim, diferenças bastante pronunciadas distinguem as criações literárias que aqui surgiram em língua germânica, da literatura alemã propriamente dita.

O romance, a novela, a poesia e o teatro criados por imigrantes alemães e seus descendentes próximos, encontraram a reprovação estética quase unânime(1) dos poucos críticos alemães que tomaram conhecimento desse ramo americano de literatura germânica. É uma literatura sobretudo de almanaque e jornal, escrita por diletantes e destinadas ao “consumo” de leitores cujo maioria, apenas alfabetizada, não é capaz de elevar-se acima do nível mais rudimentar.

Mais interessante do que as qualidades estéticas é o conteúdo da literatura teuto-brasileira. A análise feita, há poucos anos, por Manfred Kuder revela tendências bem pronunciadas de um distanciamento cultural crescente com relação à Alemanha e à literatura alemã. Nesse sentido é sintomática uma declaração programática do poeta Ernst Niemeyer:

“Nós temos uma vida nova, nós, teutos na Pátria nova. E por isso, devemos possuir uma poesia própria. Estamos desligados do passado dos nossos ancestrais. Sua terra de origem está longe, noutra hemisfério do mundo. É alheia aos nossos sentimentos. Os seus poetas cantam para um povo diferente, eles não nos conhecem, a nós e à nossa terra. Outras plantas, outras montanhas nos rodeiam, um outro sol ilumina os nossos dias, outras estrêlas cintilam na nossa noite, eles têm um céu diferente do nosso. Eles não nos compreendem e nós escutam os seu canto como uma palavra de língua estranha. Não nos satisfazem os seus sentimentos, pois não é a nossa vida que neles palpita... alemães! Temos direito a uma poesia própria e nós a criaremos.” (2)

Nessas palavras parecem resumir-se os mesmos processos psíquicos que determinaram o distanciamento entre as literaturas americanas de língua portuguesa, in-

glesa, castelhana e francesa e as respectivas literaturas "metropolitanas" da Europa.

Nas novelas do pastor Wustrow, analisadas por Kuder, encontramos os entes da lenda e mitologia brasileira, ao passo que as matas são descritas como se fossem florestas européias. (3)

Figura muito comum na literatura mais antiga é o imigrante que deixou a Alemanha afim de expiar um delito ou crime qualquer e que, depois de regenerado, regressa à pátria. Mais tarde, os heróis das novelas de almanaque são nativos. Não raro, os autores procuram analisar imigrantes os quais, movidos pela saudade, voltam à pátria. Todavia, chegados aí verificam que "tudo mudou". Já não suportam a vida no país de origem e regressam ao Brasil que se lhes tornou uma segunda pátria. (4)

Um dos poucos romances teuto-brasileiros publicados em forma de livro (5), tem por objeto um caso de conflito cultural. Um imigrante com suas concepções tipicamente alemãs sobre matrimônio e família, casa a filha de um colono teuto-brasileiro. O choque é violento, pois ela, desprovida de ideais e ilusões, considera o matrimônio como mero negócio, representando assim um característico cultural da sociedade de que faz parte. (6)

O motivo do conflito entre imigrantes e descendentes de imigrantes repete-se inúmeras vezes na literatura teuto-brasileira. Nas histórias do pastor Rotermund o conflito entre moradores da cidade e camponeses é aos poucos substituído pelo conflito entre *Deutschen* e *Deutschländern*. (7) Estes, os imigrantes ou alemães novos, são geralmente representados como trapaceiros e elementos ruins. O seu fracasso econômico é quase sempre descrito como *incapacidade pessoal*. O mau juízo que os autores formulam do caráter dos alemães, Manfred Ku-

der explica pelo sentimento sub-consciente de “já não pertencer à comunidade étnica dos alemães.”

Com relação à população luso-brasileira, nota-se, em não poucas novelas, uma certa reserva. Na literatura mais antiga são freqüentes as críticas dirigidas contra o funcionalismo público e contra a impotência do poder judiciário e executivo (polícia). (9) Mestiços (“bastardos”) são geralmente descritos como “salteadores e patifes.” (10)

Do ponto de vista econômico não pode causar surpresa o fato de que os autores literários do século passado tenham preconizado a libertação dos escravos, firmando ao mesmo tempo a participação dos alemães na campanha abolicionista. (11) Se a função principal da literatura escrita é a perpetuação da cultura do grupo é certo que a literatura teuto-brasileira exerce essa função só em parte, no que diz respeito à cultura originária dos imigrantes. A prova do que estamos afirmando reside nos seguintes fatos:

1 — Do ponto de vista linguístico, a literatura teuto-brasileira contribuiu para conservar apenas o alemão falado pelos descendentes mais instruídos dos imigrantes germânicos no Brasil. É um idioma que se caracteriza mormente pela pobreza do vocabulário e pelo grande número de termos portugueses que lhe foram incorporados. Estudos mais especializados descobririam provavelmente a existência de um grande número de elementos sintáticos peculiares ao estilo mais freqüentemente usado em almanaques e jornais. O trecho seguinte não seria inteligível ao alemão e decerto encontraria a sua reprovação mais decidida:

“Ein Kolonist fährt in seinem mit einer Tolde versehenen Wagen aus, der mit einem Tupiano und einem Zebruno bespannt ist, welche er von einem tropeiro von der Serra gekauft hat. Er will seinen Compadre be-

suchen, findet die Porteira zur Pikade verchlossen, öffnet sie und erfährt von der ihm entgegenkommenden Frau seines Compadre, der Mann sei in die Rosse gegangen, um einige Miljekolben für die Mule und einige Bobres für die Schweine zu holen, welche im Potreiro seien. Wenn er den Compadre aufsuchen wolle, so würde er ihn leicht finden, jenseits der Sange, die aber steile Barankas habe, so das man beim Überschreiten derselben vorsichtig sein müsse. Da unser Freund seinen Compadre in der Rosse nicht findet, so geht er in den nahen Wald, aus dem Hundegebell ihm entgegen schallt. Mit seinem Fakong schlägt er einige Taquaras nud Zipos nieder, um sich den Weg zu ebnen. Bald trifft er denn auch seinen Compadre, der soeben ein Tatu ausgegraben und mit seinem Fuchs erschlagen hat. Nach den üblichen Begrüssungen begeben sich beide ins Haus und beschliessen, sich am Nachmittag die Carreira anzusehen. Gleichzeitig will der Compadre einige Säcke Farin mitnehmen, um sie dem Vendisten zu verkaufen. Zu diesem Behuf muss eine Mule eingefangen werden, was aber nicht ganz leicht ist. Die Mule ist nämlich sehr störrisch und muss gepusst und getockt werden. Beim Hause angelangt, wird dem Tier de Cangalje aufgelegt und die Ladung befestigt. Dann geht's fort." (12)

2 — Os ideais estéticos transmitidos pela literatura teuto-brasileira acusam diferenças muito pronunciadas em confronto com os da literatura alemã.

3 — O conteúdo das peças literárias criadas por teuto-brasileira acusam diferenças muito pronunciadas da vida do colono. Repassada como é de interêsses e valores alheios ao meio europeu, o leitor alemão pouca coisa encontraria que se referisse aos valores e interêsses da sua própria cultura. Na apreciação dos aspectos

funcionais da literatura teuto-brasileira impõe-se mais uma vez a analogia com as literaturas americanas escritas em português, castelhano, inglês e francês.

Todavia, não há dúvida de que na pequena elite teuto-brasileira os recursos educacionais foram suficientes para proporcionar à maioria dos indivíduos a possibilidade de pôr-se em contato com a literatura alemã.

A imprensa — Com respeito à perpetuação da cultura do grupo a imprensa exerce, em certas condições, uma função comparativamente mais relevante do que a beletrística. Sociedades há que em um determinado estágio de desenvolvimento já não prescindem da imprensa periódica como *instrumento de comunicação*. Em outras palavras: a articulação interna dos segmentos de que se compõe a sociedade, o sua ligação com outras sociedades e o grau de integração à “grande sociedade”, no sentido de Graham Wallas, depende, em grande parte, da mecanização dos processos de comunicação.

Se um grupo de imigrantes que já atingiu ao referido estágio fôr privado, por circunstâncias quaisquer, da sua imprensa, ele perderá uma parte de seu patrimônio cultural.

O caso dos imigrantes alemães é particularmente difícil porque a situação à qual aludimos, varia grandemente no tempo e no espaço. Nas culturas camponesas de algumas regiões germânicas a imprensa periódica nunca desempenhou um papel de importância vital. Em outras ela não existiu na primeira parte do século passado, mas desenvolveu-se depois. De acordo com a classe social a que pertencia o imigrante urbano, o jornal, revista ou almanaque representava ou não um elemento essencial, embora nas últimas décadas o há-

bito da leitura de periódicos se houvesse generalizado a ponto de constituir um elemento vital da cultura urbana.

À vista disso é extremamente difícil dizer se a existência ou inexistência de periódicos, em determinadas áreas de colonização germânica, foi consequência da situação anterior à emigração ou se há uma relação com o desenvolvimento posterior ao êxodo. Seria necessário investigar caso por caso e, provavelmente, o resultado seria bastante heterogêneo. Todavia, a extrema instabilidade da grande maioria dos jornais teuto-brasileiros, a sua tiragem insignificante e o baixo grau de periodicidade parecem constituir uma prova de que somente em casos excepcionais, a imprensa chegou a desempenhar um papel vital na cultura teuto-brasileira.

Algumas colônias nunca se desenvolveram a ponto de precisar de uma imprensa periódica, outras sofreram desnivelamentos generalizados e, nesta hipótese, a segunda ou terceira geração já perdeu o hábito de ler que o pai ou avô imigrado trouxera da Alemanha. Muitas vezes, os descendentes dos colonos não eram nem sequer capazes de entender o conteúdo de um jornal destinado à roça.

“Raramente o homem médio domina outra língua além daquela que fala. Quando a linguagem escrita apreendida na escola difere muito da fala usada no lar êle lê muito pouco. Quando livros e jornais são impressos numa linguagem totalmente diferente daquela que usa na vida quotidianiana, é provável que êle não leia coisa alguma.

Quando um homem não lê êle pode apanhar as idéias de outrem apenas oralmente. Quando a maioria de uma população em uma ampla área não desenvolveu o hábito de leitura os fatos que ocorrem no mundo exterior ou as idéias que o caracterizam têm pouca possi-

bilidade de chegar até o homem médio. Seu espírito está prêso à paróquia ou comuna. Um retardamento intelectual é o resultado inevitável.” (13)

Este trecho é integralmente aplicável à variedade de situações que se nos deparam nas áreas de colonização germânica. Muitas vêzes o idioma regional difere tanto da linguagem usada na imprensa, que muitos colonos, mesmo os alfabetizados, não entendem o conteúdo dos periódicos. Isso é verdadeiro com relação à imprensa em idioma alemão (a qual deixou de existir) e, mais ainda, aos jornais impressos em português.

Tonnelat negou que a imprensa em idioma germânico tivesse influências educacionais. “O seu público é demasiadamente restrito: ela dificilmente penetra na Serra.” (14)

Mais recentemente, um conhecedor da imprensa teuto-brasileira afirmou que não havia nenhuma relação entre leitores e redatores porque os últimos vinham geralmente da Alemanha. *Daí, a atitude dessa imprensa diante dos acontecimentos dificilmente traduzia a atitude dos leitores.* (15)

Exceção feita dos jornais que eram dirigidos por redatores teuto-brasileiros, a relação entre redator e público se caracteriza pelos mesmos conflitos culturais que já assinalamos nos casos do pastor e professor. Como êstes, também o redator desfrutava de pouco prestígio:

“A cultura do redator não vale quase nada, o alemão médio (teuto-brasileiro) o acolhe assim como acolhe o mestre-escola: aceita-o em caso de necessidade e manda-o embora se não obedece. “O que vale a cultura quando não há dinheiro” ouvi uma vez de um teuto-brasileiro. Essa frase abriu-me os olhos acêrca da atitude que o alemão médio (teuto-brasileiro) assume em face da imprensa que pretende ajudá-lo.” (16)

ESTATÍSTICA DA IMPRENSA PERIÓDICA TEUTO-BRASILEIRA (17)

ANO	ESTADOS					Folhas religiosas		Rev. pedagógicas	Rev. agrícolas	Rev. recreativas	Almanaques	TOTAL
	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	São Paulo	Rio de Janeiro	Católicas	Protestan.					
1852	1											1
1853					2							2
1855	1				1							2
1860	1				1							3
1865	1				2							3
1870	2				2							4
1875	2				2						1	5
1880	2			1	2				1 (1,881)		1	7
1885	4	4		1	1				0		2	15
1890	4	3		1	1		1		0		2	15
1895	6	3	1	1	1		2		0		2	16
1900	6	4	1	1	2		1		2		3	20
1905	9	5	2	1	2		3	2	4	1	2	32
1910	10	6	3	1	2		5	1	5	1	3	37
1915	8	6	3	1	3	1	5	1	1	1	3	33
1920	6	6	3	1	1	1	6	1	1	2	5	32
1925	7	6	2	1	2		6	1	1	1	6	33
1929	6	5	1	1	1	2	11	3	3	1	6	40

As indicações de Gehse não são exatas ao que parece, pois a estatística oficial dá um número bem mais elevado para o ano de 1930.

DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA PERIÓDICA NO BRASIL (18)

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O IDIOMA	1912	1930	Diferença	Porcentagem %
Português	1.307	2.778	+ 1.471	+ 112,5
Alemão	25	69	+ 44	+ 176,0
Italiano	20	24	+ 4	+ 20,0
Inglês	1	12	+ 11	+ 1.100,0
Arabe	6	7	+ 1	+ 16,6
Polonês	6	6	—	—
Espanhol	4	6	+ 2	+ 50,0
Japonês	—	4	+ 4	—
Francês	3	3	—	—
Húngaro	—	3	+ 3	—
Ucraniano	—	2	+ 2	—
Hebraico	—	2	+ 2	—
Esperanto	0	1	+ 1	—
Mais de um idioma	5	42	+ 37	+ 740,0
T O T A L	1.377	2.950	+ 1.573	+ 114,9

Um exame das estatísticas referentes à imprensa periódica publicada, no Brasil em língua alemã parece não confirmar o que acabamos de expor.

O quadro precedente, compilado de acôrdo como os dados de Hans Gehse, revela que, embora a imigração alemã no Brasil de modo geral houvesse diminuído, a imprensa periódica em idioma germânico aumentou.

Vê-se que o aumento dos periódicos em alemão foi superior ao da imprensa periódica publicada em português. Aumento maior ainda sofreram apenas os periódicos escritos em inglês e em mais de um idioma. (19) Dos 69 periódicos mencionados na estatística oficial, 11 publicaram-se em Santa Catarina, 14 no Paraná e 37 no Rio Grande do Sul. (20)

Contudo, levando em conta que a tiragem total de todos os periódicos em língua alemã nunca foi superior a 55.000, as referidas estatísticas adquirem um significado diverso do que lhes poderia ser atribuído à primeira vista. Pois em média a tiragem dos periódicos tento-brasileiros não ultrapassou 800 exemplares por número. Se, há poucos anos atrás, existiam 1.150.000 tento-brasileiros (estimativa máxima) havia um periódico sôbre 21 indivíduos, aproximadamente. Se o número de teutos era de 655.000 apenas (estimativa mínima), havia um periódico sôbre 12 indivíduos aproximadamente.

Acresce que no total de 69 periódicos foram computados os almanaques que se publicavam uma vez por ano e os folhetos especializados em assuntos religiosos, pedagógicos etc., publicados mensal ou semanalmente. A julgar pelos dados da estatística oficial, o número dêsses almanaques, boletins e folhetos era de 52, de maneira que restavam apenas 17 jornais. Dêles, pouquíssimos eram diários. Por falta de dados sôbre a tiragem

total dos jornais pròpriamente ditos, não é possível repetir as estimativas acima feitas.

Verificou-se, no entanto, que em muitas colônias com centenas de famílias, pouco mais de meia dúzia de jornais era distribuída.

A expressão "imprensa teuto-brasileira" pode facilmente levar a conclusões falsas, dando a impressão de uma homogeneidade de interesses e valores, que de fato nunca existiu. Na realidade, as diferenças culturais não podiam deixar de refletir-se também na imprensa. Clericais e anticlericais, liberais, conservadores, socialistas e nazistas, teuto-brasileiros e imigrantes, mas sobretudo católicos e protestantes divulgavam suas idéias através da imprensa periódica que inúmeras vezes se tornou cenário de conflitos violentos.

No Paraná, O *Kompass* era católico, o *Volksblatt*, protestante. A *Kolonie-Zeitung de Joinville* (Santa Catarina) era exclusivamente protestante como também o *Urwaldsbote* de Blumenau. O *Deutsche Volksblatt* de Pôrto Alegre tinha uma orientação nitidamente católica, ao passo que os protestantes eram representados pela *Neue Deutsche Zeitung*. Santa Cruz (Rio Grande do Sul) tinha dois periódicos, um protestante (*Die Kolonie*) e outro católico (*Katholische Volksstimme*) (22).

De maneira geral, a imprensa católica estava mais interessada em assuntos brasileiros do que os jornais protestantes. Essa afirmação refere-se também aos almanaques e fôlhas religiosas. Um confronto do *Rio-grandenser Marienkalender* (23) com *Koseritz' deutscher Volkskalender* revela que no primeiro, um almanaque católico editado em Pôrto Alegre, o "sumário dos acontecimentos no Brasil" era muito mais extenso do que no almanaque fundado por Koseritz. Sobretudo o no-

ticiário referente aos Estados centrais e setentrionais era muito mais rico do que no último.. A única parte referente à Europa consistia num resumo panorâmico dos "acontecimentos mundiais". A parte beletrística não destoava, em geral, do meio colonial. Interessante também é que uma parte da publicidade era feita inteiramente em português o que não se dava com o órgão protestante.

A análise de dois números (24) do *Koseritz'deutscher Volkskalender* teve o seguinte resultado: no primeiro caso, de 161 páginas de texto 11,5 eram dedicadas a assuntos brasileiros. No segundo caso, a proporção entre os assuntos nacionais e estrangeiros era de 24 sôbre 149 páginas.

Uma comparação de jornais protestantes com católicos levaria a resultados semelhantes. Nesse sentido, os dois órgãos de Pôrto Alegre podem ser considerados típicos.

E' óbvio que só um trabalho monográfico baseado em análises minuciosas poderia proporcionar-nos informações seguras sôbre a função que a imprensa teuto-brasileira realmente exerceu no que diz respeito à conservação ou substituição da cultura originária. Contudo, o exame geral dos fatos parece justificar as seguintes conclusões:

1 — Na maioria das comunidades locais constituídas por colonos teuto-brasileiros, o papel da imprensa periódica era bastante restrito. Como fator de perpetuação ou substituição cultural, a imprensa tinha, *na melhor das hipóteses*, uma função secundária.

2 — Com as devidas restrições decorrentes do primeiro item, o papel conservador da imprensa referia-se antes de mais nada à cultura híbrida dos teuto-brasileiros. Daí segue que

a) tôda a imprensa teuto-brasileira tendia, consciente ou inconscientemente, a perpetuar valores da cultura germânica;

b) tôda a imprensa teuto-brasileira tendia, consciente ou inconscientemente, a introduzir valores da cultura brasileira.

3 — A proporção entre os valores tradicionais conservados e os valores novos introduzidos, variava grandemente entre os diversos órgãos publicados em idioma alemão. Daí segue-se que no Brasil o papel assimilador atribuído alhures (25) à imprensa publicada em idioma estrangeiro e destinada aos imigrantes e seus descendentes, estava muito longe de ser uniforme.

NOTAS

(1) Manfred Kuder, "Die deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschen Volksgruppe in Brasilien", *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Ano 10, 1937, Vol. 4 pp. 395, 396.

(2) Cit. apud M. Kuder, op. cit., p. 400.

(3) M. Kuder, op. cit., p. 420.

(4) *Ibidem*, p. 454.

(5) Gertrud Gross-Hering, *Durch Irrtum zur Wahrheit*. (Blumenau, 1922).

(6) Cit. apud M. Kuder, op. cit., p. 423.

(7) *Ibidem*, pp. 422; 423. *Deutsche* são os alemães nascidos no Brasil, *Deutschländer* são os alemães vindos da Alemanha. Esta diferença lembra a distinção entre paulistas e emboabas, entre pés raspados e mascates.

(8) *Ibidem*, pp. 482, 484.

(9) *Ibidem*, p. 468.

(10) *Ibidem*, p. 467.

(11) *Ibidem*, p. 466.

(12) Benjamin Franklin Schappelle, *The German Element in Brazil*, (Philadelphia, 1917) pp. 41, 42.

(13) Robert E. Park, *The Immigrant Press and its Control*, (New York, 1922), pp. 14, 15.

(14) C. Tonnelat, op. cit., p. 138.

(15) Rudolf Peschke, "Die deutsche Presse in Brasilien", *Der Auslanddeutsche*, Vol. XI, N.º 12, 1928, p. 386. O grifo é nosso.

(16) Alfred Funke, op. cit., p. 275

(17) Hans Gehse, op. cit., pp. 29-30.

(18) *Estatística da imprensa periódica no Brasil*, (1929-1930). Publicada pelo Departamento Nacional de Estatística (Rio de Janeiro, 1931), p. VI.

(19) Esse último fato merece um estudo especial, pois periódicos espontaneamente publicados em vários idiomas podem ser, em certos casos, índices de assimilação.

(20) *Estatística da imprensa periódica no Brasil*, op. cit., p. 138.

(21) R. Peschke, op. cit., p. 386.

(22) Alfons Suermann, "Die kulturellen und religiösen Aufgaben der deutschen Presse in Brasilien", *Die Getreuen*, julho-agosto de 1935, pp. 143-134.

(23) Anos 1920, 1927, 1928, 1929, 1930.

(24) 1927, 1921.

(25) A função assimiladora da imprensa em língua estrangeira foi pela primeira vez reconhecida nos Estados Unidos onde instituições oficiais se incumbiram de prover êsses jornais de material apropriado. Mesmo a atual situação de guerra não levou à supressão dos jornais que nos U. S. A. se publicam em língua alemã, italiana, etc. Veja Emilio Willems, *Assimilação e populações marginais no Brasil*, (São Paulo, 1940), pp. 178, 179.

CAPÍTULO XVII

A RECREAÇÃO

A vida recreativa na Alemanha e no Brasil — Á primeira vista parece ser na esfera recreativa da vida dos teuto-brasileiros que as influências da cultura originária persistem em maior número e com maior tenacidade. Tonnelat já observou que “as *Vereine* (associações) pululam na mata virgem” e “inúmeras sociedades têm por único objetivo o divertimento” (1).

No meio urbano, onde não faltavam ensejos para a diversão, um clube convencionalmente chamado *Germânia* satisfazia as necessidades residuais de recreação. Estas compreendiam precisamente aquêles elementos que nas cidades brasileiras não podiam ser encontrados. Daí o caráter acentuadamente germânico que a feição dêesses clubes invariavelmente apresentava (2).

Diversa era a situação nas colônias puramente rurais onde a diferenciação das atividades recreativas se refletia na multiplicidade de clubes, sociedades, estabelecimentos industriais e comerciais ligados à recreação. Em tôdas as áreas homogêneas de colonização alemã, difundiram-se, amplamente, clubes de boliche, de ginástica, de montaria, de baralho, de canto orfeônico, de tiro ao alvo, círculos femininos e associações teatrais.

Não raro, federações regionais, estaduais ou mesmo inter-estaduais associavam clubes do mesmo tipo ou de tipos diversos. Competições e campeonatos estabele-

ciam contatos intermitentes entre os clubes de distritos, bairros, municípios, regiões e Estados diferentes.

Em 1931 existiam, nas chamadas colônias novas da Serra (principalmente a zona de Ijuí, Rio Grande do Sul), 130 sociedades recreativas. Entre elas contavam-se

- 48 sociedades de canto orfeônico;
- 37 sociedades de atiradores e de montaria;
- 7 sociedades de ginástica;
- 15 clubes de boliche;
- 5 clubes de futebol (êstes todos de data mais recente (3).

“Tôda picada mais importante faz questão de ter sua associação de atiradores, em cada terceira ou quarta venda existe um clube de boliche, e fazer parte de um clube de futebol é para muitos filhos de colonos coisa perfeitamente natural. Até as senhoras e senhoritas mantêm sociedades femininas de tiro ao alvo e clubes de boliche.

E’ preciso dizer que neste ponto há exageros. Não é que se queira privar de seus divertimentos os colonos que têm de trabalhar pesadamente, mas os bailes e festivais realizados todos os sábados e domingos, são pouco propícios à saúde, às finanças e aos bons costumes. Como também as associações de cantores e de ginástica organizam os seus bailes, festas comemorativas e saraus, não se pode deixar de apontar o perigo que ameaça, pelo excesso de dança e álcool, valiosas reservas étnicas” (4).

O “excesso de dança e álcool” a que se refere o tópico transcrito, destoa profundamente do ritmo pausado da vida recreativa das comunidades rurais da Alemanha. No Congresso Católico realizado no ano de 1930, em Arroio do Meio (Rio Grande do Sul), foi aprovado o seguinte voto:

“A quarta reunião geral dos católicos alemães lastima profundamente os distúrbios que tantas vêzes ocorrem nos salões de bailes e que freqüentemente conduzem à perpetração de homicídios Solicita-se à população que

a) se abstenha de levar armas aos salões de bailes;

b) restrinja a realização de bailes;

c) se abstenha completamente dos fandangos e músicas monótonas (*Leiermusiken*)” (5).

Estes e outros depoimentos e observações não admitem dúvida sôbre a importância relativamente maior que se atribui a determinados tipos de recreação quando postos em confronto com o papel que desempenham na sociedade de origem. Ao que parece, as atividades recreativas exercem em tôdas as culturas conhecidas, a função de oferecer compensações pelos encargos que pesam sôbre os indivíduos. Nenhuma cultura pode sobreviver se não dispõe de um sistema de compensações que possa servir, constantemente, como fonte de satisfação individual.

Nas aldeias germânicas (como em muitas outras) os divertimentos do tipo acima mencionado, exercem sômente uma parte das funções compensativas necessárias para garantir o funcionamento das instituições comunais. O povoamento cumulativo em aldeias altamente integradas desenvolve um tipo de organização social muito diferente do das populações rarefeitas do Brasil meridional. Nas comunidades é sobretudo a sociabilidade vicinal e comunal, o convívio mais estreito dos aldeões, as reuniões informais dos homens à noite, a “prosa” das mulheres durante o dia que representam formas de sociabilidade íntima e ininterrupta dispensando em parte a vida recreativa que predomina em muitas áreas teuto-brasileiras.

As funções que a recreação exerce em qualquer parte, veio acrescentar-se uma outra que na cultura teuto-brasileira talvez não seja menos importante do que a primeira: a perpetuação do patrimônio cultural dos imigrantes e seus descendentes exigiu que se compensasse o insulamento por uma forma de sociabilidade intermitente, mas intensa. A continuidade das formas tradicionais da vida recreativa parecia encerrar os efeitos integrantes desejáveis do ponto de vista dos teuto-brasileiros. Pela mesma razão Igreja e escola adquiriram aqui uma função que não possuem na Alemanha.

Acresce que grande parte dos imigrantes alemães vinha de meios urbanos. Não pode surpreender que estes tentassem perpetuar formas citadinas de recreação as quais, transplantadas para a "mata virgem", fatalmente haviam de ajustar-se às possibilidades existentes. A heterogeneidade cultural dos imigrantes, enfim, a sua dispersão sobre áreas imensas, não podiam deixar de afrouxar as formas de controle social que nas aldeias germânicas eram usuais. Nos salões de baile e nas vendas, os moços acham ocasião de fugir aos olhares vigilantes dos mais velhos. Os imigrantes mais novos estão menos dispostos a controlar os filhos deixando-lhes a liberdade que estes desejam e que escandaliza os teuto-brasileiros apegados à tradição. A concomitância desses fatores e sua interação, ao lado de outros talvez que escapam à nossa atenção, devem ser considerados os principais responsáveis pela mudança verificada.

Transferência, mudança e perda de elementos recreativos — Entre os alemães do Rio de Janeiro, formou-se, já na primeira parte do século passado, uma sociedade que tentou transferir a tradição carna-

valesca alemã. Não há notícias sôbre se posteriormente houve influências do carnaval carioca. No sul, o carnaval é quase exclusivamente brasileiro, encontrando-se as mesmas modinhas, os “cordões” e “blocos” que em tôda parte caracterizam o carnaval brasileiro.

Em 1859 formou-se, no Rio de Janeiro, a primeira sociedade alemã de ginástica. E’ preciso dizer que a ginástica em aparelhos é uma das formas mais genuinamente germânicas de recreação (ao lado, talvez, do canto orfeônico e do jôgo de boliche). O culto da ginástica liga-se à própria tradição histórica simbolizando a “revirilização” do povo prussiano derrotado por Napoleão. Comum é encontrar, no brazão ou na denominação das sociedades de ginástica, a imagem do carvalho, árvore essa que simboliza a “fôrça germânica”.

“Ao passo que clubes desportivos puramente alemães são raros e de data recente, encontramos bem cedo e mesmo hoje em dia ainda fortemente desenvolvidas as sociedades de ginástica. A sociedade de ginástica mais antiga deve ser a de Joinville, fundada em 1858 e que conta, atualmente (em 1924 mais ou menos) 480 membros. Últimamente, essa sociedade mandou vir da Alemanha um professor especializado em ginástica e terá, dentro em breve, um ginásio amplo” (6).

Todavia, nos últimos 20 anos, as sociedades de ginástica em aparelhos, entraram numa fase de decadência cada vez mais pronunciada (7). As gerações novas preferem o futebol à ginástica de seus pais e avós. O declínio tem suas origens, em parte, na proletarização e urbanização como se verá mais adiante.

A imigração de intelectuais trouxe o interêsse pelo teatro, pelo menos nos centros urbanos. Os alemães do Rio de Janeiro já tinham, em meados do século

passado sua Sociedade Dramática "Thalia" (8). Em Joinville, Blumenau, Pôrto Alegre e Curitiba repetidas e, às vèzes, insistentes foram as tentativas de conservar o interêsse pela arte dramaturgica que no país de origem representa uma das formas mais generalizadas de recreação. Em alguns lugares, sobretudo nas cidades, a entrada de sucessivas levas de imigrantes novas refletiu-se nas tentativas de revivificação do teatro alemão. De modo geral, êsses ensaios não tiveram êxito duradouro.

Em 1923, um observador registra a decadência das sociedades "culturais" verificando que os saraus teatrais e literários vão sendo substituídos pelo jôgo de boliche, de cartas e pelas bebedeiras em geral, mesmo em agremiações que antigamente se distinguiram por um nível bastante elevado (9).

A existência de clubes recreativos exclusivamente femininos reflete a posição social da mulher. Círculos femininos foram observados em muitos lugares, mesmo em zonas rurais. Às mais das vèzes, as mulheres reuniam-se só para tomar café e passear, transferindo destarte um uso muito difundido em certas partes da Alemanha' (10).

Do Círculo Feminino de Joinville, Gernhard (11) relata que tinha ares de exclusivismo social refletindo, de certa maneira, a estratificação da sociedade local. O mesmo pode-se afirmar com respeito a muitas instituições recreativas as quais — conseqüências da diferenciação social existente — aumentavam por sua vez as distâncias e serviam como meio de distinção aos abastados.

Menção especial merecem os clubes de montaria ou cavalaria. Ao que parece, a sua existência se verificou sômente no interior do Rio Grande do Sul. Essa circunstância aponta associações com o complexo

equino que tanta importância reveste na cultura teuto-brasileira.

O exemplo mais interessante foi relatado de Santa Cruz onde existiu, no começo deste século, um clube de montaria que se chamava "Sexto esquadrão do quinto regimento prussiano de ulanos". O fundador foi um ex-sargento do dito regimento. Esses ulanos eram fardados como ulanos prussianos usando sabre e lança. Para não "desgostar os brasileiros" usavam bandeirinhas brasileiras nas lanças (12).

Introduzidos por imigrantes novos, os clubes de montaria representam provavelmente imitações das "sociedades hípicas" que, no país de origem e nas cidades brasileiras, são consideradas como forma de recreação aristocrática. Dada a barateza dos cavalos e a predileção que principalmente os imigrantes novos revelavam pela montaria, compreende-se essa tentativa de transferir, para o meio rural, o hipismo como recreação.

A perda de traços recreativos foi maior do que geralmente se pensa. A perpetuação de determinadas formas de recreação depende do desenvolvimento econômico das colônias. Antes de mais nada é preciso que os colonos disponham *do tempo indispensável* para se dedicar ao culto de festas e jogos tradicionais. Na melhor das hipóteses isso se torna possível depois de alguns anos de intenso labor. O teatro exige local apropriado com palco e inúmeros requisitos dispendiosos, além das horas de lazer que devem ser dedicadas aos ensaios. O mesmo pode-se dizer com referência ao canto orfeônico e, em parte, ao jôgo de boliche. Os ensaios e reuniões são ritualizados e a tradição exige o consumo de respeitáveis quantidades de bebidas alcoólicas. Daí não pode, constituir motivo de surpresa que em colônias economicamente desniveladas,

a cultura recreativa se caracterize pela sua relativa pobreza.

No Espírito Santo, a missa dominical e as festas religiosas representam a única forma de recreação. Não existem nem clubes de boliche (13).

Semelhante é a situação em vários distritos do vale do Itajaí-Mirim (Santa Catarina) (14) onde as formas tradicionais foram quase tôdas substituídas pelo bocce e futebol.

Em muitas partes, o canto orfeônico sofreu colapsos. À vista do fato de que também nas igrejas católicas e protestantes, o canto coletivo desapareceu ou tende a desaparecer, parece justificada a observação feita já em 1910, de que “a geração mais nova despreendeu o canto” (15).

Mesmo lugares como Joinville com sua tradição intelectual registraram baixos na sua história recreativa. Gernhard observou, no comêço do século, que a “Associação Cultural”, fundada em 1855, entrara num período de estagnação (16). O mesmo êste autor verificou com relação à loja maçônica que então já se desprendera da Grande Loja de Hamburgo fazendo parte do Oriente Unido do Brasil (17).

Sem dúvida nenhuma, a transmissão de contos, lendas, histórias faz parte da vida recreativa de qualquer grupo. Nesta esfera, as perdas culturais observadas entre os teuto-brasileiros parecem ser particularmente grandes. Um viajante alemão relatou as impressões de uma escola rural do município de Timbó (antigamente Blumenau), freqüentada por descendentes de pomeranos imigrados em 1860.

“Quem sabe reproduzir um conto alemão? — Ninguém me responde. Continuo perguntando: — Ninguém conhece o conto de *Hänsel und Gretel, Rotkäppchen und der Wolf, Aschenbrödel, Dornröschen?* Fi-

sionomias admiradas em volta. Sua mãe ou avó nunca lhes contou um desses belos contos alemães? — Meninos e meninas permanecem mudos. — Que vocês fazem depois de voltar da escola? — Resposta: Então tratamos dos porcos, vamos à roça, ao potreiro. — E nas longas noites de inverno? — Resposta: Então vamos dormir” (18).

Convém acrescentar que essas observações foram feitas numa região privilegiada, em confronto com outras, quanto às distâncias e possibilidades de comunicação.

Outro traço que parece haver desaparecido por completo é o banquete fúnebre e a bebedeira que, na Alemanha, costumam acompanhar os enterros.

Interessante é a mudança que sofreu a festa do Natal. Na roça, o tempo do Natal coincide muitas vezes com a colheita do feijão. “Os colonos têm outra coisa a fazer que pensar em festa”.

Verdade é que árvore e presépio foram transferidos como elementos nucleares da festa: Mas ao passo que o Natal reúne, na Alemanha, apenas o círculo íntimo da própria família doméstica, aqui as casas abrem-se depois da Missa do Galo, à visita de vizinhos e amigos. Portas e janelas permanecem escancaradas, e melodias alegres que se ouvem por tôda parte, lembram mais uma quermesse alemã do que pròpriamente a festa do Natal. Este é estilo da festa como foi observada nas pequenas cidades da área do Itajaí (20).

Muitas formas recreativas, perpetuadas pelos imigrantes alemães foram aceitas também por outros grupos étnicos com que se estabeleceram contatos no mesmo nível social:

Na publicação comemorativa do cinquentenário da Sociedade de Atiradores da cidade de Brusque,

A Aculturação dos Alemães no Brasil 567

(Santa Catarina) (21) figura o rol dos sócios de 1916. Nele encontram-se os nomes Tavares, Ramos, Gonzaga, Oliveira, Fernandes, ao lado dos nomes italianos Diegoli, Albani, Mattioli, Bianchini e Colzani.

A participação de brasileiros de ascendência portuguesa, italiana, polonesa etc., da vida recreativa teuto-brasileira pode ser observada em quase tôdas as zonas de colonização germânica.

De São Bento aprendemos que os brasileiros participam dos clubes de boliche e baralho (*Skat*).

Em Joinville foram as representações teatrais e os bailes da Sociedade Harmonia que atraíram, há 40 anos, os luso-brasileiros da cidade (22). O Clube Joinvillense, fundado em 1880, reunia em seu quadro "lusos" e "teutos" indistintamente (23).

Também as sociedades de atiradores exerciam forte atração sôbre pessoas de outras origens étnicas. Essas sociedades nacionalizaram-se em não poucos lugares devido ao elevado número de luso-brasileiros que lhes integraram os quadros (24).

Em 1930 verificou-se que um quarto mais ou menos dos nomes de clubes recreativos tinham nome português. Um clube de futebol chamava-se "Tigre da Serra" e muitas sociedades de tiro ao alvo usavam o nome "General Osório". "Sem dúvida" era uma das denominações prediletas para clubes de boliche e de montaria. Uma sociedade de hipismo levava o nome de "Lanceiros" (25).

Nas cidades, o ingresso de outros elementos que não teuto-brasileiros e alemães, levou, em não poucos casos, à transformação de sociedades recreativas.

Em 1920, por exemplo, o antigo clube Germânia de Curitiba, proibido durante a Guerra Mundial, foi reaberto sob a denominação de Graciosa Country Club, servindo principalmente ao jôgo de tennis e golf. Em

1929, a diretoria contava quatro nomes brasileiros, um misto e cinco alemães (26).

A função de conservar a língua alemã, geralmente atribuída às agremiações recreativas, não deve ser superestimada. Verdade é que, às vêzes, os estatutos proibiam àqueles membros, que não soubessem falar o alemão, o exercício do voto (27). Mas, verdadeiro também é que em muitas dessas sociedades, os próprios sócios teuto-brasileiros deixaram de usar o alemão.

Há quase meio século, Tonnelat observou a tendência dos moços para o abandono do alemão, nas reuniões recreativas: “O presidente viu-se obrigado a lançar uma enérgia chamada à ordem *que éle próprio fez em português: aqui fala-se alemão*”. (28).

A mudança de forma é um fenômeno bastante comum na cultura recreativa dos teuto-brasileiros. A vida religiosa com suas festas e procissões oferece oportunidades recreativas. A quermesse é, nas colônias meridionais, um acontecimento que ultrapassa, em forma e importância, o que se pode considerar costume no país de origem. A larga aceitação dos fogos de artifício, sobretudo o foguete e rojão, as fartas churrascadas, as novenas solenes deram à quermesse uma feição bem diferente da que tem na Alemanha. Os fogos modificaram também o aspecto de outras festas religiosas e até domésticas. É difícil ao teuto imaginar um casamento sem queima copiosa de foguetes.

Formas novas de recreação — A vida recreativa teuto-brasileira caracteriza-se por um número relativamente grande de elementos novos. Em parte substituíram formas perdidas, mas inúmeras vêzes justapuseram-se aos elementos tradicionais. No meio urbano é comum encontrar uma distribuição de elementos novos

e antigos de acôrdo com a class social. Nas camadas superiores cultivam-se os tipos tradicionais mais dispendiosos ou então formas recentes de outras origens, como o tenis e golf. Nas classes médias e inferiores predominam elementos recreativos novos e menos dispendiosos.

Entre os elementos novos introduzidos na vida recreativa dos teuto-brasileiros mencionamos os seguintes:

1 — Banquetes de recepção e de despedida. Possivelmente a política ou, mais precisamente, as campanhas eleitorais com suas necessidades de homenagear certos personagens, contribuíram para introduzir êsse traço.

2 — Corridas de cavalos. E' de se notar, porém, que as corridas estão desaparecendo ou já desapareceram em zonas onde eram freqüentes em tempos idos. (Vale do Itajaí e do Capivari, por exemplo).

3 — Os jogos de azar, sobretudo o jôgo do bicho acharam a mais ampla aceitação que se pode imaginar, mormente nos centros urbanos e semi-urbanos.

“Hoje em dia, o Vinte e Um e o Sete Baiano são conhecidos mesmo na picada mais longínqua e os nossos colonos moços arriscam, muitas vêzes, com uma única bola, na pista do boliche, algumas centenas de mil réis. Não querem ficar atrasados” (29).

4 — O *bocce*, introduzido pelos inigrantes italianos, foi largamente aceito pelos teuto-brasileiros e já substituiu, em parte, o jôgo do boliche. A prática do jôgo vai acompanhada, nas “altas rodas”, do consumo de grandes quantidades de cerveja. O ritual do boliche transferiu-se, em parte, ao bocce. Na zona rural, o jôgo reveste-se de maior simplicidade (30).

5 — O bumba-meu-boi foi aceito em determinadas áreas, como, p. e., na chamada Vargem Grande (Santa Catarina) e em certas partes do vale do Itajaí-Mirim.

6 — De todas as formas recreativas novas a mais importante, do ponto de vista aculturativo, é o futebol. Verdade é que também no país de origem, como em qualquer parte da Europa, o futebol se difundiu extraordinariamente. Não se pode negar que êle tenha sido familiar às levas de imigrantes germânicos que nos procuraram nesses últimos 20 ou 30 anos. Contudo, o futebol é praticado pelos descendentes de alemães com todos os característicos de que se reveste nas outras partes do Brasil. A emotividade e a “torcida” apaixonada do público, a turbulência dos jogadores, as hostilidades tradicionais entre certos clubes, as tramas usadas para conseguir jogadores estranhos — todos êsses fatos geralmente desconhecidos na Europa central são corriqueiros em qualquer cidadezinha teuto-brasileira.

Na pequena cidade de B., em Santa Catarina, havia dois clubes de futebol que dividiam a população local em dois campos hostis. Um jôgo entre os dois equipos transformou-se em “sururú” de proporções consideráveis, envolvendo a quase totalidade do público. Mesmo o segundo jôgo realizado anos depois, sob a garantia de alguns praças do exército comandados por um capitão, foi interrompido diversas vezes por agressões e manifestações violentas de “torcedores”. As hostilidades entre os dois clubes repercutiam sensivelmente sôbre a vida econômica e política da cidade e quase produziram uma cisão na comunidade católica local (31).

Os traços linguísticos ligados ao complexo “futebol” demonstram ainda que os teuto-brasileiros praticam-no à maneira “brasileira”. Existe uma terminologia técnica em alemão, mas nunca se ouviu alguém fazer uso dessa nomenclatura (32). Ouviam-se os termos ingleses mais ou menos aportuguesados usados em qualquer parte do Brasil. Não somente na terminologia técnica mas em tôdas as manifestações, mesmo no auge da agitação, não se fala o alemão que a grande maioria dos jogadores e do público costuma usar em determinadas ocasiões. Os “hinos” dos clubes caracterizam-se sempre por textos vernáculos e melodias que em nada se assemelham à música popular dos alemães. Esses fatos compreendem-se facilmente em virtude dos contatos freqüentes que os clubes de futebol mantêm entre si, *independentemente* da origem étnica da população. Vê-se que o futebol age, nas zonas de colonização germânica, como fator de assimilação porque associa, em quantidades representativas, elementos de tôdas as origens e classes. O futebol exerce, em geral, uma atração mais forte sôbre a geração nova do que o boliche, o canto orfeônico ou a ginástica em aparelhos. Acresce que essas formas de recreação se prendem a um padrão de vida relativamente alto, e à medida que a população vai sofrendo desnivelamentos econômicos decorrentes de processos de industrialização e proletarização, o futebol vai substituindo, por ser menos dispendioso, os traços recreativos tradicionais. Em diversas localidades do vale do Itajaí a geração velha, composta de pequenos proprietários, artífices ou operários especializados, ainda fazia parte das associações tradicionais, ao passo que os moços, proletários e freqüentemente sem especialização profissional alguma, preferiam os clubes de futebol (33).

NOTAS

- (1) G. Tonnelat, op. cit., p. 119.
- (2) Lugar e ano de fundação dos diversos clubes "Germânia": Rio de Janeiro (1821), Pôrto Alegre (1855), Santos (1865), São Paulo (1868), Curitiba (1869), Joinville (1871), Baía (1873) (Friedrich Sommer, *Erinnerungsblatt für die Gesellschaft Germania in São Paulo*).
- (3) *Serra-Postkalender*, Ano 1931, pp. 166-168.
- (4) *Kurze Geschichte* etc. op. cit., p. 43' cit. ap. Emilio Willems, "Recreação e Assimilação", *Sociologia*, Vol. III, N.º 4, outubro de 1941, p. 303.
- (5) *Katholikenversammlung in Arroio do Meio*, 1930, (Pôrto Alegre, 1930), p. 162.
- (6) *Gedenkbuch* etc., op. cit., p. 287.
- (7) Em parte, a decadência já começou no princípio do século, como se pode deprender, p. e. das queixas publicadas em *Koseritz deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1902, p. 329.
- (8) *Germânia*, p. 251.
- (9) E. Ldm., "Deutsche spricht mit Deutschen deutsch", *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1923, p. 311.
- (10) Sociedades femininas de tiro ao alvo, várias vezes mencionadas por observadores diversos, constituem um fenômeno o qual parece não ter precedentes na cultura de origem.
- (11) Robert Gernhard, op. cit., p. 184.
- (12) Frh. von Berlepsch, "Ein Besuch vor 48 Jahren in Santa Cruz", *Marienkalendar für 1934*, p. 60.
- (13) *Der Auslanddeutsche*, Vol. VIII, N.º 21, 1924, p. 614.
- (14) Observação pessoal do autor.
- (15) Wilhelm Wustrow, "Unsere Jugend", *Zeitschrift für Süd-und Mittelamerika*, 1910, N.º 2, p. 29.
- (16) R. Gernhard, op. cit., p. 130.
- (17) *Ibidem*, p. 131.
- (18) Hugo Grothe, op. cit., pp. 192, 193.
- (19) Emil Schlabit, "Vergeltung, eine Geschichte aus dem Kolonieleben", *Koseritz deutscher Volkskalender für Brasilien*, 1907, p. 186.
- (20) Observação pessoal do autor.
- (21) Fundada por alemães em 1860.
- (22) R. Gernhard, op. cit., p. 135.
- (23) *Ibidem*, p. 138.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 573

(24) K. Oberacker, op. cit., p. 72.

(25) *Serra-Postkalender*, Ano 1931, p. 172.

(26) W. Fugmann, op. cit., p. 117.

(27) Por exemplo os estatutos do *Unterstützungs-und Vergnügungsverein* de Ponta Grossa, cit., apud Fugmann, op. cit., p. 126.

(28) C. Tonnelat, *L'expansion Allemande hors d'Europe*, (Paris, 1908), pp. 134, 135.

(29) Alfred Funke, op. cit., p. 194.

(30) Observações feitas pelo autor.

(31) O Clube B. enviou uma comissão à casa paroquial a fim de dissuadir o vigário de vender ou ceder um terreno ao clube P.. Se o padre cedesse o terreno, declarou a comissão, todos os sócios do clube B. abandonariam coletivamente a Igreja.

(32) É provável que nas cidades maiores onde o esporte recebeu a orientação das escolas alemãs, o caso seja diferente.

(33) Observações pessoais do autor.

CAPÍTULO XVIII

CONCLUSÕES

A cultura dos imigrantes alemães sofreu, em tôdas as áreas do Brasil colonizadas por êles, mudanças mais ou menos profundas. Diferenças sobretudo do meio geográfico devem ser responsabilizadas pelo abandono ou pela substituição parcial de inúmeros elementos da cultura material e tecnológica. A dispersão dos colonos e o seu isolamento condicionaram novas formas de organização social em que a família e a vizinhança chegaram a desempenhar um papel mais importante do que na sociedade de origem. Todavia, os colonos estruturaram as suas comunidades baseando-se principalmente na pequena propriedade e no trabalho da família. Fundadas sobre essas duas instituições, ambas estranhas à sociedade nativa, as comunidades teuto-brasileiras, enquanto puramente agrícolas, permaneceram pouco acessíveis a influências culturais brasileiras. Porém, não se pode afirmar o inverso: inúmeros pequenos grupos de imigrantes ou mesmo indivíduos, introduziram, sobretudo nas primeiras décadas da colonização germânica, uma série de elementos culturais trazidos da Europa, na sociedade brasileira do litoral e do planalto. Ao passo que êsses imigrantes se assimilaram à sociedade nativa, as grandes comunidades homogêneas conservaram-se diferentes elaborando, no entanto, aos poucos, uma cultura híbrida que pode ser chamada de teuto-brasileira, embora contenha inúmeras soluções originais: respostas a necessidades novas

que não puderam ser satisfeitas com o equipamento tradicional dos imigrantes. Apesar do insulamento das grandes comunidades homogêneas houve hibridação cultural ou, em outros termos, considerável número de elementos da cultura brasileira foi integrado à nova configuração em *statu nascendi*. A introdução destes elementos prende-se a dois motivos: (1) novas necessidades para as quais o equipamento cultural das comunidades nativas já apresentava respostas adequadas ou, pelo menos, utilizáveis e (2) a luta pelo status que a sociedade escravocrata, xenófoba e oligárquica negara às primeiras levas de imigrantes. Mais tarde, a adoção de uma porção cada vez maior de elementos da cultura brasileira tornou-se uma técnica destinada a quebrar o insulamento das comunidades locais.

} Todavia, muitas comunidades teuto-brasileiras, a princípio puramente agrícolas, urbanizaram-se e, abandonando o antigo exclusivismo agrícola, atraíram grande número de outros elementos étnicos. Ao mesmo tempo, a estratificação interna dessas comunidades intensificou-se: surgiu um proletariado industrial e uma classe capitalista. O paralelismo de urbanização e estratificação apressou o processo de aculturação, sobretudo nas classes inferiores e superiores. Nestas, a assimilação constituía a *conditio sine qua non* da ascensão social e participação política. }

Um exame das diversas esferas culturais evidenciou inúmeros pormenores desse processo de aculturação que não ocorreu sem encontrar sérias resistências e que muitas vezes veio acompanhado de conflitos culturais mais ou menos graves.

No terreno *linguístico* vimos a permeabilidade dos dialetos alemães e a formação de um linguajar teuto-brasileiro. Uma análise do vasto vocabulário português integrado ao idioma dos teutos confirmou as

consatações anteriores no que diz respeito aos motivos que determinaram a aceitação de elementos da cultura nativa. Contudo, o linguajar teuto-brasileiro é um idioma rústico que tende a desaparecer quando pôsto em contato com a civilização urbana.

As principais mudanças *econômicas* foram condicionadas pela necessidade de voltar a técnicas agrícolas rudimentares. Uma agricultura extensiva semelhante à do índio e caboclo e freqüentemente associada à troca natural, representam os característicos principais de muitas comunidades locais. Sòmente com a urbanização de muitas zonas e uma densidade demográfica crescente, a lavoura podia tornar-se intensiva. Alguns artifices que havia entre os imigrantes, introduziram novas técnicas e fundaram pequenas indústrias. Parte delas desenvolveu-se, mas em geral independentemente do capital bancário alemão. Quanto à acumulação de riquezas, nota-se uma diferença evidente entre católicos e protestantes.

No patrimônio cultural da maioria dos imigrantes alemães já figurava a *escola* de alfabetização. Não a encontrando nas zonas ruarais dos Estados sulinos, os colonos organizaram um tipo de escola comunal ou paroquial que, pelo menos em parte, constituia uma solução original correspondendo a necessidades específicas. Mudanças estruturais na sociedade germano-brasileira e a competição com a escola pública conduziram a importantes mudanças nas instituições escolares comunais.

As condições do meio brasileiro eram favoráveis à conservação do tipo de *organização familiar* que os imigrantes traziam do país de origem. Devido ao isolamento geográfico, a família chegou a desempenhar funções que no país de origem eram exercidas pelas comuna. Mas o isolamento levou também à endoga-

mia local. Os padrões de sexualidade da cultura originária perpetuaram-se nas comunidades isoladas. Nas áreas urbanas e semi-urbanas, a formação de grupos familiares, com importantes funções econômicas e políticas, seguiu o modelo brasileiro. Intercasamentos tornaram-se cada vez mais frequentes, sobretudo nas classes superiores e inferiores.

A *divisão religiosa* dos imigrantes em católicos e protestantes influenciou intensamente o processo de aculturação. Para o protestante a assimilação tinha um significado religioso, ao passo que a Igreja Católica se mostrava indiferente, excetuando-se resistências locais. Em geral, a assimilação dos católicos foi mais rápida do que a dos protestantes.

As *experiências políticas* feitas no país de origem não foram de molde a facilitar um papel ativo dos imigrantes na sociedade brasileira, com exceção do *self-government* local. No âmbito local, os colonos estavam principalmente interessados em manter padrões de segurança que os punha, às vezes, em oposição à sociedade luso-brasileira. A participação na política nacional começou com a atuação refugiados alemães de 1848 e o aparecimento de uma classe abastada de teuto-brasileiros urbanizados aos quais a abstenção política teria significado o sacrifício contínuo de interesses econômicos. A fusão de interesses políticos e econômicos deve ser considerada como móvel principal da aculturação política de inúmeros germano-brasileiros. De outro lado verificamos que entraves legais anteriores a 1891 e posteriores a 1934 dificultavam a assimilação.

A *literatura* criada pelos germano-brasileiros de língua alemã refletiu, em escala crescente, tendências de independência estética dos padrões da literatura alemã.

Quanto à *imprensa* em idioma alemão, é lícito afirmar que suas funções foram mais restritas do que na Alemanha rural. A diferenciação interna dessa imprensa foi bastante acentuada e a atitude dos diversos jornais diante da cultura brasileira variava sobretudo em razão do credo religioso.

Quase tôda cultura *recreativa* os imigrantes foi transferida para o Brasil e algumas de suas formas chegaram a desempenhar um papel mais importante do que no país de origem. Com o tempo ocorreu a perda, modificação ou substituição de não poucos traços recreativos devido sobretudo à proletarização de muitos teuto-brasileiros. Nas gerações novas, o futebol está desalojando formas tradicionais de recreação. E' inegável a influência assimiladora que o futebol exerce principalmente nas classes médias e inferiores.

ANEXO

INFORMAÇÕES SÔBRE A ASSIMILAÇÃO DOS ALEMÃES EM OUTRAS PARTES DO MUNDO

Na Europa — A maioria dos povos europeus atingiu um estado de relativa homogeneidade cultural depois de haver passado por séries de processos aculturativos. Estes, em parte, acompanharam as migrações que precederam ou iniciaram a própria história medieval. Em parte êles se explicam por migrações posteriores à invasão dos bárbaros, pelos freqüentes deslocamentos das fronteiras políticas e pelo esforço subsequente de incorporar as populações estranhas nos povos vitóriosos. Mesmo assim, é difícil de encontrar nações que não encerrem, dentro das suas divisas territoriais, fragmentos étnicos, minorias que se conservaram culturalmente distintas. Catalões e bascos na Espanha, bretões, corsos, bascos e provençais em França, alguns grupos célticos no País de Gales e na Escócia, os lapões na Suécia, poloneses e vendos na Alemanha, ucranianos, lituanos na Polônia, tirolezes de língua alemã na Itália representam alguns exemplos de minorias étnicas que até hoje não se fundiram com os povos que nos referidos países constituem a maioria, culturalmente falando. Poder-se-ia pensar também nos casos de nações compostas de etnias distintas, como a Bélgica, a Holanda, a Rússia e o antigo império austríaco. Com relação a êsses países não é exato falar em minorias, pois as etnias integrantes são numero-

sas e a sua separação destruir-lhes-ia, por completo, a estrutura política e econômica edificada em longos períodos de solidariedade e dependência recíproca.

Pela sua situação geográfica, pela flutuação multi-secular de suas fronteiras políticas e pela sua tardia unificação, a Alemanha ocupa entre os países europeus um lugar particularmente interessante no que diz respeito às relações com as demais culturas européias. Existem, no entanto, inúmeros casos de aculturação de migrantes alemães que não se ligam a nenhum dos fatores mencionados.

Em 1767, 8.000 alemães fixaram-se na Sierra Morena e na Baixa Andalúzia (Espanha). No *Fuero de Nuevas Poblaciones*, as autoridades espanholas tomaram providências para assimilar êsses grupos juntando-lhes certo número de famílias nativas. De fato, a assimilação foi completa. Beyer (1) tenciona explicá-la alegando os seguintes fatos:

1 — Procedência dos imigrantes alemães que representavam culturas regionais muito diversas.

2 — Frequência dos casamentos inter-étnicos. Os alemães casaram-se com imigrantes franceses, catalães e castelhanos (2).

3 — O clero católico parece haver exercido um papel assimilador (3).

“Também os colonos em que a ascendência germânica é visível, sentem-se hoje inteiramente espanhóis, ignoram a língua alemã e, grande parte dêles, de acôrdo com o nível cultural de seu meio, consistem em analfabetos” (4).

Antes e depois da primeira guerra mundial, não poucos alemães fixaram-se em cidades espanholas:

“Dêles, uma parte considerável casou-se com mulheres espanholas e a prole estava inteiramente hispanizada antes da guerra civil. Ao que parece, o número extraordinário de casamentos mistos é influência do

ideal de beleza — a espanhola quente de olhos escuros das películas cinematográficas e modinhas populares” (5).

Na Polônia, a assimilação de alguns milhares de alemães, na região do Bug, já estava consumada em 1760 (6). No século passado, grande número de núcleos alemães, situados em regiões diversas da Polônia, foi inteiramente polonizado. Citamos os exemplos de Franzdorf, Sitaniec, Husezka. Nestes e em muitos outros casos o papel da religião foi decisivo.

“Como os luteranos alemães estavam rodeados de poloneses católicos e só raramente podiam ser servidos por seus próprios ministros, êles perderam sua língua e a maioria converteu-se ao catolicismo” (7).

As investigações realizadas por K. Lück revelaram a existência de um número “surpreendentemente grande” de famílias as quais foram *inteiramente polonizadas* “sem que lhes corresse nas veias uma única gota sequer de sangue polonês” (8). É mais uma confirmação das nossas observações sobre o Brasil meridional: a assimilação não depende necessariamente da fusão inter-étnica.

Na Polônia e na Hungria é elevado o número de intelectuais alemães que foram polonizados ou magia- rizados ao tomarem contato com a ciência desses países.

A importância das atividades políticas para a polonização dos alemães pode ser avaliada pela quantidade de nomes germânicos ligados aos diários levantes poloneses do século passado. Beyer cita os nomes de Lelewel (Lölhöffel) Bem, Heltmann, Traugutt e Johann Deckert (9). Embora a Polônia fizesse politicamente parte da Rússia, os alemães foram polonizados e não russificados.

Nos países bálticos “a elite germano-báltica — exceção feita de alguns casos de russificação superfi-

cial ou verdadeira — conservou seus caracteres, mas grande parte da camada inferior fundiu-se com os estonianos e letões” (10).

Na *Escandinávia* e *Finlândia* as diferenças culturais entre nativos e imigrantes alemães eram tão reduzidas que a assimilação se processou rápida e completamente (11).

Na *Checoslováquia* a situação é muito mais complicada. Segundo o censo de 1921, havia perto de 3 milhões de checos de língua alemã. O antagonismo político entre checos e alemães representava, em tempos mais recentes, o maior obstáculo à assimilação. Todavia, há inúmeros checos de nome alemão e nos Cárpatos “um quarto das mulheres alemãs casa-se com homens de outra etnia” (12).

Na *Hungria*, a assimilação abrangia alemães de tôdas as classes sociais. A magiarização da elite germânica coincidiu com a própria criação da nação úngara.

“Os camponeses alemães foram introduzidos na Hungria em obediência a pontos de vista populacionais, atribuindo-se-lhes uma missão meramente econômica. O modo de pensar dos camponeses era econômico e determinado, em parte, pela vulgarização das idéias filosóficas do século 18. Esse modo de pensar explica a tendência para encarar o problema de *ascensão social* de um ponto de vista puramente racional: magiarização significava ascensão, a passagem para a camada senhoreal. O problema é de natureza sociológica. Ao mesmo tempo faltava a consciência de pertencer a uma comunidade maior. Não existia — como entre os saxões de *Siebenbürgen* — uma estrutura étnica que abrangesse várias camadas e possibilitasse a ascensão dentro do próprio grupo” (13).

Muito importante foi o papel dos próprios assimilados para a intensificação da assimilação. Desde 1868, esta “liga-se estreitamente ao papel ativo dos elementos já assimilados” (14).

Na *Rumânia*, e na *Sérvia*, os alemães raramente se assimilaram. Ao contrário, em *Siebenbürgen* e no *Banat*, os poucos casamentos mistos levaram quase sempre à germanização dos cônjuges estrangeiros. Nas cidades no entanto, ocorreu o contrário: os alemães casados com pessoas de outra etnia foram geralmente assimilados (15).

Na *Rússia* imperial, a assimilação atingiu principalmente os alemães urbanos. Com referência a Moscou, um observador escreveu em 1912: “Como o cidadão alemão está particularmente propenso a desertar sua nacionalidade, a russificação progrediu muito mais do que em Petersburgo” (16).

Os alemães do Volga conservaram a maior parte da sua cultura originária. Formando colônias compactas providas de um estatuto minoritário e segregadas pela religião, êsses alemães viveram, mais do que um século, em uma estrutura social altamente integrada. O fator religioso parece ter sido decisivo para a perpetuação da cultura originária, pois até meados do século passado, a assimilação se associava, no entender dos russos, inseparavelmente à conversão religiosa. E conversões religiosas foram muito raras. Todavia, em 1856 Michel Katkov desenvolveu um programa de assimilação que visava a absorção das minorias étnicas. Começou então a atuação da escola russa entre os alemães do Volga. Muitos emigraram atraídos, sobretudo, pelos países americanos. Mas entre os muitos que ficaram, a situação já não era a mesma:

“O tradicional colono do Volga tem consciência da sua superioridade cultural e olha com

orgulho e menosprêzo o russo ignorante frizando, às vêzes ostentativamente, que é alemão. Infelizmente isso muda, em geral, quando êle, desnacionalizado pela escola russa, procura apossar-se de uma cultura superior, inteiramente russa; consciente de não conhecer o alemão oficial, começa a envergonhar-se de seu dialeto rústico e acaba usando exclusivamente o russo; dessa maneira, a camada ascendente representa em geral uma perda integral para a cultura alemã e, assim, devido a ausência completa de escolas alemãs, a etnia germânica do Volga está condenada a ficar uma população campesina incapaz de elevar-se ao nível de uma cultura nacional superior” (17).

Na *Africa* houve imigração germânica na União e nas antigas colônias alemãs. Na época em que a colônia do Cabo pertencia à Holanda (1652-1806) inúmeros alemães emigraram para lá. No século 18, o número dêles foi maior do que o dos imigrantes holandeses. Geralmente, os imigrantes alemães desposaram mulheres holandesas fundindo-se, aos poucos, com os boers (18). Na segunda metade do século passado alguns milhares de colonos fixaram-se em Natal e no território do Cabo. As comunidades rurais fundadas por êles, conservaram-se essencialmente alemãs. Todavia, afinidades culturais, sobretudo religiosas, aceleram, em muitos lugares, a assimilação dos alemães. Para tal contribuiu também a ascensão social de não poucos imigrantes. Existiam escolas alemãs, mas muitos pais davam preferência às escolas africanas porque estas facilitavam a carreira profissional dos filhos.

Na América — A *Argentina* recebeu, entre 1857 e 1926, 111.000 imigrantes alemães, além de 94.000 austro-húngaros e 38.000 suíços dos quais muitos devem ter sido de língua alemã (20). Beyer indica um nú-

mero de 229.000 “alemães” que haveria atualmente na Argentina. Além disso, refere-se vagamente “a 500.000 argentinos de ascendência germânica que já não se consideram alemães” (21).

Entre 1854 e 1868 imigraram suíços e mercenários alemães. A falta de mulheres estimulou as uniões mistas. Acresce a política governamental que, naquela época, não admitiu a formação de colônias homogêneas. Dessa maneira, a assimilação desses elementos foi rápida e completa.

Todavia, a maioria dos imigrantes de língua alemã era contituída por teuto-russos e estes assumiram atitudes diversas com relação à cultura argentina. Para explicar a perpetuação de valores essenciais da cultura teuto-russa Beyer alega as seguintes razões:

1 — A emigração dos teuto-russos prendia-se às tentativas russas de “destruir as peculiaridades” desse grupo étnico.

2 — Contrariamente à vontade das autoridades argentinas eles constituíram colônias homogêneas.

3 — Os teuto-russos são essencialmente conservadores e perpetuam valores culturais arcaicos. (22)

Evidentemente, o primeiro e o terceiro dos fatores mencionados reduzem-se a um só: a existência de um mecanismo de defesa multissecular, desenvolvido em um meio culturalmente estranho e considerado inferior.

Extremamente importante é a distância cultural entre alemães e teuto-russos. Estes, longe de associarem-se aos demais grupos de língua alemã, isolaram-se. Para isso contribuiu também o “estatismo dos cidadãos alemães que os ridicularizam por causa de seu dialeto, apelidando-os de “russos” ou confundindo-os com os judeus orientais.”

Nas cidades, sobretudo em Buenos Aires, a assimilação de inúmeros imigrantes ou descendentes de imigran-

tes alemães é um fato consumado. Beyer friza a alta percentagem de casamentos inter-étnicos. (24)

Os chamados “alemães dos Pampas” aceitaram o “primitivismo” nativo que se exprime principalmente no tipo de habitação e nas técnicas agrícolas. (25)

Como na Argentina, também no *Uruguai* as primeiras levas de imigrantes suíços e alemães fundiram-se completamente com a população. (26)

No *Chile*, muitas comunidades teuto-chilenas do sul perpetuaram elementos essenciais da cultura de origem. Contudo, não faltam exemplos de colônias assimiladas. Beyer menciona Human, a sul de Concepción. Como alhures, a ascensão social da segunda geração estava intimamente ligada à assimilação. Também a industrialização contribuiu para acelerar a absorção dos imigrantes germânicos e seus descendentes. Aliás, nas províncias de mineração e nas grandes cidades havia, em 1917, ser muito menos pronunciado do que o dos teuto-brasileiros uma mulher alemã sobre quatro homens. Essa circunstância favoreceu naturalmente as uniões mistas. (27)

O insulamento cultural dos teuto-chilenos parece ser muito menos pronunciado do que o dos teuto-brasileiros. (28)

No *Paraguai*, mesmo a proximidade de escolas “alemãs” não impede a muitos pais, de mandarem os filhos às escolas paraguaias. O motivo é sempre o mesmo, nesses casos: o desejo de ascender na escala social. Nas colônias alemãs expostas ao contato com paraguaios, a geração nova, não raro, fala exclusivamente o tupí. (29)

A distância cultural entre colonos antigos e imigrantes novos parece ser maior ainda do que no Brasil, pois “nenhuma mão se estendia aos imigrantes atentos, nenhuma boca respondia a sua saudação. Frequentemente eles eram obrigados a continuar viagem.” (30)

O desnivelamento econômico seria, em *Costa Rica*, o fator responsável pela assimilação dos alemães. (31)

Um caso curioso de segregação de imigrantes germânicos ocorreu, há 100 anos, na *Venezuela*. Em 1842 fundou-se a colônia alemão de Tovar. Longe de qualquer povoação, êsses colonos perpetuaram grande parte da sua cultura. Falam um dos dialetos meridionais da Alemanha, mas ignoram o alemão oficial e são iletrados. A colônia que abrange 400 almas é rigorosamente endógama. Indivíduos que se casam fora do grupo, são expulsos. (32)

Sôbre os alemães no *Canadá*, um pastor protestante relatou, em 1925, que a assimilação continuava progredindo devido sobretudo à influência da escola inglesa. Em muitas comunidades outrora germânicas, o inglês já estava predominando. Para isso contribuía também o sectarismo religioso. (33)

Os *Estados Unidos* receberam, até o fim da era colonial, perto de 250.000 imigrantes de língua alemã. (34) O número total de alemães entrados nesse país entre 1820 e 1930, orça em seis milhões. (35) Vê-se que sómente na época colonial, os Estados Unidos acolheram maior número de alemães do que o Brasil em tôda a sua história. E o total dos imigrantes alemães que se dirigiram para a América do Norte é muito superior à soma de todos os imigrantes aportados no Brasil.

O recenseamento de 1930 registrou mais de 1.600.000 indivíduos nascidos na Alemanha. No mesmo ano havia perto de 3.250.000 americanos que tiveram apenas o pai ou ambos os pais nascidos na Alemanha. Além disso, contaram-se mais de 2.000.000 de americanos descendentes de americanos natos casados com imigrantes alemães. A soma dessas parcelas dá um total de ... 6.873.103 indivíduos que formam o chamado *German stock* existente nos Estados Unidos em 1930. (36) A estatística abrange apenas duas gerações e, na realidade, o número de americanos com um ou mais ascendentes ger-

mânicos, é muito mais elevado e orça, de acôrdo com as estimativas correntes, em 25.000.000 de indivíduos. (37)

“O capítulo de assimilação é particularmente desagradável para o alemão. De acôrdo com estimativas cuidadas, deveria haver hoje, sômente nos Estados Unidos, mais de 20 milhões (segundo outros até 25 ou 32 milhões) de alemães, se desde os primórdios da imigração até o presente, o processo da assimilação não houvesse alienado homens de sangue alemão da sua cultura tradicional.” (38)

Grande parte dos alemães imigrados na era colonial, assimilou-se completamente. De acôrdo com o meio local, uns foram francesados, outros anglizados. Entre os primeiros alemães, que entraram na América do Norte, muitos havia que se assimilaram às colonias holandesas, sobretudo aquêles que faziam parte da Igreja Reformada. E os imigrantes que se dirigiram para o Delaware, a Nova Suécia de então, adotaram a cultura sueca. (39) Na Louisiana

“os descendentes dos alemães francesaram-se rapidamente; êles desaprenderam muito depressa seus dialetos germânicos, sobretudo nas famílias em que ocorreram casamentos mistos. Hodiernamente, êles falam inglês, mas conservam muitas vêzes o francês ou pelo menos o lousianês nas suas relações familiares; nesse ponto não se distinguem em nada dos outros franco-lousianeses. Desde o século 18, os nomes alemães cederam a nomes franceses. Rommel transformou-se em Romme, Scheckschneider em Cheznaidre, Schaf em Chauffe, Schantz em Chance, Zweig foi traduzido em Labranche, Schneider em La Taille etc. . . Deiler apresenta uma longa lista de nomes franceses encontrados entre os crioulos de origem alemã; às vêzes até êsses nomes foram anglizados depois, no decorrer do século 19. Essa passividade dos alemães, alsacianos e suíços

não tem nada de surpreendente, ela é inerente a seu temperamento e seus efeitos foram agravados pelo fato de êles terem sido isolados da sociedade germânica, desde o comêço. Apenas na Côte des Allemands o movimento de assimilação foi um pouco mais lento do que entre as famílias isoladas e nos pequenos grupos. Na Louisiana nunca existiu um dialeto franco-alemão comparável ao *Pennsylvania Dutch*, mistura de alemão, inglês e holandês." (40)

Os alemães da *Pennsylvania* constituiram algumas comunidades homogêneas. Em 1739 fundou-se o primeiro jornal em idioma germânico publicado nos Estados Unidos. Atingiu uma tiragem de 4.000 e cuidou exclusivamente de interêsses religiosos. A cultura dessas comunidades teve um desenvolvimento muito interessante como mostra o seguinte trecho:

"Depois do rompimento da Revolução Francesa, a imigração alemão diminuiu gradativamente, a ligação com o país de origem enfraqueceu. Entretanto, o idioma dos imigrantes e, mais particularmente, o de seus filhos, foi sofrendo mudanças acentuadas. Palavras inglesas com inflexões germânicas foram penetrando a língua falada e até corrompendo a língua escrita. Muitos entre os *Pennsylvania Dutch* foram tão completamente americanizados, na primeira parte do século passado, que julgavam seu idioma fôsse um dialeto nativo e êles os únicos alemães no mundo, Relata-se que um viajante alemão dêsse período encontrou um *Dutchman* da *Pennsylvania* o qual, notando que pareciam falar o mesmo idioma, lhe dirigiu a palavra:

"O Sr. fala um alemão de primeira ordem. Há quanto tempo está no país?"

"Cerca de seis mesês" foi a resposta.

"Bem, surpreende-me que o Sr. fala tão bem." (41)

Para a rápida assimilação de muitos imigrantes alemães da época colonial, contribuiu a instituição da chamada “escravidão branca”. Imigrantes que não dispunham de recursos para custear as despesas da viagem marítima, alugaram-se por tempo determinado. Geralmente, os capitães de navios transatlânticos eram os intermediários nessas transações. Chegados ao destino, os imigrantes tinham de permanecer no pôrto de desembarque até que aparecessem interessados a solver a dívida do imigrante e a alugar seus serviços. A conclusão do negócio levava geralmente à dispersão das famílias; justamente essa dispersão forçada e a servidão subsequente apressaram a assimilação dos imigrantes.

Da imprensa em idioma alemão publicada no século 18, Otto Pollak observa que rapidamente ela

“se identificava com a política inglesa na América. Podemos ver quão ansiosamente os imigrantes procuravam assimilar-se no que diz respeito à língua e à lealdade política para com o seu novo país.” (43)

Os alemães que na era colonial se fixaram nos Estados de Ohio, Illinois, Wisconsin e Iowa formaram um grupo religiosamente mais homogêneo do que os alemães da Pennsylvania. Êsses luteraneos, cuja maioria habitava o Estado de Wisconsin, apresentam o caso de um grupo trilingue. (44) Na vida pública usavam inglês, em família um dialeto alemão e na Igreja o alemão “eclesiástico” de Lutero.

Durante a Revolução desenvolveu-se “dentro das comunidades evangélicas alemãs um programa missionário: a idéia de construir uma grande “igreja luterana americana.” Evidentemente, êsse programa era exequível somente se as comunidades alemãs se servissem do idioma inglês. A história ensinou que êsse processo não ficou limitado a uma assimilação lingüís-

tica, mas que ocorreu um ajustamento em tôdas as esferas vitais. (46)

“A amalgamação dos alemães ocorreu entre 1783 e 1840. Pelo fim dessa fase existia um tipo nitidamente americano cujos traços essenciais já não podiam ser modificados pelos imigrantes novos. Êsses assimilaram-se ao novo tipo e desistiram, desde o comêço, de influir sôbre os americanos. Contra-movimentos, como a Primeira Convenção Alemã de Pittsburg (18 de outubro de 1837), foram mal sucedidos. Simultâneamente, os alemães cindem-se em liberais representados pelas associações e conservadores representados pelas organizações religiosas e colônias rurais. Os liberais participam da política americana e pretendem, servindo-se da língua inglesa, proporcionar a cultura alemã ao americanos. A assimilação dêsses elementos foi fácil porque suas idéias liberais e social-radicaes os colocaram em opposição à terra de origem. Apegados a suas comunidades religiosas, os conservadores segregaram-se e puderam conservar melhor a sua cultura.” (47)

Todavia, a assimilação dos alemães nos Estados Unidos não foi tão fácil como se poderia inferir das generalizações um tanto apressadas de H. J. Beyer. As comunidades segregadas perpetuaram grande parte da sua cultura originária e em algumas delas surgiram tentativas de fundar, em terra americana, “Novas Germânias.” Hawgood cita alguns casos dessa natureza ocorridos em Missouri, Texas e Wisconsin: (48)

Mas “várias tentativas de fundar Novas Germânias em diversas partes da América do Norte falharam, principalmente porque foram feitas demasiadamente tarde. Os Estados Unidos tornaram-se nação anteriormente à Alemanha, e assim o sentimento contrário à constituição de Novas Germânias em solo americano foi anterior ao

sentimento que se manifestou na tentativa de fundá-las.” (49)

Na primeira metade do século passado, os alemães abstiveram-se de participar da política americana:

“Suas armas foram concentração e isolamento, e a obtenção de privilégios nas esferas educacional e linguística por meios não-políticos.” (50)

Surgiu, no entanto, o nativismo americano, o movimento chamado *Know-Nothing* dirigido, principalmente, contra os irlandeses e católicos em geral, mas também contra os alemães. Estes, sentindo-se ameaçados, reagiram.

“Esta crise transformou o alemão na América, pelo menos por algum tempo, de um eleitor meramente passivo em cidadão ativo. Mas êle tornou-se um cidadão ativo com restrições. Sua posição de estrangeiro nos Estados Unidos tornou-se-lhe, por ter sido tão vigorosamente agredida pelos nativistas, mais cara do que qualquer outra coisa e daí o processo da sua americanização foi refreado um tanto abruptamente.” (51)

No grande número de liberais que o fracasso do movimento de 1848 fez aportar nos Estados Unidos, os imigrantes acharam os líderes que os conduziram à luta contra o nativismo. De 1860 em diante encontramos o conceito de teuto-americano firmemente arraigado à mente daqueles imigrantes e descendentes de imigrantes que julgavam a sua situação de cidadãos (americanos natos ou naturalizados) não fôsse incompatível com o apêgo a determinados valores da cultura germânica.

“No que êles não aceitaram e adotaram a cultura e padrões culturais americanos, os teuto-americanos continuavam vivendo no estágio cultural e, à medida do possível, no meio cultural daquela Alemanha donde haviam emigrado..... Os teuto-americanos procura-

vam antes preservar do que desenvolver a sua cultura germânica.” (52)

“Qualquer relação com sua velha pátria deixou de ser cultivada pela maioria dos teuto-americanos, a despeito dos esforços freqüentemente realizados pela imprensa em idioma alemão, na América, no sentido de interessá-los em assuntos relacionados com a Alemanha. (53)

“Não pode surpreender que os pontos de vista alemão e teuto-americano tenham se distanciado rapidamente. Pelo fim do século 19, a cultura teuto-americana não era a cultura da nova Alemanha imperial, mas uma nova cultura colonial baseada, como tantas outras culturas coloniais, na cultura da metrópole de há várias décadas ou gerações atrás.” (54)

E' óbvio que a denominação “teuto-americano” somente podia ser aplicada a uma parte dos milhões de imigrantes alemães e seus descendentes. Já no século passado centenas de milhares fundiram-se com a população nativa e com outros grupos étnicos. Mas simultaneamente com a diminuição da imigração alemã, no fim do século, iniciou-se o desmoronamento do “teuto-americanismo.”

O acontecimento decisivo, no entanto, foi a entrada dos Estados Unidos na primeira guerra mundial, acontecimento êsse que equivalia à marginalização repentina de muitos teuto-americanos. A grande maioria mostrou-se leal à nova pátria. Terminada a guerra, a assimilação continuou e em 1939 Hawgood verificou “a virtual conclusão da americanização do *stock* germânico nos Estados Unidos.” (55)

“Nas igrejas germânicas, o uso do inglês continuou aumentando às expensas do alemão. Nas igrejas luteranas de St. Louis, a proporção foi, em 1914, de 30%

de inglês e 70% de alemão; mas em 1929, o inglês já se tinha elevado a 75%. No Seminário de Eden, do Sínodo de Missouri, somente um professor entre oito lecionava em inglês, em 1914; mas em 1829 somente um, dentro de um corpo docente maior, lecionava habitualmente em alemão. Entre 1914 e 1929, o uso do inglês nas igrejas de Belleville, Illinois, tornara-se característico regular e predominante; somente um único ofício por mês era realizado em alemão, por um dos pastores luteranos, "para os velhos". Em Chicago (56) não havia, em 1929, uma única escola alemã sequer em toda cidade e até em comunidades isoladas como Fredericksburg (Texas), a idade do automóvel conseguiu enfim diluir o cunho germânico do distrito. Mesmo se os mais velhos ainda falavam alemão entre si, a geração nova já não o usava embora fôsse talvez bilingue." (57)

"Até 1932 e mesmo depois, em vários sentidos, a liquidação silenciosa de Teuto-América continuou inexoravelmente. Jornais em língua alemã continuavam morrendo à medida que seus velhos leitores morriam e aquêles que permaneceram já não eram jornais alemães, mas jornais americanos escritos em alemão." (58)

NOTAS

(1) Hans Joachim Beyer, "Zur Frage der Umvolkung" *Auslandsdeutsche Volksforschung*, Vol. I, Fasc. 4, (Stuttgart, 1937), pp. 367, 368.

(2) Veja também Alcazar Molina, *Las Colonias alemanas de Sierra Morena* (1930).

(3) Georg Niemeier, *Die deutschen Kolonien in Südspanien*, (1930), p. 134.

(4) *Ibidem*.

(5) H. J. Beyer, *op. cit.*, p. 368.

A Aculturação dos Alemães no Brasil 595

(6) Kurt Lück e Walter Kuhn, cit. apud. H. J. Beyer, op. cit., pp. 368, 369.

(7) Ibidem.

(8) Cit. apud. H. J. Beyer, p. 370.

(9) Beyer, op. cit., p. 370.

(10) Ibidem, p. 372.

(11) Ibidem, p. 372.

(12) Ibidem, p. 373.

(13) Ibidem, p. 375.

(14) Ibidem, p. 375.

(15) Beyer, op. cit., p. 376.

(16) *Deutsche Monatszeitschrift für Russland*, Reval 1912.

Não é raro encontrar essa discriminação entre cidadãos alemães e alemães, no sentido étnico. A absorção mais rápida dos primeiros que também no Brasil foi observada mais de uma vez, explica-se pela maior permeabilidade da cultura alemã propriamente dita, com referência a valores estranhos. Não existe o mecanismo de defesa que as minorias germânicas desenvolveram fora da Alemanha.

(17) *Deutsche Monatschrift für Russland* I, p. 157, cit. apud. H. J. Beyer, op. cit., p. 378.

(18) Oskar Hintrager, "Das Deutschtum in Süd-und Südwestafrika", *Reichsausgabe der Frankfurter Zeitung*, 20 de maio de 1934.

(19) *Der Auslandsdeutsche*, Vol. III, N.º 6, 1920, p. 167, 168.

(20) Maurice R. Davie, *World Immigration*, (New York, 1939, p. 451.

(21) H. J. Beyer, op. cit., p. 362.

(22) Ibidem, p. 362.

(23) O meio cultural dos teuto-russos era muito complexo. Não só russos propriamente ditos, mas também ucranianos, tártaros, kirghizes, calmuços e tribos caucásicas lhes faziam parte.

(24) H. J. Beyer, op. cit., p. 363.

(25) F. Pauling, "Die Pampa-Deutschen", *Der Auslandsdeutsche*, Vol. X, 1927, p. 251.

(26) H. J. Beyer, op. cit., p. 367.

(27) Ibidem, p. 367.

(28) Hugo Metzler, op. cit., p. 51, W. Mann, *Volk und Kultur Lateinamerikas*, (Hamburg, 1927), p. 94.

(29) *Der deutsche Auswanderer*, julho de 1925, p. 16.

(30) Pastor Butz, "Die deutschen Kolonien in Paraguai", *Der deutsche Auswanderer*, agosto de 1926, p. 13.

- (31) *Der Auslanddeutsche*, Vol. VIII, N.º 11, 1925, p. 311.
- (32) *Der Auslanddeutsche*, Vol. III, N.º 7, 1920, p. 200.
- (33) *Der deutsche Auswanderer*, março de 1925, p. 8.
- (34) John A. Hawgood, *The Tragedy of German-America*. (New York, 1940), p. 57.
- (35) Maurice R. Davie, op. cit., p. 70.
- (36) Maurice R. Davie, op. cit., p. 60.
- (37) O Lohr, cit. apud. H. J. op. cit., p. 380.
- (38) Oswald Kroh, "Zur Psychologie der Umvolkung", *Auslandsdeutsche Volksforschung*, Vol. I, Fasc. 4, 1937, pp. 386, 387.
- (39) H. J. Beyer op. cit., p. 380.
- (40) René Le Conte, "Les Allemands à la Louisiane en XVIIIe siècle", *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, Nouvelle Série, Tomo XVI, 1924, p. 13. Veja também H. Deiler, "The Creoles of German Descent" *German-American Annals*, Ano, 7, 1909.
- (41) Robert E. Park, *The Immigrant Press and its Control*. (New York, 1922), p. 254.
- (42) Otto Pollack, "German Immigrant Problems in Eighteenth Century Pennsylvania as Reflected in Trouble Advertisements" *American Sociological Review*, Vol. 8, N.º 6, dezembro de 1943.
- (43) *Ibidem*, pp. 683, 684.
- (44) Casos isolados de trilinguismo podem ser observados também no Brasil.
- (45) H. J. Beyer, op. cit., p. 381.
- (46) Abdel Ross Wentz, *The Lutheran Church in American History*, (Philadelphia, 1933), pp. 123, 203, 204.
- (47) H. J. Beyer, op. cit., p. 382.
- (48) John Hawgood, op. cit., pp. 109 seg., 137 seg., 201 seg.
- (49) *Ibidem*, p. 102.
- (50) *Ibidem*, p. 232.
- (51) John Hawgood, op. cit., p. 253.
- (52) *Ibidem*, p. 271
- (53) *Ibidem*, p. 272.
- (54) *Ibidem*, p. 272.
- (55) John Hawgood, op. cit., p. 300.
- (56) Chamada a "sexta cidade alemã do mundo!".
- (57) John Hawgood, op. cit., p. 300, 301.
- (58) *Ibidem*, p. 303.

INDICE DE NOMES PRÓPRIOS.

A.

- Abrantes, Visconde de — 375,
 Adams, Romanço — 462,
 Adler, Alfred — 190,
 Africa — 583,
 Aguas Mornas (Sta. Catarina) — 438,
 Aldinger — 419,
 Alsácia — 102, 425,
 Alscianos — 587,
 Alfredo Chaves (R. G. d. Sul) — 140,
 Altenhofer — 172, 173,
 Alto Paraná (rio) — 114,
 Alto Reno — 102,
 Alto Uruguai — 398,
 Amaral — 77,
 Amstad, P. — 77,
 Anabatistas — 471, 472,
 Anapolis (São Paulo) — 130,
 Aquidaban — 150,
 Argentina — 113, 114, 115, 128, 365, 504,
 539, 583, 584,
 Arroio do Meio — 268, 411, 469, 558,
 Augusta Vitória (Paraná) — 127,
 Associação Católica dos Camponeses do
 Rio Grande do Sul — 130,
 Associação Popular Católica — 95,
 Associação Popular para os Católicos Ale-
 mães no Rio Grande do Sul — 64,
 Austria — 60, 62, 339,
 Austro-Ungaros — 588,
 Avé-Lallement, Robert — 92, 105, 140,
 142, 152, 153, 210, 226, 257, 272,
- ### B.
- Bachmann — 472,
 Badênia — 55, 62, 359,
 Baía — 142, 345, 571,
 Baixa Andalúzia — 579,
 Baixa Saxônia — 62,
 Baixa Renânia — 231,
 Balcãs — 520,
 Ballod, Carl — 153, 194, 397,
 Banát — 582,
 Barnes, H. L. — 273,
 Barnett, J. H. — 42,
 Barra Grande — 63,
 Bascos — 578,
 Baviera — 425,
 Becker, R. — 485,
 Begrich, Martin — 214, 227, 244, 321,
 373, 474, 499, 500,
 Bela Vista — 138,
 Belém, J. 222,
 Belgica — 578,
 Belleville (U.S.A.) — 593,
 Benedito Timbó — 394, 564,
 Berlepsch, von — 571,
 Berlim — 164, 513,
 Beyer, H. J. — 227, 462, 579, 583, 584,
 585, 590, 598, 594, 595,
 Billroth — 473,
 Bismarck — 515, 520, 541,
 Birkenfeld — 150,
 Bloomfield, Leonard — 320, 321,
 Blumenau (município) — 62, 63, 70, 74,
 75, 96, 99, 115, 116, 125, 139, 142,
 146, 147, 150, 157, 169, 172, 189,
 204, 216, 233, 234, 236, 249, 250,
 255, 256, 280, 316, 330, 332, 337,
 348, 350, 354, 357, 360, 380, 394,
 403, 404, 434, 444, 445, 456, 471,
 480, 481, 505, 506, 507, 541, 553,
 562,
 Blumenau, Hermann — 116, 211, 226,
 345, 373, 461, 519,
 Boa Vista — 128, 131,
 Boa Vista (rio) — 69,
 Bock, M. V. — 105,
 Bom Jardim — 142,
 Bom Princípio — 149,
 Bom Retiro — 128,
 Borges de Medeiros — 530,
 Botucaraí — 68,
 Braço do Norte — 63, 397,
 Bremen — 89,
 Brepohl, F. W. — 500, 540,
 Bretões — 578,
 Brodnitz, Georg — 541,
 Brummers — 85,
 Brunswick — 62,
 Brusque — 57, 62, 70, 76, 157, 166, 172,
 216, 236, 242, 280, 316, 337, 349,
 353, 357, 359, 374, 395, 444, 493,
 Buargue de Holanda, S. — 133,
 Buenos Aires — 584,

Bug, rio — 530,
 Burgess, E. — 32, 43, 44,
 Butz, Pastor — 594,

C.

Cachoeira — 107,
 Cai, rio — 67, 68, 108, 109, 123, 351,
 Califórnia — 146,
 Calmón, Pedro — 195,
 Calmucos — 594,
 Calvino — 358,
 Camaquam, rio — 68,
 Campanha — 107, 111, 112, 113, 114,
 115, 198, 199, 203, 205, 343, 354,
 Campestre — 68,
 Campinho — 146, 214,
 Campinas — 121,
 Campo Bom — 518,
 Canadá — 34, 586,
 Candelária — 68,
 Cândido de Abreu (Paraná) — 87, 127,
 Canguçu — 85,
 Canoas — 68,
 Capivarí vale do — 63, 233, 241, 299,
 355, 392, 432, 509, 568,
 Cardoso de Menezes e Souza, J. — 540,
 Caríntia — 425,
 Carvalho, Augusto de — 166, 498,
 Castro Faria, L. D. — 244,
 Catalânia — 520,
 Catalões — 578,
 Caxias (cidade) — 129, 503,
 Caxias, Barão de — 511,
 Chanaan — 508,
 Chapecó — 70,
 Checoslováquia — 581,
 Chicago — 593,
 Chile — 128, 585,
 Cidade do Cabo — 583,
 Cinturão do Jacuí — 67, 97, 112, 113,
 115, 123, 129, 331,
 Colônia — 171,
 Comandá — 69,
 Conceição do Arroio — 127,
 Concepción — 535,
 Conselho Eclesiástico da Prússia — 473,
 Conselho Evangélico Superior — 469,
 Convenção Alemã de Pittsburgh — 590,
 Conventos (R. G. do Sul) — 68, 108,
 110, 468, 469,
 Cornelios, Carl G. — 374,
 Corsos — 578,
 Costa Rica — 585,
 Côtes des Allemands — 588,
 Coutinho, J. J. — 124,
 Cruz Alta — 480,

Cuba — 356,
 Curitiba — 95, 162, 218, 244, 404, 457,
 468, 562, 566, 571,

D.

Davatz, Thomas — 120, 133, 152,
 Davie, Maurice — 594, 595,
 Dawson, C. A. 44, 152,
 Dedekind, M. — 408, 500,
 Deeke, José — 106, 132, 133, 134, 187,
 372, 373, 462, 499, 540,
 Deiler, H. — 587, 595,
 Delaware, — 587,
 Departamento Nacional do Povoamento —
 65,
 Dei Kolonist — 57, 76,
 Der Kompass — 553,
 Deseado — 114,
 Deussen — 104, 501,
 Deutsches Volksblatt — 553,
 Diário Alemão — 513,
 Die Kolonie — 553,
 Divina Providência, irmãs da — 395,
 404,
 Dohms H. — 321, 485, 500,
 Dois Irmãos — 173,
 Dom Sebastião — 416,
 Dona Francisca — veja Joinville
 Drascher — 105,
 Duarte, Manoel — 272, 380, 417, 418,
 Duval — 511,

E.

Eden, (U.S.A.) — 593,
 Ehlers, João — 171, 195,
 Eickhoff, João — 530,
 Elmer, M. C. — 44,
 Elsenthal — 103,
 Encantado — 129,
 Endress, Siegfried — 77, 78, 99, 133, 153,
 154, 227, 231, 244, 272, 332, 372,
 374, 444, 462, 500,
 Entre Rios — 66,
 Erechim — 69, 217, 458, 480,
 Escandinávia — 581,
 Escócia — 578,
 Esche — 172, 195,
 Espanha — 164, 579,
 Espírito Santo — 63, 64, 67, 71, 74, 93,
 94, 138, 139, 145, 149, 151, 159, 170,
 213, 214, 244, 260, 261, 333, 334,
 339, 340, 354, 397, 430, 432, 468,
 486, 509, 564,

A Aculturação dos Alemães no Brasil 599

Estados Unidos — 19, 56, 66, 102, 211,
321, 360, 362, 364, 365, 478, 484,
507, 522, 556, 586, 587, 588, 590,
591, 592,
Estonianos — 581,
Estrela (R. G. do Sul) — 68, 109, 173,
278, 468,
Ex-Contestado — 59, 128, 216,

F.

Falke — 321,
Falkensteiner, Hans — 418,
Faria, E. — 41,
Farroupilha — 73, 85, 258, 516, 519,
Faulhaber, H. — 195,
Fausel, Erich — 67, 77, 78, 154, 272,
322, 429, 457, 461, 462,
Feitoria — 241, 344,
Feliz (R. G. do Sul) — 68, 330,
Ferras (R. G. do Sul) — 93,
Finlândia — 581,
Fischer, F. C. J. — 426, 461,
Flitcher — 172, 195,
Flickenschild, H. — 75, 76,
Floresta Negra — 76, 231,
Florianópolis (Deserto) — 88, 90, 125,
162, 169, 360, 370, 438
Folhas Evangélicas — 485
Folha Juvenil — 486,
Ferromeco — 109,
Franciscanos — 404,
Francônia — 102, 425,
Fransdorf — 580,
Fredericksburg (U. S. A.) — 593,
Frederico Guilherme III — 207,
Freeden, H. von — 76, 135, 273, 372,
Frei, Fritz — 106, 273, 336, 373,
Friedburg — 121,
Frisia — 327,
Friedrich de Nuevas Poblaciones — 579,
Frymann, W. — 77, 87, 104, 105, 127,
184, 227, 244, 419, 498, 540, 572,
Funke, Alfred — 104, 153, 227, 273,
321, 322, 418, 540, 556, 572,

G.

Garibaldi — 129,
Garve, Chr. — 75,
Gaspar (Sta. Catarina) — 217,
Gebze, Hans — 76, 78, 540, 541, 552, 556,
Germânia, (clube) — 473, 566, 571,

Gernhard, Robert, 86, 104, 133, 134, 172,
195, 230, 243, 256, 271, 272, 305,
321, 332, 372, 375, 403, 419, 462,
500, 505, 540, 562, 564, 571,
Gerstücker — 210,
Gettys, W. E. — 44, 152,
Giesebrecht — 365,
Gillin, John — 45,
Goldberg, Milton — 273,
Goldenweiser, A. — 273,
Graça Aranha — 508, 509, 540,
Grentup, Theodor — 500,
Gross-Hering, C. — 555,
Grothe, Hugo — 77, 418, 571,
Gruber, Otto — 227,
Grünfeld Ernst — 374,
Guabiruba, (Sta. Catarina) — 76,
Guarapuava — 215,
Guarani (R. G. do Sul) — 470,
Guareí — 213, 335,

H.

Hamburgo 61, 89 241, 300,
Hamburgo Velho — 313,
Hamônia (Sta. Catarina) — 70, 98, 106,
245, 270, 346, 372,
Handelmann, Georg — 78, 175, 195, 520,
523, 541, 542,
Hannover — 62, 63,
Hansa — 70, 98, 172, 204, 365, 372,
Harper, E. P. — 42,
Havai — 451,
Hawgood, John — 590, 592, 595,
Helme, Siegfried — 418,
Heinrich, C. — 272,
Heid, A. L. 273,
Helvetia — 122,
Hermsdorf — 78,
Hertkovits, H. J. — 44, 45,
Hesse — 62, 102, 103, 338,
Hillebrand, João Daniel — 176, 517, 519,
Hintrager, Oskar — 594,
Hocking, W. E. — 105,
Hohenau (Paraguai) — 113,
Holanda — 145, 425, 578, 583,
Hollingshead, A. E. — 131,
Holstein — 62, 63,
Horney, Karen — 42,
Hortêncio (R. G. do Sul) — 241, 383,
Human — 585,
Hunsrück — 59, 62, 63,
Hungria — 580, 581,
Huntington, E. — 80, 102,
Husaka — 580,

I.

Ibicaba — 118,
 Igreja Católica — 478, 486,
 Igreja Evangélica Alemã — 126, 131,
 182, 220, 221, 310, 312, 315, 316,
 402, 413, 464, 466, 469, 476, 482,
 403, 485, 487, 524,
 Igreja Metodista Brasileira — 217,
 Igreja Territorial Prussiana — 476, 486,
 Iguape — 244,
 Ijuí — 129, 217, 430, 458, 480, 558,
 Ijuí Grande (rio) — 69,
 Ilhas Frísicas — 231,
 Illinois — 589, 593,
 Índia — 145, 460,
 Inglaterra — 241, 328, 425,
 Iowa — 589,
 Iraty — 95,
 Irlanda — 520,
 Isabela — 214,
 Itajaí — 38, 69, 70, 116, 169, 216, 217,
 225, 243, 244, 280, 310, 316, 317,
 319, 331, 347, 359, 360, 448, 449,
 531, 565, 568, 569, 570,
 Itajaí-Mirim — 166, 225, 300, 444, 564,
 Itália — 164,
 Itapeverica — 84, 90, 122, 160, 213, 214,
 309, 335,

J.

Jacuí — 62,
 Jacuí (rio) — 67, 68, 69, 129, 351, 469,
 Jaguarí — 217,
 Jahn, Theodor — 195,
 James, William — 12, 41,
 Jaragná (Sta. Catarina) — 70,
 Java — 145,
 Jequitibá — 146, 432,
 Jesúias — 491,
 Joazeiro — 59,
 Joinville, (Dona Francisca) — 60, 63, 70,
 86, 99, 101, 115, 142, 157, 172, 216,
 230, 236, 241, 245, 349, 250, 252,
 349, 360, 380, 477, 505, 553, 561,
 562, 564, 566, 571,
 Jundiá — 213,

K.

Katholische Volkstimme — 553,
 Katkow, Michel — 582,

Katz, Engen 338, 373,
 Kautsky, Karl — 338, 373,
 Kerts — 516,
 Kessel, Fritz — 372,
 Kidder — 172, 195,
 Kirghizes — 594,
 Klinghoffer, Guilherme — 517, 518,
 Köhler, J. F. — 176,
 Kehlhaas, M. — 172,
 Koseritz, Karl von — 84, 85, 104, 206,
 209, 265, 322, 471, 513, 514, 515,
 519, 540,
 Koseritz deutscher Volkskalender — 553,
 Krauss, Siegmund — 573,
 Krauss-Schwabach, H. 104,
 Kretzen, Johannes — 194, 462
 Kroh, Oswald — 322, 595,
 Kuder, Manfred — 196, 544, 545, 555,
 Kuhn, Walter — 594,

L.

Lacmann W. — 106, 202, 211, 225, 226,
 234, 236, 243, 305, 312, 315, 318,
 320, 321, 322, 357, 374, 413, 419,
 531, 541,
 Lageado (R. G. do Sul) — 109, 469, 480,
 Lgo, — 504
 Lambert, Jacques — 196, 375,
 Iapôes — 578,
 Lassberg — 114,
 Le Comte, René — 595,
 Legião Alemã 60, 85, 206, 209, 245, 513,
 519,
 Leopoldina (Baía) — 345,
 Le Play, F. — 421,
 Letões — 581,
 Liga das Uniões Coloniais Riogranden-
 ses — 251,
 Liga Patriótica — 125,
 Linha Bonita — 141,
 Linha Nova (R. G. do Sul) — 469,
 Linton, Ralph — 40, 44, 45, 212, 226,
 375, 419,
 Lituanos — 578,
 Lohr, O. — 595,
 Lotz, F. P. — 419,
 Lowrie, H. 132,
 Luçena (Sta. Catarina) — 134,
 Lüeck, C. K. — 580, 594,
 Luiz Alves (Sta. Catarina) — 217,
 Luisiana — 587, 588,
 Lutero, Martim — 220, 358, 476, 481,
 486, 589,

A Aculturação dos Alemães no Brasil 601

M.

Maak, R. — 134,
Mao Lean y Estenós, Roberto — 461,
Mafra — 69,
Maratá — 68, 108, 109, 304,
Marcuse, Max — 461,
Mar de Espanha (M. Gerais) — 366,
Mariano — 108,
Marquês de Herval — 126,
Meul, Otto — 244, 372,
Mecklenburgo — 61, 83, 85, 86,
Mena Barreto, G. F. — 518,
Menezes, Caio de — 132,
Menonitas — 477,
Metzler, H. — 196, 227, 594
Miguel Calmón (Paraná) — 90, 127,
Minas Gerais — 71, 86, 163, 164,
Miner, Horace M. — 321,
Miranda, Pontes de — 542,
Misiones — 84, 114,
Missouri — 590,
Moacyr, Primitivo — 417, 418,
Möhle, P. — 499,
Molina, Alcazar — 593,
Moltmann, B. H. — 132,
Monte Alverno — 68,
Moutenegro — 68, 383, 480,
Morsia, Luiz Carlos de — 320,
Morro Pelado — 108,
Moscou — 582,
Mosela, — 62,
Muckers — 59, 471, 532, 533,
Mucuri (M. Gerais) — 86, 92, 97, 98,
138, 140, 141, 142, 163, 171, 213,
Mulball — 201, 226, 241, 244,
Mumelty, P. — 499,
Mundo Novo — 68, 108, 123,

N.

Nabe — 273,
Napoleão I — 64, 561,
Nassau — 63, 102,
Natal (Africa) — 583,
Nauck, E. G. — 78, 105, 149, 152,
154, 501,
Neckar (rio) — 103,
Neue deutsche Zeitung — 553,
Niebauer, Georg — 544, 593,
Normandia — 59,
Nova Berlim — 68,
Nova Filadelfia — 167,
Nova Friburgo — 336,
Nova Petrópolis — 62, 68,
Nova Suécia — 587,

Nova Württemberg — 131,
Nova Zelândia — 80,
Novo Hamburgo — 241, 349, 393, 411,

O.

Oberacker, K. H. — 77, 78, 132, 135,
153, 154, 272, 273, 310, 320, 321,
361, 374, 375, 419, 500, 540, 541, 572,
Ollenburg — 62, 64, 150,
Oliveira J. Gomes de — 263,
Ohio — 589,
Ouro Preto — 143,
Otoni, F. B. — 152,
Overbeck, W. — 153, 373,

P.

Padre Eterno, 108,
País de Galles — 578,
Paises Baixos — 56, 328,
Palatinado — 55, 62, 63, 228,
Palhoca — 438,
Palmeira — 504,
Paraguai — 113, 114, 115, 116, 585,
Paraná — 63, 66, 67, 71, 86, 87, 90, 117,
127, 134, 143, 243, 504, 552, 553,
Pardinho (rio) — 223, 384,
Pardo — 68, 97,
Pareci — 109,
Park, Robert E. — 32, 41, 42, 43, 44, 45,
131, 178, 196, 556, 595,
Passo Fundo — 480,
Pauling, F. — 594,
Pedro I — 84,
Pedro II — 503,
Peixe, rio do — 70, 98,
Pellanda, E. — 64, 65,
Pelotas — 369,
Pennsylvania — 588, 589,
Pennsylvania Dutch — 588,
Peschke, R. — 269, 273, 556,
Petrópolis — 123, 128, 170, 171, 175,
336, 466, 469, 484, 521,
Picada Velha — 384,
Pierson, Donald — 44,
Poco das Antas — 68,
Polack, Otto — 589, 595,
Poloneses — 19, 20, 578,
Polônia — 76, 192, 578, 580,
Pomerânia — 62, 228, 261, 327,
Pomeranos — 93, 94, 149, 159, 197,
259, 260, 261, 279, 470, 486, 564,
Pombas (rio) — 216,

Porto Alegre — 85, 107, 141, 162, 172,
174, 175, 176, 218, 315, 350, 369,
394, 457, 467, 469, 480, 513, 517,
518, 533, 553, 554, 562, 571,
Porto, Aurélio — 64, 65, 104, 176, 195,
344, 417, 516, 519, 541,
Porto da Cachoeira — 170,
Porto Lucena — 127, 217,
Porto Novo — 64, 95,
Porto União — 310,
Portugal — 83, 182,
Porzelt, Hans — 372, 397, 402, 418,
419, 430, 461, 462, 500,
Prado, E. — 65, 77,
Preiss, M. e Fr. — 105, 106, 133, 134,
Provençais — 578,
Prússia, — 63, 74, 77, 531,
Prússia Oriental — 94, 142,
Puerto Rico (Argentina) — 114,
Puerto Segundo (Argentina) — 114.

Q.

Queen, St. A. — 42,
Queiroz de Vasconcellos, A. Luiz de
— 517,
Quelle, Otto — 227,
Quero-Quero (Paraná) — 504,
Quessel, Ludwig — 372.

R.

Radcliffe-Brown, A. R. — 45,
Raimy, Victor — 45,
Recife — 142,
Bedfield, Robert — 44,
Reforma — 513,
Reitzenstein, F. von — 461,
Renânia — 62, 63, 300,
Reno — 62,
Rescrito de Hexdt — 74, 118, 515, 541,
Reuter, E. B. — 42, 43, 44, 45, 46, 152,
Revolução Francesa — 588,
Ribeira, vale da — 244,
Ribeiro, Marciano — 518,
Rincão d'El Rey — 110,
Rio Claro — 213,
Rio de Janeiro (cidade) — 142, 162,
169, 171, 336, 473, 513, 514, 560,
561, 571,
Rio de Janeiro (Estado) — 97, 100,
120, 466,
Rio do Sul — 70, 150,
Rio Doce — 213, 214,
Rio Grande — 107,

Rio Grande do Sul — 23, 57, 59, 60,
62, 63, 64, 65, 67, 69, 71, 73, 74,
76, 78, 82, 87, 93, 97, 107, 113,
116, 117, 122, 128, 141, 142, 149,
150, 151, 155, 165, 173, 176, 177,
189, 191, 197, 198, 202, 205, 206,
209, 213, 217, 245, 251, 256, 258,
259, 263, 268, 269, 271, 279, 280,
306, 320, 330, 333, 336, 344, 348,
349, 351, 357, 378, 379, 384, 389,
395, 402, 411, 430, 465, 467, 469,
471, 478, 479, 491, 495, 503, 512,
514, 515, 517, 518, 533, 541, 552,
558, 562,
Riograndense — 513,
Riograndenser Marienkalender — 553,
Rio Morto, 116,
Rio Negro (Paraná) — 71, 215, 216, 404,
Rio Novo — 170,
Rio Pardo — 107, 110,
Rolândia — 127,
Rolante (Sta. Catarina) — 469,
Romero, S. — 188,
Rosas — 206,
Rosenthal, H. — 76, 124, 194,
Rotermund, Wilhelm — 195, 482, 484,
545,
Rumânia — 582,
Rumo de Lage — 171,
Rússia — 68, 145, 520, 578, 582,

S.

Salisch, Hermann von — 518, 519,
San Alberto (Argentina) — 113,
Sant'Ana do Rio dos Sinos — 382,
Santa Catarina — 51, 57, 64, 67, 69,
69, 70, 75, 76, 87, 89, 95, 98, 113,
115, 117, 122, 124, 134, 142, 143,
155, 166, 172, 189, 201, 204, 213,
215, 217, 233, 242, 245, 251, 263,
280, 299, 300, 305, 336, 337, 340,
346, 353, 355, 357, 359, 360, 380,
390, 392, 395, 397, 401, 432, 434,
444, 469, 470, 495, 509, 552, 553,
564, 565, 569,
Santa Clara (R. G. do Sul) — 469,
Santa Cruz — 62, 68, 93, 97, 146, 273,
234, 257, 259, 331, 346, 351, 384,
389, 411, 480, 553, 563,
Santa Emília — 68,
Santa Isabel — 468,
Santa Joana — 146,
Santa Leopoldina — 146, 334
Santa Maria — 146, 217, 465,
Santa Maria de Soledade (Rio G. do
Sul) — 108,

A Aculturação dos Alemães no Brasil 603

- Santa Rosa (rio) — 69,
Santa Rosa Buricá (R. G. do Sul) — 533,
Santo Amaro (São Paulo) — 90, 122, 143, 149, 160, 213, 214, 235, 309, 335, 345, 484,
Santo Amaro (R. G. do Sul) — 149
Santo Angelo — 62, 68, 69, 97, 256, 331, 480,
Santo Antônio — 107,
Santo Cristo — 69, 131,
Santos — 571,
Santos Pinto (R. G. do Sul) — 68,
São Bento — 70, 117, 172, 256, 566,
São Bonifácio (S. Catarina) — 340, 355, 373, 374, 392, 432, 434, 435, 438, 440, 443, 444, 461, 491, 495, 496, 497, 498, 501,
São Caetano — 110,
São Feliciano — 217,
São Gabriel — 110,
São João (Misiones) — 84,
São José (Sta. Catarina) — 85, 263,
São José do Rio Pardo — 120,
São José do Hortêncio — 109,
São Leopoldo — 61, 67, 68, 71, 73, 74, 76, 84, 86, 108, 110, 111, 148, 149, 151, 171, 175, 176, 202, 208, 211, 234, 237, 240, 241, 248, 278, 279, 280, 305, 313, 323, 344, 346, 347, 349, 350, 359, 381, 382, 383, 386, 387, 393, 411, 429, 430, 457, 465, 480, 489, 512, 513, 514, 516, 517, 518, 519, 521, 530,
Saint Louis — 592,
São Lourenço (R. G. do Sul) — 68, 93, 323, 345, 480,
São Luiz — 480,
São Luis Gonzaga — 470,
São Miguel dos Dois Irmãos — 469,
São Paulo — 67, 69, 71, 73, 74, 84, 90, 92, 93, 114, 117, 118, 119, 122, 134, 149, 162, 176, 198, 213, 214, 218, 244, 309, 326, 343, 345, 348, 457, 469, 474, 522, 571,
São Pedro — 369,
São Pedro de Alcântara — 64, 88, 160, 213, 217, 263, 335,
São Salvador — 109,
São Sebastião — 351, 480,
São Vicente (R. G. do Sul) — 470,
Sarrazin, J. A. — 517,
Saxe Coburgo — 62,
Saxônia — 54, 62, 63, 300,
Sehaden, Francisco — 373, 374, 418, 461, 501,
Sehaden, Egon — 320,
Schapelle, B. F. — 320, 555,
Schlabitz, E. — 571,
Schleswig-Holstein — 62, 63, 207,
Schröder, F. — 418, 500,
Schupp, A. — 471, 499, 541,
Schurtz, Karl — 60,
Sclater, J. — 273,
Sellin, A. W. — 76, 86, 104,
Seidler, Carl — 88, 104, 202, 210, 226, 244, 465, 466, 498,
Serra — 111,
Serra Branca — 68,
Serra Chato — 97,
Serra do Mar — 74, 123,
Serra dos Taipés — 68, 151,
Serra Geral — 68, 74, 123,
Sertão de Sant'Ana — 217,
Sêrvia — 582,
Sete Quedas — 121,
Siebenbürgen — 581, 582,
Sierra Morena — 579,
Silésia — 62,
Silva — 108,
Silva Rocha, J. da — 498,
Sinodo das Comunidades Evangélicas Alemãs do Brasil Central — 477,
Sinodo do Missouri — 401, 402, 411, 466, 469, 471, 477, 483, 484, 485, 593,
Sinodo Evangélico de Santa Catarina, Paraná e outros Estados — 477,
Sinodo Riograndense — 113, 313, 401, 469, 470, 477, 482,
Sinos (rio dos) — 67, 84, 108, 346, 351, 383,
Sitance — 580,
Smolka, G. — 76,
Sobell, Pf. — 77, 154, 272, 273
Sociedade Germânica de Associação Beneficente dos Alemães do Rio de Janeiro — 99, 101, 339,
Sociedade Alemã do Beneficência — 326, 399, 400,
Sociedade dos Professores do Curitiba — 414,
Sociedade Hamburguesa de Colonização — 98,
Sommer, F. — 104, 133, 153, 227, 309, 321,
Sorocaba — 213,
Stagner, Ross — 41, 194,
Stapanowski — 516,
Stoecklin, Jules — 215, 227, 345, 373, 512, 540,
Stonequist, E. V. — 20, 42, 178, 196, 223,
Straten-Ponthoz, Aug. van der — 153, 508, 509, 540,
Suábia — 102, 235, 425,
Suécia — 425, 578,
Suermann, A. — 556,

Suiça — 63, 102, 275, 425,
 Suiços — 583, 584, 587
 Sumner, W. G. — 41,
 Sutherland, E. L. — 42,

T.

Tácito — 327,
 Taipes — 62,
 Tártaros — 594,
 Taquara (R. G. do Sul) — 108, 480,
 Taquari — 108, 113,
 Taquari (rio) — 68, 109, 351, 468,
 Tayó (rio) — 216,
 Teófilo Ottoni — 336, 484,
 Teresópolis (Sta. Catarina) — 397,
 Teresópolis (Estado do Rio) — 336,
 Terra Nova — 95, 117,
 Testo (rio) — 348,
 Teutônia — 62, 68,
 Teuto-russos — 63, 71, 477, 502, 503, 504,
 Texas — 590, 593,
 Tijucas (Sta. Catarina) — 216,
 Timbó — 564,
 Thomas, W. I. — 13, 14, 19, 35, 41, 42,
 76, 192,
 Tirol — 425,
 Tirolezes — 578,
 Tonnelat, C. — 223, 227, 336, 361, 362,
 369, 373, 374, 375, 550, 556, 557,
 567, 571, 572,
 Torres — 160, 213, 217, 335,
 Tovar — 586,
 Träger, Paul — 419,
 Três Forquilhas (Rio G. do Sul) — 217,
 Três Torres — 466,
 Truda, Leonardo F. D. — 64, 131, 132,
 372, 373, 389, 409, 417, 418, 540,
 Tschudi, J. J. von — 86, 104, 105, 119,
 120, 121, 133, 138, 141, 152, 153,
 172, 194, 195, 210, 226, 280, 320,
 359, 374, 510,
 Tubarão — 63, 70,
 Thurnwald, R. — 75,

U.

Ucranianos — 578
 União Sul-Africana — 583,
 Uruguai (rio) — 69, 111, 113, 127, 217,
 Uruguai — 585,
 Urwaldsbote — 553,

V.

Valinhos — 122,
 Vargem Grande (Sta. Catarina) — 569,
 Varzea, rio da — 69,
 Vasconcellos, Henrique Doria de — 78,
 Venâncio Aires — 480,
 Vendo — 578,
 Venezuela — 586,
 Viana Moog — 459, 462,
 Victor, Nestor — 297,
 Vila Americana, (S. Paulo) — 130,
 Vila Nova, — 126,
 Vitoria — 97
 Volga — 63, 66, 71, 243, 270, 502,
 582, 583,
 Volínia — 66,
 Volksblatt — 553,
 Völlinger, Fr. — 153,

W.

Wagemann, Ernst — 145, 149, 153, 339, 342,
 372, 373, 397, 418, 430, 432, 461, 501,
 Wallas, Graham — 548,
 Werber, Max. — 358, 374,
 Wentz, A. R. — 595,
 Westfalia — 49, 59, 62, 63, 299,
 Wetterau — 103,
 Wettstein — 96, 105, 133, 134, 172, 194,
 195, 226, 234, 244, 250, 272, 337,
 350, 362, 372, 373, 374, 434, 445,
 461, 462, 530, 541,
 Whetten, N. L. — 43,
 Wiedemann, Th. — 176, 521
 Wiesbaden — 74,
 Willich, C. — 499,
 Willems, Emilio — 44, 76, 104, 320,
 322, 373, 375, 542, 556, 571,
 Wisconsin — 589, 590,
 Woodward, J. L. — 42,
 Wustrow, W. — 545, 571,

Y.

Young, Donald — 80, 81, 102,
 Young, Kimball — 42,

Z.

Znańiecki Florian — 13, 14, 19, 35, 41,
 62, 76, 192,

INDICE DE ASSUNTOS

A.

Abstenção sexual — 424,
Aclimação — 136, 142,
Acomodação — 22, 23, 32, 33, 35, 44,
125, 182, 192, 194, 258,
Aculturação — 35, 36, 37, 39, 40, 41,
44, 45, 197, 198, 199, 203, 205, 206,
209, 210, 211, 212, 213, 215, 216,
217, 218, 228, 302, 307, 312, 317,
335, 336, 354, 402, 463, 481, 494,
529, 569, 574, 576, 579,
Adaptação — 136, 137, 151, 152,
Administração — 303, 504,
Agressão — 270, 271,
Ajustamento — 11, 14, 15, 19, 21, 29,
33, 83, 90, 94, 95, 96, 120, 121, 126,
129, 157, 177, 199, 230, 246, 248,
258, 504, 508, 590,
Alimentação — 16, 139, 140, 142, 143,
151, 219, 228, 230, 302, 306,
Amalgamação — 40, 41, 590,
Ambivalência — 18, 20, 21, 179, 191,
367, 386, 520,
Analfabetismo — 213, 219, 248, 336, 397,
398, 470, 543, 579, 586,
Ancilostomíase — 343,
Antigermanismo — 176,
Assimilação — 13, 16, 17, 18, 20, 24,
25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 54, 130,
132, 182, 184, 196, 219, 220, 221,
222, 226, 244, 253, 256, 266, 267,
318, 336, 361, 368, 369, 371, 404,
416, 451, 453, 483, 485, 489, 493, 494,
511, 513, 520, 530, 534, 538, 556,
570, 573, 576, 578, 579, 580, 581,
582, 583, 584, 585, 586, 587, 588,
589, 590, 592,
Associação escolar — 254, 355, 391, 394,
395, 403, 471, 506,
Associações juvenis — 408, 485,
Autonomia local — 504,

B.

Bairrismo — 528,
Bilinguismo — 315, 316, 318, 401, 484, 598,
Birth-control — 137, 268, 494,
Brasilização — 211, 484, 486,

C.

Caboclo — 29, 94, 116, 117, 118, 122,
158, 167, 196, 199, 211, 213, 219,
231, 232, 233, 239, 241, 265, 266,
306, 329, 331, 332, 335, 343, 347,
378, 456, 457, 495,
Capitalismo — 52, 79, 358, 362, 363,
369, 370, 371, 574,
Cargueiro — 238,
Carro — 239,
Carroça — 238, 239, 244, 354,
Carro de boi — 158, 238, 239,
Casamento — 260, 266, 424, 432, 435,
450, 457, 458,
Casamento inter-étnico — 213, 214, 443,
453, 456, 457, 576, 579, 585, 587,
Catolicismo — 126, 130, 150, 187, 214,
217, 319, 358, 360, 402, 404, 411,
458, 463, 464, 466, 471, 472, 473, 480,
483, 484, 487, 576,
Choque cultural — 22, 64, 72, 87, 92,
100, 119, 120, 133, 163, 167, 186,
262, 267, 432, 465, 527,
Civilização urbana — 307, 308, 426, 431,
494, 575,
Classes sociais — 53, 54, 82, 159, 160,
177, 190, 192, 209, 246, 248, 250,
253, 266, 275, 319, 352, 358, 359,
370, 371, 413, 420, 421, 427, 428,
429, 450, 456, 458, 510, 515, 516,
526, 528, 531, 539, 548, 568, 574,
576, 577, 581,
Comércio — 162, 243, 251, 308, 345,
350, 351, 353, 354, 366, 370, 371,
Compensação — 14, 22, 190, 192, 247,
270, 423, 531, 539, 559,

Competição — 107, 113, 114, 118, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 270, 360, 368, 369, 404, 409, 411, 539, 575,
Complexo equino — 200, 203, 205, 302, 562,
Concubinato — 429,
Configuração cultural — 37, 45, 212, 240, 276, 330, 367, 574,
Conflito cultural — 182, 186, 192, 194, 198, 370, 417, 508, 516, 534, 550,
Conflito mental — 15, 21, 169, 178, 182, 519,
Consciência étnica — 411, 473, 481, 485, 486,
Contato — 13, 15, 17, 18, 22, 23, 24, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 41, 44, 64, 83, 87, 123, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 174, 177, 178, 179, 180, 186, 190, 197, 199, 206, 211, 220, 230, 236, 255, 256, 261, 277, 343, 381, 433, 452, 459, 490, 493, 516, 570, 585,
Controle social — 14, 15, 24, 31, 49, 52, 91, 170, 253, 254, 353, 402, 413, 414, 423, 424, 426, 446, 451, 484, 491, 493, 506, 560,
Conversão — 217, 472, 483, 484, 582,
Cooperação — 243, 251, 253, 257, 259, 350, 354, 358,
Cooperativas — 258, 270, 357, 358, 359, 371, 477, 530,
Crédito — 329, 330, 352, 429,
Crescimento vegetativo — 150, 151,
Criação de gado — 228, 236, 238, 306, 332, 337, 349,
Criminalidade — 172,
Cruzamento — 183,
Cultura marginal — 264, 265, 266,

D.

Delinquência — 173,
Densidade demográfica — 328, 331, 332, 575,
Desajustamento — 14, 83, 84, 86, 163, 343, 451,
Desgermanização — 211, 485,
Desintegração — 18, 426, 448,
Desmoralização — 179,
Desnívelamento — 211, 212, 213, 237, 261, 262, 263, 327, 335, 337, 343, 398, 470, 476, 494, 543, 549, 563, 570,
Desorganização — 17, 18, 19, 20, 21, 53, 163, 170, 171, 174, 186, 253, 427, 432, 474, 478, 482, 492, 493,
Desorganização religiosa — 466, 472,

Dialeto — 158, 274, 275, 276, 279, 299, 300, 309, 310, 315, 318,
Diferenciação — 24, 25, 31, 156, 158, 160, 161, 240, 246, 247, 323, 401, 562,
Diferenciação linguística — 274, 276,
Difusão — 38, 44, 45, 163, 203, 205, 228, 229, 230, 238, 239, 241, 243, 244, 269, 277, 321, 328, 337, 349, 350, 354, 357, 379, 386, 389, 409, 486, 495,
Direito canônico — 490,
Distância social — 24, 33, 187, 236, 270, 398, 508, 584, 585,
Divisão do trabalho — 24, 95, 112, 241, 277, 331, 370, 434, 444, 446, 492,

E.

Educação — 210, 222, 252, 318, 350, 370, 376, 377, 399, 427, 451, 457,
Elite — 276, 456, 516, 519, 548, 580, 581,
Encravamento étnico — 520,
Eudogamia — 26, 253, 303, 433, 502, 575, 586,
Equipamento adaptativo — 136, 137, 139, 141, 143, 155, 157, 159, 167, 228, 306,
Erosão — 330,
Escola — 162, 163, 220, 221, 222, 253, 254, 265, 274, 307, 315, 316, 338, 348, 355, 376, 377, 378, 379, 381, 382, 384, 385, 386, 387, 389, 395, 396, 400, 401, 402, 404, 408, 409, 410, 414, 522, 530, 575, 583, 585, 586,
Escravidão — 116, 280, 344,
Escravidocracia — 119, 120, 122, 174, 197, 343, 433, 574,
Especialização — 213, 326, 495,
Estado — 253, 423, 463, 464, 503, 522,
Etereótipo — 177, 459, 537,
Estratificação social — 199, 249, 250, 251, 270, 447, 562, 574,
Estrutura social — 14, 39, 42, 45, 160, 203, 209, 245, 247, 250, 253, 582,
Etiqueta — 162,
Etnocentrismo — 12, 13, 21, 22, 38, 459, 537,
Expansão econômica — 162,

F.

Família — 21, 91, 221, 247, 303, 351, 352, 355, 420, 421, 427, 429, 453, 464, 492, 493, 573,

A Aculturação dos Alemães no Brasil 607

Família-grande — 353, 423, 444, 445,
Famifalismo — 528,
Família-tronco — 421, 423, 429,
Função — 27, 30, 38, 39, 45, 79, 91, 109,
136, 178, 188, 192, 203, 204, 205,
212, 220, 236, 247, 276, 303, 326,
332, 352, 367, 368, 376, 378, 386,
400, 402, 403, 410, 412, 413, 414,
426, 434, 486, 487, 494, 546, 547, 554,
556, 559, 560, 567, 575, 576, 577,
Fução — 40, 453, 487, 511, 580,
Fusibilidade — 488,

G.

Germanização — 582,
Germanismo — 181, 182, 314, 361, 458,
482, 483, 485, 487, 488,

H.

Habilitação — 16, 143, 158, 219, 228, 230,
232, 233, 234, 235,
Hibridação linguística — 279, 306, 307,
309, 314, 321,
Homem marginal — 19, 20, 178, 179,
189, 190, 264, 265,
Horizonte cultural — 23, 36, 50, 51,
96, 247, 261, 262, 450,

I.

Ideologia — 14, 192, 193, 220, 362, 368,
369, 409, 485, 525, 526, 539,
Imprensa — 208, 209, 220, 221, 251, 267,
314, 315, 543, 548, 549, 550, 552,
553, 577, 592,
Incesto — 424,
Inconsistência cultural — 18, 369, 416,
520, 537, 538,
Índios — 123, 124, 242, 329,
Indústria — 345, 366, 370,
Industrialização — 52, 53, 79, 95, 160,
161, 216, 251, 252, 316, 317, 323,
348, 362, 369, 371, 386, 413, 422,
457, 463, 524, 570, 585,
Indumentária — 228,
Infidelidade conjugal — 424, 433, 444,
Iniciação — 431,
Insulamento cultural — 22, 156, 157,
160, 161, 254, 560, 574, 585,
Integração — 15, 20, 21, 25, 26, 39, 43,
161, 193, 198, 201, 240, 243, 367,
379, 494, 510, 530, 531,

Invasão — 126, 128, 132, 155,
Isolamento — 16, 20, 50, 155, 156, 157,
162, 169, 209, 266, 276, 315, 316,
321, 385, 413, 433, 512, 575, 584,
Ius sanguinis — 534, 538, 539,
Ius soli — 534, 537, 539,

J.

Justiça — 303,

L.

Lavoura — 111, 141, 228, 236, 306, 328,
332, 333, 365, 366, 371, 575,
Linguajar teuto-brasileiro — 276, 277, 278,
280, 281, 299, 300, 302, 304, 305,
305, 306, 315, 317, 490, 574, 575,
Literatura — 543, 544, 576,

M.

Magia — 301, 302, 494,
Muleta — 343,
Marginalidade cultural — 19, 20, 177,
178, 180, 181, 196, 264, 531,
Marginalização — 180, 181, 186, 191, 267,
417, 538, 592,
Matrilocal — 433,
Matrimônio convencional — 352,
Meios de transporte — 156, 158, 162,
228, 238, 239, 308,
Mir — 503, 504,
Miscigenação — 451, 452, 456, 457, 458,
459,
Mobilidade — 52, 58, 170, 264,
Moral — 91, 92, 163, 171, 173,
Moral sexual — 433, 444,
Mortalidade — 114, 115, 142, 145, 147,
149, 150, 151,
Mudança cultural — 14, 17, 36, 37, 39,
43, 45, 52, 53, 54, 83, 132, 139, 157,
158, 159, 162, 206, 210, 219, 220,
221, 228, 229, 235, 236, 239, 240,
303, 323, 329, 349, 400, 412, 420, 588,
Mudança econômica — 326, 575,
Mudança linguística — 158, 277, 278,
Mulher, posição da — 427, 477, 562,
Mutirão — 342, 354, 355,

N.

Nacionalismo — 482,
Nacionalização — 23, 24, 25, 26, 28,

30, 182, 189, 266, 404,
 Nascimentos ilegítimos — 424, 428, 432,
 Natalidade — 114, 137, 145, 146, 147,
 248, 253,
 Nativismo — 175, 177, 311, 523, 529,
 530, 539, 542, 591,
 Naturalização — 269, 385, 510, 511, 514,
 535, 536, 538, 539, 542,
 Nazismo — 181, 188, 191, 193, 369, 524,
 Nomadismo 332, 333, 334,
 Nostalgia — 16, 222, 223, 224,

O.

Ofícios — 345,
 Oligarquia — 174, 177, 510, 574,
 Opinião pública — 310, 393, 447, 449,
 450, 457, 536, 537, 539,
 Organização social — 32, 42, 45, 84,
 326, 420, 421, 422, 429, 461, 477, 559,
 Organização econômica — 94, 117, 157,
 237, 240, 243, 323, 337, 358, 359, 403,
 Organização familiar — 342, 451, 502, 575,
 Organização jurídica — 56, 502,
 Organização política — 255, 268, 502,
 Organização religiosa — 254, 476,

P.

Padrão de comportamento — 16, 18, 19,
 21, 23, 24, 36, 43, 45, 54, 81, 82,
 102, 110, 119, 120, 136, 139, 143,
 167, 173, 174, 178, 185, 201, 212,
 213, 229, 254, 255, 257, 259, 263,
 265, 271, 275, 304, 309, 317, 331,
 337, 367, 391, 417, 426, 427, 431,
 432, 490, 491, 492, 504, 520, 523,
 532,
 Padrão evitativo — 23, 265, 266, 270,
 Pan-germanismo — 188, 191, 361, 482,
 Parceria — 117, 118, 121,
 Participação — 23, 33, 43, 46, 179, 209,
 212, 264, 369, 450, 451, 492, 510,
 515, 529, 530, 566, 574, 576, 591,
 Partido político — 525, 526,
 Pastoreio — 111, 132, 199, 308,
 Patrilocal — 433,
 Peneiramento — 29, 79, 81, 83, 84, 87,
 90, 92, 93, 94, 96, 100, 102, 104,
 121, 122, 127, 156,
 Pequena propriedade — 144,
 Perda cultural — 213, 543, 563, 564,
 Perigo alemão — 393, 394,
 Personalismo — 528,
 Plutocracia — 255,

Poder político — 27, 510, 515,
 Política — 303, 307, 308,
 Proconcelto — 42, 460,
 Proletariado — 190, 216, 274, 319, 370,
 422, 457, 574,
 Proletarização — 53, 55, 76, 79, 190,
 252, 323, 371, 422, 561, 570, 577,
 Propriedade — 337,
 Prostituição — 20, 86, 424, 428, 433,
 444, 449, 450,
 Protestantismo — 130, 150, 173, 182, 210,
 214, 217, 319, 358, 361, 402, 404,
 411, 458, 463, 464, 466, 468, 469,
 471, 480, 481, 482, 488, 576,

R.

Rarefação demográfica — 155, 351, 397,
 413, 474,
 Reajustamento — 15, 17, 21, 22, 23,
 29, 39, 40, 72, 92, 99, 143,
 Reciprocidade — 47, 49, 423,
 Recreação — 14, 17, 557, 560, 561, 562,
 563, 567, 577,
 Regime de trabalho — 213, 330, 337,
 338, 342, 343,
 Regime matrimonial — 36,
 Relações primárias — 161,
 Relações secundárias — 155, 277, 306,
 423,
 Relações sexuais pre-nupciais — 424, 428,
 431, 443, 448,
 Religião — 301, 302, 358, 463, 481,
 Reorganização social — 22, 91, 100, 105,
 203, 246, 254, 343, 467,
 Repatriamento — 14, 95, 98, 99, 100,
 120, 142, 144, 210,

S.

Sanção — 15, 21, 49, 97, 179, 259, 261,
 417, 424, 428, 433, 447, 475, 491,
 493, 506, 535,
 Secularização — 52, 494,
 Segregação — 107, 126, 130, 131, 162,
 177, 207, 270, 271, 412, 413, 465,
 583,
 Seleção — 104, 115, 136, 143, 144, 148,
 151, 156,
 Sentimento de inferioridade — 20, 22,
 23, 186, 189, 188, 189, 191, 196, 450,
 508,
 Sífilis — 459,
 Significado — 36, 81, 91, 200, 236, 326,
 367, 375, 431, 481, 493, 533, 576,

A Aculturação dos Alemães no Brasil 609

Simbiose — 24, 112, 116, 117, 119, 122,
130, 277,
Sincretismo religioso — 471,
Sistema agrícola — 327, 329,
Sistema econômico — 36, 155, 343, 346,
370,
Sistema escolar — 390, 397, 403, 409,
Sobrevivência — 15, 45, 48, 50, 125, 136,
137, 144, 152, 159, 205, 212, 214,
215, 229, 247, 261, 329, 338
Sociabilidade — 413, 414, 486, 559, 560,
Socialização — 11, 12, 29, 45,
Status social — 79, 82, 158, 161, 174,
197, 198, 203, 206, 209, 211, 213,
216, 223, 228, 230, 234, 244, 247,
250, 315, 318, 323, 326, 352, 427,
431, 448, 451, 456, 464, 468, 478,
490, 492, 493, 495, 510, 514, 535,
539, 574,
Sucessão ecológica — 110, 111, 115, 126,

T.

Tipiti — 241,
Títulos de propriedade — 166, 167, 506,

Trabalho infantil — 338, 339,
Tradição — 219,
Troca natural — 350,
Tuberculose — 459,

U.

Urbanização — 52, 95, 128, 151, 155,
160, 214, 236, 316, 321, 378, 386,
401, 413, 420, 422, 445 456, 458,
506, 524, 561, 574, 575,
Usucapião — 167,

V.

Vestuário — 16, 235,
Vizinhança — 573,

X.

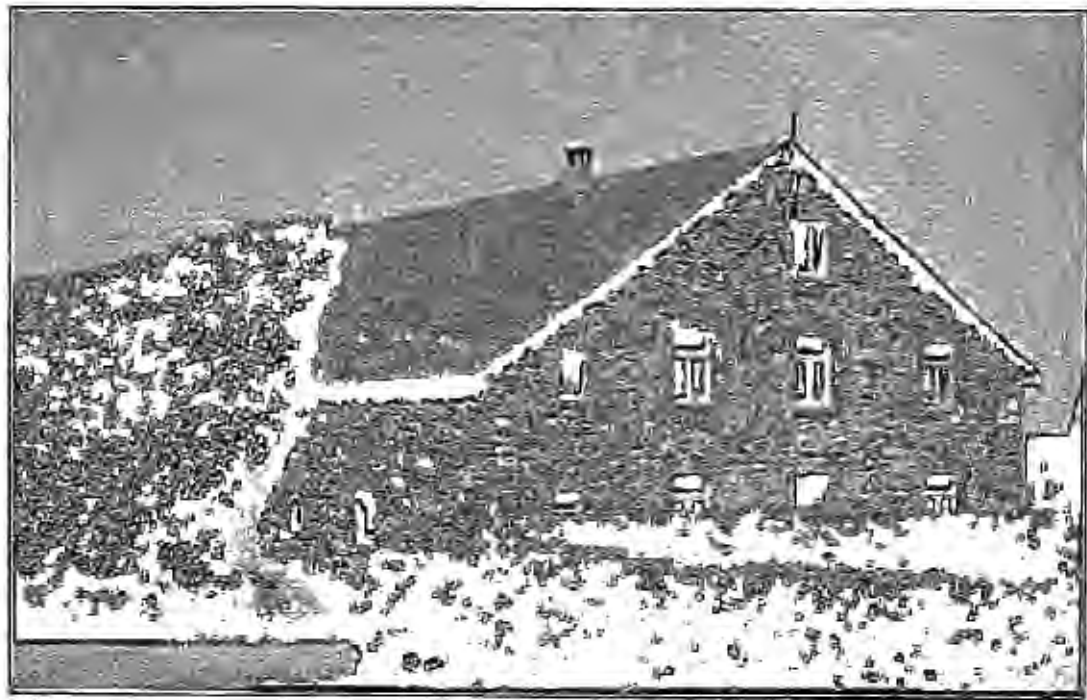
Xenofobia — 174, 176, 177, 270, 510,
574,



Casa rústica da Alemanha (extremo norte)



Casas rústicas da Alemanha (extremo sul)



Casa rústica da Alemanha (Extremo Oeste)



Casas rústicas da Alemanha (Sudeste)



A primeira casa de um imigrante alemão. O material de construção foi obtido pelo trabalho do próprio colono.



Primeira casa de um imigrante alemão remediado.(Estado de S. Paulo)



Primeira casa de um colono alemão.



Casa definitiva de um tipo muito comum nos Estados sulinos.



Aspecto típico das áreas de colonização alemã: vista parcial da cidade de Brusque, no Vale do Itajaí-Mirim



Cidade da areia do Itajaí (Brusque) (A carroça apresenta os traços típicos da região).



Moradia de teuto-brasileira rico (Vale do Itajaí)



Grupo de colonos remediados (Dia de Finados)



Vrajes regionais da Alemanha



Truges régionais du Alemannia



Trajes regionais da Alemanha



Três gerações de uma família teuto-brasileira da região de Blumenau